

*Biblioteca Musica  
pal de Petropolis*

# REVISTA

(TRIMESTRAL)

*do*  
DO

*Rio - Outubro - 950*  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 192

JULHO - SETEMBRO

1948

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.

DIRETOR  
CLAUDIO GANNS



1948

IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL





CENTENÁRIO  
DA  
PRINCEZA ISABEL



Medalha comemorativa mandada cunhar  
pelo Instituto Histórico



(Trabalho do prof. A. Girardet)







# A PRIMEIRA CAPELA DE MINAS GERAIS NA QUINTA DO SUMIDOURO

Mor. FREDERICO LUNARDI

"Não retrocedeu seu animo, vendocce  
ó, sem Calcans, havendo levado dous  
religiosas, hu de Nossa Senhora do Car-  
no, outro do Patriarca São Francisco".  
Arquivo da Marinha e Ultramar, 2460,  
la bibl. N. de Lisboa).

## I

### A REGIÃO DAS LAPAS

Depois de ter percorrido a estrada que  
de Belo Horizonte leva a Mocambo,  
dei a volta pela Lagoa Santa e Vespasiano  
para regressar à Capital Mineira.

Nessa região a pré-história convida a  
meditar sobre o homem das cavernas no  
Brasil, porque é ali, nessa região conhe-  
cida por um dos seus mais pitorescos lu-  
lares — donde viveu e morreu e asen-  
teou sua tumba o primeiro e mais im-  
portante pesquisador e vulgarizador des-  
ta região, o Dr. Lund — é nessa região  
que parece se tem chegado a juntar as  
mensas, profundas e belíssimas cavernas  
alcárias do Brasil.

Nesse caminho, passei pelo Sumidouro  
às nove horas da manhã do dia onze  
de setembro de 1935.

Desde a estrada, que dá uma volta  
muito grande, se distingue no fundo a  
Lapa do Sumidouro, nome que lhe deu  
Bandeirante.

Diogo de Vasconcelos, contradito com  
esta razão por Taunay (Bandeiras  
aulestas, VI, c. XII, p. 96), o chama

com o nome de Anhanhnhacanhura,  
que quer dizer "água parada que some  
no buraco do mato", cuja palavra e tra-  
dução alteradas foram derivadas do  
poema "Vila Rica" de Cláudio Ma-  
nuel. (1)

Seja o que fôr, na Lapa do Sumidouro  
é verdade que a água chega a desa-

(1) Diogo de Vasconcelos, tão categórico  
no que escreve, assegura que (*Hist. Ant. de  
M. G.*, p. 35) depois de Ibituruna e Paraopeba  
os bandeirantes "Em seguida marcharam para  
o Anhanhnhacanhura (água parda que some  
no buraco do mato), onde erigiram o terceiro  
arraial, de São João do Sumidouro, destinado  
aos mais comoventes episódios desta jornada".  
E mais adiante (pág. 37): "Se pode verificar  
como o nome de *Sabará-buçú* abrangia todo o  
país, e não somente a serra, engano em que  
muitos caíram". E na nota acrescenta: A  
tradição mato-felpudo é um erro. Os indí-  
genas, fingindo que os rios eram pais dos pe-  
aenues e seus afluentes, chamavam o Rio das  
Velhas, que era da Barra para baixo, pai  
(cuba) e da Barra para cima çubará (pai  
partido grande); e assim chamavam çubará-  
buçú ao braço maior (pai partido grande); e,  
ao menor, çubará-mirim. Era este o que vai  
de atabira. Posteriormente, por abreviatura,  
este ficou-se chamando Rio das Velhas, e aque-  
le simplesmente Sabará".

Taunay, porém, (1. c.), pensa que Nanhanho-  
canhuva (e não Anhanhnhacanhura como es-  
creve Vasconcelos), — escrito variadamente  
por ser palavra tão bárbara, — deve ser o sítio  
Tapaoacanga de hoje, no sertão de Diamantina.

"*Savarabucu* = Montanha grande que res-  
plende". (Cf. Setúbal, *O Romance da Prata*  
— nota G).



parecer para depois reaparecer não muito longe pelo Rio das Velhas, ao passo que, no tempo das chuvas, a água enche a bacia e forma uma lagoa de duas léguas de circunferência. Quando eu passei, a lagoa estava seca.

## II

### A SERRA DAS PEDRAS BRANCAS FULGURANTES

A estrada dá volta e começa a subir; a Lapa do Sumidouro desaparece da nossa vista, porque o caminho corre atrás da Lapa, que assim está coberta pelo terreno da roça.

Aqui o cascalho, as pedras fulgurantes, semeadas por todo o cêrro, não são verdes, senão brancas, passando pelo amarelo rosado; tudo aí dá a impressão que a serra é de ouro ou de prata.

Chegamos ao povoado, que está formado quase exclusivamente de uma casa, ao largo da via, à direita e de uma igrejainha, de estilo barroco colonial. O altar-mor tem suas quatro colunas douradas, talhadas em espiral, na forma salomônica. A porta do tabernáculo é redonda, em forma de grande hóstia. Dizem que seja do Aleijadinho.

A casa foi de *Borba Gato*.

## III

### A QUINTA DO SUMIDOURO

O arraial do Sumidouro está semeado de antigas cacaúbas ou coqueiros que formam uma paisagem tôda particular.

O senhor Antônio da Costa e Silva, proprietário da casa de Borba Gato e da chácara de Fernão Dias Pais, mostrou todos os lugares mais curiosos dêssa terra histórica, onde parecia que os fatos se tinham passado ôntem.

A casa de Borba Gato estava em reparação. Foi pintada novamente; porém

a construção é ainda a mesma que fôsse genro de Fernão Dias. (2). Efectivamente, as portas de madeira da antiga conservavam ainda a sua côr primitiva de terra amarela opaca, e as urbreiras e as vêrgas pintadas diferentemente com uma côr de terra rosada e cura, segundo o uso do tempo.

Continuando a caminhar detrás da igreja, vê-se a primeira roça de Fernão Dias: em baixo está à vista o Rio das Velhas, e na outra parte do rio apparece o assento de Sabará.

Tôda a terra é de côr rosada, com muito cascalho resplandecente.

Na Quinta, à direita do caminho, um pedaço fechado de terra conserva ainda na escriptura o nome de "*chácara*", é neste recinto se observam grandes plantações de formas de pedra ou de cimento e cá acolá pedras antigas lavradas.

Na Quinta do Sumidouro como também no Rio das Velhas se vêm ainda muitas catas ou lavras de ouro; em baixo há registro de água e atêrro para lavagem de ouro ligado com a lavra; existe ainda na Quinta o rêgo ou canal por onde passava a água que vinha do Sumidouro e corria para a lavra.

À direita do trilho em frente da "chácara" se conserva quase intato um pequeno forno, bem construído para cozer os tijolos, e mais adiante afloram da superfície do solo, salientando por uns trinta centímetros, os restos dos quatro portões de madeira dura, antiga, de côr vermelha escura, ficando em quadriláteros. (3).

(2) Parece que esta asserção se funda tanto na primeira demora de Borba Gato no Sumidouro como também na sua segunda entrada para o descobrimento de ouro de Sabarabuçá. Não parece que existam documentos; supõe-se tradição e o conjunto das narrações dos críticos antigos.

(3) Como se disse parecem de aroeira-cimato ou de sapucaia.



Um dos paus ocupa o meio da trilha, e a distância entre uns e outros será de dois metros e meio.

Corroídos pelo tempo e quase desaparecendo, assinalam o lugar onde ficou a PRIMEIRA CAPELA DE MINAS GERAIS, que Fernão Dias Pais Leme fez levantar perto da casa de Borba Gato, na Quinta de S. João do Sumidouro, que foi o primeiro verdadeiro povoado desta terra das esmeraldas. (4)

#### IV

#### A JORNADA DA PRATA E DAS ESMERALDAS DE FERNÃO DIAS PAIS

Obrigado pelas cartas do Capitão-General, para fazer serviço ao rei e impellido por sua alma de bandeirante, o mais célebre dos descobridores e povoadores das minas, Fernão Dias, saiu com sua bandeira de São Paulo em 21 de julho de 1674, (5) para ir à jornada das esmeraldas de Vapubuçu e da prata de Sabarabuçu, que Marcos Azeredo Coutinho, morrendo com seu segredo, não quis revelar donde as havia encontrado.

(4) Assim informou o culto proprietário Sr. Antônio da Costa Leite e Silva. Aliás, parece que não existem documentos que proem expressamente este deserto.

(5) Veja-se nota final n.º 1.

Que este lugar seja o verdadeiro Sumidouro de Fernão Dias, parece que não se pode pôr em dúvida. Não há outro lugar donde se encontrem reunidos vários pontos históricos, que conservam os mesmos nomes, como este. A busca distância existe o célebre "Cerro do Idalgo", e à vista está Sabará, cidade importante que está ligada à memória de Borba Gato.

Aliás Taunay (1. c. c., XIII, p. 95), comentando o geólogo Derby, diz: "O Sumidouro quer Derby que tenha sido lugar deste nome, perto do Rio das Velhas, quicá não muito longe do desaguadouro da Lagoa Santa".

Depois afirma que Calógeras "Acha possível, porém, que o Sumidouro talvez haja sido a atual Quinta do Sumidouro, no Fidélis, distrito do atual município de Santa Luzia do das Velhas".

Como na lenda do Eldorado, se dizia que no sertão onde estava a lagoa Vupabuçu, montanha, as árvores, as águas, as pedras, tudo era verde e era ali que jaziam as famosas esmeraldas; e que no Sabarabuçu havia uma montanha toda branca que era de prata.

Prata e esmeralda foi o sonho do rei e de Fernão Dias.

Ele esteve sete anos no sertão; foi em busca das esmeraldas até encontrá-las. Encontrou-as: eram turmalinas! Porém, se ele morreu, sem saber que toda a sua fortuna e a sua grande energia haviam dado por resultado o achado de umas pedras quase sem valor; o seu roteiro deu no último recanto da terra conhecida no Sumidouro, no Sabarabuçu; terra de ouro e terra de prata, roteiro que, depois dele, foi seguido para encontrar os maravilhosos minérios de ouro do Ribeirão do Carmo, dando origem a cidades de grandes importâncias, como Mariana e Ouro Preto. (6).

#### V

#### AS ROÇAS

A fim de realizar a jornada das esmeraldas, toda à sua custa, Fernão Dias vendeu tudo o que havia em sua rica fazenda, para as despesas da bandeira. (7)

(6) Veja-se nota final n.º 2.

(7) Ao partir para o sertão, a fim de angariar elementos, dispusera de todo o seu gado, — certificava o padre Domingos Dias, reitor do Colégio jesuítico de São Paulo, a 18 de novembro de 1681: "Ouvi dizer a muitas pessoas fidelignas e totalmente desinteressadas que vendeu o ouro e a prata do uso de sua casa, que era grande, com que a deixou em miserável estado de pobreza, havendo-se criado em grande largueza e opulência". (A. M. e U., 2466). (Cf. A. de E. Taunay. *História Geral das Bandeiras Paulistas*, c. XII). *Brasil e sua legislação*. Rio, 1904-5.



Conhecido já era o caminho de Sabarabuçu, porque os Bugres o indicavam, e Marcos de Azeredo já o tinha feito.

Levou consigo amigos sertanejos; fêz capitão-mor a Matias Cardoso, (8) o mais prático na direção das bandeiras e no contato com os índios; seu genro, Borba Gato, era eminente no trabalho das minas.

Seguro de que não voltaria tão cedo e que no sertão escasseariam os víveres, ordenou o plantio de várias roças, estabelecendo, assim, as bases para as futuras povoações e tornando mais fácil manter por vários anos a bandeira no sertão. Seguramente seriam de auxílio a caça e a pesca.

A pólvora e o chumbo eram para a bandeira coisa de primeira necessidade, e pelas dificuldades passadas no sertão me dou conta de que esses sertanistas meio soldados não conheciam, como os espanhóis no Pacífico, a maneira de suprir esta falta com outros recursos, de que deram receitas em alguns livros.

## VI

### OS RELIGIOSOS NAS BANDEIRAS

Não há nenhuma dúvida de que os bandeirantes, a pesar de todos os seus defeitos, eram homens religiosos, de grande fé; e muito mais o era Fernão Dias, que tinha um irmão sacerdote e foi o grande padroeiro e benfeitor dos beneditinos e fundador do mosteiro de São Paulo, em cuja igreja foi sepultado depois de sua morte. (Cfr. Taunay, VI c. XVI).

Não há dúvida tampouco no que diz Diogo de Vasconcelos, que "as capelas faziam-se essenciais à conquista das minas; ora por efetiva piedade religiosa, que era muita; ora por interesse máxi-

mo da Colonização. A repartição dos índios exigia a catequese deles. O Padre Francisco Gonçalves Lopes e o Padre Faria no Ribeirão do Carmo e nas minas de Ouro Preto levantaram muitas capelas e foram os apóstolos de Minas Gerais. (9).

Palestrando eu com o sábio historiador Dr. Teodoro Sampaio, confirmou-me este que os bandeirantes levavam consigo capelães, tanto por sua piedade como também porque, sabendo escrever, tomavam as últimas vontades, assentavam as datas e as mortes e serviam para muitos outros fins da comunidade que não eram somente religiosos. (10).

Fernão Dias não devia fazer exceção à regra geral: levou efetivamente consigo os seus capelães, dois, um franciscano e um carmelita. Não dizem os documentos se eles foram adiante, juntos ou separados; com as turmas dos sertanistas ou acompanharam o mesmo Fernão Dias, o qual foi, como parece, o último a sair.

Setúbal, no seu recente romance histórico *O Sonho das Esmeraldas*, os pin-

(9) No "Bicentenário de Ouro Preto" (Col. A., Dep. n.º 51, pág. 210), se lê: "Um dessas bandeiras teve por chefe Antônio Dias de Oliveira, natural de Taubaté, sendo seu companheiro entre outros o Padre João de Faria Fialho, natural da ilha de São Sebastião da Capitania de São Paulo ... no dia 24 de junho de 1698 amanheceu na crista da serra de Ouro Preto no lugar a que por isso deu o nome de morro de São João. Er esse dia santificado portanto de preceito... armado o altar portátil o Padre João Faria Fialho consagrou... Seu primeiro cuidado foi construir capelas que marcavam o centro das nascentes (arraiais).

— Sabe-se também que D. Rodrigo de Castelo Branco levou por capelão desde a Bahia o Padre Feliz Pais Nogueira, com 60\$00 anuais e 23\$960 de ordinária para cêra, vinho e hóstias. (Cfr. Taunay, c. XXI).

(10) Fernão Dias havia levado também um escrivão, Antônio Bicudo de Alvarenga (Cfr. Taunay, c. XV.).

(8) Veja-se nota final n.º 2.



ta dramaticamente saindo com o Bandeirante.

Cai, porém, em grave erro Diogo de Vasconcelos, quando afirma que “antes dêle (11), não se falando dos padres que acompanharam as antigas expedições de Pôrto Seguro, só o padre João Dias, Leite, irmão de Fernão Dias Pais, havia oficiado nestes sertões do Cataguá com a comitiva das esmeraldas”. (1. c. p. 161, VII).

Na verdade não há documento até agora que assegure que o Padre João Dias Leite acompanhou a bandeira. Ao contrário, num documento aparece que entre as dúvidas que Fernão Dias Pais tinha contraído com os paulistas, havia “outras dvidas menores, sem contar os gastos que por ordem do padre João Leite da Silva seu irmão lhe foram remetidos muitas vêzes (A. M. U., 2462).

Por êste documento se conhece que o padre João Leite ficou em São Paulo e não acompanhou a bandeira como imagina Vasconcelos.

Ainda mais. No documento que no *Serton del sumidouro*, a 8 de outubro de 1681 assinou D. Rodrigo de Castelo Branco (cf. *Rev. Arq. Publ. Min.*, XX 162 — Taunay, VI, c. XIX), se assegura que o Bandeirante “finalmente muryo en dicho serbisio em medio de aquel Serton desamparado y sin confesion pues nium sacerdote le quisieron inbiar teniendão parentes en la billa de S. Paulo sacerdotes”.

Fernão Dias levou, sim, à jornada das Esmeraldas, dois padres, um franciscano e um carmelita, como se sabe pelo documento da Câmara de São Paulo (n.º 2460 A. M. U., citado por Tau-

nay, c. XV), os quais o abandonaram quando todos o haviam abandonado:

Nesta primeira feitaria, desenganados os homens de sua tropa que sòmente tratava o dito Fernão Dias Pais dos exames dos serros, e mais atos, e não de conduzir Índios barbaros a seu próprio serviço se despediram todos ds serviço do Príncipe nosso Senhor, a tratar de suas conveniências deixando só a seu Governador, com seu filho Garcia Roiz Pais, e seu genro Manuel de Borba Gato, e seus índios obrigatórios e alguns familiares de sua Casa... Não retrocedeu seu animo, cendoçe só, sem Capelães, havendo dous religiosos, hu de Nossa Senhora do Carmo, outro do Patriharca São Francisco”. (12).

## VII

### O REAL DO SUMIDOURO

No Sumidouro reuniu-se a primeira povoação estável de Minas Gerais, e êle deve ser o ponto principal de apoio para o descobrimento das minas das esmeraldas. Aqui foi semeada a raça de Fernão Dias que ainda leva o nome de “Quinta do Sumidouro”.

Em verdade o lugar foi tão importante que no documento de D. Rodrigo de Castelo Branco se chamou “o Real do Sumidouro”, e noutro documento se encontra “o Arsenal do Sumidouro”.

Derby afirma que o grande serviço de Fernão Dias “foi iniciar o sistema de estabelecer celeiros de modo a dar maior permanência aos caminhos abertos, incluindo um ponto, pelo menos, de occupação permanente, o do Sumidouro, onde ficou Borba Gato com parte do pessoal da expedição”. (Cf. Taunay, c. XIX).

(11) Refere-se ao que antecede: “Em todos officiou o P. Francisco Gonçalves Lopes, Capelão do Coronel, a quem era imensamente dedicado sacerdote inolvidável, que sagrou o Ribeirão do Carmo.

(12) Não obstante, Fernão Dias não era exceção no tocante à escravidão vermelha, porque êle também tinha escravos, nesta ocasião parece que fêz exceção e desagradou aos companheiros da aventura.



O illustre geólogo, ao examinar a questão topográfica da lendária *Sabarabuçu*, parece reconhecer a identidade do Sumidouro com o lugar que atualmente leva este nome perto da Lagoa Santa e do arraial do Fidalgo. “*Este nome, conforme uma tradição referida por uma das testemunhas do processo Tiradentes, comemora a morte violenta de um fidalgo e governador que não pode ser outro senão D. Rodrigo Castelo Branco, morto pelo pessoal de Borta Gato perto do seu pôsto de Sumidouro*”.

E que o Sumidouro fôsse importante se deduz da atestação de D. Rodrigo ao receber o oferecimento das roças das mãos do filho de Fernão Dias (cf. *Rev. Arq. Publ. Min.*, XX, p. 166 — Taunay, c. XV): “podia o dito administrador mandar tomar posse das ditas feitorias e mantimentos, e passar-se quando quizesse com tôda sua tropa para o areal do Sumidouro, no qual ou vi, e achei abundantemente, criação e mantimentos, de tôda a sorte de que fiquei maravilhado e muito contente por ser naquele deserto nesse para o sustento e muito importante para o serviço em que andamos”.

E noutro documento firmado no mesmo Sumidouro por D. Rodrigo se acrescenta:

“y asyí mesmo allé en esta Rosa del Sumidouro abundancia de milio e fregon y prinípio de mandioca, como tambien criason de Puercos q. el dicho Gobernador Fernan Dias Paes abia mandado fabricar por sus esclabos, y con grandes dispendios de su asienda en esmeraldas”.

As outras feitorias eram de menor importância e sem muita gente. O mesmo Fernão Dias, em seu escrito de 27 de março de 1681 (*Rev. Arq. Publ. Min.*, por Feu de Carvalho, XX), diz que, para a chegada de D. Rodrigo de Castelo Branco mandou semear novamente as roças e na Itacumbira deixou cinco negros com duas negras.

Por outra parte, na Câmara Municipal de São Paulo, no primeiro de setembro de 1681, ao apresentar o enviado do D. Rodrigo de Castelo Branco o saquinho com as esmeraldas de Fernão Dias, o escrivão municipal assentou:

“Foram descobertas pelo governador Fernão Dias Pais no Reino dos Patachos... Já ia recolher-se ao *Arsenal do Sumidouro*, quando adoeceu em caminho, morrendo com muita parte dos seus índios domesticos.”

Então relatou o ajudante Cunha que o cêrro das Esmeraldas estava sob a vigilância de José de Castilho, “havendo ainda a expedição de Fernão Dias Pais estabelecido raças em dois outros pontos, além do Sumidouro” (Taunay, c. XXV, p. 201).

Como aparece, sempre o Sumidouro foi considerado como o ponto central e principal; foi chamado “o Real” e “o Arsenal”, e foi considerado “a primeira feitoria” de tôda a Bandeira da jornada das Esmeraldas.

Tanto Derby como Calógeras reconhecem na atual “Quinta do Sumidouro”, o mesmo “Arraial de São João do Sumidouro” que é descrito antes, perto da Lagoa Santa, e a finíssima crítica de Taunay não se opõe antes é favorável, a esta suposição, que por demais não tem argumentos desfavoráveis, senão que depois de Fernão Dias foi achado o terreno aurífero não reconhecido pelo Bandeirante, e que o nome de Sabarabuçu lhe foi dado, talvez, depois, devendo ser este lugar perto do Sumidouro. (Cfr. Taunay, l. c. XIII, p. 95).

## VIII

### A PRIMEIRA CAPELA

Para supor que êsse quadrilátero do qual falei no achado dos restos dos postes, tirando dêles uma lasca que ofereço ao Instituto Histórico, foi uma capela,



primeira capela de Minas, é necessário demonstrar que os capelães que acompanharam a bandeira chegaram até o Sumidouro.

Por Pedro Taques, na sua Nobiliarchia (1. c., p. 148), narra que a bandeira foi abandonada pelos companheiros de Fernão Dias. Até os capelães os deixamos só. (n.º 2460 A. W. V.).

“Para o sertão de Sabarabuçu (hoje chama Sabará, que é Minas Gerais) Cataguases entrou o Governador Fernão Dias Pais com o seu adjunto o Capitão-mor Matias Cardoso de Almeida no mesmo ano de 1673, e penetrando nesses vastos sertões, nêles não perderam os exploradores os mais eficazes caminhos para o descobrimento da prata... sendo passados três para quatro anos de constante trabalho, e vida laboriosa tôda empregada em exames à custa dos maiores sofrimentos de calamidades de um sertão tão inculto, retrocedeu Matias Cardoso com todos os mais da cometa, e formavam o corpo militar, com que de São Paulo saíra o governador Fernão Dias. Êste, vende-se só sem mais companhia que a do seu filho Garcia Rodrigo Pais, e seu genro Manuel de Borba Gato, penetrou os vastos sertões e estabelecer feitoria na Tucumbira, e mais ao centro no Itamirindiba, de donde sulcando por diversas veredas, o mesmo sertão do reino dos Mapaxos, até o far da alagoa, no laborioso desvêlo de descobrir as apetecidas esmeraldas no rio em que as havia extraído Marcos de Oliveira, que recolhido ao Rio de Janeiro quis antes morrer em uma cadeia, deixando seqüestrados todos os seus bens, do que declarar o sítio onde tinha achado as esmeraldas e a prata”.

A aparente dificuldade se resolve facilmente se se considera que o Sumidouro foi estabelecido quase imediatamente depois da saída da bandeira, como centro do descobrimento; e que Matias Cardoso foi o primeiro que abandonou o

Bandeirante. Nem se especifica se os três para quatro anos não dizer de Pedro Taques decorrem desde a saída dos primeiros sertanistas, o da última saída que foi a de Fernão Dias, o da chegada ao Sumidouro.

Seja o que fôr, os dois capelães, ainda que se repartissem o trabalho entre as várias turmas dos sertanejos da jornada, deveram estabelecer um ponto de partida no Sumidouro, no qual havia a Quinta de Fernão Dias e uma espécie de povoação quase estável que servia à roça e à Bandeira.

Portanto, chegaram seguramente os dois Padres ao Sumidouro e ali estabeleceram sua capelinha, de uns dois metros e meio de lado, coberta seguramente de palha.

E no documento citado da Câmara de São Paulo, os padres aparecem como os últimos em abandonar a Fernão Dias.

A estas considerações se deve acrescentar um fato importante. Na carta publicada por Paulo Prado, escrita por Fernão Dias, na véspera da partida, em 20 de julho de 1674 (Cf. Taunay, c. XII), se revela que o Descobridor das Esmeraldas saiu por último de São Paulo tendo enviado antes como batedor o Capitão-mor Matias Cardoso, e, como parece, Manuel de Borba Gato e outros importantes sertanistas.

Diz o documento:

“... e tenho quatro tropas só de moscos meus com toda a carga de mais importância no serro a onde está o capim Mathias Cardoso, esperado por mv. o qual me mandou pedir gente escoteira com pólvora, e chumbo, que me foy outra vez forçado refazer para levar para mv”.

De maneira que as quatro tropas haviam já gastado tôda a pólvora e o chumbo, necessitando-o outra vez.

Devia, portanto, ter passado algum tempo; e Taunay, dêste documento, de-

duz que Matias Cardoso já se instalara no Sumidouro, quando saiu de São Paulo Fernão Dias.

“A mais importante informação — diz Taunay (c. XII, p. 87) — que fornece a carta supra é que aos poucos partira a bandeira de Fernão Dias. No Sumidouro, já se instalara Matias Cardoso, que fôra adiante para estabelecer feitorias e que, desde 13 de março de 1673, tinha sido nomeado capitão-mor e ajudante do governador. À espera deste e com Matias Cardoso estavam também quatro tropas “com tôda a carga de mais importância”.

E o abandono de Matias Cardoso não se sabe quando se efetuou. Pedro Taques diz, depois de três para quatro anos, sem nenhuma outra determinação. Por outra parte, se se examinam os argumentos por que se pode deduzir foram a causa dêste abandono, tanto poderia argüir-se que decorresse mais ou menos tempo; porque de um lado se deve considerar o desejo de chegar a descobrir as tão apetecidas esmeraldas, e, por outro lado, as restrições que Fernão Dias impunha, de trabalhar unicamente pelo descobrimento, e não divertir-se a caçar escravos, como era de gôsto de Matias Cardoso e de outros deveram suscitar o desejo de retirar-se o mais cedo possível. Porém são sômente suposições.

Alguma luz se encontra na patente de “Mestre de Campo e Governador absoluto de guerra dos bárbaros” dada em 3 de abril de 1690 pelo Arcebispo da Bahia, Dom Frei Manuel da Ressurreição, Governador-General interino do Brasil, a Matias Cardoso: (Cf. Borges de Barros. *Bandeirantes e sertanistas baianos*, p. 178, citado por Taunay, c. XV), na qual se diz que o dito Cardoso “Naquelle sertão de Sabarabussu teve encontros com os bárbaros e uma batalha em que houve muitos feridos de parte a parte até os desbaratear e tomar-lhes os mantimentos... formou logo arrayal no di-

to Serro, com diversas plantas e creações levadas da villa de S. Paulo... mandando conduzir mantimentos ao mesmo Governador, cujas tribus estavam com o animo de se voltarem para a Villa, obediências da fome e esterilidade daquelle sertão”.

O Arcebispo assegura depois que Matias Cardoso abandonou o governo em 1680, depois de seis anos de serviço. Taunay não confia tanto neste documento, que crê inspirado pelo mesmo Matias Cardoso.

Neste mesmo ano de 1680, chegou à Bahia D. Rodrigo de Castel Blanco, contratou Matias Cardoso para acompanhá-lo na sua jornada do Salbarubim.

Entre o 27 de março de 1681 e 26 de junho do mesmo ano morreu no Rio das Velhas o grande descobridor das Esmeraldas.

## IX

### CONCLUSÃO

Marcos de Azeredo havia encontrado já as esmeraldas e, ao morrer, não chegou a revelar o lugar do achado.

O grande e generoso Fernão Dias, para servir ao rei, foi a buscá-las e, depois de tantos sacrifícios e abandonos, finalmente as encontrou. Quando partiu de São Paulo a 21 de julho de 1674 tinha 66 anos de idade; sete dias esteve buscando as esmeraldas, e, encontradas as pedras preciosas, não voltou senão seus ossos, trazidos a São Paulo por seu filho. Foram sepultados na Igreja dos Beneditinos que elle edificou.

Ao partir, fêz marchar à sua frente Bartolomeu da Cunha Gago (cif. *Arch. Min.*, XX, 172, certidão da Câmara de Taubaté citada por Taunay).

Partiram também com elle dois religiosos, um franciscano e um carmelita, os quais o abandonaram depois de todos deixado só.



Na larga permanência no arraial de São João do Sumidouro, o mesmo lugar que hoje, perto da Lagoa Santa, em Minas, leva este nome, em donde estabeleceu também sua Quinta perto da Casa de Borba Gato, o morador mais estável do arraial, foi construída seguramente uma capela, singela pequena, que servia para as necessidades do Bandeirante e da povoação.

Este oratório, apesar da falta dos documentos, foi, pelo que aparece, o primeiro levantado na região das Minas. Foi levantado, como é de supor, fora da "Chácara", para que servisse livremente para todos. *Sendo lugar já santificado, desafiando portanto os tempos e a destruição dos homens,* permaneceu até que seus quatro postes, corroídos, foram reduzidos quase à altura do solo.

São com tôda probabilidade, êsses postes, que me foram mostrados pelo Sr. Antônio da Costa e Silva, os que pertenciam à citada Capela, e dos quais tirei uma lasca, subtraindo-a assim à destruição, para que se conserve no Museu do Instituto Histórico.

## APÊNDICE

### A CRUZ DE MADEIRA NO CÊRRO DO FIDALGO

#### I

#### NAS TERRAS DO SABARABUÇU

Seguindo o caminho do Sumidouro à Lagoa Santa, passa a estrada aos pés de uma pequena elevação arredondada como um montículo, nem de grande altura nem de grande extensão.

À direita, na margem do caminho, havia uma cruz de madeira mais alta que dois metros e meio, de que quando eu passei restava somente o sinal, porque desde pouco se havia queimado.

O Vigário da Lagoa Santa prometeu erigir ali uma outra para que não se es-

queça a memória histórica e a tradição de que nesse lugar caiu morto o Fidalgo Don Rodrigo de Castel Blanco nos momentos em que, se disse, estava discutindo acaloradamente com Borba Gato, o genro de Fernão Dias Pais.

#### II

#### O CÊRRO DO FIDALGO

Segundo reza a tradição local, o Cêrro do Fidalgo recebeu esse nome pela morte violenta acontecida ali do Fidalgo D. Rodrigo de Castel Blanco.

Pedro Taques, na sua *Nobiliarchia Paulistana* (Rev. trim. do Instituto Histórico Geograph. e Etnogr. do Brasil, Rio de Janeiro, 1870, tomo XXXIII, parte segunda, pág. 150), ao tratar de Matias Cardoso de Almeida, faz a narrativa da bandeira de Fernão Dias e da entrada de D. Rodrigo, seguida de sua morte (setembro ou outubro de 1682, segundo Taques):

"Estando em São Paulo Matias Cardoso de Almeida, chegou em 1680 o dito administrador-geral D. Rodrigo de Castel Blanco, a dispor a sua jornada para o sertão da serra de Sabarabuçú a que vinha mandado pelo sereníssimo príncipe Senhor D. Pedro. (D. Rodrigo era natural do reino de Castela).

D. Rodrigo saíra da Bahia com D. Jorge Soares de Macedo, e 30 soldados de sua guarda; no Rio de Janeiro recebeu mais 20 soldados e um alferes. Trouxe por Capelão-mor o Rvdmo. Félix Pais Nogueira, provido na Bahia a 3 de setembro com 83\$920 por ano.

Chegou a vila de Santos em novembro de 1678. Para fazer a sua estrada para Sabarabuçú, levou a Matias Cardoso de Almeida com patente de tenente-general e lhe passou patente em São Paulo em 28 de Janeiro de 1681 (Câmara de São Paulo, livro de registro, título 1675, pág. 69 V.) à custa da sua própria fazenda. (idem, pág. 114, 127).



Marchou D. Rodrigo à direita do sertão e aportou ao arraial de São Pedro onde o veio encontrar D. Garcia Rodrigues Pais. Já ali o achou nas matas do rio Paraípeba no dia 26 de junho do dito ano, no qual se formou o auto que atestava a apresentação e entrega que lhe fêz das esmeraldas, que seu pai o governador Fernão Dias havia descoberto no reino dos Mapaxós, o que já fica referido para que fôsem remetidas à corte à S. Alteza. E enquanto não tinha a sua real determinação na matéria desta descoberta, êle D. Rodrigo, em nome do Dito Senhor, tomasse posse das feitorias, arraiais, roupas e celeiros de mantimentos que tinha feito seu pai. O que assim se efetuou. E dêste lugar de São Pedro de Paraípeba mandou D. Rodrigo ao ajudante-de-ordens D. Francisco João da Cunha com carta datada a 28 de junho do mesmo ano de 1681 (*Arq. Reg.* 1675, pág. 72 e 79, Pedro Taques, pág. 162).

Depois que chegou D. Rodrigo, voltou Garcia Rodrigues para o seu arraial de Sumidouro, ao qual chegou depois o dito D. Rodrigo para tomar posse dêle e dos mais arraiais que lhe havia oferecido; e também tomou posse em nome de S. Alteza de todos os cêrros, dos quais o governador Fernão Dias havia extraído as Esmeraldas. Isto foi o que unicamente obrou D. Rodrigo todo o tempo em que lhe durou a vida até o mês de setembro de 1682 com tantas e tão avultadas despesas que já antes do seu falecimento tinham chegado notícias aos reais ouvidos de S. Alteza, que se dignou mandar recolher ao sobredito D. Rodrigo por ter vindo a conhecer a sua nulidade. Assim se vê do contexto de sua real carta datada de 23 de dezembro de 1682 (mil seiscientos e oitenta e dois). (Secretaria do Conselho ultramarino, livro de registro das cartas do Rio de Janeiro, título 1673, pág. 35).

Entre os paulistas que se achavam no sertão das esmeraldas e arraial do Sumidouro, era Manuel de Borba Gato (doutor pois lugar-tenente-geral-do-mato em Minas Gerais pelos anos de 1708) que o servando a inação de D. Rodrigo de Castel Branco, sem se aplicar a fazer estradas ao sertão para com os exames descobrir o desejado fim, para que S. Alteza o havia despachado com tanta honras e mercês, distribuindo-se e consumindo-se da sua real fazenda uma muito considerável soma de dinheiro, com alguma liberdade lhe estranhou ao dito Borba o amortecimento em que se achava desde que chegara aquêlê sertão, aplicando-se só a mandar fazer caçadas de aves e animais terrestres para o regalo e grandeza de sua mesa, e travando-se com razão menos comedida o sobredito Borba Gato se precipitou tão arrebatado e furor que dando em D. Rodrigo um violento empuxão o deitou ao fundo em uma alta cata na qual caiu morto. E chegando a São Paulo esta notícia os officiaes da Câmara deram conta a S. Alteza e com carta de 2 de novembro de 1682 (*Arq. da C-m. de São Paulo*, título 1675, pág. 92.)

Recolhido à pátria o tenente-geral Matias Cardoso de Almeida, no ano de 1682, nela desfrutou o sossêgo da quietação em desconto dos trabalhos que havia curtido na expedição com D. Rodrigo de Castel Blanco. Porém não gozou da pátria mais do que até o ano de 1689, em que passou a guerrear contra os gentios do Rio Grande do Sul.

### III

#### O MISTÉRIO NA TRAGÉDIA

O que conta Pedro Taques está baseado nos documentos do Arquivo da Câmara de São Paulo, da Secretaria do Conselho Ultramarino e outros documentos respeitáveis. Porém, como êsses documentos tinham por base os dizeres



os interesses particulares, em certos casos devem ser examinados e confrontados com outros, e submetidos à devida crítica.

Paulo Setúbal, no seu livro *O Sonho das Esmeraldas*, parece admitir a versão de Taques, porém a comenta com a nota seguinte:

“Bento Fernandes, na Memória, compilada por Silva Pontes, diz que D. Rodrigo, em meio à altercação que teve com Borba Gato, foi alvejado e morto por dois pajens dêste. Taques, porém, que é muitíssimo fidedigno, dá ao caso a versão que acima perfilhamos”.

Estamos, pois, diante de duas versões. Nenhuma delas tem por base o exame da topografia, sem o qual, neste caso, nada se pode adiantar.

A magistral obra de Basílio de Magalhães (*Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, pág. 323 e seg.) deixa intata a dúvida:

“Ou porque o fidalgo castelhano — diz Basílio de Magalhães — lhe exigisse os petrechos bélicos e obediência igual a que lhe rendera Garcia Rodrigues, ou por qualquer outro motivo até hoje ignorado, — o certo é que entre os dois se abriu conflito, e D. Rodrigo ali tombou exânime, em fins de outubro de 1681, ou no fundo abrupto de uma cata, a um empurrão de Borba Gato (como narra Taques), ou varado por uma carga de rabuco, que o paulista destemeroso, ou um dos seus pagens (esta, talvez, uma atribuição posterior dos interessados em innocentar o Borba), lhe apontara ao peito”.

No entanto é de observar que Pedro Taques não fala de pólvora, senão de que Borba Gato “observou a inação de Castel Blanco... applicando-se só a mandar fazer caçadas de aves e animais terrestres para o regalo e grandeza da sua mesa”. Também deve considerar-se que o assassinio se deu a um ano de distân-

cia, da morte do Bandeirante, quando já D. Rodrigo havia tomado posse de todas as fazendas, minérios e cereais. Portanto é necessário buscar alguns outros argumentos e razões para dar solução ao assunto.

Enquanto à narração imaginada por Diogo de Vasconcelos na sua *História Antiga de Minas Gerais*, pág. 50-54, está completamente destruída por Taunay (*Bandeiras Paulistas*, VI, p. 222), que lhe repreende haver preferido a relação de Bento Fernandes, “*mau grado haver pouco antes repudiado do mesmo autor e in totum o trecho ao fim de Fernão Dias Pais*”.

Verdade é que, enquanto o filho de Ferrão Pais, no arraial do Sumidouro, entregou todos os bens que havia no Sabarabucu, ao contrário o padre João Leite da Silva, irmão do Descobridor das Esmeraldas, protestava contra a intrusão de D. Rodrigo e pedia se impedisse a quem quer que fôsse a ida às terras das Esmeraldas, descobertas por seu irmão. (Cf. Taunay, 1. c., p. 208).

Entre as duas versões existe uma terceira, na comunicação feita pelo Governador fluminense ao Conselho Ultramarino (N.º 1477 do catálogo), segundo a publicação na *Paulística* (117) de Paulo Prado, citada por Taunay (p. 213); Diz:

“Em 28 de agosto do mesmo ano, mataram a D. Rodrigo de Castel Blanco Administrador das Minas, indo marchando por uma estrada lhe deram três tiros do mato, e logo caíra morto e que ainda não se sabia quem fôssem os matadores”.

#### IV

##### À DATA DA MORTE DO FIDALGO

Ainda sobre a data da morte não concordaram até agora os autores.

Diogo de Vasconcelos a marca em 20 de outubro.



Basílio de Magalhães (*Expansão Geográfica*) aceita que “a morte do Fidalgo espanhol ocorreu em fins de 1681 e foi devida a um ato de violência praticado por Manuel de Borba Gato — fato que se atribui também a um dos pajens ou escravos d’este famigerado paulista”.

Alfredo Ellis (Júnior) no *Bandeirismo Paulista e o recuo do Meridiano* (2.<sup>a</sup> ed., 1934, pág. 299) assegura que “a morte do fidalgo espanhol teve lugar, porém, em meados de 1682, como com muita razão afirma o portento de retentiva” Pedro Taques e não em fins de 1681 como pretendeu corrigir o grande Basílio de Magalhães”. (*Rev. Inst. Hist. Brasil.* tomo esp., vol. II 91).

Ao contrário e com muita precisão Taunay (*Bandeiras*, c. XXVII) refere os três lugares onde Taques fala do assassinio:

“Isto foi o que unicamente obrou D. Rodrigo todo o tempo que lhe durou a vida, até o mês de setembro ou outubro do ano de 1682” (*Nobiliarquia*).

Em outro ponto da mesma obra; Pedro Taques diz:

“Tomando-se de razões com D. Rodrigo... o matou em novembro de 1682 no sitio Sumidouro” (1. c.).

E na obra *Informações sobre as minas de São Paulo* (pág. 145 ed. Taunay), diz somente que “faleceu D. Rodrigo de Castel Blanco no Arrayal do Sumidouro no anno de 1682, de que logo derão conta a S. Majestade os officiaes da Camará de S. Paulo, e em carta de 2 de novembro do mesmo anno (Câm. de S. Paulo, liv. de Reg. tt. c. 1675, pág. 92), quando já S. Majestade informado pela Real Fazenda mandara recolher ao dito D. Rodrigo por ordem de 23 de dezembro de 1682. (Secretaria Ultramar. Liv. de Cartas do Rio de Janeiro, tt. c. 28 de março de 1673, pág. 35)”.

A data verdadeira, porém, do assassinio de D. Rodrigo encontrou-se num papel do Arquivo da Marinha e Ultramar

do Governador fluminense Duarte Teixeira Chaves ao Conselho Ultramarino (número 1477 do catálogo, papel publicado pela primeira vez por Paulo Prado em sua *Paulística* (117 — Cf. Taunay 1. VI, c. XXVII):

“Senhor, o Governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, em carta de 25 de Novembro do anno passado conta a Vossa Alteza em como tivera aviso do sertão de S. Paulo que, em 2 de agosto do mesmo anno, mataram D. Rodrigo de Castel Branco, administrador das minas, hindo marchando por uma estrada lhe deram tres tiros do mato, e logo cahira morto e que ainda não se sabia quem fossem os matadores. Quando ao Ouvidor Geral daquellas Capitaniaes que se achava em correição na villa de Santos, fizera aviso tirasse inteira informação deste caso, para o dar a Vossa Alteza, e soubesse si ficára alguma fazenda que pertencesse a Vossa Alteza, e que escreveu o Governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, de matarem a D. Rodrigo de Castel Blanco administrador das Minas e do que ordenar sobre este particular.

Lisboa, 29 de Abril de 1683”.

A carta citada vem a resolver a questão da data do falecimento. Porém outra da Câmara de São Paulo, escrita anteriormente em dois de novembro do mesmo anno, explica o porque das demoras em dar noticia ao rei.

Diz assim: (Registro-Geral, II 361).

“A 21 de outubro deste presente anno nos veio por leves noticias vulgarmente (sic) que haviam morto o administrador geral das Minas D. Rodrigo de Castel Branco na paragem chamada Sumidouro distante desta villa mez e meio de viagem e como andava no real serviço de Vossa Alteza, o que se tem averiguado ser certa a morte e não termos mais conhecimento nem nos consta que pelas no-



as, nem sabermos quem cometesse o delicto, nos pareceu dar conta a Vossa Alteza deste successo que, como leaes vassallos não devemos faltar em seu real serviço a cuja vida prospere o seu felizes annos para amparo de sua monarchia”

Assim se sabe porque a noticia da morte acontecida em 28 de agôsto, foi conhecida em São Paulo somente a 21 de outubro; e para que chegasse a São Paulo necessitava um mez e meio emegou ainda mais tempo para se conhecer no Rio de Janeiro donde a poude o governador enviar ao Rei em 25 de novembro.

Não foi demora grande, não, porque, como se explica nas cartas referentes, foram feitas também investigações; porém inutilmente, e a noticia da morte de Rodrigo chegou incompleta.

Nem importava.

D. Rodrigo era espanhol. Desde 1773 exercia o cargo de Procurador de Minas de São Paulo e São Vicente, com muito lucro e grandes despesas: sem nenhuma sorte.

Sem saber que elle havia já falecido, Príncipe havia-o deposto, por ordem de 23 de dezembro de 1682. (13)

Aliás este Fidalgo era de estorvo em São Paulo. Dificuldades grandes passou para encontrar quem o acompanhasse até Sumidouro; (14) e Matias Car-

(13) Pedro Taques o confirma (*Rev. Inst. Bras.* 23, 2, 162) no passo citado anteriormente: “Isto foi o que unicamente obrou Rodrigo todo o tempo que lhe durou a vida, desde de setembro ou outubro do anno de 1682 até tantas, e tão avultadas despesas que já os do seu falecimento tinham chagado as noticias aos reis ouvidos de Sua Alteza, que dignou mandar recolher ao sobredito D. Rodrigo por se ter conhecido a sua inutilidade. Assim se vê do contesto da sua real ordem dada a 23 de dezembro de 1682 (Secretaria do Conselho Ultramarino, livro de registro das cartas do Rio de Janeiro, titulo V 1673), (p. 35)”.

(14) O brio de Fernão Dias Pais havia atraído amigos, e a sua rica fazenda tratadores e escravos para acompanhá-lo na

dozo parece que o acusou ao Rei: os índios fugiam; e as pedras preciosas appareciam em São Paulo em mãos de diversos individuos.

Todo o desvelo foi prohibido a extração das pedras e a apresentação das que se haviam tirado com dano da Real Fazenda.

Morto o Fidalgo, o que mais importou do assassinio foi pôr a salvo tudo o que podia pertencer à Fazenda Real, e informar a Côrte.

Os autores do delicto, completamente ignorados, ainda que fôsse indicado Borba Gato como autor ou mandante; e elle pertencendo a todos: parentes ou amigos.

Não havia nada que fazer.

Do assassinio do Fidalgo não ficou senão a memoria no nome do Cêrro ou Morro do Fidalgo, perto da outra memoria: o Sumidouro.

arriscada empresa. Depois de sete annos de trabalhos inúteis, não podia exigir D. Rodrigo que alguém o acompanhasse entre os Paulistas, só obrigados pela Câmara com a autoridade da Côrte, com força, se determinaram submeter-se a elle. Depois de conhecido o descobrimento das pedras, então Matias Cardoso e os outros se determinaram a sair, e assim pôde chegar D. Rodrigo ao Paraopeba, antiga feitoria de Fernão Dias, e até o Sumidouro, onde o filho do defuncto Descobridor lhe entregara as Esmeraldas e os direitos sobre todas as difficuldades que lhe tinham levantado os Paulistas: “Não posso com os embaraços desta terra” (R. G. III, 331), e declarava que estava preste a ir-se dali. Pedira a Sua Alteza mandasse outro ministro para aquella commissão. (Taunay, pág. 208).

Aliás, Matias Cardoso declarou-se céptico sobre os resultados da expedição. Não ia com muita gana. Assim Pedro Taques fala de uma denuncia de Matias Cardoso e de outros paulistas enviada ao Príncipe contra D. Rodrigo.

Efettivamente as queixas foram atendidas. Ao ouvir. Sua Alteza, as grandes despesas, o chamou: “considerando hoje o estado em que se acha a fazenda Real, e não poder fazer tantas despesas: Vos ordeno e mando, como por esta o faço, que vos recolhaes para este Reino”.

Medida inútil D. Rodrigo era já morto!

Ficou outro sinal: à cruz de madeira, na beira do caminho que leva ao arraial de São João do Sumidouro.

## V

### BORBA GATO

O genro do Descobridor das Esmeraldas, Borba Gato, foi apresentado como tipo do homem arrebatado e arrogante, pelo fato de haver sido suspeitado autor ou mandante do assassinio do Fidalgo.

Paulo Prado escreve que êle "*por prudência, ou com a consciência pouco tranqüila, homiziou-se nos sertões da Bahia, longe da margem direita do rio São Francisco ... Ali — reza a tradição — nos sertões do Rio Doce viveu entre a indíada, chegando a ser cacique de uma tribo. Mais tarde, contando com a proteção de amigos e da família poderosa, passou-se para as cercanias de Pindamonhangaba, num canto discreto entre a serra do Mar e a vila de Paraitinga. Ao findar o século XVII, o governador Artur de Sá e Meneses obteve-lhe o perdão real e o posto de tenente-general. Na clássica longevidade de paulista antigo, morreu aos noventa anos, na sua fazenda de Paraopeba*".

Félix Guizard Filho (Cf. Taunay, c. XXVIII), estudando melhor o caso, pensa que ainda não chegou o tempo de falar com segurança: em todo caso na linha de Ubatuba tinha e aí parece viera sua família.

O que em todo caso não deixa dúvida foi a boa vontade do governador.

Não sei se foi porque seu cunhado Garcia Rodrigues Pais intercedera em seu favor, como comenta Guizard; ou pela valiosa cooperação que êle podia oferecer ao descobrimento das minas como efetivamente aconteceu, achando em 1700-1701 as minas de ouro, das quais sacou um presente de trinta arrôbas desse metal para o governador, que o levou êle mesmo para Portugal.

Basílio de Magalhães, referindo a versão, supõe que o Borba Gato não foi perdoado pelo Rei: nem se perdavam tais crimes naquêles tempos: só citamente e de fato, obteve o perdão o governador.

Com efeito êle foi nomeado "tenente-general na jornada do descobrimento *prata de Sabarabuçu*" com a patente virada no Rio de Janeiro em 15 de outubro de 1698.

Não tenho autoridade nem letras para entrar neste assunto. para julgar falsos os elementos positivos comprovantes, sòmente há sugestões que se apressam interessadas, nos autores antigos.

Em todo caso, parece que se documentos e fatos colocam positivamente, e de alguma maneira, faltam tãcitamente.

Quero ante todo chamar a atenção sobre a carta da Câmara de São Paulo ao Regente, a 2 de novembro, dando conta da morte de D. Rodrigo (Reg. Ge. III, 361). Nela se lê: "nos veio por vezes noticias vulgarmente que haviam morto o administrador-geral das minas Dom Rodrigo de Castelo Branco na povoagem chamada Sumidouro... e como dava no real serviço de Vossa Alteza que se tem averiguado ser certa a morte e não termos mais conhecimento, consta que pelas noticias, nem sabemos quem cometesse o delicto..."

Na outra carta do governador Duarte Teixeira ao Conselho Ultramarino (177 do catálogo), de 25 de novembro de 1682, comunicada ao Príncipe em 29 de abril de 1863, em Lisboa, se dizia tãbém: "e que ainda não se sabia quem sem os matadores. Que o Ouvidor-geral daquelas Capitánias que se achava em correição na vila de Santos fizera o tirasse inteira informação deste caso para o dar a Vossa Alteza, e souber se se ficara alguma fazenda, que pertencesse a V. Alteza..."

Não existem outros documentos sobre o caso. Ainda mais: os autores



próximos da morte de D. Rodrigo se contentam com lendas, e não accusam positivamente a Borba Gato do assassinio, nem dizem se foi mandante.

Passaram dezêsses longos anos (1682-1698), desde a morte do Fidalgo até a nomeação de Borba Gato.

Não existem notícias certas, senão suposições e lendas, da atividade de Borba Gato durante todo êsse lapso de tempo. Mas não deve isto causar estranheza, quando se pensa que tampouco sôbre seu genro Garcia Rodrigues Pais não há notícias certas.

As atividades recommençaram com a nomeação para ir ao descobrimento das minas.

Acusa-se de arrebatado ao Borba Gato: e não se faz caso da veemência com que o Padre João Leite da Silva defendeu os direitos de seu irmão Fernão Dias contra D. Rodrigo.

E, se o Borba Gato fôsse de caráter tão veemente, penso que não poderia haver assistido por sete anos seu sogro, com tanta paciência e tanto desvêlo, e com um caráter tão diverso. E não se haveria occultado: ao contrário poderia haver afrontado a situação.

Seja o que fôr, apesar de que Taques e Fernandes atiram sôbre êle a culpa do assassinio, nos documentos fica de pé que ninguém o accusou: que ao príncipe chegou a notícia sem os nomes dos acusados; nem tampouco, suspeitas: "*nem sabemos quem cometesse o delicto*", não se sabia quem fôsem os matadores, dizem as cartas enviadas ao Príncipe.

Tôda a preocupação concentrou-se em saber "*se ficara alguma fazenda, que pertencesse a V. Alteza*".

E Sua Alteza, em resposta, a 25 de maio de 1863 (Cf. Taunay. c. XXIX, pág. 226), apresentava-se a ordenar ao Ouvidor-Geral que estava em Santos, "*devassasse do caso com tôda a exação e acautelasse os interêsses da Coroa, pon-*

*do a fazenda da málograda expedição em segurança com tôda a brevidade*".

E dois anos mais tarde desaprovava os atos de D. Rodrigo, o ordenava o confisco do seu espólio "*até se averiguar se as despesas que fêz foram por ordem minha*".

Como se vê, nada contra o Borba Gato: nem são nomeados os que acaso poderiam alegar direitos: sômente se devia pôr a salvo a fazenda real. E' tudo.

Portanto, depois de dezêsses anos, e com a experiência do mato que deveria ter Borba Gato, encontrou natural, havê-lo tenente-general naquella região onde nasceu e se fêz grande a sua celebridade.

## VI

### A CRUZ DE MADEIRA

Na beira do caminho no Cêrro do Fidalgo, foi levantada uma cruz de madeira.

Era costume, como ainda hoje, colocar essa memória; e, para que os transeuntes rezassem uma prece pelo defunto, se fixava à vista na beira do caminho, embora o fato tivesse acontecido mais afastadamente.

E' o caso, na tradição do assassinio do Fidalgo.

Diz-se que o Fidalgo vinha pelo caminho da Lagoa Santa, e que o Borba Gato, que morava no Sumidouro, o estava observando desde a elevação do cêrro, que aliás atualmente não está coberto de mato, e parece que naquele tempo tampouco, tendo uma altura de 700 a 800 metros sôbre o nível do mar.

Na esplanada houve discussão: a certo ponto Borba Gato sacou o arcabuz, atirou e matou o Fidalgo.

Esta tradição é possível.

Impossível é a cena descrita por Pedro Taques e reproduzida por Setúbal, de que Borba Gato deu um empurrão a D. Rodrigo e o atirou do alto de uma cata, resultando a morte.

Impossível, porque no Cêrro do Fidalgo não há alturas que permitissem atirar para abaixo.

Nem havendo mato, como parece, era difícil poder atirar com o arcabuz sem ser vista.

Que o fato tivesse acontecido na estrada é coisa mais natural.

A cruz de madeira estaria posta no próprio lugar. Mas não há provas.

Será difícil havê-las.

Como bem declara Taunay (c. XXVIII pág. 219), "Com propriedade comenta Basílio de Magalhães (cf. *Expansão geográfica*, 91).

*"Ignoram-se até o presente os motivos reais que produziram essa nova tragédia do Sumidouro, já purpureada pelo sangue do filho natural de Fernão Dias"*.

## VII

### CONCLUSÃO

Ignoram-se até o presente os fatos íntimos da tragédia.

Pela história ficou aí o cêrro do Fidalgo, cuja memória está fincada na cruz de madeira que até hoje existiu e que será reposta na beira do caminho.

Essa tragédia, fato misterioso, quase sem solução, veio a solucionar uma época de fiscalização estéril, odiosa de um enviado soberano que, antes de encontrar pedras preciosas e metais para a coroa, pensava em dispendiosas caças para sua rica mesa diária.

Antes da morte do grande bandeirante se desagregou a bandeira, mas o pedaço que ficou com o chefe deu com as esmeraldas.

A morte de Fernão Dias tornou a São Paulo a bandeira.

A aparição no sertão de D. Rodrigo de Castel Branco não fez senão dar maior brio a Fernão Dias, para que num último esforço, antes de morrer, desse com as pedras apêtecidas. Sua morte foi

fecunda, porque da sua bandeira nasceram os formidáveis pesquisadores de Minas Gerais, Manuel de Borba Gato e Garcia Rodrigues, que revelaram as imensas riquezas escondidas nas entranhas daquela terra bendita.

Mons. *Frederico Lunardi*

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1935

## VIII

### NOTAS FINAIS

#### *Nota n.º 1*

A 21 de julho de 1674 partiu Fernão Dias Pais de São Paulo. Tinha 66 anos de idade. Do sertão não deveria voltar.

À sua frente fizera marchar Bartolomeu da Cunha Gago, conta uma certidão da Câmara de Taubaté. (Cf. *Rev. da Arq. Publ. Min.* XX; 172).

Taques enganou-se redondamente fixando duas vezes tal partida em 1673. (*Rev. Inst. Bras.* 35, 2, 112 e *ibid.* 33, 2, 147). Deixou Calogeras êste ponto bem frizado.

Mas o documento capital sôbre êste particular desvendou-o Paulo Prado em sua *Paulística* (pág. 121 et pass.).

"Num maço de documentos copiados no Arquivo da Marinha em Lisboa, encontrou-se uma carta do próprio punho de Fernão Dias, dirigida a Bernardo Vieira Ravasco, escrita numa sexta-feira, 20 de julho de 1674, véspera de sua partida para a grande jornada de que não voltou. E' a essa carta, sem dúvida, que respondeu o príncipe D. Pedro em 30 de novembro do mesmo ano, resposta publicada por Pedro Taques. Diz a cópia do documento arquivado sob o número 1684.

"Senhor: — Nam fis aviso A Vossa Senhoria de nam poder partir o anno passado por falta de embarcação e tambem pela reprehenção que tive na carta ultima que me mandou até a ora de minha partida que amanhã a sabado vinte e



um de julho de seiscentos e setenta e quatro com quarenta homens brancos, afora eu e meu filho, e subditos meus brancos, e tenho quatro tropas só de mosquitos meus com toda a carga de coso mais importância no serro onde está a capitania Mathias Cardoso, esperando por my, a qual me mandou pedir gente escoteira com polvara, e chumbo, que me foi outra vez forçoso refazer para levar para my.

Vossa Senhoria deve considerar que este descobrimento he o de mayor consideração em razam do muito rendimento, e tambem esmeraldas, e diversa pedraria como sempre se disse, e foi já descoberto, e avendo eu de avisar com ajuda de Deus que o descobrissem ter todo deserto, porroado de gente assistente para que Sua Alteza o mande ver e examinar, para que nem gasto nem dillação, havendo muytissimo que comer, e bastante creação que se faça com toda a facilidade que o ir e vir facil cousa fora aos homens de S. Paulo, e difficultoso ao depois e somente examinaram os serros e ficará o mais por descobrir; e em chegando farei aviso a Vossa Senhoria do que ha; ou tive carta de Sua Alteza que foi servido mandar agradecer o meu zello, e nella me diz, que por via de Vossa Senhoria me mande outra viaá nam lhe encaresso os contrastes que tive para effectuar esta jornada; por nam cansar nesta ocasião lhe say a Vossa Senhoria as amostras de prata com a pedra della de Pernaguá que tambem foi já descoberta, haverá vinte e tantos annos, ou os que na verdade se achar: por Agostinho de Figueiredo mandado por Vossa Senhoria num rratel dessa prata veio a meu poder da qual fis ensaio, e tirei trinta reis de prateira do dinheiro antigo, que sam hoje tres intens e tres ligas de ouro, e já se disse que se descobriu tambem o que for soará secretario (?) me dis que está D. Rodrigo de Castello Branco em Itabanhana, examinando o serro, e quantidade de pe-

dra, e disposições do seu contorno por mandado de Vossa Senhoria e sua Alteza que Deus Guarde com que vos muito animado considerando que lá e cá ha prata, e que eu a devo achar com maior estimação com que estavam todos os haveres reservados para o Principe Nosso Senhor, e tambem, para o governo de Vossa Senhoria, que Deus guarde com grandes felicidades; era acima de seiscentos e sementa e tres annos, digo setenta e quatro annos. — Fernam Dias Paes” (Cf. Taunay, *Hist. Gen. das Bandeiras Paulistas*, c. XII).

*Nota n.º 2 —*

Matias Cardoso de Almeida, nobre cidadão de São Paulo que serviu os cargos da república.

Sendo encarregado ao Governador Fernão Dias Pais Leme o descobrimento das esmeraldas... foi lembrado o capitão Matias Cardoso de Almeida para o acompanhar.

Para êste efeito o próprio Governador Fernão Dias representou a necessidade que havia da sua pessoa...

O referido contexto se vê da carta-patente que de capitão-mor se passou ao dito Matias Cardoso de Almeida, datado em 13 de março de 1163 (*Arquivo da Câmara de São Paulo*, livro de registro, n.º 4, título 1662, pág. 98 e 99).

Para êste efeito o governador Fernão Dias representou a necessidade que havia da sua pessoa, expressando ser muito conveniente que fôsse por seu adjunto por ter grande experiência daquelle sertão e dos gentios dêle, onde já havia conseguido entradas de importância, procedendo com muito valor e constância na conquista dos gentios que domara. O referido contexto se vê da carta-patente que do capitão-mor se passou ao dito Matias Cardoso, datada em 13 de março de 1673 (*Arquivo da Câmara de São Paulo*, livro de registro n.º 4 título 1662, pág. 98 e 99).

Para o sertão de Sabarabuçu (hoje se chama Sabará que é em Minas Gerais), e Cataguases, entrou o governador Fernando Pais com seu adjunto e capitão-mor Matias Cardoso de Almeida no mesmo ano de 1673, e penetrando naqueles vastos sertões, nêles não perderam os exploradores os mais eficazes exames para conhecimento ou desengano de haver ou não a desejada prata que se procurava.

Sendo passados três para quatro anos de constante trabalho e vida laboriosa toda empregada em exames à custa dos maiores sofrimentos de calamidades de um sertão inculto, retrocedeu Matias Cardoso com todos os mais da conduta que formavam o corpo militar com que de São Paulo saíra o governador Fernando Dias Pais.

Este, vendo-se só sem mais companhia que a de seu filho Garcia Rodrigues Pais e seu genro Manuel de Borba Gato, penetrou os vastos sertões até estabelecer feitorias na Tucumbira, e mais no centro em Itamirindiba, de onde, sulcando por diversas veredas o mesmo sertão do reino dos Mapaxós até o lugar da lagoa Vuparuçu, no laborioso desvêlo de descobrir as apetecidas esmeraldas, no sítio em que as havia extraído Marcos de Azeredo, que recolhido ao Rio de Janeiro quis antes morrer em uma cadeia e ver seqüestrado todo o seu bem do que declarar o sítio onde tinha achado as esmeraldas e a prata.

Com efeito foram descobertas em fevereiro em 1681; e voltando governador para São Paulo com as esmeraldas do seu descobrimento, chegou ao Rio das Velhas e ali faleceu; e quase ao mesmo tempo chegou também àquele sertão o administrador-geral D. Rodrigo do Castelo Branco, a quem veio procurar Garcia Rodrigues Pais no Arraial de S. Pedro de Paraíba e lhe apresentou e entregou as esmeraldas que havia descoberto o governador seu pai, que de tudo se lavrou auto em 26 de junho de 1681;

pedindo ao dito administrador-geral que as ditas pedras enviasse a Sua Majestade pelo impedimento que êle dito Garcia Rodrigues Pais tinha de poder naquela ocasião seguir marcha para São Paulo por conta da epidemia que tinha de caminhar gravemente enfermos a todos os índios de sua tropa.

O sacozinho das esmeraldas cosido e lacrado foi apresentado aos oficiais da Câmara de São Paulo no dia 1.º de setembro do dito ano (Arquivo da Câmara de São Paulo, livro de registro, título 1675, pág. 71 V e livro de verenças, título 1675 pág. 139)..."

### Nota n.º 3 —

Resto de madeira da Primeira Capela de Minas na Quinta do Sumidouro. Oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por Monselhor Frederico Lunardi Membro correspondente do Instituto na assembléia de 19 de dezembro de 1935.

Exmo. Senhor Presidente.

Senhores,

A lasca de madeira que hoje apresento ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para que se conserve no seu precioso Museu, leva a data de 11 de setembro de 1935.

Nesse dia, acompanhado pelo illustre filho da terra Mineira, Monsenhor Carlos Vasconcelos, bispo titular de Alga, e pelo Padre João Crisóstomo de Andrade, Vigário de Matozinho do Rio das Velhas, dando uma volta para visitar a interessante região pré-histórica conhecida com o nome de "Lagoa Santa", semeada de importantes lapas e cavernas calcárias, eu não quis deixar de conhecer também o Sumidouro.

Neste lugar de história quase lendária me foram mostrando lugar e os restos da PRIMEIRA CAPELA de Minas Gerais.

Cheios de reverência e imitando os antigos romeiros, que de volta de Roma



levavam consigo relíquias sagradas, sem medo de que fôsse uma profanação tiramos três lascas dos restos de quatro postes de madeira de cor vermelho escuro (1) que ainda ficam na que foi no tempo de Fernão Dias Pais a Quinta de São João do Sumidouro. (1681).

Um pedaço foi destinado ao Instituto Histórico Mineiro de Belo Horizonte; outro se tirou para o Museu que, na cidade de Mariana, fundou e dirige o seu ativo e culto Arcebispo, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, honra do episcopado brasileiro, que recentemente tinha voltado da lagoa famosa que se crê seja a mesma de Vapubuçu.

O terceiro, maior me foi entregue: eilo aqui: é para ser conservado no Museu deste secular Instituto.

## BIBLIOGRAFIA

### Obras principais:

CALOGERAS, JOSÉ PANDIA — *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio, 1904-5.

DERBY ORVILLE — *Roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas*. — Rev. Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo, IV, 329-350.  
— *Os primeiros descobridores de ouro no d. de Sabará*, etc.

ELLIS, ALFREDO (Júnior) — *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. S. Paulo, 1934. Segunda ed.

MAGALHÃES BASÍLIO — *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. — S. Paulo 1935. Segunda ed.

(1) A referida madeira se apresenta como "aroeira do sertão" (*Lentiscus vulgaris*), ou também "sapucaia" (*Lexithis minor*).

"Memorandum" — O fragmento de "aroeira do sertão", junto, foi extraído por Dom Carlos de Vasconcelos, Bispo de Algiza, de um dos tocos de esteios da primitiva igreja de Quinta do Sumidouro, igreja esta talvez a 1.<sup>a</sup> ereta em Minas, pois que levantada no acampamento de Fernão Dias Pais Leme; então cultivando a primeira roça de milho plantada em Minas, para abastecimento da Bandeira, já sem outros recursos.

"O dito fragmento foi extraído no dia 11 de setembro de 1935.

"A referida igreja era coberta de colmos de palmeiras, e estava sita próxima das catas de ouro, à margem esquerda do Rio das Velhas".

ROCHA, JOSÉ JOAQUIM DA — *Memória histórica da capitania de Minas Gerais*. Publicações do Arq. Nac. IX, 5-100.

SAMPAIO, TEODORO — *São Paulo de Piratininga no fim do séc. XVI*. Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo, V., 79-94.

SETÚBAL, PAULO — *O Romance da prata*. S. Paulo, 1935.

*O Sonho das Esmeraldas*, S. Paulo, 1935. *El-Dorado*, S. Paulo 1935.

TAQUES DE ALMEIDA PAIS LEME, PEDRO — *Nobiliarquia Paulista*, Rev. trimestre do Inst. Hist. Geogr. e Etnogr. Brasil, Tomo XXXIII, Parte segunda.

TAUNAY, DE E. AFONSO — *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Tomo VI. São Paulo, 1930. E' obra principal.

VASCONCELOS DIOGO DE — *História antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1904.

VASCONCELOS DIOGO, PEREIRA RIBEIRO DE — *Memórias sobre a capitania de Minas Gerais*. Rev. do Arq. Públ. Mineiro, VI, 157-965.

## DOIS BRASILEIROS EM ÁFRICA

(O Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida e Felisberto Caldeira Brant Pontes)

LUIZA DA FONSECA

(Do Arquivo Histórico Colonial, de Lisboa)

D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi Ministro da Marinha e Ultramar com o Príncipe Regente D. João mais tarde VI. Homem que andara pelas côrtes estrangeiras, espírito aberto às idéias novas, de conhecimentos vastos e grande iniciativa, procurou por diversas maneiras enriquecer os domínios portugueses; desenvolvendo a marinha e o comércio, reformando a administração colonial, protegendo ardorosamente as ciências. E' impossível dar em poucas linhas uma breve idéia da atividade e ação deste notável Ministro. No Arquivo Histórico Colonial existem milhares de minutas, officios e apontamentos do seu punho, tratando com o mesmo cuidado os assuntos mais variados. Dêsses papéis ressalta porém o interêsse especial pelo Brasil, e a proteção dispensada a muitos brasileiros ilustres.

Um dos assuntos a que dedicou mais entusiasmo foi o plano da travessia da África. Ligar as duas províncias de Angola e Moçambique era um sonho já antigo; D. Rodrigo procurou realizá-lo e para isso foi buscar um brasileiro.

O Dr. Francisco José Lacerda e Almeida nasceu em São Paulo, pelos meados do século XVIII, filho legítimo de José Antônio de Lacerda e de D. Francisca de Almeida Pais, e morreu no dia 18 de outubro de 1798, no Zimboé de Rei Cazembe.

Viveu, pois, cêrca de cinqüenta anos uma vida aventureira, repartida por três continentes: América, Europa, África.

E' bastante conhecida a ação do Dr. Lacerda no Brasil, e grande demais para caber, mesmo em resumo, num trabalho tão pequeno. Estão publicados quasi todos os papéis e mapas relativos aos seus trabalhos nas demarcações de limites do Mato Grosso.

Sabe-se quase tudo também acêrca da tentativa de travessia da África interrompida pela morte do valoroso explorador; no entanto parece interessante publicar-se ainda alguns documentos relativos à sua vida particular. Dera já provas de fôrça de alma no Brasil o Dr. Astrônomo, ia no entanto, sofrer mais em África, sofrer as suas dores e as das pessoas queridas que o acompanhavam.



Através dos seus diários e de outros papéis, vê-se o homem enérgico, de forte personalidade que a todo o passo encontra resistência à sua vontade de ferro.

Na viagem de Lisboa para Moçambique faz as primeiras acusações contra o Governador Meneses Costa, do qual se diz encarregado vocalmente de observar a conduta. (Doc. 1.º)

Já em 1787 o Governador de Mato Grosso, Luís de Albuquerque escrevia... “tem mostrado a experiência de cinco anos, que, possuídos de certo orgulho escolástico, alguma coisa impertinentes e descuidados até da conservação e asseio dos seus instrumentos... muito pouco se interessam em prosseguir no estudo... ou não fôsem, qualquer dos dois, mais amigos do seu divertimento e comodidade, do que do desempenho das obrigações”.

Qualquer dos dois! O outro é o Dr. Antônio Pires da Silva Brant Pontes, a quem Lacerda no Diário da Viagem de Moçambique para Sena chama “seu parente, camarada e amigo”. Estudaram juntos em Coimbra, juntos trabalharam nas demarcações do Brasil, juntamente são depreciados pelo Governador, êstes dois matemáticos considerados noutro documento “escolhidos entre os melhores”.

Um breve resumo dos Diários do Dr. Lacerda dará um quadro do sofrimento e força de ânimo dêste homem.

Levava consigo a família, mulher, filha e certamente uma filha natural que aparece em vários pápeis. Logo no terceiro dia de viagem de Moçambique para Quelimane, diz: “duas criaturas que me

amam e são amadas com igual ternura, e além disto me servem de consolação por estes desertos, estavam em evidêntissimo perigo de vida”. Cheio de sobressalto com os seus doentes e outros que principiavam a ter os mesmos ataques chegou a Sena, que chama “um distrito onde se acham todos os vícios e nenhuma virtude”, irritado por uma tentativa de suborno de 5.000 cruzados, que não conseguiu corrompê-lo. Indigna-se contra uma leva de 150 escravos que vê presos em gargalheiras. E escreve mais adiante:

“Só quem passa pelos incômodos, trabalhos e perigos a que estivemos expostos neste dia, os poderá conhecer e avaliar” “A necessidade de estar como prêsso á bússula... a obrigação da caridade em acudir aos doentes, o susto que tenho de que nos remédios que lhes aplico vá escondida a morte... que nem tenho tempo de pensar nas minhas moléstias”.

Em 24 de janeiro de 1798 tomou posse do governo dos Rios de Sena. Havia então uma das terríveis fomes daquelas regiões. Morriam cafres pelas ruas. Os negros devoravam tudo, não escapavam sequer as raízes das bananeiras, chegando a comer o que sabiam que poucos minutos depois lhe daria a morte.

Instala-se o Dr. Lacerda com a família, e no princípio de abril dá-se na sua vida uma tragédia que êle próprio narra assim: “A grave moléstia que me obrigou a dispor para morrer no dia dois ou três do presente mês apenas me permitte fazer estas duas mal alinhavadas e trêmulas regras, para dar parte a V. Ex<sup>a</sup>. que no dia 1.º de Abril foi Deus

servido levar para si, sua criada e minha mulher D. Cecília, cuja perda me é muito sensível pela boa amizade que entre nós havia, e docilidade do seu gênio” (Doc. 2).

E são bem trêmulas as mal alinhavadas regras do Dr. Lacerda. Esta carta que ressuma tristeza é de 13 de Abril; a 15 manda levantar um auto de devassa contra Manuel Ribeiro dos Santos, por difamação. No seu Diário em momento de desânimo diz a viva impressão e dor que conserva pela morte da sua amada mulher, e cita uma frase de Horácio:

E no entanto casara clandestinamente, sem banhos antecedentes nem subseqüentes, oito dias depois de enviuvar, com D. Leonarda Otaviano dos Reis Moreira, sobrinha da dona da casa onde estava hospedado, D. Francisca, e assim ficou de portas a dentro até ir para a expedição, como informa o bispo de Pentacômia. (Doc. 3) O fato só foi conhecido depois de aberto o testamento de Lacerda, e deve ter suscitado grave indignação retrospectiva naquela terra em que a intrigra campeava.

Em maio, recobradas as fôrças, trata dos preparativos da Expedição, trabalho intensivo e cheio de dificuldades pela falta de gêneros, e de escravos, e pela resistência que encontrava em tôda a parte.

Recorre nesta crise a sua hospedeira, a heroína dos Rios de Sena, D. Francisca Josefa de Moura e Meneses, senhora riquíssima, dona da “mais principal casa de Tete”, viúva de dois governadores, a quem os negros chamavam Chiponda, “Senhora que tudó calca aos pés”, e que tinha por timbre não negar-se a qualquer

coisa que fôsse necessária para bem do serviço real. Dela conseguiu “com expressões lisonjeiras”, diz, todo o auxilio de cafres e negros.

E’ curioso um officio do Dr. Lacerda de 1798, em que acusa os opulentos de nos de terras de soberbos e desobedientes e conta que esta D. Francisca ameaçava uma vez o então governador de Rio de Sena de passar além do Rio Zambeze e mandar cafraria em tanta quantidade que arrasasse as casas em que elle residia e tôda a Vila. E’ interessante também como elle propõe, para melhoria dos Rios de Sena, que do Brasil fôsem sem mineiros e roceiros que soubessem fabricar açúcar e as farinhas de mandioca, anil e tecer algodão; e fôsem de Minas Geraes ou São Paulo pessoas pobres que tivessem feitorizado escravos na extração de ouro das minas, ou nelas trabalhado, recebendo cada um trinta ou quarenta escravos, ferro e aço.

Reunidos os carregadores, os mantimentos, as fazendas, os presentes, os instrumentos científicos, tudo o necessário, que foi muito, pôs-se em marcha. 3 de julho de 1798 e logo começou o que havia de ser a sua grande preocupação: “Tôda a noite não dormi, pensando o temendo a fuga dos cafres; e com effeito fugiram 34”. Os cafres fugiam quasi todos os dias, levando as cargas ou abandonando-as no caminho. E o Dr. Lacerda, refreava a cólera, e nem se atrevia a castigá-los receando que fugissem todos: “o único remédio é sofrê-los... e eu soffro com ânimo alegre e disfarçado, para que não fujam, e me obriguem a não cumprir as ordens de S. M. Só pe-



maneciam fiéis os cafres de D. Francisca a quem esta recomendara que morresse com o seu senhor.

Pouco depois adoece, tem sezões, sêde insaciável, intenso frio e notável abatimento, mas prossegue a marcha. Sofreu um ataque dos Maraves e nos dias 28, 29 e 30 de julho a moléstia cresceu de forma que desconfiou de si próprio. “Ordenei que, no dia seguinte, se eu não estivesse nos termos de poder dar algumas ordens, pegassem em mim na forma que estivesse, metessem-me no palanquim, e fôssemos para diante, em demanda de mantimentos, e se não embaraçassem com a minha moléstia e deplorável estado em que me achava”.

No dia 31 a quina tinha já sustado o crescimento da doença. Levado em braços para o palanquim, como pôde foi marcando os rumos para não perder o fio da derrota. Mas em princípio de agosto recai, atravessando uma terra tão miserável que nem um frango teve para alimentar-se, sustentando-se apenas de água e arroz.

E, além de todos êstes incomodos, havia as intrigas e desavenças entre os membros da comitiva, “causa única de tôdas as suas amofinações”. Viajava de barrete vermelho e roupão, calças e espartim de baeta da mesma côr, por causa do intenso frio, o que causava admiração, nota com ironia.

Nos fins de agosto novo ataque de febres aumentado pela notícia de que fugira grande parte dos escravos Muizas. A ordem era sempre caminhar, caminhar, apesar da falta de tudo, e queixa-se amargamente: “Basta dizer com tôda a ver-

dade que o Governador dos Rios de Sena, o sucessor daquêlê heróis que não saíam fora de casa sem ser na sua cadeirinha, e com dois grandes chapéus-de-sol de veludo, com grandes maçañetas de prata... que viviam envolvidos em sêdas e panos brancos finíssimos... que adoeciam por causa da sua esplêndida e profusa mesa, e que, finalmente, gastavam o seu tempo em espalhar fato e arrecadar ouro e marfim, passou umas poucas de horas sem camisa, envolvido em uma baeta, por lhe ter ficado a roupa atrasada, e não teve na sua moléstia um pinto para lhe beber um caldo”.

E caminhava sempre. Na Muchinga acorriam a vê-lo multidões de Muizas, vinham de mais de um quarto de légua, homens e mulheres, atropelando-se uns aos outros, saltando pelos baixos arbustos, caindo e aranhando-se nos paus, porém sempre teimosos em satisfazerem sua curiosidade.

No princípio de setembro atravessa a Serra Rodrigo e chega ao Rio Zambeze; no dia 15 já só sai do palanquim para a cama e da cama para o palanquim, e no entanto continua a descrever minuciosamente tudo o que vê.

Sempre com febre, refere-se em 1 de outubro ao Brasil, “os matos se assemelham a muitos do Brasil, pois as árvores são grossas e altas”; seria esta a última evocação escrita da sua terra. Escrevera poucos dias antes: “...como acontece do que dizem a respeito dos Paulistas, a quem Portugal não sabe o quanto lhes devê, e, se o não ignora, não reconhece”. E no princípio da viagem de Moçambique para Quelimane recordara: “Aves

aos bandos, sôbre as ilhas, que, pela variedade e beleza das côres das suas plumagens alegravam os olhos, me fizeram recordar com saudades de outros semelhantes dias que passei nos vastíssimos sertões do Brasil, com total esquecimento dos grandes incômodos que consigo trazem semelhantes viagens”.

Termina o Diário a três de outubro; O Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida morria 15 dias depois, a 18, e é datado de 15 o documento em que exprime a vontade de que a Expedição siga avante sob o comando do Padre Francisco João Pinto. Morrera a desejar cumprir bem o serviço real que pôs tôda a vida acima do interêsse particular. Numa ocasião em que sentiu desânimo em alguns dos companheiros, disse-lhes que estava disposto a avançar, ainda que deixasse quanto lhe pertencia, e fôsse só com a camisa no corpo, e soubesse que pouco adiante havia de morrer!.

E assim foi!

No dia 6 de novembro chega a notícia do seu falecimento à segunda Divisão da Expedição, fazendo jornada, às 2 horas da tarde; às 4 horas tomava posse do comando o Padre Francisco João Pinto, e nesse mesmo dia começava a discórdia e a rebelião que o Dr. Lacerda pudera evitar com pulso de ferro. Assim se desmantelaria tudo.

Na côrte, D. Rodrigo de Sousa Coutinho esperava confiado ter brevemente notícias da chegada do Explorador à Angola, e anunciava o caso ao governador daquela Colônia. Em várias datas D. Rodrigo mostra o seu entusiasmo, esperança e confiança, acusando a recep-

ção das primeiras observações da viagem;... “O mesmo Augusto Sena recebeu muito prazer e teve grande satisfação de ver os seus Diários, dos que e das contas que os acompanhavam me da remeter uma cópia exata à Sociedade Real Marítima e espera que a mesma sociedade dentro em pouco tempo tenha melhorado as Cartas Topográficas do interior da África, com as novas descobertas que Vossa Mercê há de fazer; e me certa que confia receber nesta Côrte notícias de V. M. em fevereiro ou março próximo, datadas de São Paulo de Luanda. Nada hesito sôbre o seu préstimo e atividade para conseguir o fim de uma empresa que sem dúvida o há de enriquecer de muita glória”.

A notícia da morte do Dr. Lacerda causou profundo desgosto em D. Rodrigo, que procurou manifestar a sua admiração louvando-lhe o esforço despendido até à perda da vida:... “sendo sempre (a S. A. R.) muito saudosos a memória do digno Francisco José de Lacerda que morreu com ânimo intrépido no meio da mais gloriosa tentativa. “O Príncipe Regente é servido... o tenente-coronel Lourenço Varella Almeida... seguindo os passos do grande Tio Francisco José de Lacerda Almeida, procure estabelecer logo o comércio... e ordena que V. Sa. castigue severamente todos aquêles que se comportaram mal na Expedição...”

E os cuidados com a família: “... vendo ter em vista tratar com tôda a consideração a família do Dr. Lacerda, principalmente a viúva e filha legítima e primeira mulher, devendo a filha f



hospedada em casa da madrastra, ou de uma irmã casada, filha natural do mesmo Governador.

A proteção estende-se ainda a Joaquim Antônio de Araújo Lacerda, filho do Dr. José de Araújo e Faria de Lacerda, natural de Figueiró dos Vinhos, a Alexandre de Araújo Lacerda e a Joaquim Correira de Sá Barreiros, certamente parentes de Lacerda dos quais diz a Carta Régia de 12 de fevereiro de 1801..." no caso que elles sejam vivos, V. S<sup>a</sup>. lhes dará licença para se recolherem a êste Reino, e quando tenham falecido lhes mandará pôr em arrecadação os seus bens, dando parte de tudo."

Entretanto continuavam as intrigas e o Governador Meneses Costa que não podia perdoar a proteção excepcional dispensada ao Dr. Lacerda vingava-se queixando-se e acusando-o ainda, lamentando ter de dizer coisas em desabono de um homem já falecido. Não lhe devia ser fácil esquecer frases como estas: "S. A. R. viu com sumo desprazer as disputas e alterações que se têm levantado entre V. S<sup>a</sup>. e o Governador de Rios de Sena". "Sôbre a despesa feita pelo Lacerda, se êle conseguir atravessar a África, S. A. R. a julgará muito bem empregada..." O Dr. Lacerda dizia-se encarregado de fiscalizar os atos do Governador de Moçambique; chegam à Côrte queixas de que tentava persuadir de que sucederia ao Governador passados os três anos, procurando atrair assim maior obediência; de que a expedição ôra organizada contra o parecer das pessoas práticas, e por isso falhara; e que ôra dispendiosíssima, arriscando gran-

des somas da real fazenda, sem utilidade de qualidade alguma, pois tudo fôra desordenado. E o Governador Meneses Costa insinua que ao tempo de se lançarem no fogo as cartas fechadas, na presença de várias pessoas, observaram, sem as pretenderem ler, que eram três fôlhas de papel em branco, dobradas em forma de carta. Em 1798, o Governador de Moçambique enviou para a Côrte um officio, defendendo-se de acusações de Lacerda e acusando-o por sua vez, com documentos, num total de 103 fôlhas!

Com tudo isto mantinha-se o prestígio do Matemático, a ponto de se dizer em Carta Régia em favor da filha:..."digno official que sempre foi e é digno da Real contemplação, contra o que ai se julgou no seu falecimento, e por isso tem praticado com a sua família e seus bens as mais notáveis e sensíveis insolências". A menina seria provida em um prazo da Coroa, assim que vagasse, e entretanto receberia a pensão anual de 200\$000 e continuaria ao cuidado de D. Francisca Josefa de Moura e Meneses, pessoa muito capaz, que poderia encarregar-se da sua educação.

Da filha natural do Dr. Lacerda sabemos apenas que estava casada com um neto de Dionísio de Araújo Bragança, irmão de D. Paula, informação muito vaga... Numa relação de senhoras dos Rios de Sena há uma D. Rita de Araújo Lacerda, será esta? Em 1825, a filha do Dr. Lacerda que ficara em Lisboa por ser pequenina, como se vê do testamento (Doc. 4) pede uma mercê de 200\$000 pelos serviços de seu pai, e estabelece-se então a dúvida, se seria realmente filha

uma pessoa que só reclamava 25 anos depois do pai morrer, e pensa-se que elle teria casado segunda vez com a riquíssima D. Francisca, para bem da Expedição... (Doc. 5).

D. Rodrigo de Sousa Coutinho nunca se deixou abalar por aquelas acusações, no entanto o seu sucessor, Visconde de Anadia (em 17 de Março de 1803) já se refere à Expedição como feita "com mais zêlo que descrição". O malôgro desta primeira tentativa não abateu, porém, o interesse pelo grande empreendimento da comunicação das duas costas de África. E ligado a êste plano acha-se outro brasileiro: Felisberto Caldeira Brant Pontes.

Seguindo os papéis do Arquivo Histórico Colonial acompanhamos a sua carreira militar: foi provido ajudante de guarda-marinha em 21 de setembro de 1792, guarda-marinha em 1 de fevereiro de 1793, 2.º tenente do mar em 17 de dezembro do mesmo ano, 1.º tenente do mar em 9 de setembro de 1795, sargento-mor em 23 de setembro de 1795, enviado para Angola, chegou ali a 29 de julho de 1797, e aí foi sargento-mor e ajudante de ordens do Governador.

Como consequência da Revolução Francesa que alastrava da Europa para o resto do mundo, nos anos de 1798 e 1799, corsários franceses atacavam e roubavam os navios dos comerciantes de Benguela, com notável prejuízo daquela província. "E maior seria se algum dos cinco navios que tomaram fôsem carregados de escravos que é o que elles mais desejavam, por terem entrada franca em Monte-Vedio onde valem grande dinheiro". "Eu me vejo aflitissimo, sem dor-

mir nem descansar", escrevia em 1.º julho de 1798 o Governador D. Miguel Antônio de Melo.

Pela suas excepcionais qualidades, era escolhido para chefiar a armada corso encarregada de perseguir o inimigo Felisberto Caldeira Brant Pontes. Saira de Benguela a 13 de junho e houve de regressar a 7 de outubro de 1799, "ficando o mar limpo de piratas". Relatório do corso que apresenta ao governador em 15 de outubro de 1799, clara que não teve a fortuna de encontrar o inimigo, mas lhe restava a consolidação de haver cumprido as ordens do Governador.

E' curioso comparar duas informações que dêle dá D. Miguel Antônio de Melo. A primeira, de 7 de março de 1799, Felisberto Caldeira Brant Pontes. Antônio Salinas de Benevides... Antestes officiaes têm continuado a merecer-me o conceito que dêles formava pelas suas informações que remeti à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (com o off. n.º 20 de 3 de dezembro de 1797) depreendi suas boas circunstâncias e muito pertinho, e me parecem dignos de S. M. esperar de ambos maiores proveitos em seu Real Serviço, se os empregar em algum govêrno dos do Brasil, ou em coisa semelhante em que seus talentos ponham a lucros. "A segunda, de 1.º de fevereiro de 1800 diz: Este official tem muitos talentos naturais, que combinados com os bons estudos, é muito rico (devia ter 27 anos), e pode vir a ser um perfeito cabo-de-guerra. Com desgracia, porém, meu, tenho-lhe conhecido al-



tal qual amor a riquezas, paixão que, por se lhe antecipar à idade, receio que o faça em alguma ocasião preferir o útil ao honesto, e por tanto não o abono para o mesmo por que o abonei nas Informações do ano passado. Contudo, não o posso increpar com provas de erro por semelhante coisa. Para o corpo da Marinha em que já serviu parece-me ser mais idôneo que para o do Exército, até porque os seus estudos mais propendem para aquela do que para esta profissão.

Talvez êste mau conceito do Governador e mêdo da “fatal paixão das riquezas” que vinha tão fora de tempo... tivesse origem no comércio de escravos, pois num “Balanço Demonstrativo da Conta da Mesa da Inspeção da Capitania da Bahia, com a Junta da Real Fazenda do Reino de Angola... de 1770 a 1800”, figura uma letra de 1.000\$000 apresentada pelo sargento-mor Felisberto Caldeira Brant Pontes, datada de 30 de julho de 1799.

Chamado ao Reino em diligência do serviço real, não se deve ter demorado muito em Angola, pois é de 9 de setembro de 1800 a memória que redige acerca das possibilidades de comunicação entre as duas costas de África, a pedido de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. (Doc. 6).

A Memória é muito interessante e vai copiada na íntegra em anexo. D. Rodrigo, que não abandonara o plano da travessia de África, envia cópias do trabalho de Felisberto Caldeira e dos Diários do Dr. Lacerda aos governadores de Moçambique e de Angola; êste por sua vez remete cópias ao Governador de Ben-

guela e ao Diretor da Feira de Caçange, a fim de recolher o maior número de informações.

O Governador de Angola contesta o valor da Memória, principalmente por não estar bem determinado o que era a província do Luvar. Porém, numa “Relação de Sobas Potentados e Sobetas seus vassallos e sobas agregados da Capitania de Benguela (1798); lê-se: Descrição da Grande Província do Luvar e do caminho da cidade de Benguela para a dita”. José de Assunção e Melo, natural da Bahia animando-se a ir às terras do Soba do Luvar, a fazer negócio, por instâncias de um negro descendente daquelas terras, foi primeira e segunda vez com muito custo e risco, em que fêz fortuna, e a terceira vez foi com êle Alexandre da Silva Teixeira, natural de Santarém, o qual fêz ao governador o relato da viagem. Outro brasileiro ligado à história da África. E tanto outros, em toda a parte a trabalharem com o mesmo ar, na medida das suas capacidades, para engrandecimento da pátria comum!

#### DOC. 1

*Carta do Dr. Lacerda à Rainha com acusações contra o Governador de Moçambique Menezes Costa, e considerações sobre o comércio de escravos, escrita do Rio de Janeiro a 10 de junho de 1797.*

“...V. Mag.<sup>e</sup> foi servida determinar-me por ordem vocal que me deu o seu Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar que observasse a conduta do Governador Menezes Costa, ...reprezento a V. Mg.<sup>e</sup> que o dito Governador (como publica e repetidas vezes o tem dito) pretende fazer insinuar aos Franceses das Maurícias a permissão, que lhe concede de poderem continuar a franquear o Porto de Moçambique, como costumava fazer antes da sua absurda e escandalosa revolta, e dali

exportarem os escravos; como também abrir commercio com os inglezes presentemente senhores dos Estabelecimentos do Cabo com o mesmo fim. Estas ideias me parecem inteiramente opostas ás Leis de V. Mag.<sup>e</sup> e bem dos seus vassallos, porque (segundo penso) V. Mag.<sup>e</sup> tem prohibido todo o commercio, concedido os socorros que a humanidade e Real Grandeza de V. Mg.<sup>e</sup> obriga a conceder-lhes. Este mesmo beneficio tem servido de pretexto para os francezes ancorarem em Moçambique autorizando as suas affectadas necessidades com o fim de captarem a sua benevolencia e não se opor nos seus designios com prejuizo da Real Fazenda e dos Povos de Moçambique; porque o commercio prohibido alem de ser indecoroso e criminoso de sua natureza não se faz sem reciprococos contrabandos, os quais não pagam os direitos da Lei, pela sua barateza, são com preferencia comprados, e enquanto duram continua o prejuizo dos que licitamente comerciam. Por outra parte não me pareceu vantajoso este commercio, porque diminuimos as nossas forças e aumentamos as dos estrangeiros; e sendo os escravos transportados para Santa Catarina, Rio Grande, Parnaguá, S. Paulo, e para outras partes do Brasil e havendo cuidado de evitar o grande contrabando, que de longo tempo se faz vendendo os escravos nos Dominios Espanhoes da América Oriental aumentar-se-hia a população e forças do Estado; floresceria a agricultura, reinaria a abundancia, e na exportação dos efeitos cresceria o rendimento das Alfandegas, não necessitaríamos do canhamo, manteiga, queijo e trigo dos Estrangeiros, e finalmente viria V. Mg.<sup>e</sup> a tirar deste vasto e fertil continente da América grandes riquezas que no seu seio encerra, e não prodigaliza pela falta de braços que se empregam na cultura das terras, e extração do ouro.

Por ocasião desta parte que tenho a honra de dar a V. Mag.<sup>e</sup> e necessidade que tive de falar nela da exportação de escravos da Capitania de Moçambique para o Brasil, o meu zelo me conduz a representar a V. Mg.<sup>e</sup> com todo o respeito devido, que a permissão que V. Mg.<sup>e</sup> foi servida conceder aos commerciantes de Lisboa de poderem mandar conduzir daquelas partes escravos para o Brasil, seria conveniente que fosse ampliada para os negociantes deste continente: Porque sendo a viagem de Moçambique para este Estado mais dilatada do que dos portos occidentais da Africa, é provavel que seja maior o numero de escravos, que naquele transito pereçam, e os restantes não possam cobrir as despesas feitas nos navios de Lisboa sem que subam a avultado preço e se não possam comprar, podendo ficar uma cousa compensada com outra se V. Mg.<sup>e</sup> fosse

servida conceder a mesma graça aos commerciantes da América: Porque alem de outras vantagens, que estes podem ter, pela qual poderão acomodar-se no preço dos ditos escravos, poupam a despeza que são obrigados a fazer os commerciantes de Lisboa com seus navios desde esta cidade até altura de qualquer dos referidos portos do Brasil, e ao mesmo tempo aumentar-se-hia a renda das suas alfândegas pelos Direitos que devem pagar as fazendas que devem vir de Portugal para servirem ao resgate dos mesmos escravos. Pertence tambem a V. Mg.<sup>e</sup> os Rios de Sena, de donde se exporta para Moçambique o maior numero de negros, parece conveniente, que V. Mg.<sup>e</sup> conceda tambem licença de ancorarem neles navios que os forem conduzir, pagando Direitos de costume e havendo da parte do Governador toda a vigilancia para sua arrecadação.

Pode ser, Senhora, que estas representações que tenho a honra de fazer a V. Mg.<sup>e</sup> não sejam vantajosas e tais quais me parecem não só porque não tenho ainda inteiro conhecimento daquela Capitania e das ordens particulares, que V. Mag.<sup>e</sup> tem dado, ainda porque pertence ao commercio com os estrangeiros tambem porque sendo descoberta (como espero) a comunicação das duas Costas da Africa, pôde acontecer que toda a forma do commercio com a Africa até agora seguida fique inteiramente alterada; mas enquanto não entendo o contrário, tenho rigorosa obrigação de pôr na Real Presença de V. Mag.<sup>e</sup> tanto quanto o meu zelo me dita; porque não tenho as razões que alego, sólida força, nada peço a V. Mag.<sup>e</sup> pois como Senhora que é dos senhores Estados e vassallos e tanto véla sôbro a felicidade dos que tem esta honra e fortuna, me dá o que fôr servida.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1797.

*Francisco José de la-Cerda e Almeida*

## DOC. 2

*Carta do Dr. Lacerda ao Governador de Moçambique, Francisco Guedes Carvalho Menezes Costa, comunicando a morte da Mulher e o descontentamento com o govêrno de Rios de Sena.*

A grave molestia que me obrigou a dispor para morrer no dia dous ou tres do presente

(\*) O Dr. Lacerda assina quasi sempre: Dr. Francisco José de la-Cerda e Almeida, e algumas vezes Francisco José de la-Cerda e Almeida P.



es, apenas me permitem fazer estas duas mal  
inhadas e tremulas regras para dar parte a  
V. Ex.<sup>a</sup> que no dia 1. de Abril foi Deus ser-  
do levar para si sua criada e minha mulher  
Cecilia, cuja perda me he muito sensivel  
la boa amizade que entre nós havia, e docida-  
do do seu genio, ainda que me deixou  
nito consolado pela resignação com que rece-  
u a vontade de Deus.

Eu estou tão enfastiado dos Rios de Sena,  
is he hum povo, que só Nero os saberia  
governar, e ensinar, que desde já pesso a  
Mag.<sup>e</sup> me mande successor, pois até esse  
mpo terei concluido as dilligencias que me  
carregou, posto que temo que ellas se multi-  
quem ainda mais pelas cousas que puz na  
esença da mesma Senhora.

Rseta agora que V. Ex.<sup>a</sup> para augmentar  
meus desgostos, e magoa não queira con-  
servar-se comigo em paz, o que não espero a  
V. Ex.<sup>a</sup> pois estou bem certo dizer V. Ex.<sup>a</sup>  
petidas vezes, que não pertendia tirar as regas  
a pessoa alguma, e que se não servirá do  
o exemplo que lhe deixou o absoluto D. Dio-  
de Souza: eu torno a pedir a V. Ex.<sup>a</sup> a  
nservação da nossa intelligencia, para que eu  
m a meu pezar me não veja obrigado a dar  
ecução às Ordens particulares, que tenho  
S. Mag.<sup>e</sup> e com grande magoa do meo  
ração.

Disponha V. Ex.<sup>a</sup> da minha fiel obediencia  
e deseja empregar-se no seo serviço. Se  
V. Ex.<sup>a</sup> quizer escrever para a Corte, eu me  
longo, que hirão ter a Lisboa por Angola.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> muitos anos. Tete  
de Abril de 1798.

mo e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> Francisco Guedes de  
rvalho Menezes da Costa

De V. Ex.<sup>a</sup>

obediente subdito Amigo e criado  
muito obrigado e affectuoso

*Fran.<sup>co</sup> J.<sup>o</sup> de la-Cerda e Alm.<sup>da</sup>*

OC. 3

*Officio do Bispo de Pentacômia acêrca  
do casamento clandestino do Dr. La-  
cerda.*

mo e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup>

Francisco Jozé de Lacerda e Almeida,  
governador sido dos Rios de Sena, no oitavo  
(conforme depois me informaram) do

falecimento de sua Molher com quem veio do  
Reino, persuadindo, e talvez intimidando ao  
Paroco de Tete, como este mesmo Vigário  
quiz dar por desculpa, com o genio forte que  
mostrava a todos; habitando em caza de  
D. Francisca Josefa de Moura e Menezes, de  
quem é sobrinha e criação D. Leonarda que  
estava na mesma caza, que ele já dirigia e  
governava; cazou-se clandestinamente com esta  
Donzela na propria mencionada caza em pre-  
sença do dito Paroco, um Franciscano então  
da mesma caza, e o Irmão da Noiva por teste-  
munha, sem banhos antecedentes, nem subse-  
quentes; e assim mesmo no maior silencio ficou  
de portas a dentro até ir para a expedição e  
diligencia do caminho de Angola de que viera  
incumbido, sem se fazer asiento algum do rece-  
bimento, que appareceu por sua morte em um  
papel avulso, donde deixou de rezultar escan-  
dalo aos Habitantes que o observavão como  
cazado sem terem noticia do recebimento, e  
tendo para si que ele não podia cazar-se sem  
licença de Sua Alteza Real.

Como o Paroco não podia administrar e  
assistir a este Sacramento por semelhante modo  
sem Licença minha e menos dispensar os  
banhos ainda na qualidade de Vigario da Vara  
que era, por lhes estar por Direito, e por mim  
expressa e rigorosamente prohibido depois de  
outros cazos, e que naqueles Rios se tem com  
prejuizo abuzado da distância em que reside o  
Prelado; escreveu-me logo o Governador par-  
ticipando-me não todas as circumstancias; mas  
a falta de banhos, pedindo-me disfarçase ao  
Paroco e Vigario da Vara a sua culpa, e igual-  
mente segredo natural para que nem V. Ex.<sup>a</sup>  
o soubese, enquanto não recebia do Reino  
Licença de Sua Alteza Real quando fosse neces-  
saria, o que dizia ignorar. Ainda neste tempo  
ignorava eu onde este Governador habitava:  
mas conjecturando da participação succinta que  
me fazia, que moraria com a nova Esposa;  
sempre o adverti na reposta que lhe dirigi (e  
não foi superfluo posto que sem fruto) que  
não se publicando o casamento, vise por seu  
discernimento e Christandade como havia evi-  
tar o escandalo, que certamente daria vendo-os  
o povo coabitar juntos.

Depois que ele principiou a jornada do  
Real Serviço, que fez; logo aquele Vigario,  
independente deste cazo, foi rendido da Par-  
roquia, e mandado recolher aos seus conventos  
de Gôa. e xegando a esta Capital já depois de  
ter falecido o Governador, o castiguei, como  
V. Ex.<sup>a</sup> sabe, quanto julguei que bastava para  
exemplo de outros, intimando-lhe prizaõ pro-  
porcionada ao seu Estado e suspensão do exer-  
cicio das suas Ordens, de que o aliviei, pasados  
alguns mezes; e o repreendi depois aspera-

mente, tambem por concorrer para um caza-mento que se julgava ser, posto que não com certeza, contra as Ordens de Sua Alteza, repa-rando no que acontece aos Exmos. Snos. Go-vernadores e Capitães Generaes e aos Minis-tros.

Isto é tudo o que posso dizer sobre este assento, de que V.Ex.<sup>a</sup> me faz a onra mandar informar. E estimarei que V.Ex.<sup>a</sup> consiga a Decisão de Sua Alteza que pertende; para me saber tambem dirigir sem duvida no que é do meu officio.

Deos Guarde a V.Ex.<sup>a</sup> Mosambique 19 de Julho de 1800.

Ill.<sup>ma</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> Governador  
e Capitão General.

Bispo de Pentacómia.

DOC. 4

*Testamento do Dr. Francisco José de  
Lacerda e Almeida.*

O escrivão do Judiceal José Sebastião de Ataíde copie ao pé desta de modo que faça fé, o Testamento do falecido Governador destes Rios Francisco José de Alacerda e Almeida, para se dirigir ao Illmo. Sr. Governador au-tual, que recomenda, o remeta por ser preciso para certo serviço de S.Mag.<sup>e</sup> Tete 10 de Outubro de 1799.

*Menezes.*

Em cumprimento da Ordem asima do juiz ordinario Jose Luis de Menezes se copia aqui o Testamento, que a mesma ordem asima faz menção cujo theor he o seguinte — Em nome da Santissima Trintade Deos Pai, Deos Filho e Deos Espirito Santo Tres Pessoas distinctas e hum só Deos verdadeiro. Saibão quantos este instrumento virem, como no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos noventa e oito, aos dezaseis dias do mes de Junho, Eu Francisco José de La-cerda e Almeida estando em meo perfeito juizo, e entendimento, que Deos me deo, e da partida para o interior da Africa a dar exe-cução ás apertadas Ordens que tenho de S. Mag.<sup>e</sup> Fidellissima que Deos Guarde, e não sabendo o que Deos disporá de mim desejando por minha Alma no Caminho da Salvação e as couzas teporaes em boa ordem, faço este testamento na maneira seguinte — Primeira-mente encomendo minha Alma a Santissima Trindade, que a creou, e rogo ao Santissimo Pai Eterno pela morte e paixão de seu Uni-genito Filho Nosso Senhor Jesus Cristo a

queira receber assim como recebeo a do v. Encarnado quando Morreo na arvore da vida para lhe dar honra e glória remindo os pecadores: e tambem a meo Senhor Jesus Christo pelos seus infinitos merecimentos me perdoe meus pecados e me de a sua Gloria já neste mundo me fez merce do seo Sacratissimo Corpo e Sangue. Peço a Bemaventurada Virgem Maria May de Deos Filho, e Nossa Senhora a todos os Santos da Corte Celestial principalmente aos Anjos da minha guarda, Gabriel, Rafael, e Miguel Arcanjo, a meos Patriarchas, São Francisco e Domingos, e Santos e Santas da minha devoção queirão interceder por a Nosso Senhor Jesus Christo agora e na hora da minha morte. Como verdadeiro Christo protesto na Presença de Deos vivo vivo morrer na Santa Fé Chatolica Romana como creio quanto Deos disse, e manda a Santa Madre Igreja Catholica de Roma e nesta Fé verdadeira espero salvar minha Alma pelos merecimentos de Jesus Christo, e pelos meos que sou grande pecador — a Illma. Senhora Dona Francisca Josephina de Moura e Menezes, aos Senhores José Luis Menezes, Christovão Franco em a Villa de Tete, ao Snor. João Felipe de Carvalho e Senna, e aos Snrs. Félix Lamberto da Bandeira, e Andre Avelino de Sousa em a Villa de Tete, Antonio da Cruz e Almeida e João da Costa Xavier em Mosambique, Rio de Janeiro aos Snrs. Antonio Gomes de Mello, e Antonio Luis Fernandes; em a Cidade de S. Paulo do Brasil aos Snrs. Dou-los Jose Aronche de Toledo, Francisco Leal Xavier de Toledo Rendon, Diogo de Tete, Lara Ordonhez: em Portugal aos Snrs. Craveiro de Faria assistente em Figueirós Vinhos, e o Reverendo Padre Jose Craveiro de Faria assistente em caza do Exm.<sup>o</sup> Snr. O que foi Coreio Mor do Reino, queirão serviço de Deos e por me fazerem merce de meus Testamenteiros e peço, tambem aos Principais Senhores que me acompanharão na jornada diligencia determinada por S. Mag.<sup>e</sup> e cadem meus bens, e fazenda, que constam no meo livro de rezão que levo em meo poder, alem disso as miudezas que vão dentro das minhas arcas, e fora dellas, e todo o producto entreguem a meos Testamenteiros Tette. — He minha vontade que falecendo em Tete seja meo corpo enterrado junto a Porta Principal da Igreja Matriz, e sendo em outro lugar onde haja Igreja, ou capella, for da vontade da pessoa que correr o meo enterro. — Peço ao Reverendo Snr. Vigario queira acompanhar meo corpo e fazer pela minha alma os sufragios da



tuição — He minha vontade de que meo testamenteiro mande dizer trezentas missas resadas da Esmola Ordinária a saber sincoenta pela alma de Dona Cicilia Craveiro Levache de Faria que Deos haja em sua Gloria — Sincoenta pelas almas de meos Pais — Sincoenta pellas almas de minhas obrigações e pessoas que por minha culpa tiverão a desgraça de ofender a Deos, para que este bom Senhor uze comigo e com ellas de Sua Misericordia. — Vinte e sinco pelas almas daquellas pessoas a quem eu deva fazer alguma restituição e que a ignoro, e não tendo restituição as applico pelas almas mais necessitadas do Purgatorio — Finalmente cento e vinte e sinco pela minha alma — Declaro que sou natural da Cidade de S. Paulo do Brasil e filho legitimo de Jose Antonio de Lacerda, e de Dona Francisco de Almeida Paes, que fui casado com Dona Cecilia Craveiro le Vache de Faria natural das Vendas de Dona Maria, Freguezia de Sam Paulo de Maçans, Termo das Sinco Villas em Portugal — Que della tenho duas filhas, a mais velha chamada Dona Izabel Francisca de Faria e Lacerda tenho em minha companhia nesta Villa de Tete, a mais nova chamada Dona Francisca de Almeida Paes, deixei em Portugal em companhia de Sua Avó Materna, e ambas são de menor idade — Declaro que a estas duas minhas filhas dei em meação pella ligitima da falecida sua Mai e minha mulher os bens moveis de raiz, e dividas, que tem e deve em Portugal, das quais cousas darão conta meos Procuradores asima nomeados em Portugal, ou cinco Pastas moeda dos Rios de Senna — Alem disto devo dar-lhes nesta Villa de Tete sinco pastas e toda qualquer Erança, que me hada vir de meos Pais — Obriguei-me tambem a favor dellas a pagar as dividas, que té o presente tenho contrahido em Mossambique com Antonio da Cruz e Almeida, e Lacamichante Motechande; e tambem dois mil cruzados moeda do Brazil ao Capitam Antonio de Abreu Guimarães; os quaes dois mil cruzados recebi no Rio de Janeiro por mão do seo procurador Antonio Gomes Barrozo a quem deve ser entregue a referida quantia, e delle se deve haver a clareza que lhe passei sem tempo nem juros. — Declaro que me não lembro dever mais a pessoa alguma: Somente se deve atender alguns maticais nas contas que tenho com José Luis de Menezes por me ter dado á conta do que me deve algumas cousas, que poderão emportar em poucos maticais, e depois da conta corrente que me deo e que deixo nesta villa de Tete entregue a pessoa que abaixo declaro — He minha vontade, que se satisfaça toda divida legal, que aprezen-te, e prove que eu devo; e que para descargo de

minha consciencia meo testamenteiro tome dez Bulas de Composição, e outras dez de Defuntos sinco destas pela minha Alma, e outras sinco pela de Dona Cecilia — Declaro que sou casado segunda vez com a Illma. Snra. Dona Leonarda Octaviana dos Reis Moreira natural desta Villa de Tette, e que as minhas sobre-ditas duas filhas e aquellas que Deos me der da dita mulher digo da dita mulher e senhora são minhas Erdeiras forçadas, e tanto a ellas como Dona Leonarda Octaviana deixo meos serviços feitos a Sua Magestade Fidelissima — A dita minha mulher deixo a minha Terça em gratificação do beneficio, que quis fazer ás minhas duas filhas com consentimento da Illma. Snra. Dona Francisca Josapha de Moura e Menezes, sua Tia, que a creou, e tem em sua eaza, dando-me consentimento de fazer as partilhas na forma asima declarada entrando pela minha meação na qual ella já tinha parte, porque já eramos casados quando foi as ditas partilhas — Na mão della deixo alguns documentos interessantes: hum delles he o Documento por onde consta que minha mulher e filhas, depois de minha morte, devem receber em Lisboa do Monte Pio metade do soldo que me compete em cada hum mes, conforme a Patente que eu tiver, quando Deos me chamar para Si. que no presente tempo, em que tenho a Patente de Capitão de Fragata devem receber em cada hum mes doze mil reis de moeda de Portugal — Peço a meos Testamenteiros que mandem por outras duas vias para os meos Testamenteiros de Portugal a certidão do dia do meo Obito passada por India e Mina, para que elles possam receber do dito Monte Pio o soldo competente, sem a qual não perceberão — Deixo lhe mais a Conta Currente que tenho com os senhores Jose Luis de Menezes, e Caetano Benedito Lobo, cujas quantias que me devem hão-de chegar pouco, mais ou menos para o meo desempenho, com os meos credores em Mossambique, pois por Estevão Xavier Antão já remeti a Antonio da Cruz e Almeida mais huma pasta em marfim pelo preço de Tette, e agora de presente entreguei ao dito senhor Jose Luis de Menezes algum ouro, e pouco marfim, que hade constar da clareza que deixo á minha mulher, para o dito senhor remeter a Antonio da Cruz e Almeida em pagamento das minhas dividas — Peço á minha amada mulher que se lembre da minha alma com alguns sufragios, e tanto a ella, como a Illma. Sra. Dona Francisca Josepha de Moura e Menezes, e mais Testamenteiros queirão cuidar da boa educação de minhas filhas, criando-as no Santo amor, e temor de Deos na Obediencia que devem ter a Sua Magestade, as Suas Leys e a seus Mayores; e

que na primeira ocasião favoravel que tiverem mandem minha filha Dona Izabel para companhia de sua Avó em Portugal, e Tios, aos quaes peço o mesmo a respeito da educação dellas — A todas as pessoas a quem devo alguma restituição de fazenda, honra e credito peço pello amor de Deos me perdoem, pois que eu tambem tudo lhes perdo-o e a todos para que Deos nos perdoe tambem nossos pecados, perdoando-nos os reciprocos agravos: e se alguma injustiça tenho feito té este tempo do meo governo declaro que não foi deliberadamente por peita, respeitos humanos, ou outros quaisquer affectos particulares, mas por que entendi que não devia obrar de outra forma: isto não obstante peço perdão Geral, e particular a todos os escandalizados e prejudicados. E por quanto estas são as minhas ultimas vontades peço a meos Testamenteiros em geral e a cada hum em particular as Cumprão inteiramente, e as justicias de Sua Magestade as faça cumprir, e guardar fielmente como neste meo Testamento se contem, o qual vai feito e assinado por mim com as testemunhas que tambem se assinarão.

Villa de Tette dezasseis de Junho de mil setecentos o noventa e oito. — O Doutor Francisco Jose de Lacerda e Almeida — Fr. Joaquim de Jesus Maria — Vicente Antonio Gomes Ribeiro — Gonçalo Caetano Pereira — Joaquim de Araujo Lacerda — Vitorino José Gomes de Araujo — Padre Francisco Jose Pinto — Christovão Franco — Antonio Jose Mascarenhas — Aprovação — Em nome de Deos Amen. Saibão quantos este publico Instrumento de Aprovação de Testamento virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos noventa e oito, aos dezasete dias do mes de Junho do dito anno nesta Villa de Tette em as Cazas da residencia do Illmo. Snor. Doutor Francisco Jose de Lacerda e Almeida, fui eu Manoel Antonio de Sousa, Tabalião publico do Judicial e Notas, e sendo elle ahy presente me foi dito que tinha feito o seo Testamento por se achar de viagem para o Sentro de Africa, mas em seo perfeito juizo, e entendimento, e por elle de suas mãos proprias nas de mim dito tabelião me entregou estas duas folhas de papel escritas em quatro laudas que constava de sento e trinta e sete regras dizendo-me que era o seo testamento que elle mesmo escrevera de sua letra propria para o bem da sua Alma, e discargo de sua consciencia e que por estar conforme a sua vontade me pedia que o approvasse, e pedia as Justicas de Sua Magestade que se fizesse cumprir e guardar como nelle se contem, e que elle de sua parte o aprovava;

e eu correndo os olhos no dito testamento não achei burradura nem entre-linha, e o hey por aprovado tanto em rezão do meo cargo como pela autoridade da Justica, e o dito testamento vai por mim rubricado, e numerado com o meo signal de que uzo, e por assim approvase asinou aqui o dito Testador com as Testemunhas que se acharão de presente comigodito Tabalião que escrevi, e me asinei dos meus publicos e razos sinais, que tais são como se seguem — Em te e Testemunho da Verdade — Manuel Antonio de Sousa — O Doutor Francisco José de Lacerda e Almeida — Fr. Joaquim de Jesus Maria — Christovão Franco — Antonio João Mascarenhas — Placido José Rebello — Vicente Antonio Gomes Ribeiro — Joaquim Correia Craveiro — Joaquim de Araujo Lacerda — Cumpra-se e registre-se Tette nove de Março de mil setecentos e noventa e nove — Lisboa — Registrada a Folha 9 do livro dos Registos que serve neste juizo Eclesiástico Tette dois de Março de mil setecentos noventa e nove — Sousa — O qual testamento vai aqui bem e fielmente copeado sem acrescentar, nem diminuir cousa alguma que duvida faça ao proprio a que me reporto Tette onze de Outubro de mil setecentos noventa e nove anos. Eu Jose Sebastião de Ataíde Escrivão do Judicial que o escrevi me asinei.

*Jose Sebastião de Ataíde.*

## DOC. 5

*Informação de Joaquim José Monteiro, sobre um requerimento da filha mais nova do Dr. Lacerda.*

## Copia

Para o Ministro do Reino — Illmo. Exmo. Sr. — Restituo a V.Ex.<sup>a</sup> o requerimento de Francisca de Lacerda Craveiro d'Almeida, que V.Ex.<sup>a</sup> me dirigio em Officio de 13 de Junho ultimo, afim de que interpozesse a minha opinião ácerca de huma mercê de huma Pensão de 200\$000 reis, que pertend pelos relevantes serviços do Doutor Francisco Jose de Lacerda, que acabou Governador do Rio de Senna na importante empreza de abertura da comunicação da Costa Oriental d'Africa com a Occidental, apresentando a Suplicante hum certidão de baptismo em prova de ser filha legitima d'aquelle governador, e alegando ter ficado neste Reino por ser de bérço quando el

(\*) Publicado no "Boletim" da Agência Geral das Colonias n.º 164, de fevereiro de 1939.



para ali partio, não sendo por isso contemplada na mercê de 200\$000 reis que enquanto não vagasse hum prazo da Coroa foi concedida a uma outra sua Irmã por nome Izabel, por Carta Regia de 5 de Dezembro de 1900. Sem a menor exitação os serviços daquele Governador Lacerda forão mui consideraveis, assim pela Comissão em que pereceo como pelas outras mui relevantes da demarcação do Brazil, e travessia do certão de Mato Grosso a S. Paulo, mas dão-se circumstancias pelo que toca a herança de taes serviços, que junto ao que reveste esta supplica he para ser ponderado: Lacerda chegando a Rios de Sena perdeo a sua mulher D. Cecilia Craveiro Levache, tendo consigo huma filha menor de que se ignorou o nome ao acto de passar a citada Carta Regia. Cuidando em levar avante a comunicação das duas Costas, tractou de se cazar com uma Sra. D. Francisca, grande Potentado daquelas Terras, afim de que, assistido com a numeroza escravatura de sua casa, fosse certão dentro, em busca da tentada descuberta, e quando já se tinha entranhado bastante veio a morrer, despendendo muito em tudo da fazenda desta sua segunda mulher — Hé verdade que no momento de disgosto, que houve nesta Corte com a perca de semelhante empreza, na de tão insigne, e benemerito vassallo, tratou-se, não só de socorrer pela munificencia Regia, a filha que contava ter ele levado mas até se prevenio a sua educação pela respectiva Carta Regia, que não abrange comtudo uma remuneração total dos seus serviços. Não se soube então da existencia desta que aparece dizendo-se tambem sua filha, e só depois de vinte e quatro anos he que vem reclamar igual contemplação; sendo certo que se então apparecesse não deixaria de ser atendida. Se se tratasse pois de remunerar os serviços ponderados havia que contemplar e atender a Supplicante só com aquella parte, que lhe podesse pertencer da legitima de seu Pay em concorrência do grande empenho, em que se acia para com os seus ultimos serviços, D. Francisca, sua segunda mulher, pois esta, ou os seus herdeiros tem principal parte neles, mas ha ainda que refletir, que o unico Titulo que a Supplicante apresenta para se legitimar filha do Doutor Lacerda é uma simples certidão do baptismo, que pode bem ser da que foi para Rios de Sena, notando-se o desconhecimento dos outros nomes da irmã, e não comprovando o mais, que diz sobre haver ficado em Lisboa em companhia de uma Avó, pelo que para haver ainda a parte que lhe pertence em taes serviços, alliaz dignos de toda a remuneração, cumpre haver da sua parte as legitimações que justifiquem o seu direito, e filiação. V.Ex.<sup>a</sup>

tudo melhor atenderá. Deus Guarde a V.Ex.<sup>a</sup> Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar em 18 de Julho de 1825.

Joaquim José Monteiro Torres

DOC. 6

*Officio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o governador Izidro de Almeida de Sousa e Sá, remetendo cópia da Memória de Felisberto Caldeira Brant Pontes.*

O Principe Regente Nosso Senhor Manda remeter a Vossa Senhoria a inclusa cópia de uma Memória que me dirigiu Felisberto Caldeira Brant Pontes; e he servido que Vossa Senhoria logo que chegar ao seu governo faça examinar se é fundado ou não o que na dita Memória se refere, a respeito de se achar já aberta a comunicação das duas costas de Africa, pelo meio de que trata a Nota, tambem aqui junta por cópia: Ordenando S.A.R. que Vossa Senhoria até pelo meio de especulação de Comércio procure tentar a execução deste tão grande como útil projecto. Deus guarde a Vossa Senhoria. Palacio de Queluz em 23 de Setembro de 1800.

Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho —  
Snr. Izidro de Almeida Sousa e Sá.

Cópia da Memória

Satisfazendo as ordens de V.Ex.<sup>a</sup> para dar por escrito resposta ás perguntas que se dignou fazer-me sobre a comunicação da Costa Oriental de Africa, devo dizer a V.Ex.<sup>a</sup>, que sendo este um dos objectos, que mereceu bastante attenção, persuadido das vantagens incalculaveis, que necessariamente deviam resultar desta Comunicação a todos os nossos Estabelecimentos de Africa, do Brasil e por consequencia de Portugal, não perdi uma só occasião de adquirir conhecimentos a este respeito, já consultando os mais antigos habitantes daquele Paiz, já aos feirantes que vinham do Sertão, já finalmente a todos os pretos do interior de Benguela.

De pessoas tão diferentes e perguntados em diferentes occasiões e lugares tive sempre a mesma noticia, isto é, que ás terras de Lovar, ultimo Sobado aonde iam os nossos reirantes negociar, vinham pretos que noticiavam ouvir das suas terras som de artilharia e de sinos e de vêr embarcações á vela o que tudo necessariamente devia pertencer aos brancos habitantes da Costa Oriental de Africa.

Em Agosto do ano passado andando em Benguela de guarda-costa tive occasião de falar a muitos feirantes do interior daquelle fertilissimo sertão e não encontrei um só que duvidasse da Comunicação e que tão pouco a não desse já feita e acabada pelos mesmos pretos. Finalmente poucos dias do meu embarque para Lisboa, recebi uma carta de Elias Vieira de Andrade, negociante e morador do sertão de Benguela em que me confirmava estas noticias, mandando-me alem disso o roteiro da marcha que seguem os pretos desde Cabarabera que está debaixo do nosso dominio até o Rio Loombeje acrescentando no fim do mesmo, Roteiro (que V. Ex.<sup>a</sup> achará juntamente com esta) uma Nota interessante. Nada mais pude saber a este respeito enquanto me demorei em Angola e Benguela; uma feliz casualidade porem me forneceu conhecimentos mais importantes. A 17 de Abril embarquei para a Baía no Bergantim S. Domingos Diligente, de que é capitão João Inacio Coelho que trazia em sua companhia um preto por nome Domingos, que terá ao presente trinta e nove anos de idade, excelente marinheiro e ainda melhor escravo pela sua intelligencia e felicidade. Do sobredito preto tive as noticias seguintes, que era nascido em uma vila chamada Quipua-Quialaceta, e muito notavel entre eles por ter sete Embomdeiros, (a) todos os seus patricios eram assim como ele de côr fula e uzavam de cabelos compridos. Os brancos da Costa Oriental de Africa costumam vir a este sitio com fazendas negociar, porem o rei a que chamam Soma Conjovera não lhes permite entrar na Vila, e ficam da parte direita do Rio, olhando pelo Rio abaixo. Os pretos que tem escravos a vender levam-os a esta como feira e chamam Pombeiros aos tais Brancos, que aí vão negociar. Não costumam extrair o ouro, ou para melhor dizer é prohibida a sua extração debaixo de gravissimas penas, pela persuazão em que está o Soba de perder as suas terras logo que ele appareça. Este preto da idade de 15 anos pouco mais ou menos, foi furtado por outros que o levaram a pé pela margem do Rio acima até ao sitio denominado Massango-Naamgumbe, e atravessando neste lugar o Rio foi conduzido,

pelo meio do Sertão e pela estrada da esquerda porquanto há outra á direita que chamam estrada alta até ao Sobado de Quirumbo-Quandua visinho do nosso Redondo, para onde ultimamente foi transportado e vendido a um irmão do sobredito capitão João Inacio Coelho.

Acrescenta o preto, que em toda a sua digressão pouco mais gastara de tres meses porem mezes lunares, que assim se conta na sua terra. Bem perto da sua terra há um Monte alto do qual se vê o Mar da India. Todos os Sobas do interior do Sertão trataram bem a este preto e aos outros companheiros de seu roubador e senhor com o qual encontrou haverá outro anos presos na galés do Rio de Janeiro e perguntando-lhe a causa d'isso tão inesperado acontecimento lhe foi dito pelo tal ladrão que sabendo o pai do referido Domingos haver elle sido o roubador de seu filho alcançara licença do Soba para fazer nele e seus companheiros uma justa represalia: Por tanto fora preso na sua volta de Benguela com mais cinco companheiros, dos quais dois ficaram na mesma terra, e quatro foram conduzidos para o Bailundo, aonde os comprou um feirante de Benguela e deste porto embarcando todos para o Rio de Janeiro foram vendidos para diferentes terras, tocando por sorte ao dito ladrão ficar no Rio, onde se achava em galés, como acima fica dito para castigo e alguns outros furtos que na mesma cidade havia cometido.

Eis aqui Ex.<sup>mo</sup> Sn.<sup>r</sup> todas as noticias que pude conseguir a respeito de tão interessante objecto, e creio que confrontadas com as que houver communicado o Astronomo Lacerda poderão fornecer conhecimentos uteis para entender neste negocio com mais acerto. Parece pois não haver ao presente duvida alguma sobre a existencia da Comunicação das duas Costas, mas é indispensavel que ella seja encarregada ás pessoas intelligentes que empreendam pela via do commercio, e unicamente pela via do commercio sem o minimo aparato militar e com o maior segredo, pois havendo entre os pretos a menor suspeita do nosso projecto faria toda a diligencia pelo estorvar e impedir porque tal é a sua prevenção contra os brancos que não se capacitam poder haver da nossa parte acção util ou indifferente aos pretos, mas sim todas encaminhadas a proveito nosso prejuizo deles. Há contudo, meios bem factos e seguros de conseguir o fim a que nos propomos sobre os quais eu não direi uma palavra por se acharem expendidos em uma Memória que merece toda a estimação, não pela sublimidade e novidade de suas ideias, nem porque já hoje se acham realizadas grã parte das suas hypotheseas.

NOTA (a) — Embomdeiros são umas árvores altas demasiadamente copadas, e algumas tão corpulentas que doze homens a não abraçam. A sua casca é grosseira e dura, o resto porém tão brando que com facilidade e com qualquer instrumento se deixa cavar. Os negros fazem-lhe uma abertura pelo alto e entrando dentro lhe extraem por ali quasi todo o interior transformando assim estas árvores em pequenas cisternas, nas quais guardam fresca e saudável tódia a água que podem recolher da chuva. Em algumas provincias como de Quissama, a maior e menor riqueza consiste na possessão de maior ou menor número destas árvores pela falta de água como explica um poeta nosso elegantemente:



Eu temo ofender a modestia de V.Ex.<sup>a</sup> e portanto não prossigo como desejava a este respeito. Se tudo quanto fica referido não fôr realmete exacto, e contudo o mais veridico que pude saber. Deus Guarde a V.Ex.<sup>a</sup> por muitos anos. Lisboa 9 de Setembro de 1800 — Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho — Felisberto Caldeira Brant Pontes.

Tentaste então em guerra trabalhosa  
A bárbara Quissama sequiosa  
Terra vil de tosados horizontes  
A quem negou o Céu rios e fontes  
Mas no ventre das árvores sombrias  
Resguardam do calor as águas frias  
Da chuva com que mal se apaga a sede  
Que a ti e aos teus ir mais avante impede.

Epinafora dos dias de viagem que se gastam desde a Libata do Soba de Caberabera denominada Quindombe, até as terras do Lovar, Rios Grandes, que se passam, nomes das terras e Sobas delas, etc.

Partindo-se da Libata do Soba Quindombe passa-se o Rio Coquêma, e se vai dormir nas terras do Soba Cuquique Xacababa.

Saindo-se das terras do Cuquique Xacababa passa-se o Rio Quanza e vai-se pousar à Libata do Soba Quimque Quengombo, onde já vão brancos e unicamente alguns escravos dos ditos a negociar. As terras destes dois Sobas são das mesmas produções, que as do Soba Quindombe como milho, feijão, mandioca etc.

Partindo-se de Quinque Quengambo, vai-se pousar no Mato ao pé do Rio Cuhiba.

Saindo-se do Rio Cuhiba vai-se dormir no Mato, lugar chamado Tonga Riangombe.

Partindo-se de Tonga Riangombe vai-se dormir no pouso Cacong-Catito.

Seguindo-se adiante de Cacong Catito vai-se pousar no lugar chamado Quirindo, fim das terras do Soba Quinque Quengombo.

Partindo-se de Quirimbo vai-se dormir no lugar Cababunda, principios das terras do Soba de Bunda.

Saindo-se do pouso de Cababunda, vai-se dormir ao Catapim, Rio bastante grande e povoado dos Quissangas do Soba de Bunda

1 Partindo-se dos Quissangas de Bunda, vai-se pela beira do Rio Lenguebungue muito grande, e entra-se na Libata do Soba Canhuuro, filho do Soba da Bunda.

1 Partindo-se da Libata do Solo Canhuuro, vai-se pousar à Libata do Soba Cathema.

1 Saindo-se do Soba Cathema, vai-se dormir no Mato no lugar Luaça.

1 Saindo-se de Luaça vai-se dormir à Libata grande do Soba Quissamba, terras faltas de mantimento por serem areia, porém abundantes de Mel, Cêra, Marfim e algum gado ovelhum e matos de boas madeiras e estradas limpas sem morro algum, e gente um pouco beligerante.

1 Partindo-se do Soba Quissamba, segue-se pela beira do Rio Lengueguimbe, e vai-se dormir no mato, no pouso Quimbenga.

1 Parte-se de Quimbenga, passa-se o Rio Longuebungue e vai-se dormir na Libata Mununga, e Mungueraca, Dominio da Sobeta Mussunga Senhora da dita terra, pequeno Dominio.

1 Saindo-se de Mussunga, vai-se dormir ao Mujambo, terra onde se bebe águas de Cezimbas.

1 Partindo-se do Mujambo, vai-se dormir na Libata do Mucanjo, Sobeta pequeno ao pé do Rio Luena.

1 Partindo-se de Mujocanjio vai-se pela margem do Rio Luena a dormir ás campinas do dito Luena, no lugar a que chamam Mualoxe.

1 Partindo-se de Mualoxe vai-se pela margem do Rio Luena, e passando-se, pousa-se na Libata Grande do Linhana, Soba do Lovar, de donde nasce o Rio Luambéji que vai desaguar ao mar.

18

NOTAS — O Rio Luambeje é bastante grande, e que por ele navegam barcos grandes com velas feitas de palha, e que os negros que vem nestes barcos a negociar com os de Lovar, dão por noticia que da sua terra, que é o Lunga se ouvem tiros de artilharia, sinos e caixas de guerra, e que vem passar navios a que eles chamam Brica e que os brancos vão negociar com eles em gados e vários effeitos que elles lhes vendem. As terras do Lovar são abundantes de peixe, mandioca, milho miúdo, massango, carneiros e cabras. A gente é pacifica e já hoje lá vão brancos deste sertão a negociar e dizer são bem recebidos.

## “O PARAGUAIO INDEPENDENTE” (\*)

R. ANTÔNIO RAMOS

Proclamada a independência do Paraguai, em 1811, preocupou a atenção de seus governantes as relações do novo Estado com Buenos Aires, cuja tendência de impor sua hegemonia, sobre as demais províncias que integraram o antigo vice-reinado, manifestou-se claramente desde os primeiros dias da revolução.

A primeira tentativa, neste sentido, foi neutralizada na noite de 15 de maio ao fracassar a missão de José de Maria, que por insinuação do Dr. PEDRO SOMELLEIRA devia partir com destino à capital do Rio da Prata, para dar contas do movimento paraguaio. Esta medida foi tomada sob a influência do Dr. JOSÉ GASPAR RODRIGUES DE FRANCIA, que encarnou naquele momento culminante o anseio de independência da nação.

O Paraguai ao proclamar sua emancipação da Espanha, o fez com o firme propósito de não “trocar umas cadeias por outras e mudar de amo”. Ao serviço desta causa se desses ideais não mediram esforços e, com inquebrantável energia, fazendo dela a aspiração suprema de suas vidas. Na defesa desses ideais não mediram esforços e, com admirável abnegação e sacrifício, salvaram, quanto possível, o decôro e a soberania da República. Foi assim que nos legaram esta pátria, livre e independente, enobrecida pela gloriosa ação de seus fundadores e com todos os atributos para fazer dela uma nação próspera e feliz.

Este sentimento de independência, contrário a todo poder estranho, presidiu as deliberações do Congresso de 17 de junho, ao dispor que “esta Província se governará por si mesma”, sem que a Junta de Buenos Aires pudesse exercer sobre ela nenhuma jurisdição, o que se comunicou ao governo portenho na nota de 20 de julho, peça esta inspirada nas dou-

trinas de ROUSSEAU e devida à pena do Dr. FRANCIA e a que, em linguagem sóbria e clara, se devem os fundamentos de nossa emancipação, sem prejuízo de manter-se com as Províncias do Prata uma amizade e boa harmonia, na base de uma perfeita igualdade.

Buenos Aires não se resignou a aceitar a separação e a MANUEL BELGRANO e VICENTE ANASTACIO DE ECHEVERRIA confiou a missão de obter a subordinação do Paraguai, ou, pelo menos, chegar a um acôrdo para estabelecer uma aliança defensiva entre ambos os governos. Os enviados portenhos firmaram com a Junta de Assunção o tratado de 12 de outubro de 1811, pelo qual Buenos Aires reconheceu a independência do Paraguai e se acordou uma “aliança indissolúvel” entre os dois Estados, obrigando-se, ao mesmo tempo, a manterem uma “sólida e perpétua amizade” e mútua obrigação de prestar todo e qualquer auxílio. Este acôrdo constituiu um triunfo para o Paraguai, desde o momento que, em vez da subordinação a Buenos Aires, deixou claramente estabelecida a sua completa emancipação da antiga capital do Vice-reinado.

O Dr. FRANCIA desempenhou um papel saliente nas negociações e nos ajustes deste convênio. Com o seu vigilante patriotismo, e habilidade diplomática, não só anulou as pretensões da Junta do Prata como, por sua vez, conseguiu que os seus agentes reconhecessem expressamente a soberania do Paraguai.

Buenos Aires ratificou o tratado de 12 de outubro. Não lhe convinha, no momento, romper relações com Assunção. A aplicação deste acôrdo, no entanto, provocou uma apaixonada controvérsia, que com o tempo culminou num rompimento entre os dois Estados.

O Paraguai pôs de parte Buenos Aires. A união pactuada a 12 de outubro de 1811 se destruiu em vista da incompreensão, da Junta portenha e das medidas adotadas contra o comércio paraguaio. Acreditou ela submeter a Província rebelde pela asfixia econômica.

(\*) (Tradução do Sr. PAULO DE MEDEYROS) Trabalho lido no Arquivo Nacional do Paraguai, sob os auspícios do Instituto de Mumismática e Antiguidades.



Neste sentido orientou erroneamente suas decisões, impondo à República inúmeras barreiras.

O Supremo Poder Executivo de Buenos Aires, sempre no afã unitário de sua política, enviou a Assunção o Dr. NICOLAU DE HERRERA. O emissário não pôde efetivar sua tarefa. A Assembléa de 1813 nem sequer consentiu em ouvi-lo e, como resposta, confirmou a Independência do Paraguai e declarou insubsistente o tratado de 12 de outubro.

Ouvi-lo e, como resposta, confirmou a Independência de ambiente. Antes de seu regresso, e em cumprimento de instruções recebidas, manifestou ao soberano Congresso reunido os perigos que ameaçariam o Paraguai com a adoção de uma atitude oposta a Buenos Aires e as vantagens da incorporação. Entre os primeiros estavam as barreiras econômicas e a impossibilidade de o Paraguai resistir às forças das Províncias Unidas. Constituiu uma dupla ameaça: militar e econômica, que postas em prática não deram o resultado almejado. Na segunda se persistiu. O Paraguai, em sinal de protesto contra esta medida, se concentrou dentro de suas fronteiras e em vez de incorporar-se a Buenos Aires consolidou a sua independência.

Em consequência destes fatos ficaram suspensas as relações entre os dois governos e interrompido o tráfego comercial.

Neste estado de tensas relações entre o Paraguai e Buenos Aires se iniciou a longa administração do Dr. FRANCIA.

O Ditador Supremo manteve com firmeza a orientação de nossa política internacional. Da independência fez uma condição *sine qua non*. Cortou toda a correspondência com Buenos Aires, que continuou pretendendo do Paraguai o envio de deputados ao Congresso das Províncias Unidas. Fracassaram todas as tentativas neste sentido, pois o Dr. FRANCIA estava resolvido a cortar relações com os Estados do Sul na defesa da independência. Por isso recorreu ao sacrifício do isolamento, medida salvadora contra os que contestavam a existência do Paraguai como Estado soberano. Adotou este procedimento, discutível segundo a muitos parece, mas com êle salvou a independência de sua pátria.

Apesar desta situação especial, não se chegou em tal período a uma declarada situação de hostilidade entre o Paraguai e Buenos Aires. No estuário do Prata JUAN MANUEL DE ROSAS impusera o seu predomínio; governando com a suma do poder público, iniciou uma política de violência, baseada no terror, em vinganças e perseguições. Entretanto, como Encarregado das Relações Exteriores da Confederação Argentina, não molestou o Pa-

raguai, assim como FRANCIA, encerrado em seu isolamento, tampouco incomodou o *Restaurador das Leis*. Entre ambos os ditadores, que tinham de comum o sistema absoluto de governar, pode dizer-se que se estabeleceu algo, assim como uma neutralidade tácita, o "eixo passivo" segundo JULIO CÉSAR CHAVES. Foi assim que na última década da administração do Dr. FRANCIA a soberania do Paraguai não sofreu impugnações da parte de Buenos Aires.

O Ditador Supremo morreu a 20 de setembro de 1840 deixando como legado a consolidação de nossa independência. O Dr. FRANCIA soube interpretar o sentimento de seu povo, no sentido de seguir a rota de seu destino, sem sujeitar-se a influências estranhas. Sua morte deixou, assim, um Paraguai livre, capaz de decidir por si mesmo sobre a orientação de seu futuro.

Os governantes que sucederam o Ditador Supremo continuaram prestando de preferência atenção à independência. O Soberano Congresso, reunido a 25 de novembro de 1842, convocado pelos Cônsules Lopes, e ALONSO, resolveu por aclamação fazer a seguinte declaração: "A República do Paraguai, no Prata, é para sempre de fato e de direito uma nação livre e independente de todo poder estranho". Por disposição da ata, firmada nesse mesmo dia, a declaração da independência devia comunicar-se oficialmente aos "Governos circunvizinhos e ao da Confederação Argentina". A última parte desta resolução tinha sua razão de ser. JUAN MANUEL DE ROSAS, tanto na ordem interna como na internacional, desenvolvia uma política agressiva, perigando a segurança dos Estados vizinhos. Com respeito ao Paraguai, deixou de observar a atitude passiva que caracterizou suas relações com o Dr. FRANCIA. A preocupação dos Cônsules tinha seu fundamento e não foi debalde que o Congresso de 25 de novembro fez menção especial à Confederação Argentina ao referir-se aos Estados limítrofes. A conduta posterior do governador de Buenos Aires demonstrou quão justificada era a inquietação do Governo paraguaio.

À 28 de dezembro de 1848, os Cônsules se dirigiram a ROSAS — pela primeira vez o fazia o Governo paraguaio — para comunicar-lhe a declaração da independência e solicitar, dêle, o seu correspondente reconhecimento. Quatro meses depois, o ditador de Buenos Aires respondeu manifestando "não poder prestar sua aquiescência aos desejos" expressos na Nota de LOPES e ALONSO, pelos "gravíssimos inconvenientes" que oferecia a independência do Paraguai. Tais inconvenientes se resumem no fato de que o reconheci-

mento de nossa soberania nos podia ocasionar muitos prejuízos; que a República se encheria de estrangeiros “que são mais uma praga”; e que, pelo contrário, a incorporação do Paraguai à Confederação Argentina lhe permitiria fazer parte de um Estado forte e respeitado. Os mesmos argumentos empregados por NICOLAU DE HERRERA, quando em 1813 se dirigiu ao Congresso daquele ano, para expor as vantagens da anexação. A resposta de ROSAS produziu uma triste impressão no governo e no povo paraguaios. O mais caro anseio do país se chocava, assim, com a incompreensão e o afã de hegemonia que abrigava o ditador de Buenos Aires, para quem de nada valeram os fatos consumados. Arrebatado por suas paixões, mostrou-se cego à realidade da existência do Paraguai, como Estado livre e soberano, há mais de trinta anos.

Daí iniciar-se acrimoniosa discussão entre ambos os governos,, cujo tom foi subindo cada vez mais, até chegar com o tempo a um estado de tensão que culminou no rompimento.

A 13 de março de 1844, o Congresso reunido em Assunção elegeu por aclamação CARLOS ANTÔNIO LOPES primeiro Presidente constitucional da República. O novo governo continuou a rota traçada pelo anterior no tudo quanto se referia à política internacional. CARLOS ANTÔNIO LOPES, como no Consulado, defendeu com inquebrantável energia os direitos do Paraguai. Na luta tenaz contra ROSAS, conduziu-se com firmeza e, assim, salvou a dignidade e a independência da Nação.

Sua administração esbarrou com o obstáculo poderoso da má vontade do *Restaurador das Leis*, que fortalecido em seu poder decidiu hostilizar abertamente o Paraguai. À negativa de reconhecê-lo como Estado soberano seguiram-se medidas de caráter econômico que anulavam o comércio e impediam a navegação de seus navios pelo rio Paraná, medidas preconizadas desde 1811 para chegar à dominação da Província rebelde. O erro repetia-se. A asfixia econômica recomendada por HERRERA, e aconselhada antes por Belgrano.

A atitude agressiva do ditador ROSAS transpôs o limite reservado das comunicações oficiais; já não só se negava a reconhecer nossa independência como também se opunha a que outros a reconhecessem.

Em suas mensagens à Legislatura de Buenos Aires, dos anos 1843 e 1844, na seção interior, referiu-se aos gravíssimos inconvenientes que não permitiam dar sua aquiescência aos desejos do Paraguai. Estes documentos foram publicados na *Gazeta Mercantil* e no “Arquivo Americano e Espírito da Imprensa do Mundo”, este

último periódico editado em três idiomas. Nestas mesmas publicações, “representação genuína das aspirações do tirano do Rio da Prata”, começou uma violenta campanha contra a nossa independência, com falsos argumentos e sofismas que podiam extraviar a opinião pública, apresentando “aos olhos das nações” Estado paraguaio “como uma entidade problemática e infundada”. Com ela levava a confusão e a dúvida sobre as justas reclamações da República no ambiente internacional da América e da Europa.

Esta atitude pública de ROSAS era uma notificação tanto para o Paraguai como também aos países interessados na autonomia deste Estado e do Uruguai, cuja dominação daria àquele a hegemonia na bacia do Prata.

A hostilidade de ROSAS era manifeste, chegava a toda a parte e sua propaganda contra a independência nacional dirigia-se às Províncias do Prata e também se estendia além das fronteiras da Confederação, como para criar um ambiente desfavorável à causa do Paraguai. Isto fazia à parte das múltiplas barreiras opostas ao nosso comércio.

Carlos Antônio Lopes viu-se obrigado a mudar de orientação. O Paraguai, em defesa de seus direitos e de sua honra ultrajada, teve de pôr à parte o seu tradicional sistema de abstração e lançar-se a intervir nas apaixonadas lutas políticas do Prata. O mandatário Paraguaio opôs-se com decisão às pretensões do ditador de Buenos Aires. Preparou sua pátria para defender-se em todos os terrenos e neutralizar o poder agressivo do *Restaurador das Leis*.

Não se descuidou de nenhum dos aspectos da luta contra ROSAS. Impossível continuar tolerando a intensa campanha de agravos da imprensa portenha contra a existência do Paraguai. Esta campanha, injusta e tendenciosa, era incompatível “com o silêncio mesmo que por menosprezo, porquanto podia ter a interpretação de temor. A independência da República do Paraguai é a base e condição indispensável para a felicidade de seus filhos. Sem independência seria vista subordinada a uma vontade distante e imprevidente quando não hostil, e seus costumes, opiniões e destinos escravizados ao arbítrio alheio só a idéia basta para excitar a indignação”.

Nestes termos se expressava, ao iniciar-se “O Paraguaio Independente”, e assim nasceu este periódico, cujo primeiro número circulou em Assunção, no sábado, 26 de Abril de 1845.

Fundou-o o presidente Carlos Antônio Lopes, que desta forma inaugurava nova



época, promissora e fecunda no terreno do espirito.

*O Paraguaio Independente* é o monumento mais sólido que o preclaro governante levantou não só à independência senão também à cultura nacional, monumento que continuará mostrando às gerações presentes e futuras que o direito e os interesses da pátria se defendem tanto pela acção das armas como são sustentados pela força não menos poderosa da inteligência.

Não podia escapar à penetração de Carlos Antônio Lopes o papel que desempenha a imprensa na vida dos povos, a influência inoperável do jornalismo como fator educativo e agente determinante no desenvolvimento dos acontecimentos. Com esta certeza e levado pelo amor ao progresso do país, incorporou à vida nacional aquêllec fecundo instrumento da civilização moderna. Introduziu uma imprensa — a primeira para cuja instalação e funcionamento contratou os serviços de um técnico estrangeiro. Uma vez montada a officina se publicou *O Paraguaio Independente*.

Este órgão foi por sua vez o primeiro periódico editado no Paraguai. Sua criação objetivava “rebatcr as pretensões exorbitantes do governador de Buenos Aires contra a nacionalidade paraguaia” e neste sentido fez uma brilhante e documentada defesa de nossa independência.

Circulava semanalmente aos sábados, mas desde o número 51, só era impresso quando as circunstâncias o reclamavam e se dispunha do material necessário. Foram ao todo 118 números, sendo o último no sábado 18 de setembro de 1852, com o qual encerrou a sua missão: caindo Rosas, o governo do General Urquiza reconheceu, em nome da Confederação Argentina, a Independência do Paraguai.

Grande foi a importância atribuída a este jornal pelo presidente Lopes, tanto que sete anos depois de não mais circular mandou imprimir toda a coleção. Esta segunda edição pareceu em dois tomos, no ano de 1859 pela “Imprensa da República”. O primeiro, num volume de 759 páginas, continha além do prelo, 74 números; o segundo, de 740 páginas, reproduzia os números restantes, aos quais se acrescentava um apêndice com documentos sobre os sucessos posteriores ao desaparecimento do *O Paraguaio Independente*, tais como o reconhecimento da independência pela Confederação Argentina, a mediação do Paraguai no conflito suscitado entre a mesma Confederação e Buenos Aires, a mediação da França e da Inglaterra na questão argentina e as relações

entre o Paraguai e os Estados Unidos da América.

Duas novas edições apareceram neste século, mas ambas incompletas. Uma empreendida pelo diário *A Ordem*, de Assunção, que chegou a lançar 18 números em fac-símile, e outra ordenada por lei de 5 de junho de 1928, do que resultou imprimir-se o primeiro tomo, em 1930, o que corresponde a uma reedição da de 1859. A comissão encarregada dos trabalhos da impressão era constituída pelos deputados nacionais Justo Pastor Benítez, Cesar Vasconcelos e Eusebio A. Lugo.

Atualmente é muito raro encontrar-se uma coleção completa do *O Paraguaio Independente*. A única existente na República, dos 118 primitivos números, é a da “Biblioteca e Museu Godói”. Seu cuidado e conservação é um dever do Governo e de todo paraguáio amante da cultura e do passado da pátria.

A questão fundamental que *O Paraguaio Independente* devia defender, diante “das exorbitantes pretensões de Buenos Aires” se relacionava com a independência nacional e outras correlatas, como a navegação do rio Paraná e a questão de limites. De todas se ocupou com elevação, capacidade e conhecimento profundo dos assuntos ventilados. Nunca desceu à arena em que se articulavam os desconcertos de Rosas, por mais que a violência da polémica e tanto o obrigasse, embora certas vezes usasse uma adjetivação forte e qualificativos ásperos. Colocou-se sempre num plano de superioridade, em concordância com os princípios que regem a vida dos povos cultos.

Os argumentos de que se valeu, para fundamentar e defender a independência nacional, podem sintetisar-se na fórmula seguinte:

Os homens, naturalmente livres, para cumprir uma missão social, velar pela sua integridade e propender à felicidade geral, unem-se por pactos mais ou menos expressos e delegam o poder da soberania originária em uma autoridade ou governo comum. Quando este governo, por circunstâncias especiais, não pode se por pactos mais ou menos expressos e de direito anulado e desfeito o acôrdo. Isto foi o que aconteceu com o Rei da Espanha. Invasa esta pelos exércitos de Napoleão e destituido o monarca, quebraram-se os vínculos que uniam a mãe pátria com seus domínios americanos, extinguindo-se por consequência, toda a delegação ou pacto político.

“Reverteram aos povos os seus poderes soberanos, imprecindíveis e inalienáveis. Eles tinham a necessidade e o direito de ser felizes, e portanto o de cuidar dos meios neces-

sários para êsse fim A escolha era livre: preferiram a independência”.

E constituíram em Estados autônomos, o Paraguai e Buenos Aires, e os demais países americanos, cada um dos quais com o direito de organizar-se e de viver da maneira mais adequada a seu progresso e bem-estar.

Pela mesma causa tôda divisão territorial criada pelo Rei de Espanha ficou “sem valor e sem existência”. A vontade livre e espontânea dos povos é a que decidiu do destino das nações americanas e não a divisão territorial da Colônia.

O Paraguai desde cedo manifestou a vontade de governar-se por si mesmo, sem sujeição alguma a Buenos Aires. Assim o declarou no primeiro Congresso de 17 de junho de 1811, resolução que comunicou ao governo portenho na nota de 20 de julho, a que êste acedeu expressa e formalmente.

Rosas tampouco podia alegar a favor de suas pretensões o direito de fundação nem de posse.

A fundação, um direito inerente a Coroa de Espanha, que ficou sem efeito com o grito da independência, e, por conseguinte, tôda a pretensão nêle apoiada. Quanto à posse não deixava de ser inconsistente e falsa a argumentação do *Restaurador das Leis*. Buenos Aires jamais exerceu domínio algum sobre o território e o povo paraguaio e admitir o contrário seria uma falsidade histórica. Só tinha relações administrativas, mas estavam sujeitas a suprema autoridade do Rei de Espanha. Por outro lado, a República, desde o seu pronunciamento, em 1811, foi reconhecida por tôdas as nações, como um Estado livre e soberano, inclusive pelo próprio governo de Buenos Aires.

A independência da República era, pois, um fato consumado, “patente, notório e conhecido por todo o mundo”. Sendo assim tem o direito de proclamá-lo e “o mais sagrado de mantê-la e de sustentá-la. E o fará à custa dos maiores sacrifícios”.

Aniquilado o poder de Espanha, o Paraguai ficou desta forma livre de todo vínculo com qualquer sociedade e só a êle correspondia “assentar bases do edifício social em que devia continuar seu destino e trabalhar para alcançar a própria felicidade”.

“Ninguém tinha, nem tem faculdade de interpor sua paz e desejos, ou de oprimir a vontade livre e os direitos soberanos que Deus lhe deu: a mão ousada que temerariamente se atreve a tocar na Arca Santa de sua liberdade, há-de ser cortada como sacrílega brutal e ímpia”.

Com estas palavras terminava *O Paraguai Independente* um dos seus artigos, palavras que eco brônzeo continuará repercutindo através das idades, como uma advertência à política agressiva dos ditadores e exemplo edificante de energia e amor à pátria.

*O Paraguai Independente* defendeu também, com eloquência a liberdade dos rios. Para a República era uma questão fundamental a navegação do Paraná, pois cerrada esta o valiosa artéria fluvial aquela ficava isolada sem maiores possibilidades de comunicação com o mundo e sem via alguma à saída de seus produtos. Rosas assim o compreendeu e impediu que o Paraguai se servisse dessa rota. Novamente a tentativa de dominação pela via fixia comercial.

A navegação dos rios constituída a base de nossa independência econômica, indispensável por sua vez para alcançar a independência política. O “rio livre” tinha e devia ter relação direta com a existência mesmo da República. Os primeiros governadores do Paraguai prestaram especial cuidado a êste problema cuja solução só foi possível depois da queda de Rosas.

A natureza fêz transitável os “imensos belos canais” do Paraná e do Paraguai. A livre navegação dos mesmos oferece tantas vantagens e é de tanta importância” que em menos de dez anos mudará a face destas regiões e transformará as montanhas em cidades e desertos margens de tantos rios em... ricas planícies... e quantas vilas, quantas cidades se ergueriam sobre as áreas de nossos imensos bosques? O Rio da Prata, novo Mediterrâneo, se tornará um dos maiores e mais ricos portos do comércio do mundo. As cidades fundadas sobre suas margens seriam os empórios de seu imenso tráfico”.

Sábias e proféticas palavras, dignas de figurar nas páginas de BASES, de Juan E. Alberdi. As afirmativas do *O Paraguai Independente* se inspiravam no senso profundo da realidade. O tempo se encarregou de justificá-las. Aberto o Paraná ao comércio do mundo, o Paraguai e as províncias argentinas exploraram com proveitosas incalculáveis riquezas, impulsionando vigorosamente o seu progresso e Buenos Aires converteu-se na populosa capital, cujo momento e potencialidade econômica não só orgulha a Argentina como a tôda a América latina.

Não podia esquecer o *Paraguai Independente*, nessa campanha contra o ditador Rosas, de referir-se às vantagens da civilização



como “grande e sublime esforço da inteligência... capaz de aperfeiçoar e tornar felizes as sociedades e os homens”.

Na ordem internacional proclamava o princípio de interdependência dos países, a solidariedade, a ajuda mútua e o predomínio do poder moral sobre o puramente físico da força, como meio para chegar à prosperidade dos povos.

O *Paraguaio Independente* ocupou-se, além das questões anteriormente mencionadas, da vida dos grandes Estados europeus. A partir do número 94 não se descuidou das relações do Paraguai com o Império do Brasil, cuja política com relação à questão de limites com a República qualificou de equívoca e misteriosa.

A propósito da ocupação inesperada do morro Pão de Açúcar, por forças brasileiras de Mato Grosso, expressava com toda ênfase: “Nesta emergência, defenderemos a um tempo a nossa independência política e a integridade de nosso território nacional; assim cumprimos o juramento solene que fizemos a Deus e à Pátria”.

Solucionada satisfatoriamente esta controvérsia, o Paraguai firmou com o Império do Brasil, em 1850, um tratado pelo qual as altas partes contratantes se comprometiam a concorrer, por todos os meios, para alcançar a paz e a tranquilidade nesta parte do Continente, a conservação do *status quo* das nações que a compõem, prevenir a estas de qualquer ataque a sua independência ou invasão de territórios. O acordo estabeleceu-se tendo em conta a agressividade de Rosas, cujos processos violentos inquietavam os países vizinhos. Daí resulta que a luta contra o ditador de Buenos Aires, os interesses da República e os do Império se identificam. “No momento, expressava o *Paraguaio Independente*, em abril de 1851, para nós, são idênticos os interesses do Paraguai, do Brasil e do Estado Oriental”. Esta causa comum alentou a campanha relutante de Caseros.

Durante o período de 1845 a 1852 não diminuíram nem o vigor nem a consistência da política do *O Paraguaio Independente*, orientada em defesa dos princípios da civilização, da concordia internacional, do respeito às nacionalidades, inspirada por um intransigente patriotismo.

Sua influência fez-se sentir dentro e fora do país difundindo-se profusamente no interior como nos Estados vizinhos.

Juan Andrés Gelly, do Rio de Janeiro, encarregou-se de difundir-lo nos países da América e da Europa, fazendo-o chegar principalmente a Montevideú, à Inglaterra, à França e à Espanha, além de torná-lo conhecido na capital e em toda a extensão do território do Império. O Presidente Lopes tinha especial cuidado de remeter, ao referido agente diplomático na Corte de S. Cristóvão, os exemplares necessários e às vezes até coleções completas. Também se lia o *Paraguaio Independente* em Buenos Aires e nas Províncias da Confederação.

Sua reputação de órgão sério e bem documentado deu-lhe autoridade para impôr-se à consideração da imprensa continental. A este respeito dizia Juan Andrés Gelly a Carlos Antônio Lopes, em carta do Rio de Janeiro: “Este periódico, escrito com decore e numa linguagem diferente da dos periódicos que se tem visto até agora nesta parte da América, goza de uma reputação que honra o Paraguai”.

Muitos de seus artigos transcreveram-nos diários da importância do *Jornal do Comércio*, do *O Comércio do Prata* e *O Nacional*. O primeiro, de bem merecida reputação na capital do Império; o segundo, editado em Montevideú e dirigido por Florêncio Varela, cuja pena ágil e acerada foi como um dardo lançado ao coração do tirano de sua pátria. Varela traiçoeiramente assassinado em uma noite, pagou com a vida o ter colocado as luzes e a força de seu espírito a serviço da liberdade e da civilização; e o terceiro, também órgão do periodismo uruguaio, no qual a linguagem valorosa de Rivera Indarte fugitava o ditador de Buenos Aires. Rivera Indarte, defensor esclarecido de nossa independência, morreu no desterro, firme no seu posto de combate.

A imprensa desempenhou o papel principal na formação da opinião pública internacional contra Rosas: ela atraiu para a sua figura a hostilidade da Europa e da América e foi quem mais contribuiu a dar por terra com a ditadura. Nessa obra de redenção, o *Paraguaio Independente* teve, como acabamos de ver, participação ativa e indiscutível influência.

E' assim como o primeiro jornal da República está ligado a um dos acontecimentos mais memoráveis do Rio da Prata, — a queda de Manuel de Rosas, com o que se inicia uma época de maior compreensão entre os países desta parte do Continente.

Rosas tinha poderosos inimigos dentro e fora da Confederação. Em 1851, o general Justo José de Urquiza Governador da Província de Entre Rios, encabeçou um vasto movimento contra êle, em combinação com o Império do Brasil e o Estado Oriental. A 29 de maio desse ano firmou-se em Montevideu, entre os mesmos, um pacto de aliança ofensiva e defensiva com o objetivo de destruir o poder agressivo e absorvente do ditador de Buenos Aires. Por êste convênio os aliados se comprometiam a expulsar do território o general Oribe e as tropas argentinas de seu comando, manter a independência do Estado Oriental e convocar as eleições livres para a organização definitiva desta República.

Completava esta disposição outra que estabelecia ser o Paraguai convidado a fazer parte da aliança, convite que uma vez aceito lhe permitiria intervir na campanha e a gozar das vantagens acordadas aos aliados. Por outro artigo, "êstes garantiam mutuamente a independência, soberania e a integridade de seus territórios, sem prejuízo dos direitos adquiridos".

Com estas últimas cláusulas não só se reconheceu a independência do Paraguai como se garantia a sua conservação pelos aliados, segundo Ramón J. Cárcano.

O tratado de Montevideu era uma pública e categórica condenação da política de Rosas e uma afirmação a favor do respeito às nacionalidades, aos convênios internacionais, aos legados da história, à soberania popular, à liberdade dos rios e à paz e concórdia entre os povos. Os mesmos princípios defendidos e sustentados pelo *O Paraguai Independente*, à consagração e triunfo da causa do Paraguai.

Posteriormente, o tratado de 29 de maio ampliou-se no sentido da declaração de guerra dos aliados "ao governador de Buenos Aires Juan Manuel de Rosas, para libertar o povo argentino da opressão que sofre sob seu domínio tirânico".

O convite para participar desta cruzada chegou a Assunção no dia 14 de outubro e na mesma data foi respondido favoravelmente. O Paraguai, no entanto, não pôde intervir nos sucessos da guerra devido à rapidez com que se processaram os acontecimentos.

O exército vitorioso de Urquiza, depois de derrotar Oribe, pacificar o Uruguai, atravessou o Paraná e em combinação com as forças brasileiras e uruguaias empreendeu a gloriosa campanha que culminou com o tri-

unfo de Caseros, a 3 de fevereiro de 1852. Completamente derrotado, Rosas abandonou o campo de batalha para, logo, deixar para sempre a terra argentina.

A vitória de Caseros encheu os corações de indescritível regozijo, abrindo novos e amplos horizontes aos povos libertados do tirano. Caseros não é uma simples batalha senão mudança de frente dos países dependentes do estuário do Prata; desde então começou uma era mais fecunda para a Argentina e Estados vizinhos, com a vitória do direito sobre a violência, da inteligência sobre as baixas paixões humanas.

O nome do general Urquiza ficou ligado a êste feito memorável e as gerações futuras o recordarão com a auréola dos fundadores de instituições.

Desaparecido Rosas do cenário político, o general Urquiza foi destinado Diretor Provisorio da Confederação Argentina e Encarregado das Relações Exteriores. Na ordem internacional, entre os seus primeiros atos figura o envio do dr. Santiago Dérqui, deputado da República, em missão especial junto ao governo de Assunção. O general Urquiza desejava sinceramente a paz e a harmonia com todos os povos e muito particularmente com aquêles de uma mesma origem. Ainda mais, "apagar de algum modo os antipathies e animosidades com que o ditador Rosas sistematicamente os dividia". De forma dava cumprimento a um dos propósitos fundamentais do pacto de Montevideu, restabelecendo as amistosas relações entre o Paraguai e a Argentina.

Uma vez em Assunção, Dérqui firmou com o Ministro das Relações Exteriores da República, Benito Varela, um tratado pelo qual se fixavam os limites entre ambos os Estados, estabelecia-se a liberdade de navegação nos rios Paraná e Paraguai, e seus respectivos afluentes. Dois dias depois, a 17 de julho de 1852, o mesmo agente diplomático, cumprindo as instruções do general Urquiza e em representação da Confederação Argentina, reconheceu solenemente a independência do Paraguai.

Êste acontecimento, de transcendental importância em nossa história política, vinha pôr termo a um passado cheio de receios e repa- uma injustiça. O Paraguai desde então pôde seguir a rota de seu destino, receber em seu seio tôdas as correntes de progresso e de civilização, abrir seus portos ao comércio mundial.

A nação inteira recebeu a nova com triótico entusiasmo e um sentimento de inte-



gratidão vibrou em todos os corações paraguaios, voltados para o ilustre soldado entrerriense que, com o brilho de sua espada e a visão dos verdadeiros estadistas, deu consistência e realidade à liberdade dos povos.

Desapareciam, assim, os motivos que determinaram a criação de *O Paraguai Independente* com o triunfo da causa que defendia. O êxito coroou a prédica de sete anos.

Circulou pela última vez no sábado 18 de setembro de 1852. “Nossa missão se encerra neste número, — dizia — e ao concluí-la temos a íntima satisfação de felicitar os nossos companheiros pela consecução dos três grandes objetos de nossas tarefas: o reconhecimento da independência da República; o acôrdo definitivo de seus limites com a Confederação Argentina; e a livre navegação de nossa bandeira pelo rio Paraná e seus afluentes”.

A missão de *O Paraguai Independente* estava terminada. A cama ao deixar a arena o fez, com a satisfação do dever cumprido e a glória de uma missão que foi, é e será fonte fecunda de ensinamento para servir à pátria.

*O Paraguai Independente* não pode confundir-se com uma simples folha qualquer, sem transcendência nem sentido histórico. Com elle se inicia o jornalismo na República; sua campanha constituiu uma das páginas mais interessantes de um período de nossa história; sua influência se confunde com o reconhecimento da independência.

O aparecimento d’este semanário asinada uma nova época no desenvolvimento de nossa

cultura. Desde então, o poder da intelligência chegou aos longínquos confins do território nacional iluminando as consciências. Com *O Paraguai Independente* nosso povo aprendeu que a pátria não se defende só pela ação das armas mas também que se apressa com as virtudes da intelligência.

Como se isto só não bastasse a que o hebdomadário tivesse um lugar de relêvo na lembrança de nossas gerações, suas páginas encerram ainda um rico arquivo político e diplomático, ao qual necessariamente devem recorrer os estudiosos, para conhecer e apreciar o nosso passado. Já o prefácio da edição de 1859 expressava: “E’ enfim o monumento mais sólido sobre que tem de descansar a história moderna da República do Paraguai”.

A fundação e existência de *O Paraguai Independente* estão estreitamente vinculadas à glória de Carlos Antônio Lopes. Não só o seu criador, mas o inspirador de sua prédica e o seu redator principal. Em cada um número deixou impressa a retidão de seu caráter, a elevação de suas aspirações, a clara visão de seu talento e a ardência de seu patriotismo. Juan Andrés Gelly, um dos paraguaios mais eminentes daquele tempo, também deu as mostras de sua vasta illustração nas páginas dêsse denodado defensor da nacionalidade.

Se grande é a figura de Carlos Antônio Lopes, como homem de ação e paladino da independência nacional, grande é também como propulsor e animador de nossa cultura. Nesse sentido, *O Paraguai Independente* é a sólida coluna em que descansa a sua impercível memória.

## "A SORTE NÃO O PERMITIU" (\*)

ANYDA MARCHANT

### Amigos e inimigos

Por volta de 1875 Mauá perdera não somente a maior parte de seus amigos poderosos como também sua cadeira na Câmara dos Deputados.

Vinte anos. De 1853 a 1872. Um longo período para se conservar uma cadeira em qualquer parlamento, principalmente tratando-se de um homem que não tinha ambições políticas. Desde o início tivera êle em mente outro propósito, quando tomara nota do conselho do seu velho patrão, Richard Carruthers: "Bem pode imaginar quanto me é grato ver, no nosso velho local, a Candelária, o seu digno nome tão justamente avaliado. Confio entretanto em que o senhor será eleito deputado por sua província natal e em que aceitará êsse mandato, se tem intenção de ser deputado por qualquer lugar". (Carta de 8 de fevereiro de 1861).

No começo de 1861 o próprio Mauá escrevera ao seu sócio, Castro, em Manchester. Nessa carta dizia, entre outras coisas, no seu inglês chão: "The government and Conservative party has been completely defeated in the elections of the 30th ultimo in this City (Rio), the

chapa of the Liberal Party having triumphed in all the *freguesias*, except two. This will have a great moral effect in the Empire and probably brings about the calling of the Liberal party into power. At the moment I stand well with both, the conservative party being alive to the folly of their hostility to me in consequence of my liberal economical ideas. The Liberals, of course, surround me with all the attentions possible. The conservatives have lost their ground completely in consequence of their restrictive views and their meddling in every man's right to act and work according to his own idea instead of having all his actions and doings regulated by Government and the law, which nonsensical ideas the Ferraz cabinet has gone further than any of its predecessors". (1).

(\*) Capítulo do livro sobre o Visconde de Mauá, escrito em inglês. A presente tradução é da sra. Mary Pedrosa. A autora, que passou algum tempo no Brasil, formada em direito, faz parte da "Seção legal" da Biblioteca do Congresso, Washington.

(1) "O governo e o partido conservador foram completamente derrotados nas eleições de 30 de março último, nesta cidade (Rio); a chapa do Partido liberal venceu em todas as freguesias, com exceção de duas. Esse fato produzirá grande efeito moral no Império, e provavelmente terá como consequência a subida do Partido liberal ao poder. Neste momento encontro-me em bons termos com ambos os partidos, pois os conservadores compreenderam o absurdo da hostilidade que mostravam para comigo, em virtude do liberalismo de minhas idéias económicas. E naturalmente, os liberais rodeiam de todas as atenções possíveis."



Quando escreveu isso, Mauá já havia sido deputado no Parlamento nacional, representando sua província natal, o Rio Grande do Sul. Em 1853 fôra eleito para substituir outro deputado, e ainda, em 1856. Em 1857 foi eleito diretamente. Mauá iria conservar a cadeira até 1872, enquanto se deva lembrar aqui que entre 1869 e 1872, devido às condições decorrentes da guerra do Paraguai, o partido liberal se abstera de tomar parte nas eleições gerais, no Rio Grande do Sul. Mauá estava no Parlamento com um único objetivo, que confessava abertamente: propunha-se defender os interesses de suas várias empresas e promover uma legislação que viesse melhorar a situação das empresas privadas do país. Raramente falava na Câmara e quando o fazia era apenas sobre assuntos concernentes às questões financeiras — a reforma da legislação comercial ou a aprovação de empréstimos para as companhias nas quais tinha interesse. Na Comissão era muito mais eficiente e mostrava-se muito ativo no preparo de relatórios e pareceres sobre assuntos financeiros.

Sua primeira educação o havia preparado para uma carreira comercial, industrial e financeira, mas deixava-o um tanto deslocado no mundo político do Império. Mauá era o rapaz pobre, do interior, que não provinha de família importante por suas ramificações políticas — o que constituía a melhor, a única escola para os políticos brasileiros, no meado do século XIX. Lídia Besouchet foi muito feliz ao apontar dois sintomas dessa fra-

conservadores perderam inteiramente o terreno em virtude de suas opiniões coercitivas e devido ao fato de quererem interferir no direito que tem cada um de agir de acordo com suas próprias ideias, em vez de serem todas as ações reguladas pelo Governo e a lei. Nessas ideias absurdas, o gabinete Ferraz foi mais longe do que qualquer outro dos seus predecessores.

queza da posição de Mauá, quando, ao discutir as cartas trocadas entre ele e André Lamas refere-se às suas opiniões sempre erradas acerca das manobras dos políticos profissionais e diz: “a pitoresca linguagem ortográfica revela esplêndidamente o autodidatismo e a confusa cultura bebida entre ingleses e “castellanos”. (Lídia Besouchet, correspondência, p. 12. As cartas em inglês, especialmente as que ele escreveu aos seus sócios, Castro e McGregor, são documentos igualmente reveladores, pois raramente se afastam do inglês mais rudimentar de um típico negociante de Londres ou de Manchester, no meado do século XIX.

Nessa educação que Mauá adquirira entre estrangeiros nada havia que lhe pudesse servir no meio de Dom Pedro II, nada que pudesse atrair para ele as simpatias “dessa sociedade aristocratizada pelo sistema social escravocrata e pela influência das cortes européas” sociedade que ostentava com desdém “o desprezo pelo trabalho efetivo, prático” (id., p. 13). Politicamente, Mauá estava pois em completo desacôrdo com os conceitos fundamentais de governo, tal como se entendiam no Brasil e com as práticas correntes de seus homens públicos. O dever do governo, acreditava ele, sinceramente (de acordo com a maioria dos homens de negócios, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, no século XIX) era proporcionar condições estáveis, tanto sociais como políticas, nas quais o comércio e a indústria pudessem tirar os maiores lucros possíveis dos capitais empregados. Entretanto, o Brasil era o herdeiro de uma filosofia de governo que exigia uma participação maior das autoridades públicas em qualquer empresa privada. Essa filosofia baseava-se na teoria segundo a qual o governo, sendo representado pela coroa, era o principal proprietário e senhor da riqueza do país, que a iniciativa individual de-

via ser, nos seus menores detalhes, fiscalizada e regulada pela autoridade constituída. Os lucros dos particulares eram sempre sujeitos aos interesses do governo. Essa teoria fundamental nunca mudou, quaisquer que fôsem as inovações de forma por que passasse o governo.

Uma atilada compreensão dessa divergência entre suas idéias e o pêso da tradição foi o que levou Mauá a procurar e conservar sua cadeira de deputado, que o colocou em posição vantajosa para enfrentar uma situação que de outra maneira êle não poderia dominar. Mauá era — êle próprio o disse — o verdadeiro liberal, pois jamais tentou opôr-se às idéias liberais que o governo (quer estivesse no governo o Partido Liberal quer o Conservador) procurara pôr em prática. Essa declaração vem fornecer a chave para dois fatos: o fracasso do próprio Mauá, quanto a compreender o mundo político e a anomalia do sistema de partidos, no Brasil, durante o Império. Mauá era de certo um liberal, no sentido de que fôra educado nos princípios do liberalismo econômico. Era contra a escravidão como era a favor da livre emigração branca e da incorporação de grandes Companhias, a fim de abrir o vasto interior do país. Foi sua a idéia muito prática de que a centralização do desenvolvimento da agricultura e da indústria contribuiu para custos mais baixos de produção, oferecia mais segurança ao capital empregado e fornecia o único meio de organização que poderia enfrentar com sucesso os problemas decorrentes da conquista de meio continente, escassamente colonizado e semiselvagem.

Embora compreendendo o que significava a escravidão como problema econômico, não compreendia Mauá o verdadeiro papel da existência do regime servil, no estrutura política do Brasil. Nisto Dom Pedro era mais sagaz do que êle, pois percebia por intuição a impor-

tância dêsse regime na vida política econômica do país. Todos os problemas do império estavam ligados a essa questão tão fundamental. As forças econômicas que se alicerçavam aí eram muito mais poderosas do que a divisão formal da política em partidos. Era realmente o interesse econômico que tornava conservadores os proprietários de escravos. E constituíam um remanescente forte e numeroso do regime que havia criado a riqueza do Brasil, na época colonial e cujas mãos estava ainda em grande parte essa riqueza, no tempo da independência: os senhores de engenho do norte, ricos proprietários de terra e senhores de escravos da Baía e de Pernambuco. medida que decorria o século, o centro de gravidade dêsse regime tendia a passar para a província do Rio de Janeiro através da baía, da capital do império igualmente próspera, a princípio em açúcar e depois em café e na propriedade de escravos. No tempo em que Dom Pedro era ainda um jovem galante — talvez quanto pôde ser algum dia — no fim da década de 40 e na de 50, fizera uma célebre excursão pela província do Rio de Janeiro, parando numa após outra fazendas, hóspede dos Crescos e Midas, e cais que construíram palácios, mandando vir da Europa roupas novas e ofereciam em sua honra as mais suntuosas festas. Era um esplendor que não poderia ter existido sem a contribuição do trabalho escravo. E' fora de dúvida que desde muito cedo, Dom Pedro compreendia a importância dêsse ponto. Como homem, moralmente, lastimava o fato que existisse a escravidão e como imperador do Brasil, compreendia o papel que ela desempenhava, como alicerce de seu trono.

Com o passar do tempo o centro da riqueza do país transferiu-se mais para o sul, pois o café começava a suplantá-lo o açúcar e a província de São Paulo o



recia o melhor terreno para o cultivo do novo e importante produto de exportação. Com o café, sobreviera em São Paulo algo que não figurara no cultivo da cana de açúcar, no norte, isto é, a industrialização, visto que as vias férreas precisaram ser trazidas até São Paulo, a fim de transportar o produto do interior para o litoral. O café era híbrido e dependia também do trabalho escravo, mas estava meio ligado com a era da máquina. O sul do país era o local favorito para a imigração européia, branca, livre, tal como existia, de modo que, perdido o trabalho escravo, a cultura do café contava apenas com o trabalho livre. Constituiu-se pois um novo regime, com a ascensão da classe de banqueiros, financistas, corretores, importadores e exportadores, cujos interesses se ligavam grandemente à Inglaterra, a qual se opunha violentamente à escravidão. Era um regime diverso e hostil ao norte, produtor de açúcar.

Dessa evolução mal definida resultou a confusão no mundo da política partidária. Pode-se dizer que os membros do Partido Conservador eram caracteristicamente homens do norte do país, principalmente das províncias da Bahia e Pernambuco, rebentos das famílias com vastas ramificações na região açucareira, famílias de escravagistas, poderosas, graças às fortunas herdadas (que não obstante diminuíam com a invasão do moderno desenvolvimento industrial) e às alianças de família. O barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley, que era, do modo significativo, um dos homens de maior prestígio junto a Dom Pedro, pertencia a essa categoria. Descendente dos holandeses conquistadores de Pernambuco, no século XVII, afilhado do marquês de Barbacena, proprietário de um engenho de açúcar, mantinha idéias conservadoras acerca da maneira como se devia abolir a escravidão, pois a partir de 1850,

era difícil a qualquer estadista brasileiro negar que a escravidão teria afinal de ser abolida. Por outro lado, os homens do Partido liberal eram em geral do sul do país, advogados da abolição e até mesmo simpáticos à república. Entretanto, não havia, sobre as principais questões do dia — abolição, republicanismo, comércio livre — uma tal uniformidade de opinião, dentro das fileiras de qualquer dos partidos. Nabuco de Araújo, representante característico dos homens do norte, a outros respeitos, era um dos líderes do Partido Liberal e defensor da abolição. O mesmo se dava com Zacarias de Góis e Vasconcelos. Essa confusão revelava um fato: a estrutura política do país não se encaixava na estrutura econômica e essa separação destruía a eficiência do sistema de partidos. Os acontecimentos políticos — subida e queda dos gabinetes, a aprovação ou a derrota de leis propostas — eram o resultado não de sentimentos profundos, mas de choques entre as personalidades políticas envolvidas ou entre estas e o imperador.

## II

Superficialmente, a forma de governo do Brasil, sob Dom Pedro II, era um governo parlamentar sob um monarca constitucional. Mesmo assim tratava-se de uma planta exótica, transplantada de uma Inglaterra com longa experiência nas sutilezas desse sistema e de uma França já bem adiantada no processo de adaptação de métodos parlamentares e um governo flutuando entre o republicanismo e a monarquia constitucional. A Inglaterra e a França eram porém velhos países de população densa, com uma classe média instruída e sempre em crescimento. Em ambos os países já havia passado a época do sistema econômico baseado na propriedade da terra por alguns privilegiados e no amanho dessa

mesma terra por uma vasta classe servil. A transferência de tal sistema de governo, sistema adaptado àquelas nações, para um país imenso, quase inexplorado e despovoado, no Novo Mundo, com um punhado de europeus no litoral e um sistema econômico fundado no latifúndio e no trabalho escravo, não podia deixar de produzir uma fantasmagoria, se por fantasmagoria se entende a criação de um mundo político, neste caso, que era perfeito e razoável em si próprio, mas não tinha base na realidade política do país e do povo.

Esse governo foi bem sucedido — pelo menos manteve-se durante um longo período — graças ao imperador. Este era provavelmente mais culto do que a maioria dos seus ministros e o era com certeza do que a maior parte dos seus compatriotas. À semelhança da rainha Vitória, Dom Pedro tivera a vantagem de estar sempre a postos, por maior que fôsse a frequência com que mudavam seus ministros, seus prepostos e seus oficiais administrativos. Adquiria assim imenso acervo de informações seguras, que apenas uma longa experiência poderia proporcionar. Dom Pedro esteve no governo durante quarenta e nove anos (de 1840 a 1889). Isso lhe dava uma vantagem que nenhum dos seus ministros poderia cercar, por mais que o acusassem de absorver no governo todo o poder real.

O melhor exemplo dessa absorção no poder, dessa sufocação da iniciativa dos outros indivíduos é apresentado pela sorte dos partidos políticos que se alternaram no governo, durante o seu reinado. Qualquer que fôsse o ministro, fôsse qual fôsse o seu partido, enquanto era membro do gabinete do Imperador, tinha de curvar-se ante a vontade dêste. O próprio Joaquim Nabuco, nos últimos anos um dos mais famosos estadistas do Brasil, ao escrever a biografia de seu pai,

ministro da justiça sob Dom Pedro I, assim se expressou:

“Antes de tudo, o Reinado é o Imperador. De certo elle não governa directamente e por si mesmo, cinge-se à Constituição e às formas do systema parlamentar; mas como elle só é arbitro da vontade de cada partido e de cada estadista, como está em suas mãos o fazer e desfazer os ministerios, o poder é praticamente de d'elle. A investidura dos Gabinetes é curta, o seu titulo precario, — em quanto agradassem ao Monarcha; em tais condições só havia um meio de governar: a conformidade com elle. Oppor-se a elle aos seus planos, à sua politica, era renunciar o poder. Algum ministro podia estar prompto a deixar o governo, apenas empossado; o Gabinete, porem, tinha tenacidade, e o partido lhe impunha a fidelidade à vontade Imperial por amor de logares, do patronato. Insensivelmente os ministros assentiam, assim, no papel que o Imperador distribuia a cada um no seu Reinado. Romper com elle, foi muito tempo impossivel em politica. O Senado e o Conselho de Estado viviam do seu favor, da sua graça. Nenhum chefe quizer ser *incompativel*. A tradição, a continuidade do governo está com elle só. Com os Gabinetes duram pouco e elle é permanente, só elle é capaz de politica que demande tempo; só elle pode esperar, contemporizar, continuar, adiar, semeando para colher mais tarde, em tempo certo”

Num ponto Dom Pedro era muito susceptível: não queria que se suspeitasse que elle tinha favoritos. Reduzia todos os seus ministros às condições de subordinados que ignoravam totalmente as manobras do governo que poderiam em parte ter precedido a tomada de posse do cargo ou que se seguiam à sua demissão. À diferença da rainha Vitória, Dom Pedro não era obrigado a submeter-se ao poder de um Gladstone ou de um Dis-



raeli, fortalecido pelo apoio de partidos políticos poderosos e bem organizados, capazes de derrubar o governo e forçar uma nova eleição. Ninguém sabia o que iria acontecer de um dia para outro, exceto o próprio imperador. Assim, apenas ele poderia determinar a rota para a nau do Estado e ele apenas, podia designar o porto do seu destino.

Conforme acentuou Joaquim Nabuco, essa forma sutil de poder absoluto era o resultado natural das condições políticas e sociais do país. Num país como o Brasil era impossível esperar a criação de um verdadeiro eleitorado e se tivesse existido um verdadeiro eleitorado, este, em virtude de uma absoluta inexperiência, seria ainda mais dependente do governo imperial. Apenas uma coisa poderia ter quebrado esse poder quase indestrutível do imperador: o advento de câmaras legislativas bastante independentes para desaprovarem seu poder e se colocarem em oposição à sua vontade. Nas condições sociais e econômicas do país, tal coisa era uma impossibilidade. Era a grande quimera que enganava àqueles que lutavam por eleições diretas e o Imperador, com um misto de astúcia e de boas intenções, tinha sempre o cuidado de exercer o seu poder estritamente dentro das formas constitucionais. Agiu sempre dentro da Constituição e sempre se curvou ante o sentimento fortemente manifestado e a opinião pública: "O que distingue o seu governo é o sacramento da forma; desde o dia em que é declarado maior, até o dia em que lhe é intimada a deposição, ele não sai do seu papel de rei constitucional. Também a marcha da política no Reinado não é obra d'elle; elle é apenas o relógio, o regulador; marca a hora ou dá o *rhythm*". (Id., p. 379).

De fato o imperador não queria agir. Agir significava introduzir mudanças e conquanto ele consentisse nelas, quando não era possível evitá-las, não desejava

contudo favorecê-las. Conservava-se acima dos políticos e dos partidos. Anatematizava os partidos políticos que tentassem a criar no seu governo um homem poderoso. Ele e seus ministros — enquanto eram seus ministros — pareciam agir assim no vácuo, alheios aos sofrimentos crescentes de uma nação que dava os seus primeiros passos no autogoverno. Por volta de 1853 fixára-se o caráter do imperador, o qual já não era o jovem príncipe maleável, aprendendo seu officio. Os velhos estadistas do tempo da Regência já não o dominavam inteiramente. Pelo contrário: era ele quem começava a dominá-los. Por mais poderosos que se conservassem e conquanto demorassem no seu reino, não tinham poder bastante para escapar ao cunho da sua vontade. O imperador preveria que eles o rodeassem, pois os conhecia perfeitamente e compreendia os elementos econômicos e sociais que representavam. Por instinto, Dom Pedro não gostava dos homens novos, mas o traço característico da sua maneira de manejar tanto os novos como os velhos, era a regularidade com que ia destruindo o poder de um homem ou grupo de homens, removendo-os de seus cargos e nomeando membros da oposição.

### III

Em 1853 o visconde de Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão) antigo regente e um dos homens mais poderosos do segundo império, formou um gabinete misto, composto de liberais e conservadores, o qual tomou o nome de Gabinete de Conciliação, ou como diríamos hoje, Gabinete de Coalizão. Esse gabinete distinguuiu-se por dois motivos: primeiro, teve mais duração do que qualquer outro (até 1857); segundo, as reformas legislativas de maior alcance foram realizadas sob sua égide, pois o mi-

nistro da Justiça era então Nabuco de Araújo, e foi êle o principal propulsor da adoção de um novo código comercial, da criação de tribunais de comércio, da reforma das leis relacionadas com os crimes cometidos por brasileiros no exterior, do casamento entre católicos e não católicos e da reforma da igreja nacional. O marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima), outro dos velhos ex-regentes e ex-deputado nas côrtes de Lisboa, que se considerava uma espécie de vice-imperador permanente e era realmente aceito como o primeiro cidadão do império, depois do imperador, declarára uma vez que o gabinete de Coalizão era o "pensamento augusto" do imperador, o filho do seu cérebro. Havia todos os indícios de que assim era, pois em vista do seu próprio caráter, êsse gabinete abolia as distinções de partidos e destruía um tanto o poder individual dos ministros. Era uma experiência que se prestava muito a controvérsia, e foi a origem de muitos debates e de muitos ataques acerbos, bem como de louvores e adulações.

Contudo, em 1856, o governo de Coalizão sofreu um sério revés. A 3 de setembro desse ano o marquês de Paraná morria repentinamente, alguns meses antes da eleição marcada para o fim do ano. Sua morte lançou a confusão no mundo político, pois essa eleição seria a melhor prova do êxito alcançado por seu governo. Ninguém poderia dizer qual teria sido o rumo da política, caso o marquês não tivesse morrido. Com efeito o gabinete de coalizão foi demitido seis meses depois, para ser substituído a 4 de maio de 1857, por um gabinete formado pelo velho marquês de Olinda, o qual estava sempre pronto para ajudar o imperador, quando êste precisava de um chefe de governo de confiança. Contudo, os liberais haviam ganho na Câmara um terreno considerável. Entre os novos

deputados pela província do Rio Grande do Sul encontrava-se o barão de Mauá, cuja eleição fôra assegurada pelo marquês de Paraná e pela influência do conde de Pôrto Alegre, homem muito poderoso na província e herói na batalha de Monte Caseros.

Durante a década de 60 Mauá manteve sua cadeira. Não era porém um deputado muito assíduo, pois se encontrava frequentemente ausente, na Europa, ocupado em firmar seu crédito financeiro nos mercados de dinheiro de Londres e de Paris, ou no Rio de Janeiro procurando deter a maré que crescia incessantemente contra seus interesses no Uruguai. Assim, tanto por temperamento como por necessidade, era-lhe impossível entrar plenamente na evolução pela qual passava o governo imperial. Cinqüevêzes, durante a década de 60, o Partido liberal subiu ao poder e os gabinetes liberais controlaram o curso dos acontecimentos, nas perturbações internacionais no sul. Porém conquanto, nominalmente, o Partido liberal fôsse o partido vencedor, Mauá, os seus líderes não eram particularmente amigos deste e em Zacarias de Góes e Vasconcelos, que por três vezes fôra primeiro ministro, tinha Mauá um inimigo declarado. E o imperador não gostava de vêr elevar-se essa onção de homens e forças que não eram inteiramente devotadas à conservação do seu trono. Aproveitou pois a primeira oportunidade para restabelecer seu gabinete conservador, que lhe merecia mais confiança.

Por volta do fim da década de 60 o Partido liberal perdera seu prestígio e os conservadores tinham conquistado uma posição fortíssima, à custa dos seus rivais. Anunciavam-se porém novas mudanças. Em 1869 o *Manifesto do Centenário do Liberalismo* fôra publicado no Rio e na Bahia. Era o programa dos liberais e entre outras coisas, o partido se comprometia



efetuar a reforma do sistema eleitoral e a abolir a escravidão. Dessa maneira o manifesto pôde ser considerado como um ataque direto ao próprio imperador, uma tentativa para quebrar o poder absoluto que elle construíra com tanta habilidade. O *Manifesto* representava o ressurgimento do partido liberal, do limbo no qual havia caído com a demissão do gabinete Zacarias, durante a última fase da guerra do Paraguai, quando o imperador, inquieto com a falta de entusiasmo popular pelo prosseguimento da guerra, procurara conquistar simpatias com a nomeação do visconde de Itaboraá para a chefia de um novo gabinete. Agora, com o Manifesto, elle sentia de novo o sôpro de fôrças inimigas. Esse manifesto indicava a fôrça crescente do verdadeiro sentimento partidário, do elemento antimonárquico no Partido liberal e o aumento de importância do sul do país, à custa do norte.

Foi ainda uma vez a província do Rio Grande do Sul, a fortaleza tradicional do Partido Liberal, do republicanismo, separatismo e rebelião contra o poder centralizado do governo nacional, que produziu a mudança. A província representava a guerra de fronteira, as perturbações internas criadas pelos feudos que floresciam nas planícies de criação de gado. Era a antítese do norte, conservador, monarquista, proprietário de escravos. Era a parte do país onde os criadores de gado mandavam como chefetes, dentro dos seus próprios domínios, esperando que seus parentes, vaqueiros e amigos se reunissem em torno dêles como servos, quando quer que houvesse necessidade de ajustar a bala alguma velha conta. O clima e a região contribuíam para que se formasse um tal espírito, pois aquêle era frio e revigorante, e esta constituída de planícies abertas e ondulantes, terra de cavaleiros, convidando aos exercícios violentos ao ar livre e onde se apreciava acima de tudo, nas virtudes de hospitali-

dade do homem da fronteira, um sentimento exagerado de honra e a confiança em si mesmo. Era natural que essa disposição de espírito fôsse transportada para a política partidária da província. Os líderes poucos eram chefetes guerreiros. Os candidatos políticos formavam um corpo de sequazes estreitamente ligados uns aos outros e ao seu chefe, em virtude de uma dedicação pessoal digna da época feudal. Além disso, durante a década de 60 houvera na província uma grande fermentação, pois a guerra do Paraguai travára-se nas suas fronteiras e além delas.

Com a eleição de 1871 o Rio Grande do Sul voltava ao mundo político do Império. E ao voltar, foi a única província que enviou uma delegação sôlidamente liberal à Câmara dos deputados: Gaspar Silveira Martins, o conde de Pôrto Alegre, Florêncio de Abreu, Luís Flores, Araújo Brusques e o barão de Mauá. Todos êles eram homens inteiramente ligados à sua província e que tinham vivido sempre dentro da política do Partido liberal no Rio Grande do Sul. Mauá era estranho a essa restrita lealdade provinciana. Durante tôda a vida mantivera contato com sua terra natal, mas apenas de modo distante e impessoal.

Os únicos deputados liberais da Câmara imperial eram dois filhos da província de Minas Gerais. O Partido liberal travava pois uma luta desigual.

#### IV

A 27 de dezembro de 1872 a antecâmara, os corredores e até mesmo o recinto reservado aos membros da Câmara dos Deputados transbordavam de gente, agitada, conservando com curiosidade e em grande expectativa. Tôdos estavam ansiosos por ouvir um novo membro pronunciar o seu discurso inaugural. Era um novo membro cuja fama de orador,

de animador das multidões, de homem de energia, precedera a sua chegada do sul. E êle não desapontou o auditório. Deu-lhe então a primeira prova dessa eloquência ardente que o havia de celebrar por muitos anos. Era um modo de falar violento e brilhante, que podia provocar tanto o entusiasmo como a animosidade. Nas reminiscências que deixou sobre essa estréia, disse o visconde de Taunay:

“Que larynge e que pulmões de ferro! E que voz! como retumbava naquele local, repentinamente despertado das mellifluidades de discussões mais ou menos aduções! Sentiam-se nella os impetuosos de uma natureza agreste, violenta, capaz de perigosos arrastamentos, cheia porem de vida, de força e de possança; nota calorosa, ardente, vibrante, acre, injusta, demasiado exaggerada, mas de irresistivel imposição e attrahimento”. (Baptista Pereira, *Figuras do Império*, p. 128.

Esse deputado era Gaspar Silveira Martins, o qual contava então trinta e oito anos. Era um homem feito para a vida política. A personalidade de Silveira Martins produziu em seus contemporâneos uma impressão profunda, que sobreviveu na lembrança e na admiração que conservaram dêle. Nabuco de Araujo considerava-o extraordinário: “não havia nêle nada de gracioso, de modesto, de humilde, de pequeno; tudo era vasto, largo, dominador”. (*Estadista*, II, página 123).

Era visto nas redações dos jornais e nos cafés, falando, gesticulando, altivo, exuberante, rodeado por um auditório fascinado, composto tanto de jovens como de velhos. A sua primeira incursão no Parlamento “faz o efeito de um terremoto” (id., p. 124). O seu método de dirigir-se à Câmara era atacar com energia e empregando facilmente as indirectas, instigando os seus oponentes,

forçando-os a responder pela audácia do seu modo de falar, divertindo os frequentadores das galerias até que a câmara ficava em tumulto.

Era também filho da fronteira, nascido em meio à turbulência da guerra dos Farrapos, de uma família cujo nome figurava nos annaes heróicos da provincia. Conquanto haja alguma divergência quanto a essa data, êle nasceu provavelmente a 5 de agosto de 1834, no rancho de seu pai, o local onde fôra assinada a paz entre os generaes Rivera e Lavalleja, a fazenda Asseguá ou Aceguá. Aos treze annos de idade viera para o Rio, a fim de apresentar-se candidato à admissão no então famoso colégio de preparatórios dirigido por Vitorio da Costa. Sabia o que queria e sem esperar que o director lhe perguntasse disse-lhe que era rio-grandense do sul, que seus pais lhe tinham permitido escolher a escola que melhor conviesse à sua educação e tinham pôsto ao seu dispor o dinheiro necessário para matrícula, livros e outras despesas. O director, com o fino conhecimento de caracteres que o tornara o mais afamado dos educadores brasileiros, não opôs obstáculos. Em vez disso perguntou ao rapaz o que êle desejava ser quando se tornasse homem. “Quero ser ministro” replicou Gaspar, “e farei do senhor conselheiro de Sua majestade, o Imperador”. Trinta annos mais tarde havia realzado as duas coisas.

Silveira Martins sabia aproveitar-se da lenda e o seu próprio meio, pelo que se refere à lenda, deu um sabor distincto característico aos seus êxitos políticos. Podia sempre acrescentar aos seus argumentos uns toques de romantismo literário e de bravura. Fôra aluno brilhante das faculdades de direito do Recife e de São Paulo e era um grande ledor que nos seus discursos se utilizava de tudo o que lia. Recem-saído da escola de direito voltou ao Rio e afagava a idéia de



estabelecer-se como advogado ou de exercer a magistratura. Conservou porém sua ambição de criança. Em 1862 foi eleito pelo Partido liberal, para a Assembléia provincial do Rio Grande do Sul. Nos anos que se seguiram aprendeu a fazer, do ressentimento da província contra o parlamento imperial, um capital político.

Vivendo sòmente para a política partidária e compreendendo a força da organização, Silveira Martins sabia perfeitamente que, dentro do grupo que êle conduzia ao Rio, em 1872, havia, pelo que se refere à disciplina partidária, um ponto perigosamente fraco. Ao tempo das eleições de 1872 o barão de Mauá estivera fora do Brasil e vivia alheio à política interna da província tal como acontecera anteriormente, sua cadeira no Parlamento fôra obtida pela influência de um amigo poderoso, desta vez o visconde do Rio Branco, que intercedera em seu favor junto ao general Osório (o marquês de Herval), herói da guerra do Paraguai, então chefe político no Rio Grande do Sul.

Silveira Martins não precisava dêsse intruso. Sentia que êle próprio havia reanimado o partido, na província, que o reorganizara e disciplinara, prorrogara sua existência, tornara-se uma máquina política eficiente, tudo isso por seus próprios esforços. Quando o nome de Mauá foi incluído na chapa êle fêz objeção. Quando Osório o informou de que a coisa já estava feita e não podia ser desfeita, êle foi franco na resposta: "Fêz V. Exa. muito mal. O lugar cabe ao Dr. Camargo e não ao Barão de Mauá; está na Europa, não tomará parte e não tomou na primeira sessão; os seus bancos, as suas emprêsas, os seus variados negócios o tornam perante o govêrno o homem menos independente... A Câmara dos Deputados deve a opinião liberal mandar homens de combate e não canhões encravados".

Quando êle chegou à capital, não deixou que o caso parasse aí. Seu discurso inaugural foi um ataque aos atos do govêrno imperial no Rio Grande do Sul. Êsse ataque era dirigido principalmente ao gabinete — um gabinete conservador, sob a chefia de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco. O imperador voltara recentemente de sua primeira viagem à Europa, onde estivera como turista real, experimentando os prazeres e o repouso de uma longa viagem, após as fadigas dos anos de guerra. A política partidária, aguçada pelas sangrentas perturbações do Rio da Prata, atingira um grau de irritação, que nunca havia mostrado, durante o segundo Império. Era pois verdadeiramente significativo êsse ataque ao govêrno, feito por um novo líder do Partido liberal. O discurso inaugural, disse o visconde de Taunay, um dos que o ouviram, foi um "verdadeiro estouro, assim espécie de cauda de furioso pampeiro a entrar por tôdas as janelas e portas do casarão da câmara dos deputados, furacão a fazer estremecer o velho edifício da cadeia dos tempos coloniais".

Todos os seus colegas da bancada do Rio Grande do Sul, (com excepção de Mauá) aplaudiram-no vigorosamente. A omissão não passou porém desapercibida. Significava apenas uma coisa: Mauá não estava preparado para atacar o visconde do Rio Branco. Uma vez que ao mesmo tempo circulavam boatos e acusações abertas de que as negociações de Rio Branco no Rio da Prata eram influenciadas demais pelos interesses de seu amigo Mauá e que o visconde era freqüentemente hóspede do barão, em Montevideú, o sentido era claro para todos.

Mauá, que nunca tivera muita aptidão para a política, encontrava-se pois numa situação que jámais previra e que lhe apresentava um adversário num campo onde êle nunca poderia competir. Mauá não tinha o dom da palavra que empol-

gasse a multidão, não tinha a dramaticidade suficiente para se comparar com Silveira Martins. Na verdade, poucos contemporâneos d'êste último poderiam ter competido com êle de modo vantajoso. Silveira Martins cultivava de modo muito especial a arte de falar em público. Levava à perfeição êsse dom que era o mais admirado e apreciado pelos políticos de seu tempo. Descrevendo-o, diz Alberto de Faria:

"A grande figura das reuniões em casa do Senador Thomaz Coelho, que se formavam em tórno da mesa do jantar. Morava perto, nessa mesma Praia de Botafogo; e costumava ir tomar o café na casa de seu collega, adversario politico, mas velho amigo e admirador. Vinha *palestrar*, dizia elle. Os commensaes transformavam-se em auditorio; elle orava. Nem os mais velhos, nem os mais moços conseguiam despregar-se da mesa, a cuja cabeceira se installava o visitante; prendia-os o iman da palavra, immobilisava-os a admiração. Horas e horas, Silveira Martins discursava; ao auditorio, embevecido, era permittido o direito de applaudir, mas quasi não era tolerado o de interromper. Se alguém, o que era raro, animava-se a divergir, elle não perdia com o incidente mais tempo do que o exigido pelos deveres de cortezias:

..... Um monossílabo de condescendencia, uma pausa de benevolencia, representavam o maximo de concessão. Não eram palestras, de certo, essas horas de encanto em dias repetidos; não tinham o caracter das conferencias,... em que o discipulo fica com o direito de ouvir e meditar; mais pareciam orações sagradas em que não se admite verdade fora do dogma affirmado. Se o assumpto era o fanatismo que inspirava aos seus commandados, o extasis em que o seu Rio Grande o admirava, os arroubos da eloquencia galgavam então os registos do mais alto calor oratorio".

Êsse domínio das palavras, essa habilidade para construir illusões sutis e magníficas por meio de simples palavras, era um dom característico e apaixonadamente admirado por seus contemporâneos. Fazia parte do fenómeno da tradição romântica, social e literária do segundo império. Implicava uma fraqueza fatal para um povo que já possuía em alto grau a faculdade de se iludir, quando se tratava de problemas economicos. Fazia-o perder, na exuberancia emotiva que criava, tôda e qualquer compreensão que por acaso tivessem das realidades desagradáveis, das crises industriais e financeiras pelas quais um país novo, semicolonial como o Brasil teria inevitavelmente de passar. Mauá, que por natureza e educação era destituído tanto d'êsse dom como da admiração por êle, ficava irritado com a fraqueza que daí resultava. Essa irritação não era recente, pois quinze anos antes (1858) êle falara na Câmara sôbre a questão dos empréstimos à agricultura.

"Registram os anais da Câmara dos deputados", disse êle depois, "minhas palavras a êsse respeito em um dos poucos discursos em que minha fraca voz se fez ouvir nesse recinto, pois bem sabia que seria trabalhar em pura perda de tempo combater as ideias que dominavam..." Pois, na verdade, acrescentava êle, tudo se perdia numa oratória arrastada, cheia de banalidades e absurdos.

Contudo Mauá ficava seriamente embaraçado quando era incitado à luta aberta nessas condições. Não podia porém desprezar o ataque, pois o que havia nêle de explícito tocava justamente no ponto nevrálgico das suas negociações com o visconde do Rio Branco. Um dos traços do seu caráter, um reflexo do enérgico entusiasmo com o qual êle se lançava a novas empresas, era uma súbita explosão de cólera, especialmente

quando compreendia que seus oponentes eram absurdos ou vingativos. O visconde de Taunay, infatigável observador do cenário político da época, deixou uma descrição do combate desigual com Silveira Martins, pois que se travou quando Mauá contava já sessenta anos de idade e se encontrava sob a tensão de dificuldades financeiras acumuladas, que iriam culminar na sua falência, vários anos depois.

“Apesar das sinceras sympathias que despertava e da benemerencia que o aureolava, Mauá, já velho e cansado, de cada vez que subia à tribuna, perdia evidentemente e prejudicava sua posição, pela incerteza da phrase, como pelo sotaque e vícios de linguagem adquiridos em paizes estrangeiros sobretudo platinos, a dizer *bussôla* em vez de bússola, *rato* em vez de momento, ou *de cerca* em vez de perto, ao passo que o formidável contendor, no vigor da idade e com prestigio tribunício cada vez maior, lhe dava golpes tremendos e conseguia arrastar não só as galerias, como até os adversarios politicos no recinto da Camara, fascinados mais pela opulencia da palavra ardente do que pelo valor da argumentação”. (Alberto de Faria, *Mauá*, p. 446). O conselheiro Sousa Ferreira, pelo contrario, descreveu Mauá, na tribuna: discreto, comedido, proficiente, convenido e procurando gravar fundamentalmente suas ideias no animo dos ouvintes, falando com a autoridade de quem fez do assumpto que expõe, “acurado estudo”. (Id., p. 77). Sua voz era baixa e elle falava com calma, exceto quando se entusiasmava ardentemente por uma idéa.

## V

Um mês depois do primeiro ataque de Silveira Martins ao governo, Mauá falou no Parlamento, em defesa do visconde do Rio Branco e dos conservadores.

Acusou o Partido liberal de ter fomentado, deliberadamente, perturbações na provincia do Rio Grande do Sul e de ser inimigo dos interesses nacionais. Declarou que elle sim, era o verdadeiro liberal, pois nunca tentara opor-se às idéias liberais que o governo procurara pôr em prática.

Silveira Martins interrompeu: “Devia dizer isto aos eleitores antes de mandal-o para cá.” E acrescentou: “A questão está entre mim e V. Exa.; appelemos para os eleitores. Se elles jugarem que eu não cumpro o meu mandato, resigno o logar, faça V. Exa. o mesmo.”

Mauá replicou: “Aceito o repto que V. Ex. me lança. Se a maioria dos eleitores entender que não sirvo aos interesses do meu paiz, que estou fora do mandato seguindo os dictames da minha consciencia, que é o unico juiz de meus actos nesta casa, renuncio à cadeira por mais elevada que seja a honra de representar a minha provincia”. (Id. id.)

Isso era naturalmente, para Silveira Martins, uma empresa muito fácil de realizar e era elle quem controlava o Partido liberal no Rio Grande do Sul. O próprio general Osório difficilmente poderia recusar-lhe o seu apôio. Infelizmente o verdadeiro caráter da questão foi obscurecido por uma violenta e acerba guerra subterrânea nos jornais. Mas isso era inevitável, pois este rompimento com o líder da delegação do Rio Grande na Câmara era o simples reflexo de um ataque de grande alcance, tanto contra Mauá quanto contra o governo, por causa de sua conduta no Rio da Prata, durante e immediatamente depois da guerra do Paraguai. As atividades de Mauá como intermediário entre o governo imperial e vários dos homens públicos do Uruguai, a pressão que elle tivera de suportar para salvaguardar os seus interesses financeiros, dentro da república vizinha, tudo isso foi tomado



como base de um ataque contra êle no jornal *A República*. Esse ataque foi geralmente attribuído a Silveira Martins.

Irritado, Mauá pediu que se fizesse um inquérito na Câmara. A disputa reduziu-se à troca de injúrias. Mauá, disse Silveira Martins, era desleal ao partido, recebera de Rio Branco favores que eram prejudiciais ao Brasil e empregava seu poder financeiro para proveito pessoal. E Mauá, em carta a Osório, o chefe político do Rio Grande, replicou com acrimônia: "Ajuizará V. Ex. as ideas de justiça que abriga essa alma rancorosa. Orgulho-me de não estar de acordo com semelhante individuo e não ha de ser por certo sobre meus hombros que elle ha de ser *poder* em nossa terra, para erigir, no dia seguinte (em nome da liberdade!) a guilhotinha nas praças publicas como meio de governo!"

Silveira Martins tinha a vantagem indiscutível de poder apelar para os preconceitos regionais, no Rio Grande do Sul, contra o governo imperial: "O barão de Mauá e eu", disse êle aos eleitores, "Fomos eleitos por vós em nome dos mesmos ideais, em nome do partido oposicionista, que tem sido manejado pelo governo de modo tão atrás. Eu ataco a política do ministério e êle a aplaude".

A máquina do Partido liberal resolveu a questão. Confirmou o mandato de Silveira Martins e rejeitou o de Mauá. O general Osório, conhecedor do espírito local em matéria de política, não fêz esforço algum para intervir. Era claro que não podia apoiar abertamente, dentro do Rio Grande, um amigo declarado do visconde do Rio Branco, o chefe de um gabinete conservador. O próprio Mauá não hesitou em reconhecer sua derrota. Enviou seu pedido de demissão à Câmara, logo que soube do resultado das eleições. Os pedidos de amigos, a opinião da comissão legislativa acêrca da legalidade da eleição precipitada, a persuasão de vários políticos, nada disso pôde fazer com

que êle se retratasse. O seu prestígio estava em jôgo e êle tinha uma opinião muito sólida quanto à decisão mais vantajosa a tomar.

Talvez acolhesse com satisfação essa oportunidade de abandonar a política. A antiga simplicidade ia desaparecendo, medida que decorria o século. Havia agora novas forças, novas idéias, um espírito diferente, insinuando-se no imperio de Dom Pedro II. Nos ecos da voz de Silveira Martins, podia-se distinguir um novo tom.

## VI

Em relação ao imperador, porém, a coisa não era tão simples. Voltara de sua primeira viagem ao estrangeiro com uma visão mais ampla do mundo, e via o Brasil com outros olhos. Tinha plena consciência de que as coisas mudavam no seu império, que o sentimento republicano e as idéias de abolição ganhavam nova força. Não era cego à importância de Silveira Martins como representante de forças que eram fundamentalmente senão declaradamente, hostis ao seu trono. Na sua opinião, Silveira Martins era um demagogo perigoso. Qualquer homem que pudesse provocar tamanha admiração popular o seria. Êle recorria pois à sua arma favorita: a capacidade para esperar e vencer seus oponentes.

Silveira Martins elevou-se na política nacional. Foi nomeado ministro da fazenda no gabinete liberal de 5 de janeiro de 1878, quando aceitou com satisfação o apóio de Mauá para a sua política de emissão de papel moeda, a fim de combater a crise econômica resultante da grande sêca do nordeste. Dentro de alguns meses renunciava, segundo declarou êle próprio, porque o gabinete não mostrava uma oposição mais forte à vontade do imperador. E o imperador vingou-se, fazendo dêle senador. Era essa uma maneira sutil e refinada de afastá-

da vida política ativa, na Câmara. Na “Sibéria”, conforme era apelidado então o Senado, Silveira Martins não teria uma voz tão direta na política imperial — a menos que o imperador julgasse conveniente nomeá-lo outra vez ministro. A nomeação para o Senado não foi grata a Silveira Martins, o qual não pensava, como certas pessoas fantasistas, que entrar para o Senado fôsse conseguir o pôsto de maior poder no império. Ele não queria afastar-se do contato direto com o eleitorado, libertar-se das exigências dos eleitores, na sua província, situação a que tivera de sujeitar-se como deputado. Tornou-se mais ativo na política da província e foi escolhido presidente do Rio Grande do Sul em julho de 1889.

Foi em 1889 que o império caiu finalmente, com o triunfo da república. Estando iminente a deposição de Dom Pedro, o nome de Silveira Martins lhe foi

sugerido pelo primeiro ministro demissionário, o visconde de Ouro Preto, como sendo o homem mais indicado para chefiar o novo gabinete e adiar o colapso do regime. A 6 de novembro de 1889 portanto, Silveira Martins entregou a um substituto o govêrno da província e a 12 partia para o Rio. De caminho desapareceu por um breve período, na província de Santa Catarina. Tinha sido detido por agentes do novo govêrno revolucionário que se apoderara do país e depusera o imperador. Foi conduzido para o Rio e em dezembro acompanhava Dom Pedro, no seu exílio para a Europa. Seu banimento terminou oficialmente em novembro de 1890, porém êle permaneceu na Europa até janeiro de 1892 e morreu finalmente em exílio voluntário, em Montevideu, em 1901. Sobrevivera doze anos a Mauá e ao império.

## COMO SE ADQUIRIU A LIVRARIA DE PEDRO DE ÁNGELIS

JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA

### I

Durante muitos anos, a pena erudita e escandalosa de Pedro de Ángelis foi uma das armas de que se utilizou o Ditador Rosas contra todos os seus inimigos, indistintamente. Não lhe escapou às maledicências o Império do Brasil. Por isso, o inteligente napolitano mereceu figurar nas instruções de 16 de outubro de 1843, dadas pelo ministro Paulino de Souza a Pimenta Bueno, ordenando o reconhecimento da República do Paraguai, da seguinte maneira: "... e principais escritores, como por exemplo Pedro de Ángelis, nos pintam aos olhos dos seus contemporâneos como ambiciosos, injustos e usurpadores."

A semelhantes estultícias, em menos de dez anos, substituem os elogios. E' que tudo mudára no decorrer dos anos. Caíra o Ditador. E Pedro de Ángelis, inteiramente transfigurado, contrapõe agora rasgadas cortesias às descomposturas de ontem. A razão desta mudança não foi ainda investigada, ao menos não conheço coisa alguma escrita a este respeito. E' bem possível que a explicação se encontre na longa e minuciosa correspondência, de 1849 a 1852, do mesmo ministro Paulino com o desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, encarregado de negócios em Montevidéu.

Além de jornalista e de escritor, capaz de se fazer entender em três idiomas, com elegância e graça, Pedro de Ángelis foi notável e erudito bibliófilo: todo

o livro ou documento raro e respeitável pela antiguidade exercia sobre êle irresistível fascinação. Nos anos em que esteve ao lado de Rosas, desfrutando as honras de jornalista oficial da ditadura, conseguiu formar uma das mais importantes coleções de obras sobre o Rio da Prata. Como as adquiriu, não sabemos, mas, em interessante artigo intitulado: *Sobrevivencia de un periodista* ("La Prensa", 31 de outubro de 1937), diz o Sr. Ernesto Morales que de Ángelis fôra acusado de vender valiosa coleção de documentos "sacados de los archivos argentinos." Entre estes documentos existiam originaes raros, que chegaram a interessar os livreiros Russel, de Londres, que ofereceram, apenas por alguns, duas mil libras.

Parece-me que, não encontrando então no Rio da Prata quem lhe comprasse a riquíssima livraria, se lembrou do Brasil. As negociações para a venda, êle as devia ter iniciado em fins de 1852 ou nos primeiros meses de 1853, por intermédio do desembargador Rodrigo Pontes, que já se achava em Buenos-Aires como ministro plenipotenciário. A 8 de abril d'este último ano, o desembargador diplomata escrevia ao ministro Paulino de Souza: "Fiz constar a Dom Pedro de Ángelis, como creio já haver participado a V. Exa., quanto V. Exa. me tinha escrito relativamente ao negócio da Biblioteca; e passo a transcrever o que a tal respeito me disse êle em carta de 2 do corrente, que me foi entregue ontem. Fa-



lando daquelle negócio disse pois: "... je dois vous prier de faire tout ce qui sera en votre pouvoir, pour engager S. Ex. Mr. le Ministre Paulino de m'accorder sa protection. Je place en lui toutes mes esperances: sans cette ressource il me serait impossible de me deraciner de ce mauvais terrain, où je ne fais que m'abroutir. Je lui en aurais une reconnaissance éternelle."

A Pedro de Ângelis, respondia Rodrigo Pontes, no dia 3 de maio, dizendo-lhe: "Tenho presentes duas cartas suas. De uma copiei eu algumas expressões que transmito ao Sr. Paulino, e a outra, que foi a última, remeti ao mesmo Senhor, no próprio original. Em ambas estas ocasiões advoguei a causa de V. Ex. com todo o interesse e amizade." Infelizmente esta carta de Pedro de Ângelis, que devia esclarecer melhor o assunto, não se encontra no arquivo do ministro Paulino. Mas, em parte, foi sanada esta lacuna pelo próprio de Ângelis, que, a 4 de julho, escrevia a Duarte da Ponte Ribeiro: "Dignou-se o Sr. Ministro Paulino de me oferecer a sua valiosa proteção... As perdas que sofri nêstes últimos tempos me obrigaram a desfazer-me de minha biblioteca, e o que tem mitigado um pouco a minha dor, foi poder collocá-la em mãos do ilustrado Governo do Brasil."

E' bem possível que Paranhos, então ministro residente em Montevidéu, onde se encontrava, interferisse também no negócio, escrevendo ao ministro Paulino sobre o assunto, pois o futuro Visconde do Rio Branco foi dos primeiros amigos brasileiros do erudito escritor.

## II

Só em dezembro, porém, é que Pedro de Ângelis pôde vir ao Brasil, terminar o negócio já decidido desde julho, como se vê de sua carta a Duarte da Ponte Ri-

beiro. Deixou Montevidéu no dia 8 de dezembro, e, depois de seis dias de viagem, chegou munido da seguinte recomendação, dirigida pelo desembargador Rodrigo Ponte a Paulino, que deixára o ministério desde 6 de setembro: "Ha muito que V. Exa. conhece quanto interesse tomo eu pela pessoa do Sr. Pedro de Ângelis. E' êle o portador desta carta; e conquanto esteja eu certo de que a melhor recomendação do Sr. Ângelis está no seu próprio mérito, e no devido apreço que dêsse mérito faz V. Exa., todavia me ha de V. Exa. permitir que eu pratique um ato de amizade, renovando as minhas súplicas em favor do Sr. Ângelis."

No dia 14 já estava êle na Guanabara e a impressão que lhe causa a cidade, consignada em carta de 21 de dezembro a D. Florentino Castellanos, foi de surpresa. "Passei — confessa de Ângelis — tantos anos no meio de uma sociedade anarquizada, que o espetáculo de uma população tranqüila é para mim surpreendente." Porém, o que mais lhe fascina, é "o quadro maravilhoso desta baía", que o não pode descrever, apenas sentindo-se capaz de o admirar. E' tal a sua comoção diante do panorama que descortina, que não consegue responder a Paranhos. Tenta, no entanto, fazê-lo; as lágrimas caem pelas faces, e lhe embargam a voz.

Instala-se Pedro de Ângelis no Hotel Johnston, segundo êle escreve, no Caminho Novo de Botafogo, e que o reverendo J. C. Fletcher denomina de Hotel Johnson, a poucos passos do Hotel dos Estrangeiros, esclarecendo: "... é onde os ingleses costumam a reunir-se e onde se pode encontrar maior conforto que em qualquer estabelecimento para acomodar hóspedes na cidade." A descrição que de Ângelis faz do local em que se achava situado o hotel, é, para mim, superior à do Reverendo. "Alojei-me --

diz de Ângelis — em um dos arrabaldes mais formosos da cidade. Nas faldas de uma cadeia de montes ásperos e selvagens, abrí-se um caminho delicioso, todo bordado de casas e jardins, que o formoseiam pela variedade e elegância de sua arquitetura.”

No dia seguinte ao de sua chegada, assistiu a uma sessão do Instituto Histórico e Geográfico, do qual era membro. Mas, para comparecer, foi obrigado a comprar roupas feitas, apressadamente, pois não trouxera casaca. “A reunião — descreve êle — era bastante numerosa e selecionada. Não creio que houvesse muitos sábios, porém abundavam os cavaleiros. Quase não havia casaca que não fôsse adornada de cruzes e estrelas. O Imperador não tardou a ocupar o seu lugar, e iniciou a leitura de não sei que informações, que me foi impossível entender, por não estar acostumado à pronúncia do idioma português. Antes e depois da leitura, fui apresentado a várias pessoas, entre elas o Visconde de Abrantes, o Sr. Paulino, o Ministro da Guerra, Pimenta Bueno; um Senador, etc. Tôdos êles me receberam com a maior distinção, dizendo-me palavras lisongeiças. Eu ladrão, bandido, miserável, mazorqueiro, estranhava estas demonstrações de apreço e estava para dizer aos que me tratavam de *Excelência*: “Vous vous trompez, Messieurs”; ou como disse Dom Pascual: “Eu sou aquêle tal.”

No dia 17 de dezembro, foi recebido em São Cristovão pela Imperatriz, sua conterrânea. Esteve depois em conferência sobre os negócios de Montevidéo, segundo afirmou, com Limpo de Abreu, ministro dos negócios estrangeiros, com o Visconde de Paraná, presidente do conselho, e com o ex-ministro Paulino, “quem melhor conhece os negócios do Rio da Prata.” (1) Com êste último,

afirmava êle, em outra carta, conversára certa vez quase quatro horas seguidas e teria prolongado a conversa, se assim o quizesse. (2)

Mas, não foi, em absoluto, somente para isso que Pedro de Ângelis se deu ao trabalho de uma viagem de seis dias de navegação até o Rio de Janeiro. O fim principal de sua viagem, que explicava a sua presença na Côrte, era outro: a venda de sua livraria. Paulino deixára o ministério e o substituíra Limpo de Abreu. Com êste ministro, foi que se entendeu de Ângelis, para a conclusão do negócio. Em artigo que saiu publicado em “La Prensa”, de Buenos-Aires, com o título: *Pedro de Ângelis y sus negocios en Brasil* (6 de março de 1938), conta o Sr. J. M. Fernández Saldaña, transcrevendo várias cartas, as negociações de Pedro de Ângelis e os dissabores que sofreu, pois, no final do negócio, surgiu dúvida quanto ao preço da coleção vendida. O governo imperial adquiriu em dezembro de 1853 a notável livraria para a Biblioteca Nacional, onde se encontra até hoje, pela quantia de 21:120\$000. Nada menos de 1.717 obras em 2.747 volumes, 1.295 manuscritos, inúmeros mapas, planos e plantas, foram então adquiridos. Muitos dêsses documentos e obras eram raros e tôdos em perfeito estado de conservação. (3)

### III

Encontrava-se no Rio de Janeiro, por esta ocasião, como representante da República do Uruguái, D. Andrés Lamas, que, além de diplomata, foi dos mais eruditos escritores do Rio da Prata. Passara êle a sua mocidade, procurando, para os

2) Carta de 27 de dezembro de 1853. O original em francês.

3) Sobre a coleção de Ângelis, vide o trabalho do Dr. José Alexandre Teixeira de Melo, in Vol. XI, pg. 24, dos “Anaes” da Biblioteca Nac.

1) O original em espanhól.

seus estudos históricos, justamente, vários daqueles documentos que eram vendidos agora por Pedro de Ángelis. A tristeza que se apoderou do ilustre diplomata tem qualquer coisa de trágico. Só quem desperdiçou como êle um tempo infinitamente precioso de rapaz, procurando, muitas vezes em vão pelos arquivos e bibliotecas, livros e documentos quase sempre inacessíveis, é que o compreende nesta carta de 31 de dezembro de 1853, a Paulino de Souza. “Meu querido Sr. Paulino. Já sabe que me enfermava a leitura do Catálogo dos documentos que vendia o Sr. Ángelis. E’ uma perda gravíssima para o Rio da Prata, a que faz com esta coleção, e uma prova de suas profundas desgraças. As sensações que nos faz a vista dessa coleção, aos que, como eu, passaram os seus melhores anos, buscando, inutilmente, alguns dos documentos ou notícias que nela se encontram, não podem ser mais amargas. V. Exa. teve a bondade de me dizer que me não seria impossível obter a leitura de alguns desses documentos. Seja, pois, V. Exa., o meu negociador. Desejaria que se me facilitassem agora — mediante competente recibo e obrigação de devolução — os que assignalo na adjunta nota.” (4)

As obras pretendidas por Lamas acham-se relacionadas na aludida nota, que anexou à sua carta, toda ela escrita de seu próprio punho, em letra muito legível e elegante. Apenas, sobre a indicação de “Autógrafo inédito”, constante do catálogo, na seguinte obra de D. Félix de Azara: *Descripción histórica, física y geográfica de la Provincia del Paraguay*, fez êle o seguinte reparo: “Êste escrito de Azara não é rigorosamente inédito: foi publicado em francês e dali traduzido para o espanhol. Necessito o autógrafo para retificar algumas passagens.”

4) O original em espanhol.

Ainda no dia 4 de janeiro de 1854, Lamas refere-se novamente aos documentos pretendidos, dizendo a Paulino: “Antecipo á V. Exa. meus sinceros agradecimentos, que lhe hei de ir oferecer pessoalmente, pela diligência dos livros e papeis que necessito consultar.” Devido, porém, à questão do preço, que motivou a demora da entrega da livraria, Lamas, que partia por aqueles dias para Petrópolis, onde pretendia examinar os vinte e um documentos assinalados em sua nota, não pôde levá-los. Só em fevereiro é que os obteve, pois, no dia 10 escrevia mais uma vez a Paulino: “Estou desde ontem na Côrte, mas tão occupado com as complicadíssimas coisas de Montevideu, que não pude ter o prazer de ver V. Exa., e temo não o ter nesta viagem, pois não posso deixar de regressar domingo. Como o Sr. de Ángelis concluiu a entrega de sua Biblioteca, V. Exa. ha de me permitir que lhe recorde a minha pretensão, porque, se fôsse possível, levaria domingo os papeis que desejo consultar.”

E’ muito possível ter Lamas subido, naquele domingo de fevereiro, para Petrópolis, com os documentos tão ambicionados, que Pedro de Ángelis acabara de entregar, de vez que nada mais escreveu a êste respeito ao seu “querido amigo Sr. Paulino.” (5)

No mês de abril de 1854, Pedro de Ángelis, voltou para o Rio da Prata, onde continuou na sua faina de procurar livros para ler e raridades, não mais para si, mas para os outros. Ainda em 1854, escrevia êle a Paulino, avisando: “Finalmente posso comunicar, que tenho em meu poder os números que lhe faltam na coleção do “Arquivo”, excepto um só que não perco as esperanças de descobrir.” (6)

5) Os originaes das duas cartas de Lamas, em espanhol.

6) O original em francês.



## SÍNTESE BIOGRÁFICA DA PRINCESA ISABEL (\*)

MARIA EUGENIA CELSO

"Antes de dar início à conferência inaugural da série organizada pelo Instituto Histórico, em comemoração ao centenário do nascimento da Princesa Isabel, que ocorre a 29 deste mês, não posso deixar de agradecer ao Sr. presidente do Instituto haver-me conferido a honra da primazia na abertura deste curso.

Tenho todavia a impressão de não ser precisamente a mim que visa a distinção deste mandato. A profunda emoção com que, para tomar a palavra nesta casa tão familiar no entanto a meu convívio, tenho que dominar o enternecimento da saudade e das recordações, dá-me a sensação de que, através a minha pessoa se evoca uma presença e na minha voz se faz ouvir outra voz mais autorizada e mais eloqüente. Esta síntese biográfica da Princesa Isabel não passará, portanto, de um prelúdio ao tema que outros desenvolverão, a contribuição continuadora de uma tradição de família, a simples execução de um legado hereditário em homenagem à Redentora. Assim o entendi eu e por certo assim também o entenderão.

"No cenário político das três Américas, minhas senhoras e senhores, em que a atmosfera democrática e a liberdade do ambiente constituem o único ar respirável do continente, o Brasil é o só país a ter conhecido, depois dos tempos domi-

nadores da colônia e do choque traumático da independência, duas formas de governo completamente opostas: Monarquia e República. Foi esta peculiaridade por certo que lhe empresta não somente um lugar à parte na evolução política americana como o inconfundível traço de formação democrática, diverso dos demais países da América, essa marca de originalidade congênita, se assim me posso exprimir, que até hoje lhe diferencia o americanismo e particulariza o clima e a mentalidade da sua democracia. Já o fenômeno étnico e social de se haver conservado uno e completo na perfeita integridade do seu território, da sua língua e da sua religião, quando em tantas repúblicas se fracionou e subdividiu o imenso império da América Espanhola, torna-lhe ímpar o feito entre as outras nações americanas que passaram sem transição da sujeição de colônia à autonomia da independência. Quando nasceu a Princesa Isabel, segundo fruto do matrimônio de D. Pedro II com a princesa napolitana D. Teresa Cristina de Bourbon-Sicília, já iam muito longe todos os dissídios desta independência, tôdas as apreensões da minoridade e da Regência, tôdas as hesitações e inexperiências do

(\*) Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em comemoração ao centenário de nascimento da Redentora.

primeiros anos de reinado. Já o jovem chefe de estado se achava no pleno e eficiente exercício da sua função governamental. Foi às 6 horas da tarde de 29 de Julho de 1846 que o sinal do morro do Castelo se fez ouvir, anunciando à cidade atenta que S. M. a Imperatriz D. Teresa Cristina acabava de dar à luz a uma criança do sexo feminino, a Princesa Dona Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga. Rebôaram as salvas de rigor. Numeroso grupo de pessoas graças enchia as salas e corredores do Paço Imperial da Quinta da Boa-Vista, aguardando com curiosidade a “*délivrance*” da Imperatriz. No salão nobre achavam-se reunidos os presidentes das duas câmaras da Assembléia Geral Legislativa, os secretários de estado, ministros, conselheiros, juizes territoriais, velhos titulares, grandes do império; veadores, damas de honor, o vice capitão mór, o médico da semana, aias e moços fidalgos que ali tinham sido protocolarmente convocados a fim de testemunhar o nascimento daquela que viria a ser um dia a herdeira presuntiva da corôa do Brasil.

Mezmo para uma côrte tão democrática quanto a nossa e tão destituída da ostentação e das galas do luxo e da etiqueta européia, não se passava naquele tempo sem certa pompa e rigorismo, sem publicidade se diria agora, o nascimento de uma princesa. Às seis e meia, pois, daquela fresca tarde de inverno carioca, foi apresentada à vistoria de estilo a princezinha recém-nascida que “*todos viram, ouviram e reconheceram ser do sexo feminino e ser sã e perfeita.*” Foi grande o regozijo da assistência pelo feliz successo da Imperatriz. Congratulando-se com S. M. Dom Pedro II, falou pelo Conselho de Estado o Visconde de Olin-da. Narram as crônicas que, após haver sucintamente agradecido, o Imperador, curvando-se sobre o bêrço da filha, um

longo instante a contemplou... Não imaginaria êle, pôr certo naquele momento de simples efusão paterna, que a sorte faria três vezes daquela menina Chefe de Estado e lhe imortalizaria o nome na História numa aureola quase messiânica de redenção.

Aos seus dois filhos varões, o primogênito D. Afonso Pedro, nascido em Fevereiro de 1845, e D. Pedro Afonso, vindo anos depois da Princesa Isabel, em 1848, arrebatou a morte ainda infantes. Queriam assim os desígnios misteriosos da Providência que coubesse à pequenina nascida naquele distante entardecer de Julho de 1846, a herança do trono brasileiro. A sua predestinação de Redentora já nestas ocorrências se ia ignotamente delineando.

Correu a infância da Princesa Isabel como a da irmã a Princesa Leopoldina, nascida um ano após em 1847, na intimidade familiar e desataviada da Quinta da Boa Vista ou das curtas estadias no Paço da Cidade, cortada pelos veraneios no Andarahy, na Fazenda de Santa Cruz e, mais tarde, no Palácio Imperial de Petrópolis, antiga fazenda do Corrego Seco, propriedade privada de Dom Pedro I, que ao filho a legara.

Dois fatos marcam de um resplendor de festa e de pública notoriedade o tranqüilo desenrolar daqueles anos de estudo e de brincadeiras sob a vigilância carinhosa da Imperatriz, e a supervisão orientadora do Imperador que seguiu sempre de perto e com extremo cuidado a instrução das duas filhas.

Aos 16 de Agôsto de 1850, reunia-se a Assembléia Geral Legislativa, a fim de tratar do reconhecimento oficial da princezinha como herdeira presuntiva da corôa. Foi talvez a primeira grande cerimônia oficial a que a sua qualidade de princesa a obrigou a comparecer. Contava quatro anos de idade. Grave e compenetrada, em obediência por certo às

recomendações de “juízo” previamente recebidas, no seu vestidinho branco de gola bordada, ao lado do pai, na sala de audiência do Paço de São Cristovam, Isabel assistiu a entrega do auto autografo dêste reconhecimento, levado às mãos do Imperador por uma deputação extraordinária de ambas as Câmaras. Coube ao deputado Montezuma fazer a alocação protocolar. Esta simples cerimônia, de que a garota de então talvez não aquilatasse toda a importância, teve entretanto o dom de mudar-lhe de um dia para outro descuidada existência. Já não era somente a modesta princezinha de uma corte sem maior aparato de luxo e de vida social, era a herdeira de um trono, reconhecida como tal pelo povo de um grande império e, para vir a desempenhar idoneamente mais tarde os deveres do seu alto cargo, urgia preparo e educação. O Imperador em pessoa meticulosamente lhe dirigia os estudos, dando-lhe por mestres o que de mais competente oferecia o cenário educacional da época. Foi seu professor de português e história pátria Joaquim Manoel de Macedo, ministrando-lhe o Monarca em pessoa noções gerais de Direito. A fim de completar com um cunho de mais apuro social e moral esta educação, nomeou S. Majestade preceptora das duas princesas, a Condessa de Barral, nascida na Bahia, filha do Visconde de Pedra Branca, aquele educador de outras éras que resumiu todo o seu programa pedagógico no delicioso simplismo dos versos que todos temos na memória:

“Põe na virtude  
Filha querida,  
Da tua vida  
Tôdo o esplendor.

Não dês a sorte  
Que tanto ilude,  
Sem a virtude  
Nenhum valor”.

Espôsa do marquez de Montferrat, conde de Barral, grande dama de raro predcados de espírito e coração, foi talvez a Condessa a brasileira mais culta e inteligente da sua época.

Ao impulso e sob a direção destes muitos insignes a Princesa Isabel se foi dando a dia intelectual e espiritualmente aprimorando. De tendência religiosa muito pronunciada unia a gravidade um tanto reservada do Pai e a bondade sem reservas da Mãe, um fundo de vontade excessivamente apaixonado e tenaz capaz de assomos vivazes de energia e de iniciativa, de temoísia até, hereditariedade por certo do avô, aquêlê decidido e intrépido Pedro I, em quem predominava a latinitude calorosa dos Bourbons. Era natural que, assim, bondosa e sensível, desdêdo lhe houvessem chegado aos ouvidos o eco das misérias e horrores da escravidão. Pela sua governante sabia a história do cativoiro no Brasil e tinha ciência de que o negro constituia valorisíssimo elemento de trabalho. Sabia que o escravo mão de obra insubstituível, era o esteio da lavoura e a garantia da prosperidade do país. Sabia mais que, apesar do convênio com a Inglaterra, em 1826 e da Lei da extinção do Tráfico, o preto continuava a ser importado e vendido como mais rendosa das mercadorias. O que ela sabia mal talvez (porquanto as barreiras sociais da sua alta hierarquia não lhe permitiam um contacto mais direto com os escravos, desde que se fizera praxe na família imperial alforriarem os negros da Corôa para não serem servidos os Príncipes por mão cativas, era o lado cruel e opressor, abjeto, horrível da escravidão. O lado iníquo da creatura humana mecandejada como irracional e sujeita até na sua remota descendência à mais degradante servidão.

No seu coração adolescente algo se confundosamente revoltado e enternecido começava a despertar. Algo de que ela não



tinha ainda plena consciência, mas onde bruxuleava já o seu predestino de Redentora...

A vida da Côrte, no entanto, prosseguia em São Cristóvam ou em Petrópolis com aquela nobre singelesa e aquêl cunho de tolerante democracia que caracterizavam o convívio da família imperial. A Lei, porém, aguardava a abertura das Câmaras para lhe impôr os primeiros deveres e a consagração pública da sua responsabilidade de herdeira da Corôa. Completara quatorze anos. Chegara o momento em que, de conformidade com os dispositivos do artigo 106 da Constituição do Império, a Princesa tinha de prestar juramento perante as duas Câmaras. A cidade engalanou-se à fim de celebrar tão notável acontecimento. Às 11 horas da manhã de 29 de Julho de 1860, no garbo juvenil do seu vestido de gaze branca, atravessado pela Grã Cruz do Cruzeiro a que um manto verde ouro completava, dava Dona Isabel entrada no recinto literalmente cheio do Senado. Foi numa atmosfera de simpatia e de aplauso que a Princesa tomou assento na cadeira de alto espaldar que lhe fôra reservada. O secretário da Câmara apresentou-lhe então o missal aberto e, subitamente empalidecida, erguendo-se em meio ao silêncio atento da assembléia, estendeu a mão direita sem luva, conseguindo pronunciar com voz clara e pausada: — “Juro manter a religião católica, apostólica, romana; observar a Constituição e ser obediente às Leis e ao Imperador”. E, pegando da pena, assinou o ato de juramento. Segundo a pragmática, o primeiro secretário do Senado voltou-se então para os circunstantes e procedeu à leitura do documento. Estrugiram as palmas. Os olhos azuis humedecidos, Dona Isabel sorria um pouco acanhada, agradecendo com um aceno de cabeça. As deputações se aproximavam para os cumprimentos de etiqueta. Era o seu primeiro ato polí-

tico, o prelúdio da sua vida pública e da sua representação oficial como herdeira de um trono e sucessora eventual do governo de um império. Deixára de ser uma criança. Nos quatro anos que se seguiram a êstê dia memorável, a Princesa Isabel, levou, com a irmã, a Princesa Leopoldina, a existência singêla e recatada das moças de seu tempo, em companhia de um grupo selecionado de amigas, onde ressaltava, numa predileção que durou a vida inteira, pela graça de sua distinção e a fidelidade do seu afeto. Amandinha Paranaguá, mais tarde, Baronesa de Loreto.

Em 1853 entrava Dona Isabel nos seus dezassete anos, sendo necessário tratar do seu casamento. O Imperador, como pai providente já entablara as primeiras negociações. Vários projetos foram encaminhados não passando de meros preliminares. A distância que separava os pretendentes das duas princesas brasileiras e as obrigações especiais exigidas daquelle que devia ser o príncipe consorte, entre elas a de expatriar-se, dificultavam em extremo a escolha. Confiou-lhe o Imperador a solução em carta à irmã, a Princesa de Joinville, solicitando-lhe a intervenção entre os possíveis candidatos espalhados nas várias côrtes européias...

Dona Francisca não se descuidou da incumbência e, em breve, recebia Dom Pedro o retrato e as informações sôbre o Príncipe Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha, destinado a Isabel, e Gastão de Orleans, Conde d'Eu, príncipe francês, designado para Leopoldina. Convidados os príncipes a visitarem o Brasil, julgou com satisfação o Imperador assegurado o futuro das filhas. Haviam, entretanto, os Fados caprichosos de modificar um pouco estas combinações... Ao desembarcarem a 2 de Setembro de 1864, na baía do Rio de Janeiro, onde festiva recepção lhes foi proporcionada e ao serem apresentados nes-

ta mesma tarde às jovens Princesas no Paço de São Cristóvão, sentiu Dona Isabel que as suas simpatias iam logo muito mais a Gaston d'Orleans do que ao Príncipe de Coburgo-Gotha.

No ensaio de autobiografia ou diário que se conserva manuscrito nos arquivos da família imperial, sob a denominação de "Alegrias e tristezas", a própria Princesa Isabel confirma o fato:

— "Chegaram o Conde d'Eu e o Duque de Saxe. Meu pai desejou esta viagem com o fito de nos casar. Pensava-se no Conde d'Eu para minha irmã e no Duque de Saxe para mim. Deus e os nossos corações decidiram diferentemente".

Mais uma vez assim significativamente se comprova que, a despeito de razões de estado e regras de protocolo, mesmo em se tratando de noivados imperiais, o coração sempre acha meios de mandar...

O Conde d'Eu também espontaneamente se voltara para Isabel escrevendo nas vésperas do casamento à sua irmã e confidente a princesa Margarida: — "Eu a julguei mais apta a fazer minha felicidade doméstica que a irmã mais moça... O conjunto de suas maneiras e de sua pessoa é gracioso". Estavam pois ambos de acôrdo na eleição de uma escolha que consagrariam quarenta e seis anos da união mais perfeita de mútua estima e devotamento. Como a grande paixão que uniu a Rainha Vitória ao Príncipe Alberto, à Princesa Isabel e ao Conde d'Eu abençoou Deus com a graça de transformar em casamento de inclinações o convencionalismo de um consórcio principesco de razão e de política. No dia 15 de Outubro de 1864, a cidade amanheceu em alvoroço. O longo percurso que vai da Quinta da Boa Vista pelo aterrado do Mangue até o Campo de Sant'Anna, hoje Praça da República, por onde devia desfilar o cortêjo imperial se cobriu de fôlhas de canela. A população em vestes do-

mingueiras enchia as ruas. Bimbalhavam os sinos. Casava-se a Princesa Isabel. Realizou-se a cerimônia nupcial com a pompa e o luxo de estilo na Capela Imperial. "Um céu puro e um sol esplêndido presidiram a êste acontecimento nacional — anota Machado de Assis no *Diário do Rio de Janeiro*, — festa oficial festa pública. Arcos, pavilhões, coretos, bandeiras, iluminações, guardas de honra, bandas de música, e aclamações... uma das cousas que fez mais feito nesta solenidade foi a extrema simplicidade com que trajava a noiva imperial".

Um vaporoso vestido de filó branco com dois folhos de renda de Bruxelas — descrevem as notas sociais do dia, — uma fita com ramo de flores de laranjeira caindo do lado. Só uma joia: a pulseira de pérolas e brilhantes, oferta das senhoras de Sergipe.

À tarde os noivos embarcaram para Petrópolis onde passaram os primeiros dias de lua de mel. A 15 de Novembro desciam êles do seu retiro serrano a fim de assistirem ao matrimônio da Princesa Leopoldina com o Príncipe Dom Augusto. Êste casamento, porém, não teve a repercussão do de Dona Isabel, não só por não se tratar mais da herdeira da coroa como pela triste surpresa de haver estourado a guerra do Paraguai na véspera mesmo da cerimônia. Uma era de apreensão se abria para o Brasil. Tôda a corte e tôda a nação estavam como suspensas na expectativa de graves acontecimentos. Mais do que qualquer outro batia de susto o coração da Princesa Imperial, à idéia de ver partir para a campanha o jovem espôso que, na sua qualidade de marechal do exército, seria com certeza convocado. Felizmente para elle antes que tal se desse, a viagem de núpcias à Europa veio trazer uma tregua a esta sombria ansiedade. A bordo do vapor inglês Magdalena seguiam os recém-casados a 20 de Dezembro de 1864 en-

demanda a êste velho mundo que Isabel ia conhecer pela primeira vez. Pode-se bem dizer que esta viagem foi como um vinco de ouro na vida da Princesa.

Viagem encantada, viagem de núpcias realmente, não só ao pé da letra na convivência com o “Príncipe charmant” que o destino lhe déra para companheiro, como com o panorama inédito para ela de toda aquela civilização européia, a beleza daquelas históricas paisagens e dos tesouros de arte a que seu espírito ávidamente se abria e assimilava a portentosa lição. A 16 de Julho de 1865 no entanto estavam êles de volta dêste delicioso intermezzo de turismo social e sentimental indo instalar-se no Paço Isabel, hoje Palácio Guanabara.

Terminára o sonho. A vida real começou logo a impôr os seus prosaismos quotidianos. Não sòmente com a chegada das lagagens onde figurava a célebre prataria que, segundo informa em carta à irmã o Conde d’Eu “pagou fabulosamente na Alfândega”, como nas ocorrências desastrosas da guerra do Paraguay, forçando o Imperador a seguir para o sul do país. Cedendo ao natural impulso da sua índole essencialmente militar o Príncipe Consorte acompanhou o sôgro ao Rio Grande. A Princeza tremeu. Não chegára, porém, ainda a hora de partir para a guerra. De volta à capital, não vendo atendidos os seus rogos para tomar a parte que lhe cabia nos riscos da campanha, como soldado que era do Exército brasileiro, retirou-se o Conde d’Eu meio ressabiado para Petrópolis. Aí, longe do bulício da cidade e da repercussão dos boatos da guerra no “entourage” direto da côrte, distraía a sua impaciência, enchendo os lazeres da vida forçosamente íntima e patriarcal que levavam no sossego da cidadezinha montanha com leituras em voz alta, estudo de línguas, sessões musicais. A Princesa, excelente pianista e apaixonada de mú-

sica, tocava e cantava. Os príncipes recebiam às segundas-feiras das 6 às 8 da noite. O espírito de Gastão de Orleans continuava, entretanto, cada vez mais preocupado com a sorte de nossas armas e cada vez mais se lhe afigurava um dever ir bater-se com o exército a que pertencia. Não obstante a doçura de sua vida conjugal que lhe fazia dizer em carta à irmã numa confidência enternecida: — *“Je remercie Dieu de ce que j’ai trouvé dans mon mariage”*, o moço combatente de Tetuan, ardego e brioso sentia-se como diminuído vendo-se pôsto à margem da luta em que se achava empenhada a nação. A Princesa, porém, não concordava. E o que podia parecer singular, o Imperador relutava em aceitar a insistência do genro. Havia para isso uma razão talvez ignorada de todos, além de ver isento dos acidentes da guerra um ente caro.. Aos espíritos desprovidos, como tão acertadamente pondera Hermes Vieira, um dos mais documentados biógrafos da Princesa Isabel, poderia parecer que a herdeira presuntiva preferia que o marido ficasse sempre em pleno gozo do seu matrimônio, pondo burguesamente a tranquilidade do seu afeto acima da própria vitória do seu país. Não era por êsse motivo, no entanto, que ela teimava em não querer que o Conde d’Eu partisse para o Paraguai. Além do perdóável receio do que de fatal poderia sobrevir para sua felicidade de mulher, caso não voltasse o espôso, havia ainda o medo de uma vingança individual de Lopez, ao qual o casamento com o Príncipe de Orleans contrariara o sonho da fundação de um império sul-americano, graças a uma união com a herdeira presuntiva do trono brasileiro. Fogoso de imaginação e de temperamento ambicioso e audaz, Solano Lopez acariciára o projeto de um casamento com D. Isabel, assegura Hermes Vieira no seu livro *A Princesa Isabel no cenário abolicionista*, che-



gando a externar-se em cartas confidenciais ao Imperador. Não se tratava, bem entendido, de uma nota oficial de chancelaria. Nada de um episódio diplomático e sim a ousadia pessoal de um ambicioso. O Imperador não lhe dera atenção. Encarregara o Visconde de Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, de ir entretanto o temível caudilho, com evasivas até o momento em que, concluídas as negociações matrimoniais das filhas, pudesse evitar diplomaticamente a recusa com a comunicação oficial do noivado das duas Princesas. Assim efetivamente se deu. Solano Lopez, só soube da negativa destruidora de tudo quanto de grandeza e glória vinha sonhando, ao chegar a seu conhecimento, pelos jornais do Rio, a notícia do próximo enlace das duas princesas brasileiras. A amargura de vêr frustrado o seu sonho grandioso de dominação imperialista juntava-se a humilhação de nem sequer haver se dignado responder-lhe o Imperador do Brasil. E Solano Lopez não era homem que se conformasse com humilhações, como consignando o episódio, anotou William E. Barrett. Era o fator psicológico deste rancor, conhecido talvez só da Princesa e do seu Pai, além das razões políticas da "salida al mar", alegadas na declaração de guerra que determinavam a obstinada oposição de Isabel à incorporação do espólio às tropas em operações no sólo paraguaio. Reservava-lhe porém o destino a singular coincidência de ser Solano Lopez pôsto fóra de combate, justamente no instante em que as forças brasileiras eram comandadas pelo Príncipe Consorte. Gastão de Orleans nunca desistira aliás de assumir o pôsto de atividade a que tinha direito entre os soldados de sua pátria adotiva. Insistira sempre, não só com o sógro como com os chefes militares e particularmente com Caxias, não obstante saber da desaprovação da esposa. Foi-lhe afinal contentado o desejo.

O grande Caxias, afastando-se da chefia do exército, deixou vago o pôsto do supremo comando. O Conde d'Eu foi nomeado generalíssimo a fim de substituí-lo. Ao ter notícia da ordem, à qual como militar sabia não poder o marido exquivar-se, foi tal o desespero de Dona Isabel que, pela primeira vez a mulher superou a princesa. E, num desvario da aflição, escreveu ao Imperador a carta famosa: "*O que Papai saberá é que se o meu Gaston fôr para Assunção eu hei de ir também. Irei até o fim do mundo com o meu Gaston*". Não foi, no entanto, Submeteu-se à vontade do marido e do pai aos quais esta viagem pareceu inconveniente. Com o coração partido, viu seguir o seu Gaston, como general em chefe do exército brasileiro. Ao saberem à testa das operações o Príncipe Consorte, os soldados extenuados por tantos anos de campanha como se reanimaram. O ardor belicoso do Conde d'Eu insufloulhes renovado alento e o avanço se deflagrou com ímpeto novo, começando o êxito a coroar estas primeiras arrancadas. Lopez, todavia, como tão bem o salienta o tino historiador de Alberto Rangel, se diria ter a gelatinosidade escorregadiça de uma enguia, fugindo sempre ao enalço vitorioso do inimigo. Vencida a batalha de Campo Grande internou-se o Príncipe intrepidamente até Capivari Caraguati, Aquidaban e aí, finalmente, nos primórdios de 1870, o cabo Chico descobre Lopez, exausto e acuado nas suas últimas defesas e o prostra sem vida no chão... Estava terminada a guerra do Paraguai. Ao genro que tão denodadamente se batêra pelo Brasil assim como à filha que fizera calar o coração ante o dever militar que dela apartava o amado companheiro, foi concedido o repouso bem ganho de mais uma viagem à Europa. No dia 23 de Agôsto deste mesmo ano, pelo vapor Douro seguiu o imperial casal para a Inglaterra

e dali para Viena, onde a 7 de Fevereiro do ano seguinte, teria a Princesa o desgosto de assistir à morte de sua irmã D. Leopoldina, duquesa de Save. Voltando à Paris ainda sob o cabrunhamento d'este luto, aí chegam em plena Comuna. Pelas ruas em polvorosa Gavroche morria no tópo das barricadas. Ante a violência da insurreição deixaram incontinente a Cidade-Luz, rumando à Espanha e Lisboa de onde retornaram ao Brasil, desembarcando no Rio a 1.º de Maio de 1871. Sôava, sem que ela o soubesse, a hora de ser dado o primeiro passo decisivo no caminho da abolição... Ia galgar Dona Isabel a primeira etapa da sua missão redentora. Por esta época, mercê da intensa propaganda das *Sociedades Emancipadoras*, por toda a parte espalhadas e ativas, a causa da libertação dos escravos dia a dia ganhava terreno e conquistava prosélitos. O ambiente se ia aos poucos tornando revolucionário. Uma vaga impetuosa de resolução e de revolta encapelava a opinião. A Princesa Isabel seguia atenta o avolumar daquele movimento que tão fundamentalmente correspondia em suas mais íntimas convicções religiosas. O clima em que então se vivia era francamente pelo resgate definitivo dos negros. Sabia o seu Gaston, como toda vida o chamou, nitidamente anti-escravagista. Seu Pai, ao subir ao trono alforrara todos os escravos da Corôa, e, em 1870, a mordomia decretava livres os filhos das escravas da Fazenda Imperial. O cativoiro no Brasil, não nos cansemos de o lembrar, instaurado em 1582 com a importação e venda de negros, caçados nas terras africanas da metrópole, onde já existia o tráfico organizado desde o século XV, não foi uma instituição brasileira. Herança dos tempos coloniais, teve como causa precípua a falta de braços para o desbravamento e a lavoura do imenso território colonial desde que o índio nômade por instinto e incapaz de

uma estabilização agrícola definitiva se mostrava absolutamente falho nas tentativas de trabalho sistematizado e sedentário, não obstante o prodigioso esforço civilizador dos Jesuitas, na faina laboriosa da catequese. A Colônia precisava de trabalhadores e os portugueses recorreram simplesmente ao que lhes era mais fácil e rendoso: o comércio negreiro com o Brasil. Os anseios dos abolicionistas vinham pois de longe como de longe vinha o anseio republicano. Única monarquia do continente, não era possível que a espécie de isolacionismo político provindo desta exceção, não parecesse aos espíritos contagiados de idéias liberais e positivistas uma absoluta e inaceitável anomalia. Sem embargo de constituir a monarquia constitucional brasileira a mais democrática das democracias, afigurava-se entanto atrazo no progresso libertário do século, a sua estrutura de governo hereditário e o tradicionalismo da sua concepção. A escravidão lhe era increpada como o lapso mais criminoso da sua pretensa tirania, por isto talvez marchassem juntas a campanha da Abolição e a campanha da República. Já muito antes da nossa Independência, porém, em 1817, os revolucionários pernambucanos haviam mostrado o desejo que o cativoiro fôsse extinto no Brasil de maneira, lenta, regular e jurídica. Foi esta a primeira manifestação anti-escravocrata, em nossa terra e José Bonifácio, em 1823, um ano após a Independência ao redigir a Constituinte, apoiou êste ponto de vista. A idéia estava a caninho e nada mais a poderia deter. Através o decurso do tempo, a evolução dos espíritos, a modificação do meio dos costumes, a lento e lento, uma vagarosa porém, irresistível consciência humanitária fazia-se à luz. A abolição atingia o seu término legal, apesar de todos os obstáculos e tropeços opostos à sua realização pelo interesse, pelo preconceito ou pela prudência comodista do

hábito. Muitas foram as vozes que se ergueram nesta fase preparatória da libertação sem que nenhuma lograsse resolver de pronto o magno problema. Os acontecimentos, porém, iam principiar a resolvê-lo. Quinze dias após a chegada da filha, o Imperador apresentou às Camaras, em projeto de lei, licença de ir à Europa, entregando à Princesa e ao genro um maço de papéis onde registára seus avisos, esclarecimentos e os conselhos de sua experiência para governar o país. A 20 de Março de 1871, prestava Dona Isabel juramento como Regente do Império, havendo anteriormente Rio Branco conseguido das Câmaras que fôsse outorgado à jovem Regente (contava ela vinte e cinco anos), a plenitude dos poderes do Imperador. Era o comêço da vitória da Princesa e a oportunidade que se lhe oferecia, como chefe do Executivo, de dar início a sua atividade em prol da raça escravizada. Encetou-se então a luta parlamentar que teve por supremo guia a vontade esclarecida e superior lucidez de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. A Princesa dava-lhe mão forte. Os debates da Câmara, tendo por base a lei que tornava livres os filhos nascidos de mãe escrava, abriram-se numa atmosfera de combate. Seguindo o projeto para o Senado, atizaram-se as discussões. Novo entrechoque de opiniões adversas. Nova luta renhida de eloquência. Mas o projeto passou por maioria vultosa. A vitória foi completa. O entusiasmo descomunal. A Lei do ventre livre, a lei que decretava não nascerem mais escravos no Brasil, a grande lei de 28 de Setembro de 1871, lei Rio Branco, como ficou chamada em justa homenagem a seu valoroso campeão, foi a Princesa Isabel, que na regência do Estado, a assinou. Era o prelúdio do seu grande papel. Sua missão que se iniciava. Ao regressar o Imperador, retomando as rédeas do poder, como prêmio ao seu mo-

vimentado ano de governo a Princesa e o Conde d'Eu partiam de novo em viagem de recreio ao velho mundo, em Abril de 1874.

Só devia ela de lá voltar em meados do ano seguinte, grávida do seu primeiro filho, Dom Pedro de Orleans e Bragança, Príncipe do Grão Pará, que veio a nascer a 15 de Outubro de 1875, naquele Palácio Imperial de Petrópolis, tão da sua preferência. Em Março de 1876, graças à visita do Imperador e da Imperatriz aos Estados Unidos, por ocasião da exposição de Filadélfia, voltou D. Isabel pela segunda vez à regência do império e, no ano seguinte, apressando por este fato o regresso do Pai, dava ela à luz o seu segundo filho, o príncipe Dom Luiz.

A campanha abolicionista prosseguia, entretanto, na faina evolutiva de sua propaganda. Um vento de emancipação sopra prava sôbre o país. Ruy Barbosa, em conferências de enorme projeção política, analisava com magistral argúcia os debates cada vez mais calorosos do Parlamento. A idéia republicana, à sombra da peleja emancipadora ia tomando vulto. Nos princípios do ano de 1887 encetava o casal Conde d'Eu outra excursão à Europa em companhia dos três filhos: Dom Pedro, Dom Luís e Dom Antônio. O caçula, nascido alguns anos antes em Paris, quando o foi surpreender em Nicotina um chamado telegráfico. Adoecera gravemente Pedro II. Regresso precipitado e angustioso. Ao chegar, haviam ordenado os médicos a partida imediata de Sua Majestade para a Europa. Cavia novamente e pela terceira vez a Dona Isabel a Regência do Império. Era o seu fadário de Redentora que assim lhe punha outra vez nas mãos a responsabilidade máxima do governo. Reassumindo o poder a Princesa voltou-se tóda a inteira para a questão abolicionista. Nas suas notas auto-biográficas aponta ela num palpitante de interesse avassalador: —



“A questão da Abolição caminhava; suas idéias ganhavam-me cada vez mais. Não havia publicações a respeito que não lesse preciso fazer qualquer coisa.

Insistindo com o ministro Rodrigo Silva para que apressasse a apresentação do projeto abolicionista, pondo-se em contato com os elementos mais influentes da campanha, presidindo e organizando festas em benefício da criação de fundos para o resgate de escravos, não concordando com Antônio Prado, encarregado de redigir o projeto em São Paulo, porquanto partidária da extinção imediata e integral da escravatura não se contentava com a abolição gradual proposta pelo deputado paulista, D. Izabel trabalhava incessantemente pela abolição. Sentia chegada sua hora. Sem mais tergiversar, ante as delongas enervantes, mandou chamar Rodrigo Silva pedindo-lhe que elaborasse outro projeto mais conciso e radical. Sim, era preciso fazer qualquer coisa, mas qualquer coisa de definitivo. O que mais teria influido em tão decisiva deliberação?... A sua religiosidade sempre desejosa de satisfazer as advertências do Papa?... A ância de elevar moral e socialmente a sua pátria no conceito das nações?... A representação da Câmara Provincial de São Paulo?... Ou, simplesmente, o incontido impulso do seu coração de mulher tocado até o âmago pelos sofrimentos da raça oprimida?... Seja o que fôr, a verdade é que Dona Isabel não hesitou. Mais alto que o interesse dinástico e o egoísmo de casta falavam nela a piedade de sua alma cristã e o interesse maior de ver limpa a sua terra da mancha deprimente da escravidão. Assim expressivamente faz fé o diálogo que, ao tomar conhecimento do projeto trazido pelo ministro Rodrigo Silva, travou com o marido, a quem sempre em tudo consultava, declarando-lhe que o assinaria mal o votassem os legisladores. Arguto e experiente, o Conde d'Eu a

reveniu: — “Não o assine, Izabel, é o fim da monarquia. — “Assiná-lo-ei, Gaston. Se agora o não fizer talvez nunca mais tenhamos oportunidade tão propícia”. Já por esta data, como publica demonstração da sinceridade do seu devotamento à causa negra, num sarão, do Cassino Fluminense, o centro de reunião mais cotado e elegante da sociedade carioca, não se arreceara do escândalo que a audácia do gesto provocaria e dansára a primeira quadrilha de “lanceiros” com o jornalista prêto André Rebouças. Não era possível mais desassombrada bravata ao preconceito e mais nobre desdém do respeito humano. Pressentia confusamente que era chegada o momento e que vivia as suas horas supremas. A agitação parlamentar chegára ao auge, repercutindo nas ruas em inflamados comícios populares. Quem se der o trabalho de acompanhar pari-possu o evolver da idéia abolicionista no Brasil, há de verificar o quanto aquêlê quotidiano latejo da consciência nacional encontrára, desde o início, o amparo oficial e a particular atenção do Imperador. Há muito que a abolição, máu grado as contraditas envenenadas dos opositoristas da época, vinha sendo objeto da preocupação permanente do Chefe da nação e de seus sucessivos ministérios. Desde a memória do Marquez de Queluz, em 1821, e a Representação sôbre escravatura de José Bonifácio, em 1825, até a supressão do tráfico conduzida por Eusébio de Queiroz em 1850, desde os cinco projetos elaborados por ordem do Imperador pelo Marquez de São Vicente em 1866, rejeitados tôdos pelo Presidente do Conselho o Marquez de Olinda, por Souza Franco e Sapucahy “como considerando *inopportuno aventar a questão servil enquanto durasse a guerra do Paraguay*” até a lei do Ventre livre a que veio cunhar o sinete decisivo de Rio Branco, a idéia da emancipação dos escravos fôra avassa-

lando a pouco e pouco a alma coletiva do país. Nessa lenta, difícil, penosa mas gradativa libertação em que o embate das paixões partidárias, os vaivéns da opinião, o choque dos interesses em jogo davam ao Parlamento brasileiro os maiores dias da sua oratória tribunicia, a sábia advertência do Imperador: — “Preparemos com prudência esta grande reforma” impregnava por assim dizer tôdas aquelas medidas de transição. A testa de uma democracia coroada, como disse Mitre, soberano constitucional para o qual sempre fôra sagrada a soberania popular, não podia Dom Pedro II sem o apóio do Parlamento, desrespeitar autocráticamente a Constituição a que jurara defesa e fidelidade. Fazia-se mister, pois, que a onda crescente do abolicionismo se fôsse avolumando, tomando vulto na personalidade irradiante de Joaquim Nabuco e na arrebatada mocidade de Afonso Celso Júnior, e pela porta fulgurêa de José do Patrocínio, na “Gazeta da Tarde”, entrasse na sua fase deliberadamente combativa. Intensificava-se igualmente na imprensa a Campanha Abolicionista, com Joaquim Serra, Pardal Mallet, Vicente de Souza, Ferreira de Menezes, João Clapp, Gusmão Lobo e outros na vanguarda, João Alfredo, Antônio Prado e o Senador Dantas dominavam o Senado, enquanto na Câmara, a ala moça com José Mariano, Joaquim Nabuco, Rodolfo Dantas, Afonso Celso, o Afonsinho como tôdos o chamavam, à frente, num verdadeiro fogo de artifício de discursos cintilantes queimavam os últimos cartuchos da propaganda a meio vitoriosa. A agitação emancipadora contagiava de uma febre de abolição as províncias tôdas do império. E, por sôbre o estrepido dos debates parlamentares, por sôbre a ansiedade do povo é o fremito expectante da nação, captando aqui a renitência escravocrata de um Martinho Campos ou

a inflexibilidade do “coração de bronze” de um Andrade Figueira, além o pranto dos cativos, a esperança dos libertos, o receio dos prêtos e o arrôjo dos brancos, a revolta, o ímpeto, a hesitação, a confiança, as reticências e o abandono, a sombra e a flama, a miséria e a belesa dêste momento único e excepcional da nossa história, Castro Alves, a antena divinatória, de tôdo êsse tumulto gerador de uma era nova, brandindo o latego sonoro dos seus poemas de luz: — “Deus! Oh! Deus onde estás que não respondes?!” A resposta de Deus, entanto não tardava em ser dada.

Em 1884, numa antecipação que lhes garantirá indelêvelmente na história um laurel à parte, as províncias do Amazonas e do Ceará emancipavam os seus escravos. A repercussão dêste ato memorável foi de estupendo entusiasmo.

A lei Saraiva-Cotegipe, chegando quasi três lustros mais tarde que a lei do ventre-livre, na mesma data de 28 de Setembro, veio arrancar ao cativoiro os sexagenários escravos. Pôde-se dizer, que com êste decreto, da Assembléia Legislativa do Império a escravidão se achava virtualmente extinta no Brasil. Os abolicionistas, todavia, não se contentaram com mais êste sucesso. A impaciência pública de hora em hora recrudesca. No interior, máu grado a resistência dos lavradores, os nêgros começavam a desertar em massa das fazendas, o exército negava-se a amparar a polícia na caça e castigo dos escravos fugidos e os grandes senhores rurais, compreendendo que sôara a hora das atitudes oportunas, alforriavam às centenas os seus cativos.

A 3 de Maio, por ocasião da abertura do Parlamento, a Regente, na fala do Trono, declarou que: — “*Para honra do Brasil, sob a influência do sentimento nacional e das liberalidades particulares a extinção do elemento servil fez tais progressos que se tornou hoje uma in-*

*rençível aspiração, aclamada por tôdas as classes. Espero, pois, que não hesiteis em apagar do direito nacional a única exceção que contrasta com o espírito liberal e cristão das nossas instituições*". Estas precursoras palavras comentadas nos debates da Câmara, deram azo a que Joaquim Nabuco num brilhante assomo da eloquência que lhe era peculiar, conseguisse colocar a questão acima da rivalidade dos partidos: "Não é o momento de fazer ouvir a voz dos partidos, porquanto chegamos à hora mais incomparavelmente solene da existência de nossa pátria. Para nós brasileiros, 1888 será uma data mais considerável de que 1789 para a França. E' literalmente uma nova pátria que começa para nós". E o Senador Dantas, interpretando o sentir unânime, assegurava com razão: — *"As reformas liberais não podem ser nunca um perigo no Brasil"*.

No dia 8 de Maio, finalmente, em nome do govêrno, o Ministro Rodrigo Silva depositava na Câmara a proposta da abolição dos escravos. A discussão durou dois dias, numa atmosfera de exaltação cívica inegualável, passando o projeto por esmagadora maioria. No dia 11 dava entrada no Senado. Dois discursos, fôram pronunciados: dois proféticos discursos, o de Cotegipe e o de Paulino de Souza. O Barão de Cotegipe, com a visão de águia de estadista experimentado, predissera no entanto já à Princesa as consequências do seu ato: a represália fatal dos proprietários lesados, o desequilíbrio econômico oriundo do golpe que ia sofrer a lavoura, a indiferença senão a ingratidão da raça libertada, a queda da monarquia, a perda do trono. — "Se eu soubesse ter de perdê-lo daqui a cinco minutos, não retardaria de um minuto sequer a sanção desta lei" — replicara Dona Isabel com a sublime simplicidade do seu desprendimento. No domingo, 13 de Maio, em

sessão da manhã, passava o projeto, por 43 votos contra 6. O hemício do Senado juncou-se de flôres, ao aplauso delirante das tribunas ao qual correspondia a aclamação estrondosa da turba imensa que aguardava, nas imediações do Campo de Sant'Ana, hoje Praça da República, o resultado da votação. Foi então que Paulino de Souza, um dos leaders da opposição, disse a frase famosa: — "Tendo consciência de haver cumprido até o fim o meu dever de senador, cumprio agora o meu dever de cavalheiro não fazendo esperar por mais tempo dama de tão alta hierarquia".

A Princesa esperava, com efeito. Havendo descido naquêlê dia de Petrópolis, aguardava no salão nobre do Paço da Cidade, hoje repartição dos Correios e Telegrafos, ao lado do Conde d'Eu, o esposo sempre acatado, dos altos funcionários e da turba agitada de convidados e amigos, as deputações do Senado e da Câmara que lhe iam levar a lei autografa para a sanção final da sua imperial assinatura. Vestida de veludo azul, junto à mesa de bronze dourado incrustada com medalhões de Sévres, que figuraria mais tarde como suprema reliquia do passado no salão de exílio de Boulogne-Sur-Seine, a Regente esperava a lei que tôda sua vida talvez sonhára assinar e que, sem a sua assinatura, o que quer dizer sem a sanção do Poder Executivo, não teria passado de um documento a mais nos arquivos parlamentares da monarquia brasileira. Admirável de simplicidade o texto desta lei, de que fôra redator Ferreira Vianna. Consistava de dois artigos apenas. Artigo 1.º: "Está abolida desde já a escravidão no Brasil". Artigo 2.º: "Revogam-se as disposições em contrário". Eram três horas da tarde. O dia surgira morno e luminoso. O sol de um Maio incomparável entrava a flux pelas janelas escancaradas do Paço. Lá fôra, um oca-



no de seres humanos, apertados uns contra os outros como num amplexo de inconsciente confraternização, enchia a praça à cunha. As delegações chegavam. Foi das mãos do Visconde de Ouro Preto que presidia a do Senado, no impedimento do Senador Dantas, completamente afônico e extenuado pelo trabalho dos últimos dias, que a Princesa recebeu o autógrafo da Lei Áurea. A Confederação Abolicionista, oferecendo a pena de ouro cravejada de esmeraldas para o ato da assinatura, era ali representada por Brício Filho e pelo joven deputado Afonso Celso, filho de Ouro Preto e um dos mais notáveis oradores da falange abolicionista. Um fremito irresistível correu pela assistência eletrificada. E foi chorando, no auge da emoção mais profunda e mais justa, que a Princesa Isabel assinou a abolição. Quebrando o silêncio religioso as palmas e os vivas espoucaram num delírio de indescrevível entusiasmo.

Vencendo a custo a multidão aglomerada em torno à mesa histórica, onde a Redentora começava a receber as felicitações, em meio à confusão enternecida da assistência, surgiu então no balcão central do edifício, do então Largo do Paço, hoje Praça 15 de Novembro, a figura apolínea de Nabuco. E a voz estentóric, a voz de ouro que tantas vezes se erguera dominadora em prôl do escravo oprimido, ressôou como um clarim pela praça suspensa de ansiedade: — “Brasileiros, não há mais escravos no Brasil!...” Era o princípio do discurso, mais não foi além, tal o formidável clamor, prolongado em ecos infinitos que, durante intermináveis instantes, envolveu a Princesa e tôdos aquêles que haviam feito a abolição, numa ovação de inenarrável arrebatamento.

Patrocínio, então, Patrocínio o símbolo vivo da raça resgatada? Patrocínio que a emoção prosternára no chão que-

ria beijar-lhe a fímbria do vestido. O Corôa vibrando junto na mesma sobrebém tentou levantá-lo.

Mas foi assim que ali prostado o negro genial, como visitado pelo fogo de invisível Pentecostes, fez aos soluços, de improviso, o mais belo, o mais sentido, o mais empolgante, dos seus discursos: — *Minh'alma sóbe de joelhos êstes Paços... Santa Isábel...*” A sala inteira chorava. Nunca no Brasil nem no mundo talvez se vira jámais tão integral, comumhão entre o Povo, o Parlamento e a Corôa vibrando juntos na mesma sobrehumana exaltação daquêl momento de apoteóse. Estava extinta a escravidão no Brasil.

Minhas Sras. e Srs., foi há mais de meio século passado. Meio século de mudança radical de regime político, meio século de medidas administrativas iconoclastas e legislações inovadoras, meio século de realizações republicanas, meio século em que, no cenário transformado da democracia nacional, o Brasil virando a fôlha sôbre a página luminosa da Lei Áurea não lhe conseguiu empanar no entanto, ainda o brilho do ouro distante. Lei sentimento antes de ser matéria legislativa votada e promulgada, lei que teve como sinatária suprema a mão de uma mulher e que talvez por isto, conserva através do espaço e do tempo, o calor e a vibração desatinada de um coração, pelo simples traço emocional daquela pena D. Izabel se tornou instantaneamente a Redentora. Não há negativa, nem apodo que lhe possam roubar a glória sacrificada daquêl gesto de justiça e de humanidade.

Durante oito dias as festas se multiplicaram e as congratulações afluiram de toda parte da província e do estrangeiro calorosas e unissonas. Na parada militar, realizada dias após, a tropa trazia os fuzis floridos de ramos de violetas. No desfile da imprensa, levado a

feito no dia 14, na Rua do Ouvidor, ao lado de seu preceptor o Barão de Ramiz Galvão, figuravam os três rapazinhos, os príncipes filhos da Princesa, como redatores do Correio Imperial, o jornalzinho abolicionista editado no Palácio Izabel. Na missa de ação de graças a Regente carregou ao colo um dos filhos de Patrocínio, a quem pretendeu agradecer com o título de Barão da Redenção. Uma vaga de reconhecimento e do entusiasmo sublevava o país de norte a sul. No banquete comemorativo, realizado em Paris, Vitor Hugo, saudando em carta o advento da Abolição dizia: — “Sois uma nação generosa. Reunis a luz da Europa ao sol da América”.

Leão XIII enviava a Rosa de Ouro à Redentora. A monarquia parecia mais forte do que nunca esteiada no amor e na gratidão dos seus súditos. Falacioso engano das aparências!... No concêrto de louvores e de bênçãos que ovacionavam a promulgação da Lei Áurea, já se começava a ouvir a voz dissidente daquêles que, fazendo côro com os inimigos do trono, já não hesitava em lançar, como ataque ao princípio monárquico, o que viria a ser a censura máxima atirada contra a Redentora: erro político e desastre econômico a Abolição. Erro político, se quizerem, minhas Sras. e Srs., mas ato humano de tão elevado altruismo que de uma auréola de luz imarcessível cercou para sempre o nome daquela que o praticou. “*A consciência fala*, disse Guizot, *mas o interesse grita*”. A consciência brasileira há muito vinha falando, mas era tão forte a grita dos interesses que, para fazer-lhe ouvidos moucos e, de golpe, lhe anular a influência retardatária, somente esta espécie de loucura do sentimento, mais poderosa que a razão, que se aninha por vêzes num peito de mulher.

No soneto a S.A.I. Regente, impresso em folheto e distribuído pela ci-

dade nos festejos que se seguiram à apoteóse de 13 de Maio, assim profeticamente falou o jovem poeta e deputado abolicionista Afonso Celso Júnior:

Princesa, em vossa mão de aristocrata  
Mão de criança melindrosa e fina  
Estua a intrepidez adamantina  
Que dos heróis a fábula relata.

Bendita mão! Angélica arrebatada  
A infância escrava às garras da rapina  
E a luminosa lei que ela hoje assina  
Raça inteira de míseros resgata.

Ante iminentes, pavorosas crises  
Na redentora mão dos infelizes  
Não sei se o ceptro ficará ou não.

Mas da história no intermino cotejo  
Das gerações o reverente beijo  
Sempre tereis, Princesa, nesta mão!

Os poetas são os visionários da inspiração. O ceptro não ficou de fato entre essas mãos sugustas e, dentro em pouco, o desterro ia afastar para sempre a Redentora de sua terra natal. “*A massa* — como tão atiladamente observava Viriato Correia — *tem a inconstância do catavento*”. O interesse econômico ferido não perdôa. Cêdo ou tarde, toma vingativamente a sua represália. A Princesa Isabel viria a conhecer bem cêdo a dureza desta verdade. Naquêl momento, porém, tudo ainda era júbilo, agrado, bênção e exaltação. O Imperador que, à notícia da Abolição ressurgira da grave moléstia que o assaltara no estrangeiro, enviava à filhagloriosa o histórico telegrama: — “Abraça Redentora. Seu pai Pedro”. Os parabens choviam de tôdos os lados. D. Isabel resplandecia. Puderá realizar a aspiração mais cara de sua vida, sentia ao redor de si a sanção geral do país e a aprovação do mundo. Era feliz. Tôdos os jornais entoavam hinos à Redentora.

E não só no Brasil. O periódico *La Avispa* de Madrid, foi um dos que imprimiram na sua primeira capa, assinala Hermes Vieira, soberba alegoria onde se liam êsses dizeres: — *A Su Alteza Imperial la Regenta del Brasil, por su decreto de abolicion de la esclavitud felicitan sincera e respetosamente los pueblos civilizados*". El Mosquito de Buenos Aires também ilustrou as suas páginas com vistosa alegoria comemorativa. O entusiasmo da turba, o delírio da abolição, como consigna o Diário de André Rebouças, que se prolongára durante dez dias foi finalmente serenando. A vida nacional retomou o seu ritmo costumeiro. Em Julho dêste mesmo ano, Carlos Gomes, um dos poucos que mais tarde lhe ficaria fiel, dedicava a Sua Alteza, Sereníssima a sua grande ópera *Lo Schiavo*, como preito alusivo àquela que os escravos redimira. A assinatura da Lei Áurea se diria haver consolidado para sempre a popularidade da Regente. A Princesa podia dormir sobre os seus louros. Sono de pronto despertar, no entanto. As classes conservadoras e os políticos a que a extinção da escravatura contrariara as aspirações e lesara os interesses se filiaram às hostes republicanas. O ato de 13 de Maio reputado sublime na véspera passou a ser considerado irrefletido e leviano. A Lei Áurea foi declarada "lei de esbulho". Dentro em pouco os arautos da oposição a propalaram impolítica e contrária à economia da nação. A aristocracia territorial e a mór parte da intelectualidade, de par com as forças armadas aderiram ao republicanismo. O partido monarquista, devido ao descontentamento dos lavradores e do elemento conservador perdia cada vez mais influência e adeptos. Não obstante forte corrente, apelidada logo insidiosamente de *Isabelismo*, se mantivesse ao lado da Redentora, a propaganda republicana soube aprovei-

tá-la a fim de semear a intriga e a confusão no próprio seio do grupo monárquico, fiel ao trôno, acusado de querer promover o reinado de Isabel Primeira, a "fanática" e fâzer do Conde d'Eu, um estrangeiro. "o francês", como odientamente o chamavam, imperador efetivo do Brasil. Nas convulsões do facciosismo extremado Silva Jardim lançava a suprema inverdade: a herdeira da corôa havia libertado os escravos visando somente a preparação do seu próximo reinado. Menti... menti... sempre há de ficar alguma coisa. Nunca foi tão exato quanto em se tratando da família imperial brasileira, êsse triste axioma. O partidarismo exaltado dos republicanos de tudo se aproveitava para desprestigiar e impopularizar Dona Isabel. E sempre assim culpada dêsses extremos virulentos a luta entre duas ideologias opostas. A política não tem entranhas. Na sua biografia de Maria Antonietta a rainha mártir da Revolução Francesa, tem Stefan Zweig um admirável capítulo onde analisa os efeitos mortais da difamação sistematizada, a ação destruidora dos boatos desmoralizadores e das calúnias repetidas, a ação corrosiva da mentira pública, demonstrando ter sido o panfleto, muito antes do Tribunal Revolucionário e do cadafalso que condenaram e mataram a rainha de França.

Foi o panfleto igualmente, o panfleto oratório na tribuna oposicionista e o panfleto imponderável da maledicência dirigido sobretudo contra o esposo a quem Isabel tanto prezava, que levou ao exílio e tornou culpados de ingratidão com a sua benfeitora os negros do Brasil. "*Ninguém foi mais atacada do que ela*, — afirma Pandiá Calógeras, — *e ninguém mais injustamente*". A paixão política não conhece contemplações. O excesso é o clima natural de sua expansão. O certo, porém, é que, enquan-



to se degladiavam os políticos, os republicanos fortaleciam-se, disseminavam-se, organizavam-se, avançavam.

Benjamin Constant, nos bastidores geitosamente coordenava e articulava a oposição. O Imperador, de volta da Europa, ainda enfraquecido e esgotado pela moléstia, retomava a direção dos negócios públicos. Cessara a terceira e última regência da Princeza. A situação, entretanto, continuava difícil. Duas grandes alegrias porém, ainda estavam reservadas à Princeza antes da era das provações que se avizinhasse. A primeira foi a entrega solene da Rosa de Ouro que Leão XIII lhe mandara, cujo ceremonial se realizou com extraordinária pompa religiosa na Capela Imperial. A segunda resumiu-se numa comemoração toda íntima e afetiva: a celebração das suas bodas de prata, festivamente comemoradas a 15 de Outubro de 1883. Todavia, a agitação nos arraiais políticos ia num crescendo assustador. O partido republicano não dava tréguas ao poder. O gabinete João Alfredo que, logo após o 13 de Maio, atingira o auge da popularidade, sem o apóio do partido conservador, foi-se dia a dia debilitando. A coligação de todos os partidos oposicionistas provocou-lhe a queda. O Monarca precisava de uma organização de mão forte ante as perspectivas turbulentas que se lhe deparavam. Ocorreu-lhe então o nome do Visconde de Ouro Preto a quem coube a honra melancólica de ser o último Presidente do Conselho da monarquia brasileira. Considerado o atleta e a alma do partido liberal, bravo e impetuoso, tudo o indicava como o chefe do momento.

Ministro da Marinha nos princípios da Guerra do Paraguai, era devéras "*o piloto para o temporal*", como tão expressivamente o definiu Pedro Calmon. Formando o gabinete Ouro Preto, disposto a resolver de pronto a situação an-

gustiosa, apresentou o seu programa de remodelação política.

Tão adiantadas e reformatoras foram as propostas desse admirável projeto de ação pública, que Quintino Bocaiuva, uma das mais nobres figuras da genese e implantação do regimen republicano, declarou que a república teria sido adiada de vinte anos, caso houvessem tido tempo de executá-lo. Chegava tarde, portanto, o Visconde de Ouro Preto. A propaganda republicana continuara e aliciara até os seus mais próximos e diretos auxiliares. A confiança que nêles depositava cegou-o quicá acêrca das possibilidades de reação da monarquia desfalecente. Sabja-se com pulso capaz de manter o barco no temporal. O que não podia saber é que se havia bandeado a tripulação...

A 9 de Novembro de 1889, pela última vez no longo reinado de S. M. Dom Pedro II, a sociedade brasileira foi conchada a uma cerimônia de escol: o baile da Ilha Fiscal. Achava-se nesta ocasião fundeada em nossas águas a corveta chilena "Almirante Cockrane" em viagem oficial à nossa terra. Ofereceu-lhe o Presidente do Conselho um baile na Ilha Fiscal, naquêl tempo ainda afastada do litoral. Esta festa foi o derradeiro lampejo de uma luz que se apagou.

Marcou o fim da éra Monárquica. Por uma noite de magnífico luar, em meio à profusão de sedas e de jóias de uma concorrência de elite, onde a graça e a fidalguia da côrte brasileira pela última vez suntuosamente se ostentavam, na ilha cintilante qual mesquita de fogo surgida do fundo escuro do mar, os pares dansavam na ignorância do dia seguinte... Coube ao Visconde de Ouro Preto saudar o Comandante do vaso de guerra chileno e brindar ao Imperador. A monarquia despedia-se numa apoteose, de que Aurélio de Figueiredo fixou

num quadro célebre o efêmero e histórico resplendor.

Alguns dias mais tarde, era o levante de 15 de Novembro. Era a revolução. Era a República. Ouro Preto, num assomo de leão, tentou improvisar a resistência. Deu ordens que não foram obedecidas. Protestou quando as tropas insurretas, o Marechal Deodoro da Fonseca à frente, tomaram o Quartel General, hoje Ministério da Guerra. Foi tudo vão. A Princesa Isabel achava-se com a família e o pai ainda adoentado e abatido, veraneando em Petrópolis. Foi lá que a alcançou a surpresa fatal: derrubara-se o trôno, proclamara-se a República. Saía destarte vencedora a conspiração militar que, sem nenhuma interferência do povo, como tão insuspeita e veridicamente salientou Demétrio Ribeiro, republicano histórico e um dos próceres do novo regime, subverteu a ordem tradicional do país, depondo o chefe de Estado que lá perto de cinquenta anos governava o Brasil.

A notícia estourou como uma bomba no socêgo montezino da cidade das hortências. O Conde d'Eu alvitrou logo que se convocasse o Conselho de Estado. O Imperador, julgando tratar-se apenas de um motim sem conseqüências, preferiu temporizar. De acôrdo com Gastão de Orleans, o Visconde de Taunay propôs que se chamasse o Marechal Deodoro à presença do Imperador.

A Princesa teve então um repente bem Bourbon: — “Isto, não!... Chamar um insubordinado à presença de meu Pai?!... Isto, nunca!...” protestou indignada. Dissolvido o gabinete Ouro Preto e prêso o Visconde, tentou Saraiva formar outro de emergência. Não havia mais tempo. Na manhã seguinte os jornais anunciavam ao povo a proclamação da República e a organização do Governo Provisório com o

Marechal Deodoro, Rui Barbosa, Quintino Bocaiuva e Benjamin Constant à testa. Às 9 horas da manhã o Paço da Cidade foi pôsto em incomunicabilidade e, às 3 da tarde, o Major Solon ia levar ao velho Soberano a mensagem em que lhe era notificado o banimento e o de sua família, devendo tôdos deixar, no prazo de vinte e quatro horas, o território nacional. Assegurava-lhe êste documento uma pensão de cinco mil contos.

A impressão, entre os membros da família imperial e o grupo já escasso de amigos que a rodeava, foi de estupôr. A Imperatriz desmaiou. Dona Isabel abraçando-se ao Pai, tentava embalde sufocar o pranto convulso. Atônito a princípio, Sua Majestade recobrou, porém, dentro em pouco a costumeira serenidade. Recusando altivamente o dinheiro que a República lhe pretendia conceder, enviou ao Govêrno Provisório a resposta cheia de dignidade que a história registra. Era, entretanto, tarde já. As novas autoridades exigiam que a família imperial embarcasse imediatamente. E, às altas horas daquela noite de tormentosa vigília, às escondidas, como em página mestra descreve Raul Pompéia, na solidão feita sempre de súbito em tôrno de tôdo govêrno que cai, a família imperial deixou o Cais Pharoux embarcando na canhoneira “Parnaíba” que a levou à Ilha Grande, de onde se passaram para o vapor “Alagôas”.

Ao atravessar pela última vez a sala do Paço na qual se achava a mesa de Sévres onde, ano e meio antes, assinara a Abolição, Dona Isabel deteve-se um minuto e batendo-lhe com a mão exclamou: — “Se é pelo que aqui assinei que me expulsem e à minha família, não me arrependo. Repostas as coisas como dantes, ainda agora assinaria!...”

Rasgo digno de uma nota de Maria Tereza, assinala o Visconde de Taunay,

consignando emocionalmente o episódio no seu Diário. Às cinco horas da madrugada de 18 de Novembro de 1889, o "Alagoas" levantava ferros. Ao passar pela Ilha Raza, Dona Isabel e o Conde d'Eu subiram ao tombadilho. Apoiada à amurada a Princesa fixava longamente a cidade de seu bêrço e a costa brasileira que se distanciavam no horizonte... Lágrimas silenciosas lhe corriam pelas faces. Era tôda sua infância, sua mocidade, sua vida de mulher e de rainha que se levantavam pungentemente ante o amargor da sua saudade... Que fizera ela afinal para merecer aquêlê castigo?... "*Remistes uma raça. Princesa, mas perdestes o vosso trôno...*" A voz previsora de Cotegipe voltava-lhe aos ouvidos numa outra vez indignada e vibrante, amaldiçoando, a seu lado, a raça ingrata e a república triunfante, na palavra de André Rebouças, o engenheiro nêgro com quem dançara uma noite no Cassino e que êste gesto fizera para sempre cativo da Redentora.

Ao saber do banimento da família imperial, num impulso de gratidão, tudo abandonara, desterrando-se voluntariamente, a fim de acompanhá-la no infortúnio e no exílio. Foi esta a única expressão de reconhecimento que teve a Princesa Isabel por parte da raça que libertara, mas esta foi completa e foi total.

A 7 de Dezembro, depois de penosa, desolada viagem, aportaram em Lisbôa os augustos exilados. Foi-lhes oferecida hospedagem oficial, mas o Imperador recusou as honrarias, preferindo instalar-se com os seus e a pequena comitiva dos seus fiéis no Hotel Bragança. O Conde d'Eu e a família pouco se demoraram em Portugal, seguindo para a França. A Princesa não voltara a si da surpresa dos trágicos acontecimentos dos quais havia resultado aquela depor-

tação. Tudo se lhe afigurava um pesadelo. Pesadelo que se agravou com a morte da Imperatriz D. Tereza Cristina, sobrevida a 28 de Dezembro no Pôrto.

A Princesa, chamada às pressas, não chegou a tempo de assistir ao passamento da mãe. Mágoa mais profunda, em breve, a aguardava.

A 4 de Dezembro de 1891 esgotado de corpo e alma, falecia num modesto quarto do Hotel Bedford em Paris, Dom Pedro II, alcunhado o Magnânimo pelo seu povo, Imperador e Defensor perpétuo do Brasil a quem Vítor Hugo chamara um neto de Marco Aurélio. Assistia-lhe a filha os últimos instantes. Seu médico fidelíssimo o Conde de Mota Maia colocou como desejara, sob a cabeça de Sua Majestade um travesseiro contendo terra do Brasil.

O sentimento de D. Isabel foi dilacerante. Desaparecia com o grande morto, não só o pai estremoso que tôda uma longa existência por ela se desvelara, como o chefe de Estado com o qual colaborara, o sábio conselheiro que prudentemente a guiara no govêrno da pátria por ambos tão estremecida. Era ela própria que morria ali um pouco com êle. Entrava o ocaso. Sua vida não seria mais dora avante senão a grisalha de um tristonho crepúsculo.

Em 1897 adquiria o Conde d'Eu o "petit hotel" onde moravam em Boulogne-sur-Seine e onde desde logo se agrupou a pequena côrte do exílio formada por brasileiros também exilados ou de passagem em França. "*A casa mais brasileira de Paris*", anota com razão Pedro Calmon. Foi ali que acabaram de se educar os seus três filhos. Ali que viu nascer os seus primeiros netos. Só em 1905 pôde, no entanto, reentrar Gastão de Orleans na posse do Castelo d'Eu, mansão histórica e bem patrimonial de sua família onde o régio casal



foi solarengemente abrigar os velhos dias. Ali a veio ferir, no fim da guerra de 1914, a morte de Dom Antônio, seu filho mais moço, tombado num vôo de reconhecimento na Inglaterra e, meses mais tarde, o falecimento de Dom Luiz, o príncipe escritor, herdeiro presuntivo de seu trôno, vitimado por moléstia adquirida em serviço de guerra, na lama gelada das trincheiras do Yser.

Ao traumatismo dêsses dois reveses consecutivos o organismo combalido fraqueou. Cada vez mais retirada no sossego senhorial do seu castelo vivia a Princesa, ou antes, Isabel, Condessa d'Eu, como sempre se assinou, a quadra final do seu destino, quando um último raio de alegria lhe iluminou a velhice acobrunhada de saudades. Foi quando, a 3 de Setembro de 1920, foi-lhe comunicado ter sido revogado por um decreto do Dr. Epitácio Pessoa, então Presidente da República, o banimento da família imperial e autorizado o Poder Executivo a trasladar para o Brasil os despojos do Imperador D. Pedro II e de sua esposa Dona Thereza Cristina.

Era "*a justiça de Deus na voz da História*" tão confiantemente invocada pelo seu grande Pai nas horas sofredoras do exílio, que se começava a fazer sentir. Esta medida, de tão denodada equidade e de tão amplo descortínio político que já, em 1906, encabeçada pelo republicano Coelho Lisboa, fôra proposta no Senado Federal da República, teve uma repercussão formidável de simpatia unânime e de aplauso incondicional. O tempo já dera tempo ao tempo de exercer a sua ação sedativa e pacificadora.

À medida que os anos haviam passado e, dentro da República estabilizada, se processara ao apaziguamento da distância e do fato consumado, a figura ímpar da Redentora foi crescendo na reverência dos pósteros e o Brasil co-

meçou a fazer justiça à sua preclara filha, reconhecendo o que houve de dignificante, de extraordinário, de bem-nosso, na decretação e execução de uma reforma que aos Estados Unidos custou sete anos de luta fratricida da Guerra de Secessão. A Abolição, conseguida entre nós por meios legais nessa abso-luta e edificante concórdia do governo e do povo, constitui um dos mais altos padrões da elevação moral e das tendências humanitárias e liberais do caráter brasileiro.

A Princesa Isabel simboliza imperi-almente êste caráter. Tudo isso foi dito na imprensa da Capital e dos Estados, em comentários elogiosos à nova alvissareira. Uma voz, porém, a tôdas sobrepoujou pelo entusiasmo, a autoridade, a vibração cívica do seu clamor. Esta voz, — não me levareis por cerot a mal que eu aqui neste recinto, comovidamente o recorde — foi a do Conde de Afonso Celso, o moço abolicionista de antigamente, o paladino da causa monarquista no Brasil republicano que, como presidente e orador da Comissão de recepção aos corpos imperiais, escreveu uma série de artigos relevantes, rememorando o que devia a Nação àquêles que voltavam mortos à terra que, vivos, tão longo tempo haviam servido e amado. Tanto quanto as grandes dôres, podem matar as grandes alegrias. O coração enfraquecido da Princesa não suportou esta última grata emoção. Adoeceu, não lhe sendo permitido pelos médicos acompanhar ao Brasil o Conde d'Eu e o Príncipe Dom Pedro na tras-ladação dos imperiais despojos, efetuada aliás com tôda a pompa e honras oficiais. Estava escrito que Isabel, a Redentora, nunca mais tornaria à pátria longínqua... No dia 11 de Novembro de 1921, saindo para o seu passeio de carro nos arredores do castelo, a Princesa apanhou frio. Teve de acamar-se.

Declarou-se a congestão pulmonar. O organismo fatigado pela idade e pelos desgostos não resistiu. Monsenhor Delcir, o capelão que na agonia a assistiu, narra que, nos últimos instantes, seu espírito voltou às cenas de seu passado e à preocupação máxima de sua vida, murmurando: — “O meu Gaston me disse: não assine... Ele tinha razão. Mas eu não podia atender. Os prêtos contavam comigo. O Brasil estava à espera... Dizem que foi impolítico... Não me parecia... Só queria servir o meu país... Acha que fiz mal?...”

— Não, não fez mal, — assegurou o prelado comovido — antes fez muito bem. Fique em paz, minha filha, agiu pelo melhor.”

E foi na paz de bem-aventurança prometida aos que “sofrem perseguição por amor da justiça” que, no dia 14 de Novembro de 1921, entrou Sua Alteza Sereníssima a Princesa Dona Isabel na serenidade do eterno repouso.

“*Mériter des couronnes c'est plus que d'en porter*” — disse um pensador. E' uma triste verdade em nosso mundo imperfeito, que toda corôa de glória tem de ser primeiro corôa de espinhos. A perda do trôno e o exílio assim o foram para Dona Isabel. Mas o exílio, no dizer judicioso de Hermes Vieira: “é um palco onde uma grande alma se purifica na mais alta ascensão. Foi no exílio que a Princesa reinou verdadeiramente a sua realza excede o principado político das três Régências.” Foi no exílio que ela deu a medida da sua têmpera superior e da sua magnanimidade e, no exílio, imorredoramente se radicou entre as mais puras e altas figuras, não somente da História do Brasil, como na do continente americano. Minhas Sras. e Srs., permiti que, ao terminar, agradecendo a longa atenção que me prestastes, eu vos traga sobre a Princesa Isabel o meu testemunho pessoal. Em 1897,

as agitações políticas que determinaram o assassinato do Coronel Gentil de Castro, forçaram o Visconde de Ouro Preto e seu filho Afonso Celso a se refugiarem outra vez em Paris. Muito menina ainda, acompanhei-os eu nesta viagem. E foi aí que tive ensejo de conhecer numa visita a Boulogne-sur-Seine, a Princesa de quem tanto e tanto ouvira falar.

E' esta impressão de criança, remota mas indelével, que neste poema traduzi:

### *O beijo da Princesa.*

Devia aparecer e appareceria com certeza  
Num longo manto de veludo  
Sôbre o claro vestido de cetim.  
O grão Cordão da Rosa, à tiracólo,  
O diadema de pedras cintilantes.  
E na mão delicada  
Essa mão de Regente que numa hora de  
[glória inequalada]

A lei Áurea assinara,  
O estro imperial...

Era assim que a via quando falavam  
[nela]

Majestosa, Hierática e solene  
Pois, princesa afinal,  
Só pode normalmente ser assim.  
No salãozinho de Boulogne-sur-Seine,  
Entre os brancos reposteiros braçoados  
Com a corôa e o monograma de ouro,  
[era assim que sonhava  
E esperava a Princesa.]

Os outros eu não sei como a aguar-  
[davam,

Eu era só assim que a imaginava  
No salão  
Cheio de cousas do passado  
que da pátria remota nos falavam  
Já meu pai recordara,  
Apontando uma mesa com medalhões de  
[Sèvres em seu bronze iustrados:  
— “E' a mesa da Abolição”  
E, de repente,  
Afastando a cortina, uma dama asso-  
[mara..

De porte erecto ainda,  
O cabelo grisalho singelamente penteado  
E, corpulenta embora  
Tinha em si qualquer cousa de inexprimivelmente senhoril.

O seu vestido preto  
Fazia mais azuis seus dôces olhos, de  
[onde

As lágrimas saltaram insopitavelmente.”  
Postos de pé, num silêncio de funda co-  
[moção,

Durante alguns instantes  
A Princesa Isabel vimos chorando...  
Depois, a pouco e pouco o pranto domi-  
[nando:

— “Visconde, —  
— Sorriu a meu avô estendendo-lhe a  
[mão.  
— Dê-me notícias do meu Brasil”.

.....  
Não, não era moça, nem era bela,  
Não trazia a corôa, o ceptro, o manto.  
Nada de aquilo tudo com que a enfeitava  
[ra na imaginação

Mas diante dessas lágrimas choradas  
Tão simplesmente, assim à brasileira.  
Lágrimas de saudade e de lembrança  
Jorradas

Do próprio coração  
Pela presença ali dêste velho Ouro-  
[Prêto

Fiel até ao fim,  
Eu compreendi, no entanto,  
Que era esta a Princesa verdadeira  
Mais grandiosa e mais linda  
Nessa velha Senhora — tão senhora.  
Do que a resplandecente e teatral Alteza  
Da minha fantasia.

Era Isabel a Redentora, nossa Princesa  
[que, por toda a vida  
Eu nunca mais esqueceria...

Deu-me um beijo na testa à despedida  
E, durante dois dias, eu num enlêvo  
[extasiado e mudo  
Não quiz lavar o rosto, — ho! birra de  
[criança

que ninguém compreendia... —  
Para não apagar o beijo da Princesa.

—  
Vêde, como são fantasistas as causas  
na imprevisibilidade dos efeitos. Foi  
êsse beijo talvez que, germinando pelo  
tempo adiante, veio desabrochar hoje  
aqui nesta conferência... Porquanto, a  
medida que o conhecimento da História,  
o exercício das comparações, a observa-  
ção dos homens e a experiência do mun-  
do me foram ensinando e esclarecendo,  
não se desencantou nem arrefeceu o  
culto ingênuo da menina de outrora.  
Pelo contrário. A Princesa Isabel con-  
tinuou a ser, vida em fóra, como até  
hoje é e deve ser para todos nós, a fi-  
gura excepcional de soberania e de mu-  
lher, a única a ter direito no continente  
e no mundo, a êste belo nome de Reden-  
tora, que os seus inimigos até hoje lhe  
querem negar, mas com que o Brasil re-  
conhecido a ungiu e consagrou. E, como  
nos versos da letra com que a saúdo no  
*Hino da Princesa Isabel*, que deverá ser  
cantado no próximo dia 29, podemos tô-  
dos, creio, em verdade dizer:

“Ninguém mais nós da América acha-  
[mos  
que alcançasse tão alto laurel.  
Brasileiros, o orgulho tenhamos  
De ser nossa a Princesa Isabel!”



## A REDENTORA E OS ABOLICIONISTAS (\*)

CAROLINA NABUCO

A Redentora e os Abolicionistas...

Esse é um tema que, como sabeis, me toca de muito perto. Nenhum aspecto da figura histórica da Princesa Isabel me poderia ser mais grato a tratar, do que este, em que ela aparece no seu papel mais glorioso, de Redentora de uma raça e cercada de um grupo de idealistas e lutadores, que incluía meu Pai.

Entre os títulos e alcunhas, pitorescos ou enfáticos, que o povo costuma dar aos Reis e Príncipes, para os caracterizar na história, poderá existir algum mais glorioso do que este, Redentora? E entre esses alcunhas haverá algum que tenha sido dado mais adequadamente, algum mais merecido do que foi este pela princesa, brasileira, que deu a liberdade a milhões de criaturas escravizadas?

E' muito sugestivo este vocábulo de Redenção. A mim parece que, para ter sua amplitude toda, ele deve dar uma idéia não só de libertação, mas de sacrifício dos dois lados, não só do lado oprimido, mas do lado do Redentor também, isto é, que este pague um preço pela Redenção, pela liberdade que ele confere. E isto a Princesa fez. Pela redenção dos escravos no Brasil, pagou um preço altíssimo. Seu trôno. E por isso, pergunto se jámais um título, tão nobre, foi mais merecido do que este, que traz perante a história, Isabel, a Redentora.

Fôra da Abolição, que lhe deu a imortalidade, Dona Isabel exerceu perfeitamente seu papel neste mundo, como

princesa, como mulher e como brasileira. Mas foi realmente a Abolição da Escravatura que deu a esta Princesa, que não chegou a reinar, e apenas exerceu a regência por curtos períodos, uma glória que é seguramente, igual à dos dois Imperadores Brasileiros, e que a coloca no mesmo pedestal que seu avô, Pedro I, que fez a Independência do Brasil, e do seu pae, Pedro II, que unificou o país e o governou em sessenta anos de consolidação nacional e de primazia incontestada entre as nações da América Latina.

Coube à Princesa Imperial assinar, a dezessete anos de intervalo, como Regente do Império, durante viagens do Imperador, as duas grandes leis que extinguiram a escravidão no Brasil, a de 1871 que libertou os nascituros, filhos de escrava, de modo que ninguém mais nasceria escravo no Brasil, e a de 13 de Maio de 1888 que declarou extinta a escravidão em nossa pátria.

Mas na primeira dessas duas leis, a lei do Ventre Livre, o papel da Regente foi relativamente pequeno. A vitória fôra parlamentar e destacadamente de Rio Branco pai. A Princesa limitou-se, como costuma acontecer nas monarquias constitucionais, sob o regime parlamentar, a subscrever o que as Câmaras re-

---

(\*) Conferência pronunciada na sessão de 22 de Julho de 1946, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

solveram. Se seu papel em ambas as leis, se tivesse limitado a isso, ela teria merecido do mesmo modo o título de Redentora, porque ela é quem teria tido que pagar o preço, de qualquer maneira.

Mas, na lei de 13 de Maio, seu papel, longe de se limitar a isso, a aprovar, a assinar, foi como me permitireis lembrar, numa curta resenha dos fatos, propulsor e decisivo.

A glória de assiná-la não foi, como para a lei do Ventre Livre, uma dessas glórias que, providas do nascimento ou de outro factor fortuito, não engrandecem como as glórias conquistadas. Não. A lei de 13 de Maio, que declarou extinta a escravidão no Brasil, foi obra da Princesa, tanto ou mais quanto a que de qualquer outra pessoa.

Antes de lá chegar, seja-me permitido lembrar que a Princesa não tinha gosto nem atração pela política. Bem diferente nisso de sua contemporânea da Inglaterra, a Rainha Vitória, a quem os debates políticos apaixonavam, Dona Isabel parecia destinada a exercer o Governo com um mínimo de intervenção, como lhe competia pelo regime parlamentar, e sem impetuosidades nem paixões.

Que não lhe agradava a política, nem a ela, nem ao Conde d'Eu, está dito expressamente, e mais de uma vez pelo próprio Consorte, nas suas cartas a seu pai, o Duque de Nemours, publicadas por Alberto Rangel na sua biografia do Príncipe. Entre as informações preciosas sobre a vida íntima da família Imperial e seu modo de sentir, de que o livro está cheio, encontra-se esta, — de que o Imperador raramente falava de política com a filha e o gênro. Aliás, conta o Conde d'Eu que Dom Pedro conversava em casa, preferindo ler em voz alta para a família trechos literários de sua predileção, ou livros recém apreciados em França.

O Conde d'Eu, dando notícia a seu pai, o Duque de Nemours, do regresso do Imperador ao Brasil, depois da Regência em que fôra assinada a Lei de Ventre Livre, menciona um exemplo significativo dessa atitude do Imperador. Voltando ao Brasil, Dom Pedro não se lembrou de se informar com a Regente, sua filha do que se passara em sua ausência, preferindo, como estranhou o Conde d'Eu, dirigir-se directamente aos Ministros. E o Conde d'Eu, estranhando-o embora, conclui, na mesma carta a seu pai, "Nous ne nous en plaignons pas, car nous avons la politique en horreur".

Travara-se no Parlamento, durante a ausência do Imperador, uma grande batalha, com os chefes a postos, os partidos tomados, a questão debatida. E, o Imperador, regressando a uma pátria onde não nasceriam mais escravos, em vez de se informar de tudo com a filha querida, que assinara a lei, preferiu dirigir-se a seu primeiro Ministro.

Outra prova de que os interesses da Princesa e sua felicidade não estavam no exercício do poder, nem nas combinações de política, mas nos encargos de mãe de família, de dona de casa, de esposa e filha extremosa, nos passeios campestres, nas reuniões íntimas, nas sessões de música, de que era apaixonada, encontro-a, confirmando a autoridade da palavra do Conde d'Eu, no diário de André Rebouças, nas páginas escritas a bordo do "Alagoas", o navio que levou a família Imperial ao exílio, depois da proclamação da República. Registrando sem comentários, palavras de Dona Isabel, ao se afastar, tristíssima, da pátria, êsse documento mostra que não era do poder nem das lutas que ela levava saudades, mas de sua vida tranquila, e sobretudo de Petrópolis. São palavras bem femininas, cheias de tristeza, estas que Rebouças transcrevia, logo depois de ouvi-las.

“Que saudades do Brasil tão bonito”, dizia a Princesa, “que saudades de Petrópolis, de minha casa, do meu jardim, de minhas amigas”...

A indiferença de Dona Isabel pelas manobras e detalhes da política é claro que não se traduzia em indiferença pelos grandes e reais problemas brasileiros, como era o da escravidão. Ela conservou, no entanto, por muito tempo, diante do movimento abolicionista, uma atitude de neutralidade, atitude que lhe competia, mórmente não estando no exercício de Regência, como não estava mais no período de maior crescimento do partido.

Não podia demonstrar simpatia pública pela ação do pequeno grupo, que crescera à margem dos dois grandes partidos políticos, grupo chefiado no Parlamento por Joaquim Nabuco e na imprensa por José do Patrocínio, e que acabou conquistando a opinião nacional e o apôio dos dois partidos, — o liberal desde o ano de 1884, como Dantas, e o conservador em 1888, com João Alfredo.

Não podia a Princesa lhes mostrar ainda a simpatia que seu coração caridoso não podia deixar de sentir pelos oprimidos e pelos que os defendiam. Os abolicionistas, no entanto, adivinhando talvez essa simpatia, e, em todo caso, cientes de que seu apôio lhes poderia ser precioso junto ao Imperador, seu Pai, muitas vêzes escreviam ou falavam com os olhos nela e na sua ação possível.

Tenho aqui um artigo de J. Nabuco de 1886, em que apelava pessoalmente para a herdeira de Pedro II, cuja atitude, nêste respeito, era ainda, como a da Igreja, de uma extrema discrição. O artigo apareceu justamente no aniversário da Princesa, em 29 de Julho de 1886, isto se figurou a Nabuco um bom pretexto para dirigir-se diretamente a ela. Nêsse dia, no jornal “O País”, onde

êle conduzia uma coluna diária, comentando as sessões do Parlamento, e registando tôdos os abusos dos senhores de escravos, apresentando à indignação do público os aspectos mais revoltantes da escravidão, Nabuco denunciava o caso de quatro escravos que haviam sido condenados pelo Juri da Paraíba do Sul a tresentos açoites, e dos quais acabavam de falecer dois em consequência dêsse castigo.

“Será triste, escrevia o chefe abolicionista, “será triste para a Princesa Imperial ler esta notícia no dia de seus anos, e eu sinto profundamente dever publicá-la hoje; mas êsse quadro habilitará a futura Imperatriz a conhecer a condição dos abolicionistas no reinado de seu pae”.

Dona Isabel o compreendia de certo tão bem quanto o melhor dêles. Apenas não o podia mostrar pelas dificuldades de sua posição. Aquela que Patrocínio chamara depois, tão lindamente, “A Loura Mãe da Raça Negra”, mantinha ainda sôbre essa questão incandescente, a discrição que competia à Coroa por motivos políticos.

Nela, porém, lá se concentravam as esperanças dos abolicionistas, mais que no seu Pai, que pela idade e a prudência, já agora difficilmente abandonaria aquela sua atitude imparcial, que, com toda sua simpatia pela causa da abolição, o fizera dizer a Dantas, em 1884, incumbindo-o de organizar uma lei gradual de emancipação. “Se o senhor quiser correr, Senhor Dantas, eu o puxarei pela aba da casaca”.

Não assim a Princesa. Era mulher e deixava-se arrastar pelo coração. Acabou mostrando, de modo cada vez mais inequívoco e por fim até imprudente, que seu modo de sentir era o mesmo que o dos abolicionistas. Ela que, nos assuntos de Estado, preferia em geral deixar-se guiar pelo alvitre de seus conselheiros políticos, nos problemas em



que eles estavam mais enfiados que ela, neste se julgava; e com razão, tão apta quanto os estadistas, a decidir, mais apta do que aquêles que davam preferência sobre sentimentos humanitários a argumentos de ordem econômica, política ou o que fôsse.

Quando se iniciou a terceira regência da Princesa Imperial, em 1887, partindo o Imperador para a Europa, em busca de melhoras para a sua saúde, Joaquim Nabuco lembrou-se de mais um recurso para apressar a ação da Princesa nesta questão. Teve a idéia de ir a Roma, nas férias parlamentares, a ver se conseguia do Papa Leão XII uma encíclica condenando a escravidão. A Princesa, como todos sabiam, era filha submissa da Igreja e, depois de uma manifestação do Santo Padre, não poderia mais hesitar. Partiu, portanto, Nabuco e conseguiu a promessa que desejava de Leão XIII. A encíclica mesma demorou um pouco, mas a longa entrevista com o Papa, que Nabuco transcreveu logo, publicada no jornal "O País" em Fevereiro de 1888, entrevista em que o Papa, além de prometer a encíclica falou do modo mais claro e mais sábio, foi de efeito sensacional.

Antes disso, porém, os acontecimentos já se haviam precipitado no Brasil. Nabuco, ausente, não sabia a que ponto as coisas já haviam chegado. No ponto em que se achavam, a Princesa teria feito o que fêz, de qualquer modo e na primeira ocasião. A manifestação do Papa já não tinha para ela senão o significado de um estímulo a mais. Reconheceu-o Joaquim Nabuco, contando esta sua visita a Roma no seu volume de memórias, *Minha Formação*.

"Eu não esperava, explica ele em *Minha Formação*, "eu não esperava que a hora da Abolição estivesse tão prestes a soar, e tinha pedido a Leão XIII (na desconfiança de que a Regência era um

vice-reinado e o vice-reinado da escravidão) uma palavra que movesse o sentimento religioso da Princesa... Como eu estava enganado! Continua Nabuco "e quem não estava a começar pelo próprio Presidente do Conselho".

O Presidente do Conselho, a quem Nabuco aí se refere era o Barão de Cotegipe, que, quando a Princesa assumiu a Regência, já estava com dois anos de poder, governo longo para o nosso regime parlamentar. E parecia forte por muito tempo ainda.

Partindo para a Europa, em companhia da Imperatriz, nunca Dom Pedro poderia imaginar a rapidez com que se ia concluir no Brasil uma verdadeira revolução.

Em fins de 1887, porém, o Governo começou a perder prestígio, indicado por vários indícios, enquanto que o movimento abolicionista adquiria prestígio sob todos os aspectos e cada vez mais lume de memórias, *Minha Formação*.

Depois de uma longa repressão sob o regime conservador, os esforços de longos anos dos abolicionistas, sua atividade nos jornais, no Parlamento, nos comícios, nas subscrições, por todos os meios, enfim, de propaganda, começaram a dar frutos surpreendentes. Era a súbita e múltipla frutificação da sementeira de longos anos preparada pelo abolicionismo, o entusiasmo em todo país pela idéia da libertação dos escravos, entusiasmo que se pressentia nas ruas, junto ao povo, nas redações, nos lares, e, entre esses, muito especialmente, no lar da Princesa Regente.

Em Petrópolis, foi a Princesa que iniciou e dirigiu, por meio de festas de caridade, a libertação de todos os escravos do município, celebrada em 1.º de Abril de 1888. Os pequenos príncipes, seus filhos, num jornalzinho que eles mesmos redigiam e imprimiam no Paço, numa pequena máquina tipográfica que

lhes mandara o avô francês, mostravam-se abertamente abolicionistas.

As cartas do Conde d'Eu a seu pai, sempre minuciosas, dão notícia dessa evolução.

“O sentimento geral, escrevia o Príncipe, em Setembro de 1887, “pronuncia-se cada vez mais, no sentido de uma breve solução, e se o Governo não a tomar em mão, seremos levados à cisão do partido conservador, ou às mais graves agitações”.

Enquanto isso chegavam da Europa notícias cada vez mais alarmantes sobre a saúde do Imperador. A responsabilidade da Regente, quasi Imperatriz, crescia conseqüentemente.

Em Outubro de 1887, cinco meses antes da crise ministerial, criada pelo abolicionismo, o Conde d'Eu, escrevendo a seu pai, referia-se novamente à necessidade do Governo tomar uma iniciativa antes das próximas Câmaras.

Essa iniciativa, o Governo Cotegipe não tomaria, ou se tomasse, seria de um modo totalmente insuficiente para as exigências do momento, tanto do povo como dos abolicionistas.

Tomou-a, então, a Princesa. Achan-do-se fechadas as Câmaras, Dona Isabel provocou e aceitou a demissão do ministério anti-abolicionista e substituiu-o por um ministério favorável à Abolição, o que importava evidentemente num risco, além de ser uma iniciativa que não competia propriamente à Corôa, devendo antes ser do Parlamento.

Foi ela, assim, quasi exclusivamente responsável pela Abolição da Escravidão, naquêllec momento, isto é, multíssimo, mais depressa e de um modo muito mais completo do que teria sido possível em quaisquer outras circunstâncias.

Provocou a crise ministerial com uma carta ao Barão de Cotegipe, exigindo a substituição do seu chefe de polícia, Desembargador Coelho Bastos,

sobre quem, pelo cargo que occupava, se concentrava o rancor dos Abolicionistas. Esse pedido da Princesa assinalava a mais perfeita identidade de vistas entre ela e os Abolicionistas, que muitos chamavam os inimigos da ordem. O Desembargador Coelho Bastos havia sido agente fiel do Governo, na repressão ao abolicionismo. E a Princesa não ignorava que ela estava fazendo, ao Barão de Cotegipe, uma exigência à qual, forçosamente, por coerência e dignidade, como verdadeiro estadista do Império, era obrigado a preferir a demissão de todo o Ministério. A Princesa aceitou prontamente essa demissão esperada, e convocou outro chefe conservador, João Alfredo, para organizar o Governo que seria o da Abolição, o Ministério de 13 de Maio.

Chamando João Alfredo ao poder, a Princesa sabia que chamava quem, justamente, por ser conservador, podia pedir o máximo, sem que nenhum partido lhe negasse apôio e sem receio de contradições. E assim tornou-se possível, logo que se reuniu o Parlamento, a libertação imediata e completa, sem prazo, entrando em efeito desde o momento da assinatura da lei, e sem indenização aos proprietários.

O fato desta mudança de Governo se ter processado sem conhecimento ao Parlamento, que não se achava reunido, foi uma alteração completa dos costumes políticos. Mas foi a essa alteração que tornou possível o 13 de Maio. Se a Princesa não tivesse tomado essa atitude, se tivesse esperado a abertura das Câmaras, a solução teria sido provavelmente e habitual moção de confiança, resultando, ou na vitória de Cotegipe, ou na queda dos Conservadores. Dar-se-ia neste último caso a volta ao poder do partido liberal, seguida da também habitual dissolução do Parlamento, com novas eleições e meses de

demora. E não é só isso. O partido liberal teria encontrado as maiores dificuldades em fazer a Abolição como foi feita, de modo tão completo. Bastaria que o projeto viesse dêles para incorrer na pecha de liberalismo excessivo, de que os Conservadores não podiam ser suspeitos. Como poderiam os liberais propôr, sem receio de contradição, sem ataques da opposição, uma lei como a que tivemos, sem prazo e sem indenização, entrando em efeito no momento da assinatura da lei e sem nenhuma compensação aos proprietários, de acôrdo com o princípio dos Abolicionistas, ditado por Patrocínio: “A escravidão é um roubo”?

Sem dúvida foi duro para o partido liberal estar afastado do poder nêsse momento culminante e yêr os adversários realizarem triunfalmente um programa legitimamente seu. Mas( se em vez dos Conservadores, viessem os liberais ao poder, teriam encontrado obstáculos de outra monta. Se fôsem êles os autores da proposta, então os protestos mais ou menos passivos dos chefes conservadores dissidentes, como que Cotegipe e Paulino de Souza externaram até a última discussão da lei, teriam tido outra repercussão no país e certamente outro calor. Se fôsem dirigidos a adversários, em vez de a partidários, os discursos no Senado de Cotegipe e Paulino, teriam, em vez de registar pessimismo, provocado debates, cujas conseqüências poderiam ir longe.

Assim, além da demora, ter-se-ia, talvez, tido uma lei que, após debates e concessões de parte a parte, não satisfizesse a ninguém, como foi a de Saraiva de 1885, que principiando pelo projeto de Dantas de libertar os escravos de sessenta anos, programa já modesto, viu-se obrigado a restringi-lo ainda, estendendo essa idade aos sessenta e cinco além de, para conciliar os senhores

de escravos, que cedendo tão pouco ainda o faziam de tão má vontade, introduzir uma cláusula odiosa, legitimando a propriedade dos Africanos introduzidos clandestinamente depois da Abolição do tráfico, propriedade de fato mas que os Abolicionistas nunca reconhecerem.

Para fazer a abolição, mas com os conservadores no poder, e os liberais na opposição, como poderiam êstes deixar de dar apóio à lei tão bela, mesmo feita por adversários? Como demonstrar menos largueza de vistas, e deixar de apoiar, foi o que fizeram, por honra sua, sem restrições, um projeto de maior liberalidade?

Pode-se também quase afirmar que se o Imperador tivesse regressado ao Brasil tês meses mais cêdo, a solução não teria sido a mesma. E’ provável que Dom Pedro II se tivesse cingido às normas usuais e que absolutamente não provocasse, que talvez até nem aceitasse, a demissão de um Ministério na ausência das Câmaras, sem portanto que fôsse ouvido o Parlamento. Não que o Imperador tivesse menos desejo que sua filha de ver o Brasil liberto da chaga da escravidão, mas não era do seu temperamento prudente, nem da idade avançada a que chegara, fazer o que ela fez. E assim talvez a Abolição não tivesse vindo tão depressa e até talvez a monarquia não tivesse tido tempo de fazê-la.

O certo é que Dona Isabel mereceu conquistou, ganhou seu título imortal de Redentora e deu à dinastia dos Braganças no Brasil e à nação brasileira uma de suas glórias mais puras.

A Abolição, como foi decretada, sem indenização aos senhores, sem prazo de nenhuma espécie, entrando em efeito imediatamente, de um momento para outro, ao ser assinada a lei era a solução que os Abolicionistas queriam, que o Brasil pedia, embora, ao vez de



muitos, fôsse a mais arriscada. Foi recebida no meio de aclamações unânimes. Poucos tiveram coragem, mesmo em particular, de se manifestarem inteiramente contra ela.

E afinal não houve, como tanto preconizaram os escravocratas, nem desorganização na economia brasileira nem distúrbios na ordem. A lei declarando extinta a escravidão no Brasil, foi, por assim dizer aclamada. Empossado o Ministério João Alfredo, em 7 de Maio, já a 13 a lei estava em vigor, aprovada pelas duas Casas do Parlamento, e assinada pela Regente. Não se perdera um momento. Concedera-se dispensa, por proposta de Joaquim Nabuco, dos prazos habituais entre as discussões do projeto. Chegada à terceira discussão, a Câmara e o Senado reuniram-se ambos, embora fôsse em domingo, e aprovaram sucessivamente a lei cuja grandeza e importância não permitia espera, nem de horas. Enquanto a Princesa Regente aguardava no Palácio o momento de apôr-lhe sua assinatura, na última e decisiva formalidade, no Senado, o portavoz daquêles que ainda julgavam imprudente a medida vencedora, encurtava seu discurso, dizendo: "Não quero fazer esperar uma dama de tão alta hierarquia".

Aprovado por maioria esmagadora tanto na Câmara como Senado, o documento foi levado à Regente no Paço, numa projetória triunfante. Tantos os edifícios parlamentares, como o Paço Imperial da Cidade, no Largo do Paço, hoje Praça Quinze de Novembro, onde se encontrava a Princesa, estavam totalmente invadidos pelo povo em regozijo.

Nenhum palácio real teve jámais a acessibilidade da casa de Pedro II, ocupada no momento por sua filha. Naquelle dia os que não conseguiram ali penetrar por falta de espaço, ficaram

dando vivas na rua. Brancos e prêtos, ricos e pobres, monarquistas e republicanos.

O Brasil não vivera ainda horas de tão estreita união entre o povo e o Governo. Era uma identidade de sentimentos e de vistas como só se conhece nos momentos das grandes guerras e dos perigos. "E" — dizia Joaquim Nabuco, falando na Câmara dos Deputados, neste momento histórico, — "como se o território brasileiro estivesse ocupado pelo estrangeiro e êste de repente o evacuas-se e nos deixasse senhores de nossa vida nacional".

A Princesa chamou êste dia o mais belo de sua vida. Os pósteros concorrem nêsse juízi. O mais belo dia, com efeito. O mais belo para ela, para o seu primeiro Ministro João Alfredo, que traduziu do mesmo modo que ela o sentimento do povo e a manifesta vontade da nação. O mais belo dia também, sem dúvida, para os Abolicionistas que trabalharam por esta causa muitos anos e que agora viam chegar o dia esperado da vitória.

Entre a Corôa, representada por Dona Isabel, os políticos, representados ali por tôdos os partidos, e entre os Abolicionistas que hoje eram o povo, a união era completa. José do Patrocínio, o grande negro que fôra, desde o princípio, a voz do povo e de sua raça, ajoelhou-se aos pés da Redentora, tentou beijar-lhe a orla do vestido azul, e pronunciou um dos seus vibrantes discursos, um hino de agradecimento, em nome dos seus companheiros e do Brasil.

Nêsse dia não havia mais abolicionistas. Havia sômente brasileiros. A Princesa, dando a mão a beijar a Joaquim Nabuco, perguntava-lhe. "Então? Agora estamos reconciliados?"

Passou-se o 13 de Maio, passou o regozijo dessa transformação e regeneração do Brasil, que unira os brasileiros

na mesma emoção, como se formassem uma só onda humana. Dividiram-se depois novamente as correntes, cada uma por seu lado. Um dos prognósticos sombrios que se fizeram, quando se falava, em Abolição, iã se realizar. Era o que dizia respeito à quêda da monarquia.

Houve depois do 13 de Maio, um reagrupamento das forças políticas. A tendência republicana surgiu logo indistincta.

Depois de convergirem para a Abolição e para a Redentora, muitas partes significativas do pensamento novo, o movimento da mocidade, sobretudo, voltou-se para a República vendo no 13 de Maio não um fim, não apenas um grande ideal realizado, mas o primeiro passo para reformas maiores, um pórtico para a República.

A 13 de Maio os brasileiros republicanos eram poucos ainda. Um ano depois seriam legião.

A família imperial foi das primeiras a sentir a mudança. Aconteceu-lhes ouvir na rua vivas à República. A Princesa Imperial foi assim desacatada, em frente da Escola de Medicina, pelos estudantes que a haviam, a 13 de Maio, aplaudido freneticamente.

Essa mudança de situação levou a Confederação Abolicionista, cuja razão de ser não existia mais, tendo-se já recolhido aos museus e às igrejas os pendões e estandartes de suas agremiações, a convocar uma reunião extraordinária. Conscientes de sua responsabilidade no movimento que se levantava, votaram seus sócios a seguinte resolução:

“Resolve a Confederação Abolicionista tomar como cousa sua tudo quanto diga respeito às pessoas augustas que tanto serviço e tão desinteressadamente prestaram à emancipação dos cativos e ao resgate da honra nacional.”

Agora, perante o perigo que corria a monarquia, a atitude de muitos Aboli-

cionistas era de mais justificada apreensão, unida a um sentimento de responsabilidade por não poderem mais frear aquilo que elles mesmos haviam pôsto em caminho.

A República vinha, e nada mais podia sustentar-lhe o progresso. A primeira grande reforma dera o apetite de outras. Em vez dos estandartes das Agremiações Abolicionistas, levantara-se um lema novo, uma imagem nova, em todo o horizonte brasileiro, a imagem da República. Cultiva pela palavra dos oradores e dos jornalistas, a visão decantada, dia a dia se aproximava, concretizava-se, aformoseava-se. A Monarquia, sendo real e tangível, sofria forçosamente com a comparação dêsse ideal ainda por experimentar.

Mas a grita dos republicanos que era sobretudo a mocidade, teria demorado muito em vencer, se não houvesse surgido a apoiá-la o despeito daqueles que se julgaram espoliados de sua propriedade humana. Quando êsse rancor a fez ativo, e que as reuniões republicanas passaram a ter a presença de muitos fazendeiros, tornados um pouco menos ricos depois de 13 de Maio; quando os clubes da lavoura das províncias que realmente mais sofreram, como a província do Rio e muitos municípios de Minas, passaram a se associar ao movimento republicano, auxiliando financeiramente a propaganda, a que faltava justamente isso, um elemento rico para lhe fornecer recursos que não fôsses só os da palavra e dos sentimentos, o caminho estava tomado. Voltaram-se decisivamente contra a Monarquia aquelles mesmos escravocratas que haviam sido sempre a seu favor, enquanto julgavam que a monarquia era a melhor garantia da sua propriedade ilícita.

E não houve quase intervalo de tempo. Em Agosto, Nabuco, no seu costumeado artigo, referindo-se ao regresso d

Imperador da Europa, comenta o encontro do pai e da filha.

“Que tristeza entretanto nêsse abraço para quem pensa no sacrifício que a Princesa fêz do seu trôno no altar da pátria e da humanidade.”

E, na Câmara, dizia também Joaquim Nabuco:

“Considero uma fortuna para a monarquia, fortuna devida à alta inspiração moral da lei de 13 de Maio, ter nascido a agitação republicana do ressentimento de uma classe contra o maior acontecimento de nossa pátria.”

Numa carta escrita a uma pessoa amiga, seis meses depois da Abolição, meses portanto antes da República, Nabuco, externa seus projetos para o futuro:

“Viverei agora — escreve êle — tranquilamente, em minha terra, em Pernambuco, procurando convencer meus conterrâneos de não virarem republicanos. Preciso bater-me pela Princesa, a nossa Lincoln, como me bati pela Abolição. Parece-me muito curioso ver-me neste papel à primeira linha de coalizão monárquica. Se alguém me perguntar se sou monarquista ou republicano, em princípio, eu mesmo não saberei responder. A confusão está em supor que o ideal republicano se realiza melhor sob a forma republicana da América do que sob a forma monárquica da Inglaterra”.

Iniciou-se, depois de 15 de Maio, uma fase nova nas relações entre os Abolicionistas e a Redentora. Antes as relações haviam sido essencialmente políticas, e estas naturalmente acabaram com a ultimação da liberdade, mas restavam as relações humanas que só terminam com a morte. O laço criado em 13 de Maio entre a Princesa Isabel e o grupo de homens corajosos que haviam levado o abolicionismo, de um pequeno partido quase sem apoio até uma força

que arrastou o país, era um laço que o tempo não podia apagar.

Quanta glória a 13 de Maio! Quanta decepção depois para um coração sensível de mulher, como todos sabemos que era o da Princesa. Não ficaram com ela na hora do sacrifício e nos anos de exílio todos os Abolicionistas! Longe disso. Se assim fôsse, ela não teria perdido o trôno. Muitos dos abolicionistas tinham sinceros sentimentos republicanos e era portanto natural que êstes não ficassem com a Corôa. Outros, passaram-se para a República por oportunismo logo que a viram proclamada. Mas outros ficaram-lhe gratos para sempre, e não se puderam conformar com a idéia de que êsse dia de libertação do Brasil significasse tal sacrifício para aquela que tão generosamente assinara a lei histórica, que para ela, para a Princesa, foi também uma lei heroica.

Nunca a Princesa deixou de ter provas desta gratidão. No terceiro aniversário da lei áurea, em Paris, enquanto no Brasil se celebrava, como no anterior e como nos conseqüentes, a data com cerimônias civis, um pequeno grupo apresentou-nos a casa de Dona Isabel, para ler a Princesa exilada e destrônada, uma mensagem, em nome dos Abolicionistas, mensagem redigida por Joaquim Nabuco e que, melancolicamente, dizia:

“Sòmente para V. Alteza Imperial, o dia de hoje guardará a mesma irradiação luminosa. Para os que, até 15 de Novembro, só pensavam na desforra, êle agora não lembra senão a decepção da vingança. Para os escravos êle tornou-se um dia de luto, e para os abolicionistas um dia de expiação. Os escravos sentem na sua liberdade uma ferida, os abolicionistas na sua gratidão uma falta”.

Muitos consolos teve a Princesa na vida, muitos sentimentos de veneração e carinho inspirou ela, desde o berço, até



a velhice em que morreu, no exílio; muita gratidão inspirou a corações bem formados, mas entre êsses sentimentos de gratidão deve ter avultado a gratidão de brasileiros, que se consideraram toda vida seus devedores, não por nenhuma honraria recebida, não por nenhum cargo ou favor pessoal, opositoristas que foram até o 13 de Maio, mas apenas porque ela libertou os escravos do Brasil.

*André Rebouças*, abolicionista da primeira hora e que em certa época tivera pruridos republicanos, esperou a hora da desgraça para então fazer-se cortesão. Abandonando seu lugar de Professor na Escola Politécnica, sem se dignar pedir ao novo Governo a licença ou a aposentadoria que lhe teriam garantido o futuro, André Rebouças embarcou com a família Imperial no navio "Alagoas", o barco do exílio, e nunca mais voltou ao Brasil.

*Joaquim Nabuco* conservou sua fidelidade monárquica, não só durante a agitação, posterior a 13 de Maio, mas depois de proclamada a República, recusando por muito tempo todos os cargos e até a cadeira de deputado, para a qual seus fieis eleitores do 1.º distrito de Pernambuco continuavam a sufragá-lo.

Dêsses anos em que meu Pai viveu afastado da vida pública, entregue principalmente a trabalhos e estudos históricos, são inúmeros os trechos que eu poderia citar, acompanhando-lhe os sentimentos monárquicos. Nesse vasto campo, parece-me indicado escolher, por serem especialmente adequados a esta sala, onde foram pronunciadas por êle, umas palavras do seu discurso, quando foi recebido sócio dêste Instituto. Dizia então Joaquim Nabuco que um dos motivos que lhe fizeram aceitar a honra da indicação do seu nome foi um motivo que êle chamou de piedade nacional, e que êste Instituto, cultor da História, lhe suscitava.

Naquêles primeiros anos de República, a tendência nacional era, segundo apontou Nabuco nêsse discurso, considerar como as maiores glórias nacionais esquecendo a dinastia, as três figuras de Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. E então, disse êle, ao ingressar nêste recinto como sócio:

"Pareceu-me, senhores, disse Nabuco, que no momento em que o passado nacional corre o risco de ser mutilado, não que teve de mais glorioso, era meu dever entrar para esta instituição a qual o passado está entregue".

Passados dez anos, em 1899, Joaquim Nabuco aceitou um encargo da República, — defender os direitos do Brasil no litígio de limites com a Guiana Britânica, e, depois dêste, outros encargos diplomáticos. Seu espírito sereno chegara à "fase não partidária" como êle disse. Ademais, acreditava já, sinceramente na "finalidade republicana do continente americano".

"Guardei dez anos o luto da Monarquia, disse êle "mas o dela (da Princesa) e o do Imperador, guardarei eternamente".

Dêsses anos que ainda lhe restavam de vida, até morrer, antes da velhice, em Washington, como o primeiro Embaixador do Brasil, e que são os anos de sua vida de que me recordo melhor, guardo bem na memória a lembrança de sua veneração pela Princesa.

Na Embaixada de Washington, antes, onde estivesse, lembro-me desde pequenina, de ver um retrato da Princesa, uma fotografia que êle mandara aumentar em tamanho grande, e que conservava sempre no seu quarto, na mais bela moldura da casa.

Dona Isabel, se tivesse que asinar de novo a lei da Abolição, sabendo-lhe prevenindo-lhe as conseqüências, ela novamente a assinaria, novamente pagaria o preço. Isso não é simples conjectura

embora seja uma dedução natural. E' o que a Princesa mesma sentia e nunca deixou de dizer nos longos anos de exílio, de que nunca retornaria.

No fundo, a beleza tôda desta história de Abolição está no seu valor humano. O Brasil escreveu-a em letras de ouro na sua tradição. Ela não precisa de nada que a complete. Como tôda história realmente bonita, ela pode resumir-se em duas ou três fases, que sempre despertarão emoção. Tudo mais é complemento. Pormenores políticos, eru-

dição, disputas que sobrevivem, restos das paixões daquêles que então viviam, tudo isso pode ser dispensado. A vida de uma tradição não está nos livros nem nas conferências, mas na emoção que, com ou sem êles, um fato ou uma personalidade transmite de geração. Este fato da Abolição no Brasil, de que foi protagonista Dona Isabel, não precisa, para viver sempre na memória dos brasileiros, senão destas poucas palavras, ditas sem ênfase. "Ela libertou uma raça". Nada mais.

## VIDA E GLÓRIA DA PRINCESA ISABEL (\*)

PEDRO CALMON

Um século escoou-se desde aquella tarde — de 29 de Julho de 1846 — em que nasceu no Brasil uma princesa: e foi suficiente, êste imenso tempo, para que lhe florisse a vida num suave romance( três vezes as suas mãos gentis empunhassem as rédeas do govêrno, lhe sacudisse a delicada sensibilidade o temporal político, subisse galantemente os degraus do poder e os descesse com dignidade; conhecesse a esperança, a felicidade, a glória, o infortúnio, a calúnia, a injustiça, a ingratidão, o exílio; conquistasse na desventura a veneração, como no trôno a popularidade e a idolatria, para morrer humildemente, na sua penumbra de destêrro silencioso, e adquirir afinal, no julgamento grave e demorado da nação, a que servira com honra e ternura, o forte relevo que têm as santas mulheres das lendas cristãs!

Deus louvado, que assim é!

### *Retrato e caricatura*

Dos reis pouco, e mal se sabe, no compreensível mistério a que se refugiam êsses chefes de Estado, irresponsáveis segundo a Constituição, simbólicos e indiscutíveis onde a planta monárquica medrou de sua velha semente, em tôdo caso, arredios da publicidade irreverente como instituições, e não indivíduos. E' natural que menos se diga, e fale, das rainhas, ou que mais severo seja

o recato, em se occultam; e espêso o véu que as encobre. Vem disto o costume que, havia, ou persiste, nos regimes liberais, onde vicejaram, ou se mantêm, as monarquias, limitadas pelo parlamento democrático, de circular geralmente, não o retrato mas a caricatura, das testas coroadas. Esta faz-se da conjectura, do ridículo, na maledicência, e até, quando benévola, do exagêro grotesco de certo traço fisionômico, que passa a definí-lo — embora, tantas vezes, falso. D. Pedro II ficou na memória dos brasileiros nitidamente estampado, com a sua linha típica: o velho. A caricatura banalizou-o, dando-lhe o ar patriarcal, sonolento e inofensivo, do velho. No segundo Reinado, de 1870 em diante, o velho foi êle. Foi o grande velho do Brasil — com a volumosa cabeça de Habsburgo e as barbas mosáicas, de rabino nórdico; uma espêrie de avô do país; imagem complacente da boa velhice, antepassado vivo de um irrequieto povo cada vez mais jovem... Sua filha, a princesa Isabel, se alcançasse, na côrte brasileira, a idade ilustre da Rainha Vitória, talvez a pintassem com o mesmo jeito, de impertinente avó zangada e piedosa, como os ingleses se cansaram de dizer da outra, no tempo de Gladstone, para final-

---

(\*) Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 29 de Julho, data do centenário de nascimento da Redentora.



mente a sublimarem, na era do jubileu, comparando-a ao gênio familiar cuja longevidade era uma benção da Providência. Mas a caricatura preferiu amesquinhá-la: escarneceu-lhe a modéstia, de senhora discreta e devota, que, no seu lar pacífico, era igual às patricias também católicas, esposas e mães — e emprestou-lhe um apelido. *A fanática*. D. Pedro I proclamara a Independência: porém nunca deixou de ser o estroina. A caricatura não permitiu que elle tivesse mais de 22 anos — apesar dos 36, vividos ao sol e á chuva, na paz e na guerra, mensageiro afoito de idéias novas, no seu destino contraditório de apóstolo, caudilho, déspota, paladino e mártir... D. João VI fundara praticamente o Império: mas o que nelle havia risível superou o que havia de benfazejo — e a caricatura o deformou invertidamente, num personagem cômico. De D. Maria I ficaram os rosários de sua beatice; de D. Pedro I a grosseria rústica, de sua meia-língua; de D. José I a timidez; de D. João V, o esbanjamento; de D. Pedro II, seu pai, os touros; de D. João IV, a maldade sonsa e saloia, que libertou Portugal!

#### *Retábulo de altar*

Não importa, entretanto, a caricatura. Nem os contemporâneos fazem história. A perspectiva está no tempo. E' com o tempo decorrido que se dissipam os juízos temerários, cáem as máscaras, atenuam-se os rancores, sossegam os espíritos, a sentença se despe do interesse, que a invalida, e, no conceito público, a justiça substitue, a paixão, que o dominara. A posteridade julga em definitivo, e soberanamente. Nêste caso, o veredito purifica-se, nas elevações do civismo inacessíveis aos pequenos sentimentos, de si rasteiros, e estéreis. Afluem os depoimentos imparciais. Abrem-se, como

tesouros escondidos, os arquivos, referidos de surpresa e verdade. Arredam-se as prevenções. Os preconceitos desbotam-se. As frases feitas, em que andavam impressas, amedalhadas, as sentenças facciosas, já não soam bem aos ouvidos exigentes. O que tem o ressaibo dos ódios vivos ressumbra a bafio, antiguidade, vulgaridade; e a uma luz nova as coisas assumem a sua importância integral. Perde-se de vista a caricatura; e sobrevem o retrato. A princesa Isabel foi caricaturada em tôdos os tons da injúria política, que nada lhe perdoou, na sua compostura de senhora, na sua simplicidade de mulher, na sua inexperiência de regente, na sua condição de imperial herdeira; e em seguida retratada de corpo inteiro na auréola de "Redentora", a figura de porte airoso enublada de incenso, como os retábulos dos altares...

#### *Altos e baixos*

Doeu-se de a negarem tanto. Não a surpreenderia, porém, o contraste, do vitupério, de ontem, com a consagração, de agora. A sua vida foi um entrechoque de grandes regosijos e provações violentas, nos altos e baixos de um destino singular. Nascera para ser discutida. Não é em vão que dirige o Estado, três vezes, uma mulher, de índole pacata, mas enérgica; de coração brando, mas orgulhoso; de alma lavada de piedade, mas arrojada e intrépida. O que mais amou foi o que a sorte nunca lhe deu de todo: a mediania quase obscura de sua casa, onde havia risos de criança, melodias ao piano, gardênias na varanda, salão darte, chá às 5, conversação francesa — e paz. Tinha de sair inopinadamente dessa tranquilidade para a ribálta política, e do mesmo modo, retirar-se dela, e sem que lhe consultassem as disposições, para o espetáculo: era o

seu papel, e desempenhou-o! Na véspera, ignorada, no dia seguinte a Nação tódá a observava com uma curiosidade aflitiva. Entre a penumbra e a apoteose, não contava com as meias-tintas do amável retraimento. Sofreu silenciosamente as ofensas, que sofrem as rainhas, e deslumbrou-se com as alegrias, que se dedicam às heroínas. Não abriu jámais o coração em confidências indiscretas. Essa valorosa confiança, em si própria, que possuem os verdadeiros chefes, sublinhava-lhe de austeridade — o mais saliente traço masculino de sua biografia — o caráter inteiriço. Queria ser compreendida, sem ter de explicar-se. Desavieram-se na interpretação dela os estadistas que a trataram. Caberia aos vindouros entendê-la na coerência de sua função e na delicadeza de sua influência.

Habituarão-se, os contemporâneos, a criticar a princesa; preferimos louvar a mulher. O que faltou à frieza, prudente e hábil, do Imperador, de quem não se revelavam as emoções, sobrou à Princesa Isabel: foi a sensibilidade. Se a educação a moderou, para que fôsse imperatriz, a religião libertou-a, para que fôsse "Redentora". Mulheres do seu temperamento, não exercem o poder sem marcar fundamente a sua época com uma revolução sentimental. Levam consigo uma responsabilidade mística; a Fé completa-lhes o Dever; obedecem a vozes íntimas, como as que ouviu a Virgem de Orléans; crêem — com uma força que não conhecem os céticos — no caráter sobrehumano de sua missão; e deixam-se ser instrumentos de Deus. Este direito divino a Princesa Isabel cultivou com exímios cuidados; o divino direito de trocar a coroa pela glória — que, afinal, se lhe reduziu à grande conciliação, dela mesma com a sua consciência. O Brasil reconhece-o; e por isto a festeja, comemora e bendiz.

## *As quatro épocas*

A história da Princesa Isabel divide-se em quatro fases autônomas. A primeira, pouco interessa ao público, e vai da infância, em S. Cristovão, àquele momento grave em que, ausentando-se o pai, assumiu a regência do Império, em 1871. A segunda fase, é do esplendor dessa regência triunfante à melancolia e à mediocridade da vida interior, antes que, em 1888, pela doença do Imperador, fôsse chamada a governar soberanamente. A terceira fase foi a da Abolição. A última, abrangendo a queda do trono, o drama da expatriação, os lutos do exílio, a velhice calma, o ocaso distante, a solidão sem amargura e a morte sem testemunhas.

## *Casamento*

O decisivo acontecimento da primeira época de sua vida foi o casamento. A semelhança de Vitória, de Inglaterra, casou-se por amor. Vitória, porém, preferiu um Coburgo, ela um Orléans. A combinação fôra distinta. A tia Joinville, que ajudara poderosamente o imperador a resolver o problema matrimonial das Princesas Isabel e Leopoldina, limitara-se a recomendar os noivos, por suas qualidades. Como, porém, estava na moda, ser o príncipe-consorte um Coburgo, como o de Portugal, como o da Grã-Bretanha, se entendeu que Augusto de Saxe casaria com a princesa-herdeira, e Gaston de Orléans com a mais nova. Vieram-se; e, auxiliados pela perspicácia do Imperador, resolveram o contrário. Ela, desembaraçada, e voluntariosa, ficou com o lotino; a irmã, mais reservada, e sem êsses rompantes, com o germânico. Foi por isto que o casamento, tratado à revelia, como era de preceito, e já irremediável, com a chegada dos candidatos, se lhe tornou um êxito pessoal — e a sua primeira reação contra o silêncio, que as

conveniências, ou as tradições, impõem às princesas. Quis, e teve. O Conde d'Eu — aquêlê ameno e honesto Gaston, vergôntea marcial de um trôno velho, de príncipes novelescos — deu-lhe a vida a companhia fiel, o conselho prudente, o forte arrimo. E' verdade que lutou inutilmente com a impopularidade, a chacota, a estranheza, de quantos brasileiros não toleravam rei francês — com aquelas razões, que os londrinos tinham para detestar o Príncipe Alberto, e outras, latentes na desconfiança nacional. Para ela, porém, era o "seu Gaston", vítima, cheia de resignação, do dever constitucional dos príncipes-consorte, de serem mudos e omissos como sombras domésticas — e inteligente companheiro de tôdas as suas horas. A história do Conde d'Eu foi escrita por Alberto Rangel, mas, praticamente, já o estava, na coordenação de sua correspondência com a família, em que se mostra atilado, impetuoso, querendo aparecer, oprimido pela cena imperial, de que era ator, calado, misturado à massa coral dos figurantes sem voz — e, acima de tudo, cavaleiro, e Orléans. Disse-se que Dom Pedro II o mandou ao Paraguai para afamar-se, na parte final, e fácil da guerra, ganha... Devassado o arquivo do castelo d'Eu foi que se descobriu a carta da princesa ao pai, em que, desesperada, protestava contra a nomeação, acusando-o de imolar, às necessidades, o marido, que deixara de lado, quando queria êle correr os riscos da campanha, para chamá-lo, já o sacrifício sem beleza, e mortal... Enfim, os clarins da vitória lhe conclamaram o heroísmo, nos campos de batalha: Peribebúe e Campo Grande confirmaram-lhe os bordados de marechal; e puderam viajar de longada pela Europa, como um casal feliz...

Curta felicidade, aquela. Em Paris, atravessaram a cidade ouvindo grasnar a metralha; da Comuna. Assistiram na Áustria ao falecimento da pobre Leopoldina.

E voltaram para que Isabel subisse pela primeira vez — aos 25 anos — à chefia do Império, enquanto o Imperador, valetudinário, espareceria pelo estrangeiro as férias merecidas.

### *A Lei de 1871*

D. Pedro II confiara ao Visconde do Rio-Branco a reforma social por excelência àquêlê tempo, que era a extinção da escravatura quanto aos nascituros. A política, de regenerar a sociedade, pela extinção do cativo, desde 1867 era a sua política — contra a resistência interesseira dos partidos. Fêz-se, simultaneamente, a política das ruas, sendo a dos poetas, dos filantropos, dos estudantes, dos inconformados, na transição lógica, de precursores, Montezuma e Luiz Gama, para apóstolos e caudilhos. Natúco e Patrocínio. O Imperador teimava. Rio-Branco, em 1867 contrário à precipitação, pois se estava em guerra, em 1870 adotara a tese dos radicais, e para transformá-la em lei aceitou o govêrno em 71, sob a regência de Isabel. O seu ministério foi desenganadamente, revolucionariamente, o da "lei do ventre-livre", custasse o que custasse. Insinuara D. Pedro II, que não regressaria, se caísse nas Câmaras o projeto. A maioria a favor dêste era escassa, e dava estritamente para que houvesse o "quorum" regimental. Opunham-se — por um capricho das circunstâncias — alguns dos nomes mais ilustres da constelação intelectual do país, ensanhados no combate, menos pela propriedade servil do que pelo sossêgo, das classes conservadoras: Alencar, Perdigão, Malheiro, Ferreira Viana, Paulino... Rio-Branco precisava do apôio vigoroso da princesa para enfrenta-los; a campanha parlamentar, em que se desdobrou êsse drama político, teve as ressonâncias de um conflito nacional, entre o progresso, incon-



tinente, e a rotina, inabalável; e a 28 de Setembro o concluiu ela, apondo a assinatura à lei insigne. Não importava a cisão do partido dominante. Essencial era o princípio, que vingara. Não mais nasceriam escravos no Brasil. E associar-se fervorosamente a essa reabilitação. Tinha uma certa faceirice de compreensão familiar: o Conde d'Eu proclamara a libertação dos últimos escravos no Paraguai; a Condessa d'Eu extinguiu no bérço o cativo ainda existente no Brasil. Se nunca mais viesse a governar, a lei de 28 de Setembro lhe bastaria, para o conforto e a grandeza de seu princípio.

#### *Católica e senhora*

A “questão religiosa” golpeou-a em seguida, nos seus sentimentos de católica intransigente; e a separou dos ministros de 1871. Perdeu os contactos com a direção do Estado. Tornou-se, nos paços imperiais, a opositorista sutil e severa, que não convordia com as demasias do processo feito aos bispos, nem embarcava no anti-clericalismo belicoso, que o acompanhava. Não descansou antes da anistia, dada pelo Imperador aos prelados, quando ao gabinete de Rio Branco succedeu o de Caxias. E segunda vez exerceu a regência, em 1876, num ambiente envenenado pelas prevenções sectárias. Os liberais — abatidos desde 1868 — vaiaram-na nos discursos públicos, taxando-a de ultramontana, aliada dos padres, largando tudo para ir cantar o seu cântico de Maria no coro da matriz, em Petrópolis, e varrendo igrejas em cumprimento de promessa, beatamente... Endireitou o busto altivo, de Bourbon; bateu o pé imperiosa; e não se desviou de sua linha de conduta, que era conservadora (queixavam-se os liberais) e cristã. Por nada dêste mundo dela se desviaria.

Era teimosa. O caso sucedido com Saião Lobato, em 71, bem o provou. Devia confirmar a sentença de morte a um escravo, e isto lhe repugnava. O ministro, astuto, recordou a sra. D. Maria, que, em circunstância análoga, dissera, de coração perdoava, mas a sua cabeça de rainha mandava condenar. E ela, fulminante: — Mas, senhor Saião, minha taravó era maluca!... Respondia à razão de Estado e à maledicência, dos que lhe chamavam, a fanática. Não mudou nos costumes, menos, nas idéias. Além disso, o conde d'Eu corraera um véu de pessimismo sobre o futuro e começava a descer do reinado de Isabel, do reinado do primogênito, do reinado no Brasil, cada vez mais infenso ao regime que lhe tocava. Divergiam na intimidade de suas apreensões. Ela pensava como o pai, e desconfiando dos liberais, agarrava-se aos conservadores. Ele seguia a tradição orienista dos príncipes “sans coulottes”, ostentava na sua sala de música, do palácio Isabel, um quadro magnífico, d’*“A Marselhesa”*; e seus amigos quase todos eram do partido das “reformas” — que vinha de Evaristo, Ottoni, José Bonifácio o moço, Nabuco de Araujo, e engrossara com os egressos do grupo republicano, como Lafayette, os poetas que resuscitavam Tiradentes, como Pedro Luiz, ou tribunos flamantes, como Silveira Martins, os oradores abolicionistas, como Rui Barbosa, os estadistas das duras realidades, como Saraiva e Dantas. A subida dêstes, como Simão, em 1878 — depois de dez anos de ostracismo — dera razão a Gaston. Dependia de Osório a paz interna, e o bravo de brava a consolidação, vindo empossar-se entre festas, da senatoria pelo Rio Grande. Os jornalistas que em 1868 tinham apedrejado o Poder Moderador, acusando-o da intervenção indébita, que lançara abaixo os liberais, defendiam agora com reluzentes exemplos ingleses, a me-

ma manobra, feita no sentido inverso: justificava-se o passe de mágica, quando apoiado pela opinião... A opinião favorecia as reformas, exigia-as, reclama-as aos gritos, de eloquência vibrante Gaston iria com a opinião — seguindo o exemplo de Luiz Filipe; Isabel preferia os princípios — ouvindo os conselhos de D. Pedro II. E quem os realizaria? Havia distinguir, os que falavam e os que podiam. As três regências da princesa foram conservadoras; empolgou-as, entretanto, o programa liberal. Os homens eram de parcialidade reacionária; as idéias, da vanguarda progressista. Os princípios sobrepunham-se aos meios: graças à má política, das cisões partidárias, executou a sã política, das reformas amadurecidas no conceito nacional. A abolição foi a mais estrondosa do Império: incorporara-se no seu plano pessoal de ação — como a penitência de um regime, que se esgotava — o 2.<sup>o</sup> reinado — e a aurora democrática do 3.<sup>o</sup> reinado.

### *A grande aventura*

Não contava com a regência em 1887. Na Europa, recebeu ancioso chamado do Ministério, para que acoresse à cabeceira do pai, gravemente enfermo, e tomasse conta do trôno, durante o impedimento, que se previa longo, e na iminência de vaga, como, sem rebufos, apregoavam as gazetas. Daí a diferente característica do seu govêrno, em 1887. Das outras vezes, desempenhára-se dêle com o desembaraço e a segurança que lhe dava a presença espiritual do Imperador. Voltaria, apressado e robusto, a qualquer momento. Crise que sobreviesse, êle conjuraria com uma palavra telegráfica. Sôbre os negócios públicos se projetava, permanentemente, a sua vigilância. Enchia os largos espaços da política com a sua influência tangível, real, obcessiva; estava no ar. Agora, não. Embarcaram-no para a du-

vidosa cura, um pouco contra a vontade, forçado pela medicina, impellido para a “via sacra”, das clínicas européas, por uma receita sombria. As instituições, porém, ficavam pior do que êle. O gabinete conservador, do barão de Cotegipe, bracejava, a sua hábil energia, nas águas revolvidas em cima pela “questão militar” e em baixo, nos remoinhos da agitação generalizada, pelo “aboliconismo” revolucionário. O seu prestígio provinha de sua resistência: encarnava a ordem civil. Mas a sua debilidade resultava de sua definição: representava o sistema legal. O velho presidente do Conselho, que à dispersão ruidosa dos adversários oppunha a experiência de quarenta anos de parlamento, administração e luta, era o campeão sutil e irônico da defesa: as ondas mais altas do ataque — sopradas de tôdos os quadrantes pelas paixões truculentas — quebravam-se nos contra-fortes de sua placidez. Não que presunisse resistir sempre, imóvel, no seu papel absurdo de guardião do castelo desmoïnado — que era o baluarte da escravatura. Mas pela convicção, que apresentára, de que essa reação permitiria o “statu quo”, até o regresso do Imperador, a quem cabia renovar o cenário político, e lhe conservaria a autoridade, de que necessitava, para apaziguar o povo, reprimindo, onde conviesse, a provocação, dos exaltados. Os meses que se seguiram à posse da regente, até à demissão do Ministério de Cotegipe, foram calorosos meses de excitação popular, de demagogia trolante, de facciosismo desencadeado, de incontinência verbal, conspiração, angústia, ameaça e poesia. A princesa era o árbitro da situação: e ninguém, a começar pelo presidente do conselho, duvidava de suas inclinações ou desconhecia as suas impaciências, o dia de sêda que sustentava a corôa; dela dependia o futuro, a decisão, a sorte de sua Casa, a continuação e o ritmo dêsse regime bambo-

leante; revestira-se aos poucos da inextinguível majestade de governar, conservando ou destruindo, criando ou derrubando, sem obstáculos aparentes ao capricho, de rainha onipotente, quando vociferava na noite os ecos da revolução, que se avizinhou...

### *Entre rosas*

Isabel era hostil ao gabinete, tanto que o desconsiderava, no episódio formoso das "rosas do Leblon". Quem, na corte, não comentara esse caso, da sua proteção aos "negros fugidos", do "quilombo" suburbano do negociante Seixas Magalhães? A deshoras, no Leblon, despedindo-se do sujeito que aceitava os escravos foragidos, Nabuco, Clapp, Patrocínio, Brício Filho, tinham "vivado", aos berros, a Abolição. Esse clamor sedicioso, junto à denúncia, do valhacouto, reclamava uma providência que fôsse. A polícia, porém, precedera o Seixas, com as rosas — que floriram a mesa do palácio Isabel. Esta falou ao Imperador. E quando, severo, o barão de Cotegipe lhe narrava o fato, a fisionomia de D. Pedro II se desanuviou, numa benevolência, e encerrou a conversa, lembrando: — Mas era meia noite... ninguém ouviu, ninguém ouviu!

Ouvira a cidade. Principalmente a princesa ouvira o tumulto, da rumorosa maré, que subia, e na crista das vagas, gentilmente, lhe trazia as "rosas do Leblon"... E fez o que bem queria!

### *Golpe de Estado*

De golpe de Estado se tem chamado a intervenção da princesa para a saída do gabinete de 20 de Agosto (de 1885) e a nomeação do de 10 de Março (de 1888) — que aboliu a escravidão no Brasil. O

Imperador usára, em tempo certo, essa augusta faculdade, de revezar o poder. Usára-a com arte, com brandura, com meias palavras; usára-a com vigor e moderação; dando a responsabilidade aos partidos (como no caso da demissão de Zacharias), ou chamando-as a ela (como no caso da ascensão de Sinimbu), mostrando-se, ou desaparecendo, consoante as crises, assim cortadas, pelo sortilégio da intervenção.

Reconhecia-se, porém, que em 1888 era diferente. O Imperador continuava doente e longe; o parlamento ia inaugurando-se, e a força política, maciça, ou recalcada, obedecia ao ministério: este, evolutivo, prometia a iniciativa do debate rompendo-o, com propostas razoáveis, tanto que se reabrissem as Câmaras; a questão parecia singela, e de fato se resumia em ganhar tempo, para que, no oxigênio das discussões legítimas, em ambiente adequado, a maioria, deliberante, desse a palavra decisiva acerca da abolição, que não devia tardar. — E se tardasse? E se a maioria contra-marchasse? e se, poderoso, com esse apoio constitucional, o ministério se reapropiasse, no equilíbrio difícil? Esperar, tornou-se para a princesa sinônimo de retroceder; e capitular. Manifestou-se desabridamente contra o seu governo vencendo-o numa batalha... de flôres. Em 15 de Fevereiro de 88 renunciou à neutralidade — constitucional — infringindo as conveniências, que até aí a reprimiam. Anotou André Rebouças, no seu "diário": "Primeira batalha de flôres em Petrópolis. Primeira manifestação abolicionista de Isabel I".

Não precisava ir além. Aderindo ao movimento, e passando a comandá-lo numa carruagem revestida de camélias pelas alamêdas de Petrópolis, sob o aplauso de uma aristocracia filantrópica, condenava a propriedade servil, oficializava a sediciosa propaganda que



combatia, ligava a graça, da "saison", ao torvelinho, da política, e matava a escravidão com o cajado — da "moda". Uma instituição dificilmente sobrevive ao ridículo, nunca, porém, à moda que a fulmina: em 12 de Fevereiro a escravidão caiu esmagada pelo repúdio daquela fina gente — na elegância de sua batalha de flôres. Desceu Isabel para o Rio fortalecida por êsse triunfo, que era seu: decretára pessoalmente — senhora e rainha — o fim da atrocidade. E dispuzera-se a despedaçar os obstáculos que lhe tolhessem o passo. Todos os obstáculos, a começar pelo governo que lhe pedia calma juízo e silêncio.

O incidente, do oficial de Marinha reformado, agredido os policiais, desagradado por marinheiros e estudantes, deu-lhe o pretexto, para livrar-se do ministério — e vibrar o "golpe". A palavra pertence-lhe. E era o pensamento de sua casa.

O conde d'Eu, em 3 de Outubro de 87, confidenciára para o duque de Nemours, seu pai: "... me parece essencial que o governo para não ser vencido, tome a iniciativa antes da sessão próxima..." A princesa, por êsse tempo: "... De novo chamei a atenção do Sr. barão de Cote-gipe para a questão; faltou dizer-lhe que devia retirar-se". O presidente do conselho, persuasivo, objetou-lhe: que se mantivesse "neutra numa disputa que dividia tão profundamente os partidos — como a rainha Vitória... A isto retorquiu-lhe a princesa ter o direito de manifestar-se, e que a rainha Vitória era justamente acusada por essa neutralidade prejudicial aos interesses da Inglaterra". De 23 de Outubro foi o apêlo do Club Militar, para que não se empregasse o Exército na caça aos negros fugidos. A 14 de Fevereiro o barão de Ramiz fazia imprimir o "Correio Imperial" em que os pequenos príncipes, filhos da princesa regente, saíam infantilmente à

liça, com os seus versos abolicionistas. A inclinação, a tendência, o capricho, definiam-se; faltava o ato de vontade. Em 7 de Março — valendo-se daquêlê pretexto, das correrias na rua do Ouvidor — fechou a cara ao presidente do conselho, e quiz a demissão do chefe de polícia. Sabia que era a demissão do ministério. E aceitou-a resolutamente. Escreveu numa página de confissão: "... receiei que ainda desta vez enrodilhasse, e não achasse eu meio de dar o golpe que julgava necessário".

O golpe, era dela. O conde d'Eu, noticiando os acontecimentos para a Europa, mostrára-se mais cauteloso: "... eu aconselhava a sua conservação (de gabinete) até o momento de redigir-se a Fala do trôno..." A princesa como que lhe respondia, nêste apontamento: "Teria sido melhor deixar continuar as cousas até a época da abertura das Câmaras em que, visto o emperramento do ministério, eu o teria obrigado a pedir sua demissão? Não o creio". Enrijára-se nesta opinião. Que devia fazer a sua política, vibrar o seu golpe, nomear o seu ministério, dar a sua batalha final. Isabel, a católica; Isabel I, em nome da raça, agradecida; a Redentora, chamou-lhe o juiz Macedo Soares; mais do que a rainha, a mulher, louvou-a Patrocínio saltando do reduto republicano de seu jornal para o patamar do palácio, que ia ser a torre da Abolição.

### *Lei Aurea*

O governo de 10 de Março de 1888 foi organizado por João Alfredo sem que prevalecessem sequer as advertências do Conde d'Eu, a discutir a entrada de Antônio Prado e Thomaz Coelho. Inabalável, iluminada pela consciência de seu papel, soberana na sua firmeza, disse que não ao marido, deu ao novo presidente do conselho ampla liberdade de

cônduta — contando que fizesse a abolição sem indenização nem prazo, mal abrissem as Câmaras — e descomediou-se, numa atitude magnífica, de chefe pessoal da campanha, triunfante. Presidiu a 26 de Fevereiro o primeiro concerto de beneficência, para o fundo da libertação. Houve segundo a 17 de Março. Em 1 de Abril, não havia mais escravos em Petrópolis. E Patrocínio, tomando-lhe o partido, rompia com os republicanos escravocratas do Rio e de São Paulo". Jurava-lhe fidelidade, a custo da vida: germinava, nesse compromisso, a idéia, da "guarda negra", que daria o sangue por ela. A 3 de Maio, a inauguração do parlamento foi a sua apoteóse. Dantas, Nabuco, Patrocínio, falaram arrebatadamente ao povo. Camélias do quilombo do Leblon condecoraram as lapelas, como um símbolo de união sentimental. A Fala do Trôno, que ela recitou com voz exultante, prometia "apagar do direito pátrio" a mancha, da escravidão. Foi um delírio, a começar a série, que teria dez dias depois o fecho admirável. A 4 de Maio — coisa estupenda — "almoçaram no Palácio Imperial de Petrópolis 14 africanos foragidos das fazendas circunvizinhas. À noite, a música do Imperador percorreu as ruas, em ovação ao morcego Nogueira da Gama, que libertara todos os seus escravos, e ao advogado Mário Fioravanti, que desde 1.º de Abril dirige o exodo sob a proteção de Isabel I". O registro é de Rebouças. A audácia é dela. Rui, no ano anterior, temia-lhe o governo do confessionário e da escravidão. Via-se o oposto: o governo da demagogia e da liberdade. Com aquêles africanos à mesa, desaparecia a imperial senhora; apresentava-se a santa, numa humildade penitente — das rainhas esmoleres, das rainhas misericordiosas, das rainhas celestes. A sua realeza mudava de espécie. Rarefazia-se na dissolução mística desse jubileu. Passava a ser so-

brenatural: pois era revolucionária na sua superação tardia. Desmanchava-se em renúncia. Visivelmente acabava — numa deliciosa despedida. Entre a ceia dos escravos, porém, e a queda do Império, teve a consolação de 18 de Maio — e o prêmio de 28 de Setembro de 1888.

Afonso Celso Júnior — um dos paladinos dessa guerra verbal. Nabuco, o seu epígono, Patrocínio, que a incendiava nas ruas com a eloquência rutilante, Coelho Neto, nas memórias alegres, o próprio Machado de Assis na sua frieza, Brício Filho ainda ontem, descreveram o que aquilo foi.

Se a escravidão era a rica lavoura, e esta a nobreza territorial no requinte britânico, dos "landlords" do Café — retirou-se impecavelmente da cena personificada na compostura de Paulino, ao desistir ao projeto abolicionista no Senado, ainda na manhã de 13 de Maio. Para que? O projeto complicado, que Antônio Prado alvittrara, de São Paulo, condensara-se, ao impulso de Ferreira Viana, num artigo lacônico — que era tudo. A Independência do Brasil proclamou-se com um grito: "Independência ou morte". O segundo reinado principiou com duas palavras: "Quero já". Três séculos e meio de cativeiro concluíam-se com estas poucas: "E' declarada extinta a escravidão no Brasil". Para que mais? As revoluções detestam a prolixidade, pois se fazem com as tempestades da tribuna e rematam-se na surpresa profunda, do seu êxito.

Estrondeiam e não declamam: a ação, é a sua síntese.

### *Apoteose*

Marcada para uma hora a cerimônia da assinatura, no Paço da Cidade, retardou-se, pela afluência de povo, que, naquêlê cáldo domingo de Maio, alagou o Rio de Janeiro, em forma de mar sonoro,

desde a rua do Areal, onde o discurso de Paulino descera o pano sobre o espetáculo legislativo — da discussão do projeto — até o Pharoux — ponto final da jornada. Fizera-se na corte uma subscrição popular, de tostões, com que se comprara uma pena opulenta, de pedrarias, com a sua grossa esmeralda — cor dos morros no dia cheio de sol, e cor heráldica da casa de Bragança. À frente do préstito que se movimentou pesadamente, do Senado para o Paço, veio Patrocínio, com a Confederação Abolicionista, os estandartes policrômios das sociedades, que a compunham, os sócios, roucos de tanto bradar. Com o Conde d'Eu fardado de marechal, damas e semanários, os ministros e comissões em círculo, Isabel esperou o povo, para o qual, de par em par, se tinham aberto as portas coloniais do edifício. Essa chegada do povo valia como uma recapitulação do abolicionismo. Que de longe vinha!

Distante e romântica, anunciára-se primeiro a poesia. No soluço dos versos plangentes cantára a tristeza da sensala: o crime do cativeiro fora denunciado pelo poema hugoano. Rebentára de súbito no parlamento, intimativo e isolado. Expulso da Câmara pela intolerância eleitoral da Propriedade, desbordára para "meeting" numa inundação retumbante de retórica, reprovação, ruído e renorso. Diluíra-se, porém, nas derivantes, do debate formal — com a moderação, que o número impunha à ousadia, o parlamentarismo de então. E recrescera, no tumulto das praças abertas, atenuára-se na corte para se refugiar na província; estalára em alvorada na "terra da luz"; tomára com as jangadas da libertação o rumo do mar; encontrára no litoral do nordeste os velhos ecos da revolução democrática; e subirá com vigor as encostas da serra como a procela que sopra do oceano e investe, turbilhando, as escarpas do continente. Re-

bolou em ciclone canalizado pelas ruas trepidantes do Rio de Janeiro, e ali o comandava gesticulando à dianteira como um rei mouro de exército ululante — o gênio bronzeo desse cataclisma, que era Patrocínio. Entrou a multidão na sua zozada feliz o largo do Paço, aos rebôos da ovação insistente desembocou na portaria do palácio, clamou um longo "viva Isabel Primeira", e emudeceu de repente para que o grande jornalista, suado, rouco, estentórico, bamboleante aos trancos da massa reverente como um ídolo carregado a braços, rompesse escadas acima, e fôsse cair deslumbrado aos pés da princesa. — "Minha alma subiu de joelhos as escadas destes paços!"

Inclinou-se ela para ajudá-lo a levantar-se. Tomou a rica pena, aproximou-se da mesa enfiada de cobre, precioso móvel de Boulle, sobre a qual o presidente do conselho estendera o decreto, e com um rasgo varonil de letra que não tremia, após ali o nome.

Deus louvado! Indescritível foi o entusiasmo, que, desta vez, baixando do palácio à rua, se propagou pelo povo, em aclamações que culminaram no desvário. Beijaram-lhe a fímbria do vestido, como se beijassem as imagens nas igrejas. Os que não podiam chegar até lá, veneravam-na de longe, como a uma aparição divina. O imenso clamor da alegria popular espalhou-se em ondas de júbilo, e se desdobrou, noutros tantos cortejos ávidos de oratória, pelas ruas transversais. Não houve homem de Estado comprometido com a causa dos escravos que não falasse às massas duma janela, duma esquina, duma carruagem, ou numa roda de rapazes que não tinham mais voz, deitando aos céus uma peroração lírica. Alguns ganharam a honra de sair do paço em ombros dos correligionários, como andôres aflitos, constrangidos nessa glória delirante... Os prêtos que se misturavam às manifestações choravam. silen-



ciosos e vingados. — “Viva a Princesa Isabel!” E o povo repetia o novo título, o seu grande e definitivo título — a “Redentora!”

### *O prêmio simbólico*

A popularidade de Isabel atingira o lisonjeiro nível da idolatria. Mas as águas — nêstes climas mutáveis — também descem depressa. A 28 de Setembro, quando o internúncio lhe entregou na capela imperial a *rosa de ouro*, já a sua festa se desprendera da excitação fabulosa das ruas, e tinha o ritual solene das consagrações. O oradôr, que deu ao presente do Papa o seu alto sentido cívico, foi o mesmo D. Antônio de Macedo Costa que espiára no cárcere — “*Petrus in vinculum*” — a independência da Igreja.

Estabelecia a conciliação transcendente entre a corôa e a Fé. Aliás a “rosa de ouro” era uma coroação delicada: a investidura que não herdára, como o poder político, porque conquistára, como aquêlê título único, de “Redentora”! Obra sua; seu prêmio, sua prosa, sua exaltação. Era a 157.<sup>a</sup> rosa de ouro, desde que, em 1096, Urbano II iniciára o costume de recompensar o Pontífice com êsse galardão o príncipe virtuoso. D. Manoel, D. João III, D. Maria II, tinham sido brindados com essa rosa vaticana, que, pela primeira vez, passava a equinocial para vir adornar a augusta bravura de uma mulher — da linhagem histórica de Isabel de Portugal, de Isabel de Castela, da rainha D. Leonor, de D. Maria I. Consolidamente a recebeu. — Mas os estadistas que sentiam desconjuntar-se sob os pés o taboado da realeza, diziam, em soladamente a recebeu. — Mas os estarescia uma vez na vida dos príncipes excepcionais — e resvalava do trôno — “Ganhára a partida e perdia a corôa...”

### *O caso político*

O epílogo da monarquia teve a lógica dos movimentos que se desdobram. Queixaram-se os abolicionistas do despejo escravocrata do partido conservador, rido na Propriedade. Os liberais, do último governo do regime, acusaram os adversários, de preferirem, na crise final, a volta, com a República, ao ostracismo, com o Império. Que o exército sem os civis; ou os civis, intrigando o exército; Benjamin Constant e Deodoro, Aristides Lobo e Quintino; o Major Salton e a 2.<sup>a</sup> brigada... Não importa balancear as forças que, em 15 de Novembro de 1889, cerraram colunas em marcha pacífica pela rua do Ouvidor; não importa sequer o reparo, de que a rua do Ouvidor, não era o Brasil. Basta notar que a quêda do trôno aconteceu com uma solução normal, teve o aspecto singular, de uma revolta simbólica, sem sangue, o que a brandura nacional compreende, mas sem ênfase, o que dificilmente a ela se ajusta — e consumou-se com o embarque sigiloso de uma família cujos ressentimentos modestamente encerraram num círculo íntimo, de poucas pessoas.

A política era inexorável. Isabel resolveu passionalmente o problema do cativo; escapava-lhe, o das instituições. O que andava no ar — Emerson dissêra em relação à sua gente — era “alma das cousas”, num “otimismo social” que explodia com as exigências selvagens da terra, a mudar cada dia. Chovava-se progresso; evolução, intranquilidade latente, pujança de espírito livre, veemência de povo joven. Gratidão, consciência, história, anacrônicas pompas e sistemas esmaecidos pelo longo tempo tudo isso se confundia com a gloriosa desordem da ebulição nacional, com o seu ímpeto ardente e travêso, a sua fome de novidade, o gôsto francês dos dogmas

“a 89”, a “vontade geral” puxada pelas ruas ao som da “Marselheza” — hino do terceiro partido — em contraposição à velharia, do “hino nacional” — música do Império evanescente... Quiz ela conter a decadência, prolongar o crepúsculo antepôr-se ao destino, bravatear um protesto impressionante, nesse fim de regime — a que a sua piedade dêra a graça da “rosa de ouro”? Como a princesa Isabel recebeu a República — que ajudára a vir? Como a encarou, prisioneira nos paços que abrira ao povo, e vítima necessária de sua bemdita paixão?

### *Q exílio*

Às 10 da manhã de 15 de Novembro foi que soube, no paço Isabel, da descida da tropa, para sitiar, na secretaria da Guerra, o ministério, com isto deposto. A esta hora — em que lhe anunciavam, sem pormenores, a sedição — já a monarquia estava por terra. Deodoro à frente da artilharia e da cavalaria de linha entrára sem resistência no campo de Sant’Ana; o general, que Ouro Preto mandára para contê-lo, oferecera-lhe a mão de camarada, confraternizando, sob os aplausos dos soldados; e subira com muitos oficiais as escadas do Quartel General, levando no estrondo das esporas por aquêles velhos degraus a matizada do triunfo. Duro, vibratil, arrogante, o estadista, cuja autoridade ainda ali se soerguia num arranco enfurecido, de dignidade insubmissa, golpeára-o à entrada com um protesto bravio — desafiando a violência, e o vencedor. Mas o conflito, que seria de proporções trágicas, se as suas ordens se cumprissem, dissipára-se lá fora, em aclamações; e acabou corretamente, numa parada. Os condes d’Eu correram ao encontro do Imperador, em Petrópolis. Voltaram porém de meio do caminho, porque, chamado urgentemente por Ouro Preto, o Im-

perador descêra para o Paço da Cidade. Ai chegaram a tempo das primeiras providências que pode tomar um rei constitucional numa emergência destas. Que se apresentasse o presidente do conselho resignatário! Ouro Preto compareceu às 4 horas da tarde; sumariou os acontecimentos; e se declarou demitido. O boato, que circulava pelo centro urbano, de que a República estava feita, não o convenceu, nem ao Imperador, nem a Isabel. Somente o conde d’Eu — lembrando-se de Luiz Fiipe — repetia, num estribilho: E’ o fim da monarquia. — E a quem S. Ex. aconselhava, para suceder-lhe na chefia do govêrno? — Gaspar da Silveira Martins. — Sim, senhor, converteu D. Pedro II; pode telegrafar-lhe, chamando-o. — O possante tribuno era porém desafeto de Deodoro. A indicação de Ouro Preto, aceita pelo Imperador, devia causar ao marechal a impressão de uma injúria; era, todavia, uma represália. E enquanto não viesse? O grande Gaspar viajava do Rio Grande para a corte, no seu lento vapor. E até a chegada? Isabel percebeu que a mole esperre, ao anoitecer daquele dia dramático, importava a renúncia do Império. Adivinhava a seqüência dos fatos. Estarrecêra de surpresa, ao lhe contarem que às 3 da tarde Patrocínio, galgando o andar nobre da Câmara Municipal com um grupo de jornalistas, proclamára a República num discurso inesperado, para o povo que, sem bem compreender aquilo, começava a interessar-se pelas novidades. Evaporára-se a “guarda negra”... Quis que se reunisse o Conselho de Estado. Para as resoluções extremas, de uma noite decisiva para a sorte do regime, os conselheiros cheios de experiência e sabedoria lembrariam os expedientes mais razoáveis. Tamandaré falava da esquadra inativa. Não se aceitára a oferta do comandante chileno, para o asilo da dinastia a bordo de seu cruzador. Nada de

sangue, prevenirá, estoico, de “pinenez” atento a uma leitura importuna, de revistas estrangeiras, o Imperador macilento — isolado na sua poltrona, como alheio ao nervosismo que invadira o palácio. Fizeram-se rapidamente os convites para a sessão do Conselho, em nome da princesa. Compareceram onze. E acertaram em incumbir o conselheiro Saraiva da formação do governo. O Imperador aquiesceu. Ela, provendo a tudo, recalcando a ansiedade na sua impaciência encaprichada, exigia que, apesar da hora tardia, fôsem chamar o conselheiro Saraiva. Não esmorecessem, não desanimassem: Viesse o “Nestor dos liberais”! O marquês de Paranaçuá subiu a pé o morro de Santa Tereza e trouxe Saraiva, que disse incrêdula e que sim, curvou-se diante das súplicas e das ordens da imperial senhora, escreveu uma carta a Deodoro, numa tentativa inútil de entendimento, e recolheu à casa fatigado — e sibilino.

A carta não teve resposta; ou antes, a resposta foi a publicação, nas folhas de 16, do governo republicano que acabava de organizar-se, com a adesão geral e o apoio unânime das províncias ao “fato consumado”. A resistência de Isabel extinguiu-se então; e nas lágrimas da mulher, que não admitia a separassem do pai, e confessava a sua grande saudade do Brasil, que ia deixar, esgotou a princesa as suas forças. Mas conservou ativo o porte, a vontade resoluta, a frase pronta, magoada ou áspera, a cada instante da fortuna, querendo ouvir o alarido popular, que a festejara no ano anterior, estranhando que a tratassem tão mão, e indignada pela desorientação, dos políticos, que a não tinham avisado. Passou pela mesa onde assinara a lei áurea; o testemunham Taunay e Jaceguai que disse alto, batendo nela com os nós dos dedos, “Se lhe custára o trôno aquela assinatura, repetidas as circunstâncias, a

daria de novo...” — Não se arrependia, não se acabrunhava. Pensava na imperatriz, debilitada na fraca saúde, no Imperador distraidamente a ler a sua revista, o perfil bíblico iluminado pela lâmpada a que se achegára, nos príncipes seus filhos, no exílio sem termo, que para ela começara já...

### *Saudade brasileira*

O embarque foi tétrico. A viagem, empapada de melancolia. E pela Europa sofreu o desconforto dos infortúnios da pátria, lacerada pela guerra civil, e a dor de perder os pais antes que pudessem adaptar-se àquêles climas. Sobreviveu transfigurada pela resignação. Reconhecida pelos correligionários, que no Brasil lhe ficaram, como chefe da causa monárquica, a sua palavra de ordem, ditada aos homens sizudos que lhe pediam, foi de moderação, de paz, de suave e cristã placidez. Não autorizou as conspirações, muito menos as revoluções, que conflagram o país entre 1891 e 97. A carta a João Alfredo em que formalmente lhe requer o bom senso, para que se não contizassem os planos subversivos, então notórios e iminentes, sôa-lhos aos ouvidos como uma reza patriótica — Senhores, juízo e civismo! — Impregnára-se, quem sabe? — da certeza de que não era deste mundo o seu reinado. Ou antes: que reinára suficientemente, três vezes reinando abençoada pelos humildes, a quem serviria. Embrulhou-se modestamente na sua condição de princesa que faz da casa sem esplendor o Império sem desordem. Abriu-se a todos os brasileiros que, indo a Paris, ou a Eu, no seu castelo do “grande século”, tinham por dever e honra beijar-lhe a mão dinástica. Brasileiros de todas as procedências, de todas as idéias de todos os partidos, alguns até republicanos ilustres, que se gabavam dessa galanteria. Era *Sua Alteza a senhora D*



*Isabel, Redentora dos escravos.* Dama veneranda e augusta, na austeridade da velhice a vida lhe continuou harmoniosa e serena como na juventude feliz. Não fôsem as saudades...

O timbre sentimental da correspondência, essa brasileira saudade que está permanentemente nas cartas de sua comunicação com os amigos, que a morte foi rareando, um por um suprimindo-lhe os de sua ródia, de sua côrte, de sua afeição, de sua política, de sua fortuna, de sua glória e de sua dôr — constitue afinal a emoção quotidiana de seu espírito. Entretanto, é certo, com o serviço humanitário, de suas obras pias; foi enfermeira nos hospitais de França, quando o seu velho Gaston, fardado de guarda nacional, fazia sentinela nos quartéis normandos, contra a invasão tudesca; exultou de alegria ao entrar o Brasil na guerra, em 1917, ao lado das nações ocidentais; e ganhou o alto renome que a caridade e a religião conferem às princesas insígnies. Não teve saúde porém — ou, melhormente, não confiou no coração — em 1921, para acompanhar à pátria os ataúdes do Imperador e da Imperatriz, a ela transportados pela República, que não arriscava mais a solidez honrando com essas reverências póstumas os soberanos proscritos. Contentou-se com o consôlo de os saber repatriados; e as homenagens prestadas então ao velho Gaston, marechal das cordilheiras, e ao filho, o príncipe D. Pedro e aos netos, na terra do seu bêrço e do seu amor. Pouco sobreviveu a tais compensações. Morreu em 14 de Novembro de 1921 naquêlê castello recheiado de relíquias, por onde tinham passado os séculos desfolhando-se em arte e pompa. Morreu socorrida da Igreja, junto do conde d'Eu, sem outras testemunhas para as últimas palavras de

saudade brasileira que seus lábios docemente proferiram, misturando-se à prece, com que se encomendava à misericórdia Divina.

Jaz em Dreux, onde repousam os príncipes da casa de Orléans, num esquecido recanto da hospitaleira terra do exílio, que era um pouco também de sua raça e sua alma. O túmulo é sobrio, branco, solene e religioso. No alto dois anjos se associam para coroar uma santa. Dois alvos querubins lavrados na pedra heráldica — representam o seu prêmio tardio. Podiam ser dois povos, festejando nêsse beato símbolo a virtude heróica da princesa, que foi completamente mulher.

Folres, para a sua sepultura, nunca faltaram.

Eterna e fresca a “rosa de ouro” devia florescer-lhe a sepultura.

O govêrno do Brasil decretou em boa hora a repatriação de seus restos mortais. E do bravo marechal conde d'Eu que ali dorme, ao seu lado, o grande sôno.

E' justo, é compreensível, é indispensável venham recolher-se à catedral gótica de Petrópolis, que ela começou a construir, a princesa que libertou os escravos e seu nobre espôso. O Brasil é vastamente generoso e não erra nas sentenças do seu julgamento, embora tantas vezes nêlê se demore. Hoje proclama os benefícios de seu govêrno, santificando pela bondade. Oferece-lhe o culto da gratidão, no reconhecimento nacional de seus altos méritos. E à sua clara memória — da que trocou inspiradamente a variável corôa dos reis pela glória pura da mulher — oferece o seu final e justo elogio no estilo velho: — Sereníssima princêsa Isabel, “pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos, a *Redentora!*”

## A PRINCESA ISABEL E AS TRÊS REGÊNCIAS (\*)

AURELIANO LEITE

Não pratico uma figura batida e retórica acentuando o meu atrevimento em, homem e espírito provincianos que sou, aceitar a incumbência metropolitana, mesmo que me glorie de pertencer a um dos quadros d'este prestigioso Instituto Histórico Brasileiro, de perante vós discorrer sobre a Princesa Isabel, sem favor nenhum, a maior mulher da nação, na Colônia, no Império e na República.

Realmente, quem na Colônia, no Império ou na República será capaz de igualá-la já não pergunto de ultrapassá-la? E é de notar que, acolá, na Colônia, tivemos mulheres como a esposa de Fernão Dias Pais, como Catarina Parana guaçu, Maria Quitéria, Joana de Gusmão, Bárbara Heliodora. E é de notar que ali, no Império, tivemos mulheres como a Mãe dos Fonsêcas, como Ana Nery, Nisia Floresta, como a esposa de Campos Sales.

A chamada "Mãe dos brasileiros" não era nascida no Brasil.

E é de notar que, aqui na República, mulheres muitas têm sido merecidamente apontadas como nobres e altas damas.

Mas quem, realmente, na Colônia, no Império ou na República, será capaz de igualá-la já não pergunto de ultrapassá-la?

Ninguém. Ninguém é a resposta única e terminante. Ela foi a maior de todas.

Por menos extensa que se considere a galeria nacional de mulheres célebres não se me afigura pouco assomar na sua cumiada.

E a Princesa Isabel lá está, de direito *in perspective*.

Senhores. Cabendo-me, também, na Assembléia Constituinte, há pouco, o elogio da filha dileta de D. Pedro II por ocasião do transcurso da efeméride da Lei Áurea — naquele plenário que é o Brasil em síntese ou em miniatura porque ali está representado tudo quanto o Brasil possui e, se pois fôsse diferente, seria tudo menos o Brasil — tornou-se-me possível observar, mais uma vez, a consagração unânime e autorizada do vulto dessa mulher admirável.

Lembrando então versos saudosos e melancólicos de Sua Magestades D. Pedro II, fiz ver que não predissera em vão, acreditando na "justiça de Deus na voz da história".

Com efeito, pode falhar e tem falhado inúmeras vezes a justiça comum, punindo menos os grandes criminosos que os pequeninos delinquentes, mas a história, mestra da vida, institui sem discrepância os seus decretos eternos.

Muito antes de transcorrer-lhe o primeiro centenário de nascimento, já a Princesa Isabel havia obtido a sentença inapelável que imortalizou a sabedoria

(\*) Conferência realizada no Instituto Histórico em 15 de Julho de 1946.

dos seus gestos, como regente do Império, em três fases, magnas do segundo reinado, em sua longa existência.

Já alguém assinalou a coincidência de lhe passarem pelas mãos augustas os momentos, se não os mais difíceis, ao menos os mais impressionantes ou tormentosos dos derradeiros tempos inoárquicos.

Todavia, sou inclinado a aceitar os fatos mais como decorrentes de causas predeterminadas, do que como sucessos puramente casuais.

O grande Imperador, na preocupação do estadista que não se contentava de vencer apenas a própria missão, mas procurando reunir numa visão conjunta e bilateral, os interesses futuros de sua casa reinante e os do Brasil, desejava proporcionar à sua sucessora natural a demonstração, em adiantamento, da sua capacidade administrativa. Na oportunidade asada, menos pelo estado de saúde dos imperantes que por indústria, retirava-se do poder e passava o leme da mensa náu às mãos da filha diletta.

O “apres-moi de déluge”, de Luís XV, egoísta e gozador, sue sentia próximo o término do absolutismo e, por isso, só pensava no aproveitá-lo até os seus derradeiros momentos — máxima ou sistema que passou dos coroados aos caudilhos, como os Lopez, os Gomez, os Diaz, os Mussolini, os Hitler, os Vargas — o “apres-moi le déluge” não penetrou o cérebro equilibrado do patriarcal Imperador.

Urgia salvar o trôno e, ao mesmo tempo, entregar o futuro do Brasil a mãos hábeis e patrióticas.

O destino só lhe dera filhas. Os dois varões da sua casa não cresceram. Era preciso extirpar da alma do seu povo o preconceito contra as damas coroadas. Por desventura, os brasileiros ainda viam na mulher a crueldade de Da. Maria I, mandando enforcar e decapitar com estardalhaço, festivamente, na praça pública, perante a nobreza emper-

tigada, a justiça carrancuda, o clero paramentado, a tropa em guarda e o povo bestificado, aquele ingênuo e impetuoso alferes mineiro, apelidado “o Tiradentes”, que sonhara o sonho alcandorado da emancipação da sua terra ou melhor, da nossa terra.

Se olhassem para fora do continente, haviam de encontrar na poderosa Inglaterra, o belo tipo de governante que era a Rainha Vitória, a qual desde 1837, por morte do seu pai o príncipe herdeiro Eduardo Duque de Kent, sucedera a Guilherme IV. Casada com o seu primo, o Príncipe Alberto de Saxe-Coburgo, e dele enviuvada, aos 1861, continuava com descortínio admirável, a reinar sobre os ingleses e, daí a pouco, estendia o seu domínio até às Índias, sem falar noutras possessões nos demais continentes.

Que bem talhado modelo de imperatriz! D. Pedro imaginou fazer da sua primogênita, que possuía tôdas as virtudes para isso, uma reinante daquele paradigma, a sua sucessora autêntica, não só por direito divino mas por capacidade demonstrada e reconhecida do amado povo brasileiro.

O seu marido, o Conde d'Eu; ia, aos poucos, perdendo aquela mácula de figura peregrina, de príncipe sempre estrangeiro em que era havido. Já completara seis anos de domicílio no seio dos desconfiados brasileiros.

Já levára a espôsa a ilustrar-se na Europa, visitando, segundo recomendação do Imperador, a Holanda, e a Alemanha do Norte, para verem os progressos da indústria e da agricultura. Por último, a sua participação da guerra contra o ditador do Paraguai, como marechal do nosso Exército, “generalíssimo das cordilheiras”, ainda que tivesse sido arrastado a isso, como quer Joaquim Tomás, na polêmica com Alberto Rangel, já lhe dera de pleno direito o título da cidadania nacional. Arriscara, no fim da campanha, em substituição ao



Duque de Caxias, à sua vida e a sua saúde, nas montanhas azuis e intermináveis, que se estendiam de Assuncion a Cêrro Corá, com escalada por Perebuí e Campo Grande. O seu denôdo e a sua perfeita comunhão com os ideais nacionais, postos a prova naquele rude campanha, alcançaram a prescrição das últimas restrições que se podiam opôr a sua brasilianidade.

O essencial que se impunha então, agora que os primeiros ventos sérios em favor da República (o manifesto de 3 de dezembro de 1870, assinado em primeiro lugar por Saldanha Marinho, já havia sido lançado) começavam a açoutar os alicerces da monarquia, o essencial era iniciar o preparo da sua primogênita para receber o cetro, dando-lhe, em ensaios administrativos repetidos, a oportunidade enfim de mostrar ao povo a vocação para reinar.

Não se objete ser demasiado cedo ainda. O Imperador completara 45 anos. E na sua família morria-se entre os 36 e os 59 anos. Pedro I tinha aquela idade, D. João VI, tinha esta.

Não existe ninguém são de corpo aos 45 anos. Não concebo que os Imperadores pudessem simular uma moléstia para ausentar-se do Brasil. O que imaginaram para as suas viagens ao estrangeiro foi servirem-se do pretexto de doenças que podiam ser tratadas no País, com médicos da terra, e os mesmos com médicos importados, como já se praticara. Cuidando, lá fora, de sua saúde, aos 1871, pela primeira vez, davam a D. Isabel a oportunidade de dirigir o vasto Império.

E a hora não era fácil. Ai vinham os republicanos com o manifesto referido. Ai vinham as idéias liberais servida por uma imprensa ativa. Ai vinham os primeiros brados mais fortes em favor da abolição da escravatura, com o estudo recente apresentado pelo Marquês de São Vicente, segundo citou o nosso fecondo e saudoso Max Fleiuss de Joa-

quim Nabuco: "o primeiro a formar o conjunto de medidas que desenraizavam a escravidão do nosso solo".

Aos 17 de março de 1871, usando a atribuição constitucional do artigo 113, uma lei ordinária dava a Suas Magestades o consentimento para saírem do País e governar, em sua ausência, a Princesa Imperial D. Isabel.

Cêrca de dois meses depois, a Regente recebe o cetro das mãos comovidas de seu pai. Deixou-lhe Sua Magestade um gabinete notável, presidido pelo Visconde do Rio Branco e do qual fazia parte João Alfredo, Saião Lobato, Manuel Corrêa, Duarte de Azevedo, Itaboraite e Nogueira Jaguaribe. Embora se substituísem um ou outro dos ministros, o ministério de maior duração do Império consoante lembra o mestre querido Sr. Tavares de Lira.

Demais, em verdade, traçou-lhe Sua Magestade um programa rápido de governo, na última "fala do trôno", de 3 de maio:

"Não obstante os grandes encargos que pesavam sobre o tesouro, nos recursos naturais sobriam para continuar a satisfazê-los pontualmente, se que ao mesmo tempo deixassem de ser impulso os melhoramentos de êste duplo resultado, se, a par de bem entendida economia, procurássemos animar a lavoura e o comércio por modo eficiente, principalmente com a introdução de braços livres, a facilidade dos meios de transportes e o desenvolvimento das linhas telegráficas".

Outros tópicos importantes e adequadamente oferecidos esse interessante documento sobre a liberdade civil e política, sobre a reforma da legislação judiciária, sobre a ação excessiva da Polícia contra a qual se devia opôr a fiança e o *habeas corpus*; sobre as garantias ao direito eleitoral.

Mas a preocupação máxima de Pedro II não era outra senão o impressionante problema do escravo no Brasil.

Com ela fechara a sua “fala do trôno”:

Consideração da maior importância aconselhavam que a reforma da legislação sobre o estado civil não continuasse a ser uma aspiração nacional indefinida e incerta”. “Era tempo de resolver esta questão, conciliando a respeito a propriedade existente com êsse melhoramento social, requerido pela civilização e até pelo interesse dos proprietários”.

A Princesa D. Isabel fez-se digna das recomendações paternas, a despeito de que muitos lhe atribuissem e lhe reprovassem a intromissão do Príncipe Consorte nos negócios do Estado. Porém as energias das suas apenas 25 primaveras, temperadas pelo seu coração feminino, provaram excelentemente.

Um feixe de providências acertadas concretizaram-se em sábias medidas. Mas entre toda aquela ruína de disposições adiantadas sobre naturalização do estrangeiro, créditos para estradas de ferro, reforma, judiciária, correios, moedas, recenseamento, etc., uma lei correa, uma lei fulgia — a de 28 de setembro de 1871, declarando de condição livre os filhos de mulher escrava.

Todavia, não era só. O Império mostrava-se tão prestigioso do aspecto internacional que, acabava de ser convidado para nomear um dos árbitros que, em virtude do tratado de Washington, tinham de decidir as reclamações pendentes entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

O Brasil de setenta e cinco anos atrás juiz internacional! Como isto era belo!

Quando os Imperadores retornaram à amada pátria já recomposta na sua saúde a bondosa D. Teresa Cristina Maria, Dom Pedro II, falando à Assembléia Geral, agradeceu emocionado a regência da filha augusta dileta, que não desmerecera na sua confiança, antes muito se engrandecera.

Seis anos de vida ativa e fecunda se passaram no Império. O porte alto e

desempenado do monarca já se ia dobrando para a cenetude. A idade crítica em que nós todos pensamos mais na morte. E dessa tendência enfermiza poucos se isentam, corram-lhes embora nas veias sangue azul ou sangue vermelho. Por outro lado, a saúde da sua terna companheira periclitava. Estava ali um respeitável pretexto a fim de, retirando-se, pela segunda vez, para o estrangeiro, entregar a regência do Império a D. Isabel se mostra de novo aos brasileiros que ela lhe seria uma sucessora capaz e digna.

Assim pensou, assim executou. Pre-munido da respectiva licença do legislativo, aos 26 de março de 1876, os Imperadores partiam para os Estados Unidos.

Agora, o gabinete era presidido por essa figura de heroi-guerreiro, que se chamava Duqué de Caxias. Lá estava na pasta da Fazenda acumulando-a com a dos Estrangeiros, êsse sugestivo vulto do Barão de Cotegipe. Os outros ministros eram Tomás Coelho, Diogo Velho, Bom-Conselho e Costa Pinto.

Duas vezes a Princesa falou à Nação através da Assembléia Geral. Da primeira vez, compareceu pessoalmente. Da segunda, não o pôde por doença.

Da primeira vez, depois de anunciar oficialmente o nascimento do Príncipe do Grão-Pará, falou de maneira substancial dos negócios do Estado.

“O govêrno estava combatendo com todos os recursos a febre amarela da Côte e do litoral”.

“Precisava-se de dar ao cidadão melhores dispositivos no sentido da pureza dos mleitos, base fundamental do sistema representativo”.

“A instrução pública estava merecendo toda a atenção. Já se haviam criado na Côte escolas do 2.º grau e normais”.

“Prosseguiam as construções de estradas de ferro”.

“Era urgente para o desenvolvimento da lavoura braços livres”.

“Estavam-se reduzindo os gastos e aumentando-se a arrecadação, para fazer desaparecer qualquer desequilíbrio entre a receita e a despesa a assegurar a continuação das obras encetadas”.

Na segunda fala do trôno, começou pelas finanças, procurando rodeá-las dos cuidados indispensáveis.

Melhoraram as condições sanitárias do Império. Mas, para maior desventura, estávamos a braços com a estiagem geral, no porte e no sul.

E o flagelo mostrou-se tão largo e profundo que o governo imperial embora auxiliado pela caridade particular, teve que socorrer as populações pobres com um crédito de dois mil contos de reis.

Na verdade, nesta regência, não se passaram assinalados e ditosos fatos. Foram 18 meses tristes de epidemias, sêcas, eleições barulhentas, crise de dinheiro e, para arrematar, os ecos ainda rudes da questão religiosa.

Mas a Princesa Isabel portou-se a altura. Não mereceu, talvez por esquisitez do seu venerando progenitor, que, pelos fins de setembro de 1877, voltava engrandecido do estrangeiro, onde fôra rodeado de provas inúmeras de admiração, quaisquer palavras públicas de gratidão. A Fala do trôno, no encerramento da Assembléa Geral, aos 14 de outubro de 1877, apresentou-se curta e fria, ou peor, omissa inteiramente em relação à regência da filha diletta.

Aliás, Alberto Rangel, em seu documentadíssimo livro “Gastão de Orleans”, reproduz trechos da correspondência do Conde d’Eu, com seu Pai, o Duque de Nemours, em que aquele re-crimina assim textualmente a Dom Pedro II:

“O Imperador, desde a tarde em que o fui ver a bordo do “Orénoque”, não faz se não cumprir o que declarou ao “Jornal do Comércio”: durante a sua ausência não dirigira à sua filha nem aos

ministros uma palavra sôbre os negócios do estado.

Com queixas maiores do Imperador voltava daí a pouco o Conde d’Eu a seu pai, narrando-lhe: “Jamais tem falado à Isabel e a mim, nem antes, nem depois da regência, da política ou dos negócios do estado”. E acrescenta: “No dia do desembarque, apenas atingindo a entrada do palácio, foi direito aos ministros, sem dizer nada à sua filha”.

Não há negar que a segunda regência de D. Isabel não mereceu louvores de D. Pedro. Entretanto, êle próprio não teria feito melhor governo. As epidemias, as sêcas, a falta de dinheiro, as eleições sangrentas num ou noutro canto do Brasil, as explorações em tôrno da questão religiosa, com o imperador ou sem o Imperador, não se evitaria. A sua frieza para com a sua filha parecia, pois, de clamorosa injustiça.

Isto, esta impressão última, teria quicada levado o Imperador, não obstante já mais velho e aquebrado, a dilatar de mais de dez anos a nova oportunidade de passar o cetro a sua herdeira...

Mas continuemos a caminhar nesta visita rápida pelo Império. Detenhamo-nos, ligeiramente, aqui ou ali, pois urge chegar ao capítulo mais luminoso da existência da Princesa Isabel: a sua terceira regência.

Indiscutivelmente, cresciam as antipatias em tôrno do Príncipe Consorte. A própria defesa à saúde de D. Isabel mandando de novo vir de Paris o célebre Dr. Depaul e Madame Sôyer, para assistirem ao parto de Dom Luís, segundo filho do casal, irritara fundamentalmente a imprensa dando aso aos republicanos e abolicionistas para ataques desumanos à Monarquia.

A dissolução da Câmara de 1878, em que aliás o Conde d’Eu não influíra apesar de achar que do que “o Brasil menos precisava era de deputados e de



reformas legislativas”, aumentou injustamente as hostilidades para com êle.

Foi devido talvez a isso, que, a 1.º de maio dava o braço à D. Isabel e embarcavam pela terceira vez para a Europa. Viajaram cêrca de dois anos naquele continente e em Africa. Nasceu-lhes, em Paris, o Príncipe D. Antônio.

Pelos fins de 1881, já estavam no Rio de Janeiro, instalados no modesto mas pitoresco Palácio Isabel, transfeito, na República no Palácio caipira, feio e nestético que atende ao nome de Guanabara.

As coisas no Brasil iam menos mal. Entretanto a popularidade do Conde d’Eu encontrou logo novo pretexto para comprometê-la em desagradável incidente com o Professor Moreira Pinto, na Escola Militar, a favor de quem se pôs a pena inflamada do já grande Rui Barbosa.

Começa a nascer a questão militar, que enfraquece visivelmente a resistência da Monarquia. A indisciplina, ou melhor, a revolta do Exército vai a ponto de castigar o pasquinista Apulcro de Castro, morto em plena praça pública, qual um cão hidrófobo.

Os abolicionistas ativam-se. Os republicanos, às vezes com êles outras vezes em êles, também se movimentam.

Mas mesmo depois do belo gesto da província do Ceará, libertando de uma só vez todos os seus escravos, imitado pelo Amazonas, ainda no Brasil, segundo narrava o Conde d’Eu, nas suas costumadas cartas ao seu velho progenitor, um milhão e duzentos mil almas cativas. Alberto Rangel — “Gastão de Orleans”.) Ao mesmo tempo que isto lastimava, consolava-se a si próprio, acrescentando: “Felizmente, eu e a minha esposa nunca os tivemos e os que serviam Imperador foram libertados, aos 1871”. Afinal, comecem os planos de uma nova viagem dos Imperadores ao estrangeiro.

Antes dêles executarem-na, é permitido aos Condes d’Eu, como prêmio antecipado da prebenda da terceira regência de D. Isabel, que êles vão por seis meses à Europa. Tornados ao Rio genro e filha, partem os Imperadores, aos 30 de junho de 1887.

Nunca a saúde do Imperador se manteve tão boa, ou, para usar a própria expressão do Conde ao Duque de Nemours, *seu estado geral era excelente*.

O Imperador agora ansiava, sem dúvida, por dar à sua filha a terceira oportunidade para governar. Não era ela quem o desejava. Ao contrário, D. Isabel e seu marido só não se esquivaram ao pesado fardo porque não puderam.

Este trêcho, reproduzido por Alberto Rangel de uma carta do Conde a seu pai, falando da nova viagem dos Imperadores, é bem ilustrativo:

“Este projeto ainda mal definido nos preocupa e nos contraria muito”.

Mas lá seguiram para o velho mundo os velhos Imperadores. Presidia ao ministério, desde 20 de agosto de 1885, o famoso conservador Barão de Cotegipe. As outras pastas repartiam-se por Carlos Castrioto Barão de Mamoré, Rodrigo Augusto da Silva, Ribeiro da Luz e Francisco Belisário.

Na volta ao poder, os conservadores, como os liberais, pretendiam resolver principalmente a questão servir pela emancipação gradual aos escravos. E chegaram a atacar o problema, publicando o Decreto de 23 de setembro de 1885.

Mas os abolicionistas, com Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José do Patrocínio e o juiz Macedo Soares a frente, no Rio: José Bonifácio, o moço Antônio Bento, Luís Gama, à frente, em São Paulo; nas demais províncias o mesmo legítimo alvoroço; os abolicionistas não queriam meas medidas só se satisfaziam com a redenção total.

O ministério Cotegipe não desejou ter a glória da Lei-Aurea. Aliás, na frase

lapidária de Tavares de Lira, “a ação de Cotegipe foi quase que exclusivamente política no sentido de amortecer o movimento abolicionista e abafar os prodromos da questão militar que teria de subverter o Império”.

Mas Cotegipe não logrou alcançar nenhum dos seus dois objetivos.

Aos 10 de março de 1883, o gabinete era substituído por outro, ainda conservador, formado por João Alfredo Correia de Oliveira.

Mereceram participar, ao mesmo tempo, dêsse ministério dois paulistas: Rodrigo Silva e Antônio Prado. É que era o “Ministério da Redenção” e São Paulo, no tempo, apesar de que ainda possuísse 105.00 escravos, valendo mais de 700 mil contos, constituía a província em que iam mais adiantados os trabalhos pela abolição total do elemento servil.

Parecerá injusto não mencionar os nomes dos demais titulares. Foram êles: Costa Pereira Júnior, Tomás Coelho e Vieira da Silva.

Com as declarações peremptórias de João Alfredo de que “o programa do gabinete era a extinção imediata da escravidão, aspiração nacional que o ministério teria o empenho em satisfazer, tão perfeitamente quanto a opinião pública indicava e queria” — daí a um mês. D. Isabel assinava a Lei-Aurea, com aquela famosa caneta cravejada de esmeraldas e diamantes, que ostentava as armas do Brasil e dos Orleans e que custara em subscrição pública cerca de contos e quinhentos, com contribuição nunca superior a 500 reis por pessoa. Um dia dêste, pude admirar no Museu dirigido por Gustavo Barroso essa comovente reliquia.

Aliás na fala do trôno, dez dias antes ou seja, aos 3 de maio, lá figurava êste trecho imperecível como garantia de que não se podia dilatar mais, havia soado, enfim, a hora magna:

“A extinção do elemento servil, p influxo do sentimento nacional e d liberalidades particulares, em honra Brasil, adiantara-se pacificamente de modo, que era hoje aspiração aclamada por tôdas as classe, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários”.

“Quando o próprio interesse privado espontâneamente colaborara para que Brasil se desfizesse da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confiava que a câmara não hesitaria em apagar do direito pátrio a única exceção que nêle figurava, e antagonista com o espírito liberal e criador das instituições”.

“Mediante providências que acautelassem a ordem na transformação do trabalho, apressassem pela imigração o povoamento do país, facilitassem as comunicações, utilizassem as terras devolutas, desenvolvessem o crédito agrícola e aviventassem a indústria nacional, p dar-se-ia asseverar que a produção sempre crescente tomariam forte impulso habilitando o Brasil a chegar mais rapidamente aos seus auspiciosos destinos”.

Os Imperantes regressaram ao país aos 22 de agosto, daí a três meses. D. Pedro II, ao encerrar a Assembléa Geral, noventa dias depois, teve destas palavras de carinho e calor para com sua augusta filha.

“Comprazia-se em ver as boas condições do Império, pela terceira vez, entregue à regência da sua filha, a princesa imperial”.

Mais adiante, diz o neto de Marcellino Aurélio:

“Podíamos desvanecer-nos do modo pacífico por que se operou a transformação do trabalho em virtude da lei de 13 de maio, cuja decretação tanto o consoulo das saudades da Pátria, minorando os seus sofrimentos físicos. O Brasil era por êsse ato novo testemunho o

sua idoneidade para todos os progressos morais.

Na verdade, Senhores, fôra o último povo civilizado do mundo a adotar a libertação do homem cativo. Valha-nos ao menos, por esse lado, como lenitivo que existam ainda, nestes dias, de quatro e cinco milhões de escravos entre países secundários da terra. Há pouco tempo, regressando do exílio, na Europa, tive a ventura de viajar com Lady Simon, espôsa do ministro inglês John Simon. Dela ouvi na qualidade de diretora de uma sociedade filantrópica, que cuida de coletar fundos para alforriar escravos em África e na Ásia, essa notícia dolorosa.

Senhores: Não desejo entrar em outros pormenores da vida da Princesa. Já a palavra de D. Maria Eugênia Celso ve-lo-deu, em períodos cheios de sensibilidade. Na semana vindoura, D. Carolina Nabucô irá naturalmente contar-vos, com o encanto de que é capaz, todo o drama da abolição em que o seu grande progenitor tomou saliente papel.

E de Pedro Calmon, o mestre da história, o "causeur" admirado que se seguirá tereis tudo quanto faltar em nós outros, no exame psicológico e social dos acontecimentos.

Posso pois concluir.

D. Isabel clarividência de estadista e, ao mesmo tempo, coração feminino, mereceu conscientemente uma glória por outra.

A conhecida advertência de Cotegipe, fidelidades à sacrificada Princesa.

De que ia perder o trôno, não levara no-

O coração se lhe sobrepusera aos interesses da autêntica herdeira do trôno. Perdera uma coroa perecível e ganhara uma coroa eterna, que seria o reconhecimento indestrutível, não só dos brasileiros, mas da civilização humana.

Com essa coroa lhe viera o título insubstituível por que pessoa a ser tratada — "a Redentora".

E uma vez que a êle me refiro, não resisto ao desejo de dar-lhe, aqui, a origem histórica.

Deve-se êsse precioso esclarecimento a Brício Filho, em evocativa página estampada pelo "Globo", aos 1938.

Quando, no decorrer das festas memoráveis da tarde de 13 de maio de 1888 o povo carioca estava de alegria em uma das nossas praças públicas, surge derrepente o magistrado Macedo Soares, que, desde tempos atrás, vinha, sobranceiro, enfrentando e resistindo a onda negreira. Houve então quem gritasse:

— Aí vem o juiz redentor!

Ao que o venerando magistrado bradou: concorreram para a gloriosa conquista. E o título cabe aquela que lançou a sua assinatura no decreto libertador; chamemo-la — Isabel, "a Redentora".

Entretanto, até 15 de novembro de 1889, as maledicências contra a Redentora, uma vez que afetavam ao seu querido consorte, podiam existir e na realidade existiam. O próprio Conde d'Eu o reconhecia publicamente, na sua despedida, enviada de bordo da canhoneira "Parnaíba".

"Não guardo rancor a ninguém, e não me acusa a consciência de ter cientemente a ninguém feito mal. Sempre procurei lealmente servir ao Brasil, na medida das minhas forças".

"Desculpo as acusações menos justas e juízos infundados de que por vezes fui alvo".

Nestas sinceras palavras, o neto de São Luís de França confessa conhecer a antipatia que o rodeava.

Mas, da data da expulsão da família imperial em diante, começou a nascer e avolumar-se em pouco o reconhecimento de presentes e pósteros.



Não errara D. Pedro II nos seus versos melancólicos do exílio:

“Serenos aguardarei no meu jazigo

A justiça de Deus na voz da história”...

Disse, um dia dêste, na Assembléia Nacional Constituinte (e, depois, aqui, neste austero e espiritual recinto, encerrando a commoração do centenário do

Barão de Ramiz, vi Pedro Calmon ler o tribuna) :

— O veridictum da história é o único que não falta nunca e que não erra jamais.

Na eternidade, não de estar satisfeitos o Imperador, a Condessa e o Conde, porque a história lhes rende justiça, que há de se prolongar imperecivelmente *per amnia soecula soeculorem* como no texto litúrgico, ao menos enquanto o Brasil durar e a sua memória resistir.

## A PRINCESA ISABEL : — O PAI E A FILHA (\*)

RODRIGO OCTAVIO FILHO

Feliz, por ver a sua raça liberta dos grilhões da escravidão, José do Patrocínio, certa vez, proclamou: os reis educam príncipes. O Imperador criou uma mulher!

Fazia o negro magnífico, com estas poucas palavras, o melhor retrato psicológico de Dona Isabel! Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Orleans, Condessa D'Eu. E quantos vêm retratando os vultos magnos de nossa história imperial, reconhecem, como os traços dominantes do caráter do Imperador, o de severo professor das filhas.

Temos assim o prisma humano e familiar de dois personagens que encheram o cenário do Segundo Império: D. Pedro II, político e patriarca: D. Isabel, herdeira de um trono, enérgica, mas amparada, em suas atitudes, por um coração feminino.

É para conversarmos sobre essa Princesa e juntos lhe festejarmos o centenário natalício, que entrei nesta casa — Palácio Imperial de Petrópolis — como que trazido por mão amiga ao país dos sonhos.

Salas e galerias, parque e alamêdas, árvores e plantas, são testemunhas de muitas das graves, solenes ou felizes horas di Brasil de ontem.

Aqui vivem uma família de gente boa, cujo chefe, belo e austero — o Impera-

dor do Brasil — enchia as horas que lhe sobravam das que dedicava ao zelo do bem público, lendo, estudando e usufruindo a ventura de ver crescer filhos e netos. E a vida simples dessa gente boa, encheu de simpatia o espírito das criações da minha geração.

Foram muitas as coisas que sobre elas ouvimos na infância e que ficaram em nossa lembrança...

Não, apenas, histórias de príncipes encantados... Histórias, também, de corações humanos, que se integraram na vida de nossa terra, como matéria de estudo nos bancos escolares, de meditação para os sociólogos e debate entre os doutos, páginas, enfim, de beleza moral abertas sobre um passado ainda não muito distante.

Não há quem, ao estudar a figura de Pedro II, não lhe reconheça a vocação: "Se eu não fosse rei, seria professor de primeiras letras" — disse ele. Realmente, ao lado das qualidades morais que todos lhe reconheceram, de tudo, enfim, que pelo Brasil pôde fazer durante seu longo reinado, um aspecto sobressai sobre os demais: ele foi, em nossa terra, o melhor e o maior mestre de austeridade.

---

(\*) Conferência realizada no Museu Imperial de Petrópolis.

Se assim agiu no trato da política e dos interesses do Estado, outra atitude não podia ter no seio da família.

Aqui mesmo, nos arquivos dêste Museu há vestígios indelévels do interesse de D. Pedro II pelos estudos e educação das filhas. Alcindo Sodré, seu illustre Director, a quem devo a honra de estar neste momento a ocupar vossa atenção, communicou-me duas cartas inéditas, que bem demonstram o interesse pessoal que o Imperador tinha pela formação cultural das princessas. Embora não datadas, devem ser essas cartas de 1862-63.

Diz uma delas: "Capanema. Consultando o programa de estudos de minhas filhas, achei que a lição de Mineralogia e Geologia podia ser mais oportunamente dada nas quintas e sábados do meio dia à uma hora.

Mande-me dizer se pode já começar a dar a lição 5.<sup>a</sup> feira próxima, a fim de mandar o coupé à hora de estar cá ao meio dia ou antes se julgar melhor. Estimo que vá melhor de saúde. Seu amigo D. Pedro 2.<sup>o</sup>."

A outra, resa assim:

"Capanema.

Ai vão os princípios de cristalografia. Logo que puder venha continuar as lições.

Para minhas filhas tomarem gosto pela doutrina que o Sr. Ihes há de ensinar, faço-as ler a obra de Figuier. Elas já concluíram o curso de química e creio que com algum proveito, sobretudo da parte da mais velha. Seu amigo D. Pedro 2.<sup>o</sup>."

Não traduzem estas cartas, apenas, o cuidado de um Imperador pela educação de princessas. O que elas refletem, na singeleza da linguagem, é a preocupação de um pai pelas lições das filhas. Evidentemente o programa de estudos não estava adstrito ao português, à geografia, história, quatro operações, música...

O teor era mais alto: mineralogia, geologia, cristalografia... Ha ainda a salientar, em abono de D. Pedro II, o valor do mestre escolhido. O Dr. Guilherme Schück de Capanema, Barão de Capanema, lente de física da antiga Escola Militar, hoje Politécnica, o homem de ciência a quem o Brasil deve, no setor de suas comunicações telegráficas, os passos iniciais de seu progresso e que fez parte da primeira comissão de limites entre o Brasil e a República Argentina.

E como orientou D. Pedro II a educação e illustração da herdeira do trono? Pondo-a sob a direcção de uma grande dama, cujos dotes moraes e culturais de cartas que deixou, e do retrato vivo que dela fez Vanderlei Pinho, em um dos melhores capítulos de seu livro *Damas e Salões do Segundo Império*: D. Luiza Margarida Borges de Barros, depois Condessa de Barral por se ter casado com um filho do Marquês de Beauharnais, e que tra filha de Domingos Borges de Barros, Visconde da Pedra Branca, homem culto, diplomata, primeiro representante do Brasil independente junto ao Governo francês: poeta que, segundo, transparentemente, provou Afrânio Peixoto, foi um dos percursores do romantismo, uma vez que escreveu e publicou em Paris, no anno de 1825, antes do prefácio de "Cromwell" de Vitor Hugo, em 1.827 e mesmo antes da "declaração internacional do romantismo" de Goethe, em 1831, o seu livro de versos "Túmulos".

Mas além de Capanema, com quem também aprendia alemão, teve a Princesa como mestre de inglês, o padre Marcos Neville, de philosophia, frei José de Santa Maria Amaral, de desenho Marciano José de Almeida, de música, Isídoro Bevilacqua e Pinzaroni, de história e litteratura Joaquim Manuel de Macedo e Sapucahy, de dansas, Jules Toussaint,



ue trouxe pela primeira vez ao Brasil, em 1862, uma companhia de bailados.

Outros mestres teve ainda a princesa lembrando o Dr. Francisco Crispião Valdetaro, cheio de renome e autoridade.

Dominava o Imperador a noção das responsabilidades que iam cair sobre os pequeninos ombros da filha. E não desistiu em preparar-lhe o espírito, dando-lhe os elementos para que pudesse ser, um dia, além de mulher, imperatriz do Brasil.

Dizem mesmo que foi o Imperador quem mais influuiu para que o Barão de Ramiz Galvão fôsse nomeado preceptor dos netos.

E porque não lembrar, aqui neste momento a figura austera dêste brasileiro, cujo centenário de nascimento, há dias, foi lembrado e festejado em todo o país? Nas várias repúblicas que desde 15 de Novembro de 1889 dominando politicamente o Brasil, foi sem dúvida o Barão de Ramiz Galvão, figura recorrente dos tempos imperiais, planta exótica ou padrão de terra boa em zona a ser explorada por lavradores inexperientes.

Pela austeridade, pelo físico, industrial e cultura, tudo nêle recordava tempos dantanho, quando a velocidade máxima era dos coches imperiais transportando Suas Magestades da Quinta da Boa Vista ao Paço da Cidade e nos salões de trabalho e salões da sociedade, a luz de meia dúzia de velas repetia pelas paredes e pelos assoalhos, sombras que lentamente se movimentavam.

Por certo as preocupações de Pedro com a educação das filhas vinham as reconsiderações de sua própria educação. Se tivera mestres de primeiro plano não tivera, na orfandade — lembra Pedro Calmon — desvelo materno e lhe amenizasse a vida e método de estudo madrugador, do almoço matinal, passeio de praxe, das lições exausti-

vas, do vestuário cerimonioso, de uma infância sem as miúdas que confundem anjos e diabretes...

Devemos, pois, concluir que, apesar de bondoso, devia D. Pedro II ser mestre terrível e exigente, rígido e exagerado. Irritante era a sua pontualidade; há quem afirme que lia João de Barros às segundas-feiras e Camões às quintas...

Mas acima de tudo isso, existia o ambiente criado pelo carinho de D. Pedro e D. Tereza Cristina. A própria princesa em papel escrito de seu punho, lembrou os tempos da meninice, na "chácara imperial" de São Cristóvão: "Na minha infância o parque era formoso, sobretudo pelas aléas ensombradas, feitas de mangueiras, de tamarindeiras e de outras árvores. Havia uma soberba alamêda de bambús cujos cimos se cruzavam tão alto, que formavam uma verdadeira abóbada de catedral. Por inspiração de meu Pai, Glaziou traçou a linha plantada de árvores, que vai dar diante da bela fachada do Palácio. Dos andares superiores desta fachada, vê-se ao longe uma parte do mar, do lado do Caju; das duas outras fachadas descobre-se o esplêndido panorama que tem por fundo a Tijuca e o Corcovado".

Palavras escritas no exílio. Palavras de saudade. Boas palavras.

### *Nasceu uma princesa*

O amor não é essencial à vida dos príncipes, escreveu Pedro Calmon. Eu penso que é indispensável à vida de todas as criaturas...

A verdade é que uma "diplomacia inábil" casou D. Pedro II, aos 17 anos, com a bondosa D. Tereza Cristina. O contraste físico entre os dois era flagrante. Ela, segundo os depoimentos, "era pequena, corpulenta, meridional nos cabelos quase negros e nos olhos castanhos; sensível, musicista, cantando maviosas canções de Nápoles, devota,

plácida, maternal". Ele, bem o sabemos, alto, frio, pontual, estudioso, austero, compenetrado de suas responsabilidades e saber, belo e louro como um austríaco.

A vida em comum fê-lo arrepender-se do desapontamento que demonstrara quando, pela primeira vez, viu aquela que iria ser sua companheira de vida e destino. O desajustamento inicial do matrimônio, foi se acomodando e o bom senso do Imperador casou-se com a bondade da Imperatriz. E juntos viveram vida calma e metódica, festejada em 23 de fevereiro de 1845, dezessete meses depois do casamento, com o nascimento de um filho, o Príncipe Imperial D. Afonso que pouco viveu, falecendo em 11 de junho de 47.

Mas a família devia aumentar e conhecidos eram a fecundidade e dotes maternos das princesas italianas de Bourbon: Maria Tereza, dera a Fernando I, das Duas Sicílias, — em 21 anos — dezoito filhos!

Passaram-se outros 17 meses do nascimento de D. Afonso e a Imperatriz, às 6 horas e 25 minutos da tarde do dia 29 de julho de 1846, deu à luz uma menina.

Nascera no Paço da Boa Vista, a princesa Isabel, herdeira do trono, que foi batizada na Capela Imperial e teve por padrinho D. Fernando, rei de Portugal, representado pelo Marquês de Itanhaen e por madrinha D. Maria Isabel, rainha viúva das Duas Sicílias (que já fôra madrinha do neto francês Conde de Cambord), representada, no ato de batismo da neta brasileira, pela Marquesa de Maceió.

Já o Castelo emitira, pelas 7 horas da manhã, o sinal de que Sua Magestade a Imperatriz manifestava os primeiros sintomas do parto. E, conhecido o fato Teófilo Otoni, Vice-Presidente da Câmara, que se orgulhava de nunca ter beijado a mão do Imperador, — respeitosamente declarava aos seus pares:

"No caso de ter lugar hoje o bomcesso de Sua Magestade a Imperatriz fica esta ordem do dia para sexta-feira porque o Sr. 1.º Secretário me informou que então não é possível haver casa

O Brasil inteiro se emocionou com o acontecimento. Parou a vida administrativa do país e todos correram para o Paço: ministros, magistrados, moços, velhos, dalgos, titulares, funcionários, autoridades, vereadores, vestidos com suas casacas, calções e levitas.

Fôra parteiro o físico-mor Dr. Cândido Borges Monteiro, que bem se sabia da nobre empreitada. A notícia correu célere e chegou aos juizes de paz. E as farras, girândolas e bandas de músicos alegraram a cidade. O povo dançou e cantou. E o aviso oficial foi publicado pelo "Jornal do Comércio" do dia 30. Havendo a Divina Providência felicitado a este Império com o nascimento de uma princesa, ontem teve lugar, de uma princesa, a ordem de S.M. o Imperador se faz público que o mesmo Augusto Senhor digna receber hoje, pela uma hora da tarde, em grande gala, no Paço de Cristovão, por tão fausto motivo, o tejo de pessoa que a este ato costumam ser admitidas, na conformidade dos pareceres sobre este objeto já expedidos em 6 do corrente. Secretaria de Estado dos Negocios do Império, em 30 de julho de 1846. — *Antonio José de Paes Guedes de Andrade*".

Por ocasião da batizada, em 15 de novembro, repetiram-se festas e solenidades. Alegria do povo e nos lares a cerimônia lustral seguiu a tradição, contou um historiador: "Dois archeiros, com tunicas pintalgadas de escudetes, a frente dos charameleiros com os instrumentos de prata: seis porteiros de manto da cana, o rei d'armas, precedidos dos juizes territoriais, os diretores dos institutos literários (as escolas à frente das Câmaras!), os Vereadores, Antônio Riquie de Miranda Rego levava o s

João José de Almeida Mascarenhas Ramos a concha de ouro. Aureliano, o poderoso Aureliano, arbitro dos partidos nos confusos dias da maioridade, seguava o círio. José Maria Velho, substituto de Paulo Barbosa na mordomia-mor, servia de mestre-sala. Um uniforme constelado de medalhas infundia respeito cintilante e irrepreensível: O Conde de Caxias. As varas do palio viam-se Olinda com a sua gravidade um tanto triste, de antigo regente; Monte Alegre, Honório, de fisionomia carregada, uma eterna ruga severa entre os olhos autoritários, Lopes Gama, o feroz Teófilo Otoni... Juntavam-se, debaixo daquele tendal de seda, as forças que dirigiam a nação: conservadores, transformadores, liberais...

E a vida da pequenina princesa começou: brinquedos, estudos, passeios e travessuras nas alamedas sombrias da Boa-Vista e nos parques floridos de Petrópolis.

Em 1850, na plena inocência de seus quatro anos, a princesinha Isabel foi proclamada herdeira da coroa brasileira. Aos 14 anos prestou juramento perante as Câmaras reunidas no palácio do Conde dos Arcos, onde, desde 1826, funcionava o Senado.

Isabel estava formosa — “no seu penteado ao gosto de D. Maria II, no vestido branco bordado de ouro e no manto verde, com aplicações do mesmo metal, que lhe pendia dos hombros”.

Ouviu-se, então, a voz da princesinha:

“Juro manter a religião catolica, apostolica, romana, observar a constituição politica da nação brasileira e ser obediente às leis e ao Imperador”.

Ao silêncio respeitoso seguiram-se entusiásticos aplausos.

Começava, naquele instante, a vida politica da que viria ter, a glória de assinar, como Regente, o ato nobre da vida da nação brasileira: a redenção dos escravos.

### *Casou-se uma princesa*

Era preciso pensar no casamento de Isabel. Problema difficil. Principalmente para um pai boníssimo como Pedro II. Não foi, pois, sem razão, e que o “Jornal do Comércio” de 15 de outubro de 1864, referindo-se ao casamento, registrava que o Imperador “tem sabido ser pai como nunca houve melhor”.

Se o casamento de qualquer mortal é foco de mexericos, imaginai o de uma princesa herdeira de um trino. Cochinchos, é certo, se espalharam pelo mundo, principalmente nos parques e salões dos palácios imperiaes da Europa.

No Brasil, porém, dois boatos criaram asas, borborinharam nos salões da sociedade, excitaram os íntimos da família imperial e muito preocuparam a opinião pública. O primeiro dêles propalava o próximo casamento da Princesa Isabel com o Duque do Pôrto, sobrinho do Imperador, filho querido da Princesa brasileira, D. Maria da Glória, o belo Príncipe D. Luís, mais tarde, rei de Portugal.

A opinião popular contrária a êsse casamento, foi firme e acintosa. Como? Um português, príncipe consorte? Mais um lusitano no trono do Brasil? Agitava-se a massa nacionalista, impulsionada ainda pelos ecos lusófbos do tempo da independência.

O assunto repercutiu na Câmara, em cuja tribuna o Deputado Pinto Lima, na sessão de 11 de agosto de 1859 (tinha a princesa 13 anos!) interpelou o Governo sobre o que, a bôca pequena, se rosnava.

Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Presidente do Conselho, respondeu ao interpellante no dia 19: negou o fato, declarando-o infundado e tendo, como testemunhas de suas declarações, a Luís Pedreira do Couto Ferraz, sabidamente confidente do Imperador. Ângelo Muniz, encerrou sua brevíssima oração di-



zendo: “e permita-também a Câmara que eu não acrescente mais uma só palavra ao que acabo de declarar”.

Lopo, após, em 1860, outro boato: a visita do arquiduque Maximiano ao Brasil só tinha um fito: firmar as bases contratuais do casamento da herdeira do trono com o arquiduque Luís José, seu irmão, ou com o Conde de Flandres, seu cunhado. Puro boato. Nada existe documentado nos arquivos de nossa diplomacia. O arquiduque Maximiano não trouxera ao Brasil missão alguma. Era, apenas, um turista acabrunhado que viajava para se esquecer da política de seu irmão, Francisco José, Imperador da Áustria. Inteligente êle era, pois, o que deixou escrito sobre sua viagem merece leitura e deu motivo a uma primorosa página de Afonso Reys, o grande poeta e artista mexicano, que tanta saudade e impressão deixou nos meios culturais brasileiros, quando aqui exerceu as funções de embaixador de seu país.

Pobre Maximiano! Diante de um pelotão de fuzilamento, em Queretaro, viu, com o fim da vida, o fim de um sonho: o império mexicano!

Mas houve outro boato e boato malévolo: o do casamento da Princesa Isabel com Francisco Solano Lopes, ditador do Paraguai! Nada há de verdade a êsse respeito. O próprio amor de Lopez pela inglesa Lynch, é suficiente para desautorizá-lo. Nunca vi citado, documento algum, consignando o fato. Hermes Viagem, no entanto, dêle se ocupa, longamente, com apoio em William E. Barrett.

Maria Eugênia Celso, em sua comovedora oração sobre a Redentora, bordou comentários sobre o assunto o qual, se jamais teve fundamento histórico, se tornou, para nós outros, através da grande sensibilidade da filha de Afonso Celso, motivo de pura poesia interpretativa dos sentimentos femininos...

Vejamos agora a verdade. O que realmente se passou e hoje é história.

Somente em 3 de maio de 1864 — tinha a Princesa 18 anos, o Imperador proclamou em sua sala do trono: “Anunciemo-vos, com prazer, que trato do casamento das princesas minhas muito amadas e queridas filhas, o qual espero se efetue no corrente ano”.

Para fazer esta declaração, o Imperador já devia ter tudo arranjado. Hoje sabemos como as coisas se passaram: A Princesa de Joinville na Europa tecera, como boa intrigante, a trama matrimonial... E, como por encanto, por simples desejo de conhecer plagas exóticas, caminheiros despreocupados, apontaram ao Brasil dois jovens príncipes netos de Luís Felipe: Augusto de Saxa-Coburgo e Gastão de Orleans.

Para as princesinhas brasileiras, que podia haver de melhor, nos meios imperiais do mundo, do que êstes jovens louros e de sangue azul? Pouca fortuna tinham e nenhum futuro político os esperava.

Nêles — escreveu Pedro Calmon — “fôra lícito rever o Príncipe Alberto — louro e delicado espôso duma rainha voluntariosa e pouco bonita”.

Mas D. Francisca, a Princesa de Joinville, tudo concertara, mas nem tudo previra: o Príncipe Augusto, com seus magníficos 19 anos, seria o marido da Princesa Isabel... e o Príncipe Gastão, mais velho, com 22 anos, casar-se-ia com a Princesa Leopoldina...

Em 7 de fevereiro, D. Francisca, casamenteira, enviava ao Imperador um retrato do Conde D'Eu, e escrevia: *On pourrait mettre la main sur lui pour une de vos filles ce serait la perfection. Il est grand, fer, beau garçon, bon, doux, très aimable très instruit, bon, mant d'étude et de plus il a déjà une petite renommée militaire.*

Que impressão teve o Conde D'Eu ao desembarcar no Rio de Janeiro, n

dia 2 de setembro? Má, por certo. O que podia impressionar-lhe o espírito além da natureza? A cidade? o povo? Não nos esqueçamos de que vinha da nobre Inglaterra.

Seu primeiro contacto com plagas brasileiras déra-se em Recife, onde chegara em 27 de agosto. Teve bom acolhimento e gostou da terra e da gente, embora tenha achado a cidade horrível — registra Alberto Rangel “com pontes em ruínas e as pequenas lojas ignobeis, onde se penduravam résteas de cebolas e feixes de velas de sebo”. Mas o príncipe francês viu também que “nos subúrbios desabrochavam chácaras floridas no meio da vegetação tropical”.

Assistiu à missa na igreja de Santo Antônio, sendo saudado pelo pároco, um negro, o que levou o jovem príncipe a consignar em seu Diário: “*premier symptôme de cette facilité accordée aux membres des races inférieures de s'élever au niveau de la blanche, que nend la civilisation brésilienne si supérieure sous ce point de vue, a celle d'autres pays matériellement bien plus avancés*”.

Na recepção do Palácio do Governo, presidida pela senhora do Presidente Domingos de Sousa Leão, a ela dirigiu algumas palavras em mau português. E, lembrando-se desse encontro, escreveu o príncipe em seu citado Diário: “ela me respondeu, com tal desembaraço que sabia falar francês, que eu tive que recolher tôda a minha erudição”.

É evidente que o príncipe teve melhor impressão de Pernambuco e Bahia, do que do Rio de Janeiro: “*Mais, disse-ile, soit la teinte uniforme que le soleil presque vertical resplendait à cete heure du jour sur tons les objets, soit la brume que s'étendant tout le long de la baie, permittait les couleurs du paysage, soit tout autre chose, je ne fus point aussi frappé que je m'y attendais, de la subtilité de la baie de Rio. La végétation qui entoure Pernambuco et la rade de*

*Bahia, moins vantée d'avance, m'avai-ent fait une plus vive impression*”.

Pitorescas são suas observações, ao consignar, com espanto, a presença de um escudeiro preto tratando à porta da carruagem que o transportava à Quinta Imperial: “*À la portière trotte un palefrenier coiffé d'un chapeau tuboidal, en redingotte verte galonnée d'argent e d'or et em bottes à revers, et cot homme est noir. Rien ne m'a plus choqué, parmi les milles petites bizareries de ces pays, que de voir un nègre en culottes... de peau et bottes à revers*”.

Deixemos, porém, de lado, as impressões pessoais do Conde D'Eu, para tomarmos parte nos festejos populares e sociais do casamento dos príncipes, cujo amor desviou os cálculos casamenteiros de D. Francisca, Princesa de Joinville. Isabel e Gastão se amaram sinceramente, comp jovens burgueses da melhor massa: namoraram, noivaram, casaram, tiveram filhos, nestos e fizeram da vida, que juntos viveram, o mesmo rosário de horas boas e horas más, igual ao da maior parte das criaturas humanas. Apenas, não conseguiram gozar o delicioso anonimato dos que, no drãma da vida, nasceram para espectadores...

Foi o casal principesco ativo elemento de nossa vida política e social, cujas atitudes, era matéria prima da história, que todos os dias os acontecimentos iam tecendo.

Chegou, afinal, o dia do casamento: 15 de outubro de 1864. O noivo, Príncipe Luís Felipe Maria Fernando Gastão de Orleans, Conde D'Eu, filho do Duque de Nemours e neto de Luís Felipe, rei de França, nascera no Castelo D'Eu, em 28 de abril de 1842.

O casamento realizou-se no Rio de Janeiro na Capela Imperial. A lua de mel... é lógico... veio o casal apaixonado passá-la aqui, em Petrópolis — onde a Câmara se juntou ao júbilo de Suas Magestades e do povo. Os Vere-

dores Municipais realizaram no próprio dia do casamento, uma sessão da qual constou unicamente o seguinte requerimento de José Antônio da Rocha, imediatamente aprovado:

“Requeiro que fique autorizado o Procurador da Câmara, para, sem perda de tempo, mandar colocar mais dois lampões de iluminação pública, à rua dos Mineiros, no lugar mais conveniente e próximo à residência de SS.AA”.

É essa uma informação de Paulo de Matos Rudge, que nos ensina mais, que a casa a que se refere o requerimento e serviu de residência aos noivos, era o palacete do Barão de Ubá, situado à rua dos Mineiros, hoje Silva Jardim e onde moram atualmente as Irmãs do Colégio de Sion.

As solenidades do casamento, todos vós conheceis através da leitura de crônicas e páginas de histórias. Engalanhou-se a modesta família Imperial. Sairam dos armários as fardas verdes dos grão-senhores. A pequena igreja era insuficiente para acolher os convidados oficiais. Presidiu o ato religioso, o Arcebispo da Bahia, D. Manuel Joaquim da Silveira. Testemunhas da noiva, foram o Presidente do Conselho, Senador Furtado e o Visconde de Itanhaen; do noivo, o primo irmão Duque de Saxe e o Marquês de Olinda. E começou, então para ambos, uma boa, simples e modesta vida de mútua felicidade. Os gênios e temperamentos não eram iguais. Daí o equilíbrio: Gastão de Orleans, como o avô Luís Felipe, era liberal. Isabel de Bragança era, como o pai, conservadora. Mas ambos eram inteligentes e bons. E o amor fez o resto...

### *A redentora*

Devo esclarecer — minhas senhoras e meus senhores — que esta nossa conversa, está sendo orientada com a melhor das intenções... Pretendo enqua-

drá-la dentro do tempo normal de uma conferência, isto é, equilibrar a vossa paciência com o tamanho dela...

Impossível se torna lembrar, com minúcia dos historiadores, toda a vida da princesa. Jamais pretendi, aliás, fazer-lhe um retrato de corpo inteiro e tamanho natural... Apenas um esboço de três quartos, esbatido,

Continuemos.

D. Pedro II fez três viagens à Europa. Isabel, por três vezes, como Regente, o substituiu no governo com critério, sabedoria e patriotismo, apesar de sua ogerisa à política.

De 25 de maio de 1871 a 31 de março de 1872, foi a duração da sua primeira regência, sendo Rio Branco presidente do Conselho. Durante a segunda — 2 de março de 1876 a 25 de setembro de 1877 — governou com o ministério de Caxias. E a terceira e última — de 3 de junho de 1877 a 22 de agosto de 1888, com os ministérios organizados por Cotegipe e João Alfredo.

Durante os exercícios da primeira e da terceira regência assinou os atos que lhe aureolaram a cabeça com a coroa da redenção: a lei do ventre livre (2 de setembro de 1871), e a lei áurea (1 de maio de 1888).

Foi, pois, Isabel predestinada a fazer bem ao Brasil. O destino ligou-a ao passo de maior repercussão na vida nacional. Aceitou esse destino, com orgulho. E ajudou e forçou os acontecimentos com indomável convicção, patriotismo, espírito religioso e indiferença aos que se opunham aos inflamados e sinceros desejos da Nação.

Foi nessa emergência que mostrou sua forte personalidade. Agia pessoalmente e com a consciência das idéias fixas. Se não fôsse a sua força de vontade, a emancipação dos escravos talvez só tivesse vindo, com a proclamação da República.



Bem sabia a princesa que, precipitando a ação libertadora, perderia o trono. Mas para ela, mais valia a vida humana. Em acontecimentos dessa natureza, são a alma, o coração, a vida das nacionalidades tem que haver convergência de desejos, idéias e intenções. Assim foi no Brasil, quanto à extinção do elemento servil. Leia-se o que sôbre toda a fase da luta que antecedeu e se seguiu a proclamação da lei áurea, escreveu André Rebouças, em seu "Diário". Não se pode negar veracidade às anotações em que revela não só o ponto de vista pessoal de tudo de que foi testemunha de primeira parte, mas essencialmente, palavras de outros disseram por trás dos repósitos, atitudes individuais, confidências, sussurradas pelos personagens que atuavam ativa ou disfarçadamente, durante todo o período, na vida política e social do segundo império. A propósito da lei áurea, lei que marcou uma nova etapa na vida do Brasil, escreveu Rebouças em 8 de junho de 1889: "Em conversação com o Senador Teixeira Júnior, Visconde do Cruzeiro, que recorda a iniciativa sobre a abolição em 1870, e minha colaboração na Lei de 28 de setembro de 1871. Disse esta frase realista: Quem fez a lei de 13 de maio foi a confederação Abolicionista, sitiando a Câmara dos deputados e o Senado com seus 8 estandartes, com bandas de música e uma multa de 1.000 e 3.000 pessoas... A frase de Visconde é, na verdade, realista. Mas o que na vida das nações, os acontecimentos que lhe abalam a estrutura e o destino, se pode considerar como elemento real dos fatos? A convergência de atitudes, por vezes imponderáveis e a execução de atos concretos e objetivos? É lógico que sim. No Brasil, a emancipação, não fugiu a essa regra. Mas a princesa não foi útil em atitudes imponderáveis. Ao contrário: agiu sempre, objetivamente, ocultando, jamais, a firmeza de suas idéias e intenções abolicionistas.

Não recornaremos aqui todos os fatos. Lembremos um só, de importância capital, proclamado por ela, no momento justo em que previu que podia precipitar os acontecimentos.

Estamos em 3 de maio de 1888: dez dias antes do dia que com a mão firme assinaria a esperada lei. A assembléia está reunida para ouvir a Fala do Trono. E a Regente, convicta e responsável, dias antes do dia que, com mão firme, disse: "A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberdades particulares, em honra do Brasil adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por todas as classes com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários.

Quanto ao próprio interesse privado, vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito patrio a unica excepção que nêle figura em antagonismo com o espirito cristão e liberal de nossas instituições.

Mediante providências que acautelem a ordem na transformação do trabalho, apressem pela imigração o povoamento do país, facilitem as comunicações, utilizem as terras devolutas, desenvolvam o credito agricola e avivtem a industria nacional, pode-se asseverar que a produção sempre crescente tomará forte impulso e nos habilitará a chegarmos mais rapidamente aos nossos auspiciosos destinos".

Assim falou Isabel: com convicção, esperança e certeza. Síntese da força do passado, orientada no mesmo sentido. Força que vinha de longe e que na Bahia, em 1879, fez reviver a campanha abolicionista com o grito de alarme de Jerônimo Sodré.

Lida a Fala do Trono, subiu para Petrópolis, depois de receber, juntamente com o ministério, extraordinária ova-

ção. Mais do que nunca lhe agradaram as camélias do Quilombo do Leblon, ofertadas por João Clapp. E aos seus ouvidos chegaram os ecos dos discursos pronunciados por Dantas, Nabuco e Patrocínio.

No dia seguinte, 4 de maio, consigna Rebouças em seu "Diário": "Almoçaram no Palacio Imperial de Petropolis, 14 africanos, foragidos das fazendas circundvizinhas. À noite a musica do Imperador percorreu as ruas, em ovação ao mordomo Nogueira da Gama, que libertara todos os seus escravos, e ao advogado Marcos Fioravanti, que desde 1.º de abril dirige o exodo sob a proteção de Isabel".

A política vivia agitada em tórno do problema grave da abolição. Gente nova surgia no cenário político, uma vez que a morte ia fazendo desaparecer os velhos baluartes das instituições: Caxias, Rio Branco... Nas praças públicas agitavam-se os comícios. Tinha prestígio popular, quem melhor e mais vêzes se fizesse ouvir pelo povo. A "eleição direta" dominava os espiritos. O "imposto do vintém" occasionou tumultos, assustando o Imperador, que escreveu ao amigo Gobineau: "É a primeira vez que isto succede no Rio de Janeiro, desde 1840. Ha quasi 40 anos que presido ao governo em que tivesse havido necessidade de atirar no povo".

Justa ou injustamente crescia a impopularidade do Conde D'Eu, impularidade que não podia deixar de refletir na esposa que era acusada de horror à política e fanatismo religioso. E que terríveis eram, entre outras, as diatribes, ofensas e calúnias de Apulcro de Castro, no "Corsário"!

Por essa ocasião, os Condes D'Eu, faziam vida social em Petrópolis, onde recebiam tôdas as terças-feiras, das 2 às 4. E Isabel promovia batalhas de flores e festas, cujo produto recolhia para redimir escravos.

Nas Laranjeiras, no Palácio Isabel às 8 horas abriam-se os salões, para auras musiciais; os famosos "serenades" da princesa. "Desertando dêsse salão política, que o rondara dez anos antes, aí se instalara a arte. Pelo menos esquecia no Paço Isabel a melancolia de São Cristovão, o seu mobiliário antigo e o silêncio de convento; e não faltava quem dissesse que a Imperatriz achava muito frequentes, muito ruidosas as horas de arte da filha com valsas vienenses, concertos de violino do cubano Whistler, árias da moda e sorvetes no estilo de Joinville, nos Némours, dos outros parentes de França".

Distribuía o tempo que lhe sobrava das obrigações da vida pública, com a música e a religião. Na música, o grupo da princesa era o do Clube Beethoven, que tinha sua sede na Glória, do qual eram animadores R.J. Kohn e Benjamin, violoncelista de fama, J. White, cubano e bem moreno...

Realizava o clube seguidas reuniões em que as principais cantoras eram de figuras de relêvo na sociedade: Annieta Saldanha e Josefa de Sualles.

Monsenhor Luís Raimundo da Silva Brito, vigário geral da diocese do Rio de Janeiro, depois Bispo de Olinda, pregador da Capela Imperial era o orientador espiritual.

Junto à campanha abolicionista, havia o movimento republicano. Na presença, porém, detinha a princesa em seu fim o propósito. Era visível em sua fisionomia severa, a satisfação pela marcha dos acontecimentos.

Incentivando atividades, sabia e aproveitava o que se passava na chácara de João de Seixas Magalhães, conhecida como "Quilombo do Leblon" frequentada por Nabuco, Patrocínio e o grupo mais ativo dos abolicionistas, dos quais vive-aire forte e saudável, como única testemunha da maravilhosa luta, o republicano Francisco Filho.

Apesar da campanha que contra ela se fazia, a princesa era respeitada. “Eu nunca vi — escreve Filinto de Almeida, em uma crônica de bom humor — uma pobre senhora indefesa ser agredida por tanto beijo na sua mão aristo crática”.

Mas o Imperador adoecera. Isabel, que se achava na Europa, chamada por telegrama chega a Recife a bordo do “Gironde” e sente o ambiente agitado por José Mariano e Joaquim Nabuco. Lê com satisfação o conselho que lhe dá o “Diário da Bahia”: “Faça de sua regência abolindo o cativoiro, o seu melhor título de sucessão”. Sabia, talvez, não ser isso verdade. O vendaval republicano continuava.

O Imperador partiu enfermo para a Europa deixando-a novamente, sentada no trono. Dela se despedindo chorou. E o mesmo cronista, já citado, descreve o embarque de S.M.: “Eu vi S.M. embarcar no “Gironde”. A sua longa sobrecasaca preta, abotoada de alto a baixo, bem deixava ver, pela abundância das dobras, a magresa do corpo que envovia; o rosto emaciado e comprido, a barba crescida e aguda, o crânio ligeiramente achatado, os cabelos empastados e húmidos, os olhos sem brilho e os lábios secos, davam-lhe um aspecto de convalescente ainda não livre de perigo”.

Ao assumir pela terceira vez a regência do Brasil, o casal de príncipes ia injetar no ambiente político desorientado, dois elementos novos: a emotividade da princesa e o liberalismo do príncipe.

Os acontecimentos políticos oriundos da campanha abolicionista criavam no entanto, fundada incompreensão entre a princesa e o ministério, presidido por Cotegipe.

A prisão de certo oficial do exército pela polícia deu origem a uma nova questão militar. Cotegipe se demitiu. João Alfredo é o novo chefe do governo. E logo apresentou, em 8 de maio, a

deliberação legislativa o projeto de lei: “é declarada, extinta a escravidão no Brasil”.

Beaurepaire Rohan diz o Rebouças: — “estou mais contente do que si eu mesmo fosse o liberto!” O projeto vòu. No dia 3 a Câmara vota a extinção da escravidão por 89 contra 9. Em sessão extraordinária o debate é encerrado depois do discurso maravilhoso de Nabuco. O Senado aprova o projeto em primeira discussão no dia 12. Nesse dia era enorme a anciedade da princesa. Ela sabia o que ia acontecer. E escreveu à sua querida amiga Amandinha, Baronesa de Loreto, a “querida”, “queridíssima” da tantas cartas, o seguinte bilhete, a lapis, rápido: “Muito e muito obrigado por tudo queridíssima. Até o grande dia de amanhã”.

Dia 13 de maio. O Senado aprova a lei, em terceira discussão. Não fizeram esperar a princesa, que com mão firme assinou o decreto da redenção dos escravos. O que se passou todos vós sabeis. Foi o momento de maior emoção na vida do Brasil. José do Patrocínio com lágrimas nos olhos disse, diante de Isabel: — “Minha alma sobe de joelhos a estes Paços!” E disse mais: “Vossa Alteza está salva”.

“Pode governar”.

Dois dias depois, recebeu o grande ato da regente a aprovação paterna. D. Pedro II, do seu leito de enfermo, enviava à filha o seguinte telegrama: “Abraço a Redentora”. E Leão XIII fêz-lhe presente da Rosa de Ouro.

*Isabel e amandinha, as duas amigas*

Isabel teve boas amigas. Foi constante nessas amizades. Hodemos citar algumas: *Mariquinhas*, Maria José Velho de Avelar, Baroneza de Muritiba; *Eugêninha*, filha de João de Sousa da Fonseca Costa, Visconde da Penha; *Maria Cân-*



*dida*, filha do Marquês de Sapucahy e que foi casada com Carlos Honório de Figueiredo; *Carlota*, Carlota Guilhermina de Lima e Silva, irmã do Duque de Caxias; *Maria Aninha*, filha do Barão de Suruhy.

Uma porém, mais íntima: *Amandinha*, Baroneza de Loreto.

Quem quizer aquilatar o grau de fraternal amizade que uniu estas duas delicadas criaturas, desde aquela tarde em que, brincando juntas, Isabel, involuntariamente, com um ferro de jardim vasou-lhe um dos olhos, basta folhear os três grossos volumes de cartas que fazem parte do arquivo do Instituto Histórico.

São cartas simples, cartas cuja leitura é indispensável a quem queira conhecer a grandeza d'alma de Isabel, o seu carinho de mãe, o seu desvelo de filha, o seu encanto de espôsa, a sua sinceridade de amiga, o caráter, o coração, a faceirice, o pouco de vaidade, o medido orgulho, tudo o que lhe definiu a personalidade.

Lí-as tôdas, e foi, talvez, essa leitura o que melhor me fez conhecer os sentimentos íntimos da princesa.

A primeira das cartas arquivadas, tem a data de 16 de fevereiro de 1863. Inúmeras são simples lembretes para as festas no Palácio Isabel. Muitas dizem: "haverá dansas"; outras: "haverá música"; ou comunicam que o *coupé* irá buscar a amiga, para que não chegue tarde...! Algumas são datadas da Europa. Uma delas escrita da Inglaterra, em 28 de dezembro de 1870, quando a França ainda sofria as conseqüências da guerra com a Prússia, merece ser conhecida. A certa altura escreve a princesa: "Agora deixe-me falar-lhe de uma obra de verdadeira caridade. Você terá lido nos jornais a extrema miséria a que estão reduzidos a maior parte dos habitantes da França, e estou certa que V. não terá ficado indiferente a tanta infelicidade: aldeias inteiramente queimadas e seus habitantes privados de tudo e até de roupas.

Aqui na Inglaterra formou-se entre outras sociedades, duas para socorrer essa pobre gente, uma de homens e outra de senhoras. Talvez no Brasil pudesses fazer cousa semelhante e conto com você, seu pai e seu marido, para darem algum andamento a isso. Foi a viuva do célebre escritor francês Montalembert quem escreveu pedindo que vissemos se do Brasil não podiam obter algum auxílio..."

E a carta termina com uma explicação necessária e um pedido: "Além disso que se trata não é de política mas sim de caridade. Queira, pois, entender-se com o Barão de Bom Retiro a quem Gasto escreveu uma longa carta a esse respeito".

Pouco, antes, em 31 de outubro de 1870, outra carta, afirmava uma verdade que, hoje poderia ser escrita:

"Você há de ter visto pelos jornais talvez, como além de todo o resto, os Prussianos têm-se mostrado verdadeiramente bárbaros".

Cartas de todo o gênero, tratando de tudo, com singeleza, são as de Isabel. Mais um exemplo. Tendo se divertido em Petrópolis, durante o Carnaval relatando as lutas do entrudo: "Por aqui muito limão se gastou e felizmente não houve desastre que lamentar nas batalhas". Whiet só é que para lá partiu hoje com o olho esquerdo um pouco magoado da luta que teve lugar em casa de Mariquinhas Tosta, ontem".

Em um bilhete sem data dirigido à sua *querida, queridíssima*, não esconde uma ponta de faceirice: "Faça-se bonito. Eu vou com o meu vestido côr de rosa mas com o corpo aberto". "Papai está lendo e por isso não continuo"... é frase de uma carta. E em outra: "...venha falar-lhe agora de meus filhos: O Conservatório e a Academia de Música..."

Seria para mim agradável, minhas Senhoras e meus Senhores — se pudessem continuar a falar-vos nas cartas da princesa. Desejo, porém, refirir pequen-

trechos de duas, escritas à sua maior amiga.

Uma delas, é de 10 de março de 1892, depois da morte do monarca: “Quanta dor queridíssima! Como papai estava belo! No meio da nossa grande desgraça foi uma consolação para mim vê-lo partir para um mundo melhor, todo em Deus, e rodeado de respeito, simpatia e admiração gerais. Êle gostava também tanto de você”.

E depois dessa nota de comovedora intimidade, escreve em 17 de abril de 1894, talvez um pouco revoltada: “... Não sabemos nada do Paço Isabel. Lemos que tinha servido de abrigo durante o bombardeio. Para bandeira de misericórdia estava êle sempre pronto a servir”.

### *A carta mal creada*

Já que estamos às voltas com a correspondência da princesa, não nos esqueçamos da mais notável de tôdas as suas cartas: a que escreveu ao Imperador, quando o Conde D’Eu foi nomeado, em substituição ao Duque de Caxias, comandante em chefe do exército brasileiro em guerra contra o Paraguai.

Ê conhecida a luta do príncipe para participar da guerra. Tudo fez para conseguir o seu intento. Suplicou. Reclamou. Protestou. A recusa do Imperador era insistente. Outra não era a resposta dos políticos.

Sincero, Gastão de Orleans, em longa exposição ao sogro, advogava a sua causa e o seu desejo: “Mas quererá se dizer que êste meu anelo de ir pelejar contra os ofensores do Brasil é desarrazoado? Que mostra oc uma mania sangrenta ou ambição? Pois seja ambição. Creio que posso confessá-la sem passar por um novo Maximiliano e que se há ambições justificativas, esta o é”.

“Porei de parte aquela espécie de brio militar com que o sangue me gira nas

veias, herança de Roberto o Forte, de São Luís, de Henrique IV e do mesmo Luís Felipe, pois o Rei da *paix a tout prix* tinha começado sua vida política dando pancada nos invasores da sua pátria e não de pouco lhe serviu, depois, esta lembrança”.

“Porei tudo isto de parte porque entendendo que o passado não deve servir de regra para o futuro e que aquelas são já cousas estranhas para mim, que só quero pensar e falar sob pontos de vista brasileiros”.

Chegou-lhe, afinal, o dia. O Duque de Caxias, deixara o comando Supremo, e Pedro II, depois de tanta recusa, em carta de 20 de fevereiro de 1869, menos convite do que ordem, manda que o genro parta pelo primeiro vapor e assumo o comando.

A guerra estava no fim. Batalhas de vulto, lances heróicos, já pertenciam ao passado. As glórias individuais já estavam distribuídas. O inimigo se infiltrara nas selvas. Começavam as guerrilhas, com o fim único de prender, vivo ou morto o ditador Lopez.

Sogro e genro discutiram o assunto. Ficara o Conde D’Eu naturalmente desconfiado com o inesperado e os termos da ordem recebida. Por que uma tal reviravolta na opinião do Imperador? Êste, no entanto, impaciente, ordenava que partisse quanto antes. A missão podia não ter brilho, mas era, sem dúvida, penosa.

Isabel, porém, ficou indignada. Mais do que isso, apavorada com a idéia de que o seu Gaston fosse parar naqueles charcos onde a cólera dominava... Nada disse. O pai que mudasse de idéia. Três anos levava recusando os desejos do genro. Por que tão brusca mudança de atitude?

E escreveu uma carta surpreendente: documento que lhe brotou do coração, no qual surge a mulher em tôda a sua

plenitude. Isabel esqueceu-se de que era a herdeira do trono. Do que não se esqueceu foi de que o seu amado Gaston, lhe era o marido...

Eis a carta, atrevida, malcriada, que escreveu a princesa: "Meu querido Papai — Gaston chegou há três horas com a notícia de que Papai estava com um desejo vivíssimo de que êle fosse já para a guerra. Pois será possível que Papai que ama tanto a Constituição, queira impor sua vontade aos Ministros, ou que êstes estejam bastante fracos de caráter para que um dia digam branco e outro preto? Teriam êles unânimamente e ao mesmo tempo mudado de parecer, como Papai? Porque não convidam o seu Caxias para voltar para lá? Êle já está melhor e os médicos lhe recomendam os ares de Montevidéu".

Depois de tôda essa velada ironia, Isabel se acalma e escreve: "Pois será Gaston que sem mais nem menos vá já para a guerra, só porque houve boatos de subvenção de riograndenses? E é papai que acredita logo nisso, quando tantas vezes recusa crer o que se lhe está asseverando?"

E continua escrevendo ao pai, com liberdade surpreendente e porque não dizê-lo com grande atrevimento:

"Lembro-me, Papai, que na cascata da Tijuca, há três anos, Papai me disse que a paixão é cega. Que a sua paixão pelos negócios da guerra não o torne cego. Além disso, Papai quer matar o meu Gaston. Feijó recomendou-lhe muito que não apanhasse muito sol, nem chuva, nem sereno; e como evitar-lhe isso quando se está na guerra? Caxias não pode continuar lá porque tem uns ataques de cabeça que só podem curar, e além disso poderia ficar em Montevidéu, onde se dá bem; e seria o meu Gaston que iria apanhar por lá uma doença de peito, que muito raras vezes se cura?"

Do desespero passa ao egoismo e diz: "A falta de meu bom Gaston seria muito mais prejudicial para o Brasil do que de Caxias — e agora que há cólera em Montevidéu! o que papai saberá é que se Gaston fôr para Assunção para lá também irei com a minha Rosa, que compartilha bem minhas dores".

E teatral, proclama: "Irei até o fim do mundo com o meu Gaston".

Depois dessa dramática declaração de amor, torna-se mais submissa: "Papai talvez faça idéia do que estou sofrendo e por isso perdoê-me se disse alguma inconveniência. Queima a carta, mas conserve bem no espírito o que lhe digo. Preciso desaforar-me, e só chorando não posso fazê-lo. Espero em Deus que o meu Gaston ainda não irá. Pode talvez a guerra estar acabada até que venha a resposta de Paranhos. Podem vir outras cousas".

Escritas estas palavras de esperança, exclama: "Meu Deus! Meu Deus! Não sei verdadeiramente como veio essa decisão súbita, quando o que agora só quero se tem que fazer é o papel de capitão do mato atrás do Lopez". "Adeus Papai, Perdoê-me".

O Imperador não cedeu. O Príncipe partiu e partiu contente. A princesa conformou-se. Não comentemos esta carta de Isabel. É uma linda carta de mulher!

### Ocaso

Logo após a emancipação dos escravos, recusou-se a oposição. A inoportunidade da lei de 13 de maio — dizia-se — era manifesta: não trouxera como consequência, os remédios necessários substituição do trabalho servil, pelo trabalho livre...

Assim falavam os oposicionistas do governo, alimentando, consciente ou inconscientemente, a campanha republicana.



O que se passou no Brasil, entre 13 de maio de 28 a 15 de novembro de 89, pode ser considerado como a eclosão de uma idéia alimentada pela fatalidade de forças sociais e políticas, e que vem seguindo, ainda hoje, aceleradamente, as etapas de sua evolução.

Proclamada a República, seguiu Isabel para o exílio. Durante a viagem, registrou com luxo de pormenores, o que se passou nos últimos instantes de vida do Império. Escreveu a bordo do "Alagoas", um documento precioso para a elucidação de fatos e atitudes. É o depoimento de Isabel. Página de história. Página de sentimento. "Dizer o que se passou em nossos corações, não é possível!" — escreveu ela. "A idéia de deixar os amigos, o país, tanta cousa que amo e que me lembra mil felicidades que gozei, fez-me romper em soluços!! Nem por um momento, porém, desejei uma menor felicidade para minha pátria; mas o golpe foi duro".

No dia 2 de dezembro, aniversário do Imperador, ao jantar, todos beberam a sua saúde. D. Pedro agradeceu, com estas palavras: "à prosperidade do Brasil".

Exílio. Morte da mãe e morte do pai. Adaptação a uma vida diferente.

Em 92 escreve uma carta a João Alredo, na qual emite conceitos sobre a evolução que ensanguetava o Brasil, e

à qual queriam, alguns, dar caráter de reação monárquica. "Lamento sempre as circunstâncias que armam irmãos contra irmãos", e acrescentou: "De forma alguma desejo animar semelhante guerra, e tanto mais que não vejo nela base segura, e nem êxito muito provável. Doe-me o coração pensar que talvez só leve a fazer ainda maior número de infelizes. Além disso pelo que me costou-me, são empregados subtrfúgios para obter dos visinhos garantias que repugnam à lealdade. Quando a política deixará de empregar meios que diminuem a grandeza moral dos povos e das pessoas! É assim que tudo se perde e nós nos perdemos".

Esta carta essencialmente política, traz a seguinte assinatura: Isabel — a assinatura da imperatriz do Brasil... E a vida no exílio continuou simples mas golpeada pela morte de D. Antônio, soldado da grande guerra, o filho mais moço.

No dia 14 de novembro de 1921, faleceu a Redentora. Amandinha Dória, Baroneza de Loreto, recebia, no mesmo dia, um telegrama de Paris: "Imersa na maior dor comunico queridíssima Princesa falecida de fraqueza cardíaca agravada por congestão pulmonar. Rezem por nós, Conde D'Eu."

Extinguira-se uma bela vida. Deixou de bater um grande coração de mulher.

## ARQUIVOS PORTUGUESES E HISTÓRIA BRASILEIRA

PEDRO CALMON

Dizer-se que só uma parte exígua dos ar-  
dquivos portugueses é conhecida no Brasil,  
e o resto, o imenso resto, ali — nos velhos  
cartórios — aguarda a visita, o interesse, a  
curiosidade, o senso histórico dos pesquisa-  
que os escritores brasileiros em geral ignoram,  
todos imaginam. Mas não é menos certo  
doses vidos de verdade, será repetir o que  
e a exata importância daqueles arquivos. É  
não só as possibilidades, como a localização  
vê-los; bater às portas — para nós sempre  
abertas — de cada um dêles; subir-lhes as  
escadas mosteiras, entrar-lhes o tesouro ocul-  
to, mergulhar nos seus arcanos, sondar-lhes  
o oceano de papéis guardados — para que  
tenhamos a impressão deslumbrada dessa ri-  
queza. Supera a expectativa; alarga os hori-  
zontes, que julgávamos restritos, à falta de  
documentação idônea; reforma as idéias fei-  
tas, sobre o passado nacional; e rasga-lhe  
roteiros imprevisos. Sem exagero poderá  
afirmar-se, que a história do Brasil continua-  
rá incompleta, sensivelmente omissa, sem a  
revisão geral que os documentos portugueses  
aí nos estão a sugerir — principalmente para  
os séculos II e III da nossa formação.

Para tanto, a casa-mãe é o *Arquivo His-  
tórico Colonial*, que conserva a papelada do  
Arquivo Ultramarino, com todo o material  
dos ministérios, na parte que se relaciona com  
os domínios — entre estes outrora, e primeiro,  
até 1822, o Brasil.

Instalado confortavelmente no antigo pa-  
lácio do conde da Ega à Junqueira, num sítio  
ideal para as academias e os paços reais, aí  
a consulta é fácil, o manancial abundante,  
formidável a documentação classificada, e em  
ordem, ordem racional de sistemática, a que  
está sendo estudada, peça por peça, entre mi-  
lhão e meio (quem sabe?) de papéis de toda  
espécie. A Torre do Tombo, acomoda digna-  
mente na ala direita do palácio de S. Bento,  
em condomínio com a Assembléa Nacional

e a presidência do Conselho, levá-nos a r-  
giões mais distantes e a épocas mais remotas.  
Não se diga, porém, que é secundária valia  
para a história brasileira depois da criação  
do Arquivo Colonial. Já diremos das coleções  
excepcionalmente valiosas que lá estão. Passa-  
mos ao arquivo dos feitos findos (institu-  
ção que deveremos imitar) ao convento  
Jesus, na Estrela; à biblioteca admirável da  
Academia de Ciências de Lisboa com os se-  
manuscritos e os seus ciméios sem preço;  
Biblioteca Nacional que abriga muitos códices;  
à biblioteca real da Ajuda, à soberba bibli-  
teca de Évora, de análoga importância;  
bibliotecas universitárias, a principal das qua-  
is a de Coimbra, não poderá desligar-se da his-  
tória da nossa cultura; ao esplêndido Ar-  
quivo Histórico Militar; à Biblioteca Pú-  
blica do Porto, felizmente catalogada, a  
seção que mais de perto nos interessa, a m-  
numental, Braga — e logo percebemos que  
muitos, longos anos serão precisos, para que  
se faça o levantamento metódico de toda es-  
abastança... que nos falta.

Menos se tem falado nos arquivos par-  
culares que, em Portugal, coligiram, mauté-  
ou recnem, documentos exparsos, ou fami-  
cartórios das casas de Palmela, de Cadaval,  
várias épocas do período colonial — com  
res, de enorme significação para o estudo  
dos Arcos, de Sabugosa, da Fronteira e  
Torre, de Lavradio, de Asseca, para não ci-  
senão alguns dos mais fortes ou mais no-  
veis.

Varnhagen, Odorico Mendes, Gonçal-  
Dias, José Francisco Lisboa, João Lú-  
d'Azevedo, iniciaram, de um século para  
o exame — necessariamente tumultuário  
das coleções públicas, sobretudo da Ajuda,  
Torre do Tombo, do Arquivo Ultramarino.  
Numerosos discípulos dêsses mestres na-  
garam nas suas águas, continuando o estu-  
iniciado, conferindo-o, ou, deixando-o de la-

para tomar, por sua conta, outros rumos — especialmente à procura de motivos econômicos e sociais, senão de achegas biográficas, naquela profusão de documentos. É natural que queiramos hoje saber — para além do que está divulgado — que novidades transcendentes nos oferecem os arquivos portugueses... vistos por um brasileiro.

Cinjamo-nos às descobertas e às singularidades. Que, em pouco mais de três meses de trabalho descontinuo, não se podia fazer mais!

Parte da documentação do Arquivo Histórico Colonial — exatamente a do Arquivo Ultramarino — está sumariada, e, com os seus *índices* publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional* na busca pelo escritor e historiador Manuel Múrias, até ha pouco illustre Diretor da Repartição, pelas beneméritas funcionárias sras. Maria Luiza da Fonseca e Maria Isabel de Albuquerque, que dirigem os serviços de organização e catalogação, vistoriar o acervo ainda não inventariado, e que, além de considerável, tinha o interesse do ineditismo. A correspondência do último governo português na Bahia para os ministérios de Lisboa, está neste caso. Podemos compará-la com a farta documentação, parcialmente obtida no Arquivo Histórico-Militar de Lisboa que Braz do Amaral incluiu na *História da Independência da Bahia* (1923). As notícias quotidianas, transmitidas pelo general Madeira, pela junta civil, pelo chefe de esquadra João Felix, naquele biênio dramático, de 1822 e 23, permitem que se remodele, tanto nas linhas gerais como no pormenor narrativo, a crônica da Emancipação. — De 1753 por diante, as licenças marítimas e o livro de registro dos passaportes — dão-nos o movimento e o perfil econômico de uma época. São sobretudo interessantes os códices da contabilidade colonial, do século XVIII, que habilitam a que se escreva — finalmente a história financeira ou orçamentária do país. Não é demais o título. As táboas de receita e despesa, com a relação dos rendimentos de todos os contratos, ou seja, o levantamento financeiro da colônia, preenchem uma das lacunas mais sensíveis da história do Brasil. A mesma luz, para o retropecto do tráfego negroiro, nos Essa discutida estatística da escravatura pelos números certos, segundo os direitos pagos, negros, por procedência, datas e navios, com fornecem os papeis, relativos à importação de cifica-se, com os arrolamentos até hoje desconhecidos, que completam a documentação exparsa, e conhecida. Os requerimentos de mercês, lastreados pelos atestados, contém inestimáveis informações genealógicas e biográficas, que se cruzam com as das habita-

ções do Santo Offício, arquivadas na Torre do Tombo. Muitas foram divulgadas. A maioria continua inédita. A correspondência dos governadores das capitanias, os livros do Conselho Ultramarino e do Desembargo do Paço, a formidável documentação sobre as Minas Gerais, o cartório de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, memórias, autos, relatórios, mapas, dos séculos XVII e XVIII, exigem, para que estudemos devidamente, trabalho demorado e exaustivo. Falem dêle alguns livros calçados nessas fontes opulentas, como os de Ernesto Ennes, Silveira Cardoso, Pires de Lima, Silva Carvalho, Silva Rêgo, Manuel Múrias, Luiza da Fonseca, o indescrivível João Lúcio, tantos mais.

Longe de estarem razoavelmente conhecidos, os documentos da Inquisição — no Arquivo Nacional da Torre do Tombo — ainda nos revelam inúmeros aspectos inéditos, no que se refere a brasileiros, famílias ligadas ao Brasil e nomes memoráveis, que figuram naquelas listas. O roteiro, para qualquer investigação que a propósito se intente, será sempre o Dr. Antônio Baião, venerando diretor da casa, e mestre nesses assuntos. Tive a felicidade de descobrir alguma cousa preciosa no vasto acervo da Inquisição de Lisboa. Graças a Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia (e à munificência de Paulo Prado) temos, perpetuadas em livro, *Denúncias e Confissões da Bahia*, de 1591-94, de Pernambuco, pela mesma época, *Denúncias da Bahia* em 1618. Capistrano, no primeiro daqueles volumes, resume o material conhecido, e Garcia, na *Introdução ao Livro das Denúncias de 1618*, confirma, "As confissões, ratificações e demais atos relativos à visitação ainda não appareceram nos arquivos portugueses". Grande, pois, foi o meu contentamento, ao achar o livro perdido, ou seja, *Confissões e Reconciliações*, da Bahia de 1618 (Torre do Tombo, códice). Com o auxílio da sra. Berta Leite, illustre autora de livros históricos do valor de "D. Gonçalo da Silveira", extratei largos trechos desse in-folio, que será oportunamente publicado. As *Chancelarias*, de el-rei D. João III a D. João VI, com os seus pezaços, formidáveis volumes de "escrita nova", autorizam-nos a recapitular muitos episódios da história do Brasil, corrigindo-se na sua cronologia e na sua nomenclatura. Ensaiei, à vista desses elementos, uma relação geral dos capitães das capitanias, aproveitando como ponto de partida *bilhões de Familiares do Santo Offício* in-5.º tomo da *História*, de Vernhagen. As ha-enumeração que dêles dá Rodolfo Garcia no *abilhões de Familiares do Santo Offício* in-



formam-nos sobre centenas de pretendentes, a sua linhagem, os seus merecimentos, o mal e o bem que deles se dizia. Tais papeis completam-se em vários casos com os do arquivo de Feitos Findos, à Estrela, onde rastreamos muitos depoimentos sobre costumes, contendas, justiça e governo, no Brasil do século XVIII. Tivemos em mãos o manuscrito da História do Brasil, de frei Vicente do Salvador, que tanta falta fez a Capistrano (como se deduz da nota preliminar à edição da cópia mandada para o Rio de Janeiro). Na dedicatória a Manuel Severim de Faria, fala Frei Vicente de dois tratados. Quais, se a História é um só? Temos a solução do problema lendo aquêle codice magnificamente conservado. A primeira parte foi o livro que o franciscano da Bahia primeiramente escreveu; a segunda, o seu complemento, com a corrigenda, que pressupõe cotejo de fontes e testemunhos, lional. A edição definitiva inteligentemente que lhe tinham faltado no pobre convenio coas cnificou. Alguma cousa, porém, à luz dos textos manuscritos, poderá acrescentar-se a este trabalho — já em 3.<sup>a</sup> edição e opulentado com as notas, sempre sábias, de Rodolfo Garcia.

Documentos de vivo interesse para o Brasil...

Fiquemos, porém, nestas considerações gerais. O essencial para não nos alongarmos em exposição que seria interminável — é fixar a atitude do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em face do problema, de insensificar as pesquisas nos opulentos arquivos portugueses, apertando a um tempo os laços espirituais que nos unem à pátria da nossa pátria, e tirando dêsse necess rio intercâmbio um esplêndido proveito prático. Honrá-nos com a sua presença a esta reunião o sr. embaixador de Portugal, Dr. Pedro Teotônio Pereira. S. ex. percebe, pela atenção que os nobres confrades dão a notícia que lhe trago, quanto todos se empenham em conhecer as preciosidades graças a Deus entesoiradas naqueles arquivos. Diz-nos que Portugal sesente orgulhoso dêstes bens de sua fortuna hereditária e convoca o Brasil a participar do patrimônio avoengo e comum. ções com as gerações antigas na área acadêda inteligência, do encontro das novas gerações da consanguineidade boa e útil aliança. Tem s. ex. razão. É preciso refazer os comica dos estudos clássicos, no lar histórico da raça, nas origens do Brasil, que ficaram em

Portugal... Projetos neste sentido, de cooperação intelectual rendosa e coerente, muitos têm sido esboçados, nenhum porém realizado, com os devidos pormenores, que cumpre agora definir, ouvidas, quanto às conveniências da especialidade, as instituições doutas. O nosso venerando Instituto antecipa-se apresentando Revista que desde 1840 lhe publica as monoas suas sugestões, e, desde já, pode abrir, na grafias, o espaço que basta, para a divulgação dos documentos de excepcional valor para a história brasileira copiados dos arquivos portugueses.

Os votos são para que ainiciativa, que proponho, alcance em futuro próximo o êxito almejado.

Nota de redação. — A comunicação do professor Pedró Calmon, cujo resumo taquigráfico damos acima, foi, como de praxe, comentada, usando da palavra em primeiro lugar, para agradecer as referências e acolhimento que lhe era feito, o sr. embaixador de Portugal, Dr. Pedro Teotônio Pereira, que expendeu interessantes considerações sobre a necessidade de dizerem os estudiosos brasileiros quais as id-ias práticas que possam desde já ser executadas, no que concerne ao intercâmbio de cultura entre os dois países. Tinha o prazer de pôr-se às ordens do venerando Instituto Histórico, casa tradicional e eminente da cultura tradicionalista no Brasil, para auxiliar, no que lhe fôsse possível, as pesquisas documentais intentadas, nos arquivos portugueses, achando da maior oportunidade as palavras do orador, no seu entusiasmo por êsse intercâmbio de informações doutas. Os arquivos portugueses são uma inapareciável riqueza que interessa ao patriotismo de dois grandes povos ufanos da sua origem e do papel desempenhado no mundo. As realizando-se em seguida o debate, à cêrca dos das com especial agrado pelo auditório, gene declarações do sr. embaixador foram recebidos meios práticos de se intensificar o trabalho de busca e de cópias de documentos, no interesse recíproco, do Brasil e de Portugal, sendo que o sr. Cláudio Gans disse da alegria com que a comissão da Revista recebia a proposta do sr. Pedro Calmon, para que esta gação de preciosos inéditos, que s. ex. ficava dedicasse desde logo uma seção a essa divulgação comprometido a fornecer-lhe, valendo-se das investigações a que procedera, no ano passado, nos arquivos portugueses.

## AS ORFÃS

RODOLFO GARCIA

I — A história das orfãs que vieram para fim de terem estado na Colônia, ainda não Brasil, mandadas pela Rainha D. Catarina, é devidamente escrita. Os linhagistas, a quem o assunto pertence em particular, não deram maior atenção e concorreram mesmo para fazê-lo mais complicado, mais confuso. As nótulas a seguir não aspiram a revê-lo: são apenas achegas àquella história, de algum modo pode ser considerada como um capítulo da história social do Brasil em seu período inicial. Aquellas jovens portaram à Bahia à busca de maridos: quasi todas, ou mesmo tôdas, alcançaram o que desejavam, porque vinham dotadas, ou com promessas de dotes a quem as tomasse por esposas. Foram dêsse modo troncos de numerosas famílias brasileiras, que se prolongaram pelos tempos adiante, por gerações sucessivas, florindo e reflorindo, e guardando a memória, no curso desta resenha, quais foram os, os apelidos dos ramos maternos. Ver-se-á sempre, conforme ao velho costume das jovens, com quem casaram e recasaram, como mais de uma vez aconteceu, tudo deduzido e decalcado de documentos que fazem fé. A constante evocação das fontes neste trabalho trata menos de disserção do que de simples ressumptos ou leituras; mas advirte-se que o leitor há de parecer fadiosa e enjoada a muquirama ou roteiro, que não dispensa tais ressumptos de referência, necessários à firmeza dos fatos apontados, e úteis talvez para quem quiser dar maior desenvolvimento à matéria, susceptível de correções e adendas por parte dos entendidos.

II — É fato natural nas sociedades em formação, como era a do Brasil por meados do primeiro século, a falta de mulheres; enxada-se, no caso, de mulheres brancas, porque daquelas da terra, das chamadas índias, insuficientes para evitar o rapto das Sabinas, e minha, sem primeiro namorado branco, precedoras dos ditirambos de Pero Vaz de

havia sobras, e delas usaram e abusaram os colonos; as negras, no princípio, eram novidades, para logo depois, com a expansão africana, em meio propício, cresceram e multiplicaram-se sob a forma apreciada das mulatas, que quasi suplantaram as demais concorrentes.

Mas, no começo, as brancas disponíveis eram raras. Uma vez aconteceu brigaram os homens na Bahia, para saber com quem havia de ficar criada ou ama de certa família, que acabava de chegar do Reino; por isso o Padre Manuel da Nóbrega escrevia para a Côrte, encarecendo a vantagem de virem mulheres para o Brasil, ainda que fôsem erradas, visto ser a terra muito grossa e larga — grossa no sentido de pingue e abundante, e larga porque era mesmo, e ainda é, Deus louvado! — dilatada e imensa.

III — Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, *Catálogo Genealógico das Principaes Famílias, etc.*, in *Revista do Instituto Histórico*, tomo LII, parte 1.<sup>a</sup>, p. g. 78, alude a um Recolhimento da Nossa Senhora da Encarnação, que existiu em Lisboa, para abrigo e amparo das orfãs nobres e pessoas honestas, que é o próprio Mosteiro das Orfãs falado nos documentos da época, ao qual veio a dispensar sua real protecção D. João III, que o dotou com rendas certas e anuais para sustentação de vinte e uma pensionistas, filhas de Ministros que houvessem falecido no serviço da coroa, ordenando também que de três em três anos se enviassem para a Índia e Brasil algumas delas, com cartas aos vice-reis e governadores para que as cassassem com a decência possível, e reservando-se para seus dotes os proventos dos officios daquellas partes. A um alvará nesse sentido refere-se Frei André Torneiro, em carta a Rainha D. Catarina, de 20 de fevereiro de 1564. A data dêsse diploma não vem declarada mas como não se conhece outro, é possível que seja o de 12 de fevereiro de 1557, transcrito

in *Documentos Históricos*, XXXV, páginas 429-430. Fôsse êsse ou outro, que o precedesse, o que parece certo é que pela metade do governo de Men de Sá, à data daquela carta, as determinações reais quanto aos officios eram letra-morta, e as órfãs, no dizer penalizado do bom frade, estavam ao desamparo, sem terem quem com elas quisessem casar: tornava-se preciso, nem êle via outro remédio, que a Rainha fizesse cumprir as ordens do defunto Rei, e mandasse revogar as previsões que se passaram em contrário a elas, dando-se exclusivamente os officios das partes do Brasil às pessoas que elas casassem; a não ser assim, que se lhes favorecessem os casamentos com dinheiro, o que reputava por mais trabalhoso. A carta de Frei André Torneiro, documento valioso, era citada em ementa por Vernhagen, *História Geral do Brasil*, I, página 309 (4.<sup>a</sup> edição); mas não publicada por êle, nem por seus anotadores, ao último dos quais sômente se deparou, e por acaso, quando terminada a tarefa, pela cópia existente na Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, *Códice Torre do Tombo*, fls. 452 v-453.

IV — No governo de Tomé de Sousa consta apenas terem vindo para a Bahia as três irmãs, filhas de Baltasar Lôbo de Sousa, morto na carreira da Índia, as quais, segundo Jaboatão, *Catálogo*, página 177, teriam chegado no ano de 1551, na armada de que era capitão de mar e guerra Antônio de Oliveira Carvalhal, o primeiro alcaide-mor que teve a Bahia, e que as trouxera com recomendação do Rei e da Rainha para que as casasse com pessoas principais da terra. Para Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, *Noliliarquia Pernambucana*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, volume XLVIII (1935), páginas Sá. Essa Catarina primeira, criada da Raitasar Novo, que morreu na carreira da Índia, ao Serviço d'El-Rei, e teriam ido para a Bahia um ano depois do que consigna Jaboatão, *loc. cit.* Pouca diferença há nos dizeres de um e outro: apenas, como se viu, quanto ao nome do pai e ao ano da chegada; mas são os mesmos nos nomes das três irmãs — Catarina Lôbo de Barros Almeida, Joana Barbosa Lôbo de Almeida e Mícia Lôbo. Onde existe desconchavo é com relação aos maridos que lograram, menos quanto à primeira, que ambas casaram com Gaspar de Barros de Magalhães, confundindo-a com outra Catarina Loba ou Lôbo, que veio depois com Men de S. Essa Catarina primeira, criada da Rainha, devia ter encontrado dificuldade em achar marido, porque teve uma provisão especial de 13 de outubro de 1555, que lhe fez

mercê do officio de escrivão dos armazéns Cidade do Salvador, por tempo de três annos para a pessoa que casasse com ela, *Documentos Históricos*, XXXV, p. 328-329. Mas, apesar dêsse engôdo, não consta que a Catarina alcançasse outro marido além daquelle que as linhagistas imprópriamente lhe concederam.

Joana Barbosa, a segunda das três irmãs, casou com Rodrigo de Argolo, ou Argolo o Castelhana, conforme Jaboatão, o que é certo, ou Jerônimo Moniz, para Borges Fonseca, o que está errado. A Mícia Lôbo, a terceira, que Borges da Fonseca casou com Rodrigo de Argolo, foi a mulher de Francisco Bícudo, Jaboatão, *Catálogo*, página 177. A primeira mulher de Jerônimo Moniz Barbosa foi outra Mícia Lôbo, que era filha daquelle batizada na Sé da Bahia a 21 de novembro de 1554, *ibidem*. A identidade de nomes de pessoas de uma mesma família leva o genealogista, que não presta atenção à cronologia, a atrapalhações dessa ordem, comuns nos autores citados e nos outros.

Rodrigo de Argolo já estava na Bahia nos princípios de sua fundação: teve o officio de provedor da fazenda da Cidade do Salvador, que ia ser criada, por carta de 15 de janeiro de 1549, *Documentos Históricos*, XXXV, páginas 27-28. Em dezembro de 1551 andava em Portugal, e para substituí-lo no impedimento Tomé de Sousa mandou que servisse o officio de escrivão Araújo, por provisão de 13 de dezembro de 1551, *ibidem*, página 103. Em 22 de janeiro de 1553 obtinha um alvará da lembrança de que, por sua morte, passasse o officio de escrivão ao proprietário à pessoa que casasse com uma das suas filhas, *Documentos Históricos*, XXXVI, páginas 37-38.

Rodrigo de Argolo teria falecido antes de 8 de junho de 1556, porque naquela data Duarte da Costa provia em seu officio o mesmo João de Araújo, "enquanto a filha de Rodrigo de Argolo não casasse", *Documentos Históricos*, XXXV, páginas 351-353.

Estando Antônio Ribeiro contratado para casar com Joana Barbosa para haver de casar com a filha mais velha Maria de Argolo, obteve o cumprimento do alvará dotal, que a esta respeito, por provisão de 13 de novembro do mesmo ano de 1556, com a imposição de que ou mandar tirar na corte sua carta de omissão, o que fez, *Documentos Históricos*, páginas 37-42. A data do casamento — 5 de novembro de 1556, testemunhas o governador Duarte, seu filho D. Alvaro, e Maria (Mícia) Lôbo, mulher de Francisco Bícudo, está conforme com a provisão de D. Duarte antes citada, em que de clara que Ant



Ribeiro" perante mim casou com a Maria de Argôlo, e a recebeu na Sé desta cidade por sua mulher". Maria de Argôlo, pela data provável do casamento de seus pais, ainda era impúbere; a antecipação do consórcio explica-se pela exigência do cumprimento do alvará que lhe instituiu o dote. Por isso mesmo é que os frutos do casal só vieram na década seguinte: foram Bernardo e Agostinho Ribeiro, batizados na Sé, respectivamente, a 20 de agosto de 1562 e a 4 de março de 1564, Jaboatão, *Catálogo*, página 181. Agostinho é o próprio D. Agostinho Ribeiro, que foi bispo de Ceuta, o primeiro filho do Brasil que atingiu à dignidade episcopal.

Obteve o officio de escrivão do tesouro da Ana Argôlo, casou Cristóvão Pires, que capitania da Bahia, por provisão do governador Men de Sá, de 24 de junho de 1563, com a obrigação de ir ou mandar ao reino, a buscar provisão confirmada, *Documentos Históricos*, XXXVI, páginas 913-194.

V — Os serviços de Rodrigo de Argôlo ainda toram valiosos em favor de uma sua sobrinha, que não tem o nome declarado nos documentos, contratada para casar com Rodrigo de Freitas, a quem D. Duarte proveu na serventia do officio de provedor da fazenda da capitania da Bahia, em 18 de novembro de 1553, *Documentos Históricos*, XXXV, páginas 195-197.

Rodrigo de Freitas, escudeiro fidalgo da casa real, veio para Bahia com o primeiro governador, provido no officio de escrivão da matrícula geral. D. João III, em carta régia a D. Duarte, de 24 de novembro de 1554, mandava dizer: "...a carta que me escrevestes, em que falais em Rodrigo de Freitas, de quem Tomé de Sousa, quando veio dessas partes deu larga informação, e em quem agora me tornou também a falar..." — e ordenava fôsse provido em sua vida para servir na vacante de qualquer dos officios a prover até a feitura daquela carta régia. Teve então o officio de escrivão das rendas da sua Alteza no Brasil, do qual tomou posse em 5 de julho de 1555, *Documentos Históricos*, XXXV, páginas 294-296.

Sua provisão remetida à côrte para ser confirmada, perdeu-se na tormenta da nau *Nossa Senhora da Ajuda*; veio-lhe depois ressalva, que contém alguns erros na cópia reproduzida in *Documentos Históricos*, XXXVI, páginas 127-129: — deve ser de 1556, e não 1565, de 30, e não de 31 de novembro, dia inexistente, etc.

Naquele tempo, Rodrigo de Freitas, envolvido nas brigas do governador com o bispo

D. Pedro Fernandes, teve substituído em seu emprêgo na pessoa de Antônio do Rêgo, por provisão de 10 de outubro de 1556, "por ser impedido Rodrigo de Freitas", *Documentos Históricos*, XXXV, páginas 300-301. Por outra provisão de 25 de novembro do mesmo ano, D. Duarte fazia saber ao provedor-mor da fazenda e mais officiais que — "os dias passados Rodrigo de Freitas foi prêso por vossó mandado (do provedor-mor); e porque agora é sentenciado, e seu feito está apelado, e ele não pode servir o dito officio até vir a apelação, em que se há de passar algum espaço de tempo..." — fôra servido encarregar o officio de escrivão do tesouro a Luís da Maia, *ibidem*, páginas 341-343. Rodrigo de Freitas era acusado de alcance que se verificara nos livros do armazém da matrícula, e a acusação e perseguição que sofria, êle as attribuia "às malícias dêste tempo, e a má vontade que me tem o governador, e o ouvidor [Brás Fragos], que também serve de provedor-mor", *Apontamentos do Escrivão Rodrigo de Freitas, in História da Colonização Portuguesa no Brasil*, III págs. 369-371.

Sua sogra morreu no naufrágio da *Nossa Senhora da Ajuda*, como certifica a carta dos officiais da Câmara de Salvador a El-Rei Nosso Senhor, de 18 de dezembro de 1556, *História da Colonização*, citada, III, páginas 381-482. A apelação de seu feito teve na côrte provimento favorável, e Rodrigo de Freitas foi restituído ao seu lugar. Cêrca de quatro anos mais tarde enviuvava e, em meio de tantas civisidades, resolvera abandonar a vida secular, motivo por que Men de Sá provia em seu cargo, em 4 de outubro do ano que está em branco no documento, mas deve ser o de 1560, a Sebastião Álvares "por Rodrigo de Freitas, escrivão do tesouro destas partes, se meter na Ordem dos Padres da Companhia de Jesus, e não poder servir o dito officio, conforme a Direito, e ordenação de Sua Alteza...", *Documentos Históricos*, XXXVI, páginas 132-133.

O Padre Rodrigo de Freitas passou a Pernambuco em 1568; em fins de 1573 voltou a Bahia, e daí seguiu para Lisboa, levando em sua companhia o índio Ambrósio Pires; regressou ao Brasil em 1583, com o visitador Cristóvão de Gouveia e o Padre Fernão Cardim. Foi um jesuíta admirável, de nome reverenciado na História da Colonização e da Catequese do Brasil, pelos serviços memoráveis prestados no século e na Companhia de Jesus.

VI — Luísa de Manjouto, viuva de Simão de Rabelo, obteve a graça de um alvará de lembrança, de 16 de dezembro de 1556, para

que em respeito dos serviços do defunto tivesse o officio de escrivão da fazenda nas partes do Brasil quem casasse com uma das suas filhas. Como estas fôsem duas, que casaram com Miguel de Oliva de Mendonça e Francisco de Barbuda, houve dúvidas e desconfianças sobre qual delas seria a beneficiária do mesmo officio, que afinal foram resolvidas pela carta de 17 de agosto de 1559, com a divisão do cargo em dois ramos, *Documentos Históricos*, XXXVI, páginas 32-37. Em relação a Francisco de Barbuda, essa noticia discorda da que vem em Jaboatão, *Catálogo*, páginas 127-128, que o faz casado por três vêzes, mas em nenhuma delas com qualquer das filhas de Luísa de Manjoulou com Simão de Rabelo. Esse Barbuda deve ter o mesmo a quem mandaram abrir pelas costas, de alto a baixo a golpes de machado, Paulo de Carvalho de Vasconcelos e, seu filho Bartolomeu de Vasconcelos, os quais, por esse crime horrendo, o primeiro foi degolado na Bahia, com cadeia no pé, a 7 de outubro de 1614, e o outro, ainda que se livrasse da pena última, ficou pelo resto da vida, não se atina por que, conhecido pela alcunha de *Má-pele*, Jaboatão, *Catálogo*, páginas 128, 201-202; *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XLIX, págs. 80.

VII — Do Governo de D. Duarte da Costa são mais seguras as informações sobre as orfãs que chegaram a Bahia com o próprio governador. Foram elas em número de nove, como se verifica do mandado de 30 de julho de 1553, do provedor-mor da fazenda ao tesoureiro Luís Garcês, para que desse, a contar do dia 13, que foi a chegada da armada de D. Duarte à cidade de Salvador, mil oitocentos réis em dinheiro, duzentos réis a cada uma, para peixe e miudezas. entregue a quantia a Maria Dias, criada delas, *Documentos Históricos*, XXXVIII, página 174.

Dessas nove orfãs tem-se apenas noticias sobre cinco, duas mais do que as que consigna Jaboatão, *Catálogo*, páginas 63, *et passim*, que se refere repetidamente às "três orfãs fidalgas que a Sereníssima Rainha D. Catarina mandou à Bahia para casarem com as pessoas principais da terra", o que mostra que em seu tempo já não havia memória das outras. Das três orfãs de Jaboatão a mais notável foi Clemência Doria, a quem os linhagistas conferem origem principesca, dos Dorias da república de Génova, sobrinha do doge André Doria, que com o favor de Carlos V, imperador da Alemanha, livrou sua pátria da sujeição a várias potências, e com quem casam Fernão Vaz da Costa, que passara à Bahia com D. Duarte, seu tio, *Catálogo*, páginas 263-265, — informações estas fide-indignas.

Quanto à vinda com o segundo governador o que sem dificuldade se apura é que Fernão Vaz já assistia na terra ao tempo de Tomé de Sousa. De 5 de dezembro de 1550 a 5 de maio do ano seguinte era capitão de bergantim *São Roque*, como se vê dos *Documentos Históricos*, XXXVII, página 139; de 4 de agosto a 18 de setembro de 1551, continuava na mesma capitania do bergantim, *ibidem*, página 272; de 10 de março a 10 de maio de 1552, era pago de seu soldo naquele emprêgo, *Documentos Históricos*, XXXVIII, pág. 11; passava à capitania da caravela *Rainha*, recebia o soldo respectivo de 6 de julho a 6 de setembro do mesmo ano, *ibidem*, página 80; voltava à capitania do bergantim, e embolsava-se de seus vencimentos de 7 de setembro a 7 de outubro do dito ano, *ibidem*, página 101; em 10 de março de 1553 conservava o cargo, *ibidem*, página 117. No governo de D. Duarte da Costa, sob o mando de D. Alvaro tomou parte nas guerras aos índios da Bahia, e em um dos encontros saiu ferido pelos peitos, Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3.ª edição, página 369 (4.ª edição, nota).

Quanto ao alegado parentesco com o governador, é para se pôr em dúvida, por que além do cognomento comum, nada indica que Fernão Vaz pertencesse à illustre prosapia dos Costas de Portugal, originária do D. Álvaro da Costa, camereiro-mor e armeiro-mor d'El-Rei D. Manuel, e vedor da fazenda da Rainha D. Leonor, ao qual foi concedido o tratamento de hom. que todos os seus descendentes usaram. Em relação a seu casamento com Clemência Doria, o que hoje se sabe é que elle não foi o primeiro marido da nobre orfã. Essa prioridade coube de fato a Sebastião, ou Bastião Ferreira, moço da Câmara real, provido por D. Duarte no officio de tesoureiro, na vacante de Luís Garcês, prêso e suspenso do cargo pelo governador-mor da fazenda António Cardoso de Barros, por culpas sujeitas à devassa, *Documentos Históricos*, XXXV, págs. 214-216.

Foi de efêmera duração esse consórcio, porque, embarcando para a corte Sebastião Ferreira, "marido de Clemência Doria" — foi uma das vítimas da catástrofe da nau citada. Foi então que Clemência Doria, livrada dos officiais da Câmara do Salvador, ante *Nossa Senhora da Ajuda*, relacionadas na carta do primeiro esposo, convolou a novas núpcias dessa vez com Fernão Vaz da Costa, que levou de dote o officio de contador das terras do Brasil, por provisão d'El-Rei D. Sebastião, de 12 de maio de 1559, para que tivesse o cargo enquanto bem servisse e El-Rei não mandasse o contrário, a começar tanto qu-



Damião Lopes de Mesquita, que o ocupava por provisão do governador, acabasse o triênio. Aquela provisão foi apostilhada em 1 de agosto do mesmo ano, para que Fernão Vaz se beneficiasse do emprego pelo tempo de dez anos, que deviam correr de 11 de maio de 1561, quando prestou juramento e tomou posse, *Documentos Históricos*, XXXVI, páginas 152-154.

Dêsse segundo casamento houve dilatada próle, mencionada por Jaboatão, *Catálogo*, páginas 265-267, *et passim*. Nm neto do casal, Farnão Vaz da Costa Doria, casou com Inácia de Azevedo, filha de Cristóvão Vieira Ravasco e de sua mulher Maria de Azevedo, e tornou-se assim cunhado do Padre Antônio Vieira.

Fernão Vaz da Costa faleceu na Bahia do ano subsequente, Jaboatão, *Catálogo*, página 266, entre novembro de 1567 e princípios de julho de 1568. Sua mulher passou muito além, quase ao fim do século, conforme se colige de documentos contemporâneos. Em 1580 era possuidora de terras confrontantes com a ermida de São Sebastião da Cidade do Salvador, doada com os seus chãos aos Beneditinos por Francisco Afonso, o condestável, e sua mulher Maria Carneira. As terras da ermida, além das confrontações com as de Clemência Doria, ainda se limitavam com outras pertencentes a Sebastião da Ponte, Antônio Dias Adorno, Simão da Gama de Andrade, e outros nomes conhecidos da História bahiana, citados no *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador*, página 404, Bahia, 1945. Em agosto de 1591, Clemência Doria ainda vivia, mãe de Cristóvão da Costa, sogra de Francisco de Abreu e de Martin de Carvalho, — *Primeira Visitação do Santo Offício às Partes do Brasil*. — *Denunciações da Bahia*, páginas 239-240 e 249, São Paulo — Rio, 1925.

Outra das órfãs de D. Duarte foi Violante Deça, dada como filha bastarda de D. João Deça, capitão de Goa. Casou na Bahia com João de Araújo de Sousa, fidalgo galego da casa dos Alcáides-mores de Lindoso e Pertigueiras de Cela-Nova, Jaboatão, *Catálogo*, páginas 321-322. João de Araújo, com mais de uma citação nesta resenha, veio para a Bahia com Tomé de Sousa. Em novembro de 1549, funcionava como escrivão do tesouro, *Documentos Históricos*, XXXVII, páginas 2, 357, 430, *et passim*; em 6 de dezembro de 1551 foi provido nos officios de tesoureiro das rendas reais das partes do Brasil, feitor e lmozarife da cidade do Salvador e Alfândega dela, que vagaram por falecimento de Gonçalo Ferreira, *Documentos Históricos*, XXXV, páginas 101-102.

De João de Araújo e Violante Deça, Jaboatão, *Catálogo*, páginas 321-322, registra a ilustre descendência. Uma filha do casal, batizada na Sé da Bahia em 5 de dezembro de 1555, padrinhos D. Duarte da Costa, seu filho D. Alvaro, e D. Leonor, mulher de Simão da Gama de Andrade, casou com Luís Alves Espinha, filho do capitão-mor dos Ilheus, e foi mãe de Manuel de Sousa Deça, extraordinário tipo de guerreiro, a quem Capistrano de Abreu qualificou como "a figura mais simpática dos primeiros tempos da conquista do Maranhão", — o capitão da frente em todos os combates contra os franceses intrusos, desde o presídio do Buraco das Tartarugas até as praias de Guaxinduba. Quando foi assinada a trégua de Jerônimo de Albuquerque, foi mandado a Pernambuco com a corrente marítima e foi de arribada a Pôrto-Rico, onde Sousa Deça colheu e transmitiu à corte as primeiras sôbre a presença de estrangeiros nas terras do Cabo do Norte, *Documentos para a História e Geografia da Costa Leste-Oeste*, páginas 119-121. Prestou ainda grandes serviços à conquista, e por fim foi nomeado governador do Pará nesse cargo entrou em desavença com o governador do Maranhão Francisco Coelho de Carvalho, que o mandou prender, e o enviou à Corte. Nos cárceres do Limoeiro, como dois de seus imediatos sucessores, Luís Aranha de Vasconcelos e Jácome Raimundo de Noronha, foi morrer, lastimosamente, o glorioso nêsto de D. Violante Deça, *ibidem*, página 309.

João de Araújo acompanhou Men de Sá à conquista do Rio de Janeiro e foi um dos depoentes no *Instrumento dos serviços* desse governador, *Anais da Biblioteca Nacional*, volume XXVI, páginas 129-280. D. Violante faleceu na Bahia em 1 de junho de 1602, sepultada em São Francisco, Jaboatão, *Catálogo*, página 321, nota.

Brandão, Jaboatão, *Catálogo*, pág. 265, nota. D. Duarte. Casou na Bahia com Cristóvão

Inês da Silva foi outra das órfãs que trouxe Sôbre o casal não há outros pormenores na documentação conhecida. Outra foi Jerônimo de Góis, que D. Duarte, na provisão de 26 de abril de 1554, passada a João Velho Galvão para servir o officio de escrivão do armazém, declara sem uma das órfãs que El-Rei "mandou do Reino em minha companhia para casar nestas partes", *Documentos Históricos*, XXXV, páginas 383-385. João Velho Galvão era morador na cidade do Salvador, e já ocupava o cargo desde 24 de fevereiro do mesmo ano por mandado do governador.

Aparece ainda outra órfã que deve pertencer ao rol de D. Duarte: Marta de Sousa,



casada com João-Gonçalves Dormundo, provedor da fazenda da Capitania de São Jorge do Rio dos Ilhéus, *Documentos Históricos*, XXXV, páginas 151-158; Jaboatão, *Catálogo*, página 76. O casal ainda vivia em agosto de 1591, morava na vila dos Ilhéus e tinha pelo menos dois filhos: Gaspar Lôbo de Sousa e Belchior de Sousa, então com 37 e 33 anos de idade, respectivamente, nascidos na dita vila, *Denúncias da Bahia*, citadas, páginas 273-286 e 332.

Não se perca a oportunidade de esclarecer que Maria Dias, criada das órfãs, a que se refere o mandado do provedor-mor da fazenda, de 30 de julho de 1553, *supra*, é a mesma "velha que veio com as órfãs", incluída entre os naufragantes da *Nossa Senhora da Ajuda*, na carta dos oficiais da Câmara do Salvador, citada mais de uma vez.

VIII — *Do Instrumento dos serviços de Men de Sá* o capítulo terceiro diz respeito às "órfãs que vieram em minha companhia, e tanto que cheguei a esta cidade trabalhei pelas casar e quiz o nosso senhor que as casei tôdas, e as que depois vieram, e tôdas estão casadas e onradas". As testemunhas inquiridas no *Instrumento*, à excepção do bispo D. Pedro Leitão, que al não disse, tôdas se referem às órfãs trazidas pelo governador, e às que vieram posteriormente, que João de Araújo, Vidente, Monteiro e Antônio da Costa, informaram que tinham indo com o capitão-mor Estácio de Sá. Das testemunhas juradas João de Araújo e Francisco de Moraes eram casadas com órfãs, e Brás Alcorado, com sua mulher, trazia o cuidado delas durante a longa travessia de oito meses ao reino à cidade do Salvador, que tanto foi tempo que levou a armada do governador para chegar a seu destino.

Uma provisão real, de 20 de abril de 1557, que é datada de dez dias antes de sua partida que Men de Sá devia ter trazido consigo, porque é datada de dez dias antes da sua partida de Lisboa, ordenava o mantimento para seis órfãs que El-Rei mandava ao Brasil para terem estado, *Documentos Históricos*, XXXV, páginas 437-438. Os nomes delas constam dessa provisão: Catarina Lôba, Ana de Paiva, Catarina Fróis, Damiana de Góis, Maria Reboredo e Apolônia de Góis, que encontraram bons casamentos, do que o governador, como se viu, se gaba e aponta o arrolamento de suas benemerências.

Pela ordem em que se acham enumeradas na provisão, vêm a seguir as seis órfãs, com os seus competentes maridos:

1 Catarina Loba, que casou com Gaspar de Barros de Magalhães. A conta de Jaboatão

*Catálogo*, página 203, e de Borges Fonseca. *Nobiliarquia*, II, página 158, vê a notícia de difícil verificação, segundo a qual Gaspar de Barros era homem fidalgo, que vivera no Brasil, no Recôncavo da Bahia, onde chamam São Paulo, e viera de Portugal exterminado, tornando-se ali muito rico e afazendado. Quanto se sabe a seu respeito é que teve provisão do governador Men de Sá, de 3 de janeiro de 1560, para servir o ofício de contador das partes do Brasil, com o ordenado anual de setenta mil réis, *Documentos Históricos*, XXXVI, págs. 53-54.

Quando Men de Sá se dispunha a vir ao Rio de Janeiro, sendo necessário em sua ausência deixar na sede do governo dois juizes para os feitos da fazenda de sua Alteza, um deles Gaspar de Barros, provido por um mês de 10 daquele mês e ano, *ibidem*, página 67.

Gaspar de Barros e Sebastião Alvares, oficiais da fazenda do Salvador, logo se indignaram contra o governador, porque, pela carta de 24 de julho de 1562 ao Rei D. Sebastião, dele se queixavam e pediam que "desse mercê aos moradores destas partes mandar-lhes governador homem fidalgo, virtuoso, e que não fôsse cubitoso, e se por nos fazer maior mercê que não poder na terra resgatar senão mantimentos para sua casa, porque, se não viesse com esta condição, somos perdidos, como estamos, porque tomam todos os resgates de âmbar e escravos e para adquirirem assim tudo não podem senão com muitas sem-justiças e dissoluções..." — *Documentos relativos a Men de Sá*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, XXV, página 241.

Essas queixas nenhuma providência, ao menos, conste, determinaram por parte da metrópole. Men de Sá continuou a governar ainda por quase uma década, e só deixou de fazer quando a morte assim o quis, a 2 de março de 1572, às 10 horas de uma luminosa manhã de domingo baiano.

Gaspar de Barros ainda era vivo cerca de 1578, *Denúncias da Bahia*, página 416. Paula de Barros, denunciando perante o governador do Santo Offício, em 22 de agosto de 1578, declarou ser filha de Gaspar de Barros, o fidalgo, e de sua mulher Catarina Loba, "a qual ora he casada com André Monteiro", *ibidem*, página 416.

2) Ana de Paiva, casada em Salvador com Fonseca, que foi provido em 26 de junho de 1559 na serventia do ofício de escrivão ao provedor da fazenda da cidade do Salvador, *Documentos Históricos*, XXXVI, páginas 164. O ofício pertencia a Francisco de M.

ais, que terminou sem tempo em 28 de janeiro de 1562; no dia seguinte Salvador da Fonseca, foi metido de posse pelo provedor-mor e começou a vencer seu ordenado, *ibidem*.  
Sobre o casal nada mais informam os documentos.

3) Catarina Fróis, que já era casada com Francisco de Moraes em 27 de janeiro de 1558, data da carta do governador Men de Sá, em que provia nos officios de escrivão da proedoria dos defuntos e alfândega da cidade e capitania, por tempo de quatro anos ao mesmo Francisco de Moraes, "que casou com Catarina Fróis, uma das órfãs que Sua Alteza enviou a estas Partes da Nau em que vim", *Documentos Históricos*, XXXV, pág. 431-434.

Em agosto de 1591, quando o visitador do Santo Officio perambulou pela Bahia, o casal ainda ali existia; a elle Catarina disse ser filha de Simão Rodrigues Fróis, cristão-velho, e sua mulher Mecia Rodrigues, cristã-velha; era natural de Lisboa, com cinquenta annos pouco mais ou menos; era sogra de Gaspar Martins, a quem odiava, pela má vida que dava a sua filha Isabel da Fonseca, pelo que entrara em tratos com a feiteira Maria Gonçalves, de alcunha Arde-lhe-o-Rabo, para que lhe fizesse uns feitiços que o matassem ou que elle morresse, ou não tornasse da guerra de Cerecipe, onde estava, — *Primeira Viagem do Santo Officio às Partes do Brasil — Confissões da Bahia*, página 68, São Paulo, 1922. Francisco de Moraes, cavaleiro da casa real, andou com Men de Sá na conquista do Rio de Janeiro e foi, como se viu, uma das testemunhas juradas dos serviços do governador.

4) Damiana de Góis, filha de Manuel de Góis de Macedo, casou com João Fernandes Coelho, pessoa nobre, filho de uma irmã de Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, a qual era casada no Pôrto, — *História da Colonização*, citada, III, página 197. Teria o casal passado àquella Capitania, sem deixar rastros na documentação baiana.

5) Maria Reboredo, que casou com Antônio Lamego, provido em 5 de agosto de 1558 no Officio de escrivão dos contos e mactúla da Cidade do Salvador, com o ordenado em cada ano de trinta e cinco mil réis, com os prós e precalços, *Documentos Históricos*, XXXV, páginas 444-445. Por proisão do governador, de 10 de agosto do mes-

mo ano, por estar Antônio Lamego doente dos olhos, passou a servir o officio seu cunhado Fernão Reboredo, *ibidem*, págs. 446-447.

6) Finalmente, Apolônia de Góis, que casou com Damião Lopes de Mesquita, provido por isso, em 2 de junho de 1558, no cargo de contador das partes do Brasil, com o ordenado anual de setenta mil réis, *ibidem*, páginas 441-444. Essa Apolônia de Góis e Damiana de Góis eram irmãs, sobrinhas de Pedro de Góis, donatário da Capitania de São Tomé ou Paraíba do Sul, — *História da Colonização*, citada, III página 213.

IX — Sobre as órfãs que trouxe Estácio de Sá não ocorrem senão referências vagas; teriam chegado à Bahia em 1561, talvez de dois, na segunda viagem do Capitão-mor ao Brasil. Outras órfãs teriam vindo pelos tempos afora, sobre as quais nada se colhe dos documentos disponíveis, confundidas naturalmente com tantas outras moças, que atravessariam o oceano em companhia de suas famílias, filhas, irmãs, ou parentes de officiais ou empregados na Colônia. Impossível se torna assim reconhecê-las e discriminá-las nesse complexo de imigrantes do sexo gentil; mas pode-se imaginar que não seriam poucas as jovens nas condições preditas, que viriam procurar maridos sob os trópicos, nas pródigas terras brasileiras.

X — No século seguinte, pelos anos de 1608 e 1609, uma caravela de um Sebastião Martins, na qual era mestre e piloto um seu irmão, trouxe órfãs para a Bahia; do mal lhes aconteceu, às donzelas, pelo caminho, foi tirada devassa, e os dois irmãos, achados em culpa, foram presos e remetidos para a corte por ordem do governador D. Diogo de Meneses, para serem entregues ao Conselho, ou a quem seu presidente mardasse, — *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LVII, pág. 50.

Qual fôsse esse mal, não se declara no documento citado; mas adivinha-se sem maior dispêndio de argúcia. Nem é necessário entrar em pormenores sobre o que a devassa teria conhecido. O que é certo é que, depois de tal successo, não consta fôsem despachadas mais donzelas para o Brasil.

Aos perigos da navegação, que naquele tempo eram muitos e temerosos, mais um veio juntar-se: a incontínencia dos navegantes...

## A LÁPIDE HISTÓRICA DA EGRÊJA DE VERA-CRUZ DE ITAPARICA (\*)

ALBERTO SILVA

### EXPLICAÇÃO PREAMBULAR

Cabe-nos esclarecer que o nosso intento não é o de estudar aqui as inscrições lapidares das igrejas bahianas, mesmo as de Salvador. Cuidamos apenas de estudar a inscrição tumular existente na singela ermidasinha de Vera-Cruz de Itaparica, ilha situada na baía de Todos-os-Santos. Teodoro Sampaio reconheceu essa inscrição lapidar como a mais antiga do nosso Estado, quicá do Brasil. Ao seu profundo estudo juntamos, agora, o nosso quinhão que foi o de identificar o dos nomes gravados na lápide em apreço. Antes porém de iniciarmos a leitura do nosso trabalho queremos consignar nestas linhas os nossos sinceros agradecimentos ao Prof. Pedro Calmon, ilustre historiador brasileiro, cuja mão amigüeira penetramos neste recinto de estudo e de meditação. Também estendemos o nosso reconhecimento à Diretoria dêste Instituto e ao seu prestimoso Secretário Dr. Vergílio Correia a bondosa aconheça que nos dispensaram.

Senhor Presidente:

Meus Senhores:

A leitura saborosa das cartas jesuíticas foi que nos despertou a curiosidade, vai por dez anos, de conhecer o arraial, hoje de Vera Cruz, antigo Santa Cruz, chantado ao centro de um outeiro, na ilha histórica de Itaparica.

Como é sabido varia com a rota seguida a distância de Vera Cruz para a cidade do Salvador. Antigamente os jesuitas iam, dir-se-ia ao aludido arraial, saltando de preferência ao Mar-Grande, donde, por caminhos ásperos alcançavam o seu destino. Hoje, porém, o melhor trajeto, conquanto mais demorado, e que se faz, por dentro da baía de Todos-Santos, pela outra banda da ilha, saltando num daqueles portozinhos que arroteiam, baixo, entre apiciuns, a antiga povoação suítica. Daí toma-se o rumo certo. Foi, há dúvida, essa duplicidade de caminhos a causa daqueles cálculos diferentes dos primeiros jesuitas que demandaram ao arraial itaparicano. Antônio Blasques dizia que eram “seis lagoas desta casa lá”. Anchieta julgava menos, “três légoas desta cidade”. Luís Rodrigues acrescentava, entretanto, “cinco légoas por água”. E Cristovão San- divergia, ainda, em 1757, dizendo “cinco por seis légoas”. Cabe, todavia, a Leonardo Vale a opinião mais aceita e esclarecedora da controvérsia. “A ilha de Itaparica”, escreveu ele, “está defronte desta cidade três légoas e a povoação de Santa-Cruz estará, na ilha, pela barra fora, quatro, cinco légoas da cidade e indo ao redor da ilha por dentro da baía oito légoas”. Este último caminho, como vê, também antiquíssimo, foi o que preferimos em nossa visita de exclusiva investigação histórica. Saltamos, nessa ocasião, no portozinho quieto metido nos picuins itaparicanos, para dentro da ilha dos Portos o portosinho do Baiacu. Daí buscamos, por invios caminhos, o antigo arraial.

Rodados cinqüenta minutos de marcha incessante avistamos finalmente “naquelas terras bravias dos abapurus” (U. Osório) o templo secular.

(\*) Palestra realizada no Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro, em 12-7-4



## A ERMIDA DE VERA-CRUZ

### Jubilosa aparição!

A lomba esverdeada de um outeiro, surge, logo, às nossas vistas perquiridoras, o templo seiscentista, um dos mais antigos do Brasil. Aliás a atual igreja de Vera-Cruz não é a primitiva. Nem mesmo ainda a povoação que a cerca. Houve pelo menos três ermidas “naquele chão humilde da velha Tupamaróca”. E houve, de seu turno, dois arraiais com a designação de Santa-Cruz, hoje Vera-Cruz, na ilha de Itaparica. A primeira igreja, tôda de palma, foi construída em sítio afastado do atual, por Antônio Pires, naquela “quaresma de 1561”. A segunda surgiu, meses depois, e foi levantada ainda por Antônio Pires, “oficial de tudo” como o tratava Nóbrega, na mesma elevação da igreja presente, isto é, no mesmo monte onde foi arvorada uma cruz na véspera da festividade de sua Invenção, ou seja a 2 de maio. Pelo menos é o que se pode deduzir das seguintes palavras de Antônio Blasques: “levando os índios às costas uma cruz mui formosa e grande para arvorá-la em um monte para onde agora se mudou a igreja” (Cartas Avulsas — pg. 312). Mas essa segunda igreja “por baixo e por cima tôda de palma”, no dito chistoso de Leonardo do Vale, durou pouco, durou apenas meses, pois a 28 de maio do ano seguinte foi incendiada por uma feitiçeira aborígenes das convizinhanças. Construiu-se, então, a terceira ermidasinha no mesmo sítio da segunda que evidentemente deve ser a atual, como as grandes reformas exigidas pelo tempo e pela sua conservação. Também o arraial, tal dissemos, não é mais o primitivo. Não é o mesmo da primeira igreja. “O povoado não foi sempre no mesmo sítio” afirmou, com acerto, mestre Serafim Leite. Realmente a povoação itaparicana acompanhou a ermidasinha em sua mudança. Veio descançar também à sua sombra. Mas, argüimos, agora, que nos oferece de registro especial a ermidasinha secular de Vera-Cruz? Que vemos nela? Primeiro, nenhum vestígio aparente da construção primitiva. Não logramos surpreender traço algum da igreja seiscentista, a terceira levantada, que antecedeu à atual. Encontramos é verdade, na sacristia um peitoril de pedra lavrada, (pedra da ilha fronteira de Maré?) que nos pareceu talhada na época seiscentista, da igreja definitiva. Pareceu-nos. Não afirmamos. A ermida atual de Vera-Cruz, estilo evidentemente barroco, é de construção sólida. Possui paredes grossas e piso atejouado. Em

1757 estava “quasi demolida” segundo então declarava, em seu Relatório, o jesuíta Crisóstão Santos: “A Igreja está pouco para mentada e de presente quasi demolida em ordem a consertarem. Mas isso já há mais de cinco anos que assim se acha e por falta de dinheiro está parado o concêrto”. Logo, a reforma que a igreja nomeada apresenta hoje é dos fins do século 18 ou, talvez mais acertado, dos princípios do século 19. Escreveu Justino de Montalvão que a igreja da Boa-Nova em Portugal, parecia “uma pomba nívea abrindo as asas para voar”. Foi esta também a impressão que nos causou o templosinho de Vera-Cruz. O seu teto simples não apresenta obra d’arte pelo menos toscos, primitivos, humildes. As imagens digna de nota. Os seus altares também são observadas são vulgares, comuns, desvaliosas. Existe finalmente um velho bronze, de glorioso passado, mas solitário, quieto, dependurado em uma das tôres do templo vetusto. Examinámo-lo detidamente. Nada surpreendêrmos de importante. Nada. Nenhum vestígio de sua origem. Nenhum traço de sua idade. Nenhuma legenda latina que tanto identifica os sinos de certa época e de certas regiões. O único achado que mereceu a nossa admiração, e já agora o nosso estudo, foi uma lápide antiga colada ao piso atejouado, logo à entrada, para o lado direito. A lápide é muito simples, mas o seu grande valor está precisamente na sua inscrição que por ser ainda a primitiva, é hoje tida como a mais antiga da Bahia, quiçá do Brasil. Foi Teodoro Sampaio — quem traduziu em 1917 a sua difícil inscrição seiscentista, cabendo-nos, agora, a identificação, após demoradas pesquisas, dos que nela descançam o sono eterno.

### A ALDEIA DE VERA-CRUZ

Mas, emolduremos, antes o quadro. Até aqui cuidamos apenas da ermidasinha secular. Tratemos, agora, da aldeia histórica. Depois, e por termo, falemos, então, da lápide famosa. O templo e a povoação de Vera-Cruz sempre andaram a passo igual. Um e outro construídos numa das muitas elevações da ilha verdejante obedeceram ao velho traçado de Nóbrega, que Luís da Gran executou a partir de 1561: “congregar todos os que baptisamos apartados dos demais” e “fazer igrejas com a ajuda de Deus em muitos lugares”. De fato ao voltar do Rio com Mem de Sá, ali por 1560, Luís da Gran pôs logo as mãos à

obra: reuniu os seus companheiros e iniciou assim aquela "época de trabalho caracterizada pela intensidade do ministério e pela multiplicação das aldeias". Restaurou-se, de prestes, a derruída aldeia de S. João. Fundou-se, de seguida a de S. António de Erembê, e, pela "quarésma de 1561" edificou-se a aldeia de Santa-Cruz, hoje e Vera-Cruz, ao centro da ilha de Itaparica. Nos primeiros dias de março de 1561, Luís da Gran, já nessa época Provincial despachou para a ilha mencionada, fronteira à cidade do Salvador, dois padres, António Pires e Luís Rodrigues e dois Irmãos da Companhia, Paulo Rodrigues e Manuel Andrade. Estes jesuitas partiram do burgo de Tomé de Sousa levando sobre os ombros uma tarefa difícil, pesada, espinhosa: a de juntar num determinado sítio os selvícolas insubordinados das redondezas. De feito "logo no princípio se fez difficuloso aos índios mudarem-se e ajuntarem-se em uma povoação" (A. Blasques). Tudo, entretanto, foi demovido pela pertinácia d'esses quatro teatinos que se isolaram em Itaparica — dois meses a fio, expostos a mil perigos, tais como a traição da bugrada desconfiada, doenças variegadas, etc. "Felizmente em poucas semanas tudo foi resolvido" (S. Vasconcelos). E surgem, como por encanto, do meio do mato desbravado "casas, igreja e moradias" (S. de Vasconcelos). Coube porém, a António Pires "pedreiro e marceneiro" levantar as pousadas necessárias, enquanto Paulo Rodrigues, "grande língua porque de muito tenra idade foi criado nesta terra" (A. Blasques) catequizava os brasi-líndios, exortava-os, em sua própria língua, convencendo-os de todos os modos, atraindo-os de tal jeito que em pouco tempo elles todos corriam, aos cardumes, à aldeiasinha nova em busca das suas prédicas convincentes. E meses rodados exclamava Blasques "Agora já estão todos juntos!" Estavam mesmo. "Para a nova aldeia, escreve Simão de Vasconcelos, concorreu o gentio em grande quantidade das ribeiras do Rio Paraguaçu". Triunfo! António Pires e seus companheiros conseguiram assim "trazer a gente dos campos e brenhas com que se povoara a aldeia" (S. Vasconcelos). E no curto prazo de sessenta dias elles venceram galhardamente a empresa difficil. Construíram Vera-Cruz. Fizeram-na "cabeça principal". Deram aos selvícolas congregados toda assistência espiritual e corporal. "Curavam e sangravam o doente" escrevia, meses depois Luís Rodrigues as Padre Gonçalo Vaz, em Coimbra. Não mentia. — Porque os jesuitas socorriam sempre aos que apresentavam fleumas e inchaços do

estômago. Acudiam aos que estavam de chagas e dores de pedra. Atendiam aos que queixavam de engasgos, de andaços, de pri-rizes, de câmaras de sangue, de bestelhas e apostemas. Desta forma gastavam o dia entravam ainda pela noite, vèzes muitas mal alimentados: uma banana assada, um milho verde ou um peixe sêco mordicado às pressas. Incansáveis. Nas suas caixas de fôlha de Flandres estavam sempre juntos, ao primeiro apêlo, o Breviário sebento e o ervan-rio precioso o óleo sagrado e o seixo de sa-lar. E desde que Loiola consentiu a prática da flebotomia "porque tudo cabe no bôjo da caridade" também lá estava a lanceta sangrar. E foi desta guisa um diligenciar sem pausa e sem pouso: sangravam veias, praticavam ventosas, mesinhavavam plantas exóticas, o jaborandi para as apostemas, a araroba para as bestelhas, o jeticuçu para os inchaços do estômago, e uticipê para as bronquites crônicas, a caroaba mirim para o queimar a trçan e tantíssimas outras medicinas. Es-tudo com semelhante ânimo e por sobre tudo com semelhante espírito de renúncia de sacrificio, a aldeia de Vera-Cruz só teve que prosperar, como prosperou. Mas, "contou muitos suores especialmente do Padre António e do Irmão Manuel Andrade" (S. Vasconcelos). Noticioso finalmente dos grandes progressos da aldeia itaparicana, Luís da Gran resolve visitá-la, sem tardança, aproveitando a feliz conjuntura da próxima festividade a 3 de maio, da Invenção da Santa Cruz. Chama um Irmão da Companhia a embarcar na antevéspera quinta-feira a 1.º de maio, rumo à Vera-Cruz. Mas Luís da Gran a povoação insular. Detido desta forma não sai tarde e por isso chega tarde ao Mar. A dura contingência de passar a noite em quella costa deserta, vê-se o Provincial Grande, não alcançando, assim, no mesmo dia o campo. Que fazer? Noite alta porém resolveu-se "a um tejuar que são como rama-lha bem desabrigado da consolação humana porque não tinha o que comer". (A. Blasques) — Sofre então horas agoniadas. "apostento estava cheio de gusanos e formigas que não o deixaram repousar" (Idem). No dia seguinte 2, sexta-feira, os viajores tomam logo o serpeoso caminho de Vera-Cruz, onde são recebidos entre grandes alegrias e festa. "Os catecúmenos saíram grande espaço fora a receber o Padre Provincial em forma de procissão mais devota que todos, com todos os demais cantando a côro, ajoelhando-se em passos diante dela, adorando-a com devoção e reverência, até encontrar com o Padre P



vincial" (S. Vasconcelos). Essas "plantas novas", formando, alegres, "tão pio espetáculo" animaram e confortaram sobremodo o espírito religioso do devotado jesuita lisboeta. Logo surgido desta maneira em Vera-Cruz, Luís da Cruz dá curso à sua reconhecida infatigabilidade "ocupando-se nos seus acostôda a aldeiasinha. Inquire. Repara. A nota. Tumados exercícios". Percorre, sem demora, Louva tudo. E no mesmo dia 2, da sua chegada realiza "uma procissão mui solene, levando os índios às costas uma cruz mui formosa e grande para arvorá-la em um monte" afastado um pouco da primitiva ermidasinha Maravilhoso espetáculo! "Os índios iam tangendo e cantando uma folia a seu modo e de quando em quando vinham fazer reverências à Cruz que um irmão levava". Afinal pelo dia 3, sábado, consagrado à Invenção da Santa Cruz, Luís da Gran começa "os catequismos e solenidades costumados que a terra e sua pobreza permitem". (Idem). Far nessa ocasião, a matrícula "no seu livro de milícia, pelo santo batismo, de cento e setenta e três catecúmenos" (S. Vasconcelos). "Ordena ainda Escola, assina Mestre com que os meninos aprendam à volta de ler e escrever a doutrina e costumes cristãos" (Idem). Ene por terno "oitenta casais em lei de graça" (Idem) Estava fundada a aldeia itaparicana, cujo primeiro nome de Santa Cruz reflete uma homenagem à sua Invenção, comemorada, sabidamente, a 3 de maio de cada ano. Luís da Gran não se demora na aldeia recém-criada. Logo no dia imediato, segunda-feira, 4 de maio, regressa à cidade. Regressa, enretanto, confiante, animoso, certo "de que não ficariam baldados os trabalhos dos que a cultivavam" (S. Vasconcelos). Não se enganava. E tanto não se enganava que pasadas semanas recebia a grata notícia de que lá "se faziam em S. Cruz, cristãos de baixa idade e outros de que se temia que morressem de suas enfermidades, de sorte que chegou o número de 415 e muito se teriam feito se não fôssem avisados de que o Provincial determinava ir até lá" (A. Blasques). O Provincial prometeu, de feito, voltar à população itaparicana. E voltou quatro meses depois, "pela quadra da festividade de setembro" aproveitando o dia da Exaltação da Santa-Cruz. Decidira realizar dessa vez em Itaparica "um solene batismo". Já está informado de primeiro, "que serão mais de quatrocentos os que hão de batizar pela festa da Exaltação da Cruz" (Idem). Por isso é seu desejo dar um cunho altamente cerimonioso aos planejados batismos e esponsalícios de Vera-Cruz. Com êste fito convoca

para assistí-los as pessoas de prol da cidade do Salvador, ou sejam o Bispo Pedro Leitão, "que por suas virtudes sempre quer achar-se presente a êstes batismos solenes" (Idem), o Ouvidor Geral Braz Fragoso valente e inteligente, escolhido padrinho oficial das centenas de catecúmenos, os Padres da Companhia, principalmente Antônio Blasques e Leonardo do Vale, alguns Irmãos da mesma Ordem finalmente outras pessoas graduadas da época. Acertadas tôdas estas providências parte Luís da Gran possivelmente a 11 de setembro para o arraial de Vera-Cruz. Vai preparar, desta forma o fidalguesco recebimento das autoridades convidadas. Sentimos divergir, aqui, do erudito mestre Serafim Leite que registra a viagem de Luís da Gran como realizada, são palavras dêle, "na véspera da Exaltação da Santa-Cruz, a 13 de setembro do referido ano de 1561". (Hist. Comp. Jesus no Brasil. Livro 2.º Pg. 57). Lendo-se, entretanto, a carta de Leonardo do Vale, escrita nove dias depois da aludida festividade, a que aliás esteve presente (Cartas Avulsas. Pg. 329) Conclui-se claramente, indiscutivelmente, primeiro que o Bispo viajou a 12 de setembro, "partimos daqui dois dias antes da festa" afirma êle, segundo que já encontrou em Itaparica o dedicado Provincial que foi esperá-lo, "vamos vir" acrescenta o autor citado, "o Padre Provincial com outra grande soma, muitos alegres por nossa ida". Assim sendo aceitamos o testemunho precioso de Leonardo do Vale que esteve presente à festividade e escreveu a sua carta nove dias depois das suas cerimônias. Não cremos fôsse o nosso informante um novo João Aldenburg, que veio ao Brasil na primeira esquadra holandêsa, cuja noção do tempo constituiu notória confusão em seu interessante relato. Viajou, portanto, o Provincial, antes de 12 de setembro, dia em que seguiu o Bispo acompanhado de Antônio Blasque, de Leonardo do Vale e de outros Padres e Irmãos jesuitas. A travessia entre a cidade e a ilha fronteiriça foi, a princípio agradável. Havia "bons ventos e muita alegria" de sorte que os viajores conversaram e pilheriarão a valer. Conta-se que o Prelado, animado com a viagem tão repetido em tom chocarreiro: "Vamos fazer guerra ao Demônio". Mas, da "meia travessa", por diante, tudo mudou. "Como bom vento costuma fazer bom mar" no dito de Leonardo do Vale, a embarcação deu de empinar sobre as ondas cavadas. Cessa a ridência geral. Todos enjoam. Uns mais do que outros. D. "Recostado ao Padre Vale botou até sangue Pedro Leitão foi, talvez, o que mais sofreu



pela boca (L. Vale). Felizmente horas depois alcançavam, salvos a ilha de Itaparica, desembarcando "numa grande e formosa praia, uma légua quasi antes da aldeia" (Idem). Era o Mar-Grande. Enquanto daí enviavam-se recados a Vera-Cruz e remetem "o Pontifical e mais fato", o Prelado e seus companheiros repousam algum tempo "à sombra de muitas árvores e palmeiras que ao longo da praia havia" (Idem). Pela tarde, refeita do cansaço, a comitiva arriba pousada, e segue "pela praia com o que boamente se pôde levar" (Idem). No começo da custosa caminhada, D. Pedro Leitão, que viaja numa rede, topa com um Padre da aldeia que vem saudá-lo, acompanhado "com tantos meninos da terra que era coisa para muito louvar a N. Senhor" (L. Vale). E antes do Prelado atingir o arraial vem ainda ao seu encontro o Padre Luís da Gran "com outra soma, muitos alegres, tangendo com os seus tambores" (Idem). Andada difficil! A comitiva varou, durante muito tempo, sendas íngrimes, turtuosas, ásperas. Mas, surgiu finalmente sem nenhum embaraço na aldeia alvorotada, plena de índios curiosos. Júbilos! logo se enche a igreja, de gentes de maneira que dentro nem fora parece que cabiam" (Idem). O Prelado todo medido e comedido "lança a benção cantada" (Idem). Ao depois "assenta-se numa cadeira ao lado do altar e lhe foram todos assim homens como mulheres a beijar a mão" (Idem). Gentes simples! Todos querem oscular a dextra gadelhuda do Bispo Lusitano. E só quando ia a noite alta, "acabado o sino", é que os recém-vindos logram recolher-se às suas pousadas de palmas verdes, para o devido descanso. No dia immediato, 13 de setembro, "mal deixava o Sol a casa de Nosso Senhor" e dois dedicados inigistas iniciavam a confissão "dos que se iam casar". Estão ambos, desta guisa, no seu dedicado mister, quando irrompeu pela aldeia entre grande alarido, "o Ouvidor Braz Fragoso e a gente da cidade". Vera-Cruz regorgitava, logo, de colonos entaliscados em trajes domingueiros, gibões de veludo encorpado, gorros berrantes, balugas de couro cru, colonos alegrosos de tôdas as classes que se misturam aos bugres enfeitados "de penas multicores, tangendo maracás". Arruídos! Entusiasmos! Na igreja de Vera-Cruz "por baixo e por cima tôda de palma" (Idem) realizam-se "as vésperas mui solenes de canto de órgão". De seguida sai, pela tarde, através o festivo arraial, uma longa procissão, alçando duas cruzes "uma dourada da aldeia" e outra "de prata, grande e formosa da Sé". Amanhecido porém o dia

14, consagrado à Exaltação da Santa-Cruz, o batismo geral marca o começo das festividades. E Luís da Gran, Provincial, roga "a alva a branquear os seus catecúmenos sagrada-água do batismo" (S. Vasconcelos). Gasta êle, nesta piedosa tarefa "o dia até alta noite chamando ora uns, ora outros, a êstes insistindo, aqueles batizando" (L. Vale). Suma diligência! assombram o Prelado e o Ouvidor-Geral. Podiam "umas quatro ou cinco horas depois do meio dia" quando o Bispo "se poz por sua mão fazer os catequismos com a maior diligência que ser pode, gastando quasi todo o tempo que restava dali até a noite nêles" (Idem). De seguida "assentou-se junto da pia em uma cadeira e os começou a batizar" (Idem), encerrando o seu officio, pelas dez horas da noite, quando "já estava com as mãos albas de água". D. Pedro Leitão lança ainda a sua benção àquelas quinhentas e trinta crianças cristanisadas, sem dai, assim por diante, das as cerimônias do dia da "Exaltação S. Cruz". É que as festividades continuaram na manhã seguinte 15 de setembro, com "uma solene missa pontifical, acompanhada de canto de órgão, com diácono e su-diácono revestidos de vestimentas e dalmaticas, veludo verde e sabrado de brocado mui rico que foi da Capela d'El Rei" (Idem). Terminada esta cerimonia D. Pedro Leitão "assenta-se em uma cadeira no degrau do altar, com a mitra de brocado na cabeça, abençoando os setenta e nove conjuges que acabaram de se juntar pela graça de Deus. Depois deixa êle a igreja de palmas verdes do arraial, e atravessa "debaixo de um pau vermelho" u'a "mui comprida e formosa rua", replemada de "gentios cheios de ferreiros e ataviados à sua guisa com pena mui louçã e seus maracás nas mãos" (Idem). Terminam-se, assim, as grandes festividades da Exaltação de Santa-Cruz na aldeia de Vera-Cruz. Rodados meses, já depois das "festa da Pentecoste", Luís da Gran volta novamente ao arraial itaparicano. E por lá fica até 21 de maio de 1562, dia de Corpus Christi, batizando, 108 crianças e unindo casais "em lei de graça". Mas, que mutação! Onde quele brilhantismo da festividade anterior? Onde, ainda, naquela solenidade? Ora, enfim, aquele júbilo das cerimônias de setembro? Corridos seis dias do retorno Luís da Gran, o que vale dizer, a 28 de maio daquele ano, uma velha feiticeira, maltratada "com o Padre e com o marido que deixara para se casar com outra", (L. Vale) entendeu de tocar fogo na segunda igreja de palma do arraial. Antônio Pires "o c

cial de tudo", dormia então atraza do altar "em um repartimento de pau a pique". — Surpreendido pelo fogo, mal logra tempo de fugir "pela porta que saia para o quintal" (L. Vale) sobraçando ainda "uma caixa em que estava o cálice e uma vestimenta" (Idem). Salvára-se. Pior, entretanto, do que o incêndio foram a peste e a fome que devastaram a aldeia entre 1563 e 1564. Nessa ocasião o povoado de Vera-Cruz foi forçado a se transferir, por uns tempos, para as bandas de Jaguaripe. Em tão apertada conjuntura feiçiceiros nativos convencem aos aborígenes que a fome de que tanto padeciam "era castigo de se haverem sujeitado aos cristãos". Convictos da perfídia debandam os gentios de tal forma que quasi matam os seguintes Padres que lhes tentavam deter os passos: João Pereira, Adão Gonçalves e Jorge Rodrigues. Passam-se anos. Repovôa-se Vera-Cruz. Visita-a em 1578 José de Anchieta que recebe em uma das suas palhoças, ao confessar uma índia enferma, a Carta de Provincial. Desde então nunca mais o antigo arraial itaparicano voltou aos seus grandes dias. Nunca mais conheceu aquelas magníficas festividades de maio e setembro de 1561. Nunca mais! Vera-Cruz é hoje uma espécie daquela Prand-pré, de que nos fala Longfellow, em sua "Evangelina". — Em baixo, em retor da ilha histórica "retumbante de seus penhascos carnas a voz do profundo e vizinho oceano ala e em acentos desconsolados responde o queixume da floresta". A história de Vera-Cruz já se enflorêja de lendas suaves. Senão se-lhe mesmo uma leve mão de poesia! Lendas! E "lendas tão belas, como dizio Antero de Figueiredo, à volta de jatos típicos, de dramas heroicos e de paixões humanas que por vezes a um historiador artista mais lhe apetece cantar o assunto em melodiosos tons de balada!" E crença transmitida de geração em geração na aldeia itaparicana que nas águas bulhentas de certa represa antiga em ruínas os filhos de Loyola sepultaram tesouros imensos para não vê-los revertidos a coroa de Portugal. (U. Osório). Ainda hoje aqueles velhos rudes de mãos encalejadas do arraial solitário repetem convictos "de que no quadrado daquelas muralhas ná ouro para encner navios". (Idem). Lendas!

## A LAPIDE SECULAR

Mas a parte por assim dizer fundamental deste trabalho é o estudo de uma inscrição lapidar existente na ermida de Vera-Cruz, con-

diferença que o curto espaço de sete anos de siderada por Teodoro Sampaio "a mais antiga da Bahia". Logo das mais antigas do Brasil. O historiador bahiano traduziu em documento valioso a referida inscrição seiscentista, ainda hoje encontrada no templo etusto do arraial itaparicano. Traduziu e comentou o assunto, com aqle brilho da sua profunda erudição. Depois de prolongadas e pacientes pesquisas logramos identificar os nomes revelados pelo sábio Mestre conterrâneo. A entrada da igreja de Vera-Cruz existe, ao lado direito, uma lápide antiga, encravada no piso úmido, atejoulado, cuja inscrição copiada conforme aqui se vê foi traduzida da seguinte forma por Mestre Teodoro Sampaio: "Sepultura de Francisco Nunes que Deus tem e de sua mulher Joana Barrêta e de seus herdeiros. Falecido em graça 1579" (Carta escrita aos 21 de setembro de 1917 ao Engenheiro Bina Fonyat). — Será de feito a aludida inscrição tumular a mais antiga da Bahia? Acreditamos. "As inscrições da igreja da Vitória depõe Teodoro Sampaio, não são em verdade mais antigas sem embargo de sua fama corrente. A sepultura de Mem de Sá na antiga igreja do Colégio hoje catedral, é de fato mais antiga, data de 1572, mas a respectiva inscrição não o é, vem da época posterior, mui provavelmente daquela em que se procedeu a reconstrução da igreja com o material e a arquitetura que ora ostenta".

Comparemos as inscrições lapidares da igreja de Vera-Cruz de Itaparica, de 1579 e a da Catedral, da cidade do Salvador, de 1572, a primeira de Francisco Nunes, a segunda de Men de Sá. Flarante, não há dúvida, a diferença, entre ambas, de caracteres, maneira alguma justifica, e ainda quando justificasse não seria para imprimir uma feição menos antiga justamente à lápide mais velha. Na sepultura de Gabriel Soares, existente na sala capitular, outrora sacristia da igreja do Mosteiro de S. Bento, na cidade do Salvador, encontra-se uma inscrição que não corresponde absolutamente ao tempo em que êle faleceu, ali por 1591 ou 1592. A que se lê hoje é cma inscrição lapidar, podemos dizer quasi dos nossos dias. Outra inscrição tumular interessante é a de Afonso Rodrigues, falecido em 1561, pertencente à igreja de N. S. da Vitória, também na cidade do Salvador. Não é absolutamente do século dezesseis. Também o epitáfio de Francisco de Barros, morto em 1621 não possui caracteres setecentistas. — Comparando-se estas duas inscrições lapidares, a de 1561 e a 1621, com uma terceira inscrição tumular, a de João Marante, datada de 1809, pertencente

ainda à mesma igreja, conclue-se forçosamente que todas as três inscrições foram feitas no mesmo tempo e o que é singular no mesmo tempo da última, princípios do século dezanove. Acontece o seguinte com as inscrições tumulares: umas, e neste caso está a de Vera-Cruz de Itaparica, conservaram até os nossos dias, o seu caráter primitivo; outras, porém, porque meio-apagadas, sofreram reformas, vezes muitas radicais, que embora conservando o seu sentido, sacrificaram "a sua gravação primitiva e os seus caracteres vetustos". A lousa da igreja de Vera-Cruz de Itaparica possui portanto o valor, hoje não comum, de apresentar ainda a sua primitiva inscrição, — considerada assim, à justa, a mais antiga da Bahia. Comentando a profunda semelhança existente nas inscrições lapidares de 1561, de 1621 e de 1809, da igreja de N. S. Vitória, de Salvador, concluiu Teodoro Sampaio "que elas foram feitas com o mesmo material e com o mesmo caráter de letra, não revelando o seu aspecto grande antiguidade". E acrescenta: "Não se vê isso nem nos tipos de letras, nem da gravação, nem no material que é em grés nolle muito comumente empregado nas construções da cidade. Foram outrora velhas inscrições que o tempo apagou e tornou ilegíveis e que restauradores mandaram retocar ou refazer com sacrifício da gravação primitiva e dos caracteres vetustos. São restaurações que datam de um século e que pelos caracteres se reconhecem procedentes de uma mesma data e de um mesmo autor". Logo a conclusão que se impõe, — conclusão que, sendo do erudito tupi-grafo brasileiro, honramo-nos, também, de acompanhar, é a seguinte: "a vulgar-se pelos caracteres gráficos, as abreviações empregadas e os desgastes do tempo que o todo revela a inscrição lapidar da igreja de Vera-Cruz de Itaparica é a mesma de mais de três séculos e até aqui a mais antiga das que conheço na Bahia" (Carta aludida). Realmente os termos da mencionada inscrição, a maneira de grafá-los, o seu aspecto geral atestam a sua antiguidade, especialmente o seu século, o dezesseis. A palavra — "Deus" por exemplo, como está escrita, é uma prova irrefutável da nossa assertiva. Estão no mesmo caso, como observa Teodoro Sampaio, o vocábulo "tem", o termo Joana "JOAN" e a expressão "sua mulher" S.M. Expressivo ainda o caráter "geminado de "her" e de "ir" que integram parte da palavra "herdeiro". Vale registrar aqui a ausência desta maneira de grafar termos nas inscrições lapídeas de 1561 e 1572, a primeira

de Afonso Rodrigues, existente na Igreja N. S. da Vitória, a segunda de Men de S. encontrada na Catedral-Basilica, ambos no entanto uma e outra são inscrições lapídeas existentes na cidade do Salvador, datadas anteriores às da igreja de Vera-Cruz de Itaparica que, datam de 1579. Notou, finalmente, Mestre Teodoro Sampaio, na lápide itaparicana, o que constitui mais uma prova da sua ancianidade, o uso feminino dos sobrenomes quando aplicados a senhoras tomavam, há séculos passados, a forma feminina. O aludido historiador e Sampaio tomavam, há séculos passados, "Joana Barrêta" em vez de Joana Barreto, outros exemplos como o de "Brandôa" e de "Bulcôa". Juntamos porém de nossa parte, fruto de pesquisas pacientes, novos exemplos expressivos como os de Maria Carneira, de Vitória Fragosa, de Lionor Carvalho, de Maria Pinheira, Joana Coelho e Violante Galvão, personagens todas do século dezesseis. Sabidas, portanto, a antiguidade e a primitividade da lápide histórica de Itaparica procuremos agora identificar os seus mortos. Tal a nossa tarefa. Quem teria sido esse Francisco Nunes que repousa sob a sua inscrição secular? Quem teria sido, ainda, essa Joana Barreta, sua companheira na eternidade? Dez anos de teimosa pesquisa, dez anos de briosa perseverança constituem hoje o presente desta revelação. Houve pelo menos dois Francisco Nunes, na cidade do Salvador, pelo segundo metade do século dezesseis. Um natural de Ilhéus onde nasceu em 1569, vivo pois de 1579. Era "cristão velho", "criado também ao que parece na capital bahiana de Cristóvão de Barros e irmão de Garp Fernandes, capelão desta Sé". Mas esse Francisco Nunes foi afastado das nossas cogitações pelo simples fato de viver ainda em 1591, ocasião em que o seu nome foi citado. E, então, concluímos o seguinte: esse Francisco Nunes, instalado em Salvador, casou com Joana Barreta, recebeu, a princípio, na cidade do Salvador, o ofício de serralheiro ou de ferreiro. Foi citado no Volume 37 dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional deparou-se-nos na página 241, nota 602, o seguinte registro: "Em 26 de maio de 1555 passou o Provedor mandado para o Almoxarife Cristóvão de Aguiar que pagasse a Francisco Nunes, serralheiro, 5015 réis que lhe eram devidos de seu soldo de serralheiro de quatro meses e cinco dias de razão de mil e duzentos réis por mês, em que foi assentado, os quais lhe pagaria em ferreiros de duzentos réis o quintal; e que por ele fosse feito o seu conhecimento pelo Escrivão de s"



cargo assinado por ambos em que declarasse receber a dita quantia, e com certidão do Escrivão da Matrícula, em que outrossim, declarasse ficar posta a verba em seu título — que houve o dito pagamento lhe sejam levados em conta”. Descobrimos a pista. Estávamos, agora, por entre os dedos, com o bolo de fio de Ariadne. Faltávamos apenas desnovelá-lo. — Passam-se tempos. Examinando certa feita as confissões da “Primeira Visitação do Santo Offício às Partes do Brasil”, edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1935, topamos à sua página 99 a seguinte e alegreza notícia; “Confissão de Gaspar Nunes Barreto, dúvida se há cristão novo na terra desta Bahia filho de Francisco Nunes, graça. 18 de janeiro de 1592. Deixe ser na o qual elle teve sempre e tem por cristão velho e foi ferreiro nesta Bahia e depois largou o officio e foi senhor de engenhos e de sua mulher Joana Barreta, a qual elle não sabe se era cristã velha se cristã nova, defuntos, lavrador quem uma caffa (cassa) de méles, morador na freguesia de Taparica na terra firme de Peragassú, de idade de quarenta anos pouco mais ou menos, casado com Ana Alvéola. E confessando deixa que sendo elle mancebo desbarbado que ynda não chegaria a idade de vinte anos que seria de idade de dezesseis anos pouco mais ou menos estando em Taparica se mandou riscar per hum negro da terra na perna esquerda da banda de fora da cintura até a coxa, o qual riscado elle consentiu e mandou fazer em si sem nenhuma má intenção gentilica mas simplesmente como moço ignorante o qual riscado he que com hum dente agudo de hum bicho se fazem uns labores rasgados na carne os quais. untam com ho çumo de certa esva moura e huns pequenos pós de escodado e assim serão as ditas feridas e ficam os lavôres como ferretes para sempre”.

Logò o Francisco Nunes que em 1555 recebia, como serralheiro a quantia de 5015 réis, não pedece dúvida, é o mesmo ferreiro, ou serralheiro “foi ferreiro nesta Bahia” que “depois largou o officio e foi senhor de engenhos”. Naturalmente havendo amealhado alguns reais, Francisco Nunes transportou-se para ilha de Itaparica, onde prosperou. Foi ainda “cristão velho” declarou o filho petado de Mendonça, capelão fidalgo rante o enfatuado “inquisidor Heitor Furde El-Rey nosso Senhor e do seu desembargo, Deputado do Santo Officio”. Quanto porém à Joana Barreta, mulher de Francisco Nunes, o filho Gaspar Nunes Barreto, deixa uma grave suspeita sobre a sua memória ao conjá Francisco Nunes deixara a cidade do Sal-

cristan nova”. Alguns anos depois, em 1568, fessar, que “não sabese foi cristan velha se vador”, onde dezesseis anos antes nascera o filho Gaspar Nunes Barreto. Deixara assim a capital bahiana, abandonará o officio, estã-filho;” sendo mancebo desbarbado que ainda do firmado em Itaparica. Ouçamos ainda o não chegaria a idade de vinte anos que seria de idade dezesseis anos pouco mais ou menos estando eu em Taparica...” É de se presumir portanto que em 1568, estando o filho em Itaparica também lá residisse o pai como “senhor de engenhos”. E esse Gaspar Nunes Barreto, filho como dissemos, de Francisco Nunes e de Joana Barreta acabou morando de sua vez “na freguesia de Taparica, na terra firme de Peragassú” como “lavrador” e dono “de uma casa de males”. Ora do que até aqui levamos dito, Francisco Nunes e Joana Barreta, cujos nomes lemos, ainda hoje, na antiga inscrição lapidar de Vara-Cruz de Itaparica, Estado da Bahia, foram senhores de engenho na dita ilha, sendo elle, antes “ferreiro nesta Bahia”, — que depois largou officio”. Sendo “cristão-velho” e ela “não se sabe se ara cristan velha, se cristan nova”. Em 1552 nasceu um filho do casal na cidade do Salvador chamado Gaspar Nunes Barreto que em 1592, “perante o tribunal inquisitorial na Bahia, declarava possuir “de idade de quarenta anos pouco mais ou menos”. Em 1555, ainda exercendo na aludida cidade recebia certa quantia por trabalhos executat-a profissão de “ferreiro”, Francisco Nunes dos. E em 1568 a julgar pela declaração de filho, então “mancebo desbarbado” de dezesseis anos, Francisco Nunes já estaria em Itaparica com os “seus engenhos”, onde morreu em 1579 conformê se deduz da inscrição lapidar da ermida de Vera-Cruz de Itaparica.

Tal opinamos salvo outro juizo, e melhor.

Bahia, 10 de junho de 1946.

#### Trabalhos principais consultados:

- 1.º — Biblioteca Nacional — Documentos — Históricos — Volumes 34 — 35 — 36 — 37 — 38 — 39 — 40 — 41 etc.
- 2.º — Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia — Volumes 54 — 54 — 60 — 63 — 64 — 65 e 68.
- 3.º — Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil — Edição da Sociedade Capistrano de Abreu.
- 4.º — Livro Velho do Tombo de S. Bento.
- 5.º — História da Companhia de Jesus — Serafim Leite — Volumes 1.º, 2.º 3.º, 4.º e 5.º.

- 6.º — Cartas Jesuíticas — Cartas Avulsas.
- 7.º — Cartas do Brasil — Cartas de Nóbrega.
- 8.º — Cartas Jesuíticas — Cartas do Padre José de Anchieta.
- 9.º — Novas Cartas Jesuíticas — Serafim Leite.
- 10.º — Crônica da Cia. de Jesus do Estado do Brasil — Simão de Vasconcelos.
- 11.º — O Romance da Prata — Paulo Setubal.
- 12.º — Ilha de Itaparica — Ubaldo Osório.
- 13.º — Catálogo Genealógico — Jaboatão.
- 14.º — História do Brasil — Visconde de
- 15.º — História do Brasil — Frei Vicente do Porto Seguro.
- 16.º — Carta de Teodoro Sampaio.
- 17.º — Achêgas Genealógicas — Afonso Costa.
- 18.º — História do Brasil — Pedro Calmon.
- 19.º — Gente da Bahia no século 17 — Pedro Calmon — Rev. Inst. — Hist. — Vol. 53.

## DOCUMENTO

(Cópia)

(Carta do Dr. Teodoro Sampaio ao Engenheiro Bina Foynat).

Bahia 21 de setembro de 1917

Meu caro Dr. Bina Foynat.

Com muito saudar correspondo ao seu desejo de ver traduzida a inscrição lapidar da velha igreja de Vera-Cruz da ilha de Itaparica que o meu distinto amigo ali copiou e houve por bem trazer-me a exame. Essa inscrição considero-a das mais antigas do Brasil. As da igreja de Vitória por mim estudada quando foi da última restauração por que passou esse templo em 1910 não são em verdade mais antigas, sem embargo de sua fama corrente.

A da igreja de Vera-Cruz é de 1579, trinta anos após a fundação da cidade do Salvador. A sepultura de Men de Sá na antiga igreja do colégio hoje catedral, é, de fato, mais antiga, data de 1572 mas a respectiva inscrição lapidar não o é, vem de época posterior mui provavelmente daquela em que se procedeu a reconstrução da igreja com o material e a arquitetura que ora ostenta. Pela descrição feita pelo amigo de referência à pedra de inscrição de Vera-Cruz, a julgar-se pelos caracteres gráficos, as abreviações empregadas e os desgastes do tempo que o todo revela creio que a inscrição lapidar em estudo é a mesma de mais três séculos e até aqui a mais antiga das que conheço na Bahia. De acôrdo com a cópia que o bom amigo me trouxe.

A interpretação ou tradução que consegui dar e que me parece verdadeira é:

Sepultura de Francisco Nunes  
Que Deus tem e de sua mulher  
Joana Barreta e de seus herdeiros,  
falecido em graça — 1579.

As abreviaturas usadas mais dâgnas de notas são as seguintes:

Deus,        tem, SM, sua mulher, IOAN

Barreta, aliás Barreta, o que não deve causar estranheza porque naquele tempo era de uso tornar femininos os apelidos quando

her da palavra herdeiros e não é menos aplicados as Senhoras e assim que se dizia Brandôa, Bulcôa, por femininos de Brandão e Bulcão, como se lê em várias antigas escrituras. É dâgno de nota o caráter geminado

ir da mesma palavra. Adeus meu caro amigo. Sempre seu admirador e amigo Teodoro Sampaio.

## VIAGEM A CARACAS

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Em agosto último, reuniu-se na Capital da Venezuela, convocados pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História os delegados que deveriam participar de sua 4.<sup>a</sup> Assembléia Geral" bem como da "Terceira reunião Pan-Americana de Consulta sobre Cartografia".

Todos os países do Novo Continente invasivo o Canadá, fizeram-se representar, com exceção da República Dominicana e Honduras. O Brasil, que se acha fortemente ligado à instituição, cuja Assembléia inaugural se realizou no Rio de Janeiro, não podia deixar de comparecer, embora por meio de reduzida delegação, conforme lhe impunha a política restritiva de despesas públicas.

Para tal fim, o Governo Federal nomeou o engenheiro Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia e Presidente da delegação, Professores Mário de Matos, Jorge Zarur e o autor, além do acessor A. Raposo Lopes, Secretário da Embaixada do Brasil.

Completavam a delegação brasileira os Commandantes Ari Rangel e A. Cardoso de Castro, que representavam o Almirante J. Rodsforth Martins, então Ministro da Marinha e por isso impedido de atuar pessoalmente como presidente do Comité de Hidrografia.

Os artigos a seguir sintetizam aspectos vários proporcionados pela excursão à Capital venezuelana.

## Um dia em Trinidad

O D. C. 4, da "Pan-Americana World Airways", capaz de transportar 55 passageiros, além de cinco da tripulação, ao alcançar a ponta do Galeão, no dia 19 de agosto, registrava mais de duas horas de atraso, não seria recuperado. E assim prosseguia, em voo para Belém, onde baixou de

novo e permaneceu apenas o indispensável ao reabastecimento, enquanto os viajantes tomavam refeição quente, ao jantar, que os fizesse esquecer as iguarias geladas de bordo. Mediante outro salto, menos demorado que o primeiro, de oito horas, através da bacia do São Francisco, transpôs o Equador, sem a tradicional cerimônia dos transatlânticos, em que Neptuno condecora os novatos na travessia, e atingiu o aeroporto de Port of Spain, onde ficaram os passageiros que se destinavam a Caracas, enquanto os companheiros continuavam a peregrinação, pela madrugada escura, em rumo de New York.

Não havia, em correspondência, nenhum avião para o dia seguinte, que seria de espera forçada.

O hotel de emergência, na vizinhança do campo, não se recomendava para semelhantes circunstâncias.

Conviria, de preferência, algum da cidade, distante cerca de 40 minutos de automóvel, a princípio através do terreno despovoado, ou melhor, de plantações, antes de surgirem as casas suburbanas.

O veículo rodou sem receio pela estrada de leito firme e bem conservado, isenta de rampas apreciáveis. Nem seria de esperar ocorresse fenômeno diverso.

Na ilha, que a Inglaterra domina, o asfalto constituía uma das mais seguras causas da sua importância comercial e não faltaria para o revestimento das rodovias convergentes para a sede governativa.

Desenvolve-se praticamente de nível, permitindo grandes velocidades. De fabricação inglesa, em maioria, os carros trazem a direção à direita e no mesmo sentido se executam as manobras, quando se encontram e passam um pelo outro.

O motorista, porém, em vez de tons alourados, apresenta a pigmentação escura, em contraste com a linguagem usual, que aprendeu com o povo colonizador, desprezando a



outra, em que se expressava anteriormente. Outrora, quando a descobriu Colombo em 1498, não necessitavam os nativos da ilha de outro linguajar, diverso do seu próprio, para se entenderem.

Decorridos seis lustros, porém, propôs-se Antônio Sedenho colonizá-la, seguido por João Ponce de Leão. Nem sempre lhe correriam de feição os sucessos. Ainda que os ameríndios não os hostilizassem, bastariam os embarços naturais, opostos pela mata virgem das morrarias e pântanos da faixa litorânea para afugentar os povoadores. O recurso da importação de africanos para o trabalho exigia pesados tributos de aclimação, a que se referiu o governador, Don José Maria Chacon, ao sintetizar, em officio de 22 de novembro de 1784, endereçado ao Secretário de Estado D. José Galvez, as condições da colônia, cujos problemas analisou sagazmente:

"Uma terceira parte de los negros que se ocupan en abrir un bosque, parece al rigor de los vapores que exala la tierra a la primera vez que le da el sol y quedan aniquilados" enfermos un gran numero de los que sobreviven en esta fatiga". A explicação, anicetável pelo critério moderno de considerar as causas das epidemias, que rompem do relato oficial, não invalida o fato assinalado, referente ao aniquilamento de grande parte da escravaria.

Por isso, não aumentaa, como ambicionava o delegado real, a população insular, que então orçava por 5.964 pessoas.

O solo, todavia, retribuía dadivosamente os esforços de quem tentasse cultivá-lo.

Por outro lado, a situação estratégica apontava-lhe as vantagens, que não passaram despercebidas aos estadistas britânicos.

E quando a Europa, em tremenda convulsão, iniciada pela Revolução Francesa e rematada pelo desterro de Napoleão, desertou praticamente dos mares, encolhida no continente, onde imperava o guerreiro até então invencível, não titubeou a Inglaterra em apossar-se da ilha grandiosa. Legalizada a conquista pelo Tratado de Amiens, não mais deixaria a posição, que lhe satisfazia os projetos de expansão imperialista.

Se o clima, aos dez graus de latitude setentrional, exigia esforço de adaptação dos colonos afeitos às regiões mais frias, em compensação avultava a conveniência da posição marítima, para a esquadra que já dominava as rotas oceânicas, além dos recursos econômicos, modernamente acrescidos com a descoberta de petróleo e asfalto, um de cujos lagos, acerca de 70 quilômetros da Capital, consti-

tue uma das singularidades da ilha, oferecia à admiração dos visitantes.

Solo apropriado à lavoura canavieira, plantações de café, cacau, laranjas, e abundância de óleo mineral, causaram a afluência aventureiros de toda a procedência, por graça espontânea ou destinada ao feito. Panhóis, primeiramente, franceses, das Ilhas próximas, ingleses decididos ao experimental, modificariam a fala regional, admite dialeto de procedência gálica, em certos recantos, além do idioma oficial em uso. É a côr dominante, em contraste com os tons escuros que se expressa a população, escura em maior ou menor grau, mas com tons relativamente finos, tanto de homens como de mulheres, cujas feições comumente compõem com o indispensável chapéu, que quer que lhes seja a categoria social.

De palha, semelhante ao panamá, sem feites, ou dotados de flores ou plumas, feltro, como se tomado de empréstimo ao companheiro, de qualquer jeito cobre a cabeça feminina, em passeio de bonde, a pé, tu em recintos abrigados, como ao sol cantando.

É complemento do traje, de que só exceção às vezes se privará a sua portadora, cuja coloração enegrecida se afigura inseparável da proteção por ventura indicativa de tempos antiquados.

Aliás, as reminiscências de eras passadas rompem a cada passo.

Na própria toponímia, como Trindad, Iloílof Spain, transformação aglicanizante, termo revelador de origem espanhola, S. Cruz, nome de bairro pitoresco, além de acumularia facilmente.

A arquitetura também proporcionaria a elementos concretos, de pedra e madeira, denunciavam a superposição da cultura britânica à primitiva, conservada nos edifícios de época colonial, ou avançados para as ruas, com sobrados salientes, por cima dos passeios.

Não embaraçam, todavia, o trânsito, que se faz a treitos.

intensificava no centro comercial, por volta do meio dia, justamente na parte mais movimentada do horário, alongado entre 8 e 10 horas.

Saem, então, à rua e procuram as lojas moradores do núcleo cosmopolita, comandados por autoridades britânicas. De mistura com os nativos, em cuja côr característica espelha a procedência dos ascendentes africanos, culta de seus deuses, chineses, com as influências do rio que ali erigiram templo consagrado a eles, encontram-se indús, súditos do mesmo imperio, com as cores simbólicas nos letreiros de vários

estabelecimentos mercantis, sírios, e, em número apreciável, espanhóis e portugueses, cujos nomes ressaltam de firmas comerciais.

Pereira, Sá Gomes, Ferreira, são títulos contraditórios, que evidenciam a origem da organização de mais de uma firma, que ao menos aparentemente prosperou, crescendo em tamanho.

A conveniência de tão diferentes correntes migratórias facilitou a chefia britânica, habilmente exercida, que imprimiu ao conjunto o cunho das suas concepções peculiares, embora não sufocasse de todo as tendências espontâneas das multidões. Assim é que a direção civilizadora manifesta-se nos estabelecimentos de ensino, em cujo número se incluem uma Escola de Agricultura tropical, nos parques, o maior dos quais, Queen's Park, se abre em amplo gramado, fronteiro ao melhor hotel, frequentado por viajantes brancos, mas cuidadosamente asfaltadas, no bairro residencial, servido por empregados pretos, nas rodovias, e, em que se concentraram os ingleses e por análogos indícios de progresso.

Entretanto, os costumes exóticos, ou afeiçoados aos gêneros da vida regional, não se exilaram inteiramente.

Como sucede aos portos de movimento intenso, pela zona mais próxima abundam vendedores ambulantes de bugangas, que procuram de preferência os forasteiros.

Oferecidas por certo preço, podem ser adquiridas pela metade, caso o comprador não se mostre apressado em ultimar a transação. A intenção na oferta compara-se à impertinência dos vendedores cariocas de bilhetes de lotações progressivas da primeira avaliação.

Alguns, dos quais diferem pela facilidade nas relações, estendem-se, pelas ruas, os tabuleiros de doces e frutas, para consumo imediato, e até arrocinhas de côco verde, para quem lhes deseje beber a água, e fogareiros com milho verde a assar, que as equiparam a feiras permanentes.

Todavia, não perturbam o tráfego, de que participam automóveis, caminhões, bondes e ônibus elétricos. Uma excursão através da cidade e alguns de seus subúrbios evidencia a ordem reinante, apesar da heterogeneidade da composição étnica.

A variedade arquitetônica na zona comercial, sucede o empobrecimento gradativo, até as favelas, que em certo rumo lhe servem de complemento. Baixada pantanosa, que lembra a faixa dos mangues guanabarin, deixa-se atravessar facilmente pela rodovia zelosamente conservada. A volta por Santa Cruz exhibe panoramas admiráveis, manieturas dos que proporciona qualquer passeio pela Tijuca.

Empola-se o terreno, pelo qual se desenvolve a estrada entre plantações de café e cacau, alternadas em proveitosa associação, de pomares, especialmente grápe-fuit, de apreciável consumo. Depois de atingir a cumiada, de empolgantes perspectivas, retorna à zona urbana, pelos bairros residenciais dos franceses e dos ingleses, que se distinguem sobremaneira do comum das construções, pelo estilo preferido e bom gosto no arranjo do jardim envolvente. É como que outra cidade, diversa da que abriga a mistura de povos de todas as procedências, ao flanco do porto, cuja valia J. M. Chacon realçou, no crepúsculo do domínio espanhol "por su situación entre las dos Americas meridional y setentrional, y a mais, rematava em justificativa dos seus a barlavento de todos sus puntos". De mais planos de colonização, que não tiveram o necessário desenvolvimento:

"Es menester concluir asegurado que siendo el de las Islas de barlavento el más rico y util que conoce la Europa y siendo la Trinidad mayor que todas ellas, de mejor calidad sus terrenos y más proporcionada para el comercio, ofrece unas ventajas y utilidades al Imperio Español que acaso no ha sacado ahora de ninguno de sus establecimientos".

Que as afirmativas do representante da Espanha derivavam da observação prespicaz das peculiaridades da ilha, predestinada a revelar papel tanto comercial como estratégico, provou o império britânico, ao afirmar ali uma de sus mais eficientes bases de ligação entre dois Mundos.

### Em Caracas

Diferentemente do D. C. 4, que em dois saltos, primeiro da ponta do Galeão a Belém, onde passou, ao cabo de oito horas de voo contínuo, pelo interior do Brasil, e daí a Port of Spain, com demora menor, de cinco horas somente, o avião da "Linea Aeropostal Venezolana", de tipo mais reduzido, D. C. 3, que recebeu, a 21 de Agosto, os passageiros destinados a Caracas, não perdeu ocasião de descer, em campos intermediários, à semelhança de trens suburbanos, forçados a parar em todas as estações.

De hora em hora, interrompia a marcha, para cumprir a missão de agente de ligação entre as cidades abrangidas em sua rota.

Assim, transposto o golfo de Pariá, que afasta Trinidad do Continente, baixou em Maturín e Barcelona, sempre orientado para oeste, antes de alcançar Maiquetia, nas pro-



ximidades do porto de "La Guaira", pelo qual se comunica a lendaria capital venezuelana com o mundo.

Bem cuidada rodovia, extensa de 36 quilômetros, articula Caracas com o seu complemento à beira-mar.

A posição relativa de ambas as localidades lembra o caso de Petrópolis, com a ligação a porto guanabarrino, por onde se lhe realiza todo o intercâmbio comercial, especialmente de importação.

A exportação caberá de preferência à região de Maracaibo, cujo topônimo imortalizou o cacique índio, que Alonso de Ojeda encontrou, em sua viagem exploradora de 1499.

Com o pensamento na Europa, que lhe inspirava doces recordações, maravilhou-se o cavalheiro enamorado, ao entrar no lago desconhecido.

Julgou-se transportado por momento a Venezuela, de que seria miniatura a terra descoberta. Pequena Veneza, ou Venezuela, chamou-lhe, dislumbrando pelas paisagens, nenhum europeu tinha ainda contemplado.

Não cogitaria das suas utilidades futuras, que o petróleo realçou, ao jorrar abundantemente, quatro séculos depois, dos poços maracaibanos.

Análogos atrativos não proporcionará "La Guaira" aos advenas, apressados em deixar o litoral abafado e quente.

Cativante surpresa, todavia, ali aguardava os dois viajantes, que iam à 4.<sup>a</sup> Assembléa Geral no Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Procedera-os na chegada especial automóvel, que lhes fôra enviado ao encontro.

Não seria essa a única manifestação da gentileza do chefe da representação diplomática do Brasil, que não perdeu ensejo de cercar os seus patrícios de atenções e amabilidades, que lhe são espontâneas, assim explicando o prestígio alcançado na sociedade venezuelana.

O gesto cativante, à entrada, por assim dizer do país, bem augurava do desempenho da missão, a que jamais faltaria o apoio cordial, o conselho a propósito, a cooperação, discreta, mas atalhadora de inesperadas dificuldades, da Embaixada Brasileira, superiormente dirigida pelo Dr. Mário Savard de Saint-Brissson Marques, nome afidalgado de origem francesa, que individualiza a cortezia a serviço dos imperativos do patriotismo.

Com o seu auxílio, não minguará o êxito às incumbências dos delegados brasileiros, como provaram os Anais da Assembléa.

De momento, porém, a sua gentileza como que interpretava o sentir da própria terra

acolhedora, que se apressava em proporcionar condução rápida aos recém-chegados.

Em verdade, "La Guaira" não retém os visitantes, que apenas permanecem o tempo indispensável à regularização dos documentos.

Não lhes oferece atrativo apreciável, além da faixa litorânea reduzida ao mínimo, a oeste como ao nascente, onde o sopé da morraria deixa embater pelas ondas.

Assim, a abertura do aeroporto exigiu terraplanagem volumosa, que não lhe permitiu maiores dimensões. Serve, todavia, para exigências atuais do tráfego aéreo, continuado pela encosta arriba, sobre chapa afeiçoada ao rolamento dos pneumáticos.

A rodovia, que zig-zagueia pelas escarpas empinadas, apenas deixa a pista, começando a galgar as rampas que se multiplicam, em curvas impostas pela topografia, tão acidentada nesses contrafortes andinos, ainda impoentes, apesar de se avizinham do mar em que mergulham, por longos trechos, a pique.

Caso parecido com o da estrada Rio-Petrópolis, diverge pela falta do trecho da Baixada que se estira pelos subúrbios da E. F. Leopoldina, como também pela ausência de vegetação vegetal, cujo viço anima os variados panoramas da serra da Estrela e suas ramificações.

O leito conserva-se em condições favoráveis ao trânsito intenso, esmeradamente asfaltado.

Mas a paisagem, tristonha e aspera, em vista da imponência petropolitana, lembra as catástrofes brasileiras, com a sua vegetação xerófila a denunciar carência de unidade, apesar da vizinhança do litoral.

A meio caminho, em rústico abrigo de cactos minhonetes, simples anúncio confirma a semelhança da utilização da terra bravía, tanto para o Nordeste, como em torno de "La Guaira".

Queijos de leite de cabra são oferecidos quem os aprecie, indicando criação correspondente em grande escala, analogamente ao que se verifica na região nordestina, em que se propaga às maravilhas os caprinos.

O tom desmaiado e pardacento dos cactos, plantas afeitas às secas deixa-se, no alto, avizinhar-se o divisor de águas, gradativamente substituir pelo verde vivo das copas do voredo que decoram o Guaira. É o rio da pital, que vindo de sudoeste ali se arqueia, impellido por formações rochosas mais resistentes e inflete para sudeste, à procura do Tuy, qual por fim desemboca.

No vale risonho, mas apertado, a ponto não proporcionar condições de terreno apropriado à formação de aeroporto, a altitude oitocentas a novecentos metros atenua a to



peratura, que deveria predominar à latitude de 10.°.

De suas paizagens enamorou-se Diego de Lozada, legionário das conquistas, da mesma fibra dos contemporâneos, que se imortalizaram com os seus feitos incomparáveis.

E decidiu organizar povoado, que iniciou aos 25 de Julho de 1567, com a cooperação dos índios Caracas, senhores daquelas paragens, cuja simpatia grangeou habilmente.

Deu-lhe nome em que se associavam as origens castelhanas, representadas pelos seus condutícios, com as tradições regionais, cultivadas pelos selvícolas: "Santiago de Leon de Caracas".

O sucesso memorável gravou-se em evocativo monumento, que se depara ao forasteiro, assim que se abeira da Capital, como ao dar-lhe as boas-vindas, pelo gesto bronzeo do seu criador, no mesmo século das estonteantes aventuras do devassamento da terra americana, ou lembrar-lhe as homenagens devidas a quem soube transformar o rude aldeamento indígena em núcleo de condensação povoadora, predeterminado a progredir, a despeito dos embaraços resultantes do relevo, remediados por meio da construção de vias eficientes da comunicação, como das agitações políticas à procura de equilíbrio entre o princípio da autoridade e os imperativos da liberdade humana.

A marcha ascensional, não obstante, concretiza-se na expressiva fisionomia, que evidencia propósitos inequívocos de engrandecimento, à medida que o observador lhe percorre os vários bairros, de características peculiares.

De princípio, é o suburbio modesto, que se mantém à margem do progresso, como se fizesse timbre em conservar os traços primitivos, acomodados à vida simples e despreocupada.

Não tardam, porém, as amplas avenidas, que se debruam de vivendas indicativas de apurado gosto dos proprietários, que lhes dão nomes das suas preferências.

Parques povoados com árvores de grande porte, o hipódromo nacional, praças assinaladas por estatuas, entre as quais sobressaia a consagrada à Raça, em que jovem índia, esculpida a primor, remata a coluna, de cujo pedestal rompem grupos em relevo, que a completam, vão passando à vista dos viajantes pressurosos, que a pouco e pouco se aproximam do coração da capital, da denominada cidade velha, em que estão vivas as recordações da era colonial.

Ruas em geral estreitas, de 4,50 metros de largura média entre fachadas que lhes marcam, sem recuo, o alinhamento, abrem-se não raro, em côrtes nos morrotes, cuja elevação a alçada obrigatória das casas acompanha, de maneira que, do tope, sobranceiam a cava des-

tinada ao trânsito, com a qual sòmente se comunicam mediante a descida longitudinal pelo passeio, em que terminam as rampas da excavação.

Não obstante dispostas em xadrez, desafiam a perícia do urbanista, que deva condicioná-las às exigências do tráfego, já desproporcionado à sua actual capacidade.

Cerca de vinte mil veículos rodam diariamente na capital venezuelana, além dos bondes eléctricos, la denominados tranvias, de tamanho diminuto, para os quais em longos trechos a linha de trilhos é simples, percorrida tanto em um sentido como igualmente no oposto, com desvios espaçados.

Os conhecedores do assunto calculam que sòmente 3.200 carros tomariam 100 quadras no centro comercial, quando algum estacionasse por maior tempo, à hora de seu carregamento ou descarga, e impedisse o avanço dos que lhe estivessem na cauda.

E é o que se dá com frequência, a ponto de já ter causado a adoção de terminologia expressiva.

Pelo regulamento, nenhum auto ou caminhão poderá permanecer no mesmo lugar além de meia hora.

Basta, porém, a parada de um qualquer, para que logo se organize fila crescente, que a circulação em sentido contrário contribue para alongar, dificultando-lhe a redução.

Se sobrevem qualquer manobra inesperada, ou aparece algum bonde, pelo meio da rua, já atravancada de veículos em movimento rotineiro, ocorre o que se denomina "engalletamiento".

É a balbúrdia na circulação, que a paraliza por longo prazo, até que os guardas consigam remover-lhe a causa no ponto inicial, sem evitar a repetição do mesmo fenómeno, em outra esquina próxima.

Os moradores sentem os aborrecimentos derivados da carência circulatória, que atribuem ao aumento do uso de automotores, mais rápido que a transformação urbana do núcleo antigo, traçado para condições de vida mais tranquilas e isentas das solicitações prementes de tráfego apressado.

Consequência de crise de crescimento, o *engalletamiento*, que reduz a marcha dos carros no centro comercial, e lhes enerva os passageiros, não ocorre nos bairros novos, tanto residenciais, planeados por urbanista modernos, do tipo de San Bernardino, Los Caobos, Ciudad Universitária, como destinados igualmente à utilização mercantil, de que é exemplo a transformação operada em "El Silencio", onde o Banco Obrero edificou blocos mistos, para lojas no pavimento térreo, e moradias,

nos três superiores, que se erguem em quadras inteiras, separadas por amplas avenidas.

Próximo, alteia-se "El Calvario", onde se alonga o "Passo Independência", de formosos panoramas, serpenteando pela encosta, em meio de jardins, até a caixa d'água, na esplanada, que o encina. Também ali se enfileiram viveiros de pássaros e jaulas de alguns mamíferos, à semelhança de miniatura de jardim zoológico.

A ampla escadaria, que lhe facilita o acesso,

além da estrada em espiral, pela qual subiu qualquer auto, deixou-se no sopé excavar, por ocasião dos melhoramentos locais, dos que resultou a transformação do bairro, onde não se observam casas como do tipo doutrorra, e a cidade velha ainda conserva.

Protegem-se com robustas grades nas janelas, como se pretendessem garantir-se contra o assalto de imaginários invasores, quando não sejam apenas remanescentes de herança espanhola, evocadora da era colonial.

## ECOS DA 4.<sup>a</sup> ASSEMBLÉIA GERAL DO INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Para acolher da melhor maneira possível os delegados que deveriam participar simultaneamente da "3.<sup>a</sup> Reunião Panamericana de Consulta sobre Cartografia" e da "4.<sup>a</sup> Assembléia Geral do Instituto Panamericano de Geografia e História", Caracas mobilizou os técnicos de que dispõe, empenhados em garantir-lhes o êxito.

A escolha da sede evidenciou propósitos de organização metódica, patente, aliás, até nas mínimas dos serviços de secretaria.

O "Liceu Andres Bello", que mais se aproxima, pela sua finalidade profissional, do Instituto de Educação carioca, abrange, para o ensino, três longos pavilhões paralelos, separados por áreas de arejamento, ajardinadas, mas unidas, na parte central, pelo corpo do edificio de linhas modernas, que se alteia em três pavimentos.

Achava-se em férias, de sorte que oferecia espaço bastante para as reuniões à mesma hora de várias comissões, além das salas destinadas especialmente à delegação de cada país, para os seus trabalhos preparativos.

Se alguns, como o Uruguai, se limitaram a designar, para tal fim, o seu próprio representante diplomático, Juan Carlos Bernardez, nome apreciado no Rio de Janeiro, onde passou a juventude, ao tempo em que Manuel Bernardez, seu pai, dignificava a diplomacia uruguaia no Brasil, multiplicaram outros a composição de suas turmas, incumbidas de expor temas de interesse do território, como também de aplicação utilitária. Assim, o governo dos Estados Unidos confiou a defesa dos seus postulados a vinte delegados, além dos observadores, que lhes elevaram o número a sessenta. O México designou 17, a Argentina, pouco menos, 15, não incluindo os acessórios por bem apreciar o alcance das questões, que seriam submetidas a debates. Muitos deles participaram das reuniões anteriores, na capital brasileira, a que se tornaram afeiçoados, como o engenheiro Pedro C. Sanchez,

diretor do Instituto Pan-Americano, Engenheiro Robert H. Randall, Presidente da Comissão de Cartografia, Dr. André C. Simpietro, seu Secretário Geral, Eng.<sup>o</sup> M. Medinilla, do México, Tenente Coronel Pedro Roberto Quiroga, a quem tocara a chefia da delegação argentina, caso dela não fizesse parte o General Otto E. Helbing. Como os referidos, ainda se encontrariam outros amigos do Brasil, que facilitariam o conhecimento recíproco dos países, pela primeira vez se viam empenhados na mesma alta missão de ajustarem de comum acordo bases racionais para a solução de problemas teóricos relacionados com a geografia panamericana.

Ciente da relevância das deliberações que seriam tomadas no congresso de especialistas não quis o governo brasileiro desertar da posição, a que as circunstâncias lhe elevaram a cooperação anteriormente desenvolvida.

E abrindo curto parêntesis no regime de restrições severas, que lhe impunha a angustiantes situação financeira do país, anuiu a organizar a delegação brasileira, desde que escolhidos também perfilhassem os intuitos patrióticos da administração.

Primeiramente, ser-lhes-ia reduzido o número ao mínimo indispensável a cada seção, em que se distribuissem os trabalhos. Quatro, por exemplo, os delegados que operam normalmente no Conselho Nacional de Geografia. C. L. de Castro, seu diretor, Alirio de Matos, João Zarur e o representante, por igual, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desistiram previamente de ajuda de custo e de despesas diárias em tais circunstâncias.

Também faziam parte da missão, credenciados pelo Almirante Jorge Dodsworth Martin, Presidente do Comité de Hidrografia, impedido de comparecer, por então se achava testado do Ministério da Marinha, o Comandante Ari dos Santos Rongel e o Capitão Cerveta A. Cardoso de Castro, que tomariam à sua conta os encargos relacionados com

hidrografia, em que são especialistas competentes. Acessor da delegação, A. Raposo Lopes articulava-a com a Embaixada Brasileira, de que é diligente secretário.

Assim constituída, em condições mais modestas possíveis, teria, entretanto, a comissão de atender a múltiplas solicitações, dadas as responsabilidades, que lhe cabiam, em consequência de realizações anteriores.

A primeira Assembléa Geral efectuou-se no Brasil, à sombra tradicional do Instituto Histórico, em 1932. A "Segunda Reunião Panamericana de Consulta sobre Geografia e Cartografia" coube ao Conselho Nacional de Geografia proporcionar, em 1944, acolhimento amistoso, que o tornou conhecido e apreciado pelos representantes de todos os países americanos, o Canadá, inclusive.

De mais a mais, em virtude do falecimento do Dr. John C. Merriam, assumira a presidência do Instituto Panamericano de Geografia e História o substituto imediato, Dr. Osvaldo Aranha, que se fizera representar pelo engenheiro C. Leite de Castro, por sua vez presidente da Comissão de Geografia.

Excusando-se de não lhe ser possível comparecer, o Presidente eventual enviou o despacho, que o "Boletim de Informação" traduziu, para o divulgar entre os delegados, a quem era mais familiar a linguagem castelhana:

Dr. Leite de Castro — Caracas — Agradecería eminente amigo transmitisse al Congreso mi pésame por la desaparición de nuestro Presidente Doctor John Merriam, que tantos servicios prestó con su sabiduría y evoción, a los altos fines de nuestra institución. Agradecería igualmente que justificando mi ausencia, sustituida por la presencia de Ud. y demás Delegados brasileños, presente al Congreso los votos de mi confianza en las deliberaciones de los congresistas que en esta hora de inseguridad e incertidumbre para el mundo se ocupan de estudiar la adopción de bases científicas y humanas para la convivencia y la prosperidade de los pueblos americanos. Mi experiencia demuestra que solamente por creciente conocimiento y aprovechamiento de las tierras podremos los americanos alcanzar el grado de civilización y de cultura capaz de darnos el progreso moral y material que hará de America el Continente de la democracia y de la paz, para nuestros pueblos y para todos los pueblos. Cordiales saluciones. Oswaldo Aranha". O telegrama, bem aceito e aplaudido, realçou a posição lisonjeira que ao Brasil cabia.

Por outro lado, os trabalhos empreendidos no país obedeciam a normas, que deviam articular-se com as dos vizinhos, por maneira que se firmasse a uniformidade vantajosa de pro-

cessos de execução e respectiva apresentação dos resultados, para facilidade maior do intercâmbio de informações.

Já no primeiro dia da "Reunião da Consulta", a colaboração brasileira houve mistério de manifestar-se, quando surgiu, na discussão referente a "Topografia" e "Aerofotogrametria", o projeto da classificação das peças cartográficas, mediante apreciação derivada especialmente da escala.

Diferia, às claras, do critério adotado pelo decreto-lei n.º 2.910, de 29 de Abril último, que regulou o assunto; além de sistematizar normas para os trabalhos correspondentes.

Contra a proposta, J. Zarur defendeu as conclusões adotadas pelo governo brasileiro, e da argumentação desenvolvida resultou a nomeação de sub-comité destinado a examinar mais detidamente a matéria, no qual foi ele incluído, e também no de intercâmbio de cartas aeronáuticas.

No mesmo dia, as discussões referentes a especificações aplicáveis a triangulações de primeira e segunda ordem aconselharam a formação de especial sub-comité, em que entrou o Professor Alirio de Matos, ao passo que tocava ao comandante Cardoso de Castro a escolha para os referentes à navegação aérea e de cartas hidrográficas, de que tratou a reunião de Hidrografia, presidida pelo Comandante Ari Rangel.

Mais de uma vez, aliás, foram os brasileiros convidados a chefiar os trabalhos da Assembléa, e suas comissões, inclusive na "Sessão Plenária Preparatória", a única dirigida por algum delegado, e em cuja Presidência C. Leite de Castro, representante do Dr. Osvaldo Aranha, proferiu conceituada alocação, a que seguiu, em saudação coletiva, a do Dr. Cristóbal Mendoza, chefe arguto da Delegação da Venezuela.

Para exaltar os radiosos intuitos da Assembléa promovida pelo Instituto Panamericano, teve a gentileza de lembrar que a "Solidariedade continental comenzó a desarrollarse en los hijos de este con tanta razón llamado Nuevo Mundo, junto con la idea de la emancipación y que el brasileiro Maia cristalizaba com el año 1787 en carta dirigida a Jefferson, con las siguientes palabras: Al hacernos habitantes de un mismo continente la Natureleza nos ha unido en cierto modo con los nexos de un patriotismo comum".

Ao responder-lhe a saudação protocolar, o delegado do Perú, Emilio Romero, explanaria tema análogo, que lhe permitiu afirmar: "Por eso cremos que esta IV. Asamblea Panamericana tiene que orientar a la Geografía y a la Historia, dándole un contenido social y popular, que tengala virtud de abrir las trochas



mentales que nos conducirán a la verdadera paz, una paz con pan, fecho e vestido y con la alegría de trabajar y de vivir”.

Para encerrar a promissora sessão, o “Presidente da Junta Revolucionária Governativa”. Romulo Betancourt, acostumado à cátedra e ao jornalismo, a que deve o prestígio adquirido entre os doutos, considerou-lhe o aspecto político.

“Conocerse, y conocerse a fondo y seriamente, es la única vía racional, para llegar a la mutua estimación y la mutuo respeto i si alghoa retardado en America una mejor comprensión entre sus povos, ha sido la comum ignorancia en que hemos vivido de nuestras peculiaridades etnicas y territoriales.

Conferencias como esta que hoy se inicia, asi, como el organismo permanente que las auspicia y orienta, estan cumpliendo la alta tarea de señalar los caminos que conducen a la rectificación de una actitud de coloniaje mas o menos disimulado en que hemos vivido durante tantas decadas frente a los módulos científicos del viejo continente America, ya adulta trata afanosamente de hallar sus propios rumbos, utilizando con criterio americano y para beneficio da America y de la humanidad el acervo universal dela cultura.

Sintetizado a primor em tais expressões o idealismo construtivo do certame promissor, era de prever que as suas várias comissões e sub-comissões ajustassem preceitos guiadores de pesquisas futuras. Assim foi que a de geografia, criada como órgão permanente em Abril, quando se reuniram os dirigentes no México, mas só instalada perante a 4.<sup>a</sup> Assembléa, homologou com diminutas alterações, após amplos debates, que evidenciavam o interesse dos presentes, os postulados que o seu Presidente, C. Leite de Castro, apresentou, a principiar da discriminação dos dois ramos, até então immanados no mesmo grupo.

a) — se considera aceptado el concepto de Geografia como ciencia de los fenomenos fisicos, biológicos y humanos de significación territorial;

b) — la Cartografia, como conjunto de las operaciones técnicas relativas a la preparación de los mapas.

Competiria à nova Comissão estudar os assuntos, que lhe fossem da alçada, conforme se enquadrassem em algum dos seus desdobramentos relativos a:

a) — conhecimentos geográficos de institutos pedagógicos;

b) — investigações geográficas;

c) — cultura popular.

A propósito, o Professor Zarur mencionou os fundamentos da instituição *sui generis* consubstanciada no Conselho Nacional de Geografia, destinada à coordenação das atividades geográficas desenvolvidas no país, mediante a cooperação dos elementos distribuídos por três órbitas, federal, estadual e municipal.

Os benefícios, de que davam testemunho as publicações oferecidas a quem as desejasse, bem como o depoimento de mais de um dia, que lhe observara o funcionamento regular na sede, causaram o voto de congratulações ao Governo Brasileiro, por ter emprehendido semelhante organização.

Proposta pela delegação argentina, a indicação ampliou-se com o aditamento da de Chile, que sugeriu a edição de opúsculo informativo no qual se contivessem as bases estruturais da C.N.G., com as peculiaridades de seus processos de ação, para ser divulgado entre todos os países americanos.

Não seria essa, aliás, a única apreciação do programa brasileiro de trabalhos, alguns andamento, e outros apenas previstos, decididos pelos especialistas, muitos dos quais aureolados de merecida fama entre os maiores sabedores da geografia.

A ocasião permitiu a reforma do regimento do Instituto Pan-americano de Geografia e História, que se aproximou quanto possível do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em paralelismo de dispositivos, evidenciando a fonte clara de inspiração.

Analogamente, a próxima campanha cartográfica, planejada para 1950, motivou a exposição esclarecedora de C. Leite de Castro, que descreveu o processo de divisão municipal mantida inalterável no Brasil durante o quinquênio respectivo, conforme a sistemática em vigor.

E aconselhou-lhe a adoção, bem como dos trabalhos cartográficos auxiliares, destinados a facilitar as investigações do Recenseamento próximo.

Embora, de princípio, vários delegados opusessem às medidas indicadas, que se lhe afiguravam inaplicáveis em seu país, mais elucidações, baseadas em exemplos reais, tardaram em conquistar-lhes o apoio.

Em outros setores, não se manifestou mais a colaboração brasileira, que levou a plena maior número de teses (25), em relação a todas as delegações, e ainda contribuiu com as suas indicações, durante os debates, para fixar doutrinas e aspirações.

Assim, em matéria de hidrografia, prevaleceram as idéias sustentadas pelo presidente do respectivo comitê, Comandante Rangel, quanto à criação de sub-comitê permanente para estudo de “marés e correntes”, assunto programático inicial atribuído à seção de Geode-

no tocante aos levantamentos hidrográficos, criou o capitão de corveta Cardoso de Castro, com aprovação dos seus parceiros, e nos programas de trabalhos futuros, foram incluídos os novos métodos electrónicos de levantamentos, como *shoran*, *loran* e *radar*, assim evidenciando que se apressam os técnicos patrióticos em utilizar-se dos mais modernos cursos oferecidos pela ciência contemporânea.

Em matéria de topografia, de geodesia, de cartografia, como de geografia, não menos, levante se manifestou o concurso da delegação do Brasil, a que não faltou a simpatia e que bem souberam aquilatar-lo.

Quanto à história, também lhe aceitavam as gestões para a criação de comité permanente consagrado ao estudo do folclore americano, outro referente à cartografia histórica, além das providências suplementares, lembradas pelo representante nas várias subcomissões de que participou.

Por último, o reconhecimento da valia da laboração brasileira patenteou-se de maneira equívoca, ao tratar-se da substituição do presidente do Instituto.

Não faltariam candidatos de honrosas credenciais, mas a eleição preferiu o criador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o embaixador José Carlos de Macedo Soares, na posição política atual, na chefia do governo de São Paulo, não lhe sombreia os títulos, por ventura mais gloriosos, pela profunda influência cultural, de Presidente do organismo coordenador de atividades geográficas e estatísticas no território nacional, do Instituto Histórico, da Sociedade Brasileira de Geografia, e de quantas associações pleiteiem reação operosa e iluminada por sadio idealismo.

E, assim, ao Brasil personificado por quem conquistou admirável prestígio cultural, entre seus patrióticos, e além das fronteiras, coube a Presidência, no quadriênio entrante, do Instituto Panamericano de Geografia e História.

## ASPECTOS VENEZUELANOS

A escolha da capital venezuelana para acolher a "4.ª Assembléa Geral do Instituto Panamericano de Geografia e História" proporcionou à maioria dos 160 delegados, que lhe compareceram às sessões, o ensejo de conhecerem a interessante colônia, organizada em 1777, com a denominação de Capitania General de Venezuela, a que atualmente corresponde a nação, constituída pelos "Estados Unidos da Venezuela".

Compreende vinte Estados, dois territórios, além do Distrito Federal e ilhas antilhanas, que abrangem, ao todo, 912.050 quilômetros quadrados.

Pelo recenseamento de 1941, nessa área vivia a população de 3.850.771 habitantes, entre os quais se distingue, pelo número e traços característicos, o crioulo venezuelano, de quem dizia Bolívar, "no es el español, ni el indio, ni el negro", mas a fusão dessas etnias em convívio de quatro séculos.

A percentagem registada, em cotejo com os demais elementos raciais, evidencia-lhe a supremacia do número.

crioulos .....	65%
brancos .....	20%
negros .....	8%
índios .....	7%

A predominância dos mestiços, tão erroneamente menoscabados pelos apologistas do arianismo puro, não impediu o surto de individualidades sobranceiras à mediania, do estalão de Bolívar, merecedor de referência especial, de Sucre, por êle chamado de general impoluto, ao perdê-lo, assaltado pela fúria adversária, de Miranda, o precursor, que trouxe à América, além de aspirações emancipadoras, os ensinamentos da cultura européia, de que se abeberou nas fontes mais puras, de Andrés Bello, cujo saber se repartiu por vários ramos de conhecimentos humanos.

A tradição, legada pelos patriotas, que manejavam, com igual destreza, a pena e a espada, não se apagou, especialmente nos domínios intelectuais, em que diligenciam allear-se os contemporâneos da transformação econômica do país andino, que mergulha as suas escarpas no mar e ainda se espraia pelas planuras que o Orenoco fecunda com o seu limo fertilizante.

Na arraiajada festiva do século atual, não lhe corriam de feição os acontecimentos, quando a Alemanha imperialista lhe ameaçava o litoral com provocante demonstração naval, a pretexto da cobrança de dívidas insolventes.

E verdade, seria de penúria a situação financeira, derivada mingudadamente da agricultura, da pecuária, em proporções diminutas, e da mineração de ouro e diamante, que não produziam renda suficiente para o resgate de compromissos oficiais.

Inesperadamente, porém, no Estado de Táchira revela-se a ocorrência de petróleo, que não tarda em ser pesquisado pela terras de Zulia e Falcón.

Cresce-lhe progressivamente a extração, que, em 1917, já alcançava a quantidade expressiva de 18.000 toneladas métricas.

Ao findar o decênio seguinte, saltava à soma de 28.000.00, e no decurso do ano passado, a estatística apontou o total de 46.128.345 metros cúbicos.

A maior porção destina-se ao estrangeiro, exportada pela Standard Oil of Jersey e Royal Dutch Shell, a que se acham associadas as empresas venezuelanas.

Vai, em bruto, para Aruda e Curaçáu, onde refinarias modernas desdobram o óleo cru em gasolina e outros derivados.

Em consequência de tal aumento da indústria petrolífera, calculam os economistas que 90% das divisas obtidas no exterior provêm de suas atividades.

“De esta partida, afirmou A. Espinoza, uma porção considerable (el 60% aproximadamente) ingresa al Tesoro Nacional, que la destina, em su mayor parte, a cubrir gastos de presupuesto y a constituir en cantidades variables las reservas del Tesoro”.

Expressa diretamente em cifras, a arrecadação oficial, proveniente da renda averbada à conta de hidrocarbonetos, montou a 242.611.305 bolívares, correspondentes a 1.455.667.830 cruzeiros, distribuídos a seguir, conforme divulgou J. A. Cova, em sua “Geografía Física, Política y Económica de Venezuela”.

Impostos ordinários .....	125.141.372
Conversão .....	71.046.022
Novas concessões .....	46.308.211
Cópias certificadas .....	115.700

E como a previsão orçamentária, para o exercício de 1944-1945, correspondia ao “presupuesto de rendas”, de 370.944.000 bolívares, torna-se patente a relevância adquirida pela contribuição dos poços dadivosos, que durante a guerra forneciam diariamente um milhão de barris do combustível indispensável aos exercitos em luta.

A hipertrofia, porém, que realçou a indústria extrativa do óleo mineral, já preocupa os economistas, a quem não agrada a dependência em que permanece a evolução venezuelana “caracterizada, fundamentalmente, assegura douto articulista, durante los últimos años, por un regimen monoprodutor dominado por el el Estado y por ativas necesidades sociales que exigen atención impostergable”...

Mais incisivamente considerou Arturo Usler Pietri o problema, para concluir:

“En Venezuela no hay sino dos caminos: o dejar que la acción de la transformación económica operada por el petróleo juegue libremente; y esto se transforme en un gigante Estado y por ativas necesidades sociales que se haga punto de interés Nacional que el

gobierno intervenga energicamente, canal este flujo de riqueza, lo dirija y lo obligue a invertirse en forma reproductiva y permanente a fin de ir creando una actividad económica que garantice que, el día que desaparezca el petróleo, Venezuela será una nación normal que podrá seguir viviendo”.

A julgar pelos indícios, colhidos em apressada observação, a Nação preferiu adotar a segunda solução rompedora do dilema terrível.

Esforça-se o Governo, bem como o povo, por ampliar as fontes económicas da Venezuela.

Já desenvolvendo as que existiam, desde tempos coloniais, já ensaiando novas aplicações do trabalho humano.

Assim, a extração do ouro, iniciada com a própria colonização, ainda oferece anualmente cerca de dois a três mil quilos.

O diamante, em 1944, alcançou o total de 22.037 quilates, avaliados em 1.357.371 bolívares.

Outros minerais ainda atraem a atenção do país, que se comprazem em extraí-los, seduzidos pela miragem de lucros mais vantajosos. É, porém, a lavoura e a pecuária, que forceja a propaganda oficial por fomentar, valendo-se da experiência adquirida pelas gerações pioneiras.

O milho, de origem americana, provou-se capaz de medrar, desde o litoral até a altitude de 100 metros, enquanto prefere o trigo, introduzido pelos espanhóis, as paragens andinas. A colheita daquele regula 160.00 toneladas métricas, ao passo que deste não excederá de 7 mil, dando margem, pela deficiência, à importação da farinha para o consumo. Também o arroz, a aveia, a cevada, figuram no rol de artigos recebidos do exterior.

Entretanto, o cacáu, dádiva do continente americano ao mundo, e o café, cuja cultura padre Mohedano principiou por volta de 1720, avolumaram, posto que em parcelas diminutas, avaliadas respectivamente em 34.241.885 e 10.665.303 bolívares, a exportação de 1943.

Adstritos à tradição, ainda plantam alguns lavradores a cana de açúcar, o algodão, o fumo, o feijão, legumes e árvores frutíferas.

Mas é a indústria pastoril que valoriza maior número de propriedades rurais, desde o vale do Orenoco, flanqueando de campos limpos, onde se multiplicam os rebanhos bovinos, cujo número conta por três milhões de cabeças, até as zonas secas, mais apropriadas aos caprinos.

De procedência andaluza, o gado aclimou-se às terras venezuelanas, que já estão recebendo reprodutores indobrasil, para lhe aumentar o peso e precocidade.

Não é esta, porém, a contribuição única do Brasil para o comércio venezuelano, em



uram também tecidos de suas fábricas, apesar do fracasso das últimas transações, produzidas até às vésperas da proibição, que lhes deu a saída para o estrangeiro desatendendo reclamações da clientela inesperadamente julgada.

Bem que importe quanto lhe seja necessário para a alimentação, para o vestuário, para o aparelhamento industrial, que se inicia, ainda estimula a Venezuela saldos volumosos de sua banca comercial, que registou, no exercício de 1943, a exportação de 862.085.143 bolívares, aproximadamente o quadruplo da importação, avaliada em 222.059.810 bolívares.

A diferença, transformada em moeda brasileira, à razão de seis por uma venezuelana, responderá a 3.840.132 mil cruzeiros, causa de alteamento da taxa cambial por lá, com as recentes disponibilidades no exterior.

O reverso da medalha estereotipa-se na ascensão dos preços das utilidades, sejam oriundas do estrangeiro, sejam obtidas no país.

Só a gasolina se adquire a preço baixo, aproximadamente a 600 réis por litro, mas o emprêgo em automóvel já não obedece à mesma cotação.

Qualquer corrida, na cidade, raramente será dada a menos de dezoito cruzeiros.

Em consequência do alto custo da vida, aprofundam-se as diferenças sociais, entre os seus extremos, dos que, em geral beneficiados com o petróleo, estadeiam demasiada abundância dos que se mantêm em condições precárias, inflitando a fermentação de reivindicações económicas e políticas.

A própria Assembléia Panamericana testemunhou o efeito das inquietações reinantes, à procura de melhor reajustamento entre as regiões disponíveis.

certada para Outubro passado, a sua inauguração foi adiada por dez meses, em virtude do movimento revolucionário, que depôs o governo existente, contra o qual arvorou a bandeira da democratização e maior assistência às classes desprotegidas.

proximam-se as eleições, com que será festejado o primeiro aniversário da vitória obtida, e a vigilância policial só permite reuniões em recintos onde possa exercer rigorosa revista visual, impeditiva de porte de armas, para evitar possíveis conflitos.

A fase revolucionária ainda perdura, como evidencia o próprio título do órgão dirigente do país: "Junta Revolucionária de Gobierno de los Estados Unidos de Venezuela".

até os partidos que se organizam para o futuro, além do mais diretamente inspirados pelo situacionismo, inscrevem em seu programa de propaganda postulados como os

perfilhados pelo C. O. P. E. I. (comité de organización política electoral independiente), ao qual o comunismo declarou guerra de morte, por lhe ser a antítese:

"Art. 4.º — Para el desarrollo de sus actividades, el Copei se inspirará en los ideales de solidaridad y armonía entre todos los grupos y sectores sociales; de adecentamiento de la vida pública: de protección y garantía a las actividades productoras; de renovación y progreso en los métodos administrativos; de respeto a las legítimas tradiciones; de Justicia Social y mejoramiento de las condiciones de vida de trabajo para la clase media, para los obreros y campesinos, y em general, propugnará la realización de los anhelos y propósitos formulados por la Revolución de Octubre hacia la consolidación de una genuina democracia".

Para a conversão que os previdentes aconselham, já operava, aliás, o Ministério da Agricultura y Cria, com as suas estações experimentais, granjas, laboratórios e escolas e ensaio da Reforma Agrária.

Urge, porém, principalmente aumentar a capacidade produtiva dos marginais, que não participam dos trabalhos da vizinhança, observados com indiferença, por falta de estímulos.

Vivem satisfeitos em sua precariedade costumeira.

A educação de que não mistér, não lhes modificou ainda os hábitos, nem lhes despertou ambições de prosperidade pelo próprio esforço.

Mas há indícios expressivos da transformação em marcha, promovida pelos empreendimentos governativos, que abrangem desde o melhor conhecimento do território até a sua utilização racional.

Servida por aparelhamento moderno e pessoal habilitado, a "Dirección de Riego y Cartografía Nacional", incumbe-se de examinar as peculiaridades topográficas de cada região e representá-las cartograficamente, com a precisão permitida pelos processos da aerofotogrametria.

A engenharia, cujas atividades construtivas tão admiravelmente se espelham na sede do "El Colegio de Ingenieros de Venezuela", instituição correspondente ao Clube de Engenharia, se lhe fosse dado atuar com as prerrogativas do Conselho Nacional de Engenharia e Arquitetura, competiu abrir estradas, que facilitam a intercomunicação dos vários centros de povoamento. Asfaltadas, em extensos trechos, facilitam o tráfego intenso de automóveis, como a principal, que se alteia da beira-mar, em Guaira, a Caracas, à altitude superior a oitocentos metros.

Para viagens mais rápidas, a aviação venezuelana distendeu as suas linhas por todos os

rumos, onde o terreno ofereça condições propícias ao preparo de aeroportos.

E assim, incrementada a circulação, beneficiar-se-á o organismo social, que naturalmente adotará os ensinamentos dos técnicos, empenhados em multiplicar as fontes de rendas nacionais.

É, porém, nos domínios intelectuais que se manifesta maior inquietação, em busca de engrandecimento por meio da cultura.

## ASPECTOS VENEZUELANOS — II

A capital venezuelana, engastada no vale do Guaira, que as elevações de Avila flanqueiam, não somente cuida aprimorar-se, pelas avenidas abertas recentemente e novos bairros, pelos quais se expande, arruados por urbanistas de apurado gosto, como ainda se consagra ao estudo carinhoso do seu passado e da formação intelectual das gerações futuras, que lhes garantam o engrandecimento.

A circunstância especial de concentrar em seu seio pouco menos da décima parte da população total do país (380 mil no Distrito Federal dos quais se agrupam 300 mil no distrito da sede), amplia-lhe o influxo exercido pela organização de ensino e associações culturais.

Aquela cumpre aceitar as crianças, de três a sete anos, e encaminhá-las progressivamente para as fases sucessivas de educação pre-escolar, primária, secundária.

Completar-se-lhe-á a formação na Escola Normal, para os futuros professores, na Especial e Técnica (industrial, comercial, enfermagem), nas Escolas de educação artística, ou na Universidade.

A julgar pela aparência do estabelecimento destinado ao preparo do magistério, merece aplausos o carinho com que foi edificado e é mantido.

Amplas salas de aula distribuem-se pelos pavimentos do Liceu Andrés Bello, providas de quadros e cartogramas indicativos das condições econômicas da Venezuela, em confronto com outras repúblicas sul-americanas ou características de suas várias regiões.

No andar térreo, por larga varanda de comunicação entre os três pavilhões paralelos, exibiam-se, coladas à extensa parede fartamente iluminada, telas de circulante exposição de pintura, entre as quais figuravam algumas de artistas brasileiros.

O "auditorium", de tamanho apropriado, de tal maneira se afeiçoa ao fim previsto, que serviu para as sessões plenárias da Assembléia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, a começar da que foi honrada com a presença do Chefe do Governo.

Também a sede universitária impõe-sua atenção do forasteiro. Pelas linhas harmônicas da sua arquitetura, que lembram o passado enquanto o Liceu timbra de moderno, com sua fachada expressiva.

Abrigou a seu tempo os religiosos franciscanos, a quem se abria o convento, ao lado da igreja histórica, onde o povo, abrasado de entusiasmo patriótico, de que participavam autoridades, conferiu a Bolívar o título de libertador da Venezuela.

Não será porventura enciclopédico o atual currículo, mas a tendência manifesta-se por aperfeiçoá-lo, consoante sugerem sabedores que se congregam em várias associações, diferenciados pelas especialidades a se entregam.

Assim é que se constituiu a "Academia Nacional de História", alojada amplamente na ilha da Universidade, em uma das esquinas oposta à Igreja, que permaneceu na outra.

Embora subordinada ao governo, que nomeia os presidentes e lhe outorga a hierarquia de extensão universitária, atua por iniciativa dos seus devotos membros, entre os que sobrelevam individualidades de comprovado saber, da classe de D. Cristobal L. Mendez, seu ex-Diretor, a quem foi confiada a Presidência da delegação venezuelana, Monsenhor Nicolás E. Navarro, que a dirige atualmente, Sr. José Nucete Sardi, secretário geral da Comissão organizadora da 4.<sup>a</sup> Assembléia.

As suas atividades intelectuais, espelham-se no "Boletim", que edita, para conhecimento dos que não lhe possam frequentar as sessões.

Aliás, não é a única publicação que expõe assuntos de erudição.

Outros ainda haverá, como a "Revista Nacional de Cultura", que, não obstante provida pelo "Ministério de Educacion Nacional", não se restringe a glorificar os governantes.

Em um dos seus números mais recentes, Março e Abril último, por exemplo, Antonio Arraiz delineia interessante "Bosquejo de la Cultura Venezolana", considerada de importância para lhe abranger todas as fases, desde a pré-história, marcada economicamente pelo estigma da escravidão, até o "período de lucha popular emancipacion, caracterizado por la instabilidad de la agitacion, las convulsiones sociales", ainda perdura.

Análogo fenômeno reflete-se no campo da cultura, com a formação da aristocracia intelectual, quando o equilíbrio, mantido pelo trabalho servil, favorecia os ensaios dos primeiros cronistas, dos humanistas, dos clássicos.

Mas do seu próprio seio não tarda em surgir a oposição dos revolucionários, inebriados pelos ensinamentos dos enciclopedistas. A geração de Bolívar, Miranda, Urbaneja, Páez,



ual e tantos outros, que se immortalizaram pelos feitos guerreiros ou pelas idéias renovadoras.

Ninguém melhor lhes personificou as inclinações de libertação e a ância de saber do que Bolívar e Andrés Belo, a cuja memória evotam os venezuelanos, o mais fervoroso alto.

Do primeiro, ver-se-á em outra oportunidade, o influxo que exerceu.

Deste, envolve-se em carinho a reconciliação em que a posteridade corrigiu o erro dos seus ancestrais, de que resultou o exílio do insigne pligrafo.

Encarregado de missão diplomática, Andrés Belo achava-se em Londres, quando se viu ostilizado pelos contemporâneos.

Ressentido com a injusta imputação, não mais tornaria à sua terra natal.

Deixa-se ficar na Inglaterra, a serviço das públicas nascentes, mas cuidando sempre de primorizar a sua cultura.

Ao fim de quase duas décadas, ao cruzar de novo o Atlântico, preferiu fixar a sua residência na capital do Chile.

E lá desenvolveu intenso labor intelectual, e que se ufanam atualmente os dois povos.

Funda a Universidade, de que seria acadato reitor. Doutrina em matéria jurídica, a ponto de ser considerado um dos mais eficientes colaboradores do Código Civil, promulgado em 1855.

Torna-se dramaturgo, ensaísta, poeta.

E assim como legislou acerca do direito, também procuraria disciplinar a linguagem, mediante a "Gramática de la Lengua Castellana", publicada em 1847.

Avizinha-se o primeiro centenário e a Academia Chilena de La Lengua, para evidenciar estima que lhe tem, abriu a "Transcendencia de esta Obra en los Estudios Gramaticales", alçada no tocante à "influencia que ha ejerdido en la ensenanza del idioma en los paises que habla española", como igualmente nas "partes en que las doutrinas de Bello superan a las de la Real Academia Española".

Bastaria a sua contribuição linguística, anasada e aplaudida no decurso de agitada carreira de renovação de estudos filológicos, para e justificar a glória literária, acrescida pela ciência de sua erudição humanística.

Sobejam motivos de ufania a Venezuela que deu o berço, como ao Chile, onde residu durante a fase mais produtiva da sua existência.

Ocorrência oposta rematou-se entre sessões da Assembléia, ao completar-se o cinquentenário da chegada ao território de singular orólogo norte-americano W. Phelps. A república atravessava inquieta quadra de penúria.

Todavia, o forasteiro afeiçãoou-se-lhe ao povo a ponto de constituir o seu lar. Entregou-se a negócios, que prosperaram. Enriqueceu, mas sempre voltado para distrações culturais, que o tornaram benfeitor de escolas e museus, mediante generosas doações.

Por fim, naturalizou-se venezuelano, para melhormente evidenciar o seu amor à terra adotiva que lhe encheu a vida de encantos por mais de meio século de atividades, mercantis e científicas, em que lhe é sucessor W. Phelps Junior e Kathlen Phelps, hábil desenhista, que figurou em quadro artístico a Pipecola Whitiyi Katheenae, por ela colhida em Bolívar, e em homenagem ao seu concurso assim classificado por Zimmer e Phelps.

Não minguariam, pois, elementos para a "Academia de Ciências Físicas, Matemáticas e Naturais", cujo programa rompe do próprio rótulo.

Mais particularmente, ainda se congregou a "Sociedad Venezolana de Ciencias Naturales", para demonstrar as preferências de seus cooperadores, como também atua o Museu de Ciências, cujo diretor, Walter Dupouy, compareceu à sessão de História, a que apresentou valiosas teses.

Com semelhantes órgãos de pesquisas científicas, logrou a Comissão Organizadora exhibir aspectos impressionantes da Cultura intelectual de Caracas.

A "Exposición del Libro Venezolano de Geografía e Historia", preparada pelos doutores Mário Briceño Iragory, Hector Garcia Chueces, professor de história da Venezuela no Instituto Pedagógico Nacional, e Enrique Planchart, diretor da Biblioteca Nacional, em cujo salão se alojou amplamente, patenteou a opulência da bibliografia de que dispõem os pesquisadores.

Em menores proporções, compensadas pela maior densidade do seu conteúdo original, a Academia Nacional de História, ao acolher gentilmente a visita que lhe fizeram os delegados, franqueou-lhes a sua biblioteca especializada, em que se encontravam memórias indispensáveis ao conhecimento do que lhe constitue o objetivo declarado no título, inclusive os inéditos relacionados com a campanha emancipadora.

Entre os demais, avulta o Arquivo de Miranda, em que se registraram as passadas do animador de revolucionários, em jornadas pelo mundo civilizado, até ser colhido pela polícia espanhola.

Por sorte dos posteros, a sua bagagem não o acompanhou na viagem precipitada e desviou-se para diverso rumo.



E foi parar às mãos de curioso colecionador inglês, que soube conservar zelosamente os 67 volumes bem encadernados dos documentos coligidos pelo precursor sacrificado às idéias de libertação da sua gente.

Modernamente, descobriu-se o acervo opulento e como já dispunha o governo de recursos financeiros, não titubeou em adquiri-lo, para recolher a Caracas a documentação que tão de perto lhe toca ao sentimento patriótico.

Também aí se agasalha o Arquivo do General Soublette, do General Bartolomé Salom, o original do "Diário de Bucaramanga", o "Diário e Correspondência de Laborde", além dos números reeditados, em *fac-simile*, da "Gaceta de Caracas", de 1811, cujas colunas se referem não raro ao Brasil, mediante notícias interessantes, acerca da luta contra Napoleão.

Quanto às obras impressas, estendem-se, coladas às paredes, estantes de madeira envidraçadas, uma das quais se reserva, por toda a largura da sala, à bibliografia bolivariana.

Semelhantemente cuida o Arquivo Nacional de evocar cenas e vultos históricos, valendo-se da opulenta documentação, que o seu atual diretor, Dr. Ambrosio Perera, aparentado pelos ancestrais, a José de Anchieta, diligencia pôr ao alcance dos estudiosos, por meio de excelente "Boletim", cujas páginas se recheiam de informações inéditas referentes à história regional.

Enquanto se voltam estas instituições para o passado, djas particularidades analisam, leva a mira ao futuro a "Dirección de Riego y Cartografía Nacional", onde opera, feito chefe de Divisão de Geologia, o doutor Luís Felipe Vegas, afeiçoado ao Brasil, a quem coube organizar, em companhia do doutor Alfredo Weil e Edgard Loynaz, a "Exposição de Cartografía da América".

Tanto a sede do serviço como o certame, aprimoraram-se na apresentação, para merecerem os mais francos louvores dos delegados.

Naquela, agradou-lhes o aspecto de ativa casa de trabalho especializado, que possui aparelhamento adequado às suas tarefas, conforme exige a técnica moderna, desde as operações de campo, indicadas pelos processos da aerofotogrametria, até o desenho das cartas e suas cópias.

Não admira que, habituada às atividades cartográficas, e compreendendo-lhe o alto alcance, lograsse a Comissão apresentar aos visitantes o conjunto impressionante da "Exposição", de que se incumbira.

Amplas salas do Pavilhão do Hipódromo, devidamente adaptadas, destinavam-se aos diversos países, que possuíssem contribuições merecedoras de exibição.

Entre os que melhormente revelaram aptidões cartográficas, extremou-se a própria Venezuela, para se emparceirar aos mais laboriosos, Estados Unidos da América, Brasil, Argentina, cujos mostruários patenteavam bom gosto no arranjo das peças expostas e sua valia científica.

Como lhe fôsse possível dispôr de meios opulência e dispensar penoso transporte, aproveitou-lhe apontar os extremos da evolução e da variedade, desde as cartas mais antigas, interessantes valor histórico, às mais recentes, em que são assinaladas as retificações resultantes de levantamentos de apreciável precisão.

Assim, o retrato fiel da terra venezuelana aperfeiçoa-se de contínuo, pois permanecem ativas, em campo, as turmas de técnicos empregados de ampliar as operações geodésicas, topográficas, de que participam as empresas interessadas na descoberta de campos petrolíferos, mediante o estudo das estruturas geológicas indicativas da probabilidade auspiciosa de ainda ignoradas bacias produtivas.

Associa-se destarte a pesquisa puramente científica, inspirada pela geografia, com os aspectos econômicos da utilização da maior riqueza mineral do país.

Foi esta que lhe incentivou o desenvolvimento em vários domínios, a principiar do financeiro com a diferenciação das duas fases, de produção e fatura, antes e depois da extração do petróleo, combustível, cuja abundância lhe proporcionou recursos para empreender fecundas atividades culturais.

## IO CUSTO BOLIVARIANO

A evolução venezuelana processa-se principalmente sob a ação de duas componentes principais, por vezes antagonicas, mas que não se harmonizam para idênticos objetivos.

Gerada pelo utilitarismo, vale-se a primeira da abundância do petróleo, que lhe dilata as fronteiras a influência dos seus poços fedidos, ao mesmo passo que, nas relações internacionais, contribui para levedar insurreições reivindicadoras.

Ê, sem dúvida, o maior fator de progresso material e por ventura a causa de perturbação.

políticas e sociais, em busca do reajustamento econômico.

Deriva a outra de radioso idealismo, cujas intensas efusões patrióticas neutralizam a tendência desnacionalizadora da riqueza petrolífera.

A sua expressão mais viva patenteia-se no culto dos heróis da campanha emancipadora, especialmente a Bolívar.

Difícilmente haverá outro país que tanto se afane do seu nome tutelar como a Venezuela, em cuja história se projeta a sombra do Libertador, ainda presente em tôdas as manifestações de sua existência, apesar da oposição que padecceu na fase final.

Pelas ruas, nas lojas, nos escritórios, em toda a parte circula a sua imagem, caracterizada na moeda-padrão *bolívar*, com 0,290323 gramas de ouro fino, rara, ou a de cinco gramas de prata, que mantém o giro comercial.

Que figure o governante, ou individualidade de méritos reconhecidos pela Posteridade, na cunhagem dos elementos de troca, é fato conhecido e habitual. Mas que sirva o seu próprio nome, transformado em comum, para legalmente intitular a unidade monetária, a que não faltará a sua efígie, é singularidade, que não se repetirá facilmente.

Assim é que, a todo momento, milhões de pessoas lhe pronunciavam o apelido, embora nem sempre com os intuitos de revivência, rompedores de outras iniciativas.

Entre os Estados, que formam a Venezuela, um existe denominado Bolívar, que tem a capital em "Ciudad Bolívar".

Os seus habitantes, que se contavam por 94.522 em 1941, acostumaram-se a sentir-lhe a presença embora invisível, já inseparável da terra onde vivem, cujo topônimo evidencia o propósito de veneração duradoura.

Maiores homenagens, todavia, ou mais numerosas, proporciona Caracas, onde se reúne o escol social do país.

Alteia-se-lhe o vulto varonil, modelado em bronze, ora cavalcando fogoso corcel, em meio de alguma das várias batalhas de que participou, seu primado, como centro urbano, ora se apurou como ostenta a Praça da República, ufana do ma, de espada à cinta, com admirável garbo militar, na colina de "El Calvario" sobranceiro à cidade.

A equestre mais propagada pelas fotografias, como que indica o ponto inicial da numeração

e nomenclatura das ruas, referidas às avenidas Norte-Sul e Este-Oeste, que ali se cruzam.

Tôdas as demais se caracterizam pelas distâncias a essas duas, equiparadas a eixos de coordenadas, em relação aos quais se mede o afastamento de cada uma, Este 1, Oeste 2, ou Norte 1, Sul 2, e progressivamente, pois que, em maioria, não possuem nome especial como é de uso em outros centros urbanos.

Assim como a praça de Bolívar asinala o coração da capital, também outras circunstâncias correspondem aos mesmos intuitos de glorificar-lhe a memória.

Três monumentos sobrelevam como inspiradores do culto bolivariano, praticado em sua Casa natal, no Museu que lhe foi dedicado, no Panteon Nacional, a que se adaptou a capela antiga de Trinidad.

Ainda que as informações oficiais não o declarassem o ambiente de inequívocas feições religiosas logo denunciariam as intenções do arquiteto, que lhe traçou as linhas expressivas, com o lugar do santuário, atualmente ocupado pelo mausoléu do Libertador, as navas laterais, cujos altares foram substituídos por sepulcros dos seus generais mais afamados, ladeados de inscrições glorificadoras de quantos souberam pelejar nas campanhas da Independência.

Mais próximos de Bolívar, destacam-se Miranda, o precursor, que lhe inflamou o entusiasmo cívico e Sucre, amigo leal, assassinado por se lhe ter mantido ardorosamente fiel aos ideais da propaganda emancipadora.

O recinto, sagrado outrora, por atos de fé católica; ainda se embebe de empolgante devoção, consoante ambicionaram os promotores da sua utilização para objetivo patriótico, em honra aos paladinos da emancipação política da República.

Menos grandiosa, porém, mais humana em seus aspectos colhidos da própria existência dos heróis, desenvolve-se a homenagem a que se consagrou o "Museu Bolivariano".

Mercê de gentileza cativante da competente e dedicada diretora, Luisa de Roo, que proporcionou visita especial ao delegado do Instituto Histórico, de outra maneira inexequivel, pois o de seu regresso, foi-lhe dado conhecer as coleções de peças relacionadas com os fatos mais relevantes da história venezuelana.

A vida fulgurante do Libertador toma-lhe a maior parte, a principiar do título.

Entretanto, quando o General Gusman Blanco, ao interpretar asprações dos centros cultos,

assinou decreto, a 11 de Julho de 1874, referente à fundação do estabelecimento, o nome que me ocorreu era impessoal e o mais amplo, "Museu Nacional".

Caber-lhe-ia guardar "reliquias históricas e também especímenes de ciências naturais, indústrias, belas artes, e quanto lhe fosse oferecido.

Tanto cresceu, porém, apesar dos prejuízos decorrentes do tremor de terra de 1900, que se tornou aconselhável a separação.

E a 28 de Março de 1911, decreto expressivo promoveu a organização do Museu Boliviano, a respeito do qual, decorrido um triênio, afirmaria Cristian Witzke, com a sua autoridade profissional e de diretor geral dos "Museus": "El Instituto Ilena, pues, sus altos fins puesto que alli se admiran las reliquias patrias de gran valor no solamente material sino tambien moral e histórico. Alli se enseña practicamente la Historia Patria y se levanta el espiritu nacional".

O nome, porém, prestava-se a equívoco, pois que boliviano sugeria a derivação de Bolívia, a república andina, que preferia designar-se com o vitorioso apelido do comandante geral das legiões emancipadoras.

Por sentir a inevitável confusão, o Ministro Plenipotenciário da Venezuela em Madrid, Alberto Urbaneja, propõe e a Academia de la Lengua aceita o vocabulo bolivariano, mais diretamente indicativo da homenagem que envolvia sua significação.

E quando, mais tarde, já em 1942, coube-lhe a direção do Museu, não lhe foi difícil obter a mudança de rótulo, mercê da qual o primitivo Museu Nacional, na parte referente à história, é hoje Museu Bolivariano, com sede apropriada, desde 19 de Abril de 1936.

É o título que mais se lhe ajusta à opulência das coleções, impregnadas de lembranças do seu incomparável patrono.

Tanto as que lhe recordam os atos e gestos imortais, com que excitava a admiração e entusiasmo dos povos, como os reveladores das contingências humanas, a que não deixaria de estar sujeito.

Quando Sucre tomba, em assassina tocaia, a carta ao amigo de ambos, em que o Libertador lhe dá ciência do ocorrido, não parece firmada pelo vencedor de inúmeras batalhas, mas revela a ternura de coração pesaroso, que atribuía aos seus próprios inimigos o propósito de ferir-lhe nas pessoas dos mais apreciados colaboradores.

Triste desalento rompe de suas confidências, como se já lhe pesasse a tarefa sobrehumana que levava a bom termo, na parte destrutiva do regime colonial e ainda lhe solicitava maiores esforços, após os triunfos nos campos de luta.

As telas representativas dos seus últimos instantes mostram-no prostrado no leito e ao torno do qual se angustiam amigos dedicados.

Cessaram as frases pomposas e os gestos reveladores de inquebrantável personalidade, que às vezes não abatiam.

Assim terminaria, em ambiente calmo, a aproximação da sinistro visitante impune ao silêncio, a trajetória luminosa do lutador, cujas passadas épicas outras salas relembram com objetos de uso pessoal ou que lhe apontam algum traço da existência agitada.

Tão inquieta se desenvolveu, caracterizada pela impressionante mobilidade, que debalde procurará alguém duas fotografias iguais entre as dezenas que tentaram fixar-lhe os traços fisionómicos.

Divergem umas das outras, como se corpessem a pessoas diferentes.

Assim como o jacobinismo enciclopédico, a cuja sombra despertou para a vida pública, afinal ganharia tonalidade conservadora, também se lhe alterariam as feições, consoante várias fases da intensa luta contra os realistas e mais tarde contra os aliados em dissídio.

E curioso é que a tela representativa do busto marcial, em que impressiona o olhar romântico, divulgado pelo "Ministro Educación Nacional", foi encontrada na Capital do Brasil, onde a adquiriu Don Alberto Urbaneja.

Não fossem os distintivos de generalato, o busto lhe borda o peito e os ombros e ainda envia o olhar para o futuro. Vem o colarinho e dir-se-ia que as feições nas definiam algum dos contemporâneos inspirados, que levaram para as letras, para as artes, a inquietação renovadora, violentamente deflagrada na Revolução Francesa, antes de transbordar para os domínios intelectuais.

Se lhe tivesse corrido tranquilamente a existência, certo não lhe faltaria posição de real entre os escritores de vida imaginação, com o fogo romântico.

Mas o tumulto em que se deixou arrebatado para melhor cumprir a sua missão histórica, projetou-lhe o vulto nas baralhadas épicas e entreveros, sempre em posto de comando, com o pincel de Michelena, ao decorar a parede da sala de recepção, a grande sala de trabalho admirável do salão denominado "Elitic", onde a Junta Governativa recebeu os cumprimentos protocolares das delegações à 4.ª Assembleia do Instituto Panamericano de Geografia e História.

Inspirado pelo heroísmo das patriotas, que aniquilaram o regime colonial, o artista rememorou cenas guerreiras, rompentes das paredes em complemento à principal, que se destaca no alto, arqueada consoante o elipsoide, a qual se ajeitou.



Cavalgando garbosamente, o general adian-  
ta-se, em movimento vigoroso, que lhe imprime  
elevo à galopada, como se fosse obra de es-  
cultura.

O pintor aprimorou-se na evocação do pas-  
sado nacional, que se acha desta maneira pre-  
sente nas cogitações dos ocupantes do Palácio  
para lhes inspirar os atos governativos.

E por toda a parte e de formas diversas  
ouve o mesmo empenho de zelar pelas tradi-  
ções que neutralizem influxos tendentes a en-  
raquecer a coesão da nacionalidade.

E, feito polarizador de energias que, disper-  
sas, não alcançariam resultado satisfatório, o  
governo bolivariano, a conjugá-las para determi-  
nada aplicação de objetivos patrióticos, aumen-  
ta-lhes a eficiência.

E aviva a flama de radioso idealismo com o  
exemplo do que abraçava o entusiasmo e a ação  
de Bolívar, — super-homem, consoante lhe  
chamou o historiador J. A. Cova, em admira-  
vel estudo biográfico.

Hostilizado embora quando vivo, a Posteridade  
proclama-lhe a benemerência, que o in-  
cluiu entre os vultos insignes, não somente  
da Venezuela ou da América, mas de toda a  
Humanidade, pelos generosos sentimentos e  
ideais de que se embebeu a sua incomparável  
situação política, em prol da emancipação de  
grande parte do Novo Continente.

## DE VOLTA

Ultimados os trabalhos da 4.<sup>a</sup> Assembléia  
Geral do Instituto Pan-Americano de Geogra-  
fia e História, começaram as várias delega-  
ções a deixar Caracas.

Entre as primeiras, aprestou-se a brasileira  
a empreender a viagem de regresso, a que se  
ofereciam duas linhas aéreas, por fora, via  
Trinidad, ou através de grande parte do conti-  
nente, mediante articulação da rede venezuela-  
na de aviação com a do Brasil, em Boa Vista  
e Rio Branco.

Ao passo que preferiram aquela os Coman-  
dantes Rangel e Cardoso de Castro, por esta  
iriam os representantes do Conselho Nacional  
de Geografia, que teriam ensejo de cruzar o  
Amazonas, Mato Grosso e a região central do  
país.

Pelas três horas e meia da manhã inaugu-  
ral de Setembro, tomaram o automóvel que os  
levaria a La Guaira, onde, à beira-mar, não  
ardou a levantar vôo o aparelho destinado a  
Ciudad Bolívar.

Em rumo de léste a princípio como para  
mostrar o litoral sem praia, com os contrafor-  
tes andinos a mergulhar, a pique, no mar das

Antilhas, inflete, em seguida, pronunciada-  
mente para sudeste.

A vestimenta florestal, que verdeja pelas  
encostas, vai-se transformando em savana, à  
medida que declina a morraria, suavizando-se  
no vale do Orinoco, de amplos horizontes des-  
campados.

Floresce-lhe à margem, com os seus vinte  
mil habitantes, a Ciudad Bolívar, a essa data  
maltratada pelas enchentes, que lhe invadiram  
as ruas e danificaram inúmeros edifícios.

O rio, cuja bacia se dilata pelo território  
venezuelano, salvo um quinto da sua área, cir-  
cunstância que lhe acentua o primado na evo-  
lução regional, oferece 1.670 quilômetros de  
curso à navegação.

Largo apenas de oitocentos metros, entre o  
porto de Ciudad Bolívar, assinalado por inten-  
so movimento comercial, e o fronteiro, de  
Soledad, encancara-se até 28 quilômetros para  
se despejar no Oceano Atlântico, em curioso  
delta de 36 bocas.

No aeroporto, onde os passageiros julgaram  
pousar somente para o almoço em terra, ines-  
perado contra-tempo lhes prolongou a demora,  
sem prazo, todavia, que permitisse passeio pela  
cidade.

Ao tentar a partida, verificou o piloto falha  
grave no motor, que não lhe era possível de  
momento corrigir, à mingua de peça nova.

Solicitações providências urgentes para o pos-  
to mais próximo, não tardaria um D.C. 3 de  
emergência normalmente aplicado ao transpor-  
te de carne verde, da região pastoril para os  
distantes mercados consumidores.

Retiradas as poltronas usuais, pelo centro, ao  
alto, corre longitudinalmente a viga metálica  
donde pendem os ganchos em que se dependu-  
ram os quartos de reses abatidas.

Ao lado, em baixo, os bancos duros, provi-  
dos de elos para a segurança dos passageiros,  
lembram a utilização anterior, durante a guerra  
em condução de tropa.

Não seria confortável, mas serviria para  
completar o vôo pelo segundo trecho, do Ori-  
noco ao rio Branco, por cima da serra Paca-  
raima.

O Caroni, afluente daquele, com os seus ga-  
rimpos diamantíferos, traça a rota, acentuada-  
mente para o sul.

De começo, dilatam-se os campos, que fa-  
cilitaram a expansão da pecuária pelo vale opu-  
lento de forrageiras criadoras de bovinos.

Encrespa-se, a pouco e pouco, o terreno,  
fortemente erodido, com os seus testemunhos  
de níveis mais altos, que ainda resistem ao  
desgaste incessante.

Por fim, as elevações mais pronunciadas,  
que as nuvens encobrem, obrigando o aparelho  
sense de Letras, em cujas atividades culturais

a garantir a segurança pela ascensão adequada.

Horas antes, no aeroporto, a soalheira castigava os apressados viajantes com o calor das baixas latitudes e implanetas pouco acima do nível do mar.

Ao transpor, todavia, a majestosa divisória de águas, o avião penetrou em camada mais fria, que tornou indispensável o reforço de agasalhos.

Adiante, quando escasseiam os paredões esboroados, que mancham de vermelho escuro o verdejante arvoredado, abrem-se os campos cada vez mais largos, mosqueados de capões e lagoas, em cuja orla vivem palmeiras.

A fita prateada, que serpenteia por entre a vegetação, ora verde-amarelada nas campinas, ora de tom mais carregado, nas árvores agrupadas à maneira de ilhas de vestimenta florestal, denuncia o Urariquera, coleante para sudoeste, até perder o nome, transfigurado em Rio Branco.

A medida que baixa o avião, distingue-se melhormente a distribuição das espécies rasteiras, que não cobrem completamente o solo.

Rareia o capim, entre cujas moitas sobressai o rosado forte do arenito, a apontar por ventura carência de elementos com que se alimentem as plantas.

O campo de pouso, em Boa Vista, exagera a falha, com os ralos tufos de gramineas, cercados pela areia solta.

A capital do território do Rio Branco, em tais circunstâncias, exigirá trabalhos perseverantes, para que possa florescer, à beira do rio, mais afamado do que produtivo.

Por enquanto, é-lhe modesta a parência com a escassez de alojamentos para os adventícios.

A diminuta população espalha-se pela imensidão territorial, de sorte que a cidade apenas contará cerca de 2.000 habitantes.

A dificuldade natural de obtenção de pessoal habilitado e materiais de construção, em paragem tão distante, refreia o andamento dos trabalhos preparatórios do cenário urbano.

O paludismo endêmico e a duvidosa fertilidade do solo, que reclama cuidados especiais do agricultor, constituem outros tantos problemas em desafio aos administradores regionais.

Bastaria, aliás, o referente às vias de comunicação para lhes empolgar atenção e os recursos.

Sem dúvida, o avião acostumou-se a frequentar-lhe o campo, uma ou duas vezes por semana.

Além das interrupções possíveis, ainda se manifesta, porém, inadequado para conduzir carga de valor abaixo de certo limite, embora o frete de cada quilo transportado regule por

doze cruzeiros pela via mista, fluvial até Caracas e em rodovia dessa cachoeira para montante.

Desprovida de recursos próprios, dificilmente se desenvolverá a cidade que só dispõe de linhas aéreas para o seu tráfego.

O rio, entretanto, oferece apreciáveis possibilidades a quem pretenda utilizá-lo.

O exemplo do Amazonas poderá inspirar projetos fecundos, embora o caso de sua canalização, ao alcance de transatlânticos, apresente condições peculiares.

Para lá seguiu o avião, já de empresa brasileira, em cujo bojo se acomodaram os viajantes, assim os da localidade, como os trazidos pelo cargueiro venezuelano.

A aproximação do rio Negro, adensando a floresta, que não mais se interrompe em campinas, até o aeroporto, afeiçoado ao terraço da ponta Pelada, cerca de uma légua da capital amazônica.

Acidente à hora da descida, ao lusco-fusco, interromperia a navegação por dois dias, aproveitando ensejo aos viajantes de maior estadia em Manaus.

Enquanto o avião aguardava a substituição do pneumático estourado por outro, pedidos de Belém, amigos solícitos proporcionar-lhes visitas a instituições e lugares definidores de atividades locais.

Conheceram o Departamento de Estatística, indicativo das condições atuais do Estado, a Associação Comercial, cuja organização deseja espelhar as riquezas naturais da terra amazônica, especialmente as de origem vegetal.

O museu, que lhes expõe os principais espécimens, de valor comercial, não se restringe, porém, às salas onde se exibem, devidamente classificadas.

A seção de intercâmbio prontifica-se para atender aos pedidos frequentes dos interessados, a quem remete amostras do que desejarem protegidas por envoltórios padronizados.

E desta maneira, o influxo da util organização dilata-se pelo espaço, em benefício de propaganda racional dos recursos do Estado.

O porto afamado, com o pontão flutuante que se encostam navios de grande calado, e o rio cheio, ou nas estiagens, mereceu a atenção especial, como igualmente o mercado, que não faltam legumes das chacaras próximas, nem artefactos de características regionais, como os trançados de Santarém, e também o beneficiamento da borracha para exportação.

Excursão aprazível mostrou-lhes aspectos do bairro popular da Cachoeirinha, da Hospedaria de Imigrantes, da Vila Municipal, do Parque, em 10 de Novembro, que se utilizou de ma-

igapapé e do seu bosque lateral para a criação de parque de recreio para a população.

Não deixaria de ser observado o Teatro Municipal, construído com materiais importados, da cobertura metálica do zimbório ao mármore, abundantemente usado no revestimento de paredes e no piso e até ao paralelepípedo da praça fronteiria, onde se ergue o monumento comemorativo da abertura do Amazonas à Navegação.

Aliás, mais de um logradouro ainda mantém o calçamento de pedras portuguesas, trazidas na época de fastígio da economia estadual, que a borracha sustentava, com os seus altos preços, antes que no Oriente medrasse a hevea gerada por semente colhida em seringais brasileiros.

Ao desnacionalizar-se, a árvore dadivosa sufocaria, mercê da aliança da técnica bem orientada, com a abundância de mão de obra de custo diminuto, o desenvolvimento da indústria estratêgia na Amazonia.

E, em consequência, as suas atividades econômicas entrariam em colapso, até que se orientassem para outros rumos, em apreciável esforço de reajustamento.

A paralização, como se o tempo não se tivesse escoado por mais de três decênios, após o apogeu, seguido de rápido declínio, estampasse a cada passo, nos edifícios, nas avenidas e ruas, nas associações, entre as quais se extrema o Instituto Histórico, atualmente dirigido pelo Professor Agnello Bittencourt, que lhe dedica admirável carinho à biblioteca em transformação.

Opulenta de obras relacionadas com os fatos amazonenses, só é excedida pela valia da sua coleção etnográfica, mantida no andar térreo do edifício em que se alojou.

A sua manutenção, nas condições e mque se encontra, revela cuidadoso amor a opassado que se prolonga pela pre-história, quando ao longo das margens da imponente rede hidrográfica apenas vagavam os nativos avermelhados, cujos descendentes ameaçaram de aniquilamento a aventura de Orelana, o primeiro navegante do rio imenso.

Apesar dos esforços intensos da geração moderna, para o soerguimento da economia amazonense, não conseguiram ainda sobrepujar o legado impressionante da primeira década republicana e da seguinte, quando se transformaram igapapés em avenidas, ao tempo em que se erguia o grandioso teatro e o porto se dotava de aparelhagem condicionada à sua eficiente utilização.

Solucionados, porém, os seus problemas, não faltará à Amazonia o engrandecimento que lhe prometem duas grandes fontes de energia: água e madeira.

De avião, em torno de Manáus, a primeira domina, com as clareiras, abertas na floresta pelo rio e paranás e baías, em confusão perturbadora.

O observador desconfia que o próprio arvoredo entre as aguadas não as interrompe de todo. Nelas mergulha as suas raízes, constituindo os igapós.

Em rumo de sudoeste, alonga-se o Madeira e as suas ilhas, orladas de longas prais, em contraste com a densa cópa da mataria, que o flanqueia, sem interrupção.

Com duas horas e meia de vôo sereno, desce o avião em Porto Velho, capital do território do Guaporé, cujo Interventor, Coronel Joaquim Rondon, acolhe amistosamente os passageiros e apressa-se em mostrar-lhes alguns dos empreendimentos, a que vem aplicando às suas atividades construtivas, orientadas por ardoroso espírito de brasilidade.

A ocasião contribuía para lhe propiciar iniciativas adequadas de finalidades educativas.

Começara a "Semana da Pátria", que proporcionou comemorações festivas durante quatro dias, assinalados pela inauguração do "Forum da Comarca", missa campal no "Monumento da Independência" erguido na vila de Santo Antônio, lançamento da pedra fundamental do Pavilhão dos Tuberculosos, inauguração da Sál-Usina da Luz, e várias competições esportivas, do ciclismo às regatas.

O número de maior significação, porém, por indicar propósitos educativos, romperia, da concentração escolar, animada por canto orfeônico.

A cidade engalanara-se para as cerimônias, que lhes despertaram os sentimento cívicos dos habitantes.

Analogamente, vibrava de entusiasmo a capital matogrossense, alcançada após 5 horas e meia de vôo, inclusive a descida para reabastecimento em Cáceres.

De princípio, continua a mesma paisagem amazônica, caracterizada pela floresta continua até as amostras de morros desnudos, que denunciavam os primeiros contra-fortes do planalto.

Blocos-testemunhos cortados a pique, com provam secular ação que o vai abatendo.

Clareia-se a paisagem nos descampados, que tendem a dilatar-se, por vezes enfumacados, pela queimada.

Ao entardecer, quando o sol pincela de tons vivos o horizonte, com exuberância harmoniosa de tons, em que tanto primam os ocasos cuiabanos, maravilhando os forasteiros, ultimou-se a travessia.

A cidade vibrava de animação para festejar a data magna da Pátria que lhe registara, em particular, o jubileu da Academia Matogross-



se espelha o amor da sua população aos empreendimentos intelectuais.

Apesar de lhe caber a ufania da camoneana expressão com a qual Vasco da Gama apontara a El-Rei de Melinde, ao descrever a Europa: "Esta é a ditosa pátria minha amada", não conseguiu o mais empenhado dos viajantes em retardar a partida, transferi-la para o fim das solenidades, tamanha se registava a solicitação antecipada de pasagens.

E, agradecido à gentileza transbordante de amigos e parentes que porfiaram em tornar-lhe inesquecível a breve parada noturna, proseguiria na imediata manhã a travessia do planalto, desta vez aproximadamente para léste.

Afigura-se o rio Cuiabá sinuosa faixa estreita, de que rapidamente se afasta o avião.

Antes de completar a primeira hora de vôo, já transpõe região fartamente erodida, que lembra, por vezes, o aspecto de dunas, modeladas por ventos irregulares, nas cabeceiras de São Lourenço.

Não tarda em romper do cerrado, que se dilata por todos os rumos, entremeado de capões e matas de galeira, a nascente.

Aragarças, fronteira à beira do rio das Garças no Araguaia como lhe sintetiza o toponímico em cujo desenvolvimento se aplica ousada experiência pioneira.

Continua o terreno suavemente ondulado, revestido de rasteira vegetação, pela qual propagam as queimadas.

Os ares enfumaçados dificultam a observação e contribuem para molestar os passageiros que saltam com prazer no campo de Uberaba decorrida mais hora e meia, revêem São Paulo em seu movimento aeroportuário, a essa hora repleto dos que partiam ou chegavam e de acompanhantes amigos.

Mais um salto, o menor de todos, que parecia alongar-se, demasiado, mercê da anciã regresso, reconduziu, afinal, os viajantes a seus afazeres normais, satisfeitos por terem da melhor forma que lhes possível cumprido seu dever em Caracas.

---

N. do R. — Os artigos acima do Secretário do Instituto Histórico foram antes publicados em matas de galeria, a nascente.

# A MISSÃO SECRETA DO MARECHAL CURADO AO RIO DA PRATA

(1808 — 1809)

WALTER ALEXANDER DE AZEVEDO

Em 8 de Março de 1808 desembarcava no Rio de Janeiro, aonde chegara na véspera, o Príncipe Regente de Portugal, D. João, que, fugindo deante do exercito napoleonico invasor de Portugal, partira de Lisboa em 29 de Novembro fugindo deante do exercito napoleônico invasor sua não das demais que conduziam a Real Família, aportára à Bahia em 24 de Janeiro.

Cinco dias após a sua instalação na nova capital e três de organizado o seu primeiro gabinete, o ministro de Negocios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1), dirige a seguinte Nota ao "Cabildo" de Buenos-Aires:

"Mui Illustre Cabildo — O abaixo assignado D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro, e Secretario d'Estado dos Negocios Extrangeiros, e da Guerra he encarregado pelo seu Augusto Amo e Senhor S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor de informar a V. S<sup>a</sup>. q. constando na Real Presença a total sugeição da Monarquia Hespanhola na Europa à França, e a quazi inteira aniquilação da mesma pelos perfidos conselhos do maior Inimigo do Nome Hespanhol, e só aparente Amigo, donde resulta o total abandono dos Povos Hespanhóes, que habitão a America, e que se achão de novo gravados de novos, e crueis impostos, depois de tantos serviços praticados na ultima evacuação dos Inglezes, e reconquista da Cidade de Buenos Ayres, e conhecendo S. A. R. q'a sua proxima chegada a este continente,

não podia, deixar de ser agradavel a V. S<sup>a</sup>. e de lembrar-lhe, q' por seu meio poderia evitar a ruina do seu commercio, e as fataes catastrophes a q' o Rio da Prata se acha exposto se S. A. R. em lugar de offerecer meios de conciliação, quizesse a hum tempo obrar com toda a força das suas Armas, e com as dos seus Alliados; por tanto encarregou-me S. A. R. de participar a V. S<sup>a</sup>. a sua chegada a esta Capital o Rio de Janeiro que espera lhe seja agradavel, e ao mesmo tempo de offerecer-lhe o tomar o Cabildo, e Povo da cidade de Buenos-Ayres, e mais Vice-Reinado debaixo da sua Real Protecção, conservando-lhe todas as suas izempções, e Jurisdicções, e empenhando Sua Real Palavra, não só de não os gravar com novos impostos, mas de lhe segurar o seu Comercio livre, e inteiro, e de evitar, que qualquer Nação Alliada possa conservar contra os mesmos Habitantes qualquer lembrança do passado, e possa querer cometer contra elles qualquer acto de hostilidade, ou vingança. Igualmente não póde S. A. R. deixar de mandar participar a V. S<sup>a</sup>. que no cazo q' estas propozições amigaveis, e só dirigidas a evitar toda a efusão de sangue, não sejam ou evitar toda a efusão de sangue, não sejam ou de mão comun com o seu Poderoso Allianço, e com os grandes, a fortes meios, qe a Providencia depositou nas suas Reaes Mãos, e talvez a ver com dôr o glorioso, e esperavel successo das suas Armas, e a considerar com lastima, q' Povos unidos pelos sagrados Vinculos da mesma Sagrada Religião, pelos mesmos costumes, e pela lingua, q' hé quazi a mesma, se tornem Inimigos, e sacrifiquem os seus mais sagrados interesses, V. S<sup>a</sup>. q' com-

(\*) O trabalho acima é a nossa contribuição que, a convite honroso, apresentamos ao Primeiro Congresso de História promovido pela Junta de História Nacional de Montevideu", por ocasião do Centenário da Independência do Uruguai, em 1928. (Nota do autor).

põem o Cabildo, q' hé o Pay da Patria deve tomar estas proposições na mais séria consideração, e querendo submeter-se á Protecção, e Vassalagem de S. A. R., deve por outro igual Officio propor as condições, e meios, q' o Cabildo julgar conveniente para a reunião destes Paizes debaixo do Dominio de hum tão grande Principe, de q' resultará a sua felicidade, e a dos Povos, q' com o mais justo titulo nomearão então a V. S<sup>a</sup>. Pay da Patria. Fico esperando a resposta, de V. S<sup>a</sup>. para a pôr debaixo dos Olhos de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor, e lisonjeome, q' terei assim a satisfação de ter contribuido para a União, e Gloria dos dois Povos, debaixo do mais benigno Pio, e Poderoso Principe, q' são feitos para serem Irmãos, e não Inimigos. Tenho a honra de ser com os sentimentos da mais perfeita consideração — De V. S<sup>a</sup>. Seu obsequiozo, e reverente servidor. *D. Rodrigo de Souza Coutinho.* — Rio de Janeiro, 13 de Março de 1808". (2)

Não bastou, porém, ao ânimo de D. João o expedição deste Officio, realmente um "ultimatum": decorridos apenas dois dias mais, a 15.º o brigadeiro Joaquim Xavier Curado (3) recebe, na mesma cidade, ordem de partir para o Rio da Prata, com instruções que rezavam:

"Conhecendo S. A. R. o Principe Regente N. S. o prestímo, zelo, e intelligencia com q' Vmce se empregou no seu Real Serviço, quando em outra ocasião o mandou a Monte Video, e Buenos Ayres, e necessitando S. A. R. de confiar de hum Official habil, e de grande segredo, outra importante diligencia nos mesmos sitios, He o Mesmo Augusto Senhor Servido Nomear a Vmce, encarregado de partir logo para o Rio Grande levando cartas de Officio para o Governador daquella Capitania, o auxiliar, e logo qe Vmce ali chegar, He S. A. R. Servido, qe procure informar da disposição dos animos em Monte Video, e vêr se pôde conseguir do Governador de Monte Video licença para hir áquella Cidade com o pretexto de alguns arranjos de Comercio entre o Povo do Rio de Janeiro, e do Rio da Prata, e depois de lhe falar sobre este objecto genericamente, e principios de neutralidade, q'

poderão seguir-se, Vmce o sondará sobre a vontade qe elle poderia ter de entregar-se ao Dominio de S. A. R., e pintando-lhe as tristes conseqüências de huma inutil resistencia, lhe fará os maiores offercimentos por parte de S. A. R., contando que elle entregue logo a Praça, e mais Território, podendo Vmce no cazo de achar boas disposições reclamar logo Tropa do Rio Grande, e de S. Paulo, para cujo efeito leva Avizos competentes, que fará expedir, e que correspondem a outros, que se expedem em direitura. Se Vmce vir, que nada ha que fazer com o Governador, com quem nunca se comprometerá, antes de conhecer o seu modo de pensar, então verá, e examinará bem o estado da Opinião Pública, e dará conta do que achar dahi mesmo, podendo fazelo sem comprometer-se, e Vmce procurará levar daqui secretas recommendações de algumas boas cazas de comércio por cujo meio possa dar todas as competentes informações. Se Vmce poder passar a Buenos Ayres, e fazer ali as mesmas tentativas, fará nisso o maior serviço, e sobre tudo, è em todo cazo vêr se pode conhecer as disposições dos animos, e as forças reaes que existem em todos os Pontos do Rio da Prata mais essenciaes, quaes Monte Vidéo, Buenos Ayres, Maldonado, Colônia. Trez são os objectos qe Vmce deve ter em vista na conformidade das Reaes Ordens, qe lhe cômunico: o 1.º he conseguir ser admitido em Monte Video e Buenos Ayres, e este ponto qe he o mais essencial, poderá vencelo por si, e por via do Governador do Rio Grande, propondo a negociação de qe vai encarregado para segurar a continuação do Comercio, na forma, qe se está praticando com Bandeiras simuladas das duas Nações, e qe sendo protegido pode continuar assim, maz para a qual se necessita de alguma convenção entre Delegados dos dois Governos, tanto mais qe a Proclamação qe publicou ultimamente o Governador de Buenos Ayres o Conde de Liniers, deixa equivoco o sentido (4) em qe elle considera os dous Paizes e se deseja qe continue entre elles a boa harmonia, qe athe qui tem prezistido, e qe só pode fixar por meio de alguma Convenção tacita,



ou expressa entre Delegados de ambos os Governos, qe fixem tão interessante objecto, fazendo-se assim indispensavel a sua viagem, como Delegado do Governo Portuguez, e qe hade ouvir, e tractar com os Delegados dos Governos de Monte Video, e Buenos Ayres, declarando Vmce qe tem ordem para se demorar, e comunicar todas as proposiçõens, qe lhe fizerem, para, S. A. R. depois resolver o qe mais lhe convier: o 2.º he tentar os Governadores para o fim de unir aqueles Paizes ao Real Dominio, o qe seria muito feliz, pois evitaria toda outra ulterior contenda. O 3.º he o exame, e conhecimento verdadeiro do voto da Nação Hespanhola, e da Opinião Publica sobre entregarem-se ao Governo Portuguez, e em qualquer cazo o conhecimento do estado da Força Publica em Soldados, Officiaes, e Municiõens, qe tem, e ocupa o Rio da Prata, pois he muito essencial se desgraçadamente se houver de chegar a vias de facto, qe se conheça a força real dos Hespanhoes sobre todos os Portos do Rio da Prata. Encarregando-o S. A. R. de objecto tão essencial, tem o Mesmo Augusto Senhor todo o direito de esperar, qe Vmce corresponda à sua expectação, e qe neste como nas passadas occazioens, desenvolva o maior zelo, actividade e intelligencia do qe convem ao Real Serviço. Nesta occasião remetto tãobem a Vmce o Decreto para o Presidente Real Erario lhe fazer fornecer os fundos de qe possa necessitar para a sua viagem, e demora nos diversos Pontos do Rio da Prata. Deos guarde a Vmce. Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Março de 1908. (ass) *D. Rodrigo de Souza Coutinho*".

O Brigadeiro Curado (5), sem maior demora parte, e chegado que foi á villa de São Pedro do Rio Grande, dá conta ao seu superior, em 14 de Abril, dos seus actos até então praticados, como sejam: haver pedido ao Governo do Rio Grande, José da Silva Gama, cartas para o Vice-Rei Liniers e para o Governador de Monte Video, o Brigadeiro Xavier de Elio, bem assim as que aos mesmos escreveu (6) para lhe facilitarem a entrada, e principio da negociação de que estava incumbido. D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 8

de Maio, lhe expressa a aprovação do Príncipe Regente, desses passos dados, como tambem que era provavel fosse bem acolhido, pois que "actualmente tem tido esse Governo lugar de conhecer a nossa boa fé, e qe será certamente na ultima extremidade, e com grande pena, qe S. A. R. desembainhará a espada, e fazendo cauza comum com os seus Alliados poderá procurar pela Guerra soccossos e vantagens qe S. A. R. apreciará muito menos do qe aquellas felices transaçõens qe possão pôr esses Povos de baixo do seu Egidio, e fazer qe com a Sua Real Protecção lhes procure toda a segurança, e comodos do Comercio, qe devem dezejar. S. A. R. Ordena que Vmce. informe se necessitará de alguma Carta Credencial qe o acredite, e qe logo se lhe expedirá. Aqui se acha doente o Irmão do Vice-Rey Liniers (7), a quem S. A. R. pedio qe se demorasse, esperando qe elle aqui, e Vmce em Buenos Ayres poderão acelerar toda a Negociação. Creio, qe elle rende justiça ao modo com qe S. A. R. o tem tractado. Havendo aqui constado algumas faltas qe havia na Capitania, de S. Pedro de carretas, e de Espadas, tudo vai d'aqui ser expedido com a maior brevidade. Ainda qe S. A. R. se li-songea da boa fé desse Governo comtudo tem se expedido Ordens para o competente augmento de forças da Capitania de S. Pedro, S. Paulo, e Santa Catharina, qe todas reunidas poderão levar-se a vinte mil combatentes, qe S. A. R. tem toda a esperanza, qe se conduzão em valorosos Portuguezes, mas qe certamente não porá em movimento senão quando se desvanecerem as esperanças qe conserva de qe esses Povos queirão unir-se por vinculos de amizade ao seu Imperio, e gozar da Paz, qe lhes offerece. Agora está entrando neste Porto a Esquadra Ingleza, e este successo me faz bem desejar, qe cheguem dali cartas favoráveis para paralyzar os esforços destes activos, e energicos Alliados".

E, finalmente, para fechar com "chave de ouro" o renovado incitamento aos esforços do emissário lhe "confia de baixo de segredo, qe S. A. R. foi servido Gradualo em Marechal de Campo, maz qe esta Graça só se hade pu-

blicar no dia dos Annos de S. A. R. qe hé a 13 deste mez”.

Obtida a indispensavel permissão da suprema autoridade do Rio da Prata, o Conde de Liniers, datada de 26 de Abril (8), Xavier Curado prosegue na sua viagem a Montevideo, aonde chega aos 15 dias de Julho (9).

Neste intervallo, porém, o “Cabildo” de Buenos Ayres já havia respondido á “nota cominatoria” de D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 29 de Abril, trez dias apos recebida, numa inflamada declaração de fidelidade ao Rei D. Fernando VII, culminando em que: considerava a proposição como uma affronta que não olvidaria jamais; que nem as promessas poderiam nunca commover a fidelidade dos povos, que, acostumados a arrostar todos os perigos e fazer toda classe de sacrificios, como o haviam provado, estavam promptos a derramar a ultima gotta de sangue, antes que as Provincias do Rio da Prata fossem usurpadas à corôa de Espanha”.

O Vice-Rey Liniers, por seu lado, no dia seguinte, 30, fez saber a Xavier Curado que o governador Elio estava autorizado a tratar com ele. Havia sido decidido, de accôrdo com o “Cabildo”, não deixar o emissario portuguez passar-se á Capital, Buenos Aires... (11)

De Montevideo, havia Curado, em 26 de Junho, participado ao Ministro Souza Coutinho a sua chegada, mas que lá se demorava, visto que o vice-rei “duvidava admittilo sem cartas credenceaes”. (12) Era o que D. Rodrigo havia previsto, pelo que lhe responde em 27 de Julho, louvando-o no Real Nome do Principe pela boa execução que vinha dando às Reaes Ordens, e remetendo-lhe carta dirigida a Liniers — “para, que elle oissa as proposições qe tem de fazer-lhe no Real Nome de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor, e qe ora tenho a honra de comunicar-lhe declarando a V. S<sup>a</sup>. ao mesmo tempo que se as mesmas não forem attendidas, têm ordens de regressar immediatamente, e de voltar ao Territorio Portuguez. As proposições qe V. S<sup>a</sup>. deve dirigir-lhe são as seguintes: Que sendo presentes a S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor as perfidas intenções do Go-

verno Francez contra todos os Soberanos; e agora particularmente contra todos os Estados da Real Caza de Bourbon, qe reinava felizmente em Hespanha, e com a qual S. A. R. tem tão estreitos vinculos, qe S. A. R. julga indispensavel tomar todas as medidas para impedir qe os Francezes não venhão ao Rio da Prata, e dali não perturbem a paz, e tranquillidade dos seus Estados, e qe por este motivo tão justo, como necessario para conservar a Paz, exige qe o Exmo Vice-Rey lhe entregue com consentimento do Povo Hespanhol a Guarda da margem septentrional do Rio da Prata, athe a Paz Geral, e que com esta condição S. A. R. se encarrega de conservar a Paz com os Dominios Hespanhoes, e de impedir, qe os seus Aliados lhe não fação mal algum, e de favorecer quanto poder o reciproco Comercio de ambos os Estados, declarando V. S<sup>a</sup>., qe se esta proposição não for julgada admissivel tem ordem de retirar-se notificando-lhes, qe S.A.R. não ficará responsavel diante de Deos das tristes consequencias de huma negação tão alhêa de toda a boa razão. Logo qe V. S<sup>a</sup>. tiver huma resposta negativa, regressará ao Rio Grande d’onde dará parte do resultado das Ordens qe acabo de dirigir-lhe. Ahi hade chegar o Irmão do Exmo Vice-Rey, qe vai em Navio Parlamentario, e qe não será entregue pelos Inglezes sem que lhes conste, qe V. S<sup>a</sup>. está já de volta, ao nosso Territorio. (13) Lisonjeo-me, qe V. S<sup>a</sup>. executará esta Real Ordem como o demais de qe tem sido encarregado, e qe todas tem sido cumpridas com o maior zelo, e intelligencia. Deos guarde a V. S<sup>a</sup>.”.

A referida carta-credencial ao Vice-Rei, era nestes termos:

“Exmo. Sor. Tendo V. Exa. permittido ao Marechal Curado, Official de muita honra, e qe deve grande conceito a S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor, qe entrasse dentro do Territorio Hespanhol para hir fazer a V. Exa. algumas proposições, qe podião ser muito vantajoas aos dois Paizes confinantes; e havendo, V. Exa. exigido para ouvido, qe fosse authorizado com Cartas, qe o acreditassem, tenho a honra de dirigir a V. Exa. esta Carta

de Ordem de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor para pedir a V. Exa. no Real e Augusto nome do Meu Amo, qe oissa todas as proposições qe este Official lhe hade fazer e qe haja por bem dar-lhe não só a attenção qe merecem, mas ainda a competente resposta, permittindo-lhe tão bem depois qe regresse ao Territorio de S. A. R. se V. Exa. não julgar poder ouvir no qe elle deve propor-lhe, e qe se julga muito vantajoso aos dois Paizes. Aproveito esta occasião para participar a V. Exa. qe seu Irmão o Sr. Conde Liniers partiu hoje daqui para Buenos Ayres a bordo de hum Transporte Inglez, e lisonjeo-me, que a sua viagem será tão feliz, quanto eu lha desejo. S. A. R. o mandou recomendar muito particularmente a Sir Sidney Smith, Almirante Inglez. Deos guarde a V. Exa. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Julho de 1808. — *D. Rodrigo e Souza Coutinho*”.

Terminantes, pois, eram as ordens ao enviado Curado, e preciso lhe foi obrar com energia, já que D. João havia a 1.º de Maio declarado guerra a Napoleão, afigurando-se iminente, portanto, o perigo de que o Rio da Prata, — cujo vice-rei era francês e suspeitado de sympathias pelo imperador, — fosse invadido pelos Francezes, o qual depois servia de base para uma provavel invasão do Brasil, pelo Sul.

Eis senão quando, poucos dias após, chegam ao Rio de Janeiro noticias surpreendentes relatando os ultimos acontecimentos desenrolados na Hespanha, e D. Rodrigo não se poude demorar em communicar ao Brigadeiro Curado, sob data de 22 de Agosto, as ordens de D. João:

“Tendo já remettido a V. S<sup>a</sup>. por Ordem de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor a carta qe devia appresentar ao Exmo. Vice-Rey Conde de Liniers, e as Reaes Ordens com o Ultimatum, qe V. S<sup>a</sup>. devia entregar antes de partir fica sendo muito duvidoso se V. S<sup>a</sup>. se achará ainda ahi, ou seja terá regressado, havendo-se retirado, athe por qe deve partir quando ali chegar o Conde de Liniers, segundo levou em recommendação o mesmo Conde, maz como as ultiores noticias de Hespanha

mudão a face dos negocios e qe provavelmente virá novamente S. A. R. a aliar-se com a Nação Hespanhola, qe segundo as ultimas noticias, qe acabão de chegar de Hespanha vem de sacudir o Jugo Francez, e de fazer reviver a sua Monarquia com açoens dignas de eterno nome, vou não só participar isto mesmo a V. S<sup>a</sup>., como verá pelos Papeis impressos, qe aqui lhe remetto, maz igualmente ordenar-lhe no Real Nome, qe entregue a Carta incluza ao Exmo. Vice-Rey, e qe segurando-lhe, qe S. A. R. dezistindo das suas justas pretenções, espera qe elle se mostre fiel aos seus Soberanos e qe reconhecendo os Direitos de Suas Altezas Reaes e Princeza Nossa Senhora, e o Serenissimo Senhor Infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança concorra com os mesmos Augustos Senhores á conservação da Monarquia Hespanhola, qe S. A. R. Sustentará com todas as Suas forças, podendo V. S<sup>a</sup>. segurar a S. Exa., qe suas Altezas Reaes estão na firme resolução não só de lhe conservar o lugar qe exerce, maz de o encherem de novas Graças, e Mercês, se elle se mostrar decizivamente em favor da Cauza do seu legitimo soberano por ora representado pelos mesmos Augustos Senhores. Se V. S<sup>a</sup>. vir, qe a sua demora ahi pode ser util a fundar a boa união entre os dois Paizes, e se os Povos se mostrarem dezejosos de fazerem cauza comum com os Hespanhoes da Europa, V. S<sup>a</sup>. se demorará ahi athe nova Ordem, e me dará conta de tudo o qe observar, o qe de modo algum fará, e antes se retirará logo se vir que os qe dirigem esses Povos procurão induzilos a declararem huma independencia, qe não poderão sustentar, e qe necessariamente obrigará S. A. R. a oppor-se com o mais decidido vigor. Remetto a V. S<sup>a</sup>. as reclamações, qe Suas Altezas Reaes acabão de fazer junto de S. A. R. e a resposta de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor, assim como os Papeis impressos de tudo o qe acaba de succeder, e S. A. R. recommenda a V. S<sup>a</sup>., qe os faça espalhar para que a todos conste os Direitos destes Principes, e o dezejo de conservar-se illeza a Monarquia Hespanhola, e Direitos da Sua Augusta, e Real Familia. —



Deos Guarde a V. S.<sup>a</sup>. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Agosto de 1808. — *Dom Rodrigo de Souza Coutinho*".

Estas contra-ordens, porém, chegaram tardiamente, pois Curado, ante a relutancia de Liniers em o receber na Sede do Governo, para onde passar-se-ia de Montevideo, não lhe fôra dada venia, lhe manda a 2 de setembro o "ultimatum", em fiel execução das instrucções do seu chefe, e nos mesmíssimos termos (14).

Poucos dias depois retira-se Curado, de Montevideo para o Rio Grande. Findara a sua missão politica no Rio da Prata: agora ia tratar dos aprestos militares, adiantando, neste sentido, de Pando (perto de Montevideo), em 16, uma communicação ao Marechal Manuel Marques de Souza, commandante da guarda da fronteira daquella provincia, advertindo-lhe que

"Tenho muitas razões para me persuadir que o Rio Grande vae ser atacado sem demora e que os simulados pretextos para se me não responder, encobrem a malicia de ganhar tempo para os preparativos da marcha, que julgo será pelo Serro Largo. V. S. promptifique-se com diligencia e silencio, e mande parte immediatamente ao Exmo Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, visto que não posso escrever nas circumstancias em que me acho. Mande V. S. com a maior brevidade as cartas inclusas para virem os regimentos de Santa Catharina e S. Paulo; e bom será logo transporte, porque o da ilha pôde vir já. V. S. comtudo não faça movimento algum se não houver motivo urgente, senão depois que souber que cheguei ao campo neutral. Apesar de todas as dissimulações ainda me resolvo a esperar amanhã; como estou já fora da praça, e mais prompto a seguir, continuo a solicitar d'aqui mesmo a resposta de que preciso. Aprompte-se V. S. persuadindo-se que não heide perder tempo, e escreva ao seu governador pedindo-lhe toda a tropa e milicia, que talvez seja muito pouca. Deus guarde a V. S. muitos annos. Povo de Pando, 16 de Setembro de 1808. De V. S. muito certo amigo. — *Joaquim Xavier Curado*" (15).

Quinze dias após, no entanto, ao mesmo Marechal torna a escrever:

"Meu amigo e senhor. — Agora que chego á Santa Theresa se me offerece oportunidade de responder á carta de V. S. de 23 do corrente, em que me faz favor pretender ouvir o meu modo de pensar.

N'estas circumstancias respondo que, visto os publicos fundamentos do impresso de S. A. Real, com data de 19 ou 20 de Agosto, em que faz publica alliança com a Hespanha, Inglaterra e Sicilia, não se deve emprehender acção alguma hostil, e muito menos atacar uma praça sem positiva e mais recente ordem da côrte. Eu penso tanto assim, que julgo conveniente que V. E. mande retroceder o comboio que se destinou para o regimento de Santa Catharina, e que se entregou ao commandante essa carta que vai aberta para que V. S. se possa inteirar do seu conteudo.

Finalmente, se V. S. tem ordens particulares ou posteriores que se opponham a este meu modo de pensar, fica sendo evidente que se deve obedecer: porém não sendo assim, julgo que se não deve adiantar um passo pelas razões já indicadas.

Comtudo V. S. praticará o que melhor lhe parecer.

Deos guarde a V. S. muitos annos. Santa Theresa, 30 de Setembro de 1808. De V. S. amigo amante e obrigado. — *Joaquim Xavier Curado*". (16).

D. Rodrigo de Souza Coutinho, accusando recebidos Officios que Curado lhe dirigira, tanto por uma embarcação que aportára ao Rio com 21 dias de viagem, como pelo Marechal de campo, Manoel Marques de Souza, diz ao primeiro, em 13 do mesmo mez de Setembro;

"S. A. R. ficou convencido de q' V. S.<sup>a</sup>. tem feito tudo q' tem podido pelo Seu Real Serviço, e q' o tem exactamente informado de tudo o q' tem ahi acontecido, q' concordando felizmente com o q' aqui se sabe succedido na Europa, como V. S. já saberá pelas ultimas Cartas q' lhe dirigi, deixa a S. A. R. a doce esperanza de q' os Hespanhoes se ligarão novamente com o Mesmo Augusto Senhor, reco-

nhecendo q' o seu unico, e verdadeiro inimigo hé o Imperador dos Francezes, q' se propunha destruir as duas Monarquias. De tudo isto verá V. S.<sup>a</sup> q' S. A. R. dezeja persuadir a esses Povos, q' os Francezes se fizessem Senhores do Rio de Prata, e todas as precauções q' se devião tomar para evitar tão grande inconveniente, e q' por consequencia S. A. R. espera q' admitindo elles as Embarcações Inglezas de Guerra, o Rio da Prata ficará livre de toda a Invasão, e q' o Mesmo Augusto Senhor poderá estreitar com elles os vinculos da mais sincera e leal amizade. De baixo destes principios V. S.<sup>a</sup> se dirigirá ao Governador de Monte Video, para lhe participar isto mesmo, assim como ao Vice-Rey e se demorará o tempo q' julgar conveniente para estabelecer a boa correspondencia, e harmonia q' S. A. R. dezeja renovar com esse Paiz por meio de hum franco, e livre Comercio dando parte das disposições em q' esse Governo continua a estar a nosso respeito, e informando do q' melhor possa contribuir para segurar esta livre comunicação. Deos guarda a V. S.<sup>a</sup> Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Setembro de 1808. — *Dom Rodrigo de Souza Coutinho*"

Na Côrte do Rio de Janeiro, nesse entretempo, dêram-se acontecimentos sumamente interessantes.

Era D. João casado com a Infanta hespanhola D. Carlota Joaquina, primogênita de Carlos IV e a Rainha Maria Luiza, e mais velha que Fernando VII. Incompatibilidade de gênios (17), sobretudo, havia separado os esposos já antes de sua fuga de Portugal, mais acentuadamente ainda depois da descoberta, de 1806, de uma conspiração de nobres e generais (18), para, sob o incitamento dellá, asilar D. João, que então dava mostras de alguma perturbação mental. No Rio de Janeiro, viviam êle na Quinta da Bôa-Vista (depois Palacio de São-Chistovam), em companhia dos filhos, D. Pedro e D. Miguel, e do sobrinho querido, o Infante hespanhol D. Pedro Carlos, — que pouco depois, pelas bôas graças do tio, mas contra a opposição da tia, casou-se com a prima, a Infanta Maria Theresza, — e ela, D. Carlota Joaquina, com as

filhas, em varias moradas, no Estacio, em Botafogo nas Laranjeiras.

Vendo agora afastados, por Napoleão potente, do throno hespanhol o pae e o irmão após os escandalosos successos em Bayona (França) e feito rei o irmão daquelle imperador, a Princeza D. Carlota Joaquina tratou de assegurar para si o direito da successão eventual e assumir a Regencia, baseando-se na revogação da "lei sállica" em 1789, pela influencia de Felipe V. que quiz excluir a Casa da Austria dos direitos ao throno da Hespanha, embora a hipótese da filha primogênita de Carlos IV ser chamada a governar estivesse mais incerta, preferencia que sobre ella tinham ainda os seus outros irmãos, D. Carlos e D. Francisco de Paula. Inibidos de agirem, porém, a esta altura dos eventos, todos os três irmãos, pela mão ferrea de Napoleão, vislumbra nisso D. Carlota Joaquina a maior probabilidade para subir ao trono espanhol como regente, e nesse sentido, em 19 de Agosto, recebidas que foram as ultimas noticias de Hespanha, dirige, juntamente com o Infante D. Pedro Carlos, ao Principe-Regente uma "Justa reclamação que os representantes da Casa Real de Hespanha, dona Carlota Joaquina de Borbon Princeza de Portugal e Brasil, e Dom Pedro Carlos de Borbon e Bragança fazem a Sua Alteza Real, o Principe Regente de Portugal", para que êste "attendesse, protegesse e conservasse os sagrados direitos que a sua augusta Casa tinha ao throno das Hespanhas e Indias". No mesmo dia, lança um "Manifesto dirigido aos fies Vassallos de Sua Magestade Catholica, o Rei das Hespanhas e Indias, por Sua Alteza Real, dona Carlota Joaquina, Infante de Hespanha e Princeza de Portugal e Brasil", destinado aos Tribunaes, "Cabildos", Autoridades Civis, Ecclesiasticas. Militares e outros, no qual se explicavam os successos de Baiona, se invocava a ordem, reclamando para ella o direito de exercer a autoridade suprema que correspondia a seu pae e seus irmãos, em virtude de se encontrarem estes privados de liberdade, e sómente em carater de depositaria de aquella autoridade,

que se comprometia a devolver integra opportunamente, até que seu primo o Infante D. Pedro Carlos ou outtrapessoa viesse a ajustar os assuntos de governo (19). O Principe-Regente, em data igual, responde á “Reclamação” da esposa e do sobrinho: “que estava disposto a sustentar os direitos della e de aquellos Hespanhoes que fossem fiéis á Corôa e á Patria, considerando também que era necessaria uma união e alliança para a defesa de tão multiplicadas aggressões, e julgando que já havia chegado o tempo de realizar-se para obrar do concerto contra o inimigo commum; prometia fazer o quanto estivesse da parte delle, para effectuar esta proveitosa combinação e alliança; para que sabendo os Americanos e os Hespanhoes os sentimentos delle e a grande necessidade que havia de os ajudar, unissem os seus recursos a estas forças, para poderem dar um pleno e inteiro cumprimento ás intenções que elle tinha de lhes procurar a paz e prosperidade de que são capazes e susceptiveis, pela sua propria posição”, (20).

O Infante D. Pedro Carlos, porém, julgou de bom alvitre lançar outro “Manifesto” e dirigido “á los fieles Vasallos de Su Majestad Católica por Don Pedro Carlos de Bourbon y Braganza, Infante de España y Grande Admiral de las Escuadras de Su Alteza Real el Principe Regente de Portugal”, no qual declara nula a abdicação violenta do trono feita pelo tio, conforma-se em tudo com o “Manifesto” de sua prima, mas, muito prudentemente, aliás, estabelece a preliminar de que a successão ao trono correspondia por procedencia á descendencia masculina, em outras palavras: antes da Princeza D. Carlota Joaquina havia, etc, e havia um outro, seu tio, o Rei D. Fernando de Nápoles.

A “Reclamação” da Princeza e do Infante, juntamente com a “Resposta” do Principe-Regente foram enviadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 22 de Agosto, ás seguintes personagens: “Liniers — Cerys Alcalde del 2.º Voto — Saavedra, Commandante dos 3 Batalhões de Patricios — Almagro Assessor del Vice-Reynato — Anzotegui, Magistrado, ou Dezembargador — Belgrano, Secre-

tario del Consolado — O Sacerdote Guerra Religiozo Dominicano — O Presbitero Sebastiani — Balesteros, Contador da Fazenda — Caldeirão Empleado nelle Aduane — Llaq Commandante do Regimento de Artilharia — Rodrigues, Nunes, Vivas, Commandantes de los Husares — Alzaga Alcade do 1.º Voto — Santa Coloma, Deputado del Cabildo — Villanueva, Deputado del Cabildo — Alaguer Remales, Deputado del Cabildo — Dr. Ribadavia, Thezoureiro de la Ciudad, Bento Ribadavia, sobrinho del Commandante de las Tropas . — Cervinho Commandante de los dante de los Galegos — Riwaval, Prior del Consolado — Snr. Elio Marechal de Campo, e Governador de Montevideo — Sr. Governador de Maldonado”, acompanhadas as respectivas copias da Circular que dizia:

“Ilmo. Sor. — Remettendo-se a V. S<sup>a</sup>. os Papeis, q’ se acabão de imprimir, tanto sobre as gloriozas rezoluções, qe a Hespanha acaba de tomar para segurar a sua salvação, como sobre as reclamações, que Suas Altezas Reaes a Princeza Nossa Senhora e o Serenissimo Senhor Infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança acabão de publicar para conzer-var illezo o Patrimonio de Sua Real Familia de Boubon, e a disposição em q’ S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor está de accôrdo com a Gran Bretanha de sustentar com hum generosa elevação de sentimentos os Dominios Hespanhes, póde V. S<sup>a</sup>. ver quanto convem q’ se mostrem os Habitantes da America Hespanhola igues aos Hespanoes da Europa, q’ tanta honra acabão de fazer-se Suas Altezas Reaes esperão de V. S<sup>a</sup>. isto mesmo, e por Sua Real Ordem lhe dirijo esta Carta para o convidar a exprimir os seus sentimentos, e a ter a maior confiança nas Graças, qe ha de receber dos mesmos Augustos Senhores. Deos guarde a V. S<sup>a</sup>. Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Agosto de 1808. *Dom Rodrigo de Souza Coutinho*”.

O Vice-Rey Conde de Liniers, porém, foi merecedor a D. João de mais uma carta particular, escrita pelo Ministro, D. Rodrigo, em francès:



Mr. Le Comte de Linniers, Monsieur — Les glorieuses résolutions des Espagnols en Europe nous rapprochent, et leur adhésion au système fédératif Anglais, en reconnoissant la perfidie du Gouvernement Français, nous laissent espérer que V. E. se montrant toujours fidèle à ses Augustes Maîtres, s'empressera de reconnoître les légitimes Representans de la Famille Royale de Bourbon, et qui ne demandent qu'à garder, et préserver le Patrimoine de l'Auguste Famille Royale Regnante en Espagne. V. E. verra par les papiers, que j'ai l'honneur de lui adresser, non seulement tout ce qui vient d'avoir lieu en Espagne, et qui nous laisse des esperances les mieux fondées de son entière delivrance et de son heureuse conservation, mais la part que S. A. R. mon Auguste Maître veut prendre à ce même fait, d'après de ses Augustes Parens. J'espère que V. E. me mettra à même de pouvoir bientôt mettre aux pieds de LL. AA. RR. des preuves non équivoques de son Attachement à l'Auguste Famille Royale de Bourbon, et de lui annoncer les marques distinguées de faveur, et de haute Protection, que LL. AA. RR. sont disposées à lui accorder, en lui conservant tout ce dont Elle est chargée et y ajoutant des marques genereuses de sa Bienfaisance et de la justice que LL. AA. RR. desirent rendre à votre fidélité, et probité, dont Elles ont une haute idée.

“J'ai d'honneur d'être avec les sentimens de la plus haute consideration Mr Le Comte de Linniers — De V. E. Le très humble et très obeissant Serviteur — *D. Rodrigo de Souza Coutinho* — Au Rio de Janeiro ce 22 Août 1808”.

O “Cabildo” recebendo os “Manifestos” em 11 de Setembro (e havendo Curado dirigido a Liniers o seu “ultimatum” de 2 do mesmo mez, por não ter ainda sciência das contra-instruções de 22 de Agosto) respondeu, a 13 de setembro, que já havia sido jurada fidelidade a D. Fernando VII (21). Idêntica foi a resposta de Liniers (22), também de 13 de Setembro.

O Marechal Curado permanecia no Rio Grande, e lhe escreve D. Rodrigo em 22 de Outubro:

“Levei á Augusta Presença de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor o Officio q' V. S<sup>a</sup>. me dirigio, participando-me ter recebido a Carta q' lhe remetti para Liniers, e q' era como Credencial, e a Memoria q' tinha passado em consequencia das Reaes Ordens qe lhe expedi em 27 de Julho, e não obstante terem felizmente mudado as circunstancias, e ter S. A. R. dado novas, e diferentes Ordens em 22 de Agosto, q' V. S<sup>a</sup>. terá já agora recebido, e executado, com tudo S. A. R. não pôde deixar de approvar ter V. S<sup>a</sup>. satisfeito as Reaes Ordens, q' antes se lhe dirigirão, e está certo o Mesmo Augusto Senhor q' igualmente terá executado as q' depois se lhe expedirão, e qe novamente V. S<sup>a</sup>. repetirá em Memoria dirigida ao Vice Rey Liniers, q' havendo mudado todas as circunstancias, achando-se agora S. A. R. Alliado dos Hespanhoes, e fazendo causa commum para salvar a Monarquia Hespanhola, e a Familia Real de Hespanha pôde elle estar certo, q' achará em S. A. R. todo o auxilio para defender o seu Territorio contra qualquer Invasão dos Francezes, e qe S. A. R. desistindo de toda e qualquer pretensão de mandar Tropas para a Margem Septentrional do Rio da Prata lhe declara qe toda Força qe conservar no Rio Grande para a sua defesa contra qualquer Invasão dos Francezes, fica prompta a obrar á sua requisição em favor da cauza comum, se os Francezes tentarem fazer alguma aggressão no Rio da Prata, e V. S<sup>a</sup>. poderá acrescentar, q' estes principios se achão declarados por S. A. R. na Carta, qe por Ordem do Mesmo Augusto Senhor escrevi ao Contra. Almirante Sir Sidney Smith, e de qe se lhe remette copia. Foi igualmente presente a S. A. R. q' V. S<sup>a</sup>. não só avizara para o Rio Grande do susto q' lhe derão os movimentos dos Hespanhoes, maz q' tão bem reclamava o soccorro das Capitánias de Santa Catharina, e de S. Paulo, temendo qe o ataque dos Hespanhes podesse logo effectuar-se e posto q' S. A. R. vio pelo seu posterior Officio, q'

não havia lugar para tão grande movimento, com tudo não desaprova o Mesmo Augusto Senhor huma medida de precaução, q' sempre previniria qualquer surpresa se de parte dos Hespanhaes não houvesse toda a boa fé, qe era de esperar. Finalmente Ordena S. A. R. q' V. S.<sup>a</sup> depois de ter feito conhecer por escrito, ou de viva voz ao Vice-Rey Liniers os principios pacificos, e de verdadeira amizade q' S. A. R. mantem para o Governo Hespanhol, q' ou se demore ahi, ou volte, segundo lhe parecer conveniente ao Real Serviço, e segundo notar q' pode ser util para sustentar a boa união, e harmonia entre os Vassallos de S. A. R., e os Hespanhoes, podendo V. S.<sup>a</sup> estar certo, qe S. A. R. dezeja agora conservar a Paz, e boa intelligencia entre os dois Paizes limitrophes. Deos guarde a V. S.<sup>a</sup> Palácio do Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1808. — *D. Rodrigo de Souza Coutinho*" (23).

Onze dias depois (2 de Novembro) remette-lhe copia de uma circular aos governadores das capitánias do Rio Grande, Santa Catharina e S. Paulo, por haver "S. A. R. resolvido, q' no cazo de qualquer ataque da parte do Governo Francez contra as margens do Rio da Prata, haja a mais perfeita combinação, cooperação, e reunião de vistas entre as suas Forças de Terra, e as de Mar, tanto Portuguezas como Inglezas" e essas mesmas Autoridades, "logo q' recebessem qualquer requisição do Contra Almirante Sir Sidney Smith, q' comanda as Forças Navaes, para guarnecer qualquer Porto q' possa ser ameaçado", a, cumprissem effectivamente, e mais: "q' esse corpo fique ás ordens do mesmo Contra Almirante Sir Sidney Smith para executar tudo q' pelo mesmo" lhes fosse ordenado, devendo esses Governadores, portanto "reputar, q' em tais circumstancias e sobredito Contra Almirante hé commandante de toda a Tropa, q' assim requerer, e para q' elle possa conhecer as forças d'essa Capitania, tanto de Linha como Milicianas. V. Ex.<sup>a</sup>. lhe dará hum Mappa, exacto das mesmas forças, remetendo Copia a esta Secretaria d'Estado e athe permittirá aos Officiaes q' forem por sua Ordem vizitar as mes-

mas Tropas, q' possam assistir às revistas dos differentes corpos, q' V. Ex.<sup>a</sup>. mandará passar Officiaes, q' destinar ao mesmo effeito em presença dos sobreditos Officiaes". (24).

Esta "Circular" era datada de 22 de Outubro, e ao Capitão-General do Rio Grande, Paulo José da Silva Gama, dizia, em 24 deste ultimo mês: "accusando recebido o officio de V. Exa. em q' em participava a carta de Aviso, q' recebeu de Curado, e o susto q' elle tivera, de q' o Rio Grande, podesse ser attacado pelos Hespanhoes, de q' rezultára ter elle mandado as cartas de Ordens, q' tinha para as cartas de Ordens, q' tinha para os Governadores de S. Paulo, e de Santa Catharina, soccorrerem logo essa Capitania, e finalmente as providencias, q' V. Exa. tinha dado para o mesmo fim, reclamando os sobreditos soccorros, S. A. R. approva a actividade com q' V. Exa. obrou, e posto ter toda a probabilidade de q' os Hespanhoes não attacarão, visto as mudanças q' occorrerão, a q' tão bem fazem variar o systema Politico q' havia adoptado, com tudo persuadido S. A. R. novamente recomendar a V.<sup>a</sup> Exa. q' no melhor estado dê feffeza... Achando-se S. A. R. Alliado com os Hespanhoes da Europa, e esperando q' os mesmos vinculos se estabeleção com os da America, Manda S. A. R. novamente recomendar a V.<sup>a</sup> Exa. q' se conserve com elles na melhor Paz, e boa harmonia, fazendo-lhes conhecer, q' não há intenção alguma hostil a seu respeito, e q' o estado de força em q' ahi se conserva a Tropa, hé só para rezistir a qualquer Invasão dos Francezes, tendo porem todo o cuidado em evitar qualquer surpresa, em quanto os Hespanhoes não reconhecerem este mesmo Systema pacifico em q' S. A. R. dezeja conservar-se a seu respeito. Deos guarde a V. Exa."

Entrementes, não socegava a *rebolicoza* D. Carlota Joaquina, e em 19 de Novembro expõe ao esposo, — lembrando as boas disposições d'ele, formuladas em 20 de agosto anterior, na resposta à "Justa Reclamação". e á vista das "criticas circumstancias em que

as cidades de Montevideo e Buenos Aires estavam expostas a ser victimas da maior anarchia" (26): a presença dela se lhe afigurava de toda conveniencia, ali, pelo que pedia o consentimento dele, quem lhe responde, a 22, ratificando as suas anteriores segurança, pelo que tinha muito a bem dar o seu consentimento (27) para essa viagem: — "quando fosse chamada de uma maneira formal e autentica pelos fiéis Hespanhoes daquellas partes". Radiante ficaria ela, agora a um passo da final realização do seu "desideratum" antigo. A chegada ao Rio de Janeiro de uma fragata de guerra, espanhola, naquelles dias, "La Prueba", oferecer-lhe-ia um possível meio de transporte ao Rio da Prata, e logo procura cativar a boa disposição do comandante, ordenando-lhe depois ficasse aguardando as suas instruções. Desconfiado o mesmo, consulta a officialidade, e abre-se com o Governo do Principe e com o embaixador Inglez, Lord Strangford; todos aconselham a opor-se aos desejos da Princeza (que o prevenira estivesse aprontado para uma "missão de grande interesse e importancia a teu Soberano Fernando 7.º á Nação Hespanhola e a meu Real Serviço") e na manhã de 29 zarpa o navio — sem D. Carlota Joaquina a bordo... (28) O que se havia passado nos dias que mediram entre a resposta do principe Regente e a saída, daquelle navio, esclarecem as duas notas que D. Rodrigo de Souza Coutinho se viu urgido a dirigir ao almirante e ao embaixador britannicos, em data de 28, sendo ao primeiro:

"O abaixo assignado, Conselheiro, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra teve a honra de levar á Augusta Presença de S. A. R. o Principe Regente seu Amo a Nota Official que S. Ex<sup>a</sup>. Sir Sidney Smith, Contra Almirante, e Comandante em Chefe das Forças Navaes de S. M. Britannica no Sul da America, lhe dirigio em resposta de outra que de Ordem do Mesmo Senhor lhe havia dado, pedindo-lhe o seu consentimento sobre a proposição de um honrado Portuguez deputado pela Gente honrada de

que juntava uma Lista, para pedir que S. A. R. mandasse alli S. A. R. o Sr. Infante D. Pedro munido tambem de Plenos Poderes de S. A. R. a Princeza Nossa Senhora afim de estabelecer ali uma Regencia que evitasse o perigo que pintava imminente de algum movimento revolucionario: e o abaixo assignado póde no Real Nome declarar a S. Ex<sup>a</sup>. Sir Sidney Smith que S. A. R. jamais se propoz, nem se proporá de obrar contra os Hespanhoes da America Meridional sem ir de accordo com S. M. Britannica, e com o Governo Hespanhol da Europa, e que no momento actual como S. Ex<sup>a</sup>. sabe muito bem não foi questão se não de considerar se seria ou não conveniente ao interesse das trez Potencias o evitar uma Revolução ou movimento revolucionarios de que aquellas Provincias do Rio da Prata se julgam ameaçadas, segundo o entender de muita gente honrada habitantes dos memos Paizes, fazendo apparecer ao Rio da Prata o Sr. Infante complenos Poderes de S. A. R. a Princeza Nossa Senhora, para segurar a estreita união que deve subsistir entre aquellas Provincias e o Governo Hespanhol da Europa, evitando todo e qualquer movimento revolucionario, para cujo effeito quiz sempre S. A. R. ouvir os sentimentos de S. Ex<sup>a</sup>. Sir Sidney Smith, e Lord Strangford, afim de que jamais podesse duvidar-se da pureza das suas intenoens.

O abaixo assignado pode igualmente segurar a Sir Sidney Smith que S. A. R. adherindo ás justas razoes com que S. Ex<sup>a</sup>. e Lord Strangford allegam para fazer ver que S. M. B. não approvará semelhantes resoluçoens acaba de fazer declarar a S. A. R. Sua Augusta Esposa a Princeza N. Sra. os principios que se propoem seguir e que tem prescripto á mesma Augusta Senhora na Nota que adjunto por copia, e que o abaixo assignado está encarregado de declarar a S. Ex<sup>a</sup>. que S. A. R. está decidido a nada obrar nem influir no Governo daquellas Provincias sem que primeiro haja o consentimento de S. M. B. do Governo Hespanhol, á excepção do caso não esperado, e que não parece proximo, de uma



Revolução nas sobreditas Províncias que o obrigasse a tomar medidas energicas de precaução para atalhar o mal, e para segurar o justo Dominio da Corôa d'Hespanha. Igualmente o abaixo assignado não pôde deixar de fazer conhecer a S. Ex<sup>a</sup>. que houve erro ou equivocação no que S. Ex<sup>a</sup>. asseverou sobre haver dado S. A. R. consentimento a que Sua Augusta Esposa fizesse uma apparição no Rio da Prata, interpretando-se assim ou o silencio da S. A. R. quanto ouviu semelhantes proposições, ou a simples faculdade que deo para que sobre tal materia se lhe apresentassem por escripto as ideas que S. Ex<sup>a</sup>. podesse ter combinado em tão importante objecto para depois as tomar em consideração.

O abaixo assignado julga ter assim dado todas as explicações que poderiam desejar-se em tal materia, e mvirtude das Ordens que recebeo de S. A. R. O Principe Regente Seu Amo, e que tem por objecto mostrar a firme intenção de S. A. R. de obrar em tudo de accordo com os principios e vistas de S. M. B.

O abaixo assignado tem a honra de renovar a S. Ex<sup>a</sup>. Sir Sidney Smith os seus sentimentos de alta consideração.

Rio de Janeiro 30 de Novembro de 1808.

— D. Rodrigo de Souza Coutinho".

A Lord Strangford, dizia:

"O abaixo assignado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Extrangeiros e da Guerra tem a honra de accusar a recepção das duas Notas, huma Official, e outra particular ou Confidencial que Mylord Strangford lhe dirigio com as datas de 24 de Novembro, e tendo as levado á Augusta Presença de S. A. R. o Principe Regente Seu Amo, pôde no Real Nome declarar novamente á Mylord que S. A. R. jámais se propoz, nem se proporá de obrar contra os Hespanhoes da America Meridional, sem ir de acôrdo com S. M. B. e com o Governo Espanhol da Europa, e que no momento actual como Mylord sabe, não foi questão senão de considerar se seria ou não

conveniente ao interesse das trez Potencias o evitar huma Revolução ou movimto. revolucionario de q' aquellas Províncias do Rio da Prata se julgão ameaçadas segundo o entender de m. ta gente honrada habitantes dos mesmos Paizes, fazendo apparecer no Rio da Prata S. A. R. o Sr. Infante com Plenos Poderes de S. A. R. Princeza N. S. e procurando assim segurar a estreita união que deve subsistir entre aquellas Províncias e o Governo Hespanhol da Europa, evitando todo e qualquer movimento revolucionario, o qual, com tudo S. A. R. não quíz resolver sem ouvir primeiro o sentim. to de Lord Strangford e de Sir Sidney Smith afim que jamais podesse duvidar-se da pureza das suas intenções.

O abaixo assignado pôde igualm.te. segurar á Lord Strangford que convencido S.A.R. do fundamento das suas razões, que allega para fazer ver que S. M. B. não approvará semelhantes rezoluções, acaba de fazer declarar á Sua Augusta Esposa a Princeza Nossa Senhora os principios que se propoem seguir, e que tem prescripto á Mesma Augusta Senhora na Nota que adjunta por copia e que igualm.te está o abaixo assignado encarregado de dar a Sir Sidney Smith, outra Memoria com a mesma declaração, e d'indicar-lhe que S. A. R. está decidido a nada obrar nem influir no Governo d'aquellas Províncias sem que o primeiro haja o consentimento de S. M. B. e do Governo Espanhol, á excepção do caso não esperado, e que não parece proximo, de huma Revolução nas sobreditas Províncias que o obrigasse a tomar medidas energicas de precaução para atalhar o mal, e para segurar o Justo Dominio da Coroa d'Espanha.

Finalmente o abaixo-assignado julga desnecessário desaprovar as apreções de Sir Sidney Smith, a respeito do consentimto. que pretente dado pr. S. A. R. e q' nasce de huma equivocação e de huma falsa interpretação dada ao silencio de S. A. R. que nunca approvou ideas que podiam separal-o da estreita união e harmonia que tanto dezeja cultivar com S. M. B. e que felizmente existe.

O abaixo assignado julga ter assim satisfeito a todas as explicações que Mylord Strangford dezechava, e que são consequentes aos sentimentos que por ordem de S. A. R. lhe tinha exposto em Notas precedentes, e que tinham e tem por baze a firme intenção de S. A. R. de obrar em tudo de accordo com os principios e vistas de S. M. B. — O abaixo assignado tem a honra de renovar á Mylord Strangford os sentimentos de alta consideração.

Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Novembro de 1808”.

A comunicação do Principe Regente á esposa, e á qual se referem as “notas” ao ministro e ao almirante de Sua Magestade Britannica acima transcriptas, estava concebida nos seguintes termos:

“Princeza: — Não ignora a parte que tomo no que tanto deve interessar-a seja pelos interesses da Sua Real Familia, seja pelos dos meus amados filhos. Por este motivo não pode admirar-se que lhe diga que sobre as suas relações com os Espanhoes do Rio da Prata, e da America Espanhola nada devo decidir, ou obrar sem ir de accordo com S. M. B., e com o Governo estabelecido em Espanha: e pôde acreditar que em tempo opportuno nada lhe deixarei ignorar, para que possa tomar medidas sabias e prudentes, e que não comprometão a dignidade e interesses da minha Real Coroa.

O seu plano de hua apparição no Rio da Prata para segurar aquellas Provincias á Monarquia Espanhola além de fazer soffrer o meu coração pela idea a que necessariamente se une de separar-nos algum tempo tem tão bem contra si, o que justamente lembra, e e com toda prudencia e moderação representa o Ministro de meu antigo e fiel Alliado S. M. B. acreditado junto á minha Real Pessoa, e por consequencia he absolutamente inadmissivel, nem por ora o estado daquellas Provincias exige hua resolução tão decidida, e que pello necessario aparato com que deveria tomar-se, offenderia os olhos de gente timida, e daria lugar aos discursos dos mal intencionados, que procurariam envenenar a pureza das nossas intenções e nos attribuirão vistas e

planos ambiciosos, bem alheios dos principios que animão os nossos sensiveis corações. Estes são os sentimentos que estou certo, servirão de norma á Sua conducta e o Ceo hade abençoar resoluções tão moderadas, tão despidas de toda ambição, e não hade esquecer-se nem de favorecer ainda a Real Caza de Bourbon nem de proteger os direitos da Nossa Real Familia.

Esposo que muito a estima. João.

Rio de Janeiro em vinte oito de Novembro de mil oitocentos e oito”, (29).

Comentando esta denegação do seu marido, a Princeza escreve, amargurada, á “Junta” de Sevilha:

“... resposta que el mismo Principe Regente por las intrigas y miras ambiciosas del Ministro de los Negocios Extranjeros D. Rodrigo de Souza Coutinho y a instancias del Embiado de Inglaterra Lord Strangford (diametralmente opuesto a las justas intenciones de Sir Sidney Smith) me remitió escrita de su Real mano; siendo digno de Vuestra reflexión que en su carta dice el Principe, que no convenia mi presencia en aquellos Dominios, por quanto podia infundir miras sospechosas de ambición, a favor de la Corona de Portugal y en igual tiempo, y desde mucho antes, el mismo Principe Regente, con su expresado Ministro, por medio de su Embiado Curado, y de muchos Oficios dirigidos a los Cabildos, y particulares, procuraban reducir a los Habitantes del Rio de la Plata, para incorporar aquella Provincia, a sus estados del Brasil, como consta de la carta del Mariscal Curado escrita al Virrey Liniers, que acompaño con mi principal, y adjunto duplicado. El seis”, (quer dizer: documento n.º 6 dos que remetia ella) “os indicará la otra solicitud mia al mismo Principe, para que en vista del mérito que presenta la Proclama siguiente mandase retirar de aquellos Dominios, a su Embiado Curado”. (30).

E na intimidade, ao seu secretario Presas, apreensiva, extravasando suas magoas naquelles dias precursores da final resolução do Principe, segredava na sua pitoresca linguagem:

“Presas, el almirante me habia dicho que la única duda que habia era lo que diriam, porque lo demas habia aprobado, y el almirante me dijo que si el principe dudaba por la separacion, que lo convidase para acompañarme hasta Monte Video; pero voy hoy á hablarle, y lo hallé muy despropositado, diciendole que sir Sidney Smith no le habia dicho nada de mis cartas, y que el no las habia visto, y que sir Sidney Smith le habia dicho que nunca ni por pensamientos habia de consentir alienacion con los Portugueses, en fin muchas cosas. Yo voy viendo el caso perdido si sir Sidney Smith afloja. Va todo de cabeza abajo; y aqui quedará odiada, y si puede ser, aun mas infeliz que hasta aqui. Guarda tu esto para ti, y observa; y avisame todo, para que yo sepa en que arriasca me quieren meter, y avisa á sir Sidney Smith para que no deje su empresa; y dile siempre que el principe en estos negocios tiene dos caras”. (31).

O resultado positivo foi que não só nem a Princeza, e nem o seu primo, o Infante D. Pedro Carlos, partiram para assumir a almejada “Regencia” do Rio da Prata (32), como ainda que, ante as instancias do quase omnipotente ministro britannico. O. João se viu levado a solicitar do governo inglez a destituição do almirante; algum tempo mais tarde, José Presas, igualmente foi “separado” do lado de Princeza e enviado para a Espanha, chegando a Cadiz em 18 de Julho de 1812, donde escreve ao Conde das Galvêas, successor de D. Rodrigo (fallecido Conde de Linhares a 26 de Janeiro do mesmo anno), para merecer ao mesmo titular uma resposta muito gentil... (33).

Transcorrido precisamente um mez desde a sua ultima communicação ao Marechal Curado, sempre continuando este no Rio Grande, D. Rodrigo lhe informa (2 de Dezembro) que “S. A. R. muito satisfeito do bom serviço q’ lhe tem feito na escabroza Commissão” ordenava: “... posto q’ o estado actual das cousas lhe mudasse completamente a face, demore-se nessa Capitania, proseguindo a informar com toda a miudeza, a exacção de tudo

aquillo q’ da parte das Provincias do Rio da Prata possa notar-se”.

Já em 6 do mesmo mez de Dezembro de 1808, porém, ao Marechal é remetida copia de um officio ao Governador da Capitania, no qual este ultimo ficava instruido para que puzesse “a Tropa toda no melhor pé possível” e que vigiasse “cuidadosamente os movimentos dos Hespanhoes”, tivesse prompta uma força para enfrentar qualquer surpresa” que podessem premeditar, ainda: “haver todas as noçoens dos movimentos, e disposições d’aquelles nossos Vizinhos, particularmente da parte do Paiz de Missoens”.

Uma semana apenas, depois, a 13 transmitti-lhe a autorização seguinte, do Principe

“... faça a favor do Govor. da Praça de Monte Video todas aquellas declaraçoens q’ elle dezejar, e q’ sejam conducentes a comprovar a sua honra, e fidelidade. “Igualmente recomenda S. A. R. a V. S<sup>a</sup>. q’ faça sempre constar, e sustente sempre os mesmos principios de união, e boa amizade, q’ o Mesmo Augusto Senhor mantem para com os Hespanhoes, em quanto elles professaram os mesmos principios de adhesão, q’e mostram para o Gov. Hesp. da Europa, com o qual S. A. R. Se declara unido em principios e na mais firma Alliança, como experimentou a Fragata de Guerra Hespanhola, q’ aqui entrou ultimamente pelo q’ se fez á sua Tripulação, e ao Vice Almirante Ruiz d’Huidobro. Termino recomendando a V. S<sup>a</sup>. q’ prossiga nas diligencias ordenadas de transmittir aqui todas as noticias, Informaçõens, q’ possa com seu zelo colligir particularmente sobre as vistas, e conducta do Vice Rey Liniers, q’ parece sempre tão equívoca, e suspeitoza, quanto a de Elio he nobre generosa, digna e cheia de fidelidade para com o seu Augusto e infeliz Soberano. Deo guarde” etc. (34).

Finalmente, a 25 de Janeiro de 1809, D. Rodrigo escreveu ao Marechal Curado esta ultima communicação:

“Levei á Augusta Presença de S. A. R. O Principe Regente Nosso Senhor o Officio q’ acompanhou a resposta, q’ deu enfim á sua Carta o Vice-Rey Liniers, e S. A. R. muito



satisfeito do q' V. S.<sup>a</sup> tem feito, e convenido de quanto suspeitosos devem ser os principios de Liniers, Ordena q' V. S.<sup>a</sup> não continue, por ora, a escrever-lhe, excepto se elle lhe fizer alguma propozição, e q' V. S.<sup>a</sup> se contente de continuar a dar dahi conta de tudo o q' for succedendo, e das noticias certas q' tiver das margens do Rio da Prata, athe q' S. A. R. rezolva se convem q' volte a esta Corte, ou q' se conserve ahi para poder executar as Reaes Ordens, q' S. A. R. He tão bem servido Ordenar, q' logo q' ahi chegarem as duas Baterias de Artilharia a cavallo, q' de S. Paulo passam a essa Capitania, q' e V. S.<sup>a</sup> me informe do modo com q' se remontão em cavallos, as mesmas, e da qualidade de exercito, e disciplina em q' se achão, assim, como da actividade, e precizão com q' executão as manobras dessa tão importante Arma. Igualmente me dirá V. S.<sup>a</sup> o q' achar sobre a Tropa da Infantaria, e Cavallaria de S. Paulo com q' se manda reforçar essa Capitania. Deos guarde a V. S.<sup>a</sup> Palácio do Rio de Janeiro em 25 de Janeiro de 1809. Conde de Linhares”.

Cessou com este Despacho do Conde de Linhares a correspondencia entre elle e o Marechal Curado, de natureza politica, e a ultima referencia que o ministro faz ao mesmo seu subordinado, é a contida no Officio a D. Diogo de Souza (35), Capitão-General da Capitania de S. Pedro do Rio Grande, em data de 16 de maio de 1810:

“V. S.<sup>a</sup> extranhará aos Marechaes de Campo Manoel Marquez, e Joaquim Xavier Curado, não havendo continuado de escrever, nem hum, nem outro, depois que e V. S.<sup>a</sup> chegou á essa Capitania, e havendo deixado de seguir as correspondencias, que tinham em Buenos Ayres, e que muito interessavão S. A. R. e fazião conhecer a disposição dos animos naquella Cidade”..

A missão confiada á capacidade do marechal Joaquim Xavier Curado havia findado, portanto, com aquelle Officio do Conde de Linhares, de 13 de Janeiro de 1809. (36)

Quanto, porém, aos suppostos intuitos do Vice-Rey Liniers, de atacar o Brasil, invadin-

do-o pelas fronteiras do sul, mais provavelmente pelas Missões, o Governo Portuguez teria colhido indicios que lhe parecessem sufficientes para figurar aquella hypothese. Agentes secretas (37), os tinha D. Rodrigo, no Rio da Prata, sendo que com um delles, Possidonio da Costa, a correspondencia iniciada com a carta deste ao mesmo ministro, de 28 de Julho de 1808, é muito elucidativa. Em 6 de dezembro deste anno, e respondendo a uma communicação de Possidonio, de 8 do mez anterior lhe diz:

“Buenos Ayres, e todo o Territorio Hespanhol hade vêr sempre a melhor bôa fé da Parte de S. A. R. cujos interesses estão intimamente ligados com os dos Hespanhoes, da Europa, e não obstante dever o Mesmo Augusto Senhor Olhar attentamente aos preparos de Guerra q' faz o Vice-Rey Liniers, q' com apparentes demonstrações de respeito para S. A. R. a Princeza Nossa Senhora, cõbre certamente outras vistas, não procederá com tudo S. A. R. a pedir-lhe conta de hum tal conducta, porem tendo verdadeira idéia, do q' hé aquelle Vice-Rey, e o seu Sectario Alzaga, não ha deixar de os fazer conhecer na Europa, e a seu tempo se reconhecerá se S. A. R. os soube avaliar pelo q' são, e valem”.

A esta missiva deve ser juxtaposto o Officio, da mesma data, ao Governador Paulo José da Silva Gama, do teor seguinte:

“Ilmo. e Exmo. Sôr. S. A. R. O Principe Regente Nosso Senhor, posto q' esteja determinado a não entrometer-se de modo algum nas querellas, e questões dos Hespanhoes, em quanto se mostrarem fieis ao seu Soberano o Senhor Rey Fernando VII, não pôde com tudo negligenciar aquellas medidas de segurança propria, q' lhe dicta a prudencia, e portanto Manda recomendar a V. Exa., q' observando com a maior vigilancia, e attenção todos os movimentos q' houverem nas Tropas da Praça de Monte Video, e nas q' possão marchar de Buenos Ayres contra aquella Praça, procure V. Exa. conservar as q' fazem a guarnição dessa Capitania no melhor pé, e disciplina possivel, exercitando particularmente o Corpo de Artilharia e cavallo”....

... “ e não menõs espreitará V. Exa. a conducta dos Hespanhoes da parte do Paiz de Missoens, q’ sendo hum posto do maior ciume, convem por isso mesmo ter mais em vista, e cautella”.

Trez annos depois, em 1811, D. João manda a D. Diogo de Souza entrar com forte exercito “pacificador” na Banda Oriental, como soccorro solicitado pelo então já Vice-Rey Xavier Elio, porém, não mais contra Liniers e sim a “Junta” de Buenos Aires que em 25 de maio de 1810 se erigira Suprema Autoridade nas provincias componentes do vice-reinado do Rio da Prata.

### NOTAS

(1) D. Rodrigo Domingos Antonio de Souza Coutinho nasceu na Villa de Chaves em 3 de Agosto de 1755, fallecendo no Rio de Janeiro a 26 de janeiro de 1812; foi sepultado na Igreja dos Religiosos de S. Antonio, desta Cidade, (v. Marquez de Funchal — “O Conde de Linhares” — Lisboa, 1908).

Oliveira Lima escreve, em sua obra “Dom João VI no Brazil — 1808-1821” (Rio de Janeiro 1908):

“Passava, D. Rodrigo com razão pelo principal e coryphee do partido *inglês* formando com Barca e Palmella, cada um no seu campo, a trindade dos mais distinctos homens d’Estado portuguezes do primeiro quartel do seculo XIX”. (Pags. 167 — 168 do T. I.)

Mais adiante:

D. Rodrigo não só trabalhava como fazia os outros trabalharem, obrigando todos os que o cercavam a esforçarem-se em prol da regeneração publica, e para isto repellindo os ociosos e os corrompidos. Sem as qualidades exteriores de seducção de Barca ou de Palmella, era menos superficial e muito mais inteiriço do que o primeiro, muito menos sceptico e mais audaz do que o segundo”. Pags. 169, id).

Na interessante obra de J. M. Rubio — “La Infanta Carlota Joaquina y la politica de España en América (1808-1812)” — (Madrid 1920) — encontra-se (pags. 187-194) repro-

duzida uma “notable relación inédita” do então Embaixador Espanhol, Marquez de Casa Irujo, e da qual extractamos os seguintes trechos:

“El Principe Regente es sobre poco mas o menos qual se me habia presentado en mis instrucciones: bueno por indole y principios religiosos desea de buena, fé el orden, regularidad en todo y el bien de sus vasallos. Sin poseer un talento distinguido, ni conocimientos extensos, no carece de un cierto buen juicio com que suele dar su verdadero valor a los asuntos que estan a su alcance; pero por desgracia a pesar de su moral religiosa y politica, sus buenas qualidades se quedan inutilis por la extremada debilidad de su caracter: de esto resulta que casi todos sus actos de autoridad son el efecto de la voluntad o interés de un triunvirato que le domina y gobierna del modo mas absoluto. Este Triunvirato compuesto del favorito Francisco Lovato, del Ministro de Estado Conde de Linhares, y del Ministro de Inglaterra Lord Strangford se ha formado sobre la basa de intereses, personales, y esta coalición puede mirase como una alianza defensiva contra los muchos enemigos que tienen todos, y con el fin de gobernar al Principe yy sostenerse mutuamente. El favorito Francisco Lovato”... “El Conde de Linhares — hombre de bastantes conocimientos, pero con grandes deseos de continuar siendo Ministro, sigue para con la Inglaterra la misma conducta, y fundado en los mismos motivos que Lovato; finalmente Lord Strangford con las facilidades que le da la preponderancia de su Corte en las actuales circunstancias, logra la obediencia mas servil de parte de los otros dos, los quales por su proprio interés predicán constantemente al Principe, el principio de obediencia pasiva a la Gran Bretaña”.

Exagerava muito o diplomata espanhol neste seu relato datado de 15 de Dezembro de 1810.

(2) E’ a primeira vez que se publica, em portuguez, a nota ao “Cabildo” de Buenos Aires, — “nota cominatoria” como a chamam os historiadores platinos. Até hoje, tambem só são conhecidas na traducção espanhola (“Biblioteca del “Comercio del Plata”) pelo

insigne historiador e diplomata uruguayo, D. Andrés Balmes, quando no vernáculo existem, na Secção de Manuskriptos da nossa Bibliotheca Nacional — e ha longos annos — as “Instrucções” dadas ao General Lecór, em 1815. para a occupação da Banda Oriental.

(3) Transcrevemos da obra do Capitão do Estado Maior do Exercito, A. Pretextato Maciel da Silva “Os Generaes do Exercito Brasileiro. — de 1822 a 1899”, T. I. 1906, pags. 192-201;

“Joaquim Xavier Curado (Barão e Conde de São João das Duas Barras).

Filho legitimo de João Gomes Curado e de D. Maria Josepha Pinheiro, Joaquim Xavier Curado nasceu a 1.º de Março de 1743, na freguezia de Meia Ponte, a actual Pyrenopolis no Estado de Goyaz.

Ficando orphão de pae abandonou a sua terra natal com destino ao Rio de Janeiro onde pretendia habilitar-se nos estudos secundarios, a fim de matricular-se na universidade de Coimbra.

Com o correr do tempo, porém, foram mudados os seus designios; assim é que a convite do governador o conde da Cunha, deixou o seminario de S. José e alistou-se no exercito, como soldado nobre, contando então 21 annos de idade.

Achando-se travada a luta no Sul, em consequencia da invasão hespanhola, Xavier Curado, já então alferes de infantaria, para ali seguiu em 1774 com o seu regimento, que foi encorporado á expedição commandada pelo general João Henrique Bôhm; os seus serviços nesta guerra, onde praticou actos de bravura deram-lhe facil acesso aos outros postos até o de sargento-mór.

No governo do vice-rei Luiz de Vasconcellos e Souza (1779-1790), partio do Rio de Janeiro para pôr-se á testa dos moradores dos sertões da Parayba-Nova, nos limites das capitaniás de São Paulo e Minas-Gerais, com o fim de reprimir com o maior rigor antes que se fizessem mais prejudiciaes as irrupções que faziam nos referidos sertões uma horda, de indios bravios, assolando as fazendas que sa-

queavam, atacando e matando a todos os que lhes cahiam infelizmente nas mãos, de modo que a maior parte dos fazendeiros que tinham os seus estabelecimentos ao norte do rio os abandonaram, por não serem as suas forças capazes de lhes fazer frente, o que permitia a esses indios passarem ao lado opposto, em que foram continuando as suas hostilidades e depredações.

Conseguiu, porém, Xavier Curado salvar os ditos fazendeiros e moradores de tanta oppressão, e restabeleceu a paz e tranquillidade de que se achavam elles privados, com toda a prudencia e moderação empregando um corpo de tropas que formou de diversos moradores para as diligencias que fossem necessarias, para rechassar os que setornassem indomaveis.

Pelo feliz resultado dessa commissão foi louvado e agradecido pelo mencionado vice-rei, que mencionou os seus serviços no relatório que apresentou em 20 de Agosto de 1789, ao Conde de Rezende, como seu substituto no vice-reinado do Brasil.

Em officio de 20 de Julho de 1797, o vice-rei Conde de Rezende apresentando-o a D. Rodrigo de Souza Coutinho, deu as melhores informações de sua capacidade, conhecimentos e serviços prestados ao Brasil — pelo que, no anno seguinte, foi promovido a Tenente-Coronel de infantaria.

No ultimo período de governo do sobredito conde foi designado para governador de Campos, desempenhando com alto criterio esta commissão, de modo a conseguir a verdadeira harmonia e boa ordem entre os campistas, que até então viviam em constantes desavenças.

Desta commissão seguiu para a Europa no desempenho de outra por demais importante, junto á Corte de Lisboa, sendo, porém, forçado, em alto mar, a fazer desaparecer a correspondencia de que era portador depois de saber della inteirado, conforme lhe havia sido ordenado, por ter sido preza a embarcação em que se achava, por um navio francez, sendo levado como prisioneiro á bahia.



caya, dahi foi ter por terra a Lisboa, com escala por Madrid.

Terminada esta tão árdua missão, a contento de que della o incumbiu, regressou ao Rio de Janeiro em 1800, e, sendo elevado ao posto de coronel, foi nomeado governador de Santa Catharina, para onde seguiu, e tomou posse desse cargo a 8 de Dezembro do mesmo anno.

Em 5 de Junho de 1805 foi substituído no governo de Santa Catharina por D. Luiz Mauricio da Silveira, deixando em toda a capitania as mais gratas recordações de suas virtudes, como homem publico e em mais elevado grau como particular.

Tendo-lhe sido dado a reforma no posto de brigadeiro, o Conde dos Arcos, que era então vice-rei, o excusou-se de pôr o *cumpre-se* na respectiva patente, objectando ao governo que assim fôra resolvido proceder, "por não querer privar a Nação dos serviços que ainda lhe podia prestar um official benemerito, e cujo zelo suppria as forças physicas que talvez *alguns* allegassem perdidas".

Promovido ao posto de brigadeiro effectivo, por despacho de 2 de Abril e graduado no de marechal de campo, por decreto de 13 de Maio, tudo de 1808, seguiu Xavier Curado no anno seguinte para Buenos Aires e Montevideo, encarregado de uma secreta e importante commissão, a qual lhe foi dado desempenhar com escrupulosa rectidão; ao regressar do Rio da Prata em 1810, seguiu logo depois para a Capitania do Rio Grande do Sul á disposição do General D. Diogo de Souza, Governador da mesma capitania.

Tendo este Capitão-General recebido ordens para, á frente de um exercito, invadir a Banda Oriental, afim de auxiliar as autoridades de Montevideo, conforme communicação, datada de 19 de Fevereiro de 1811, reorganizou as duas columnas do seu exercito de conservação, até então separadas, sendo a primeira commandada pelo General Marquez de e a segunda, por Xavier Curado, que a 13 de Maio do mesmo anno

foi promovido á effectividade do posto em que era graduado.

Deixando ao Coronel João de Dues Menna Barreto a guarda e defesa dos povos das Missões, invadiu D. Diogo de Souza, por Jaguarão, o territorio Oriental á frente das referidas columnas que formaram o denominado — "Exercito Pacificador da Banda Oriental".

Depois de penosa marcha strategica, difficultada pelas enchentes dos rios e outros tropeços, conseguiu o General em Chefe occupar a cidade de Maldonado em Outubro de 1811, onde estabelecendo o seu Quartel-General, se conservou, até que, em Março de 1812, se transportou para as immedições de Paysandú, na confluencia do arroio S. Francisco com o rio Uruguay ahi acampando em Maio do mesmo anno.

As columnas do "Exercito Pacificador" conseguiram sempre sahir victoriosas, nos diversos combates e encontros que tiveram, com os partidos do caudilho Artigas no Rio Negro, Salto e nos arredores do Serro-Largo, obrigando este chefe a abandonar a margem esquerda do rio Uruguay, á frente de tres mil guerreiros

Foram assaltadas as povoações de Japejú e S. Thomé, e destroçados os inimigos que as occupavam, e bem assim os gentios Charruas e Minoanos, no arroio Laureles, a que o caudilho Artigas confiava a vanguarda das suas hostes, nas acções por elle consideradas as mais arriscadas.

Tendo D. Diogo de Souza, conhecimento de armisticio celebrado em 27 de Maio, por se mostrar pouco satisfeito com elle, fez reunir em conselhos seus officiaes mais graduados e, submetendo-se ao que por elles ficou resolvido nesse conselho, tratou de evacuar o territorio Oriental, recolhendo-se ao Rio Grande, mandando postar uma columna na fronteira de Bageé, e outra no Arroio Grande.

Depois desta campanha, foi Xavier Curado promovido a tentente-general graduado, por decreto de 13 de Maio de 1813.

Na segunda campanha que teve inicio em Julho de 1816, como militar sagaz e experiente, achou-se á frente do exercito que cobria a fronteira do Rio Pardo, que compreendia

o districto de Entre Rios, e o da provincia de Missões da capitania do Rio Grande do Sul, então sob o governo do Capitão-General Marquez de Alegrete.

Sob o commando do General Curado se achavam: o destemido José de Abreu (Barão do Serro Largo), o bravo João de Deus Menna Barreto (Visconde de São Gabriel), e os pres- timosos generaes Oliveira Alvarez, Chagas Santos, e Corrêa, da Camara, os quaes procuravam sempre auxilia-o efficazmente, com- metendo até impossiveis em presença do ini- migo.

O caudilho José Artigas empregava sem- pre o seu bem conhecido systema de guer- rilhas, e contava com o poderoso auxilio dos intermeratos guerrilheiros Verdum, Fructuoso Rivera, André Artigas, Latorre, Pantaleão Sotel, Mandagron e outros; mas com a habil direcção dada ás tropas brasileiras por tão consummado tactico nenhuma vantagem con- seguiram alcançar esses bons auxiliares, pelos testemunhas o Iapejú, Ibicuhy, S. Borja, Ibi- rocahy, Carumbé, Arapehy e Catalão, "onde se feriu a 4 de Janeiro de 1817 a batalha em que sahiu victorioso o exercito brasileiro, or- ganizado e instruido pelo Tenente-General Xavier Curado".

Sobre esta campanha existe publicada, a pagina 125 do volume VII da *Revista do Ins- tituto Historico e Geografico Brasileiro*, uma memoria do saudoso capitão Diogo Aronche de Moraes Lara, da legião de São Paulo, que nella tomou parte.

Retirando-se da campanha o Marquez de Alegrete a 25 ainda do já citado mez de Ja- neiro, reassumiu Xavier Curado o comman- do em chefe do Exercito, e, por motivo de maior commodidade administrativa, deixou a margem esquerda do Quarahim indo acam- par meia legua acima do "Passo do Legado" pois, que terminada estava a "campanha de 1816", ficando porém, de observação aos mo- vimentos de inimigos para o que estabeleceu as necessarias guardas-avancadas em toda a linha divisoria.

Foi nêsse seu quartel de inverno que lhe chegou ás mãos o diploma de "Commendador da Ordem da Torre e Espada do Valor, Leal- dade e Merito", com que fôra galardoado por D. João VI, pelos relevantes serviços, que acabara de prestar á patria, no campo da honra.

Tolhido o chefe dos caudilhos para a pra- tica das suas habituais correrias com relação á fronteira, sob a guarda do General Curado, imaginou interceptar as communicações en- tre o territorio brasileiro e as praças de Mal- donado e Montevideo, então denominadas pelo General Lecór, e, para conseguil-o, reuniu gente sufficiente para ocupar o Jaguarão, Tahim e Pelotas, dando depois ordens para a tomada do forte de Santa Thereza e do Cerro Largo o que conseguiu; mas não contava com o General Marquez de Souza, que sahindo de seu quartel-general na villa, do Rio Grande, retomou essas posições, fazendo Artigas re- tirar-se para as serras e margens do Uruguay.

Ao ter o General Curado conhecimento que o caudilho Aranda levantara gente para in- vadir, de novo, o povoado de São Borja, ou para se reunir a José Artigas, na Banda Ori- ental, destacou em Março de 1817 setecentos homens ao mando do General Chagas, que, atravessando com elles o Uruguay, deu com- bate áquelle caudilho em São Carlos, e, depois de porfiada luta, conseguiu victoria, tendo sido morto na ação o mencionado Aranda.

Com o fim de não prejudicarmos a terceiros omittimos aqui a descripção dos principaes feitos que, por determinação e inspiração de Xavier Curado, foram praticados pelos seus dignos auxiliares nessa campanha, que, depois da final derrota de Artigas em Taquarembó, terminou com o tratado de 31 de Junho de 1821, annexando ao Brasil a Banda Oriental, como a denominação de — Provincia Cispla- tina; diremos apenas que depois da referida derrota recolheu-se á Corte do Rio de Janeiro este benemerito soldado, que, por decreto de 20 de Dezembro de 1820, foi nomeado conse- lheiro de guerra, e a respeito do qual assim se expressou um dos seus contemporaneos:

“Nestas campanhas o Tenente-General Joaquim Xavier Curado se desenvolveu com tanta gloria, que não cabe em um curto espaço de uma noticia a exposição dos relevantes serviços que praticou”.

Por decreto de 20 de Outubro de 1825 e de 7 de Setembro de 1826 foi condecorado com o titulo de Barão e Conde de São João das Duas Barras, e por outro de 25 de Março de 1828, foi-lhe<sup>a</sup> concedida a exoneração solicitada do cargo de Governador das Armas da Córte, á vista de seu precario estado de saúde.

O Tenente-General Joaquim Xavier Curado, Barão e Conde de São João das Duas Barras, do Conselho de Sua Majestade e do de Guerra; fidalgo camareiro da Imperial Casa-grã-cruz da ordem imperial do Cruzeiro, commendador das de S. Bento de Aviz e da Torre e Espada e condecorado, com as medalhas das campanhas do Sul, de 1811 a 1812 e 1815 a 1820, falleceu nesta capital, a 15 de Setembro de 1830, sendo sepultado nas catacumbas antigas da Ordem Terceira dos Minimos da Igreja de São Francisco de Paula.

Em Dezembro de 1869, por ordem e a expensas de D. Pedro II, foram os seus restos mortaes trasladados da referida igreja e “depositados em um jazigo perpetuo”, construido junto á capella do actual cemiterio de São Francisco de Paula, homenagem esta que lhe prestou aquelle monarcha por saber o quanto elle pôz em pratica, para que fosse consolidada a integridade da nossa patria e a sua independencia”.

Curado, quando ainda coronel, havia estado em missão secreta no Rio da Prata, á qual allude o Ministro Souza Coutinho em suas “Instrucções”, e existe na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, um extenso e interessante manuscrito sob o titulo: “Informação do Coronel Joaquim Xavier Curado sobre a Povoação, e Forças dos Estabelecimentos Hespanhoes”. A época dessa missão seria talvez em 1801, durante a guerra de Portugal contra a Hespanha e França, aliadas, e que findou com o tratado de paz de Badajoz, do mes-

mo anno, pelo qual Portugal cedia a praça de Olivença á Hespanha, e a Guyana a França.

(4) Quanto á “Proclamação” de Liniers de 13 de Fevereiro de 1808, v. V. Quesada “La politica imperialista del Brasil” (ed. “Cultura Argentina”). Buenos Aires, p. 10.

(5) O erudito historiador Alfredo Varela em sua minudente e instructiva obra — “Duas Grandes Intrigas” (Porto, 1919, ed. Lellio) cita de uma “nota solta do punho de Duarte da Ponte Ribeiro”, existente na Secretaria do Exterior, que a Curado, estando na fronteira meridional “ali o surpreendeu a ordem de partir a rumo da mais conspicua cidade do Pam-pa”: entretanto, diz D. Rodrigo de Souza Coutinho nas “instrucções” transcriptas supra... “He o Mesmo Augusto Senhor Servido Nomear a Vmce. e encarregal-o de partir logo para o Rio Grande levando cartas de Officio para o Governador daquella Capitania” etc., e depois: “... e Vmce. procurará levar daqui” etc.

(6) A. Varela, op. cit., I, 35: “... officiou elle a 11 de Abril, ao governo de Buenos Aires”.

(7) O irmão do Conde de Liniers deixou uma memoria da sua estada e, depois, “prisão” no Rio de Janeiro. V. Varela, op. cit.: I, 20-31 e V. Quesada — “La politica imperialista del Brasil, y las cuestiones de limites de las republicas sud-americanas” — (Buenos Aires, ed. “La Cultura Argentina” 1920, pgs. 9 em diante. Na Bibliotheca Nacional, do Rio de Janeiro, existem na rica colleção “Pedro d’Angelis” (Secção “Manuscriptos”), alguns papeis referentes aquelle episodio, entre os quaes um relato do proprio.

(8) Ricardo Levene — “Ensayo Historico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno” (2.<sup>a</sup> edição, Buenos Aires, 1925, p. 276), que é uma verdadeira obra-prima de historia.

(9) Francisco Bauzá — “Historia de la Dominación Española en el Uruguay (2.<sup>a</sup> ed., Montevideo, 1895, Barreyro y Ramos, T. II, pg. 532), obra muito meritória.

(10) A. Varela, pgs. 33-35, publicando a traducção da resposta do “Cabildo”, a qual



tem a data de 14 de Maio, faz entretanto uma resalva, na annotação:

— (5) “Sec. do ext. No documento figura a data de 29 do mez supra.

“Vide Pereira da Silva, “Historia da fundação do imperio brasileiro” I, 279: Groussac, op. cit. 181”.

No apêndice da tradução, por Justo Maeso, da obra de Sir Woodbine Parish — “Buenos Aires y las Provincias del Rio de la Plata” — (Buenos Aires, 1853, T. II, pgs. 375-376), está reproduzida a resposta do “Cabildo,” como segue:

“Excelentissimo Señor:

Siempre, y en todas ocasiones, *la muy noble y muy leal* ciudad de Buenos Aires, ha sabido mantener y honrar aquel glorioso timbre que le fué conferido por la gratitud y consideración de sus augustos soberanos.

Son notorias las pueblas que recientemente ha dado á estos de su lealtad y fidelidad al resistir los ataques del poderoso aliado de S. A. R.

Su honor, su afma, sus privilegios, su felicidad, están todas vinculadas en el mantenimiento del dominio de su Rey y Señor, el mejor y mas cariñoso de todos los Monarcas.

La mas minima insinuación contra la realidad de estos sus principios fijos es una acriminación á su lealtad, y una, intolerable ofensa para ellos.

Por estas razones, el Cabildo ha tenido que usar de mucha tolerancia al imponerse del contenido de la nota confidencial de V. E. de 13 de Marzo ultimo, por la que se le incita, por medio de proposiciones lisongeras y seductoras á desligarse de un dominio que prefieren á cualquier otro de este mundo.

Queira V. E. creer, poniéndolo en conocimiento de S. A. R. el Principe Regente, que el Cabildo de Buenos Aires jamás olvidará semejante afrenta; y sobre todo, puede estar seguro V. E., como tambien el Principe Regente, que si estas seductoras ofertas no pueden conmovier la fidelidad del pueblo de Sud-América, mucho menos son adecuadas para ello las amenazas acostumbrados como están á

arrostrar todos los peligros y hacer toda clase de sacrificios en defensa de los sagrados derechos del mas justo, mas piadoso y mas benigno de los Monarcas; y si en otras ocasiones, y tan recientemente, este pueblo ha dado ante el mundo pruebas inequivocas de lo que puede hacerse por medio del valor exaltado por la lealtad y por el entusiasmo de una causa; de igual manera está pronto a derramar hasta la ultima gota de su sangre antes de permitir que la mas minima porción de estos vastos territorios sea usurpada á la corona de España. Los primeros en dar un ejemplo de esto serán el Cabildo de Buenos Aires, encabezado por su distinguido General Don Santiago Liniers, a fin de provar á toda costa su lealtad y decisión en continuar fieles á su Rey y Señor.

Dios guarde á V. E. muchos anos. Buenos Aires, Abril 29 de 1808”.

Na aludida tradução de A. Varela estão os nomes dos signatarios:

“João Antonio de Santo-Coloma, Mateus de Cirer (?) Francisco Antonio de Belaustegui, Estaban Romero, Olaguer Reynals, Francisco de Vieyra y Arellano, Essteban Villanusta”.

Daniel Antokoletz, alto funcionario do Ministerio de Relações Exteriores da Republica Argentina, em sua obra — “Histoire de la Diplomatie Argentine” (Buenos Aires, 1914) diz, tratando da nota de D. Rodrigo:

“Presque en même temps, le 21 mars. l'Infante écrivit á son tours au Cabildo pour lui exposer avec insistance la necessité de se placer sous le protectorat anglo-portugais. Elle demandait que l'on reconnut em elle, le descendant légitime de la maison régnante et qu'on lui remit l'autorité suprême á titre provisoire sous la protection do sun époux, étant donné que Napoléon exigeait la cession du Rio de la Plata comme point d'appui de ses opérations militaires contre Rio de Janeiro”.

Realmente, no mesmo anno, em 12 de Agosto, aporta a Buenos Ayres um emissário de Napoleão, mas não logra o seu intento.

V. Paul Groussac — “Santiago de Liniers — Conde de Buenos Aires — 1753-1810” (Buenos Aires, 1907, pag. 194-216).

Sobre esta “Missão Sassenay” v. também na collecção “Pedro d’Angelis”, Bibliotheca Nacional, Rio de Janeiro, secção de Manuscritos. Um descendente de Sassenay, aliás escreveu um livro sobre essa enviatura.

Antonio Zinny, em sua “Historia de la Prensa Periódica de la República Oriental del Uruguay, 1807-1852” (Buenos Aires, 1883, pags. 439-441) reproduz uma traducção das “instrucções dadas ao emissario Sassenay, em Bayona, 29 de Maio de 1808”, para conseguir o reconhecimento, pelo Vice-Reinado do Prata, do irmão de Napoleão, José, como Rei da Hespanha.

(11) Levene, op. cit. I, 277. Alzaga, foi o enviado do Cabildo para tratar com Elio, a respeito de Curado.

(12) Levene, id., I, 277:

“Un mes después de mantenerse indecisas las gestiones del diplomático, Liniers le escribe nuevamente, exigiéndole las credenciales de su investidura, sorprendido del aviso que le transmitia Elio, segun el cual Curado no tenia otros titulos, para el desempeño de su misión, que la carta del capitán general de Puerto Alegre.

“En Junio se mandó que el embajador fuera alojado em la Fortaleza “en calidad de reher”, para no dejarle salir à la campaña. de la orden, pero pedia ayuda pecuniaria, para no arruinarse, pues le habia dejado la mejor habitacion y entendia que no era “decente ni caballeroso el que havitando el brigadier mi misma casa tenga el una mesa aparte.”

(13) Assim pois, o irmão de Liniers era o “refem” para liberdade de Curado (V. nota 12).

D. Santiago de Liniers, Vice-Rei do Prata, era francez e nobre de nascimento (1753), havendo-se passado para o serviço de Hespanha, na Marinha, em 1774, e fôra comandante da esquadilha do Rio da Prata, distinguindo-se então, nas duas tentativas de conquista, pela Grã-Bretanha, com duas for-

tes expedições, daquellas possessões hespanholas, em 1806 e 1807. Morreu Liniers, já substituido no cargo pelo Vice-Rei Baltazar de Cisneros, em 26 de Agosto de 1810, fuzilado por ordem da “Junta” de Buenos Aires, accusado de haver tramado uma contra-revolução com ajuda das autoridades hespanholas do Perú. V. Groussac op. cit.

(14) Reproduzido este “ultimatum”, em portuguez pelo historiador Rubio, op. cit., pag. 198..

(15) “Revista do Instituto Historico” (Rio de Janeiro, 1878). Tomo XLI, Parte I, paginas 302-303.

(16) Id. id., pags. 304-305.

(17) Sobre a vida conjugal do Principe Dom João com a Princeza D. Carlota Joaquina, ver: a obra de Tobias Monteiro — “Historia do Imperio” (Rio de Janeiro, 1927). T. I. capitulo V, pags. 103-130... O autor teve acesso ao arquivo da familia imperial, no castello do genro de D. Pedro II, Conde d’Eu, e ali compulsou também os “copiadores” de correspondencia da Princeza, os quaes, aliás, pelo seu valor historico daquella epoca movimentada, especialmente para a dita personagem, bem mereciam ser dados à publicidade.

Oliveira Lima. “D. João VI no Brasil” — (Rio de Janeiro, 1908). T. I. cap. VI, pags. 261-282:

J. P. Calogeras — “A Política Exterior do Imperio” (Rio de Janeiro, 1927), Vol. I, cap. XIII, pags. 387-414.

(18) Rubio, pags. 16-17, e 195-197, — onde reproduz varias cartas (de 1806) da Princeza a seus paes, e de um Nobre portuguez, sobre a suposta alienação do Principe.

(9) Rubio — pags. 199-201. Levene, t. I, pag. 280.

(20) Rubio — pag. 205.

(21) Levene — pag. 280.

(22) Groussac — pags. 257-265.

(23) Ressalta, pois, nitida a boa-fé de D. João, nas suas explicações á Priceza sobre a Missão, confiada antes ao Marechal Curado, e por ella relatadas a Liniers, em carta de 19 de Outubro do mesmo anno.

V. Bartolomé Mitre — “Historia de Belgrano y de la República Argentina” — Buenos Aires, 4.<sup>a</sup> ed., 1887) pags. 640 e 788-792. Escrevia a Princeza ao Vice-Rei:

“Cuanto me refieres de Curado, relativo á la extraña propuesta” — referia-se ao “ultimatum” — fué para mí tan nuevo, que no sólo me sorprendió, sino que me dió sobrado motivo de descontento, el cual he manifestado á mi Augusto Esposo, quien me ha dado la más completa satisfacción, diciendo que este fué error dimanado de antiguas instancias, y que desde mi reclamación, no habia tenido ni tenia, otras ideas que las que habia manifestado en su repuesta, y en consecuencia que sus miras siempre serian adherir á mis disposiciones pacificas, y dirigidas únicamente a la conservación y defensa de la Monarquía Española.

En esta inteligencia, tu y los demas magistrados de tu jurisdicción deben estar ciertos que no sólo no tendré parte en negocio alguno que tire a la disminución directa é indirecta de los dominios y regalías de la Nación Española, sino que estoy pronta a realizar los mayores sacrificios, y de ir yo en persona, para mantener y conservar la independencia é integridad de mi amada Nación; por lo que tengo a bien el decirte, que has procedido conforme a mis sentimientos, opiniéndote a semejantes propuestas, con una tan clara negativa, que de necesidad exigian las circunstancias de aquella época.

Si en alguna ocasión ó tiempo necesitan ambos Gobiernos de suministros, auxilios y socorros contra el enemigo, deben estos suministrarse procediendo la mutua, inteligencia por medio de competentes oficios, para quedar acordes en el modo y forma con que deben entregarse y recibirse, sin que para ello considere yo necesaria la entrega de alguna propiedad, regalia ó privilegio, debiendo hacer participante de todo lo que ocurra de hoy en adelante á Sir Sidney Smith, como Jefe de las fuerzas combinadas Inglesas y Portuguesas, quien en calidad tal, no debe ignorar nada de cuanto sea conveniente al ejercicio de sus funciones.

El expresado Almirante Sir Sidney Smith, nada ha sabido del asunto de Curado, hasta que yo misma tuve á bien manifestarle tu carta, cuyo contenido le fué muy extraño. Este Almirante es con quien debes arreglar y combinar todos los negocios concernientes a la defensa y conservación de estas costas, y lo que no dudo procederá con la buena fe que tantas veces tiene acreditado, y que forma su principal carácter, con lo cual espero quedará garantida la seguridad de la causa comum”.

No entanto, o almirante Sidney Smith, numa longa communicação ao secretario do Almirantado datada do Rio de Janeiro em 5 de Agosto de 1808, relata que o ministro Souza Coutinho, depois de o prevenir contra uma possível invasão dos Francezes pelo sul do Brasil, depois de occuparem o Rio da Prata, o informára de que o Principe Regente havia despachado o marechal Curado, para tratar com o vice-rei de Buenos Aires na base da continuação das até então ininterruptas relações commerciaes entres os dous paizes, e com a esperanza de obter a cessão do territorio que já pertencera a Portugal, isto é, a Colonia do Sacramento, como penhor para tal proseguimento das ditas relações commerciaes e da paz (John Barrow, “The Life and Correspondence of Admiral Sir William Sidney Smith” Londres, 1848. T. II p. 285). Nesta mesma obra, o autor dá os pormenores dos “pourparlers” entre o ministro Souza Coutinho e o irmão do vice-rei de Buenos Aires, conde de Liniers.

(24) Esta “Circular” era tambem dirigida ao Marechal de Campo Ajudante General do Govr. das Armas da Corte”.

(25) Este “susto que dêrão os movimentos dos Hespanhoes”, seria devido á planejada expedição de Liniers contra o governador Joaquim Xavier de Elio, de Montevieo, que a começos de Setembro tomára uma insolente attitude hostile contra aquelle seu superior, estabelecendo-se mesmo naquella cidade uma “Junta” (21 de Setembro), que recusou-se a receber o novo governador, Michelena, nomeado pelo vice-rei para substituto de Elio. (V. Groussac. op. cit. pags. 238 em diante).



(26) Vide nota n.º 25.

(27) Rubio, pag. 208. Esta "licença" fôra dada "verbalmente" dizia a Princeza para as Autoridades — da "Junta Central Superior" — em Sevilha, em carta de 30 de Dezembro de 1808 (Rubio, pag. 218), relatando que havia: "trabajado auxiliada del Contra Almirante Sir Sidney Smith". Este, — "considerava que houvesse grande perigo para a monarchia portugueza se viesse a proclamar-se uma republica em qualquer colonia do Rio da Prata: tal vizinhança poderia ser-lhe nociva por contagio. Sob esse fundamento já tinha aconselhado a D. João que favorecesse a viagem da esposa até a fronteira para atravessal-a quando conviesse" (V. Tobias Monteiro, pag. 116 citando carta do Almirante á Princeza, de 8 de Outubro, no Archivo do Castello d'Eu).

O embaixador da Hespanha no Rio, Casa-Irujo, por sua vez, em officio de 15 de Dezembro de 1810, á "Regencia," no seu paiz, num retrospecto historico escreve:

"El primero de estos consejeros" da princeza na Corte "fué el Almirante Inglés Lord Sidney Smith, bien conocido em todas partes del mundo por su espirito emprendedor y su caracter fogoso é imprudente: este por lisongear a S. A. le hizo creer tenia un derecho incontestable a la Regencia inmediata de los Reynos de España y de las Indias por la detención de sus hermanos, que en este supuesto debia presentarse en Buenos Ayres y disipar de una vez con su autoridad las desavenencias entre Liniers y el Gobernador de Montevideo Elio: que él la llevaria con su Esquadra al Rio de la Plata y en efecto parece que adoptada esta determinación y estaba para verificarse esta desarreglada tentativa, quando apareció aqui la fragata, del Rey, la Prueba, que trazia a bordo a Ruiz Uidoño" (Rubio, pag. 190).

Quanto ao dissidio entre Liniers e Elio, propusera a Princeza ao primeiro (19 de Outubro) a mediação do Almirante inglez — "y dar valor á todo lo que este honradissimo y sabio Almirante os dirá en mi nombre".

O supremo chefe das Provincias do Rio da Prata, porém, recusou, altiva e energicamente, semelhante proposição (15 de Novembro) —: "tomo á el más alto agravio, la comparación entre Elio y yo, pues yo soy un Vittey, que debo sostener la dignidad de la Majestad que represento, y la que me ha elevado á esta dignidad, en premio de mis leales y buenos servicios, y al contrario Elio, llovido acá sin duda, por no poderse sobrellevar la fogosidad de sua carácter en Europa". (IV Bartolomé Mitre — "Historia de Belgrano", pags. 789 e 793).

José Presas, individuo de suficientes luzes, fôra desterrado de Buenos Aires, por suspeito, e, no Rio, apresentado pelo Almirante Sir Sidney Smith á Princeza, que o empregou como seu secretario (Presas, pags. 11-25). V. tambem Rubio, pags. 191-194: Officio já citado, do Embaixador Marquez de Casa-Irujo:

"... Smith que para, los objetos que se proponia se havia hecho el protector de los Españoles que podiam serle" (á Princeza) "útiles, recomendó a un joven catalán llamado Dr. Presas para que obrase como secretario particular de S. A. este con mas celo que prudencia, creo, ha travajado por una extensiva correspondencia en toda la América del Sur para que aquellos habitantes pidan a S. A. como Regente. Ignoro hasta que punto estará informada Su Alteza de las manobras de este Doctor; pero la Junta save y yo puedo confirmar a S. M. que quanto ha llevado la firma o apoyo directo de S. A. ha sido conforme a los sentimientos de honor, fidelidad y amor acia su hermano nuestro desgraciado Monarca". Depois: "El Dr. Presas, secretario particular de la Princeza por la recomendacion del Vice-Almirante Smith, habia nacido en Cataluña de padres oscuros. Estos le dieron alguna educación bajo la protección de um tio Boticario que tiene en Buenos Aires. Este reconociendo viveza, y travesura en el muchacho le envió a completar sus estudios en la Universidad de Charcas donde parece se graduó de licenciado en Leyes. Hallandose en Buenos Ayres quando los ingleses to-

maron aquella ciudad, dicen se declaró cordialmente por ellos y aun obtuvo algun empleo o comisión por su mediación. Quando se verificó la gloriosa reconquista fué coxido preso, pero halló medios de evadirse de la prisión y de venirse aqui donde el Vice-Almirante Smith le empleó como uno de sus secretarios y a su partida le promovió a serlo de la Princeza.

“Es de sentir que esta Sra. parece ha dado toda su confianza a un ente de esta naturaleza. No le falta talento natural, pero sin instrucción y sobre todo moralidad y asi este consejero me temo ha perjudicado bastante a Su Alteza pero atendida lo aislada y sola que ha estado esta Sra., no es de extrañar haya entregado su confianza a, quien habia lisongeado en sus deseos hasta el punto de trabajar quizas en das Provincias inmediatas para ver si puede hacerlas declarar en favor de S. A. No puedo figurarme que la Princeza haya entrado en semejantes miras, pero el hecho es que el tal Doctor es aqui el protector de los que vienen huyendo de la persecución del Virrey y que tiene una correspondencia tan frecuente como misteriosa en Buenos Ayres y el interior del Peru”.

(28) Rubio, pag. 202. Mas José Presas, em suas “Memorias secretas de la Princeza del Brasil, — La Señora Doña Carlota Joaquina de Borbon; escritas por su antiguo secretario” — Bordéus, 1830, pags. 41-48, dá uma narração diferente e contrária: de que a Princeza não queria deixar seguir para o Rio da Prata o general Pascual Ruiz Huidobro, que pela Junta, da Galicia havia sido despachado Vice-Rei para substituir a Liniers e viajava neste navio “La Prueba” cujo comandante chamava-se Joaquim Sormosa Montecoria.

(29) Rubio, pag. 208, e também no Arquivo Histórico do Itamaraty.

(30) Esta “otra solicitud” vem transcripta nas “Memorias” de Presas, pags. 52-54, com a data de 24 de Novembro: verifica-se, portanto, que a Princesa vinha muito atrasada com o seu pedido, pois Curado já se encontrava de volta ha longos mezes.

(31) Presas, pag. 39-40.

(32) Naqueles mezes, também, ‘ocorreu a tentativa do argentino Dr. Saturnino Rodriguez Peña (exilado no Rio de Janeiro, por ter auxiliado a fuga do general inglez Beresford, internado depois da sua capitulação em mãos de Liniers), de levar a Princeza a Buenos Aires. (V. Mitre, Groussac, Levene, obras citadas.

(33) Dizia o Conde das Galvêas a Presas:

“... S. S. A. A. R. R. muito estimarão sabre que V. Mcê tivera huma felis viagem, reconhecendo ambos o zelo, o respeitozo acatamento ás suas Reaes Pessoas, de que V. Mcê. deo constantes provas durante a sua residencia nesta Corte. No meo particular, dezejo muitas occazioens de poder mostrar-lhe que sou, — Seo muito attento Venerador — Conde das Galvêas — Rio de Janeiro, 20 de Dezembro de 1812”.

(34) Este mesmo Elio, já então Vice-Rei do Rio da Prata (mas a quem a “Junta” revolucionaria de Buenos Aires, installada a 25 de Maio de 1810 não reconheceu como tal, opondo-lhe vigorosa resistencia, ficando ele desde Montevideo, centro realista hespanhol, a mover guerra à mesma), merecerá ao Conde de Linhares, em 26 de Maio de 1811, os seguintes “elogios” (officio a D. Diogo de Souza, capitão general do Rio Grande do Sul), referindo-se esse ministro ao “lastimozo estado de anarchia revolucionaria em que se acha quasi todo o Territorio Espanhol desde o Uruguay até ao mar, e aos confins do Territorio de S. A. R. á excepção de Montevideo, e Colonia que se conservão por fora fies na obediencia do Vice-Rey Elio e do Governador Vigodet” e:

“havendo conspirado ao mesmo tempo hum tão lastimozo estado de couzas tanto as insinuaçoens da Junta de Buenos Aires, como a conducta irregular, despotica e absurda do Vice-Rey Elio”.

E cinco dias depois, em 1 de Junho, ao proprio Elio, em Officio tratando da mediação proposta por D. João, entre o mesmo e a “Junta” de Buenos Aires:

“V. Ex.<sup>a</sup>, não deixará de render justiça aos sentimentos de Amizade, e principios de Alliança, que S. A. R. sustenta em tão criticas circumstancias, e quando V. Ex.<sup>a</sup>, tem mostrado tão pouca consideração para os Vassallos de S. A. R. estabelecidos nesses Dominios, e quando os ciumes intempestivos de V. Ex.<sup>a</sup>, tem affastado aquella grande Confiança que era, consequente á Amizade, e Alliança que felizmente une os nossos dous Soberanos”.

Elio, ponucos mezes após, celebrado que fôra um armistício (20 de Outubro) com a “Junta”, sem ouvir antes o General D. Diogo de Souza, quem, a seu pedido, lhe fôra mandado em soccorro, declara “abolido”, em 18 de Novembro de 1811, o Vice-Reinado, retirando-se para a Hespanha, onde, annos depois, morre no patibulo, como reaccionario contra o Regime Constitucional.

Quanto ao Vice-Rei Liniers, o historiador franco-argentino Paul Groussac escreveu-lhe a biographia, já varias vezes citada aqui, e é uma das obras primorosas da historicografia do Rio da Prata.

(35) Depois, Conde de Rio Pardo, titulo com que foi agraciado por D. João, em Julho de 1815. D. Diogo de Souza nascera em Portugal aos 17 de Maio de 1755; era Doutor na Faculdade de Mathematica, em 1782; desempenhou varios cargos administrativos e foi o primeiro governador da Capitania, do Rio Grande do Sul, em 1807. Faleceu, tenente-general de cavallaria, em 12 de Julho de 1829, (v. tambem Varela, op. cit I, 410).

(36) Todos os officios e communicações de Souza Coutinho são os que contem o copiadór “Secretissimo” dêsse ministro e dos seus successores Conde das Galvéas e Marquês de Aguiar existente no Archivo do Ministerio das Relações Exteriores, onde passamos alguns annos em pesquisas historicas, com a devida permissão do eminente ministro Octavio Mangabeira, que foi um dos mais insignes chanceleres que a história diplomática do Brasil regista.

Quanto ás communicações de Curado ficaram, juntamente com as Notas da “Junta”

de Buenos Aires, e muitos outros papeis historicos, no arquivo “Marquez de Lavradio”, cuja compra foi offerecida pelos herdeiros do mesmo titular em Portugal ao Instituto Historico Brasileiro”, como se depreende do catalogo publicado com favoravel “parecer” do illustre secretario-perpétuo dessa respeitavel instituição Dr. Max Fleiuss, na “Revista do Instituto Historico” em 1925, aquisição essa porém, que por motivos varios infelizmente não se realizou, estando hoje em dia disperso aquelle preciosissimo acervo de documentos que tanto interessam á historia da nossa patria.

(37) A relação dos agentes portuguezes no Rio da Prata, principalmente em Buenos Aires, deu-a Alfredo Varela em sua obra citada, t. 1 p. 73.

#### POST-DATA

Já escripto este nosso trabalho, é que viemos a conhecer por occasião de uma viagem ao Rio da Prata e ao Paraguay, em 1928 a interessantissima monografia do illustre Professor D. Diego Luiz Molinari — “El Protectorado Portuguêz en el Virreinato del Rio de la Plata — 1808 Marzo — Mayo” — e publicada pela benemerita “Facultad de Filosofia, y Letras de Buenos Aires”, em 1922. Permittimo-nos aqui trasladar alguns dos esclarecimentos com que sobre a Missão Curado nos brinda o acatado historiador:

(1) — A “nota” de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao “Cabildo” de Buenos Aires, foi levada do Rio de Janeiro pelo agente confidencial do alcaide Martin de Alzaga, cujo nome era Antonio Lopez (pags. 5-6, e tambem: Levene, op. cit. I, 273-274).

(2) — O brigadeiro Curado (que conhecera ou reconhecera o supra citado López) “inicio su marcha” do Rio a 17 de Março (pag. 7).

(3) — O assunto da permanencia no Rio, do irmão do Vice-Rei Liniers, o Conde D. Rodrigo, é relatado nas pags. 7-10, e a “Relación de mis acaecimientos en el Rio Janyero”, comentada pelo Vice-Rei, vem transcrita



nas pgs. III-XIV do "Apendice documental" (V. nossa nota n. 7).

(4) — O referido Conde D. Rodrigo chegou a Buenos Aires em 17 de Agosto de 1808 (v. ainda nossa nota n. 7).

(5) — Curado officiou a Liniers, em 14 de Abril, da Villa de São Pedro (pags., 12 e officio, traduzido: pgs XII e XIII do "Apendice"). O officio do Capitão-General de São Pedro do Rio Grande, Paulo José da Silva Gama, reproduzido, em traducção, á pag. XXII do "Apendice".

(6) — A autorização do Vice-Rei ao Governador Elio, de Montevidéo, para, acolher a Curado é de 26 de Abril á pag. 14. As respostas favoraveis de Liniers ao Capitão-General Silva, Gama e ao emissario Curado, vêm transcriptas nas pags. XXIV e XXV.

(7) — O portador da "nota" de Souza Coutinho, chegou a Buenos Aires em 26 de Abril: no mesmo dia, pois, do envio das respostas do Vice-Rei a Curado e Silva Gama (pag. 14). A reunião do "Cabildo" foi a 27, o qual recommenda a Liniers que não receba Curado (pags. 14-15), insistindo no mesmo sentido em 7 de Maio (pag. 16).

(8) — Sobre os preparativos para uma invasão militar do Rio-Grande, trata o Cap. VIII (pags. 16 e 18).

(9) — Pormenores da missão do primeiro-almade Martin de Alzaga, a Montevidéo, afim de combinar medidas para a alludida expedição militar, como o Governador Elio, como tambem para receber o enviado Curado — pgs. 16-18 (v. nossa nota n. 11).

(10) — O Vice-Rei Liniers, "da cuenta, al Principe de la Paz de lo ocurrido con motivo de la traslación de la Familiar Real de Portugal al Brazil de los propositos del Ministro de Relaciones Exteriores Rodrigo de Souza Coutinho, y de las medidas que ha tomado para defender los dominios", em officio de 31 de Maio de 1808, áquele seu superior hierarchico na Espanha — transcripto nas pags XVI-XXI do "Apendice", e do qual reproduzimos os seguintes trechos:

"Serenísimo Señor.

La inesperada traslación de la Familia RI. de Portugal al Brasil causó una viva sensación en estos Dominios de S. M. la que procuré disipar por quantos medios me fueron posibles, dando impulsos á la confianza publica, y á todos los principios de energia, que podiam reanimar el entusiasmo Militar.

"Quanto yo estava occupado en convinar planes defensivos y en ganar tiempo para esperar ordenes de V. A. S. u alguna mutación feliz en los negocios publicos de Europa, de repente me vi sorprendido con dos cartas del Governador de Puerto alegre y del Brigadier D. Joaquin Xavier Curado, autorizado por S. A. R. el Principe Regente para tratar conmigo, segun dice, y acordar por medio de alguna convención tacita, ó expresa, el modo mas conveniente de continuar el reciproco comercio entre los havitantes de estas provincias y los Vasallos Portugueses Americanos; en la forma que se está praticando con Banderas simuladas.

Estas dos cartas, cuya traduccion, con mis respuestas, y Orden que comuniqué al Governador interino de Montevidéo para la recepcion del embiado en aquella Plaza, tengo el honor de acompañarlas baxo el N.º 1 mismo el espiritu que anima al Gobierno Portugues, el qua al mismo tiempo que aparentava ideas amigables, y pacificas, por medio de Curado, el Ministro de las relaciones exteriores yy de la Guerra D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dió un golpe de Política la más insidiosa, dirigiendose a esta Ciudad con una, carta reservada, en la qual concita los animos para el bueno exito de la mas perfida subversion, tirando sus líneas nada menos que a destruir la fidelidad de estos remotos vasallos, y las bases sagradas del glorioso Gobierno de S. M.: desacredita altamente nuestra constitucion politica: el abandono de estos establecimientos: la decadencia, ó aniquilacion de la Monarquia por lar sugestiones de la Francia. Concita á este Virrynato. á qué se someta á la prometiendo baxo su Real Palabra, la conserva-

ción de privilegios, no establecer nuevos impuestos, la seguridad de un comercio íntegro y libre, evitando que su aliado pueda commo-ria de lo pasado ni cometer contra ellos ningún acto de hostilidad, ó de venganza; finalmente, que si estas propociciones amigables dirigidas solamente á evitar la efusion de cangre, no son oidas. S. A. R. se verá obligado á obrar de concierto con su poderoso aliado, con los fuertes medios que la Providencia, ha depositado en sus manos.

“Este es el language alevoso y sacrilego del Ministro Portugues ó para explicarme con mas propiedad, és el organo delinquiente del Gavinete de Sn. James, el qual no conoce as más principios que aquellos que conducen á hollar traidoramente los derechos de las Naciones, fomentando con total desprecio de la humanidad, y derecho natural y de gentes, y con el auxilio de sus oscuras, y tenebrosas convinaciones todos los estragos de una guerra desoladora.

“Este es el language alevoso y sacrilego contextacion digna de sua celo, honor y fidelidad, segun lo advertirá V. A. R. en la copia distinguida con el N.º 2 en donde tambien aparece la del Ministro Coutinho. No créo que éste sostenga su agrecion y antes me persuado que el interés del Reino del Tajo le hará negar la dicha carta á la menor reclamacion, y aun figurar criminal nuestra misma sinceridad, y buena fé, diciendo que su carta es un artificio fabricado por los Españoles con el fin de hacer odioso al Gobierno portugués y como no es facil comprobar sus orribles atentados, queda siempre expuesto nuestro decoro, y reputacion á siniestras interpretaciones, por hacerse inverosímil que un Ministro se avance á la execucion de unos procedimientos que en la Política de Tunes, ó de Argel serian vistos con execracion.

Es de creer que el Ministério Portugues dictó la mencionada carta bien seguro de q. nada aventurava con su infiel conducta, porque si sus ideas llegáran á verificarse, con la rebolucion y transtorno de estos Dominios, quedarán bien recompensadas sus iniquas tareas, poniendo á los Ingleses en es-

tado de balanzear la fortuna de Europa con la dominacion Americana; y por el contrario si sus miras tenian el exito que se havia propuesto, con negar la carta quedavan vencidas todas las dificultades.

No faltaron opiniones fundadas en los antecedentes explicados para persuadir que no devia recibirse el Embiado del Principe Regente; pero yo me he decidido por la afirmativa, porque el derecho de gentes reprueba lo contrario y porque no pudiendose justificar los artificios y dolosos manejos de aquel Gobierno, quedavamos expuestos á ser replicados con un insulto publico, que devia mirarse como un rompimiento directo, cuyo paso estava sugeto á mui serias y graves consecuencias, en circunstancias de ser absoluta nécesidad ganar tiempo para organizar un plan defensivo que abrase la vasta extension de toda la Frontera del Virreinato”.

.....  
(11) A resposta do “Cabildo” (transcrita nas pags. XXVII-XXVIII do “Apêndice”) de 29 de Abril, ao Ministro Souza Coutinho, diverge da publicada por Justo Maeso (v. nossa nota n. 10) evidentemente, re-traduzida do inglês, razão por que aqui copiamos o texto oficial da instructiva obrinha do Sr. Diego Luís Molinari:

“Exmo. Sor — En todas las ocasiones y circunstancias ha sabido la “M. N. y M. L.” (— Muy Noble y Muy Leal —) “Ciudad de Buenos Ayres sostener y hacer brillar ese glorioso titulo que la condecora debido á la gratitud y alta justificación de sus Augustos Sobervanos, Son bien recientes, demasiado notorios, y harto funestos al Aliado de S. A. Real el Plincipe Regente, los testimonios de fidelidad, y amor á su Monarca, que tiene dados la Capital de las Provincias del Rio de la Plata. Su honor, su gloria, sus ventajas y su felicidad las funda solamente en reconocer, y conservar la suave dominación de Su Rey y Señor natural, del mejor y mas amable de los Sobervanos. La menor insinuación que se encamine á retraerla, de estas mavimas que forman su caracter, es un insulto á su fidelidad, y un

agravio intolerable. Por esto há tenido el Cabildo mucho que merecer al imponerse del Oficio reservado de V. E. fha. 13 de Marzo ultimo, quando por él se vé incitado con proposiciones seductivas y lisongeras á separarse de una dominación que prefiere á quantas ocupan el Globo, y quando por otra parte advierte en su contexto un tropel de injurias las mas atroces á la Sagrada persona é inimitable conducta de su Rey, y Señor, y del verdadero amigo y poderoso Aliado el Emperador de los Franceses Crea V. E.: y hagase lo asi entender á S. A. R. el Principe Regente, que el Cabildo de Buenos Ayres jamás borrará de la memoria ultrages de tanto bulto. Y sobre todo debe estar V. E. persuadido y debe establecer tambien S. A. R. el Principe Regente que si estas ofertas seductoras no son capaces de transtornar la fidelidad de los habitantes de la America Española, tampoco las amenazas pueden infundir el menor recelo en sus animos aconsturbrados á arrostar toda classe de peligros, á sacrificarlo todo por defender los sagrados derechos del mas justo, mas piadoso, y mas benigno de los Monarcas; y que si en otros tiempos, en diferentes epocas, y aun en nuestros dias han dado al mundo pruebas irrefragables de lo que puede el valor inflamado por el entusiasmo de la lealtad, derramarán gustosos hasta la ultima gota de su sangre, antes de permitir que se desmiembre de la Corona de España una mínima parte de estas vastas posesiones, cuyas idéas sabrá reanimar con el exemplo el Cabildo de Buenos Ayres, y será el primero con su acreditado General, en exponer á todo trance su lealtad por conservarse en la dulce Dominación de su Rey, Amo y Señor — Dios guarde a V. E. ms. as. — Sala Capitular de Buenos Ayres Abril 29 de 1808”.

Aproveitando reproduzimos aqui dois documentos de autoria de dois grandes patriotas-revolucionarios argentinos:

Saturnino Rodriguez Peña ao Conde de Linhares.

“Ilmo. y Exmo. Sor. — El más vivo deceso de desempeñar los dignos deberes de un ciudadano; el justo reconocimiento, y la obligación de ovedecer a V.E. podriam solamente determinarme á tomar la pluma en tan ardua como delicada materia; éstoy muy distante de creerme con instrucción bastante ál desempeño del mandato de V. E., á quién tributando mis respetos suplico tenga le bondad de disculpar mis errores; y la de juzgarme con la mas noble disposición á sacrificarme por cuanto sea en obsequio de sus heroicas providencias.

Mucho tiempo ha que las Americas Españolas se hallan vacilantes. Aun arroja humo la sublevación del Perú suscitada, y sobstenida por Tupacmaro; y la que huvo de inflamarse nuevamente por Aguilar, y sus secuaces en él Cuzco. Elataque de las Tropas Inglesas baxo el mando del honorable Beresford exitó despues los ánimos predispuestos con los justissimos motivos, que son publicos, y que se les hacian insoportables con él exercicio de una Monarchia sometida el mando del Tirano Despota Principe de la Paz; éste barbaro, y mal intensionado Ministro vendiendo publicamente los principales empleos del reyno, y especialmente los de America, con éxclusión de sus Hijos, hizo entender á los Americanos, que, si la distancia por si sola éra contraria á sus derechos, mucho mas en circunstancias semejantes: de tales principios emana sin duda la rivalidad interminable éntre Europeos, y Americanos Españoles. La hystoria, que contiene, las causas, modos y medios con que las Provincias Unidas álzanzaron él éstabelecimiento de su Democracia, ha puesto mui á la vista de los Americanos él específico remedio con que deben cortarse las énfemedades, que se padesen en su suelo; y han decidido: que con maior fundamento seran protegidos por la Inglaterra, que lo fueron áquellos por España y Francia: y ultimamente én los átaques, que tan gloriosamente, han sostenido contra los Ingleses han visto reducidos á la practica los medios, que tenían solo én la idea; y se jactan én él modo mas honroso de haber desengañado á la Inglaterra, y ál mundo todo de que la America Española tendra por Señor áquel



á quien los mismos Americanos reconozcan por tal, y ninguno otro: ya los papeles publicos de Londres han confesado ésta verdad.

Bolviendo dos solos pasos átras, y supuéstas éstas innegables verdades, los Americanos recordando de su letargo, y algún tanto atemorizados con él militar éstruendo, que hicieron resonar en la Vanda oriental del Rio dela Plata las Tropas Britanicas del mando del Brigadr. Gral. Sir Samuel Acmuti, trataron seriamente sobre sus verdaderos derechos, fuerzas, y recursos; y puedo assegurar que la mejor parte de Buenos Ayres se convencio; que ni podia, ni debia sacrificarse, que tenian tambien él mas oportuno arbitrio en elegir antes su Independencia, qe. someterse al yugo de Inglaterra; él qe. absolutamente debian sufrir con la resistencia. Es verdad, q' siendo éste óculto tratado contrario en toda forma á los intereses de la Corona de España, ni podia ser autorizado por sus representantes, ni manifestarse con las demás solemnidades de éstilo; pero én la forma posible despues de consultado con él Gral. Beresford, á cuió fin se le propocionó su livertad, se propuso al Conquistador de Montevieo, él que se éscusó con la falta de ordenes de us Corte para ácceder á semejante proporcion: ésto es un écho évidente: y lo és igualmente que desde aquella época, y aun desde ántes, no han sesado los Americanos de comunicarse sobre éste asunto. Algunos Gobernadores ó por zelo del bien dela Monarchia, ó por temor de su ruina, y de sus intereses particulares, han avisado de éstos movimientos revolucionarios a las Capitales de los Virreyynatos. Si él Gral. Guaitloch o én uso de sus instrucciones reservadas, ó dela ventaja de sus Tropas propone ál Rio de la Plata la Independencia; o si hubiese álcanzado la satisfacción de la conquista, debe creerse: qe. los Americanos le ófrecian los mejores partidos por él logro de aquella: pero lo que no ádmite duda és, qe. esperando un nuevo, y mas fuerte átaque de los Ingleses, les hicieron diferentes propuestas sobre él negocio de su Independencia; y talvez hay fundamentos para juzgar, que la meditaron ábsoluta.

No faltarón lince, que descubrieran la intriga con que algún Monstruo valiendose del mas respetable nombre, y só color de ótro zelo intentaba élevar su obscuro personaxe á un lugar sagrado; pero se precipitó. Algunos ótros no dudaron ácógerse baxo la sombra de la Francia; y de ésto tenemos algunas pruebas, aun resultas, y contextaciones del mismo Emperador delos Franceses. Otros, como á cosa mas segura, y por áfianzar su suerté, y acaso con miras ámbisiosissimas, y horrorosas én lo futuro, se ácogian al Rey fantasma; pues tal debe juzgarse el Sor. dn. Fernando 7.º é poder de los Franceses; y otros finalmente éesperaban las decisiones dela Junta de Sevilla, de qe. fue buen Portador el Govor. Hui Dobro; primº. nombrado por José Bonaparte, y luego por la Junta de Galicia.

En medio de éstas cavilozas pertubaciones descubrió el fondo de su systema él Emperador Bonaparte, y con él transtorno los planos de Inglaterra, y suspendido él progreso dela revolución Americana: quedó ésta por algún tiempo indecisa sobre los medios ó recursos, que la restaban para realizar sus ideas, én cuias circunstancias se llenan de consuelos con la noticia del feliz árribo á este Puerto de S. A. R. él Principe Regente, con toda su Augusta Familia. Los nobles ámadores dela Patria y del socio, proceden inmediatamente á proponer á SS. AA. Rs. como medio él mas seguro para salvar sus Pueblos delos partidos intestinos con qe. eran ámanezados. La misma naturaleza dela extensión del Continente Americano prueba hasta la évidencia, qe. éstos pasos no podian darse instataneamente: la reciproca correspondencia de intereses que tienen los habitantes del Rio dela Plata con las Provincias interiores, y del Peru, nos dicen que éellos deben comunicarse, y que se comunican todas sus intensiones; y ésto es así aunque no tengamos datos positivos; én cuya virtud ésta bien claro, qe. necesitaban tiempo para deliberar; tomando él mesmo que pudieron, se resolvieron éfectivamente, y han ócurrido á SS. AA. RS. én óportunidad con demonstración de los privilegiados derechos con qe. se halla áutorizado S. A. R. el Prin-

cipe Regte., ó lo que és lo mismo la Sra. Princesa da. Carlota Joaquina como Hija, del Sor. dn. Carlos 4.º y ya declarada én Cortes generales como legitima heredera én defecto de sus tres Hermanos varones; y siendo llegado éste caso no sabemos como se justifica el silencio de la Junta Central én tan obligante procedimta.

Quando los del Rio dela Plata han tenido la álta resolución de implorar él auxilio de SS. AA. As. para ásegurar la quietud dela America, y con élla la procesión de áquel rico patrimonio dela Casa de Borbon, han tenido presentes los riezos á que se exponian; pues careciendo de toda áutoridad para reprender á los ómisos, y ádvertirles de la beneración, y ovediencia, que áparentan al Rey de España, incurrian sin embargo én él crimen de infidencia, que ál mesmo por ódio, y espíritu de venganza, hande intentar probar los contrarios; por esto és que se dirixieron con la maior cautela, y reserva; pero como ésta representación desgraciadamente habia de pasar por las manos de un Sugeto de ésta cuio caracter baxo y devil, no le permite ocultar cosa alguna por Sagrada que sea; de aquí resulta que las heroycas intensiones de áquellos los han puesto en los humbrales de su ruina, y para salvarse no les queda otro arbitrio, que el de expatriarse, o él de reunirse á alguno delos otros Partidos; en cujo caso se preparan nuevos desórdenes.

Qualquiera, que asseguere: que él Partido de la Independencia en la América Española y principalmente én él Rio dela Plata és mui limitado, y reducido á solos hombres dela segunda classe; ciertamente no es hombre de honor, ó no habla con conocimientos en la materia; puede decirse, y éto és évidente, que siendo el indicado ásunto tan ófensivo de los derechos del Soberano, y conociendo hasta donde podia llegar la persecución de sua Autores, tratan éstos con la maior cautela éstos negocios, y exigen á sus complices los más obligantes seguros de guardar un inviolable secreto: de aquí procede que un despreciable Charlatan tenga, intrepidez demasiada para declarar contra la Independencia, y sus Autores,

y aunque éstén presentes cinquenta hombres sabios, y éloquentes de la facción impugnada no se átreven á contradecirlo: pero siendo innegable que éstos Sugetos para tan árduas empresas toman regulamente providencias, y medidas llenas de juicio, y de precaucion: debe temerse que quando manifiesten sus intensiones, sea ya para dar él golpe, y que lo ácertaran.

Este mismo Partido á una vista se ha devilitado considerablemente; y á otro se ha áumentado sin proporción: ha sucedido lo primero porque muchos hombres de juicio que por convencimiento, por conexiones, ó por otros motivos semejantes éran ántes partidarios dela Independencia después del glorioso éstabolecimiento én ésta dela Corte de Portugal; y con la presencia delos indisputables derechos á la corona de España, y sus Americas, qe. tan dignamente recaen én SS. AA. Rs. pensaron con él maior entusiasmo en sofocar sus sentimientos, y aun en extinguir los horrores que anunciaban los demas Partidos; én éfecto un tan sagrado motivo no podia menos, que obrar segun se deseaba; pero de aquí mismo resulta lo segundo; porque todos áquellos que se quitaron la mascara, y manifestaron sus intensiones con respecto á SS. AA. Rs. no pueden menos qe. áfianzarse én la preponderancia de algunos delos outros Partidos; pues que éellos temen, y temen justamente, ser tratados como revolucionarios, y sin duda ási justamente si S. A. R. no se digna ácceder á sus reiterados clamores, en que tanto se interessa él bien de la humanidad, como la felicidad dela Casa de Borbon.

Los del Rio dela Plata, han reflexionado seguramente con la mas sería detención sobre los motivos que pueden óbrar en el generosísimo ánimo de S. A. R. él Principe Regente para retardarles los auxilios, que imploram para él logro dela causa mas justa, que han intentado los hombres, y no hallan mas que algunos de pura delicadez, y que por ningun modo eben obstar á los bienes reales, que se proponen, y que infaliblemente resultaran.

Ellos parese que miran á SS. AA. Rs. como ál unico ámparo para salvar la Ameri-

ca del inminente peligro én que la óbservan. Hacen justicia al mejor delos Principes, y juzgan por sí, que no haber én mundo lengua tan sacrilega que se abanze á proferir cosa que no sea debida ál incomparable caracter de S. A. R. el Principe Regte. Y saben en conclusion, qe. él mundo todo asi no se cansa de llenar de áplausos la sabia, y nunca bien ponderada, resolución con qe. S. A. R. burlando las perfidias de Bonaparte, supo evitar á sus Vasallos una irreparable éfusión de sangre justificando su heroica conducta las consecuencias necessárias; asi tambien la generosidad conque éspan se comportará S. A. R. reteniendo la America para su legitimo Heretero justificara én lo sucessivo ésta anticipación; y énfrenara á Bonaparte én sus miras ambiciosas con respecto á la America.

Las circunstancias, Sor. Exmo., son las mas criticas: talvez un dia que én éstas se pierda, no pueda recompensar-se én muchos años de fatigas: la America se halla, én él periodo mas arriesgado, qe. se puede pintar: la revelión que tan éscandalosamente ha sobstenido én éstos ultimos dias él interino Govor. de Montevideo Elio ha llenado de horror á los Politicos, y de un perjudicialismo mal éxemplo á ótras Ciudades, y aun Provincias, qe. se hallan más bién situadas para un tal procedimiento. La inesperada venida de un Virrey con los demás Xefes que lo acompañan ni ha serenado las generales inquietudes, y desconfianzas del virreynato de Buenos Ayres, ni ha dado sus primeros pasos, con áquella juiciosidade, que se esperaba. Su pasaxe por delante de ésas personas Rs. y que bien deben decirse hoy *Sus Soberanos*, sin la mas pequeña demonstración de urbanidad ha causado murmuraciones, y éscandalos; y creo que con sobradísimo fundamento: las conferencias secretas con Elio, y liga que há formado con este desconceptuado Govor. paresen dignas de réparo: los muchos rodeos, e improprios recelos que ha manifestado ántes de resolver su éntrada en Bos. Ays. tal vez han écho éntender a áquella Capital: que el nuevo Virrey procede con prevención contra élla; y no me átrevo á anunciar si se dispondran a

usar de igual remedio: él passo antipolitico que parese ácabá de dar la Junta Central nombrando de Sub-Inspector General delas Tropas del Virreynato á un hombre como Elio ácusado delos maiores crímenes, y ántes de óir su justificación, és presumible que sucit en los de Bos. Ays. desconfianzas de la primer magnitud hasta dela misma Junta Central. Bos. Ays. no ignora, que la Peninsula én cada subseguente periodo esta mudando de semblante; y no puede ignorar, que és llegado él tiempo én que somos óbligados á juzgar por los resultados: que la Europa toda infestada de intrigas, no ofrece sino traiciones, y sus aboneminables consecuencias: los pestilentos testimonios, que nos han transmitido de los primeros Personages de España, y principalmente de aquellos én quienes estribaba toda su confianza, son ótros tantos documentos, que hacen templar la ovidiencia mas sometida: aun no se les ánuncia la venida de un Ministro quando ya se ántecipan causales para sospechar de su buena fee.

De todas éstas convinaciones, que talvez ha visto V. E. mas áutorizadas, resulta, que én mi opinión para évitár la perdida absoluta de la America Española; ó quando menos la más dolorosa resolución, se hace preciso; que S. A. R. él Principe Regte. tome sobre sus dignos hombres la proteccion, que con tantas tiernas suplicas le piden áquellos infelices rodeados delos horrores de una insurreccion ó delos de una tirania; él magnanimo corazon de S. A. R. no dudara de hacer éste señalado servicio á la humanidad; éspanando sin duda que abatirá el vuelo dela Francia; y haciendo el mas óoportuno beneficio á la Casa de Bonbon, le resultara la immortal gloria de haber desde éste punto ocurrido á los males de áquel, y de éste émisferio.

Si segun la fuerza delos sentimientos que me impelen á ser útil á S. A. R. él Principe Regente pudiera élevar mi poquedad, talvez álcanzase la inexplicable satisfaccion de dar una prueba de mi gratitud al Principe mas áamable del Orbe; y quiza én éste dichoso caso hallaria recursos delos que se ócultan á los sabios, y se revelan á los pequeñitos. — Rio



de Janeiro Agosto 14 de 1809. — Tenho el honor de ser, Exmo. Sor. con él maior respeto, y áíta consideracion de V. E. su mas óvediente servidor — Ilmo. y Exmo. Sor.

Dor. Saturnino Rodrigz. Peña.

Ilmo. y Exmo Sor. Conde de Linares”.

O original, autographo em linda calligraphia do proprio signatario, existe na Secção de Manuscritos da nossa Biblioteca Nacional.

Saturnino Rodriguez Peña, irmão de Nicolás Rodriguez Peña, membro conspicuo da sociedade secreta de revolucionarios em Buenos Aires, vivia exilado no Rio de Janeiro, por haver contribuido com seu amigo Manuel Aniceto Padilha, cochabambino, para a fuga do General Beresford, que capitulára com os restantes 1.200 homens, e entregando bandeiras, 35 canhões e 1.600 fusis, na primeira tentativa de occupação ingleza do Rio da Prata em 11806. Recebia uma pensão por ordem do Principe Regente D. João (como lemos numa ordem do Conde de Linhares a Paulo Fernandes Vianna, chefe de policia do Rio de Janeiro, em 17 de Novembro de 1810) e tambem era subvencionado por Lord Strangford, a quem, depois, D. João mandou “exigir faça sahir dos Seus Estados” o mesmo Dr. Peña, conforme avisava Linhares ao dito chefe de policia, em 28 de Setembro de 1811, mas Peña só partiu muito mais tarde com passaporte datado do Rio de 15 de Julho de 1814, “para Buenos Ayres embarcado no navio inglez — Maria —, Encarregado de Despachos dos Ministros da Inglaterra nesta Côrte, em serviço de S. M. B.”.

Num belo livro: “En los Tiempos de los Virreyes — Miranda y la Gestacion de Nuestra Independencia”, de Carlos A. Pueyrredon, publicado ultimamente (Editor Rosso, Buenos Aires, 1932), lê-se que Saturnino Rodriguez Peña era amigo e correspondente do protomartir da Emancipação dos povos americanos de origem espanhola, Francisco de Miranda.

O general “Achmuti” a que se refere Rodriguez Peña, era o chefe de uma parte do segundo exército inglez que em começos de 1807 tomou a praça de Montevideo (3 de Fe-

vereiro), e cujo nome se escrevia Achmuty. “Guaitrock”, tambem citado “phoneticamente” por Rodriguez Peña, porquanto o seu verdadeiro nome era Withelock, chefe de todo o exercito de cerca de 8.000 homens (além da esquadra, que não poudé chegar até Buenos Aires propriamente dito), arremeteu contra esta capital, mas ante a defesa heroica dos espanhois e nativos (“criollos”) tambem se rendeu a Liniers em 7 de Julho, e poudé retirar-se depois, desocupando igualmente Montevideo. A jornada de Agosto de 1806 é conhecida na historia argentina como “la Reconquista” e a de Julho de 1807, como “la Defensa”.

No livro de Ignacio Nuñez (oficial-maior dos ministerios de Guerra e Gobierno, quando era ministro Bernardino Rivadavia, 1824) — “Noticias Históricas de la Republica Argentina” (Buenos Aires, 1898) lê-se na parte “Efemérides Americanas, pag. 229, que “em 7 de Fevereiro de 1807, á noite, don Saturnino Peña revelou a don Martin Alzaga o plano de independencia que manejava debaixo da protecção do general inglez Beresford”.

Sobre o amigo e companheiro de Saturnino Peña, Manuel Aniceto Padilla, a quem o mordaz Groussac (obra cit., p. 112), chama “especie de Figaro boliviano, gran trapisondista, tan bueno para un fregado como para un barrido”, e o qual tornou a Buenos Aires depois da Revolução de 1810, ha um estudo sob o título “Manuel Aniceto Padilla — El diplomático olvidado em 1810”, do ilustre historiador argentino Carlos Correa Luna, publicado nos supplementos dominicaes de “La Prensa” de 25 de Maio e 3 de Julho de 1932.

Por seu lado havia, anelante, exposto Manuel Belgrano ao Ministro Souza Coutinho:

“Exmo Señor. Ninguna empresa, puede ser mas gloriosa que la que fixa su objeto en contribuir á la quietud y sociogo de un Estado, como V. E. sabe muy bien; seguramente el Todo Poderoso há querido que V. E. tenga parte de esta gloria quando le há puesto en disposición de que estos Países deban a sus conocimientos, divididos con sabiduria, la tranquilidad que han perdido, y de que los conten-

ga en la orilla de los precipicios que les rodean, cubriéndose de las bendiciones que los el que no se refiera un instante la venida del Cielo por tan gran beneficio.

Esto es el unico deseo que me anima, y el que me obliga a incomodar la atención de V. E. no solo por mí, sino por otros muchos que se hallan revistidos de iguales ideas para que se digne influir en el animo de la Serenísima Señora Infanta Da. Carlota Joaquina, Princesa de Portugal y Brasil, Ntra. Señora, el que no se defiera un instante la venida del Snmo. Sr. Infante Dn. Pedro Carlos; pues que conceptuamos que hay peligro en la dilación, y tememos, con justa causa, que corra la sangre de nuestros hermanos, sin mas estímulo que el de una rivalidad mal entendida, y una vana presunción de dar existencia a un proyecto de independencia democrata, no reflexionando que faltan las bases principales en que deberá cimentarse.

Son muy extendidas las ocupaciones de V. E. y mucho más sus luces para discernirle que importa, y penetrar los medios de desbaratar en sus principios unas ideas de cuya ejecución se resentiría la humanidad en toda la America del S.; así, pues me excuso de molestar mas á V. E. de quien con la mayor veneración soy — Exmo. Señor — Su muy rendido servidor.

Manl. Belgrano

Bs. Ays. 13 de Octubre de 1808.

Exmo Señor Dn. Rodrigo de Souza Coutinho.

A copia deste interessante documento historico foi-me oferecida, com nimia gentileza pelo S. Hippolyto Santos, possuidor do original-autographo assinado pelo inclito procer argentino e depois celebre general Manuel Belgrano, uma das mais puras glorias patrias da nobre Nação Argentina.

(Do "Jornal do Comercio" de 24-6-1934)

# CONSELHEIRO ANTÔNIO DA SILVA PRADO

(1840-1929)

(Reminiscencias)

EVERARDO VALERIO PEREIRA DE SOUZA

Em 1883 a cidade do Rio de Janeiro, apesar de Côrte do Império, ainda era triste, socialmente considerando-se. Muito poucas, ou mesmo quase nenhuma as diversões populares; o carnaval precedido de um barbaresco entrudo, a moda portuguesa; as clássicas, festas eclesiásticas da Penha e da Glória do Outeiro; umas regatas, em Botafogo, lá uma vez ou outra; iluminação a gaz, em gambiarras, nos Largos do Paço e do Rocio, em noites de grande gala; e quasi mais nada. Também funcionavam os teatros e, de mês em mês, as "Corridas de Cavalos" quebravam a monotonia do ambiente. Assim dizemos porque, de fato, constituíam elas quase um "verdadeiro acontecimento".

Da sociedade fluminense, o que havia de mais seletto ia ter ao Hipódromo, fundado por Luís Jácome de Abreu e Sousa, o grande hipólogo brasileiro, e outros entusiastas. A classe média também não faltava, bem como toda a mocidade predominando a estudantada, de todos os matizes. Sua Majestade não dava ponto; fazia questão de concorrer para o abrlhantamento das festas e procurava demonstrar seu interesse pelo incentivo à incipiente criação dos animais de puro sangue, no nosso país.

Naquele elegante ambiente desportivo havia um fator que expandia muita alegria; era a "grande banda de música do Asilo dos Meninos Desvalidos", excelente e habilmente regida; por quem? — por um dos próprios meninos: o qual, mais tarde, tornou-se o notável maestro brasileiro — Francisco Braga! — Nos dias dos "clássicos grandes prêmios" os recintos eram insuficientes para conter a assistência que triplicava, vinda até mesmo de fora, tal o interesse do público. Em tais oca-

siões, o "ensilhamento ficava a ponto dos animais não poderem locomover-se bem de perto; todos os entusiastas queriam ver os parelheiros que iam disputar as carreiras, nas quais adquiriam "fama". Já existiam, no Rio, importantes "coudelarias" de animais nacionais e estrangeiros, de puro sangue; dentre as quais as do Barão de Vista Alegre, da família Lengruber, do Moura Cavallo, do José Júlio e outros.

Acontecia, porém, que, à disputa dos "grandes prêmios", apareciam na "pesagem" umas "jaquetas de cores estranhas"; pertenciam elas a grandes coudelarias paulistas: a do Coronel Rafael Tobias de Barros e a do Dr. Antônio Prado — ambos sócios fundadores dos Jockeys Clubes do Rio de Janeiro e de São Paulo, em 1868 e 1876, respectivamente. O curioso era que os nomes dos "proprietários" pouco se faziam ouvir; assim, em vez de Barão da Vista Alegre, o público preferia dizer: o "dono da Atalanta ou da Frinéia", em vez de Coronel Barros, mais tarde Barão de Piracicaba, dizia-se: "o dono do Sans- Pareil ou do Monitor"; o Dr. Antônio Prado era "o dono do célebre Pery", o primeiro cavalo nacional que bateu estrangeiros de puro sangue! Em geral, quase sempre os coudeleiros paulistas não se arrependiam de mandar seus parelheiros ao Rio, pois de lá traziam a aureola da vitória e da fama, vindo posteriormente seus filhos muito a incrementar o "Turfe Brasileiro".

Em 1887 achava-me em Petrópolis, estudante do Colégio Paixão. Na manhã de um domingo, passando pelo Hotel Bragança, chamou-me a atenção um grupo de excursionistas recém-chegados, no qual destacava-se um cavalleiro alto, elegantemente trajado, mas com



notável simplicidade, usava barba tôda, muito preta, talhada a moda Rei de Espadas, tal como a do imperador e a de quase todos os da época. Junto achavam-se umas meninas, de um impressionante moreno côr de jambo, acentualmente carregado quanto ao rosado, em forte contraste à poética palidez matte das românticas guanabarinhas! Abelhudando, fui informado de que os itinerantes eram o conselheiro Antônio Prado e filhas. Passando adiante a notícia, a estudantada tôda, célere fêz questão de conhecer o “dono do Pery” e as interessantes paulistinhas, côr de jambo d’ái resultando um movimento bem fora do comum pela frente de Bragança!

Em princípio de março de 1888 vim conhecer a Capital da Província da qual sou filho. Assim refiro-me pörque, de Taubaté para diante, todos os paulistas... são fluminenses; imaginem-se então os bananalenses, a poucas horas apenas da Córte! Precisava terminar meus preparatórios e, para tal, preferi o Curso Anexo à Academia de Direito, conhecido então pelo “pitoresco nome de Curral”, passando por isso — eu, para todos os efeitos, a categoria de simples “bicho”! Abotelei-me na Pensão da Viúva Reis; sita à rua São Bento, esquina da Travessa do Comércio, mais conhecida por Beco do Inferno, onde, por sinal só havia “demônios” de carne e osso!

A pensão da viúva Reis merece registro. Localizada achava-se em velho sobradão que fôra residência de família abastada, bem em cima do cabeleireiro Husson, que muito dinheiro ganhava, alugando tranças postiças e “niniches” às damas de então. Dava a pensão uma idéia assim de Singapura, tal a diversidade da frequência, falando diferentes idiomas! Os hábitos paulistanos, naquele tempo, eram ainda bem patriarcais almoços das 9 às 10 horas, jantar das 3 às 4; após êste, saia o pessoal satisfeito, de palito à bôca, indo os “abastados” saborear um delicioso sorvete de 200 réis, na Confeitaria Nagel; os mais, como de costume, resignavam-se a falar mal da vida alheia — assunto êste de grande e especial predileção!

Na dita Pensão havia de tudo: estudantes (assim considerados só os da Academia) normalistas, bichos do Curral, advogados, pessoal da nobre classe caixeiral, circunspectos comerciantes, funcionários públicos, agentes de negócios e não me lembro quem mais; comia-se em “mesa redonda”, sempre repleta e repetida duas e três vêzes, tal a frequência

dos pensionistas avulsos; os quais, a bem dizer, constituíam os precursores do “jornal falado”, porquanto comentavam tudo em voga, e por vogar ainda! — A “conversa quente”, de então, consistia nos detalhes da “grande manifestação” prestada, havia pouco, ao Conselheiro Antônio Prado, na efeméride do seu 48.º aniversário natalício; a qual, de fato, constituiu verdadeiro acontecimento social, tal a fusão de classes que nela tomaram parte: a política, a lavoura, o comércio, a indústria, o funcionalismo, a estudantada; a “ação paulista”, enfim, em todos seus setores!

Fôra uma coisa muito significativa e de alta relevância, tendo-se em vista os extraordinários serviços que o grande brasileiro, na política imperial, vinha prestando em benefício da nação; porquanto, como Deputado, Ministro e Senador, estava procurando dificultar, o mais possível, a “decretação fulminante” da abolição da escravatura. Melhor do que ninguém, conhecendo êle o assunto nos mínimos detalhes e, sendo abolicionista de coração e de fato, bem como todos os de sua importante família, entendia com acôrto que a liberação dos escravos, em benefício até mesmo dêles próprios, deveria ser precedida de um intenso trabalho de “imigração de braços livres”, a fim de não haver (como infelizmente houve a lamentável desorganização de todos os serviços, em prejuízo da economia geral do país.

Para isso, êle, todos os de sua família, o Conde de Parnaíba e outros importantes fazendeiros de São Paulo, haviam constituído uma Sociedade Promotora de Imigração para a introdução de europeus que quizessem incrementar a nossa Lavoura. Bem considerando, uns 80%, ou mais, de todo o progresso de São Paulo deve-se aquela sociedade; tôda e qualquer grandesa, atualmente mencionada, é da mesma simples corolário; pois se não fôra a Imigração de braços, nas cartas geográficas do nosso Estado, em boa parte provavelmente haveríamos ainda hoje de ler o que nelas constava até então: “vasta região desconhecida”!

A atuação do Conselheiro Prado, nesse sentido merece especial estudo, a ssr feito por devotado economista, porquanto acha-se ainda por se historiar!

Dos inúmeros comentários e narrativas, ouvidos na “real pensão da viúva”, bem como do muito que posteriormente fui sendo informado pude fazer uma idéia do alto valor do Conselheiro Prado, em tudo quanto direta ou

indiretamente cooperou. Por índole, e também por miopia física, jamais foi cultor de “fitas”; nas iniciativas em que tomava parte, o sucesso era sempre positivo, pois de nada se descuidava e, melhor que ele, ninguém fôra mais amigo do relógio; tinha tempo para tudo, e sem afobamento!

Eram seus pais o Dr. Martinho da Silva Prado e D. Veridiana Valéria da Silva Prado, descendentes longínquos de portugueses, que se haviam estabelecido em Jundiá. Nasceu o menino Antonico (como era assim chamado pelos seus) na residência do avô, o Barão de Iguape, sita à rua Direita, nos Quatro Cantos — um grande sobrado baixo que chegava até à rua da Quitanda, — sendo bem mais tarde alugado para a “succursal do Hotel de França”, e atualmente, no mesmo local, acha-se o grande prédio ao qual em boa hora, foi dado o mesmo nome do ilustre titular.

Segundo o costume da família teve, quando criança, sucessivamente três preceptoras: uma francesa, uma alemã e outra inglesa; ficando assim conhecedor dos respectivos idiomas, além do nosso, pois, para sua especial cultura tivera hábil professor. Ao atingir a idade escolar foi mandado para o Rio de Janeiro, onde ficou sob os cuidados do Conselheiro Costa Pinto, senhor de várias fazendas de cana, em São Paulo, e grande amigo de toda a família Silva Prado. Para matricular-se no Colégio Pedro Segundo, onde bacharelou-se, teve que fazer os estudos vestibulares no Colégio Barão de Tautphoeus — um dos maiores professores que teve o Brasil!

Por ocasião das férias vinha o estudante, preferivelmente a cavalo e fazendo estágios nas belas fazendas da região do Vale do Paraíba, pertencentes aos amigos de sua família. Aqui chegando, sem demora seguia para Araras, em cujo município possuíam seus pais a excelente fazenda Campo Alto, de cana e criação de bovinos e muare. A predileção do menino era por tudo concernente à zootecnia, já demonstrando o gosto que, mais tarde, pôs em execução, instalando na Capital paulista, na sua Chácara do Carvalho, uma das melhores coudelarias de parelheiros de puro sangue, cujos produtos conquistaram fama!

Dizem os seus que o jovem estudante tinha duas grandes “satisfações”; uma, quando deixando o Rio, vinha à fazenda paterna; outra, ao regressar à Corte, onde havia “alguém” que ansiosamente o aguardava: uma menina, sua companheira de infância e da qual jamais se separou — encantadora D. Cocota,

filha do Conselheiro Costa Pinto, tão querida por toda nossa sociedade!

Bacharel em Letras, veio bacharelar-se também em Direito; matriculando-se muito jovem na nossa Academia, onde formou firme caráter literário e político, desanbando do acanhado meio social de então.

A Capital paulista, ou melhor a Paulicéia, como diziam os românticos, até 1890, era ainda uma cidade bem triste.

De diversões populares, quasi nada; tocadas da excelente Banda de Música da Guarda Permanente, às quintas e aos domingos, em frente ao Palácio Presidencial e no Jardim Público; um Carnaval, muito copiado dos do Rio de Janeiro — as retumbantes festas da Penha e das Santas Cruzes do Pocinho e dos Enforcados; e mais nada!

O Teatro São José, de longe em longe acendia as luzes e, quando por ventura, vinha a ele uma das Companhias de Operetas do Rio, o êxito era extraordinário. Uma vez ou outra, outras Companhias, aliás importantes, faziam no mesmo breve estágio. Os “assustados” familiares eram esperados com duas ou três semanas de antecedência! Na Ponte Grande existiam apenas canoas para o transporte de tijolos. Em matéria desportiva havia somente as corridas de cavalo, aliás bem raras e, a princípio, para presenciá-las tinha-se que ir de trole, de carro, a cavalo ou... a pé!

Pelo exposto pode-se fazer uma idéa do ambiente fúnebre de São Paulo de 1850-1860, onde o progresso e as comodidades não haviam ainda chegado. A edificação era de casas baixas, em cujas janelas colocavam-se rótulas, à moda oriental, para que não fôsem devassadas; os sobrados, raríssimos.

As ruas, calçadas de qualquer modo, com pedras não paralelepipedadas, sem passeios para os pedestres e com as sargetas ao centro. A iluminação, nas noites não de luar, consistia em candieiros suspensos nas esquinas. De instalações sanitárias, apenas água encanada para os chafarizes públicos, em pequeno número. Um ou outro senhor abastado tinha sua caleça; a pedestriação era moda. De diversões, quando as havia, somente as festas religiosas, precedidas de intermináveis novenas. As famílias andavam em grupo e jamais se via em público uma senhora desacompanhada da mucama ou de algum dos parentes, embora meninos; uma tristeza em tudo, mas todo o povo era lépido, pois os displicentes, seriamente tinham que se haver com os lotes de tropa, em grande número pelas ruas, ou então com os chiantes carros, tirados por várias juntas de bois!

As poucas notas de alegria naqueles hábitos, convencionais pela monotonia, eram dadas pela "estudantada da Academia", isso mesmo só por uma parte dela — a "falange desbragada" — assim chamada pelas constantes patuscadas que promovia; espirituosa quase sempre, porquanto outras vêzes terminavam elas em arnica, pontos falsos e demais "ingredientes hospitalares" como diziam! Isso, devido a uns "bravos colóquios" com os "morcegos" (a guarda urbana de então), da qual várias praças eram camaradas da rapaziada...

A outra "falange", a dos "circumspectos" era a antítese daquela: nada de patuscadas, e muito menos de "feitos heroicos". Em falta, talvez de diversões mundanas e do retraimento geral da sociedade, os adeptos da "circunspecção" cultivavam os entretenimentos intelectuais, instrutivos e utilitários para tal constituíam grêmios ou clubes de caráter literário filosófico ou político, nos quais praticavam o jornalismo, a oratória e a discussão de assuntos doutrinários, sendo comum que cada associação mantivesse seu jornalzinho.

Pertencente a importante família, quase toda ligada ao Partido Conservador, procurou o jovem Antônio Prado seguir a carreira política dos seus maiores; assim pensando, associou-se ao Clube Conservador Acadêmico, tendo ação sempre muito acentuada em todos os setores: ora redigindo o respectivo jornal, ora fazendo exposições doutrinárias, ora debatendo-se em renhidas discussões, ora sustentando polêmicas, ora publicando panfletos; seguindo sempre a sério todos os atos em que tomava parte! O interessante era que os "políticos de mentira" (os acadêmicos) mantinham amistosas relações com os "de verdade", (os de fora) os militantes; dos quais, em geral, recebiam proveitosa orientação pessoalmente ou por correspondência.

Assim, Antônio Prado procurava muito ouvir o Dr. João Mendes que, além de um dos maiores Conservadores, era também grande advogado e profundo juriconsulto. Devido a essa eficiente convivência, passou a escrever nos "jornais públicos", tornando-se por tal forma conhecido dos principais membros do Partido.

Vendo estes que o novo partidário, em todos os sentidos, era já elemento de valor aproveitável, resolveram levar-lhe o nome às urnas, para Deputado Provincial. Procedidas as eleições, aliás fortemente disputadas pelos Liberais, foi eleito o moço! uma "deslembração" porém surgiu: ao efetuar-se o respectivo reconhecimento, verificou-se que o

"eleito" não havia ainda atingido a idade legal para deputado! Tal vitória, porém, de fato, de Pyrrho não fôra, porquanto o "novel político", com isso conquistara "nome" — nome — esse que, durante toda sua longa existência foi sempre mantido engrandecido, em tudo e por todo o Brasil!

Tornando-se "bacharel", recebeu de presente "uma viagem à Europa" — para um "banho de civilização", como era de costume dizer-se — civilização aquela que para ele não constituiria novidade, ante a solidez de sua enciclopédica instrução. Houve um tempo em que Europa, Paris e Moulin Rouge eram "sinônimos", o jovem excursionista, tomando em consideração somente os dois primeiros, em lugar do terceiro preferiu proveitosamente viajar pelas principais cidades, com especialidade as grandes capitais.

"Foi pena que, sobre tão útil viagem, não tivesse — como mais tarde seu irmão Eduardo — coligido em livro suas "interessantes impressões", porquanto, nos arquivos da família encontram-se daquela quadra, volumosas cartas suas — verdadeiros relatórios sobre urbanismo, viação, política, arte, desportos e tudo mais que, com acerto, podia e devia ser aqui executado — conforme, mais tarde, como Prefeito da nossa Capital, muita coisa daquilo, não sendo esquecida, veio a tornar-se realidade!

Ao regressar, juntamente com seu irmão Martinico, (Martinho) recebeu um "presente" — uma joia, sem lapidação ainda, mas de grande valor e que, de modo muito eficaz, veio a produzir enorme efeito nos destinos de São Paulo! Consistia em excepcional rubi, tendo sobreposta estupenda esmeralda de forte coloração; tratava-se de grande extensão de magníficas terras roxas da melhor qualidade, cobertas inteiramente de uma só mata, na qual predominavam os clássicos "padrões" demonstrativos de uberidade!

Ao saberem disso os amigos da família, não contiveram-se em suas expansões; pois não compreendiam como o Dr. Martinho Prado dera aos filhos aquele "presente de gregos"!

Baseavam as críticas no seguinte: até então, as lavouras paulistas não chegavam sequer à barranca esquerda do Mogi-Guaçu, porquanto toda a vasta região, à direita do mesmo, achava-se ocupada só por sítiantes mineiros, criadores de gado vacum e suíno; os quais deixando as ingremes morrarias da sua Província, vieram ter aos campos nativos de São Paulo, de melhor topografia e excelente qualidade. Por infelicidade, tais campos, devido aos continuos fogos, foram perdendo seu



valor bromatológico, com o extermínio de preciosas gramíneas tenras e succulentas leguminosas; e, de ano para ano, vem piorando!

Os dois moços não ignoravam tais fatos e muito lidos organizaram "verdadeira expedição" para a necessária instalação naquele "fim do mundo", qualquer coisa semelhante aos atravessadores do continente africano; contando enfrentar o deserto verde procuraram levar tudo, até mesmo bússola! A saída da Fazenda Campo Alto, a grande caravana havia de semelhar-se a qualquer coisa das antigas "bandeiras terrestres", que se dirigiam às Minas Gerais ou às terras dos Goiazes; com a diferença porém de que não colimava o aprisionamento dos nossos infelizes silvícolas, e muito menos a negociata dos mesmos!

Provavelmente a expedição, após penosa marcha, fincou barracas nas proximidades da recente vida da Casa Branca, onde instalou o seu P. C. Dali, em pequenos pelotões, dirigiu-se em demanda às "terras desconhecidas" e não ocupadas pelos mineiros! Deveria constituir verdadeiro problema a escolha dos locais para os primitivos arranchamentos, porquanto os exploradores somente duas únicas coisas podiam contemplar: um belo céu azul cortado por bandos de mbaitacas, e uma floresta compacta, sem limites — uma espécie da "selva selvagia ed áspera ed forte", pelo Dante sonhada!

Após tentativas várias, foram aqueles determinados, nas proximidades de duas agudadas; devido a existir em um deles um iapó-açu, passou a chamar-se "Brejão"; existindo em outro uma grande itaquera, ficou denominado "Lage"; nome este que, posteriormente, permanecendo para o de uma estação ferroviária, ali construída, passou a fazenda a chamar-se "Santa Veridiana", em homenagem à progenitora dos dois destemidos moços.

Assim dizemos devido à admirável disposição de ânimo dos mesmos que, habituados a uma vida de alto conforto, passaram a residir em cabanas tóscas talvez cobertas de lascas de embiruçu, e com paredes simplesmente barreadas! Para seus auxiliares foram construídos provavelmente cubatões, pelo mesmo rude sistema e, para os animais de trabalho, davam-se apenas fôlhas de coqueiros e taquaris, visto não existir ali pastagem alguma; tudo era mata, e que mata! Nas publicações de propaganda, da nossa Secretaria de Agricultura, encontra-se uma bela fotografia de um dos "jequitibás do Brejão", perto do qual um trole e respectiva parelha "pare-

cem de briquedo"; não longe da casa residencial de Santa Veridiana existe ainda um caá-pão da primitiva selva, onde vêm-se sapo-pemas de consideráveis diâmetros e desconmunais frondes!

Os pioneiros, nos dois arranchamentos, certo haviam de passar mal as noites, devido ao acre odor dos guararemas em grande abundância; mas, para variedade de alimentação, não haveria de faltar palmitos das guajus-saras e das guaribrobas, tendo por sobremesa frutas de araticum e de jaracatiá, e café adoçado com mel de paul!

Dentro em pouco devido a um admirável trabalho começaram a surgir os cafezais e, conjuntamente, as instalações das duas fazendas; aperfeiçoadas sempre, de acordo com o cômputo das colheitas, de fenomenal percentagem! Para o assentamento dos maquinismos necessários ao benefício das safras, boas edificações foram construídas e respectivas tulhas. Uma destas, o Dr. Antônio Prado transformou em "sua residência provisória" onde, por muitos anos morou com a família; pois sua senhora, também habituada a toda sorte de confortos, deixando-os no Rio e em São Paulo, passou a acompanhar o marido na labuta da vida! Aos poucos foi tudo melhorando e Santa Veridiana, principalmente, tornou-se uma fazenda verdadeiramente modelar, visitada por vários homens notáveis dos que vinham conhecer São Paulo.

A abertura das fazendas dos Irmãos Prado, além do Mogi-Guaçu e, em região considerada, imprópria para café e propícia somente para a criação, constituiu acontecimento, fazendo desaparecer o velho "tabu". Devido à demonstração pelos fatos, os próprios mineiros, havia muitos na mesma estabelecidos, como que criando coragem deixaram seus rebanhos nos campos nativos e começaram a utilizar-se das matas para o plantio de cafezais. Paulistas outros, atraídos pela uberidade das "terras novas", passaram também a abrir, ali, grandes fazendas.

Sendo a família Prado muito relacionada, com importantes fazendeiros estabelecidos na Região do Vale do Paraíba, começaram estes a visitar a Santa Veridiana. Encantados com a pujança e fenomenal produção dos novos cafezais, deixando os seus — prematuramente velhos e exaustos, devido aos perniciosos efeitos da íngreme morraria onde plantados, — passaram a abrir importantes fazendas naquele recanto.

Criou fama assim, o chamado "Oeste Paulista"; verdadeiro imã econômico, cujo

incremento superou com a chegada dos trilhos da Mogiana a Casa Branca, São Simão, Cravinhos, Ribeirão Preto, Batatais, Franca e Uberaba! Quando se escrever a "História Econômica de São Paulo", a ação dos Irmãos Prado, no "desenvolvimento daquela vasta região da antiga Província", merecerá importante capítulo, pois, além de terem desfeito o descabido "tabu", a que já nos referimos, também muito cooperaram em prol do povoamento da mesma; fazendo para ali convergir considerável população de agricultores e de excelentes imigrantes; italianos principalmente, que dedicaram-se à lavoura, ao comércio e à indústria!

Na fazenda Santa Veridiana o Dr. Antônio Prado começou a vida e fez fortuna: todas as benfeitorias que construiu serviram de modelo para as de outros fazendeiros; na organização de sua propriedade, nada faltava e era tudo sãbiamente previsto; a normalidade nela se tornou perene.

Negra nuvem — de caráter geral! — veio porém turbar a calma do ambiente; não só dali, como o de todo o nosso país; e fratriçada guerra de Secessão, nos Estados Unidos, devido à extinção do "elemento servil, pugnado pelos do Norte e defendida pelos do Sul! Tal notícia — verdadeira bomba — ecoou em todos os recantos do Brasil onde havia escravos, alarmando seus proprietários, fôra-se a tranquilidade, até então existente!

Espírito providente e atilado, o Dr. Antônio Prado foi um dos primeiros a inquietar-se cogitando dos efeitos da notícia e dos meios práticos de aparar-se o mal. Deixando-se ficar na fazenda por mais algum tempo, sentiu porém, a necessidade de transferir sua residência para a Capital da Província, onde melhor poderia trocar idéias com os parentes, amigos, companheiros de classe e correligionários da política.

A pressão, porém, sem demora, faz-se sentir no Governo Imperial; aproveitando-se o partido oposicionista para, da situação auferir vantagem! Como já houvera sido decretada a lei primordial de 1850, proibindo o tráfico de africanos, os situacionistas, para fins suasórios, trataram da promulgação da "lei chamada do ventre livre", de 28 de setembro de 1871; em virtude da qual se tornavam "libertos" todos os filhos de escravos que, de futuro, atingissem a idade emancipadora dos 21 anos; mas não sabemos por que razão tais crioulinhos passaram a ser considerados "ingênuos"!

Os acontecimentos tornaram-se graves de tal forma, que o Dr. Antônio Prado foi forçado a tomar parte ativa na política representativa, onde, com seu bom senso e sua experiência, pudesse eficientemente intervir. Pouco pôde no entanto fazer como Deputado Provincial e mesmo Geral, visto achar-se adstrito à dura disciplina partidária, cujos chefes não haviam ainda apreendido o âmago da solução do problema, concernente ao elemento servil!

Urgia sua ação como "orientador", pois, melhor que os outros, conhecia das necessidades presentes e futuras da Lavoura e da Economia do país. Para isso obteve, preliminarmente, o máximo apoio de toda sua prestigiosa família, das classes conservadoras e de um bom grupo dos seus partidários políticos dos mais adiantados. Foi assim fundada a facção denominada "União Conservadora", da qual era órgão representativo o "Correio Paulistano", então propriedade do próprio "chefe da facção"!

Os políticos, à mesma pertencentes, eram um tanto revolucionários e avessos ao que se chamava "politicagem partidária"; precipuamente colimavam dois objetivos; contemporizar o problema da Abolição, ao mesmo tempo incrementando, o mais possível, a introdução do "braço livre" de estrangeiros. Para isso votavam com quem partilhasse desse alto programa; fôsem conservadores, liberais ou mesmo republicanos!

Posteriormente, foi o Dr. Antônio Prado convidado para fazer parte do Gabinete Ministerial organizado pelo Barão de Cotegipe, tendo, na Pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ensejo de impulsionar e resolver considerável soma de serviços, concernentes a: Imigração para as fazendas e para Núcleos Coloniais; Viação Férrea, Fluvial e Rodoviária; Melhoramentos de Portos, Rios e Canais; Cais de Santos; Navegação de Cabotagem; Inúmeras Obras Públicas; Introdução e aclimação de Plantas úteis; Auxílios a novos Engenhos Centrais de Cana; Animação ao Mate Laranjeira e vários trabalhos constantes de uma interessante publicação feita por um dos grandes Engenheiros da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais — o Dr. Airoso, Galvão.

Se o já então Conselheiro Antônio Prado, como Ministro, brindava o Brasil com utilidades de alto valor, como político sentia-se porém um tanto constrangido com o carrancismo do Chefe do Gabinete, o qual segundo parecia, jamais houvera sequer visto

uma das grandes fazendas de café de São Paulo! Daí sua “acomodaticia transferência” para a Senatória. Voltando a outro Gabinete Ministerial, sob a chefia do Conselheiro João Alfredo, continuou com o mesmo programa e, quanto à Abolição, patrocinou-a a prazo de três anos — com o prático intuito de, nesse interim, poder ser dado mais eficiente incremento à introdução de imigrantes, porquanto, para tal fortes elementos da Lavoura Paulista, já haviam organizado a importante Sociedade Promotora da Imigração — o grande fator do povoamento da Província. Seus esforços infelizmente, não puderam ser atendidos, visto a intempestiva corrente em prol da “Abolição imediata e sem indenização” — instigada por políticos e jornalistas que, direta ou indiretamente, não possuindo bens a zelar, desconheciam outrossim as necessidades e os interesses econômicos da Nação!

Segundo a previsão do Conselheiro Antônio Prado, decretada de afogadilho a “Lei de 13 de Maio”, seus efeitos foram os mais desastrosos. Os ex-escravos, habituados à tutela e à curatela de seus ex-senhores, debandaram em grande parte das fazendas e foram “tentar vida” nas cidades; tentame aquele que consistia em: aguardente aos litros, miséria, crime, enfermidades e morte prematura. Dois anos depois do decreto da lei, talvez mais de metade do novo elemento livre havia já desaparecido! Os fazendeiros difficilmente encontravam “meeiros”, que das lavoutras quisessem cuidar. Todos os serviços desorganizaram-se: tão grande foi o descalabro econômico quanto o social. A parte única de São Paulo que menos sofreu foi a que, antecipadamente havia já recebido alguma imigração estrangeira: o geral da Província perdeu quase tôda a safra do café, por falta de colhedores; os estudantes interromperam a carreira. Os prejudicados, em maioria, políticos, deixando os antigos partidos, adoptaram o “barrete frígio”. Dos dirigentes dos governos, da lavoura, das indústrias e do comércio, insanaram alguns, devido aos prejuizos. Uma calamidade geral!

O Governo Imperial, às tontas, ficou sem saber para onde voltar suas vistas; o Ministério João Alfredo, sem a colaboração do Conselheiro Prado, que se achava enfermo, sentiu-se impotente para acomodar a situação e, menos ainda, para deliberar com acêrto. Como medida de compensação, ou melhor de “consolação”, títulos nobiliárquicos passaram a ser concedidos aos altos expoentes da política e da lavoura; um dos quais ofertado ao Conselheiro Afonso Celso, que se tornou Vis-

conde de Ouro Preto. Ao ser oferecido igual título ao Conselheiro Prado, preferiu continuar êle a assinar seus dois simples nomes de família — daí, mais tarde, sua célebre frase que se tornou histórica: “Não me tentam os ouropés da realza”!

O velho CotePIPE, vendo as coisas muito mal paradas, sugeriu ao Conselheiro Prado que deixasse o Ministério e tentasse organizar outro, de concentração; no mesmo figurando os representantes de três partidos — conservador, liberal e republicano; preferiu êle porém esquivar-se de tal tentame; a agitação e a desorientação eram tais que não via acomodação imediata para os acontecimentos.

Sentindo-se insustentável, João Alfredo pediu demissão, indo com isso abaixo a situação conservadora! O raio caiu sobre o novel Visconde que, convidado para organizar Ministério, viu-se, com os seus companheiros, em condições nada tranquilas!

Continuou a derrama de títulos e, para tornar mais simpático o Governo Imperial, proporcionou “empréstimos hipotecários”, a longo prazo, aos fazendeiros; tendo para êsse fim contraído um empréstimo externo, em ouro, ao belo câmbio de 27 dinheiros, na importância então considerável de 180.000 contos de réis! Mesmo assim, crescia a antipatia ao Governo; a propaganda republicana, às escâncaras e por tôdas as formas, dava idéia de “bandos carnavalescos”; o Imperador achava-se ausente, enfermo na Europa, e o Conde d’Eu tornou-se malquisto, apesar de em tudo ter-se conservado neutro, visto sua origem estrangeira! Conforme todo mundo previa, e sem surpresa — mesmo para os que se diziam incrédulos — “estourou a República”, em 15 de Novembro de 1889; — felizmente sem sangue, com exceção única do Barão de Ladário que, alta patente da Marinha e Membro do Governo, foi ferido por não aceitar a intimação de um Oficial inferior!

O Exército e a Armada, defensores das instituições constitucionais, sobrepuseram-se a elas! A queda da Monarquia — profetizada por CotePIPE, no momento em que a Princesa Isabel ia referendar a Lei Áurea — completou a desorganização começada pela Abolição. Aqui em São Paulo, por pouco não houve ato lamentável e das mais sérias conseqüências: o Presidente da Província, General Couto Magalhães, — valente e enérgico sempre que preciso — escorraçou do Palácio uns “tais entusiastas”, que lá foram intimá-lo para retirar-se! Recebendo, porém, do



Visconde de Ouro Preto, um telegrama comunicando os "fatos consumados", mandou convidar os dirigentes da Política Republicana para que fôsem receber o Governo da Província, tendo sido feita a transmissão em "ato solene"; após o qual, os novos ocupantes do poder, todos de braços dados, com o General ao centro, acompanharam-no até ao Largo de São Bento, onde o illustre brasileiro tomou sua caleça e seguiu para sua chácara na Ponte Grande! Eis a sùmula dos fatos.

Diz a história que, após o terremoto havido em Lisboa, no ano de 1755, tendo sido procurado o Marquês de Pombal pelos "graúdos do Reino", a fim de saberem quais as providências a tomaram-se, respondera-lhes secamente: "Ora essa: o que mais há de ser? — enterrar os mortos e cuidar dos vivos!"

Após a proclamação da República deu-se aqui em São Paulo, qualquer coisa, em substância, parecida com a frase pombalina, com a diferença, porém, de que "tinha-se sòmente que cuidar dos vivos, sem, por felicidade, haver mortos a enterrar"! Sendo o Conselheiro Prado um dos homens mais considerados em todo São Paulo, não podia deixar de ser, como foi, procurado por uma Comissão de Representantes das principais classes sociais e políticas, independentes de partidarismos.

Foi franco: declarando-lhes que, "tratando-se de um fato consumado, não havia cabimento em nada se discutia sob os pontos de vista constitucional e doutrinário; tocos tinham que aceitar as coisas como passaram a ser; prestigiar o governo provisório e, principalmente, não fomentar perturbação da ordem; tratando cada cidadão, individualmente, de fortalecê-la o mais possível".

Tendo o Governo Provisório (do triunvirato Prudente de Moraes, General Sousa Mursa e Rangel Pestana) decretado seu primeiro ato, em 19 de novembro, declarando a "franca adesão do novo Estado de São Paulo à República dos Estados Unidos do Brasil, conforme o decreto número 1 do Governo Federal"; e, "comprometendo-se a manter a ordem, a respeitar e a fazer respeitar as leis em vigor", o Conselheiro Antônio Prado e o Dr. Augusto de Sousa Queiroz (chefes dos dois partidos políticos decaídos), de acôrdo com os correligionários, conferenciaram com os Membros do novo Governo, manifestando-lhes "franco apoio".

A tarde do mesmo dia, no Teatro São José convocada por ambos os chefes, houve grande reunião política e social, com o fim

do povo paulista aderir à forma do Governo proclamado no país.

Apresentada por êles, chefes, a respectiva "moção", foi a mesma ampla e entusiasticamente aprovada, lavrando-se em seguida a devida ata que foi assinada por centenas de assistentes e publicada no "Correio Paulistano".

Não deixou de ser êste, com efeito, mais um dos inestimáveis serviços prestados pelo grande brasileiro em prol da nossa tranquilidade para o conseqüente progresso!

Concluída assim sua proveitosa e utilíssima carreira política militante, procurou recolher-se à vida privada, sem para ela levar qualquer parcela de rancor!

Embora assim tencionando, por várias vezes, por Campos Sales e Francisco Glicério, foi solicitado para altos fins públicos, escusando-se sempre; entendia que sua atividade tornava-se necessária em outros setores, onde havia sérios interesses de terceiros confiados à experiência de sua pessoa e à sua inteira confiança. Preliminarmente, desejava passar uma temporada na Europa, para repouso e tratamento de sua saúde, alterada devido às fortes lutas políticas durante vários anos seguidos. Antes de partir, porém, "foi solicitado pelo Governo Federal para lá ficar como Representante do Brasil nos altos serviços da Emigração para diversos dos nossos Estados".

Procurando esquivar-se da importante Comissão impôs condição: "não aceitaria remuneração alguma"; provavelmente para não parecer mera sinecura. O Governo acordou, sendo do mais alto valor os grandes serviços prestados pelo patricio à sua ação diplomática junto aos representantes da Itália, da Alemanha e da Áustria.

Para São Paulo a corrente imigratória aumentou consideravelmente, visto as facilidades proporcionadas, dentre as quais seu recebimento, na magnífica Hospedaria mandada construir em 1886, pelo Conde de Parnaíba e pronta colocação nas fazendas.

Quando se achava em plena atividade sentiu-se mal; necessitava tratar-se na Suíça. Solicitando demissão, o Governo, em reconhecimento, "solicitou-lhe que indicasse substituto". O Conselheiro Prado, mesmo passando a forçada inatividade, ainda assim prestou inestimável serviço ao Brasil, lembrando-se de um seu grande amigo da máxima competência e do mais alto valor; um dos nossos Cônsules que, muitos anos havia, "achava-se esquecido em Liverpool"; — o Barão de

Rio Branco, o qual, encontrando todos os trabalhos em boa organização, fácil foi-lhe continuar a ação do seu antecessor. Como consequência, o arguto diplomata foi, mais tarde, chamado ao país; para ficar como seu grande Chanceler! E daí o quê todos nós sabemos!

Regressando da Europa dedicou-se o grande paulista, mais assiduamente, à administração de várias empresas das quais fora um dos principais organizadores. Em julho de 1889 o Dr. Martinho Prado e os seus filhos, Antônio e Martinico, adquiriram, no município de Sertãozinho, grande fazenda de café, pertencente ao Dr. Rodrigo Pereira Barreto, limitada pelo rio Mogi-Guaçu e seu afluente, o da Onça; em seguida adquiriram mais terras anexas, ficando a propriedade com cerca de 14.000 alqueires de superfície! Sendo as terras altas da melhor qualidade para café, foi aumentado o cafetal existente, passando a lavoura a atingir cerca de 3.000.000 de cafeeiros! Em proporção aos mesmos foram edificadas grandiosas benfeitorias: terreiros; despoldadores, casa de máquinas e tulhas; bem como residências para todo o pessoal e necessárias instalações, em número tal, que a "sede da fazenda" tornou-se com a aparência de uma pequena cidade, onde de tudo existe, indispensável a uma propriedade rural, inclusive Serviços Sanitários! Para o Conselheiro Prado, principalmente, São Martinho constituía verdadeiro encanto; sempre que lá se achava transformava-se, a ponto de parecer outro, tal seu espírito comunicativo e expansivo; não dispensando seus costumes passeios a cavalo, para minuciosa inspeção em todos os recantos.

Constituía sua predileção tudo concernente à parte zootécnica, onde, em grande escala, existe criação de bovídeos, equídeos, muares e suídeos; tendo conseguido obter uma excelente variedade de vacuns Hereford, de curta pelagem e criados à solta! Na fazenda existe interessante "livro de visitantes", no qual figuram nomes de grande número de pessoas notáveis em visita ao Estado de São Paulo; encontrando-se no mesmo impressões em uns 10 idiomas. Ali tudo é vasto, grandioso, espaçoso, enorme mesmo; basta considerar-se que 40 quilômetros da E. de F. Paulista atravessam a propriedade em uma sua parte! Para ter-se uma idéia completa dos detalhes, indispensável será que sejam eles publicados em um album relatório, com abundância de fotografias. Torna-se original um alto "mirante" existente no meio dos cafesaís, do qual o visitan-

te, em extenso panorama de um raio de vastos quilômetros, consegue observar apenas 3 coisas: céu, milhões de cafesaís e... mais nada!

Também no mesmo ano, o Conselheiro Prado foi dos principais organizadores de importante sociedade anônima para a fundação de um grande banco, na Capital paulista, a fim de preencher sensível lacuna. O movimento comercial estava avolumando-se muito e os estabelecimentos no gênero, eram insuficientes.

Havia na ocasião uma casa Bancária bem afreqüentada, "Nielsen & Cia.", da qual eram sócios Carlos Nielsen, o Marquês de Três Rios e o Barão de Piracicaba, que passou a servir de alicerce ao novo "Banco do Comércio e Indústria de São Paulo", cujo capital inicial foi de 5 mil contos.

O Conselheiro Prado, sempre eleito um dos Diretores do mesmo, por longos anos foi também seu Presidente: procurando durante sua gestão, acercar-se de excelentes técnicos, um dos quais não desconhecido na Praça de Londres: Carlos Nielsen, o Superintendente. Dêste, conta-se interessante caso: vindo ao Brasil um dos banqueiros daquela praça, após sua missão no Rio de Janeiro resolveu conhecer São Paulo.

Como já tivesse tido vários negócios com o "Comércio e Indústria", desejou visitar o estabelecimento. Apresentado ao Superintendente, teve logo sensível surpresa, devido à extrema facilidade com que o mesmo se expressava no mais apurado do idioma inglês.

Ao trocarem idéias, tomaram ambos tão recíproco interesse que esqueceram do tempo, e até mesmo do almoço! Gratíssimo pela visita e, sinceramente impressionado, o ilustre britânico, como requinte de gentileza, ao despedir-se disse: "Bem se vê, Mister Nielsen, que muito proveitoso foi vosso tirocinio na Inglaterra". O velho Nielsen, agradecendo a amabilidade, sensivelmente acanhado teve que responder: "Caro gentleman, até ao presente, ainda não me foi possível sair do Brasil, onde nasci e onde me eduquei!"

Dizem que o inglês ficara estupefato, por não poder compreender como, "aqui nos Trópicos", pudesse uma pessoa conseguir formar tão elevada mentalidade! Era com gente de tal quilate que o Conselheiro gostava de trabalhar. O capital do Banco, presentemente, é de cerca de 150 mil contos; e, para fazer-se uma idéia da grandiosidade da instituição, em

seu histórico e pormenores, só mesmo compulsionando seus 50 volumosos relatórios! Dirigido sempre por brasileiros, jamais teve outros técnicos.

Foi o Conselheiro Prado um dos fundadores, em 1868, da "Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais", em prosseguimento da "São Paulo Railway" que, partindo de Santos, chegava apenas a Jundiá, onde paralisava.

A ela como um dos seus Diretores e, por muitos anos seu Presidente, dedicou sempre a melhor atenção, seus esforços, e verdadeiro carinho; proporcionando-lhe bela pleiade de notáveis engenheiros especializados: todos de alto renome, aos quais, sem restrição, dispensou máxima confiança e plena liberdade, no possível dentro dos estatutos sociais. Diariamente ia êle ao Escritório Central da mesma, no Largo de São Bento, providenciar quanto ao expediente geral e receber informações do respectivo Chefe, Dr. Adolfo Pinto.

Freqüentemente viajava em serviços de inspecção; quase sempre em seu carro especial e em companhia de vários engenheiros e altos funcionários da Estrada, com os quais trocava impressões combinava serviços e examinava plantas de trabalhos projetados, em andamento ou executados.

Outras vezes utilizava-se de trem especial, a fim de parar onde necessário fôsse, para fins de vistorias em obras de arte, construções e modificações feitas ou projetadas. Gostava de assentar-se no limpa-trilhos das locomotivas para melhor observar a linha, sendo costume seu caçoar dos companheiros "calouros" que tinham disso medo!

Devido à tenacidade de sua ação e a proficiência dos seus auxiliares, a Paulista tornou-se o "admirável colosso" que é, verdadeiro paradigma em tudo no gênero. Além da parte ferroviária, propriamente dita, onde existe aperfeiçoada tração elétrica em grande extensão quilométrica, vem ela há muito explorando, para seu uso, uma bela "silvicultura de eucaliptos" em vasta escala de milhões, para combustível, dormentes, postes e marcenaria; não sendo de estranhar que, com o aumento dos hortos como vai indo, o valor desse "accessório" iguale ao da "viação"!

De conveniência será porém que seja ela ainda mais ampliada; mas para fins industriais de caixotaria, fabricação de papel e marcenaria, visto as enormes áreas de quilômetros quadrados improdutivos, à margem da sua esplêndida linha, nas várzeas alagadiças do Mo-

gi-Guaçu. Com relativo pequeno dispêndio, devido ao técnico especializado, Sr. Navarro de Andrade, poderão facilmente nascer ilimitadas culturas de essências outras; de fácil crescimento e boa madeira de leve peso — exatamente para as mesmas utilidades da "araucaria brasiliensis", a qual, dentro em pouco, vindo a extinguir-se, devido à sua desorientada e criminoso devastação como se vai dando nos curitibais, o transporte de certos produtos como a laranja, passará a constituir "sério problema".

Em 1886 o Conselheiro Prado e pessoas de sua família fundaram importante casa comercial, sob a firma "Prado, Chaves & Companhia", para comissões, consignações, compra e venda de café, em larga escala, cuja sede e respectivos armazéns instalaram-se na Capital paulista.

Devido à sua especial organização e à amplitude de operações, tomou a Casa forte incremento, tornando-se verdadeira potência no gênero, a ponto de chegar a ter seu capital igualado ao do Banco do Comércio e Industrial! Sob seus auxílios várias fazendas foram montadas e inúmeras outras aumentadas e custeadas; sendo ela assim o sustentáculo de vasta região cafeeira, da Província e do Estado.

Ao que consta, foi a primeira firma brasileira que diretamente exportou café; o que até então vinha sendo feito somente por importantes casas estrangeiras estabelecidas em Santos. Desdobrando-se em atividade, o Conselheiro Prado não deixava diariamente de ir à mesma, para examinar o andamento dos negócios, trocar idéias com os sócios e deliberar sobre o que necessário fôsse. Tempos depois, para maior amplitude, a primitiva casa transformou-se em sociedade anônima, passando seu fundador a um dos Diretores da nova Companhia, a qual, presentemente, duplicou sua especialização, tornando-se, nas praças de São Paulo e de Santos, uma das instituições de maior vulto no comércio de algodão; — compra, venda, consignação e exportação.

Até 1893 as pouquíssimas bicicletas existentes em São Paulo, constituíam uma espécie de privilégio de alguns mocinhos, pertencentes a famílias abastadas. No ano seguinte começaram a ser introduzidas comercialmente e, devido à facilidade na respectiva aquisição tornaram-se moda. Todo mundo começou a pedalar até mesmo respeitáveis damas e cir-



inspectos cavalheiros habituados à cartola e indispensável sobre-casaca! Um dos mais entusiastas do novel desporte era um dos filhos do Conselheiro Antônio Prado — o Antoninho, como geralmente era tratado — o qual reunia na Chácara do Carvalho vários dos seus companheiros a fim de, à vontade, pedalarem pelas belas avenidas ali existentes. Em pouco começaram dentre eles as disputas em corridas.

O Conselheiro, que gostava dos exercícios ao ar livre, pois sempre fôra bom cavaleiro, tomou gosto pela bicicleta e tornou-se “colega” da rapaziada. Daquela convivência surgiu a idéia de arranjar-se terreno onde fosse possível aplainar-se uma pista para “corridas de verdade”, como diziam.

Solicitados os seus bons officios e, nada sabendo fazer que não fôsse às direitas, resolveu auxiliar os moços, proporcionando-lhes uma coisa em regra, bem feita. Para isso, em um terreno da Consolação, pertencente à antiga Chácara de seus pais, fez construir um dos maiores encantos para a mocidade daquele tempo — o “Velódromo Paulista” — completo no gênero, com pista cimentada, tecnicamente feita; arquibancadas; quadras de tênis ao centro; tanque para banho e tudo mais necessário.

Por vários anos foi um dos maiores atractivos da sociedade paulista, e de grande proveito higiênico para a rapaziada que, de débil que era começou a tornar-se sadia e robusta. O Velódromo, de fato, constituiu a “célula mater” do Atletismo em São Paulo, pois, dentro em pouco, nêle surgindo o jôgo de futebol tornou-se magnífico centro desportivo.

Foi o Conselheiro Prado, em 1895, um dos fundadores da “Companhia Vidraria Santa Marina”, em Água Branca, uma das poucas indústrias verdadeiramente nacionais, porquanto a matéria-prima é ali mesmo originária.

Desde o começo teve a fábrica franco êxito. Tratando-se de indústria nova, a principio nela trabalhavam operários estrangeiros; vindos diretamente da França, em maioria. Sendo o Conselheiro pessoa avessa ao sofrimento alheio e inimigo de ver quem quer que fosse despendar esforços inútilmente, — dizem — que suas inspeções à fábrica traziam certo constrangimento; não se conformava com aquêles operários, muito vermelhos, sufando enormes bochechas para forte só-

pro nas formas do vazilhame! Indo certa vez à Europa, tratou de visitar importantes vidrarias e, de acôrdo com o que observara, trouxe de lá uma completa instalação mecânica para fabricação em alta escala, não só de garrafas, como de frascos variados para medicamentos e outros fins.

Devido ao successo da transformação, as bochechas dos francezes passaram à aposentadoria e a produção da fábrica duplicou, triplicou, quadruplicou. Presentemente é Superintendente da Companhia o Sr. Antônio Prado Júnior que, mais ainda modernizando tudo, tornou a Santa Marina uma das mais importantes vidrarias no gênero, em toda a América do Sul; passando a fabricar até mesmo frascaria fina para o acondicionamento de perfumaria, a qual, importada em tambores de metal, é aqui enfrascada para a venda a varejo.

Homem de gosto como era e, conhecedor de tudo quanto havia de bom e de útil na vida, não se conformava o Conselheiro Prado com o fato da nossa população não usufruir “condigna estância balnearia marítima” nos moldes das congêneres européias ou americanas do Norte; porquanto as existentes no lagamar de Santos deixavam muito a desejar: praias naturalmente sujas e mar amortecido.

A fim de preencher a lacuna, associando-se a pessoas de sua família e amigos, constituiu em 1895 uma sociedade anônima que, para o fim colimado, escolheu na ilha Guaíba (atual Santo Amaro), um encantador local, o mais próprio possível — a bela praia das “pitaniabas”, onde eram nativas as pitangueiras — da qual é prosseguimento a do “Guaçuá”, verdadeiro y-terô.

Notáveis foram os serviços de toda sorte ali executados pela referida Companhia que, por completo, transformou um lugar inteiramente ermo em primorosa e bizarra estância, onde nada de bonito e de confortável veio a faltar — admirada e apreciada por todos os excursionistas que vão visitá-la.

O interessante foi que tudo, para ela, veio pronto dos Estados Unidos, — questão só da respectiva montagem: — magnífico hotel de madeira, em estilo colonial; confortáveis e originais casas de residência; esplêndidas embarcações e material completo para instalação elétrica e para estrada de ferro. A policromia na pintura das edificações, combinada com a alvura da praia, o azul do céu e do mar, e o forte verde da vegetação, dava ao conjunto um todo belíssimo, feérico, fantás-

tico mesmo! Tem por abrigo a estância, contra os ventos maus, um alto morro, primitivamente coberto por intensa mata, na qual existiam plantas frutíferas nativas, tais como: cambucá, côcos de tucum e brejaúva, aracá, araticum, pitanga e outras. Anualmente ia o Conselheiro, com sua família, passar uma temporada no encantador Guarujá não deixando de levar seis magníficos cavalos, a fim de com os filhos e amigos percorrerem os pitorescos recantos da paradisíaca ilha, na qual ainda se encontra o histórico forte da Bertoga. Devido a essa tão útil iniciativa, quantos milhares de enfermos terão recuperado a saúde?!

Com a proclamação da República a Municipalidade de São Paulo, como quase tudo, passou por grande transformação; assim, a execução das leis, decretadas pelos Vereadores, ficaram ao cargo de vários Intendentes, com atribuições especializadas. Não tendo sido raros, entre eles, sérios conflitos no desempenho destas, em boa hora foram extintos tais cargos, criando-se o novo de "Prefeito Municipal", semelhante, em relativa proporção, ao do Governador do Estado.

Para seu desempenho fôra lembrado o Conselheiro Prado, que, 10 anos havia achava-se afastado da carreira política! Delicadamente recusou o convite, alegando considerar-se aposentado da mesma. Houve insistência: mas, ao apelar-se à sua longa experiência "para o bem de São Paulo", nada mais teve que proferir — mesmo não ignorando o mundo de serviços e responsabilidades que iriam seriamente pesar sobre seus ombros de sexagenário quase!

Conhecedor das cidades mais importantes da Europa e das suas regiões encantadoras, pôde fazer uma idéia de tudo quanto a Capital, de aspecto colonial, necessitava para sua metamorfose em Metrópole, moderna. Para tal, preliminarmente fez, a quem devia, uma formal ponderação: "não poderia tolerar que as práticas de quaisquer politicagens fôsem perturbar sua ação".

Tudo de acôrdo, como de costume accorreu-se de competentes auxiliares, aos quais deu relativa autonomia. Não será possível em meia dúzia de linhas dar-se uma idéia — por mais homoeopática que seja — do que foi a administração do Prefeito Municipal durante os seus 10 anos de assíduo trabalho, de 1899 a 1910! Para disso se ajuizar torna-se indispensável a consulta dos respectivos relatórios

apresentados, onde tudo detalhadamente achase exposto.

Um dos seus primeiros serviços de carácter geral foi o problema do "calçamento das vias públicas", dispendioso por sua natureza, urgia, porém, e tinha que ser feito dentro do possível e na medida da arrecadação fiscal. Sendo diminuto, então, o trânsito de veículos e pesado apenas na parte mais comercial da cidade, sugeriu ao Prefeito o aproveitamento de enorme área do calçamento existente nas ruas pouco movimentadas. Para tal, determinou o alargamento dos passeios, ao cargo dos respectivos proprietários, e utilizou-se de extensas faixas de paralelepípedos para o calçamento de outras ruas.

Ao contrário do que parecia, era o Conselheiro Prado um esteta: bastava seu porte e a correção no modo de trajar para impressionar. Gostava das coisas de arte: tudo quanto mandava executar era de agradável aparência. Em 1800 e 80 e poucos, arrendara o Teatro São José, propriedade do seu cunhado, Dr. Elias Chaves e, por intermédio do hábil empresário, conseguiu que excelentes Companhias estrangeiras, que iam à Corte viessem aqui também dar alguns espetáculos: assim a sociedade paulistana passou a conhecer grandes celebridades artísticas, tais como Tamagno, Borghimano, Scalchi Loffi, Battistini Salvini, Sara Bernhardt, Coquelin e outros.

Não se conformava com o fato do nosso povo não usufruir uma diversão pública, gratuita e de arte educativa. Fazendo sua primeira vistoria ao "Jardim da Luz", mal impressionado ficou com o mesmo, cheio de canteirinhos, vários dos quais com cercas de garrafas de fundo para o ar, abrigando perpétuas, sempre-vivas e mangericão. Resultado: passou o antigo logradouro por completa transformação à moda inglesa, com grandes gramados e artísticos canteiros, tentando finas e belíssimas flores.

Feito isto, procurou concluir seu plano de acôrdo com o Governo do Estado e com o maestro Antão Fernandes, a excellentíssima Banda de Música da Fôrça Pública passou a dar ali magníficos concertos clássicos: Wagner, Beethoven, Bach, Schubert e outros grandes sinfonistas. O coreto teve de ser triplicado e a Banda acrescida de vários instrumentos de orquestra. Toda a sociedade começou a freqüentar o aprazível jardim

com verdadeira satisfação assistir as imponentes sinfonias; cultivando assim o gôsto pela música de valor!

Em 1900 e pouco os automóveis aqui não existiam: mesmo na Europa estavam na infância; para os passeios havia carros de praça e particulares, de várias espécies; também bonitos cavalos para os que gostavam d'este gênero de desporto, do qual era eu um dos apreciadores. Sabendo que a grande Chácara das Palmeiras estava sendo retalhada para edificação, lá fui dar um giro.

Ao avistar grande turma aplainando a futura Avenida Angélica, dela me aproximei por curiosidade. Dentro em pouco foi ali ter um cavaleiro elegante, montado em magnífico "baio passista"; era o Conselheiro Prado, com quem mantinha relações apenas muito ligeiras.

Estranhei, pois, que me dirigisse êle a palavra e, mais ainda, de modo expansivo, ao contrário de sua costumeira aparência reservada de casmurro; foi dizendo: "não sabia que você também gostava de passear a cavalo e está num bem bonito". Ao gabar-lhe o seu "baio" e contando que, quando colegial no Rio, ia sempre às corridas, onde assistira a várias vitórias do Peri e da Tabajara, mais expansivo tornou-se: "Tive sempre muita predileção por animais, principalmente pelos cavaleiros; cheguei a ter grande Coudelaria em Santa Veridiana e, aqui no Carvalho, mantinha os que corriam, os de carro e os de passeio para mim e todos os meus, que também gostam da equitação; comecei porém a perder o entusiasmo pelas corridas, desde que deixaram de ser o desporto que eram, e tomaram o caráter um tanto de negócio; fizemos o mesmo os meus companheiros: seu sogro, o Rafael de Barros e, no Rio, os próprios Vista Alegre e Lengruber".

Ao estranhar que, deixando as magníficas carruagens, viesse a cavalo ver os serviços prosseguir: "para fins de inspecção o cavalo é preferível; vai-se nêle onde não pode chegar a carruagem; esta é mais para o uso da família; no centro da cidade sigo a pé meu costumeiro itinerário, após o almoço: a Paulista, o Banco, a casa Prado Chaves e onde mais fôr preciso; sempre que não chove, percorro diariamente, pelas manhãs, os diversos serviços da Prefeitura, preferindo os setores onde estão sendo atacados em maior número, levando para isso minhas duas ou três horas: mas vejo tudo e, não raro, troco idéias com

os engenheiros nos próprios locais, onde melhor se vê o que é preciso fazer-se".

Gabando eu os serviços de arborização que estavam sendo feitos, fêz-me o Conselheiro interessante preleção a respeito: "se é bonita em geral, a arborização das cidades européas, representa ela o esforço de várias gerações, muito ensaio, muita experimentação: não é coisa que, de início possa-se fazer de repente, pois, tôdas as árvores, conforme os fins e locais a ornamentarem-se, têm suas vantagens e suas desvantagens, estas quase sempre em maioria; tenho tencão de mandar fazer diversos ensaios de diferentes espécimes, do porte da murta, preferindo os que forem mais floríferos e de miúda folhagem, para não sujar as ruas e obstruir as bocas de lobo das águas pluviais; estou farto dos plátanos e principalmente dos eucaliptus que, além de crescerem de mais, arrebeentam os passeios, com as possantes raízes, as quais vão ainda danificar a canalização de águas e esgotos, na mesma enrolando-se em busca de umidade; entre o pequeno manacá e a grande paineira, temos muita coisa a ensaiar".

Passando a outro assunto confidenciou-me: "não repare a intimidade no meu tratamento; sua presença está me trazendo a lembrança de minha mocidade; não sei se sabe que fui muito amigo de seu pai: infelizmente falecido quando mais serviços poderia ainda prestar ao país, porquanto nós políticos, dos 40 aos 60 anos é que melhor podemos agir, de acôrdo com a prática da vida; tínhamos a mesma idade e fôramos condiscípulos na Academia; naquele tempo São Paulo era quase que o mesmo da época da Independência: tudo atrasado; escuro, feio e triste; a única nota de alegria partia da estudantada, isto é, de uma parte dela, chamada "desbragada", e que pintava o sete; a outra, da qual seu pai e eu fazíamos parte, em lugar de cabeça quebrada preferia que esta se entretivesse com assuntos intellectuaes, pois para isto haviam os clubes literários e políticos, quase todos com o seu jornalzinho, onde fazíamos conferências, preleções e ensaios de debates — fingindo de lente, de magistrado, de político e diplomata; havendo também uns pândegos que gostavam de se fazer de monarca: — Várias vezes tive valorosos debates com seu pai; êle, poeta romântico, mas político liberal dos mais vermelhos; eu, pacato conservador; e quase sempre, para a devida "harmonização política", íamos cear... onde possível fôsse, porque



naquele tempo às 10 horas da noite já faziam parte da madrugada!”

Mais tarde quando Inspetor de Colonização, viajava eu muito, e, não raro, encontrava-me com o Conselheiro que, ao ver-me convidava-me para ir ao seu vagão, onde gostava de ajustar contas sobre assuntos agrícolas, a respeito dos quais andava eu rabiscando artigos em vários jornais e revistas; aproveitava o ensejo para gratas reminiscências, contando a soma de trabalhos e dificuldades que ele e o irmão tiveram para conseguir verdadeira magia, na transformação da selva bruta em as duas magníficas fazendas, Brejão e Santa Veridiana: tudo aquilo narrado, com a mais encantadora das saudades, revivescência de sua juventude!

Da intimidade com que me honrou o Conselheiro Prado, e da convivência que com ele tivera, parece-me que cheguei a fazer um estudo psicológico do “caráter social” do illustre brasileiro. Aquela casmurrice, a carranca fechada, à cara de poucos amigos é o excesso de sua miopia — constituíam verdadeiras “armas de defesa”, contra os “indesejáveis”. Homem culto, de alta sociedade, esteta e exageradamente utilitarista... não tolerava futilidades! E’ costume, em muita da nossa gente a prodigalidade em uma certa classe de amabilidades, com o fito de tornar-se agradável ao martirizado ouvinte: tais sujeitos constituem “verdadeiros bate-estacas”, a cravarem-se aos golpes na paciência do próximo! Sentia por eles o Conselheiro verdadeiro pavor; e, lembrando-se de que na zoologia certos indivíduos possuem propriedades naturais de se camuflarem para a devida defesa, entendeu ele de utilizar-se de congêneres estratagemas.

Assim, quando de longe via um dos tais “amáveis”, prevalecia-se da miopia para o protetor esquívamento; outras vezes, quando pela força das circunstâncias, era forçado a ter o “bate-estacas” ao seu lado, a este, à moda do Barão de Munkausen, começava os intermináveis relatos sobre caçadas e pescarias, ou então moléstias ou negócios seus ou de um compadre, passava o Conselheiro a fechar carranca; indo mesmo até ao ponto de fingir que cochilava, conforme o diapasão dos “intermináveis casos”. Eis o que se passava. Para os demais, que com ele sabiam conversar, era outro; não raro gostava de ser contrariado a fim de poder discutir e de procurar convencer, lembrando-se, provavelmente da sua época de parlamentarismo.

Com o decorrer do tempo esses amigos foram rareando; cada vez que, para sempre ia-se um deles, companheiro de mocidade, em para ele restante, uma grande dor; dor essa que fortemente aumentou e permaneceu em seu bondoso coração, após o desaparecimento de uma filha querida e da sua esposa, companheira de meninice!

Gostava de discutir política com seu genro, Dr. Luís Aranha, e de conversar, sobre coisas outras, com o Dr. Afonso Arinos, outro genro: com o terceiro, Carlos Monteiro de Barros, quase só tratava de assuntos agrícolas.

Arinos tinha pelo sogro verdadeira admiração, entendiam-se admiravelmente. Para demonstrar suas propriedades de “transmitir o benefício” a quem quer que fôsse, e a tudo, mesmo no terreno físico — em certa roda contou interessante fato. Ambos tinham gosto idêntico; trajavam-se sempre corretamente, mas com muita simplicidade, sem a mínima afetação; tinham, em Paris, os mesmos alfaiate, chapeleiro, sapateiro e fanqueiro; dos quais semestralmente recebiam o respectivo enxoval para a estação entrante. O calçado de ambos era feito exatamente sob as mesmas formas, sem a mínima diferença, quer em comprimento quer em altura. Certa ocasião, ao receber sua encomenda, ficou Arinos entusiasmado com os sapatos, de novo modelo elegantíssimo. Resolveu estreá-los, indo ao jantar à Chácara do Carvalho; a princípio nada de extraordinário sentiu; com o calor natural, porém, começou a sofrer dor nos pés; durante o jantar manteve-se mudo, nada expansivo; ao terminar este, foi com o camareiro aos aposentos do Conselheiro, onde fez a troca dos sapatos novos por um dos pares de pleno uso do sogro; sentiu-se outro, ante o grande alívio e alegrou-se parecendo que houvera recebido notícia favorável de alto negócio! Dias após, voltando à Chácara, foi pelo camareiro informado de que o Conselheiro nada percebera da troca havida; estava usando os novos sapatos deixados, e achando-os comodísimos! Com admiração comentava Arinos o caso, aos amigos: “Vejam vocês: bastou o calçado sentir o contato dos pés do meu sogro para abrandar sua indocilidade”. Estando de veia nesse dia, comentei de minha parte: “nada de extraordinário, visto como em outros tempos gostava ele de adestrar animais”. Mas que vem isto ao fato?” Muito simples: “Certamente os sapatos eram de “anca de potro”! E’ boa esta; vou guardá-la para um dos meus contos!

Quando Prefeito, vendo o Conselheiro o grande aumento no número de automóveis registrados entendeu que deveríamos ter aqui, à moda européia, uma associação para zelar dos interesses dos respectivos proprietários e incrementar o gosto pelo novo desportismo.

Foi assim um dos fundadores do "Automóvel Clube de São Paulo", que tanta animação veio dar à nossa vida social; mantendo outrossim estreito convívio com as demais associações congêneres até mesmo nos países vizinhos. Não raro seus Diretores trocavam entendimentos com os poderes governamentais em prol do automobilismo estadual; especialmente quanto às rodovias públicas.

Ainda em seu tempo quando na Prefeitura, apesar dos inúmeros serviços ao seu cargo, tanto públicos como particulares, fundou o Conselheiro Prado dois importantes estabelecimentos industriais: o "Cortume de Água Branca", em 1895, onde se preparavam finíssimas pelicas e pelissas; e o "Frigorífico de Barretos", em 1910, verdadeiro modelo no gênero.

Devido ao Grande Prefeito transformouse radicalmente a viação pública da Capital Paulista, com a substituição dos antigos bondes de tração animal, pelos elétricos. Basta este fato para a consagração do seu nome, ante o benefício de toda sorte por que também passaram a receber grandes regiões do nosso Estado, servidas pela "The São Paulo Tramway, Light & Power Co." — uma das mais grandiosas empresas dinâmicas, existentes em toda a América do Sul!

Ao deixar a Prefeitura em 1910, foi o Conselheiro Prado alvo de "verdadeira consagração por parte da população paulistana". Durante mais de duas horas, colossal cortejo levou passando em direção à Chácara do Carvalho; sendo o benfeitor do Município saudado pelo grande tribuno Dr. Alfredo Pujol, que, em arrebatadora oração, agradeceu em nome do povo os inestimáveis serviços recebidos. Após comovente resposta, e num impressionante gesto de requintada fidalguia, franqueou o Conselheiro aos manifestantes os luxuosos salões do seu esplêndido palácio, nos quais passou a dançar a alegre mocidade de todas as classes sociais!

Natural que, após tanta labuta, auferisse uma boa folga em benefício de seu físico, de mais de 70 anos. Para isso seguiu para a Europa, com destino a uma estação de repouso. Antes de lá chegar, porém, teve que cuidar de importante assunto. Em 1900 e pouco, resolveu o Governo da Itália incrementar o po-

voamento de suas colônias do Mar Vermelho: a Eritréia e a Somália. Para tal, dificultou o mais possível a vida de emigrantes para a América; e, devido a isso, a lavoura paulista começou a ressentir-se da escassez de braços.

Achando-se na Europa, tratou o Conselheiro de dar um jeito a fim de obter permissão para a vinda de famílias, diretamente contratadas para suas fazendas, e as de seus parentes. Mantendo as melhores relações com os elementos oficiais, conseguiu o assentimento por parte do referido Governo; o qual porém criou embaraços quanto a detalhes estabelecendo condições atentatórias à nossa soberania — razão pela qual não pôde obter o contrato o devido beneplácito do Governo Brasileiro — fato aquêle que muito desgostou o grande paulista.

Já alquebrado pela idade, mesmo assim, vários de seus amigos convidaram-no para chefiar "novo Partido Político". Adepto que sempre fora da dualidade, no mínimo, dos partidos — conforme as boas normas da nossa extinta Monarquia — entendia que não podíamos continuar como nos achávamos. Aceitou pois o encargo: um tanto para dar prestígio à recente associação, porquanto não mais podia ser o militante e o mesmo combatente do tempo da União Conservadora! Enquanto viveu seu genro o Dr. Luís Aranha, um dos sustentáculos do "Partido Democrático", mostrou por êle o Conselheiro certo interesse; desaparecido aquêle e acometido de forte artério-esclerose, nada mais pôde fazer!

Muito triste foi a última quadra da vida do dedicado paulista. Forçado pela moléstia, teve que deixar tudo quanto, em sua terra, para si constituía, entretanto, bem-estar e distração; e passar a residir inativo no Rio de Janeiro, onde a falta de altitude era-lhe mais favorável. Mesmo assim, seu físico, demasiado enfraquecido pelo longo decorrer de 89 fevereiros, não mais teve ação para reagir ante a fatalidade — vindo o Grande Brasileiro a falecer aos 23 de abril de 1929, assistido de todos de sua numerosa e querida família.

Em sincera consagração à sua memória, São Paulo acha-se em falta. Pelo muito que fez, e atendendo-se aos inúmeros benefícios que deixou o Conselheiro Antônio da Silva Prado, em prol dos mesmos sua lembrança deverá manter-se perpetuada. A praça que conserva seu nome, e por êle remodelada, é demasiado exígua para conter o Monumento que merece e do qual é-lhe o povo devedor. Ficará, no entanto, acertada a respectiva ere-

ção em local que fôra muito querido seu, e onde dispendeu verdadeira dedicação — o belo parque-ajardinado da Praça da República — uma das suas criações e “a menina dos seus olhos”, como assim carinhosamente considerava.

Sabido é que as grande construções monumentais, pelo vulto da massa e pela altitude do porte, não podem ser contempladas de perto; faz-se mister certa distância para a respectiva apreciação em conjunto. O mesmo se dá para com os grandes homens do “saber” ou da “ação”, que não podem ser compreendidos pelos contemporâneos, pois vários dêles chegaram até a morrer martirizados, como “prejudiciais à humanidade”, haja vista, dentre tantos ou’ros, o lamentável fim de Giordano Bruno e Lavoisier!

Gente muito nossa também de incontável valor pela vida passou insignificamente incompreendida pelos contemporâneos de então. Sômente mais tarde, e por outras gerações começaram e estão começando a ser compreendidas; daí as justas homenagens, materiais comemorações e consagrações patrióticas. Haja vista o que há pouco foi feito em prol de ilustres brasileiros que, considerados “esquecidos”, foram repentinamente “lembrados”, para a comemoração dos respectivos centenários natalícios; dentre os quais dois literatos que, provindos de humilde classe social, têm hoje as efígies estampadas em selos postais e em moedas divisionárias, correntes no país: Machado de Assis e Tobias Barreto!

O Conselheiro Antônio Prado, pela enorme soma de serviços de caráter generalizado, prestados ao Império e à República do Brasil, não teve ainda tempo de ser compreendido pelos nossos contemporâneos; seu vulto, muito perto como se acha, está sendo observado e avaliado apenas por esparsos detalhes. São demonstrações disso as “tímidas homenagens”, anunciadas pela Imprensa, realizarem-se em comemorações ao seu primeiro centenário natalício — muito aquém aliás do valor dos inestimáveis serviços que, com máximo patriotismo, prestou ao Brasil em geral, e parcialmente a São Paulo (província, estado, município e ao seu pórtio de Santos), ao Rio Grande do Sul, ao Paraná, à Bahia, a Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Amazonas e outros, hoje Estados! A devotada Comissão, organizada para a comemoração do referido centenário, ao que consta, tem recebido apenas “platônicas adesões” — em flagrante desacôrdo com o grande legado de serviços deixados pelo homenageado — verdadeira “avis rara”; dessas que, por século, vê-se uma ou outra!

A bem, pois, da História política, social e econômica da Nação Brasileira, impõe-se que algum paciente pesquisador, após exaustivo trabalho em coligir vultosos dados sobre tôda a ação do nosso grande patricio, passe calmamente a narrá-la; salientando cada um dos seus inestimáveis serviços. Será essa a Justiça do Tempo, de que é êle merecido credor.

São Paulo, 25 de fevereiro de 1940.

(Transcrito do “*Jornal do Comercio*”).



# ISABEL A REDENTORA, E A ROSA DE OURO

ALCINDO SODRÉ

É fato notório e já amplamente consagrado nas letras históricas, o papel desempenhado pela Princesa Isabel na abolição do cativeiro no Brasil.

Seguindo o exemplo de seu augusto Pai, nas decisivas e oportunas medidas que prepararam a extinção gradual do servilismo, a Condessa d'Eu, embora consagrando-se Redentora, não trepidou em abalar a estabilidade do próprio Trono, com a assinatura da Lei de 13 de maio.

Existem, no entanto, alguns aspectos interessantes sobre o assunto, sem maior divulgação, e que se prendem a fatos ocorridos em Petrópolis.

Esta cidade foi aliás o cenário dos primeiros passos da Imperial Princesa para a nobre medida de que foi autora, e pela qual mereceu do Sumo Pontífice o presente da Rosa de Ouro.

Desse modo, vamos referir alguns episódios ocorridos em Petrópolis uma das primeiras localidades do Brasil a extinguir a escravidão. Para tanto, em Livro de ouro da Municipalidade, aberto em 1884 por inspiração de Dom Pedro II, e destinado a angariar fundos de libertação de escravos, a primeira assinatura foi do Imperador, cuja letra registrou apenas as seguintes palavras: "Um Brasileiro .. 500\$00". Logo a seguir vinha a firma da Princesa Isabel.

E daí, até assinar o 13 de maio, Dona Isabel promovia, por todos os meios, a libertação dos cativos. As Batalhas de Flores, foram das suas mais curiosas iniciativas. Precedendo o préstito, ia a carruagem primorosamente enfeitada de Suas Altezas, e as batalhas com o lindo espetáculo se transformavam em bando precatório em favor da emancipação de escravos, recolhendo a Princesa, por suas próprias mãos, as benfazejas quantias.

Seus augustos filhos, ainda meninos, possuíam os conhecidos jornaizinhos, "Correio Imperial", "Correio Assu" e "Correio Nirim",

em cujas páginas e impressos destacados faziam a propaganda abolicionista. Pela graça e simplicidade de que se revestem, vamos reproduzir, dois impressos da tipografia do "Correio Imperial":

## *Batalha de Flores*

Esta batalha preclara,  
De flores de mil matizes,  
Grandes venturas prepara  
A sorte dos infelizes.

Com ardor é pelejada  
Por uma fila de bravos,  
Sob os auspícios da Fada  
Que se condói dos escravos.

Esta batalha de flores  
É também da Liberdade.  
Aos piedosos lutadores  
Abençoa a Divindade!

Petrópolis, 12 de fevereiro de 1888.

## A SUA ALTEZA A PRINCESA IMPERIAL

Graças ao Vosso incentivo,  
Que a nobres feitos induz,  
Livre o filho do cativo  
Descerra os olhos à luz!

Graças aos Vossos cuidados,  
Neste dia prazenteiro,  
Quebram tantos maldados  
O jugo do cativeiro!

Salve, ó ínclita Princesa!  
É grande a Vossa missão!  
Avante levai a empresa  
Da bendita redenção!

F.D.

Petrópolis, 1 de abril de 1888.

No dia 4 de maio de 1888, almoçaram no Palácio Imperial de Petrópolis 14 africanos, foragidos de Fazendas circunvizinhas. E à noite, a música do Imperador percorria as ruas de Petrópolis, em ovação ao modormo Nogueira da Gama, que libertara todos os seus escravos, e ao advogado Marcos Fioravanti, que desde o dia 1 de abril dirigia o êxodo sob a proteção da Princesa.

Êsses foram os pródromos, ocorridos em Petrópolis, da Libertação total e definitiva dos escravos no Brasil, com a lei de 13 de maio de 1888.

E por êsse gesto de magnanimidade política, fêz jus a Princesa a um presente extraordinário: a Rosa de Ouro, oferecida por S. S. o Papa Leão XIII.

A Rosa de Ouro não é uma ordem honorífica, nem uma condecoração. É um alto dom, um presente excepcional, um mimo precioso que os Sumos Pontífices se dignam ofertar a Igrejas, Santuários célebres, Soberanos católicos, Príncipes ilustres, guerreiros famosos ou pessoas por quaisquer títulos sejam beneméritas da Santa Sé.

Discute-se sobre se a instituição da Rosa de Ouro venha entre o ano de 590 e o século anterior. Sabe-se no entanto, com segurança, que ela existiu desde o século XI, com o Papa S. Leão IX. Por outro lado, a liturgia da Rosa de Ouro não é coeva da sua instituição. Segundo o Papa Benedito XIV, a liturgia foi introduzida no começo do século XV; pois no tempo do Papa Júlio II fazia já muito tempo que vigorava a observância de santificar a Rosa áurea com uma sagração especial. Por onde se vê, a Rosa de Ouro tornou-se um verdadeiro sacramental.

O Sumo Pontífice, em pessoa, é quem procede com solenidade, no quarto domingo da Quaresma, à bênção da Rosa, e assim lhe aumenta mais a dignidade e lhe granjeia mais veneração e respeito, no dizer de Monsenhor João Esberard, fonte de nossas linhas sobre êsse sagrado objeto.

Traz a flôr uma pequena cápsula para receber o bálsamo do Perú e o pó odorífero de almíscar, que ali deposita o Pontífice no ato da bênção, para simular a suave fragrância da rainha das flores. A cerimônia é feita antes da Missa solene. Terminado o ato, o Clérigo da Câmara apostólica a leva, adiante do Pontífice, enquanto êste, acompanhado do Colégio cardinalício, se encaminha processionalmente, de cruz alçada, para a capela onde se vai celebrar o Santo Sacrifício, sendo colocada a Rosa no altar, debaixo da Cruz.

Uma das mais célebres Rosas foi a que Inocêncio XI, em sinal de regozijo pela libertação

de Viena, de Áustria, assediada pelos turcos, ofertou a Maria Casimira, Rainha da Polônia, a cujo marido, o valoroso Rei João III, era devido aquêlê grande feito de armas.

A Rosa de Ouro ofertada à Princesa Isabel tem uma haste de ouro, de 46 cm de altura, doze ramos, cento e vinte e quatro fôlhas, vinte e quatro espinhos, oito rosas e doze botões, tendo o conjunto cêrca de um metro de circunferência.

Remetendo-a, o Santo Padre dirigiu à Princesa as seguintes letras apostólicas:

“À muito amada em Cristo Filha Nossa Isabel, Princesa Imperial Regente do Império do Brasil.

Leão XIII, Papa.

Muito amada em Cristo Filha Nossa, Saúde e Bênção apostólica.

As preclaras virtudes que adornam Vossa pessoa e as brilhantes demonstrações de singular dedicação que Nos destes a Nós e a esta Sé Apostólica, pareceu-Nos mereciam sem dúvida um testemunho particular e insigne do Nosso apreço e paternal afeto para convosco.

Para Vos apresentarmos porém êsse testemunho, nenhuma oportunidade mais favorável podia dar-se, conforme entendemos, do que a actual. Com efeito, novo esplendor acaba de realçar ainda mais os Vossos louvores por ocasião da lei que ai foi recentemente decretada e por Vossa Alteza Imperial sancionada, relativa àqueles que, achando-se nesse Império Brasileiro sujeitos à condição servil, adquiriram em virtude da mesma lei a dignidade e os direitos de homens livres.

Assim pois, muito amada em Cristo Filha Nossa, Nós Vos enviamos de mimo a Rosa de Ouro que, ao pé do altar, consagramos com a prece apostólica e os demais ritos sagrados consoante à usança antiga de Nossos Predecessores.

Por esta razão investimos do caráter do Nosso Delegado apostólico ao amado Filho Francisco Spoverini, Nosso Prelado Doméstico e Protonotári Apostólico, que exerce as funções de Internúncio e de Enviado extraordinário Nosso e desta Santa Sé, junto ao muito amado em Cristo Filho Nosso Pedro II Imperador do Brasil, e na ausência dêle junto à Vossa Alteza Imperial, com o fim de levar-Vos a referida Rosa e de exercer o honrosíssimo ministério de fazer-Vos a tradição dela observando as sagradas cerimônias do estilo.

Nesse mimo, porém, que Vos ofertamos, desejo Nosso que Vossa Alteza Imperial não olhe para o preço do objeto e seu valor, mas atenda aos mais sagrados mistérios por êle sig-

nificados. Assim é que nessa flor e no esplendor do ouro se manifesta Jesus Cristo e sua suprema Majestade. É elle que se denomina a flor do campo e o lírio dos vales. Na fragância da mesma flor se exhibe um símbolo do bom odor de Cristo, que ao longe rescendem todos os que cuidadosamente imitam as suas virtudes.

Dai é impossível que o aspecto dêste mimo não inflame cada vez mais o Vosso zelo em respeitar a Religião e em trilhar a vereda árdua, sim, mas esplêndida da virtude.

No entretanto, implorando tôda sorte de prosperidades e venturas para Vós, e todo o Império Brasileiro, muito afetosamente no Senhor outorgamos a Benção apostólica a Vós, muito amada em Cristo Filha Nossa, e à Vossa Imperial Família.

Dado em Roma, junto a S. Pedro, sob o anel do Pescador, no dia 29 de maio do ano de 1888, 11.º do Nosso Pontificado.

Carlos Nocella."

Para a entrega dêsse mimo foi comissionado o Internúncio no Brasil, para tanto nomeado Delegado apostólico e Comissário Pontifício, que o fêz o maior aparato. Pela primeira vez seria ofertada a Rosa de Ouro a uma personagem dos Continentes americanos. Foi no dia 28 de setembro de 1888. O préstito saíra do Palácio da Nunciatura para a Capela Imperial, onde era aguardado já na rua por banda de música, fôrça militar e muito povo.

Na nave da igreja acham-se os Srs. Bispos, O Imperador, a Imperatriz, os Príncipes e muitos titulares. Procede-se à Missa pontifical. Da tribuna sacra, fala o Sr. Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, descrevendo o significado da Rosa de Ouro.

Quando a Princesa ajoelha diante do Internúncio para receber o mimo, êste lhe diz:

"Recebe de nossas mãos esta Rosa. Deposito-la nas tuas por comissão especial que nos foi outorgada pelo Santíssimo Padre em Cristo e Senhor Nosso Leão XIII, Papa pela divina Providência. Símbolo da alegria da Jerusalém militante e da Jerusalém triunfante, ela manifesta a todos os fiéis a mais formosa das flores que é Jesus-Cristo, alegria e coroa de todos os Santos. Recebe-a pois, Filha dilettíssima e, segundo o século, nobre, poderosa, e dotada de preclaras virtudes, a fim de que Jesus-Cristo mesmo te enobreça acrescentando teus méritos, à semelhança duma Rosa plantada à beira de abundantes águas. Digne-se, por sua copiosa clemência, conceder-te esta graça aquêle Deus trino e uno que vive pelos séculos dos séculos. Amém."

Sua Alteza, recebendo-a, beija a Rosa de Ouro, e expressa a sua gratidão ao Papa.

Estava assim conferido a Isabel, a Redentora, e sob um símbolo litúrgico, o singular presente com que Sua Santidade exprime excepcionalmente o contentamento de seu coração a atos de benemerência humana.

(Transc. das "Vozes de Petrópolis").



## A MARGEM DO CENTENÁRIO DA PRINCESA ISABEL

NORONHA SANTOS

Arrecadados em 1870 os últimos troféus da guerra da tríplice aliança, abriu-se para o Brasil um período de porfiadas reivindicações sociais. Na luta cheia de sacrifícios que durante cinco anos sustentáramos contra o ditador Lopez, podia-se ver uma das etapas das derradeiras manifestações de partidários extremos da corôa.

Ela demarcara, no dizer de Joaquim Nabuco, o divisor de águas da nossa história contemporânea fazendo estender suas consequências morais aos destinos das Repúblicas platinas. O contacto mais íntimo do Império com os povos vizinhos avivara o contraste das instituições políticas. “E, se no período da Independência — pondera Tristão de Ataíde — foi o Prata que sonhou com uma adaptação das instituições brasileiras, era agora o Brasil que começava a respirar o republicanismo platino”. “A guerra — acrescenta o autor do “Política e Letras” (“À margem da História da República”) — acentuou também a questão basilar do Império — a Abolição.

Era todo o regime de trabalho, de povoamento, de riqueza, de revelação da terra brasileira, que entrava no período crítico”.

Com o impulso de um caudal, sem que nenhuma força a contivesse após a lei de 28 de setembro de 1871, que libertou os filhos da mulher escrava, a propaganda abolicionista começou a seduzir as melhores energias cívicas, e a congregar em suas fileiras a mocidade civil e militar.

Fonte inesgotável de inspirações, a envolver modalidades multiformes — um mundo de sonhos e de realizações para os arroubos políticos do Parlamento, como para o lirismo literário e motivos artísticos, a reação anti-escravista abalara fundamentalmente os alicerces da monarquia, hostilizando os partidários da corôa, que tinham a impaciência de subir e a incapacidade de tolerar que os contrários tivessem a sua vez.

Na imprensa e nos comícios, no romance de costumes e no teatro, na música e na poesia popular, em trovas brasileiras, cheias de queixumes e na “modinha”, de toada tão dolente e humilde, ressumbraram sentimentos de protesto contra a escravidão — protestos que cresceram através de estrofes de nossos melhores poetas.

Castro Alves — o maior intérprete dessa reação, sintetizara a revolta e os anelos de liberdade contra o flagelo escravista.

O movimento de opinião que se tornou temeroso para a segurança do trono, imporia dentro de alguns anos um termo às dubiedades do Imperador e de ilustres homens de Estado — notadamente dos aliados do partido conservador — dos que viam naquela miserável instituição o único meio sobre o qual assentara o edifício da malsinada realza no Brasil. O indiferentismo da monarquia fizera perder de vista o ideal de uma nação livre — que de 1845 a 50 importara de terras africanas 269.249 escravos — não obstante a repressão do infame tráfico feito pela Inglaterra.

“O culpado de tudo isso é o Imperador — bradava mais tarde Joaquim Nabuco — culpado porque quando era preciso caminhar resolutamente para adiante, ele voltou para trás; quando este país ansiava por idéias novas, e um espírito de governo novo, ele só pensou em dar arras à escravidão e em reconciliar-se francamente com ela. O Imperador, assim procedendo, praticou um crime faltando desta arte à única missão assinalada ao seu reinado”.

Derribando os ídolos do regime, os partidos da corôa eram indiferentes ao imperante, cujo nome e cujas atitudes se criticavam desapiedadamente em entrelinhas de panfletos e em calungas da caricatura. Conquanto estas práticas, fossem comuns aos dois partidos constitucionais, forçoso é convir que os liberais, mais altaneiros em seus gestos pleitearam e encabe-

caram, quando no ostracismo, nobres movimentos de protesto da opinião nacional.

Ainda de Joaquim Nabuco — o apóstolo exemplar da libertação da infeliz raça negra — vamos encontrar no “Erro do Imperador” veemente acusação ao soberano por considerá-lo apático e mesmo infenso ao problema abolicionista. Este pequeno excerto sintetiza o pensamento do pranteado brasileiro acerca de Dom Pedro II:

“O que se lhe pede e o mesmo que o mundo tem pedido ao sultão da Turquia, ao vice-rei do Egipto, ao imperador de Marrocos, ao régulo de Zanzibar. Desde 1840 êle não teve outra missão, não foi chamado a outra tarefa e, no entanto, o indiferentismo do Imperador não podia ser maior ...”

Os “Anais do Parlamento” e a imprensa daqueles dias estão enxameados de discursos e artigos, nos quais explodiam sentimentos de discordia, em conceitos verdadeiros ou depreciativos e nas objurgatorias contra os adversários, visando o próprio soberano e o desmantelo das instituições monárquicas dando ganho de causa ao movimento abolicionista e à propaganda republicana.

Patrocínio, incisivo em incriminar o soberano, num dos seus mais virulentos libelos de imprensa, ardendo em chama messiânica, escreveu palavras de formal repulsa aos processos então em voga pela realeza, dando-lhe a responsabilidade na manutenção do regime esclavagista:

“Sôbre a cabeça branca do Imperador, sôbre os destinos de sua família, lançamos tôdas as lágrimas e todo o sangue que os propagandistas e os escravos vão derramar ... Que essas lágrimas e êsse sangue, preço do reinado do senhor Dom Pedro II, reunidos à lista civil de carne humana, paga em impostos sôbre escravos, escorram e goteje mconstantemente na memória de sua Majestade.”

Em outubro de 1877, repercutiu com entusiasmo na capital do Império a notícia da sublevação de escravos em fazendas de São Paulo. Guiadas pelo intrépido propagandista Antônio Bento de Sousa Castro, percorreram as caravanas amotinadas as extensas terras agricultadas da Província, até os caminhos abruptos de Cubatão — onde se asilaram e reforçaram o quilombo de Jabaguara, em Santos. Impressionado com êsse movimento de rebeldia — que surpreendera a todos os espiritos e significava a conduta pacífica dos escravos, o Marechal Deodoro, na presidência do Clube Militar, endereçou à Princesa Regente D. Isabel uma mensagem, na qual exteriorizava o repudio do

Exército em colaborar com os “capitães do mato” na captura de negros-fugidos.

Não era possível contemporizar com a aristocracia do café e com os interesses egoístas que se acastelavam nas fazendas e engenhos.

\*\*\*

Quando a Princesa D. Isabel assinou a lei aurea de 13 de maio de 1888, oficializou, apenas, — e mui dignamente — melhor diremos, homologou o que o sentimento nacional quase unânime reclamava, e o fez, destoando possivelmente da política costumeira de protelações, observada pelos aulicos que a cercavam.

Reservou-lhe o destino histórico a grande ventura — a maior de tôda sua existência — de sancionar a gloriosa reforma social, de que foi o mais autorizado propugnador o Ministério João Alfredo.

Na “fala do trono”, lida a 3 de maio daquele ano à Assembléia Geral Legislativa e redigida pelo Conselheiro Antônio Ferreira Viana, Ministro da Justiça, assim o disse à veneranda senhora:

“A extinção do elemento servil pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades dos particulares em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por tôdas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação por parte dos proprietários.

Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura, em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições”.

Refletindo, com raríssima elevação moral, a vontade nacional, o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, chefe do gabinete de 10 de março, declarou ao Parlamento, no discurso de apresentação do Ministério, a 7 de maio:

“Dirci sômente que o Ministério, se tiver apoio do Parlamento, há-de esforçar-se para que êste programa se converta em realidade e, sobretudo, para que se efetue, quanto antes, a reforma do elemento servil, que é a aspiração nacional e que o gabinete tem empenho em fazer tão perfeita quanto a opinião pública o indica e quer.

Amanhã, será apresentada a proposta do poder executivo, para que se converta em lei a extinção imediata e incondicional da escravidão no Brasil.”

Capitularam no Parlamento impenitentes adversários da Abolição e ao revidar argumentos do deputado Andrade Figueira, dizia, em réplica, o destemeroso abolitionista Joaquim Nabuco, que os apartes daquele escravocrata se assemelhavam no momento ao “zumbido de um inseto diante da queda fragorosa da cachoeira de Paulo Afonso...”

Na comemoração do Centenário natalício da Princesa D. Isabel — comemoração digna sem dúvida do maior apreço, cumpre-nos todavia acentuar, mais uma vez, que o movimento em prol da Abolição foi verdadeiramente nacional, a êle se aliando a serenissima Senhora Condessa d'Eu.

Verdadeiramente nacional — porque venceu pelo esforço da vontade popular e da benemérita propaganda — da qual se tornou por todos os títulos a figura central o grande e inesquecível Joaquim Nabuco.

À memória da filha de Dom Pedro II rendemos, com a maior isenção de ânimo — sem nenhuma ferrugem de saudosismo monárquico — um culto de justiça, de que ela se tornou merecedora — quer pelo coração de Mulher quer pelo devotamento com que contribuiu para as duas reformas sociais — a de 1871 e a de 13 de maio de 1888, extinguindo a escravidão em todos os quadrantes da Pátria.

(De “O Globo” 29-7-1946).



## HOMENAGEM DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE À PRINCESA ISABEL

O deputado Aureliano Leite pronunciou na sessão de 29-7 da Assembléia Nacional Constituinte o seguinte discurso:

“Senhores Constituintes. A União Democrática Nacional houve por bem determinar que eu vos falasse na homenagem que a Assembléia Nacional Constituinte está prestando à Princesa Isabel. Não sei porque esta designação, quando existe em o nosso seio um sem número de figuras de prol capaz de bem melhor desempenhar esse honroso mandato. Talvez se lhe apresentasse como única razão disso o fato de, duas vezes, ultimamente, aqui e no Instituto Histórico Brasileiro, eu haver cuidado da pessoa augusta da mui querida filha do senhor d. Pedro II. De qualquer maneira, não sabendo recusar serviços ordenados, aqui estou para executá-los, ainda que eu não assegure na sua lavratura o resultado que estaria no meu desejo, mas tão somente o resultado de que sejam aptas as minhas limitadas forças intelectuais.

Srs. Constituintes, justíssimos me parecem os louvores que o Parlamento Brasileiro, incorporando-se às demais entidades nacionais, e, nesta hora, a mais legítima e expressiva delas, rende à Redentora.

Sem ser monarquista, como se disse de mim nesta Casa, mais talvez por faccial; sem ser monarquista, nem por mim, nem mesmo por meus ascendentes, pois o tive na Inconfidência Mineira, que positivamente era republicana, não sei esconder a minha decidida admiração pelos vultos coroados que dignificaram o Brasil.

O sr. Medeiros Neto — Verifico que v. exa., como eminente historiador, presta a mais justa homenagem a uma figura saliente da história do Brasil.

O sr. Aureliano Leite — Muito obrigado a v. exa. Seu aparte será incorporado ao meu discurso.

O sr. Lino Machado — Tenho a impressão de que v. exa. está falando em nome da própria Câmara.

O sr. Aureliano Leite — Muito obrigado se v. exa. assim o interpreta.

A criatura humana, de sangue azul ou vermelho, apresenta nos seus merecimentos e feitos uma verdadeira contra-corrente de créditos e débitos. Embora cheia de débitos, se possui créditos e estes superam aqueles, ou melhor, se fechada essa conta-corrente, o saldo é de benefícios, não hesito um instante em estender-lhe a mão e considerá-la um ser útil, um individuo acima do normal, digno, caro à pátria.

Na monarquia, começando por d. João e acabando pela princesa Isabel, com transito pelos dois Pedros, todos se tornaram benemérentes ao país, todos deixaram saldos de utilidades ao Brasil. Tiveram faltas mas tiveram virtudes. E estas sobrelevaram-se àquelas.

É por isso que, mesmo republicano presidencialista federacionista, e, pois, três vezes contra o regime inicial do Brasil, porque era monarquista e era parlamentarista e era unitarista, não posso deixar de louvar aqueles que deram em mãos durante mais de 80 anos as rédeas da administração brasileira.

Se isto se mostra certo e exato, observando-os em conjunto, havemos de concordar que, focalizada em separado a Princesa Isabel, ela realça de muito aos olhos mais severos e frios.

Declarei há poucos dias, numa entrevista à “Noite”, e não trepido em repeti-lo: está nela a legítima “first lady do Brasil”.

Agora que o país facultou a política e a administração à mulher, reside na Princesa Isabel o mais perfeito e sugestivo modelo de conduta no lar e na vida de serviços à nação.

Legítima, incontestável “first lady” do Brasil!

Esposa adorável, mãe boníssima, filha dedicada, foi ao mesmo tempo sabia governante, conciliando os deveres de Estado com os deveres familiares.

A sua progenitora, a doce imperatriz dona Maria Cristina, filha querida de Francisco I, das Duas Cecílias, e que era historicamente chamada a “mãe dos brasileiros”, nunca pas-

sou — e aliás teve nisso nobilitante papel, de dedicada esposa de Pedro II.

Mas d. Isabel sublimou-se na função dupla do lar e do estado.

Aos 25 anos, em momentos difíceis e atormentados da vida nacional, já ligada por venturoso casamento a um príncipe estrangeiro, pouco amado dos desconfiados brasileiros, subia ao trono para reinar em lugar de dom Pedro II, em viagem na Europa.

Já o declarei também, algures, e não tenho motivos para o retirar: o patriarcal imperador, embora doente e podendo tratar-se no país, mas vendo na filha querida a herdeira do cetro, dava assim a sua futura sucessora a oportunidade de ir-se adiantando na demonstração da capacidade ou pendor para o governo.

E d. Isabel não se desmereceu nesse treinamento ou nesse ensaio administrativo.

A sua obra resistirá por muito ao desgaste do tempo implacável, que não respeita nem palácios, nem portos, nem catedrais, nem cidades, nem túmulos, nem mestátuas, nem nações, nem glórias humanas, mas a estas, entretanto, concede maior longevidade.

Resistirá tanto quanto estas a obra de Isabel, se se considerar que não ficou na primeira Regência, em que ela deu ao Brasil “a lei do ventre livre” e viu o Brasil convidado para

arbitro internacional entre a Inglaterra e os Estados Unidos.

A obra, dessa excelsa princesa estendeu-se pela segunda regência sempre assinalada, e coroou-se de louros na terceira, quando o vasto Brasil recebeu a “Lei Aurea”.

As criaturas que amam e desejam a efemera immortalidade das coisas terrenas, perdem-nas muitas vezes, por não saber trocar luminosas posições presentes por duros sacrifícios a bem da humanidade.

A princesa Isabel, na realidade não teve em mira uma transação com essa ilusória immortalidade.

Perdendo e sabendo que ia perder o trono não pensou senão no benefício que estendia a cerca de um milhão e duzentos mil brasileiros que pagavam por preço iníquo a culpa de seus negros e cativos.

A sua glória é maior e mais duradoura por isso.

Foi o seu coração feminino que dirigiu o seu cérebro bem formado.

Rendamos, srs. Constituintes, a essa Mulher admirável as nossas edificantes homenagens nas vésperas do seu centenário natalício. Se “redentora” já não fosse chamada, a chamássemos “a primeira dama brasileira”.

(Palmas. Muito bem. O orador é vivamente cumprimentado).

(Transcrito do “Diário da Assembleia”).

## A PRINCESA DA ROSA DE OURO

PEDRO CALMON

A princesa Isabel no exílio, eis o capítulo mais largamente emocional da história dramática da "Redentora": exatamente por ser o capítulo sem história, na sua vida iluminada de tanta alegoria e sublinhada de tanta dor. O infortúnio é, aliás, a pedra de toque dos grandes caracteres. E costuma ser a reabilitação dos reis. Na hora infeliz a majestade pode dignificar-se, na altivez e no estoicismo; e engrandecer-se na moderação, na sobrançeria, na coragem, e até no silêncio. D. Pedro II viveu o momento culminante do seu reinado ao findá-lo, na tarde de 16 de novembro de 1889 — sem uma palavra áspera, sem um gesto inútil, sem um pensamento mesquinho que lhe aproximasse da vulgaridade a resignação serena. Sua filha acompanhou-o nessa conduta, embora muito diferente dele no temperamento e na educação. A 15 de novembro, no Paço da Cidade, o que o regime agonizante teve ainda de vigor tardio, proveio dela, na sua ansiedade, no seu espírito de ação e debate, na força que tirava de sua surpresa e de sua intransigência. Declarou, de começo, que não deixaria o pai, mesmo que isto lhe custasse a vida. Mandou pessoalmente convocar, fora de horas, o conselho de Estado. Apelou para uns, convenceu a outros, comandou a todos, na angústia da noite histórica; e, se a monarquia se tivesse recomposto então, com o acordo entre Saraiva e Deodoro — possível, porém extemporâneo — a ela só se deveria o milagre. Não se fez o milagre. Na ante-manhã de 17 embarcou com toda a família para o desterro. As suas impressões, escritas ao correr da pena, durante a viagem triste, indicam a sua indignação, confessam-lhe a magoa, de quem fora traída, e o despeito, de quem fôra enganada. Voltou-lhe a serenidade nos climas frios da Europa. Não que desistisse, uma linha sequer, de suas saudades. Mas por um processo de paciência cristã em que o patriotismo se impregnava, dando-lhe à placidez interior a firmeza que têm os heróis e os santos. Documento decisivo, para explicar essa renúncia às ilusões, na com-

postura virtuosa de uma velhice retraída, a que a paz da consciência emprestava os tons crepusculares da despedida irrevogável — é a carta que em 1892 mandou aos chefes monárquicos, proibindo que em seu nome, ou a favor de sua causa, se desencadeasse a guerra civil. Na mocidade, a mão forte do leme do Estado, poderia assemelhar-se àquela princesa, de quem disse Napoleão, era o homem da família. Nunca seria, porém, a agitadora da Vendéia. O seu sebastianismo (como se dizia em 1890) era como o primitivo, que gerou a palavra: místico e inviável. Não se lhe conhece nenhuma iniciativa pessoal, para reagir contra os acontecimentos, que a exilaram. Melhor do que isto: a sua casa de Boulogne-sur-Seine tornou-se naturalmente, por um fenômeno amável, de atração brasileira, centro de convergência de quantos patricios iam a Paris sem preocupação política, homens do passado, homens do presente, antigos partidários do regime deposto, e mesmo republicanos que prestavam à grande dama a homenagem que tinham recusado à rainha. Sobrepos-se ao seu destino, emergindo da catástrofe, que lhe arrebatara o trono, com a sua reputação feminina adornada pelas bençãos do país, pelo respeito dos contemporâneos, pela veneração da posteridade. A regente pertencia à história. A princesa imperial já não existia. A Redentora, porém, não podia esconder-se, embora numa capital imensa e numa orgulhosa modestia.

A princesa Isabel conservou, pelo resto da vida, essa atitude de interesse pelo Brasil e de expansiva ternura para tudo o que o lembrasse. Jamais abjurou as suas convicções. O passado foi para ela uma região inviolável, povoada de sombras sagradas, e por onde se estendia ainda o clarão da apoteose de 13 de Maio. Muito pouco o comentou depois da queda do Império. Disse muitas vezes, isto sim, e disse-o com veemência, que se o preço da liberdade dos escravos fora a coroa, perdê-la-ia de novo, para de novo assinar a "lei aurea".



Não se arrependeu da glória, embora lhe custasse a fortuna. Em compensação, pelo trono, que deixou cair, teve a "rosa de oiro", que não emurchece. A sua dinastia mística principiava com Santa Isabel, de Portugal, a que trocara pães por flores no doce prodígio da piedade. Ela trocou os ferros do cativo pelo "rosa mística"; e preferiu o consolo de ser a Redentora, ao poder sem brilho e sem generosidade.

As comemorações nacionais do seu centenário constituem um julgamento e um prêmio.

Mostram que Isabel, a benévola princesa, estava certa, na sua imprudência, e que o povo a compreendeu e amou.

A sua imortalidade, de redentora dos escravos, terá a duração de uma rosa; mas da rosa de metal eterno que foi a recompensa da Igreja à virtude e à importância de sua renúncia!

(De "O Globo" 29-7-1946.)

## A ROSA DE OURO

E. VILHENA DE MORAIS

"Recebe de nossas mãos esta Rosa ..."

A Capela Imperial engalanara-se naquele 28 de setembro de 1888, ostentando as mais ricas alfaias e, nas tribunas, as personagens mais representativas do Império.

Ajoelhada nos degraus do altar-mor, a princesa Isabel curva-se e seus lábios, reverentes, tocam a preciosa flor.

Era-lhe ofertada a Rosa de Ouro, dádiva do sumo Pontífice Leão XIII que, ao lhe conferir "a mais elevada distinção concedida para atos altamente meritórios", assim patenteava a austere Regente, senhora de tão reconhecidas virtudes, o seu apreço pelo sublime gesto que traçara rumos novos ao Brasil — a abolição da escravidão.

Não era aquela cerimonia que hoje revive com a festa da preciosa jóia à Capela Imperial, mas apressada, quicá tardia consagração da santa Sé à generosa atitude da Princesa.

A História que, indiferente, guarda para a posteridade tanto os lutosos como os gloriosos feitos das nações através da ação dos seus filhos, registou para orgulho nosso, em pince-ladas luminosas, a figura daquela grande dama chamada às altas responsabilidades do chefe de Estado, em que se aliavam a graça, a sensibilidade, a nobreza de sangue e de virtudes, em como uma real devoção à Santa Igreja Católica e, por consequência, à pessoa do santo Padre.

Obediente às solicitações por vezes heróicas e uma apurada formação cristã, vemos-na, desde a sua juventude, aliar aos requintes do fausto da Corte, uma deliciosa candura de alma, guiada com segurança por rígidos princípios que desabrochariam mais tarde em atitudes esplendidas e definitivas.

Quando, em graça e simplicidade, varria a Igreja, quando dava largas ao seu coração espolerado, obedecia menos a um mnatural sentimentalismo que a uma sólida piedade, haurida nos Sacramentos; piedade que lhe grangeou o título belo entre todos — apesar de, na boca

dos adversários políticos, mesquinhamente repassado de cortante ironia: Isabel, a atólica.

Quando, num gesto ousado para a época, desafiando protocolos e preconceitos, dansava com um Rebouças, mais do que política a sua atitude era real expressão dos princípios fraternos pregados pelo Cristianismo.

Quando, a 13 de maio, sancionava a Lei Áurea, cumpria a Redentora mais do que um dever de justiça para com a raça oprimida e desprezada; obedecia a Católica ao ditames evangélicos que desde 1871 lhe convinham inspirando as leis renunciadoras da fulgente aurora da libertação, e demonstrava o profundo respeito à voz do Papa que se fizera ouvir no dia 5 de maio através da Encíclica "In plurimis" dirigida ao episcopado brasileiro.

Mesmo de tão distantes plagas, o grande Leão XIII acompanhava o desenrolar dos acontecimentos neste hemisfério. E no cumprir o seu delicado mister de condutor espiritual dos povos, apelava para o senso de fraternidade e de justiça que deve reinar entre os homens, a fim de que se libertassem o Brasil e a humanidade do infamante crime do tráfico negro; e a África, da dolorosa condição de berço de escravos ...

É inegável que no coração da Princesa as exortações episcopais no Brasil e as pontificiais calaram poderosamente, marcando-se, com o sinete indelevel da sábia e santa Roma, aquela consciência já trabalhada por um alto senso de justiça e fecundada pelo doce bálsamo da caridade cristã.

Não há pois que subestimar o sentido das palavras do Santo Padre quando reconheceu "a dedicação sem limites de S.A. Imperial à sede apostólica" e "as virtudes incessantes que ornaram o coração e a alma" da Princesa; pelo que lhe fez a dádiva verdadeiramente real da Rosa de Ouro.

Nesse admirável coração de cristã, mergulhou-se a pena da Redentora; não admira o ímpeto da decisão ainda que lhe acenasse por

premio o martírio. Bendita Igreja que inspira tais heroísmos e dá a força de os realizar!

E se o Brasil hoje, em hora cruciante também da sua História vai decididamente levando de vencida o seu ideal de país democrático e cristão, defendendo a santidade e a estabilidade da família, pugnando pela conservação de um ambiente nacional sadio, expurgado de

miasmas exóticos, em que possam nascer viver cidadãos dignos dos seus Maiores, retemos nos sobejos motivos de esperanças no seu porvir.

Não desmentirá o seu belo passado esta terra onde desabrochou — rosa de ouro, e própria — a cristianíssima Princesa Isabel.

(De "O Globo" 29-7-946.)



# O INSTITUTO HISTÓRICO E A PRINCESA REGENTE

VIRGILIO CORRÊA FILHO

## I

Para comemorar de maneira condigna a data centenária do nascimento da Princesa Isabel, o Presidente Perpetuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, organisou especial série de conferências confiadas a pessoas cujo simples nome afastasse qualquer possível restrição à escolha.

Duas interpretes da alma feminina, Maria Eugênia Celso e Carolina Nabuco, portadoras ambas de glórias paternas, que souberam acrescentar de novos títulos lembrariam afamados oradores da Instituição, em cujo recinto a eloquência de Joaquim Nabuco é Afonso Celso ressoou por longo prazo para encanto dos que tiveram o privilégio de conhecê-la.

Também dois sócios, entre os mais dedicados a estudos referentes ao assunto — Aureliano Leite, que se mostra atento na defesa dos postulados políticos orientadores da sua atuação na Constituinte, onde ingressou por escolha do eleitorado paulista, o Pedro Calmon, orador oficial, aceitariam analoga incumbência.

Para inaugurar a série, coube à cooperação feminina a primazia, pois que se tratava de homenagem prestada pela posteridade a uma dama, que soube, em mais de um ensejo, atender às máximas aspirações dos brasileiros, em benefício da raça deshumanamente condenada ao cativeiro.

Quando Maria Eugênia Celso assomou à tribuna, as palmas com que foi recebida expressavam as esperanças da assistência que transbordava do salão D. Pedro II para os corredores, ansiosa de ouvir a exímia escritora evocar insigne princesa. A argucia feminina iria aplicar-se em interpretar a psicologia da Regente, que deixou assinalada a sua passagem pelo governo do Brasil de maneira memorável. Iluminada pela poesia, franqueou-lhe a história os seus domínios, onde colheu

impressões e fatos que servissem para caracterizar a individualidade da primogênita do Imperador.

Eyocou-a desde o berço, quando a nação inteira, por ventura decepcionada na expectativa de festejar o nascimento do futuro herdeiro do trono, soube que era menina a causa das cerimônias exigidas pelo protocolo.

Por mais simples que se mantivessem as praxes palacianas, em relação às Côrtes europeias, para semelhantes ocasiões, sempre haveria alguma pompa que evidenciasse o regosijo da Família Imperial e do povo ainda lembrado da vibrante campanha da Maioridade, para apresensar, contra a lei, o início do reinado de D. Pedro II.

Como qualquer criança, passaria pelas provações da tenra idade, contida em suas expressões infantis pelas conveniências sociais, mais rigorosas em torno da futura sucessora do monarca.

Moça, prova decisiva iria revelar-se a energia opinativa. Casadoira, como a irmã, para ambas encontrou a diplomacia imperial dois possíveis pretendentes, de nobre estirpe convidados simultaneamente a visitar o Brasil, que trocaria pela sua pátria distante quem dispusesse a herdeira presuntiva.

Ao príncipe Augusto de Saxe-Coburgo-Gothe caberia aprioridade, caso a simpatia não a levasse a preferir o primogenito do Duque de Nemours, portanto, neto de reis de França, cujo extenso nome de batismo — Luís Filipe Maria Fernando Gastão — se resumia em Gastão de Orleans, que seria o último Conde d'Eu. Afeiçoaram-se um ao outro desde o primeiro encontro, embora não a protegesse a harmonia dos traços fisionômicos.

O próprio noivo, ao dar conta à irmã distante das impressões que o assaltaram, confidenciaria: "Les Princesses sont laides; mais la seconde decidedly moins bien que l'autre, "plus polite, plus forte et en somme, moins sympathique".

Embora se arrastasse a conversação apenas por monossílabos, com que lhe respondiam às perguntas, não tradaram as combinações preliminares, que lhe ditavam o pedido formal, comentado em carta seguinte, consoante apurou Alberto Rangel: "Je l'ai crue plus apte que sa soeur cadette à assurer mon bonheur domestique".

De quem partiria a iniciativa da escolha? Dela, que possuía possibilidades legais de subir ao trono, ou dele, representante da cultura francesa, com os seus requintes de maneiras afáveis?

Pouco importa saber. O certo, é que se entenderam às maravilhas para a longa jornada pela vida afora, como dois apaixonados felizes.

Os aborrecimentos, que não lhes faltariam de sucessos desencadeados fora do lar, onde iriam repercutir com violência por vezes.

Primeiramente, a guerra declarada por Solano Lopez, que a escritora apresentou como desejo de tornar-se genro de D. Pedro II.

A tese já provocou até debates parlamentares, tal a divulgação alcançada pela versão que explicou o desafio marcial pela vingança de pretendente recusado.

Como soldado, que já experimentara o jogo de combate perigosos e descendente de guerreiro, instou o Príncipe, desde o início, para ser aproveitado em alguma comissão militar.

Opos-se o Imperador quando pôde. A demissão de Caxias porém, solicitada após as vitórias de Dezembro, deixou vago o alto comando das forças brasileiras. Mistér se fazia dar-lhes general capaz de continuar a marcha triunfante.

Coube ao Príncipe a escolha imperial, contra a qual se manifestaria a Princesa, em declaração justificada pelo amor que os unia. Não o deixaria seguir sozinho para o campo de batalha. Acompanhá-lo-ia, como prometera ao tomá-lo por esposo. Conveniências de Estado, entretanto, determinariam o contrário. Permaneceria no lar, curtindo a ausência como ocorria a milhares de brasileiras, cujos maridos e filhos e irmãos tinham aceito o quinhão de sacrifícios que lhes cabia na defesa da Pátria.

A separação imposta pelas circunstâncias foi a primeira mortificação que turvou a felicidade radiosa do casal principesco.

Afinal a terminação da guerra, em que o esposo evidenciou qualidades apreciáveis de chefe militar, atahou a molesta ausência. Encontraram-se de novo, e em compensação aos sofrimentos causados pela ausência, idearam repetir longa excursão pela Europa, que lhes recorda-se a ditosa viagem nupcial.

Não lhes correria a inteiro contento o projeto que a morte de D. Leopoldina enlutou, quando passaram em Viena. Dois meses após tomaram o navio, que os traria à Guanabara, onde já D. Pedro II empreendia as primeiras providências para se ausentar do Brasil.

Para substituí-lo no governo, prestou a Princesa Isabel, a 20 de Maio, solene juramento, com que se lhe iniciou a primeira Regência.

Como predestinação do influxo que exercia na solução do problema do trabalho servil, coube-lhe sancionar a lei de 28 de Setembro, que libertou os filhos de escravas.

Era o primeiro passo ousado para alcançar a completa alforria dos cativos, que mais tarde iria promover, quando o Imperador, envelhecido e assaltado por acessos palúdicos, empreendesse viagem forçada à Europa.

Diferentemente das vezes anteriores, quando a curiosidade lhe dirigia as peregrinações apressadas, cuidados de saúde o levaram a consultar de chegada a Paris os mestres da mediça na contemporânea: Bouchard, Brom-Séquard e Peter, que reforçaram o diagnóstico dos médicos brasileiros — Saboia, Torres Homem e outros convocados pelo Conde de Mota Maia, cuja dedicação ao venerando enfermo já mais cessaria.

Aparentemente, passava sem maiores lesões, a crise de princípio de Março de 87, a ponto de inspirar notícias alviçareiras do Conde d'Eu, quando, de regresso de sua excursão à França transmitira ao Paé as suas primeiras impressões.

"Nous avons eu le plaisir de trouver l'Emp. beaucoup mieux que ne pouvaient le faire craindre les nouvelles expédiées en Europe. En apparence il se porte bien; mange et dort mieux que jamais... Cependant le médecin est toujours sur le qui-vive craignant une rechute". Definhava paulatinamente. O repouso em Baden-Baden devia restaurar-lhe as energias.

Quando a Princesa, porém, animou o ministério a apleitear a lei de rápida elaboração, que rematária a propaganda abolicionista, o Imperador já em Milão, abeirou-se da sepultura, em novo assalto da molestia implacável.

E foi do seu leito de enfermo quase desenganado que transmitiu o telegrama de louvores à Redentora, aplaudida e gabada por todas as classes sociais, exceto as que se julgaram prejudicadas pela total desvalorização dos seus bens, alicerçados no cativeiro. As festas ruidosas, indicativas do júbilo das multidões dirigidas por abolicionistas do porte de Nabuco, cuja oratoria se consagrara à causa humanitária, de Patrocínio, fervoroso defen-

sor da raça de que descendia, como também A. Rebouças, estuantes de idéias reformadoras da sociedade, em bases da justiça e liberdade, de Brício Filho, a quem estaria reservado o privilégio de assistir à comovida evocação daquela semana incomparável, rodeavam de flores o trôno da Princesa, como se pretendessem jurar-lhe firme consolidação.

Todavia, não houve mister de larzo prazo para que ruisse inesperadamente a monarquia, contra a qual convergiam forças irresistíveis.

E a Redentora, que provará as delícias da glorificação em vida, conheceriam provações do exílio, onde se revelou tão grande, ou maior, do que nos dias de fausto. Recolhida ao Castelo d'Eu, vivia entre recordações da Pátria distante, que fôra obrigada a deixar, sem veleidade alguma de aspirações restauradoras.

O Império no Brasil passará, glorificado por uns, criticados por outros, sem que jamais pudessem retornar à realidade, ainda quando lhe fôsse propício o ambiente no estrangeiro.

Bem o compreendeu o Imperador, ao voltar-se, destronado, aos seus estudos prediletos, e Dona Isabel, sua sucessora, que não participaria da conjura alguma de restauração monárquica. Em seu retiro foi encontra-la a conferencista que se admirou da singeleza de gestos e palavras da mulher veneranda, em cujas feições mal poderia distinguir a gloriosa promotora da Lei Aurea.

E, quando, relembrando aquele tocante episódio, Maria Eugênia declamou, com a graça da sua própria interpretação, o poema inspirado pela visita ao casal desterrado, a assistência sobremaneira comovida, amioudu as palavras, até o final da conferência, com que se abriu luminosamente a série dedicada ao centenário do nascimento da Princesa Isabel.

A segunda coube a Aureliano Leite, que na atualidade representa São Paulo na Assembléia Constituinte, cujo Presidente, Dr. Melo Vianna, honrou com a sua presença à reunião, de cuja mesa diretora participou.

Vários deputados também compareceram, como a indicar a natureza política do assunto e do orador.

Política, porém, mergulhada na história, pois que não cogita o Instituto de atividades partidárias. Quem lá penetra, ainda que exerça função militante fora, deixa no limiar as suas cogitações dessa ordem, para somente considerar os fatos, afastados da atualidade. Se elogia o Imperador, não pretende assim apregoar o seu amor ao Império, e menos ainda que o deseje ver restaurado. E' apenas personagem, que a história do Brasil não poderia ocultar, nem denegrir sistematicamente, sob pena de perder a imparcialidade.

Em palavras mais claras é o sentido que o Ministro Tavares de Lira, Presidente da sessão atribuiu, de início ao ciclo de conferências, com que o Instituto ideou lembrar o vulto glorioso da Princesa Isabel.

E assim, um republicano combativo, que por várias vezes empunhou armas para defesa de seus ideais democráticos, aceitara de bom grado o tema: "A Princesa e as Três Regências".

E' assunto que lhe apraz explanar, como atesta a sua já columosa bibliografia, em que predominam os ensaios em torno de sucessos políticos. Assim, a "Aclamação de Amador Buena", "A Revolução Paulista", que lhe inspirou mais de um volume e outros de igual pendor denunciam o espírito político do autor, até ao tratar de "São Francisco de Paula do Ouro Fino, nas Minas Gerais", sua terra natal.

Anda o derradeiro, pelo menos quanto à cronologia da edição, que a "Agência Geral das Colônias" editou por lhe apreciar a valia na recordação de um lusiada, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que se extremou entre os contemporâneos, feito capitão general de São Paulo e das Minas de Ouro, a opulenta documentação, de que se valeu, para caracterizar o estadista colonial nascido no Brasil, não lhe oculta a natural tendência ao comentário inspirado pela política.

E assim provou que a mesma individualidade ou as cenas de que tenha participado podem ser apresentados diferentemente, conforme a luz a que sejam expostas.

À poesia recorreu Maria Augênia para evocar a figura serena e bondosa da Princesa que soube experimentar sentimentos iguais aos da maioria das corações femininos.

Foi o sentido político, de preferência, que Aureliano Leite, com a sua palavra acostumada aos debates parlamentares, distinguiu nas Regências confiadas, por três vezes, à Princesa Isabel.

Compraz-se no estudo cuidadoso dos feitos dos governantes, que lhe mereceu louvores ou censuras, consoante praticasse ou não lealmente a democracia.

E, a propósito, em sua condenação, aos regimes liberticidas entram de cambulhada os ditadores que ultimamente ensanguentaram o mundo com a ambição insopitável de dominá-lo pela força.

A Princesa Regente não se incluiu nessa relação. Ao contrário, quando porventura dominasse, cabia-lhe ao sentimento atenuar a superioridade hierárquica. E passou à história com o título de "Redentora", cuja origem o orador propagou, para enaltecer o magistrado, Macedo Soares, a quem atribuiu a aplicação, re-



cebida pelas multidões alvoraçadas, como sentença inapelável.

E' página mal conhecida que merecia incluir-se na vibrante alocação do historiador paulista, embora natural de Ouro Fino.

## II

Coubê ao mais jovem dos vice-presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Wanderlei de Pinho, presidir as duas sessões memoráveis, em que lhe ressoaram na tribuna tradicional as harmonias da eloquência de consagrados oradores, em cujo nome falaram os herdeiros da sua inteligência peregrina.

E por singular coincidência, reuniram-se, como officiantes no culto glorificar da memória da Princesa Isabel, o neto do barão de Cotegipe, que soube refrear o sentimentalismo brasileiro, para subordinar a ação de estadista aos imperativos econômicos e políticos do Império cujo desmoronamento previu, caso fôsse extinta de golpe a organização de trabalho, baseada no cativeiro do negro, e duas filhas de abolicionistas convictos, Joaquim Nabuco e Afonso Celso, apóstolos incansáveis, cuja palavra não perdia ensejo de aluir o instituto concretizado nas senzalas da raça humilhada.

Depois que Maria Eugênia Celso evocou, em traços poéticos, a Princesa brasileira, a quem o exílio apagou os tons de fragilidade humana, para realçar os do heroísmo, como se o destino lhe pretendesse fixar o gesto sublime de 13 de Maio, sem lhe permitir nenhuma outra ocasião de governar, para não incorrer em possíveis falhas, que lhe ofuscassem a glória, afigurava-se difícil a explanação de tema análogo, embora considerado por aspectos diferentes.

Todavia, perante a mesma assistência, à frente os príncipes da Casa Imperial, que anteriormente aplaudiram com enlevo a primeira conferencista conseguiu Carolina Nabuco emoldurar em novos painéis os episódios mais expressivos da colaboração da Redentora com os abolicionistas.

Não necessitaria de testemunhá-los para dê-lhes ter ciência cabal como se os tivesse observado pessoalmente.

A casa paterna, quando lhe chegou a vez de abrir a mente para as impressões externas, seria amplo museu de recordações da campanha luminosa, a que se entregara Joaquim Nabuco, apolíneo cavaleiro andante do abolicionismo, que mobilizava todos os elementos de que pudesse lograr algum auxílio em prol da liber-

tação dos escravos. Até ao sólio pontifício foi bater, para pleitear a intervenção do Leão XIII prometida em entrevista, que lhe reforçou a propaganda. Aristocrata, pelo sangue de senhor de engenho, que lhe desceu à peble para lhe transmitir os anseios igualitários destoantes, aliás, de sua fidalguia de gestos e de maneiras.

Emparceirava-se com José do Patrocínio, legítimo herói popular, que sentia nas tradições raciais da sua própria gente a dolorosa tragédia que o trouxera das paragens africanas para o sofrimento do cativeiro.

Eram os expoentes das duas correntes que se conjugaram para a investida contra o regime do trabalho servil, em que ambos denunciavam a degradação do homem, privado de liberdade em benefício do seu possuidor. Equiparava-se por lei a simples motor animal, a serviço de quem o adquirisse no mercado em que se expunha a mercadoria humana das mais degradante maneira.

A sensibilidade patricia do pernambucano, que procurava assunto digno de atenção, tomou a causa abolicionista por bandeira da sua pregação irresistível.

Mais tarde, confidenciaria, em *Minha Formação*, que tocante episódio da meninice, a que Massangana proporcionou cenário adequado, decidiu da sua vocação abolicionista, que, todavia, não o impediu de tentar a carreira diplomática e ausentar-se do Brasil.

De regresso, porém, já se abrasavam os ânimos dos que lhe acatariam a chefia, de pronto conquistada, assim que a sua palavra quente e avassalante começou a golpear a anacrônica instituição.

Quis consagrar a sua vida a generosa causa, embebida de radioso idealismo. Simultaneamente, outro dissidente do patriado, Afonso Celso, não via meios de conciliar a escravidão com a prática de democracia.

Afastando-se da chefia liberal, exercida pela autoridade paterna, declarou-se republicano, para melhor se dedicar à missão libertadora.

Embora se entregassem ambos, de convicções inabaláveis, à campanha memorável, não penetrariam celeremente na opinião popular caso lhes faltasse o consurso de lutadores do porte de Rebouças e Patrocínio.

Mais do que ninguém, compreendiam e sofriam a desventura da raça a que se achavam irmanados pelo sangue.

E nenhuma outra glória ambicionavam além do contribuir para livrá-la do jugo ignominioso.

A imaginação criadora do engenheiro, que freqüentara universidades européias para consolidar a sua cultura científica, completava-se

com o verbo inflamado do tributo e jornalista, que sabia arrastar as multidões maravilhadas pela sua eloquência.

Tudo lhe servia de pretexto às acometidas contra a instituição, que já não oferecia a mesma resistência doutrora.

Os proprietários, que devassavam o futuro, começaram a alforriar os seus escravos em massa. Repetiam-se as provas expressivas de renúncia à propriedade estigmatizada de deumana. Enquanto permanecesse, porém, a garantia legal, não cessaria a propaganda que pretendia apagá-la. E, de dia para dia, crescia a legião dos defensores dos cativos. Subiu a maré abolicionista até o trono, onde à Princesa Regente não minguarda coragem para conspirar contra o regime escravocrata. Denunciou-a sem rodeios na "Fala do Trono", que precedeu a famosa lei. Serviu-lhe de estímulo o exemplo do espôso, que se ufanava de ter impedido a continuação do trabalho servil no Paraguaí.

Aceitou de bom grado os louvores que lhe prodigalizaram os lutadores fervorosos, fôsem ainda monarquistas, mas de tendências reformadoras, do feito de Nabuco, ou já declaradamente republicanos, como Afonso Celso.

Todos, à porfia, a glorificavam, até o propagandista da República, Bricio Filho, a quem tocou a especial ventura de assistir ao delírio popular por ocasião da assinatura da "Lei Aurea" e ainda testemunhar as homenagens que a Posteridade está devotando à Regente, que a inspirou. Depois, quando os interesses contrariados, retiraram o mais forte esteio do trono, contra o qual se avolumou a ofensiva partidária, até a deposição do Imperador, os mais exaltados abolicionistas, contrariando os vendedores naturais da sua formação política, acercaram-se da Princesa exilada, por gratidão ao benefício que fizera em prol dos escravos.

Somente razões sentimentais poderiam explicar a viravolta de espíritos esclarecidos que os ideais republicanos haviam atraído. Mas, vendo-os vitoriosos, sobre as ruínas do trono da Redentora, não titubearam em condená-los, como inexequíveis.

Assim Afonso Celso, adversário das instituições monárquicas, até 15 de novembro, transfigurou-se, logo após, em um dos seus fervorosos apologistas. Joaquim Nabuco, triunfante na campanha libertadora, emudece, para, no silêncio do seu retiro packetano, exaltar, em bra de pêso e tómo, o segundo reinado. André Rebouças, o mais devotado de todos que esuecia a superioridade mental para se ocupar das tarefas sulbaternas quando assim o exigisse a magna causa, já não mais se ocuparia

dos projetos reformistas, com que auxiliara, na Capital, a vereança do seu parceiro, José do Patrocínio.

Julgou-se ofendido em seus brios de brasileiro, que, a seu ver, não deveria permitir a condenação inapelável da Família Imperial, com quem se exila. Nenhuma obrigação, ainda que remota, o impelia ao abandono de tôdas as posições conquistadas pelo seu saber, como prova de solidariedade à Regente.

Por decisão repentina e irrevogável, deixa a cátedra, onde o aplaudiam os alunos fascinados pelo seu saber enciclopédico e sentimentos de solidariedade humana e embarca também, como se fôra velho proceptor de príncipes. E nunca mais tornaria à terra natal, onde lhe ficaram amigos condoidos de suas peregrinações desventurosas.

A flama abolicionista não se lhe apagaria a 13 de Maio. Depois da libertação do negro no Brasil, ansiava por aniquilar o regime que ainda o mantinha escravo na própria fonte do cativo, e também democratizar o solo, pela sua ampla utilização.

O sonho de libertação do continente africano, bem que houvesse mister de enfrentar interesses de grandes potências européias, abraçou-lhe por momentos o entusiasmo de paladino, antes que tombasse ingloriamente, consumido pela docura implacável e, mais ainda, pelo fatal desânimo de empreender luminosas campanhas como as que lhe grangearam rutilante nomeada, em companhia de lutadores de igual valia, cuja amizade lhe serviria mais tarde de consolo.

Foi pena que não o fulminasse a alegria, na tarde de 13 de Maio, como a Patrocínio desejou Pedro Calmon, ao lembrar-lhe a contribuição para a vitória arrebatadora, na última sessão da série dedicada à Princesa Isabel. Apesar da coincidência do feriado, especialmente decretado pelo Governo Federal, suceder ao domingo, ajuntando assim dois dias de repouso, propícios a ausências da cidade, a sala de honra do Instituto saturou-se de elegante assistência, que ansiava por ouvir a palavra do seu orador oficial.

Ocupadas as cadeiras, repletas as alas, habitualmente destinadas ao trânsito, com dificuldade conseguiu o Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, abrir passagem para alcançar a mesa, onde o ladeariam o representante do Sr. Presidente da República, o Cardeal D. Carmelo, e dois Ministros de Estado, o Dr. Carlos Luz, da Justiça, e o Brigadeiro Trompowski, da Aeronáutica.

No recinto, a Família Imperial, constituída pelos seus mais altos membros, evidenciava a harmonia principesca na cerimônia que lhe

exaltaria a glória avoenga. Inspirado pelo que via e pela simpatia do auditório, que lhe seria dado perceber, desde antes de assomar à tribuna, Pedro Calmon sustentou com galhardia a fama conquistada pelo seu verbo apropriado às magnas solenidades.

De princípio, declarou que depois das conferências dos que o precederam na mesma incumbência, nada mais teria que dizer em relação a Redentora.

Entretanto, encontrou motivos para lhe tecer esplendente corôa, a recordar-lhe os episódios principais da existência, distribuída por fases diversas, cada qual caracterizada por ato decisivo de sua vontade.

A primeira envolveu-lhe o casamento, em que não consentiu prevalecesse a razão de Estado contra o seu sentimento particular. A escolha do noivo seria de sua exclusiva iniciativa, de que não abdicou.

A derradeira Regência proporcinou-lhe o aso de legalizar a conjura em que já andava com os abolicionistas, para ultimar a redenção dos escravos.

Os atos praticados, que precederam a Lei Áurea, atestam-lhe a resolução inflexível, que suplentava a procedência. Conheceu, então, as delícias da glória, quando os libertos lhe festejaram a magnanimidade e os abolicionistas lhe proclamavam a excelsa benemerência.

Depois o exílio, que lhe mostraria outra face da personalidade admirável.

O sofrimento apurou-lhe as qualidades raras de mulher, uma vez que deixara de ser candidadta a rainha. Continuará a querer bem sua terra natal, embora não a pudesse mais rever, impedida pelo decreto de banimento. Acompanhava-lhe as alegrias e tristezas, sem jamais tentar incendiar os ânimos dos seus partidários, com algum estímulo à rebeldia.

Ao contrário, diligenciava acalmar os exaltados, ao negar-lhes qualquer solidariedade em possíveis tentativas restauradoras. Teve o seu dia luminoso, a 13 de Maio. Não queria retornar ao governo, salvo se assim o exigisse a opinião pública, já então resolutamente republicana. O episódio regencial passara à história, em cujas páginas ingressou a Princesa Isabel, que soube resignadamente conformar-se com os fatos ulteriores, mercê dos quais o louros da vitória humanitária não se depreciaram em campanhas interesseiras.

Ao revés, sublimou-se ela pela renúncia cristãmente suportada, assim merecendo os louros da Posteridade, de que se fez intérprete o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por iniciativa do seu insigne Presidente Perpétuo, a cuja convocação atenderam oradores de alta classe, dedicados a proclamar-lhe os feitos generosos, que a eloquência arrebatadora de Pedro Calmon enfeixou em formosa alcaidigna de encerrar a série brilhante de apostolado, digna de encerrar a série brilhante de apoteoses.

(De "O Jornal do Comercio" de 28-7 e 4-8-1946).



## A "ROSA DE OURO"

LYGIA LEMOS TORRES

A idéia do Papa Leão XIII de conceder à princesa Isabel a "Rosa de Ouro" não nasceu da assinatura da Lei Áurea, como se repete vulgarmente. O Santo Padre teve em vista incentivar a Regente do Império a libertar os escravos do Brasil. Prova-o a sequência dos fatos que antecederam tão notável acontecimento e sobretudo a data inscrita no vaso que sustenta a linda "Rosa de Ouro".

Já de há muito tomava vulto em nosso país a campanha pela emancipação dos escravos, e a Princesa Isabel era-lhe sabidamente favorável. O "Correio Imperial", pequeno jornal redigido e composto em palácios pelos principinhos filhos de D. Isabel pregava abertamente a abolição da escravatura. Concertos, bailes e batalhas de flores foram organizados, em Petrópolis, pela princesa, a fim de angariar recursos para a libertação de escravos. O barão de Coteigipe, Presidente do Conselho de Ministros, desaprovava francamente a notória simpatia de Sua Alteza Imperial pela causa abolicionista.

Foi em plena maturidade do movimento libertador que, celebrando o jubileu pontifício de Leão XIII, os bispos de Olinda, de São Paulo, de Goiás, da Bahia, do Maranhão, do Rio Grande do Sul, de Diamantina e de Mariana, em eloquentes pastorais, preconizaram que a melhor e a mais digna maneira de celebrar a faustíssima data seria libertar homens negros, irmãos nossos em Jesus Cristo, e ainda aconselharam expressamente aos padres que deixassem de ser "senhores de escravos". Na mesma ocasião um grupo de senhoras da alta sociedade fluminense alforreava duzentos e cinqüenta cativos.

O grande Nabuco — conta-o — êle próprio em "Milha Formação" — sentiu que o "apêlo dos prelados oferecia uma oportunidade para pedir ao Soberano Pontífice a sua intervenção em favor dos escravos". Desejando aproveitar as férias parlamentares, o esforço do abolicionista hesitou entre uma viagem à Roma ou aos Estados Unidos e, confessa êle próprio: "Preferindo ir a Roma, fui levado sobretudo pela idéia de que uma manifestação do Santo Padre tocaria o sentimento religioso da Regente".

Nô dia 16 de fevereiro de 1888, Joaquim Nabuco visitou o Cardeal Rampolla, Secretário d'Estado do Vaticano, entregandô-lhe longo memorial no qual declarava: "O Cardeal Manning, que me honrou de modo tão particular dando-me para Vossa Em'nência a carta de apresentação que eu tive a honra de entregar-lhe, aconselhou-me que pedisse ao Santo Padre a répromulgação das bulas dos seus santos predecessores contra o tráfico e a escravidão. Eu, porém espero mais, se é possível. *Espero um ato pessoal de Leão XIII* mesmo em relação com a generosa iniciativa dos nossos bispos e com a memorável solenidade do seu jubileu".

Em 10 de fevereiro o ardoroso brasileiro foi recebido pelo Papa que lhe respondeu: "Ce que vous avez à coeur, l'Eglise aussi l'a à coeur". A escravidão está condenada pela Igreja e já devia há muito tempo ter acabado. O homem não pode ser escravo do homem. Todos são igualmente filhos de Deus, "des enfants de Dieu". Senti-me vivamente tocado pela ação dos bispos, que aprovo completamente, por terem de acôrdo com os católicos do Brasil escolhido o meu jubileu sacerdotal para essa grande iniciativa... E' preciso agora aproveitar a iniciativa dos bispos para apressar a emancipação. Vou falar nesse sentido. Si a encíclica aparecer no mês que vem ou depois da Pascoa, não posso ainda dizer...

O Santo Padre realizou a 5 de maio de 1888 o "ato pessoal" a que se referiu Nabuco destinando à princesa Regente a "Rosa de Ouro". Assinava também, no mesmo dia, bela e longa incíclica exortando os ânimos que por ventura estivessem fracos: "Praza a Deus que todos aquêles que têm em suas mãos o govêrno e a autoridade, que querem que seja salvo o direito das gentes e da humanidade, ou desejam sinceramente o incremento da religião católica, ouvindo nossos rogos e exortação, empreguem todos os esforços em reprimir, impedir e abolir" o domínio do homem sôbre o homem. E continuava dizendo que suas palavras aos prelados brasileiros são "sobretudo para desejar que a supressão e a abolição da escravidão, por todos tão invocada, se realize, felizmente sem o menor detrimento do direito divino e humano,

sem alguma perturbação pública, e de modo que fique segura a utilidade estável dos mesmos escravos de cujos interesses se trata”.

O presente pontifício ainda não havia deixado o Vaticano, e Deus já inspirara o coração humanitário da Regente, que dias depois da resolução do Papa, assinava a lei que dava a todos os habitantes do Brasil a “dignidade e os direitos de homens livres”.

O coração do grande pontífice transbordou de alegria ao saber que a “Rosa de Ouro” não seria mais um incentivo e já agora seria o aplauso à princesa que com “novo esplendor acabava de realçar ainda mais os seus louvores”.

A palavra e a dádiva do Sumo Pontífice chegaram depois de 13 de Maio, mas o seu atrazo não diminuiu o valor da intensão do Papa, pois ele havia implorado a “Deus as graças mais abundantes, e o auxilio materno da Virgem Imaculada” para iluminar a alma generosa da Princesa Regente do Brasil.

Não sendo propriamente ordem honorífica, a “Rosa de Ouro” é dádiva excepcional do Santo Padre à Igrejas, santuários, a soberanos, a membros das casas reais, ou a fidalgos católicos, como “símbolo da alegria de Jerusalém triunfante”.

A origem da “Rosa de Ouro” perde-se na sequência dos séculos. Certo é, entretanto, que no século XI, Urbano II, em 1096, presentava a Fulcão, conde de Angers, com a significativa oferenda. E’ com rigorosa parcimônia que o Santo Padre concede a “Rosa de Ouro”. Ainda recentemente, em seu longo pontificado, Pio XI apenas a concedeu por três vezes: em 1923 à rainha Vitória Eugênia, da Espanha; em 1925 à rainha Elisabeth da Bélgica e em 1937 à rainha Helena, da Itália.

Pode-se avaliar da raridade de tal presente lembrando que, em nove séculos, foi a princesa brasileira a quadragéssima sexta mulher a recebê-la. E’ sabido que o próprio Papa é quem, com toda a solenidade, a benze sempre no quarto domingo da quaresma, que por isso ficou apelidado: “Domingo da Rosa”. Quando a jóia benta não é oferecida no decorrer do ano, é no seguinte novamente consagrada repetindo-se o ritual.

Ao delicado dom pontifício poderíamos chamar, talvez com mais propriedade, roseira de ouro, porque na realidade é imitação perfeita, em metal precioso, de lindos galhos da planta onde brota a rainha das flores. E’ sempre inteiramente de ouro, ornada ou não com pedras preciosas, e colocada num vaso riquíssimo, por vezes singular, outras quadrilateral ou então octogonal. Adornado por diversos baixos relevos e inscrições alusivas ao donatário, desta-

cando-se ainda as armas do Sumo Pontífice que o doou.

A preciosa oferenda que pela primeira vez cruzou o Atlântico, e para ser oferecida à uma princesa brasileira, compõem-se de elegante haste de quarenta e seis centímetros de altura, doze vêzes ramificada, onde brotam vinte e quatro espinhos, oito lindas rosas, doze botões e cento e vinte e quatro fôlhas. Esse deslumbrante conjunto abrange uma circunferência de quase um metro. A rosa central contém pequena cápsula rendilhada dentro da qual, segundo o rito da sagração, o próprio Papa coloca várias substâncias odoríficas.

A “Rosa de Ouro” de Dona Isabel veio plantada em soberbo vaso de prata dourada de forma octogonal, trabalhado graciosamente em estilo renascença. Na base, entre mimosas cestinhas de frutas, traz, em relevo, a seguinte inscrição:

Celsissima e Principi

Imperiali Elisabeth

Brasiliæ Regenti

Leo P. P. XIII

III Nonas Maias MDCCCLXXXVIII.

A data da inscrição, como vemos, é 5 de Maio de 1888, oito dias portanto antes de ser assinada a Lei Áurea.

Foi possuída de felicidade quase celestial que, em meio à corte reunida, a princesa ouviu as palavras do Comissário Pontifício: “E’ um dom precioso que o vigário de Jesus Cristo liga a essa oferta. E’ um dom venerando pela antiquidade de sua instituição, muitas vezes secular. E’ um dom sagrado pelo seu rito religioso e os mistérios que encerra...”

Bailavam lágrimas nos olhos azuis da Regentora quando suas mãos receberam do Intenunciano Francisco Spolverini, delegado apostólico, a preciosa “Rosa de Ouro”. Símbolo supremo e inconfundível de beleza, força, nobreza, cortesia e comando, não poderia ter sido a melhor pessoa oferecida, pois a Princesa Regente, a par de doce feminilidade, soube sempre ter, com bondade e delicadeza, energia bastante para reger, com alto espírito de humanidade cristã, os destinos do povo do qual seria um dia a Soberana...

Foi com os lábios trêmulos de santa emoção, embriagada quase pela suave fragrância que a flor de ouro desprendia, que a princesa Isabel, após beijá-la comovidamente, afirmou ao enviado do Papa Leão XIII: “Agradeço ao Santo Padre esta grande prova de apreço, e prometo ser filha obediente da Santa Sé”.

(De o “Jornal do Comércio” de 29-7-946).

# O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

LUIS NORTON

D. Pedro I servira a brasilidade com romântica veemência e poder absoluto, desde o grito teatral do Ipiranga. Precipitara a independência do Brasil contra a incompreensão das Côrtes de Lisboa. Mas, até à sua abdicação e renúncia, o Brasil continuara mais português do que brasileiro. Verdadeiramente, só quando êle abandonou a América, só a partir de 1931, se formaria à volta do berço do seu filho, Imperador menino, acompanhando naturalmente o crescimento dêste, uma forte consciência de emancipação nacional.

Aquêlê berço imperial era um símbolo. Enfaixada à infância do herdeiro que D. Pedro confiara à nação brasileira, esta começara a viver finalmente uma vida nova, nascida e criada para o Brasil. A maioridade política do novo soberano havia de coincidir de fato com a completa autonomia do Estado brasileiro. Tudo o que ficara para trás eram alguns abafados gritos de revolta, aspirações e votos de portugueses irrequitos, reflexos de movimentos políticos produzidos no estrangeiro, obra fragmentária de prematura libertação, na qual velhos ciúmes entre colonos e reinóis foram agitados pelos ventos revolucionários que sopravam das colônias espanholas emancipadas.

O Romantismo não fora alheio aos ideais emancipadores; antes os alimentou e serviu, indiofilia. Em dado momento, a escola rombando-os até aos exageros nacionalistas da infiofilia. Em dado momento, a escola romântica abriu ao patriotismo da libertação todas as portas da oratória sacra e profana e facultou-lhes todos os tropos da eloquência tribunicia. Depois, sentira-se a necessidade de organizar magistraturas genuinamente brasileiras, reunir em grêmios científicos e literários os melhores valores intelectuais. Passara-se da época das truculentas exaltações cívicas para um campo pacífico de ordenação

metódica e de construção, reatando-se o traduzindo-se para brasileiro o generoso plano cultural iniciado no Rio de Janeiro pelos Condes de Linhares e da Barca, Ministros do Governo de D. João VI.

Da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, inaugurada em 1827, sairia, em 1838, como expressão de uma mentalidade responsável, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado na proposta apresentada, em sessão daquela Sociedade, pelo Marechal Raimundo José da Cunha Matos e Cônego Januário da Cunha Barbosa.

O Imperador D. Pedro II tinha, então, treze anos de idade, mas não tardaria a patrocinar oficialmente a nova instituição. Começou a frequentá-la desde o ano de 1849. Até ao fim do seu longo reinado presidiu a 506 sessões ordinárias e compareceu a 514 (1). Foi êle a própria alma tutelar do Instituto.

O Instituto Histórico e Geográfico cresceria, à sombra da proteção imperial, para traduzir com discreta e calma disciplina científica os ideais da Independência. Propunha-se o novo grêmio, do qual faziam parte as mais austeras e combativas figuras da revolução ou arquivar "todos os elementos documentais emancipadora, "coligir, metodizar, publicar para uma História do Brasil, que deveria ser uma crônica independente, firmada com verdade e segurança nos fortes alicerces da nacionalidade. Não mais se escreveria história sectária, nem se hasteariam bandeiras de partidos, nem ecoaria mais o vozear dos tribunos

(1) Vid. José Vieira Fazenda, Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., t. LXXIV parte II, págs. 279 e segs.: Max Fleiuss, Páginas de História, 2.<sup>a</sup> ed., pág. 461 e "L'Institut Historique et Géographique du Brésil, ed. prep. para a comemoração do centenário do mesmo Instituto; Félicio de Bettencourt, Inst. Hist., Os fundadores, Rio-de-Janeiro, 1938.



facciosos no meio dos estudos históricos e geográficos. O programa que os estatutos recomendaram era o de uma consulta séria e profunda das fontes, a arrumação cuidadosa das informações documentais, a interpretação isenta e rigorosa dos fatos. O pensamento dos fundadores do Instituto, que este soube realizar plenamente, durante mais de um século de ininterrupta atividade, consistia em elaborar uma grande história nacional, escrita e refeita sem paixão. Assim se trabalhou para que a História Geral do Brasil ficasse completa e bem fundamentada, refletindo no seu curso sereno, desde as nascentes mais recuadas, a majestosa e amazônica grandeza de todo o Império.

Cunha Matos, um dos fundadores, ao discutir-se o plano de trabalhos a que o Instituto se iria devotar, reconhecia a falta de "elementos provinciais". Propôs que estes fossem reunidos e examinados convenientemente. Inventariou os estudos anteriormente publicados por nacionais e estrangeiros sobre o Brasil. Afirmou que os estrangeiros ganharam mais fama do que os Portuguezes nas ciências naturais, mas lembrou que Marcgraff e o holandês Guilhaume Pizon, este autor da História Natural do Brasil, escrita em latim no ano de 1648, foram precedidos e amparados pelos estudos dos Jesuitas. Da mesma maneira demonstrou que Eschwege, Mawe, Newid, Pohl, Nitherer, Langsdorff, Spix e Martius, Varnhagen, St. Hilaire, Freire e outros publicaram estudos históricos, relatórios de investigações científicas e crônicas de viagem, depois de conhecidas e vulgarizadas, entre outras, as obras portuguezas de Antônio do Rosário, Fr. José Mariano da Conceição Veloso, Bernardino Antônio Gomes, Joaquim José Lisboa.

Referiu-se também Cunha Matos ao livro de André João Antonil — *Cultura e Opulência do Brasil*, acrescentando estas palavras verdadeiras: "Parece-me ocioso citar por ora os escritores nacionais que merecem o título de clássicos nas coisas do Brasil, mas não deixarei de dizer que um Frei Manuel Calado, Bernardo Pereira de Barredo, Francisco de Brito Freire, Gaspar Estácio, e alguns outros devem ser confrontados, com Marcgraff, Lery, Hans-Staden, Barloesus, Frinzer, Bieuhoff, Le Clerc, Dapper e diversos autores holandeses, franceses, ingleses que seguidamente se copiaram, faltando muitas vezes à verdade histórica. Southey reconhece Sebastião da Rocha Pita como único escritor de uma história geral do Brasil, a que dá o nome de magra e inexacta, e que só merece atenção por não existir outra melhor. Southey aproveitou-se todavia desta obra, e acrescentou mais algumas noti-

cias extraídas de manuscritos portuguezes, que muitas pessoas não queriam publicar, enquanto existiu a censura da mesa do desembargo do Paço, tanto no Brasil como em Portugal..."

Aquelas palavras, proferidas na sessão inaugural do Instituto, marcavam uma orientação nova nos estudos históricos, um largo plano de revisão geral e de trabalho a que se iriam entregar os sócios da agremiação recém-nascida. A partir desse momento, proferiu-se o programa traçado por Cunha Mota, que preconizara a busca e seleção de elementos provinciais, em vez da tese de Januário da Cunha Barbosa, o qual defendera o critério da história elaborada e desenvolvida por épocas. Procurar-se-iam primeiramente aquêles elementos fundamentais e completar-se-ia com êles, exaustivamente, a história dos diferentes ciclos. Destes, o primeiro ocupar-se-ia dos aborígenes; o segundo tratava dos descobrimentos portuguezes e administração colonial; o terceiro abrangeria todos os conhecimentos nacionais desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente e abraçou um sistema de governo imperial, hereditário, constitucional e representativo (2).

Abrigo das tradições nacionais e centro espiritual da nacionalidade brasileira, como já foi definido por Joaquim Nabuco e Afrânio Peixoto, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi mais do que uma Academia, o órgão natural "representativo, interpretativo e consultivo da História do Brasil" (3).

Desde 1839, ininterruptamente, tem sido publicada a revista do Instituto, a qual já conta mais de cem grossos tomos, formando a mais notável coletânea até hoje realizada no campo da Historiografia, Geografia e Etnografia do Brasil.

Dos trabalhos executados pelo Instituto não podemos dar aqui completa notícia, nem sequer um pálido inventário da sua ação. Ouçamos alguns passos o que nos diz Max Fleiuss, secretário perpétuo daquela Sociedade, acerca da obra apresentada pelo mesmo Instituto. E' um rol extensíssimo de trabalhos e serviços: "memórias inéditas, documentos copiados dos primeiros arquivos de Portugal, Espanha, França e Holanda, por enviados especiais do Instituto, como Varnhagen, Joaquim Caetano, Antônio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Norival de Freitas; roteiros, itinerários, missivistas particulares, documentos offi-

(2) Vide Feijó Bitencourt op. cit. págs. 163 e seguinte.

(3) Max Fleiuss — Páginas de história — 2.<sup>a</sup> ed. pag. 503.

ciais, relatórios, correspondência dos governadores gerais, vice-reis, prelados e bispos; pareceres do Conselho Ultramarino, leis e regimentos emanados da Metrópole, estudos e notícias topográficas sobre as nossas capitanias, antigas províncias e seus primitivos habitantes exumados pacientemente da Torre do Tombo, da Biblioteca de Évora, do Arquivo de Simancas, do Real Arquivo de Haia, etc... Só em biografias de brasileiros ilustres, há todo um fartíssimo cabedal, além das cartas de Pêro Vaz de Caminha, Mestre João, Américo Vespúcio, dos jesuítas Nóbrega, Anchieta, Blaquer, Antônio Pires..., do bispo Sardinha, de D. Duarte da Costa, Diogo Garcia, Diogo Leite Diogo Nunes, Luís Ramirez, Vasco Fernandes Coutinho e muitíssimos outros..., o Roteiro de Pêro Lopes, a Relação das Capitanias, o Tratado Descritivo do Brasil, por Gabriel Soares, o relatório das viagens de Lery, Hans Staden, Knivet, o descobrimento e fundação do Rio de Janeiro, a fundação da igreja de S. Sebastião, a história da fundação da prelazia e bispado do Rio de Janeiro, a Nobiliarquia Paulistana, as notas sobre João Ramalho, os trabalhos de Alexandre Rodrigues Ferreira, os padrões da Cananeia, as memórias sobre os nossos limites, sobre a exploração dos nossos maiores rios e bacias fluviais, a Crônica do Padre Betendorf, os documentos relativos à invasão e dominação holande-

sa..., a Inconfidência Mineira, a trasladação da Côrte, a Independência, a vastíssima correspondência dos governadores e vice-reis com a Metrópole e dos principais agentes diplomáticos das côrtes estrangeiras acreditadas no Brasil... etc... etc". (1)

Não cabe na breve notícia que hoje dedicamos ao Instituto uma crítica, ainda que sumária, dos escritos e obras valiosíssimas arquivadas nas páginas da Revista ou publicadas separadamente. Bastará dizer que seríamos obrigado a compor uma lista infindável de todos os autores célebres, nacionais e estrangeiros, que escreveram acerca do Brasil e foram colaboradores do monumento colossal erguido por aquela instituição à História, Geográfica e Etnografia brasileiras.

Razão tinha Paulo Prado para afirmar que nenhum estudo da história brasileira será uma obra de boa-fé, se deixar em olvido os serviços que o Instituto prestou ou prescindir dos materiais inestimáveis que êle reuniu.

Lisboa, 3 de maio de 1943.

---

Publicado no: "Brasília" Volume III.

Faculdade de Letras da Universidade de  
Coimbra — Instituto de Estudos Brasileiros.

Coimbra 1946.

## "TEMAS VENEZUELANOS"

O estudo pormenorizado das origens e do processo evolutivo da Venezuela esteve entregue, durante muito tempo, a um pequeno núcleo de eruditos que trabalhava partindo dos materiais fornecidos pelos cronistas da conquista, do domínio e dos acontecimentos guerreiros que haviam dado em resultado a formação de uma nova pátria na sul América. Esse núcleo era integrado por Gil Fournut, Pedro Arrcaya, Angel Cesar Rivas, Vicente Davila, Eloi Gonzales, Monsenhor Nicolau Navarro, Aristides Rojas, Loureano Vallenilla Lanz, Carraciolo Parra Perez, Vicente Lecuna, Luis Alberto Sucre, Tavera Acosta, e encontrava suas raízes ou suas diretrizes na obra de Rafael Maria Baralt, Francisco Xavier Yanes, Oviedo Banos e Júlio Humbert.

Tôda a obra realizada, conquanto dentro dos mais fidedignos e jóvaveis métodos de pesquisa, era, porém, ainda insuficiente para permitir o conhecimento minudente da história venezuelana. As pesquisas arquivais não tinham trazido a última palavra, autorizando, com o quadro definitivo, a interpretação sociológica, a compreensão firme. Uma equipe de historiadores novos, sem que nessa designação de novos queiramos assinalar mocidade, idade tenra, mas intervenção atual, autônoma, no estudo da formação nacional, decidiu meter ombros à tarcia, de que se vai saindo galhardamente.

Essa equipe conta, entre seus nomes mais graduados, com os Mariano Picon Salas, os Hector Garcia Chuecos, os C. Parra Perez, os Niceto Sardi, os Mário Briceno Iragorry, os Ambrosio Perera, os Augusto Mijares, a luz de cujas afirmativas, fruto de uma mais nítida penetração nas páginas da documentação arquivai, vamos conseguindo ter a visão nítida de como os venezuelanos se moveram na construção magnífica de sua nacionalidade.

Tanto daquêles como destes, o Instituto recebeu recentemente uma coleção de obras, cujo relacionamento tem sido divulgado nas listas bibliográficas desta Revista. Nestas linhas queremos destacar alguns trabalhos, sobre que desceu a nossa curiosidade.

De Ambrósio Perera temos agora, para registro, a *História Orgânica de Venezuela*, que compreende a vida colonial, primeira república, o período da Grã-Colômbia e finalmente o ciclo da república até nossos dias.

Para quem queira ter um conhecimento exato da maneira pela qual se estabeleceu o estado venezuelano, assistindo às vicissitudes, dentre das quais foi possível estruturá-lo administrativamente, este livro é guia precioso, modelo mesmo para ensaio semelhantes nas outras várias unidades políticas que constituem a família continental. Assim é que Ambrósio Perera historia nêle as instituições, pormenorisa o esforço constitucional, risca um perfil seguro da evolução político-administrativa de sua pátria, faz roteiro exemplar, através o qual assistimos ao processar orgânico da Venezuela.

Parra Perez, outro dos novos trabalhadores, tendo partido de um balanço sobre o regime colonial, que autorisasse penetrar a fase das lutas ideológicas e os entreveros guerreiros pela independência, escreve sobre *Bayona y la política de Napoleon en America, Miranda et la Revolution française, e Historia de la Primera Republica de Venezuela*, três monografias que denunciam a mão de mestre que as elaborou trazem para a história do continente uma contribuição verdadeiramente sensacional.

No primeiro livro, Parra Perez, passa em revista, servindo-se de ótima documentação, os propósitos e os esforços que o grande corso dispendeu na aventura imperial a que se atirou visando manter em poder de Espanha, que êle vencera pelas armas e pela habilidade política, o parque colonial sem o qual, estava certo disso, seria impossível triunfar sobre o inimigo inglês, senhor dos mares, da melhor indústria da Europa, conseqüentemente um inimigo que precisava ser contido em sua marcha ascensional. Nêsse particular, Parra Perez, cujas intimidades com a documentação francesa são bem conhecidas, conseguiu desvendar muito do véu que descera sobre esse capítulo da aventura napoleônica, conquanto outros historiadores venezuelanos e platinos já tivessem tentado a claridade necessária.

No segundo, Parra Perez enfrenta a figura magistral de Miranda, o homem que sonhou a independência e se constituiu o tipo máximo pelo qual a América veio a participar da galeria dos próceres da humanidade. Soldado da "Revolução", coronel dos exércitos russos, organizador da "Loja Lautaro", que comandou a preparação revolucionária sulamericana, inclusive do Brasil, amigo dos ingleses, cujo pragmatismo conseguiu trazer para a



causa da independência da América Espanhola, Miranda era até ontem um ignorado nos detalhes de sua vida, revelada graças principalmente às locubrações do norteamericano W. S. Robertson.

Sua passagem pela revolução francesa, cujos exércitos comandou, era ponto sobre o qual se sabia sem profundidade. Robertson investigara mais miudamente os outros aspectos da atuação do venezuelano. Parra Perez, com seu livro, completando as pesquisas e o retrato de Robertson, encheu o vazio que havia, permitindo a visão autêntica da ação do "Precursor", do homem de dois mundos que seus concidadãos não souberam acompanhar com a dignidade que ele impunha pelo acervo de serviços que vinha prestando às melhores empresas humanas do seu tempo.

No terceiro livro, Parra Perez, faz o histórico sereno, a análise sensata do que constituiu a experiência republicana sob o conduto de Miranda. Nenhum incidente, nenhum pormenor, nenhum episódio, nenhum aspecto daquela época é esquecido ou ignorado. Assim, para exemplificar, ao invés de levantar a crônica apenas dos episódios políticos ou militares que marcaram o momento, passa em revista os problemas sociais e econômicos que surgiram, a política externa da república, as diferenças geográficas que distanciavam os interesses provinciais, o sentido de unidade do pacto federal, explicando, destarte, com a visão lúcida do historiador-sociólogo, o que foi realmente aquela experiência, que Bolívar tentou aproveitar quando teve em suas mãos os destinos das pátrias que libertara e imaginara estabelecer num todo único.

Durante algum tempo pôs-se em dúvida que houvesse, entre os historiadores venezuelanos, qualquer outra preocupação além daquela de esmiuçar a ação de Bolívar. Um scholar norteamericano dizia mesmo que circulavam, por ano, em Caracas, trezentos e sessenta e cinco trabalhos, entre livros, plaquetes, artigos, versando todos sobre a figura majestosa e ruidosa do "Libertador".

O material a que nos estamos referindo, recebido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dentre do qual escolhemos as monografias que registramos neste lembrete, constituem a melhor demonstração de que não é uma verdade aquela afirmação. Porque se, realmente, à volta da personalidade do vulto inconfundível do herói sulamericano há uma devoção que arrasta os historiadores a tentar a solução constante dos ainda vários problemas que cercam o papel e a vida do grande soldado e estadista da libertação continental, nem por isso os outros temas, referentes à for-

mação nacional foram postos fora da fila das preocupações dos historiadores da república aniga. Demais, para compreender em toda sua extensão, a importância da atuação do "Libertador", há necessidade de ter bem nítida a realidade do desenvolvimento social, político, econômico, espiritual, cultural da república que ele fundou, seja nos seus antecedentes, seja nos passos posteriores que deu em direção aos seus melhores destinos. Os historiadores venezuelanos, como os mais perfeitos historiadores das outras nações americanas, têm direito ao respeito de seus companheiros de tarefa cultural, tanto mais quanto, como estamos vendo, possuem a visão perfeita, a penetração aguda dos problemas históricos, sobre que estão escrevendo páginas de um relevo memorável.

A. C. FERREIRA REIS.

"CAUDILHOS ENTRERIANOS" *Lopez Jordan* — por *Anibal S. Vasquez*

O estudo da caudilhagem na América espanhola não foi ainda suficientemente esclarecido. Na Argentina, Bolívia, no Peru, os mais eminentes sociólogos e historiadores têm estendido sua atenção particular para o assunto que realmente exige essa atenção, de vez que a caudilhagem representa, na crônica política sulamericana, um dos capítulos mais víciosos, mais impressionantes mesmo, do post-independência.

Passando-se em revista a história continental no que ela possui de heróica, vamos encontrar, nesses episódios de sangue e de bravura, os momentos pelos quais os povos hispano-americanos, que saíam do ciclo colonial, tomavam contato com a vida de liberdade, experimentando as excelências do sistema democrático pregado pelos filósofos da grande Revolução e pelos ideólogos da independência continental. Ciclo de barbarie, como lhe chamou Sarmiento, valeu, todavia, como uma época que revelou atitudes, caracteres, que deu margem a gestos marciais e, mais que isso, servindo à estruturação das nacionalidades que se banhavam no sangue das revoluções, dos pronunciamentos, das quarteladas, dos entreveros, educando-se na grande escola do sacrifício e dos padecimentos.

A caudilhagem, produto de incultura, dos choques entre a mentalidade das cidades e dos campos, saindo dos grupos militares em luta, produto do mestiçamento incessante que foi o domínio espanhol, resto da bravura do conquistador que o Velho Mundo Ibérico mandara para o domínio do Novo Mundo, ao contrário do que geralmente se afirma, parece-

nos, mais, um episódio, talvez mesmo necessário na América Espanhola que conseguira a autonomia após a ação de seus soldados, sob a chefia dos homens que ela própria aclamara como condutores de seus destinos. O caudilho, como o conquistador, foi uma criação do ambiente social, do ambiente histórico, do ambiente geográfico. Seu não comparecimento ao cenário histórico é que seria de admirar.

Na Argentina, senão em maior número que na Bolívia, os caudilhos medraram também, agitando as províncias, perturbando ou atracando a obra de unificação nacional que não fôra possível realizar logo após o movimento de maio. O ciclo heróico que se abriu desde então e só se encerraria com a destruição de Rosas e a substituição normal de Urquiza, foi não só o ciclo que os historiadores argentinos chamam de ciclo da anarquia, mas o do heroísmo barbaro dos caudilhos. A propósito, a literatura que se vem fazendo anima-se agora com a série de ensaios da autoria do Sr. Aníbal S. Vazquez, que passa em revista a contribuição de Entre Rios para a formação de sua pátria, dando uma importância especial justamente aos homens que a ilustraram nessa fase bélica.

De sua autoria, dentro dêsse objetivo, já possuímos "Ramires", aguardamos "Estanislau Lopes", lemos agora "Lopez Jordan". Toda uma trilogia que está revelando um conjunto de homens fortes, que deram vida à crônica política daquela província, sagrando-se figuras da história da própria nação argentina.

Ricardo Lopez Jordán, sobre que nos dá um retrato autêntico, sem novelismos, traçado à luz de um ótimo documentário, foi um daqueles tipos memoráveis da chamada idade média do país irmão. Sua ação projetou-se desde 1841, quando ingressa no exército. Segue ouorien taos altos e baixos que marcam a contribuição da província na formação nacional. Suas atitudes são sempre enérgicas. Dêle diz o biógrafo, numa síntese magistral: "foi o último caudilho". Sua participação no assassinio de Urquiza durante muito tempo foi afirmada. O sr. Aníbal Vazquez deixa líquido e certo que essa participação não pode ser provada, conquanto Jordan se houvesse beneficiado, do fim de outro caudilho, sucedendo-o no governo da Província.

Um livro bom, portanto, do Sr. Aníbal Vazquez, conquanto um tanto palavroso. Uma figura interessantíssima, realmente, essa do último caudilho, que o escritor enterriano nos apresenta com tanta fidelidade.

A. C. FERREIRA REIS.

## EL NACIMIENTO DEL OBISPO TREJO Y SANABRIA — por *Enrique Martinez Paz*

Fray Fernando Trejo y Sanabria, apontado como fundador da Universidade de Córdoba, tem sido um dos assuntos sobre que se não disse a palavra final. Seu perfil tem sido objeto de mil indagações. Sua terra natal, por exemplo, é um dos pontos da discussão que movimenta as investigações de historiadores argentinos. O sucesso memorável que constitui a fundação da referida universidade colonial, que tantos nomes deu à vida política e cultural da nação vizinha, atribuída ao Bispo famoso, é outro ponto de discórdia entre os historiadores.

No momento, voltamos nossa atenção para o problema do nascimento do Religioso, a propósito da memória interessantíssima que escreveu Enrique Martinez Paz, diretor do Instituto de Estudos Histo Americanistas da Universidade Nacional de Córdoba, memória que traz o título seguinte: "El Nacimiento del Obispo Trejo y Sanabria, Fundador de la Universidad".

Cabe aqui referir que o assunto deu margem a uma participação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, solicitado a pronunciar-se pelo ministro Rodrigo Otávio, que atendia a um pedido do embaixador Carcano, interessando na elucidação do tema e na ereção de um monólito que perpetuasse, no Brasil, onde se supunha que Frey Trejo houvesse nascido, a figura do grande Religioso.

Examinada a documentação suficiente, ouvida a palavra autorizada do historiador catarinense Carlos da Costa Pereira, que apresentou um trabalho perfeito de crítica, de exegese documental, a comissão do Instituto Históricos lavrou seu vereditum: Fray Trejo de Sanabria nascera em terras brasileiras de Santa Catarina, nascera em São Francisco, núcleo urbano fundado pelo pai do sacerdote no período em que aquelas terras do sul oscilavam entre o domínio soberano de Espanha e de Portugal.

Enrique Martinez Paz, valendo-se do pronunciamento do Instituto Histórico e Geográfico, do ensaio do almirante Henrique Boiteux, da documentação que examinou, carinhosa e honestamente, chega às mesmas conclusões, parecendo-nos que encerrando a discussão sobre o tema. Sua memória, em consequência, modelo de trabalho histórico, elucida, convence, vale como um ponto final.

A. C. FERREIRA REIS.



“HISTORIA DE UM ENGENHO” — por  
Wanderley Pinho

Por vezes é muito elegante, logo depois muito erudito, ocasiões há em que é espaçosa inteligência tocada por uma clara réstea de luz da mocidade a versar assuntos idos e vividos, como acontece nos *Salões e Damas do Segundo reinado*. Todas estas modalidades tem-nas o Sr. Wanderley Pinho que por sua vez retrata estadistas do Império como fez com Saraiva, revendo êle a infância de quem, cercado de muitos irmãos a lhe ampliar o quadro de família pobre, seguiu pela vida afora esforçado, mas obstinado, como todo homem que conhece as privações da vida do povo e que depois ascende numa grande carreira.

Há uma história política do Brasil, muito viva, em que os vultos, como êsse Saraiva, ainda estão na memória dos homens de hoje, saindo das livrarias uma literatura para tantos reconhecerem os retratos de políticos brasileiros, vistos tão de perto, em todas as suas curiosas particularidades. Mas há uma história que está por construir. Por encenar. Quero me referir à história colonial. Mais longe que fica, força os olhos vislumbrarem tudo na distância.

A medida de tanto se combate a colônia com o espírito com que o Brasil se proclamou independente, ficou-se como que sem compreender a colônia: tudo como época de algemas, e só de fatais angústias. Ora não foi bem assim. O Sr. Wanderley tem uma equilibrada maneira de compreender o passado, maneira sensata. Mesmo quando êle cuidou do Brasil império, fez estender-se até o Brasil colônia: um povo não constitui uma sociedade senão em condições satisfatórias através uma longa tradição. E o que o Sr. Wanderley revela, quando toca nessa tradição traz aquêlê colorido e vida, próprio à memória ao se referir à Baía rural, “com a alegria de tantos engenhos moventes e correntes”. Um povo alegre, uma boa tradição. Esta, a história colonial por êle reconstituída.

“Só de setembro em diante (escreveu o Sr. Wanderley no primeiro volume de “Cotegipe e seu tempo”) recomeça a alegria com a safra. Preparam-se os engenhos; inicia-se o corte das lenhas. Abrem-se os alcapões de onde saem, como respolegando ao sol, os balões levados a secar. Arreiam-se as fôrmas. Acende-se um dia a caldeira. Fumega a chaminé do “banguê”. E a máquina na experiência, apitando, é como um grito festivo de vida a acenar satisfação, num penacho branco de vapor”.

“Hoje, amanhã, dias seguidos, por aquelas redondezas, sucedem-se então as “botadas” obrigadas a festas e banquetes. O “sobradinho” enfeitase para os convidados, a quem cabe, após o padre, lançar ao lento eurolar das moendas polidas, as primeiras canas — raspadas, brancas, enfeitadas de fitas e recortes multicores. Escorre o primeiro caldo que é, dentro em pouco, o fervor da primeira “meladura”, enquanto o capelão, seguindo o cruxifixo que leva o filho mais velho do senhor do engenho vai aspergindo água benta e latim, na bênção dos picadeiros atestados de “cayena”, “solangé” e “roxa”; da casca de bagaço vazia e varrida; do tendar ou casa de porgar, com formas alinhadas que branquearão o açucar e despejarão, pingo a pingo, o estimado “mel de furo”. Benzem-se os coxos de cachaca; taxas; fornalhas; a máquina que arde e bufa em respiros cadenciados, e... Benze-se tudo.

“Breve alveja estendida como um lençol, a bagaceira com os moleques e escravas que espalham com forquilhas e tridentes os sobejos das moendas, e onde corre arastado como um trenó entre neves, o couro que conduz os bagaços secos ao depósito”.

“Tudo então é por aquêles engenhos — côr, movimento, ruído e cheiro”.

Não é o adjetivo, é o movimento vivo da descrição que seduz. Tudo que são qualidades de escritor, está nesta página; mas são os olhos que vêem, a memória que recompõe, e a descrição que se impõe, a vida do passado que reaparece extuante. Não há historiador que escreva como o Sr. Wanderley, tendo a emoção de ter as cousas presentes; os viajantes que percorreram o Brasil poderiam tê-lo feito assim. Mas a êsses faltou a compreensão, o sentimento do país satisfeito de produzir, de enriquecer, e esse sentimento só podia ter um brasileiro. E’ o caso dos adjetivos e dos qualificativos; os estrangeiros usam-nos no que disseram; mas o Sr. Wanderley dá na discriminação o movimento, a intensidade da vida do Brasil, que produz, e se desenvolve.

Uma forma de escrever com todos os sentidos: essa é a surpresa a que se chega no livro a respeito de um estadista do Império, de quem o Sr. Wanderley ainda há de dizer muito completando a obra hoje encetada, mas com alguns volumes ainda por publicar.

Não tenho dúvidas acerca do sentimento poético que despertou no Sr. Wanderley quando anunciaram que estavam incomodando a “história de um engenho de mais de duzentos anos...” Eis o que o fez pegar da pena diante do que pediam, porque, historiador minucioso, tinha êle qualquer cousa que dizer com



especial sentimento. — Mas além do sentimento há no Sr. Wanderley aquilo a que chamamos homem de espírito.

E' esse homem de espírito que rarâ compreender a história colonial com um equilíbrio, com uma intuição, com um senso por tanto tempo banido e conjurado da história colonial, pelos que combatiam a colonização portuguesa.

De fato não se pode compreender a história de um povo sem conhecer o luxo a que elle atingiu. Não é a miséria que elucida, se ela não é a realização plena; mas sim a obtenção do que enfim os homens sempre almejam. O luxo, a riqueza trazem a satisfação plena e são a maneira de se preencher na alma humana o espaço de ambição, para a consciência chegar ao estado de plenitude com que ela se firma em si mesma.

Se as questões históricas têm expressão psicológica e sentido próprio, o Sr. Wanderley tocou nesse sentido da civilização dos engenhos da Baía, relatando o luxo da Baía dos engenhos. O Sr. Oliveira Viana fez, como sociólogo, que comprehendesse o domínio rural na sua função centralizadora. Explicou o que era essa instituição no Brasil. O Sr. Wanderley despertou, como historiador, a atenção para uma questão psicológica, de significação social, e que encerra em si, de certa maneira, o que podemos apontar como sendo a plenitude de uma maneira de viver, e é o luxo dissipador mas, até certo ponto, o momento de plenitude e saturação, para a qual a vida sempre se encaminha.

Se quisermos apontar o sentido do livro do Sr. Wanderley — “História de um engenho” — em uma época em que já se vai tendo uma intuição social das cousas e em que, com essa intuição, vamos fixando as modalidades de vida, a mim se me afigura que o escritor chegou de modo próprio a perceber o sentido do luxo na formação da sociedade.

Compreenda-se então o luxo, como se deve compreender. O Sr. Wanderley não lhe fez a apologia. Mostra-o até como desperdício. Porém chega ao que, sem outra denominação mais apropriada, melhor lhe podemos chamar civilização na Baía: a civilização dos engenhos.

Mas essa civilização dos engenhos teve os diversos aspectos, que o Sr. Wanderley veio enquadrar em moldura ampla.

Eis, no passado, uma Baía fértil, ativa, na plenitude de sua vida doméstica: tudo no engenho de outrora. Porém, ainda não disse eu tudo a respeito desse passado que o historia-

dor recompõe. Eis a sombra de dignidade no prédio solarengo. A tradição. A história do engenho se confunde pois com o despertar da alma nacional, desde as lutas travadas para reaver as terras brasileiras dos holandeses. E o senhor de engenho tem genealogia apurada entre gente, que tomou parte nessas lutas. E' vulto em uma família histórica. Há pois uma nobreza rural baiana.

O vale do Paraíba, com os fazendeiros de café, produziu uma aristocracia rural brilhante, por fim parecida com a aristocracia de Napoleão III, improvisada, e à qual ela imitava nos hábitos elegantes da vida moderna muito burguesa e opulenta. A Baía não. A Baía não foi assim. Era gente de prol como se costumava dizer antigamente: era o parentesco, a genealogia nafrada pela pena do historiador recluso em convento, como o foi em Jaboatão.

Leia-se Taques. O escritor é outro homem. A sua atenção já está voltada para um meio diferente, e com isso já está feita a distinção entre os dois genealogistas atendendo-se a que os dois ficam, um na Baía do Recôncavo e o outro em São Paulo, ponto de irradiação de todos os roteiros bandeirantes. O modo de viver diferente reuniu de modo muito diverso as famílias que se formavam. Só se compreende a formação da família baiana, que atingiu um apogeu memorável, tendo-se pois a “História de um Engenho” do Sr. Wanderley Pinho.

Para saber-se do valor especial do livro do Sr. Wanderley, é estar atento no que elle trouxe para esclarecer a formação histórica das grandes famílias do Brasil. Mas representando essas famílias uma organização econômica, a história dessa organização veio a tona com a história dessas famílias. Mais ainda. Por menoriza-se, desdobra-se, na História de um engenho com aspecto importantíssimo da vida nacional, e cito pois a corretagem do açúcar. Tem essa corretagem as suas modalidades com que ela exerceu grande influência na vida do país. E precisa ser comparada com a corretagem, mas do café. O confronto das duas levará a elucidações históricas de grande interesse. Eis pois um livro que dá passagem a História, para ela caminhar muito. O título que traz, nos deixa supor os horizontes amplos desvassados através as suas páginas encantadoras. Mas, lida a “história de um engenho”, se tem idéia de que é, não digo a arte, mas a ciência do historiador.

FRÉJÓ BITTENCOURT.

# A ESTATUÁRIA DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DE MATOSINHOS DE CONGONHAS DO CAMPO

por José Mariano Filho: — *Separata da Monografia Antônio Francisco Lisboa "O Aleijadinho"*. — Rio, setembro de 1946. Publicada por D. Alda Caminha.

A morte não rasga páginas escritas, não apaga um pensamento vivo, e sempre há de existir quem dedicadamente comece a reconhecê-las, e a apreciá-las, dizendo depois de desaparecido entre os vivos aquele que viveu inteiramente na compreensão das cousas deste mundo, amando-as e explicando-as: "Não está definitivamente encerrada a missão de José Mariano Filho nessa reabilitação e *"mise-en-point"* e esperamos, com a graça de Deus, poder brevemente apresentar aos admiradores do grande artista e de seu iluminado biografista, a obra definitiva "que levantará o *"Aleijadinho"* como ele merece", segundo as próprias palavras de José Mariano Filho".

De fato com o senso crítico e uma compreensão aguda da história de arte, que se ensaia escrever no Brasil, José Mariano não teve tempo de traça-la ele mesmo, mas sentiu vibrantemente que era necessário levá-la ao verdadeiro caminho, impulsioná-la, ajustá-la, e isso com um temperamento febril de quem pesava a responsabilidade de arcar com assunto tão complexo.

Não teve ele tempo de escrever um livro; mas compôs as suas mensagens, as suas epístolas, dirigidas a estes e àqueles, despertando na mente de todos qual o verdadeiro sentido da arte brasileira.

Neste caso a personalidade que foi José Mariano, merece ser estudada. E vejo que o vai ser. E os que foram amigos dele estão esperando que surja o estudo da personalidade de um vibrante crítico tão conhecedor e comentador de arte.

No momento que José Mariano deixou de viver, fez logo se olhasse no tempo que vai ficando para trás, medindo-lhe o vulto, que desaparece de entre os vivos e marca uma época. A sua cobatividade, tomou expressão porque tem extensão o combate que ele travou ganhando terreno, tomando posição; resta pois ver qual esse terreno de que se assenhoreou único, só, e quais as posições a que ele chegou só, e por si. Neste plano, ninguém se confunde pois com ele.

A intensidade das suas lutas travadas, não nos consideremos sem ver pelo que ele combatia, com clareza de objetivos. Os princípios que lançou, e pelos quais disputava, são inconfundíveis. Ora ter ele feito isto define lhe a

personalidade, mas (o que é mais proveitoso) conduz e aprofunda o pensamento humano.

As últimas palavras que José Mariano dirigiu aos homens, na preocupação em que, os seus últimos anos de vida, levou estudando o escultor Aleijadinho, são essas:

"A súbita preferência dada... à estatuária, a partir de 1795, não pode deixar de causar certa estranheza àqueles que se habituaram a considerar o artista como o maior toreuta de sua época. O tratamento ornamental que ele dera anteriormente ao elemento antropomorfo encartado nas composições das portadas dos altares, não justifica por certo a reviravolta operada subitamente em sua carreira" quando ele em 1795 "assinou o primeiro contrato para a apreparação das figuras de madeira destinadas aos *"Passos"* de Congonhas do Campo".

Eis o que José Mariano encontrava na arte, eis o que sabia ele reconhecer: essas *reviravoltas* em que irrompe o temperamento do artista dominado a época, para que a história seja então o estudo de um temperamento a realizar uma obra colossal. A medida da realização, a marca pessoal deixada nela é o segredo de apaixonante estudo. Parar enquanto na apreciação desses fatos, para os quais chamava a atenção, é um abalo súbito causado nos que estavam atentos no escritor em plena atividade.

E' preciso pois que alguém lhe retome a obra completando-a a dizer o que ele fazia, empenhado em um fim a apontar. Sei muito bem que isto pode ser levado a efeito quando alguém com dedicação se dispuser a "apresentar aos admiradores do grande artista", que foi o Aleijadinho, a compreensão que dele tivera o seu "iluminado biografista". Este alguém, já deu começo a obra piedosa e valiosíssima publicando — "A Estatuária do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo".

FEIJÓ BITTENCOURT.

Afonso de E. Taunay — *Guia do Museu Republicano "Convenção de Itu"*. — Distribuição do Departamento Estadual de Indústria Gráfica. Siqueira. 1946. 73 pp., ilustrações.

Como dependente do Museu Paulista, também ficou sob a direção do ilustre historiador Sr. Afonso de E. Taunay, durante muitos anos, o Museu Republicano "Convenção de Itu", fundado em 1923 pelo presidente Washington Luís, na cidade daquele nome.

Destinado especialmente a comemorar o acontecimento político ali ocorrido em 1873,

pode a instituição alargar os seus objetivos culturais, transformando-se em verdadeiro monumento da vida municipal da vila por D. Pedro I intitulada “Fidelíssima”, graças aos esforços do insigne autor da *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Assim é que, além da-quele fim precípua, quase tôda a história da capitania e da província, através de seus reflexos ituanos aparece nos azulejos do vestibulo do octogenário edificio, explicados pelo Sr. Afonso de E. Taunay no *Guia do Museu Republicano “Convenção de Itu”*, distribuido pelo Departamento Estadual de Informações de São Paulo. O mobiliário da época, a iconografia paulista antiga e moderna, o gabinete de trabalho do presidente Prudente de Moraes, e tôdas as salas expostas à visita pública, foram igualmente descritos no interessante trabalho de Itu, com a respectiva lista de assistente opúsculo.

Completem-no a transcrição da Ata da Con-naturas; uma velha reportagem sobre o mes-mo acontecimento, por Cesário Mota, inclusi-ve a inauguração da Estrada de Ferro Itua-na; e, afinal, significativa relação das fre-quências anuais de visitantes do Museu, sex-tuplicadas de 1923 a 1945.

HÉLIO VIANNA.

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Diretor — Nicolau Duarte Silva. Vol. XLIII de 1944. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. 420 pp. Ilustrada.

Longo e fundamentado estudo sobre “Dio-go Antônio Feijó na tradição da família Camargo”, de autoria do Sr. Ricardo Gumble-ton Daunt, constitui a matéria da colaboração do volume XLIII, relativo ao ano de 1944, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Baseado em minuciosas pes-quisas históricas e científicas (inclusive inte-ressantes dados crânio-prosopométricos de um laudo odonto-legal, obtido no estudo dos restos mortais de Feijó), ocupou-se êsse trabalho mais da personalidade do Regente de 1835-1837 que de sua ação política, tão importante desde a participação nas Côrtes de Lisboa até a revolução de 1842. Farta documentação, em

parte inédita ou de difícil consulta, acompanha o valioso ensaio.

Completem o volume um Relatório das atividades do Instituto em 1943 e as atas das sessões realizadas no mesmo ano.

HÉLIO VIANNA.

UMA TESTEMUNHA OCULAR  
— *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires*. Tradução de L. Brockmann. Anotações de Aurélio Pôrto. — Biblioteca Histórica Brasileira. Vol. XVII. Livraria Martins Editora. São Paulo, 1946. 311 pp., ils.

Dentre os depoimentos deixados pelos mi-litares estrangeiros contratados pelo governo de D. Pedro I salienta-se o intitulado *Beitrag zur Geschichte Zwischen Brasilien und Buenos Aires*, aparecido em Berlim, em 1834, de autoria de “uma testemunha ocular”, talvez o Barão Carl de Leenhof, segundo o Barão do Rio-Branco.

Traduzido, agora, por L. Brockmann, e anotado pelo falecido historiador Aurélio Pôrto, foi o volume incluído na Biblioteca Histórica Brasileira, sob o título de *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires*.

Depoimento interessante, mas nem por isso insuspeito, muitos de seus erros, exageros e julgamentos parciais foram devidamente corrigidos pelo erudito anotador. Escaparam, entretanto, alguns, talvez devido ao falecimento do primeiro redator dos *Anais do Itamaraty*. Assim, por exemplo, quanto à confusão do autor entre os generais San Martín e Martín Rodriguez, e outros.

Publicado pouco depois da extinção de batalhões estrangeiros, é natural que se ressinta o livro da amargura da “testemunha ocular” contra Brasil e seus dirigentes, não poupando críticas aos generais do Primeiro Reinado, etc. Com os devidos descontos, ainda assim são úteis essas *Contribuições*, quando, por exemplo, descreve a batalha de Passo do Rosário, ou relata a revolta dos referidos batalhões de mercenários, ocorrida no Rio de Janeiro em 1828.

HÉLIO VIANNA.



## OS SÓCIOS DO INSTITUTO

Por MARIA CAROLINA MAX FLEIUSS

### I — Sinzig (Frei Pedro) O.F.M.

Nasceu em 29 de janeiro de 1876 em Linz no Rheno, naturalizado brasileiro aos 9 de fevereiro de 1898.

Filho de Johan Sinzig e Helene Meffert.

Frade da Ordem 3.<sup>a</sup> de S. Francisco de Assis do Convento de Santo Antônio, Rio de Janeiro.

Tem dedicado toda sua vida ao serviço de Deus e ao estudo da História e da Música.

Organizou a "Exposição de Arte Religiosa Alemã", de 1922, no Rio.

Além do Instituto Histórico pertence à várias outras associações culturais entre as quais o Instituto Histórico de Sergipe e Associação Brasileira de Imprensa.

Recebeu algumas condecorações do Governo Alemão, no tempo de Hindenburgo.

Entre os seus trabalhos publicados, alguns com os pseudônimos. Francisco de Sins, João do Brasil (na música), João Bauer Reis, e outros, citamos os seguinte:

*Ail meu Portugal*. Romance. Vozes de Petrópolis;

*Antônio, Santo* — História de seu Convento do Rio;

*Ao Céu* Orações e leituras para espôso, Butzon & Bercker, Kevelaer 2.<sup>o</sup> edição;

*Apóstolo (Um)* dos nossos dias. Vozes de Petrópolis;

*Arte Cristã* — Centro da Boa Imprensa, Petrópolis;

*Através dos romances*. Guia para as consciências. Notas sobre 21.553 livros e 6.657 autores. Vozes de Petrópolis; 2.<sup>a</sup> edição, 1923;

*Breves Meditações para todos os dias do ano*. 6.<sup>a</sup> edição;

*Caricatura (A)* na Imprensa Brasileira. Vozes de Petrópolis;

*Dia (O)* da Boa Imprensa. Centro da Boa Imprensa Petrópolis;

*Dona Rosa*. Contribuições para a vida de uma senhora da sociedade. Editora Vozes Ltda.

*Em plena Guerra*. Cenias da atualidade (sobre a imprensa). Vozes de Petrópolis;

*Entre dois mundos*: Teresa Neumann, a Estigmatizada de Konnersreuth. Butzon & Bercker, Kevelaer.

*Fabiano (Frei) de Cristo*. Um Servo de Jesus no Rio de Janeiro, Vozes de Petrópolis;

*Francisco (São) d'Assis e seu culto no Brasil*, com 150 gravuras de Arte Brasileira, B. Kuehlen, M. Gladbach, 1926,

*Frei Rogério Neuhaus*. 2.<sup>o</sup> edição. Vozes Ltda.;

*Guerra! Romance*, 1915. Vozes de Petrópolis;

1. *Jahrbuch der suedbrasilianischen Franziskanerprovinz*, 1911;

2. *Jahrbuch der suedbrasilianischen Franziskanerprovinz*, 1913;

3. *Jahrbuch der suedbrasilianischen Franziskanerprovinz*, 1915;

Todos 3: Vozes de Petrópolis.

*Jóia (A) do Cantochão*. Manual para Cantores e Organistas. L. Schwahh, Duesseldorf, 1930;

*Maravilhas da Religião e da Arte na igreja e no convento de S. Francisco da Baía*. Instituto Histórico e Geográfico, Rio, 1933;

*Meu Devocionário*. Leituras e orações. Butzon & Bercker, Kevelaer, 1929;

*Meu Guia para o Céu*. Manual de orações para crianças. Seteinbrenner.

*Nach 30 Jahren*. 4 Jahrbuch der suedbrasilianischen Franziskanerprovinz. Herder, Freiburg i. Breisgau, 1921;

*Não desanimar!* romance contemporâneo. Vozes de Petrópolis, 3.<sup>a</sup> edição 1925;

Traduções: *Nicht verzagen!* Antoniusbote, Werl, 1930;

*Volharding verwin*, Sint Antonius, Weert, 1930;

*Nazismo (O) sem mascara.* Fatos e documentos por João Bauer Reis, 2.<sup>a</sup> edição. L. A. Josephson, Rio de Janeiro;

*Nossos (Os) Escritores.* Centro da Boa Imprensa, Petrópolis, 1917;

*Para sobremesa.* Palestras e contos, Centro da Boa Imprensa, Petrópolis, 1928;

*Pela mão de uma menina,* romance contemporâneo, Vozes de Petrópolis, 3.ª edição 1921;

Traduções : *L'Etoile du Fouer*, Messager de N. D. du Sacré Coeur, Verbode, Belgique;

*An Maedchenhand*, Antoniusbote, Werl, 1929;

*De Macht van een Kind*, Sinto Antonius, Weet, 1930;

*Leánykézen.* Braziliai regény. Budapest, 1935;

*Primeiro Congresso Católico da Diocese de Niterói.* Jornal do Brasil, Rio;

*Ramalhete de flores.* Coleção literária. Fr. Pustet, Regensburg, 1907;

*Reminiscências d'um Frade.* Vozes de Petrópolis, 2.ª edição 1924;

Tradução : *Lebendig begraben?* B. Herder, Freiburg, Br;

*Moench und Welt*, B. Herder, Freiburg, Br;

*Rogerus (P) Monhaus.* Ein deutscher Franziskaner — Brazilian, Butzen & Bercker;

*Segredos (Os) da Harmonia* desvendados singelamente. Vozes de Petrópolis. 3.<sup>a</sup> edição 1937;

*"Sei compôr!"* Guia despretencioso através do contraponto, da imitação e fuga e das formas de composição musical. Vozes de Petrópolis, 2.<sup>a</sup> edição 1925;

*Sturm am Rhein.* Erzählung aus dem kurkölnischen Linz. Butzon & Bercker, Kevelaer.

Publicado pelo "Deutsches Volksblatt", de Porto Alegre sob o título *Das Altarbild von Linz*; — em forma de livro também sob o título *Die schoene Juedin* (pelo mesmo editor de Kevelaer); — ainda pelos jornais "Rhein-und Wied-Zeitung; Linz am Rhein; — "Remagener Zeitung; — "Koelnischer Stadtanzeiger"; — "Der Katholik", Mainz.

*Tempestades.* O bolchevismo por dentro;

Tradução : *Nacht!* Antoniusbote, Werl, 1932.

*Thaumaturo (O) Santo Antônio na História, na Lenda e na Arte.* Com 150 gravuras, 1922. Centro da Boa Imprensa;

*Violetas.* Contos. 3.<sup>a</sup> edição, Vozes de Petrópolis, 1913;

*Zeppelin (O) e... o cão de casa.* Vozes de Petrópolis;

## Traduções

*Amor Santo.* História dos dias antigos de Assis por Helene Christaller;

Pro Luce, Rio-Petrópolis, 1933.

Publicado também pelo "Mensageiro da Fé", Baía.

*José Ben David.* Conto bíblico do tempo de Cristo, por Henriqueta Brey. Com 150 gravuras. Centro da Boa Imprensa, Petrópolis, 1924.

*Joven (A) Castelã* por Henriqueta Brey, segundo lenda da Idade-Média. Ilustrações de Noebauer, 1925, Centro da Boa Imprensa; 2.<sup>a</sup> Edição, Vozes Ltda. Petrópolis.

*Nelizinha do Santo Deus*, de Biehlmeier O. S. B. — B. Herder, Frib.

*Viva Cristo-Rei!* Vozes, Petrópolis, 2.<sup>a</sup> edição.

## Publicações periódicas

Fundou e dirigiu: *Beija-Flor (O)*, rev. mensal, ilustr. para criança. Centro da Boa Imprensa.

" " " *Cruzeiro do Sul*, semanário; Lages, S. Catarina.

" " " *Sineta do Céu*, semanário; Lages, S. Catarina.

" " " *A Resposta*, Centro da Boa Imprensa, Petrópolis.

" " " *A Tela*, Centro da Boa Imprensa, Petrópolis.

" " " *A Voz de S. Antônio*, Pro Luce, Rio.

" " " *Música Sacra*, Vozes Ltda., Petrópolis.

Dirigiu: *Vozes de Petrópolis*, quinzenário.

" *Eco Serafico*, Petrópolis.

" *Orbe Serafico*, Bahia.

" *Almanak do Mensageiro da Fé*, Bahia.

" *Excelsior*, Rio de Janeiro.

Fundou e dirigiu: *Por Cristo*, Rio de Janeiro,

## Colaborações

*Allgemeine Rundschau*, Munich;

*Antonius-Bote*, Werl, Westfalen;

*Augsburger Postzeitung*;

*Correio da Manhã*, Rio;

*Deutscher Hausschatz*, Pustet, Regensburg;

*O Diário* — Belo Horizonte;

*Éra Nova*, Bahia;

*Essener Volkszeitung*;  
*Guia Serrano*, Lages, S. Catarina;  
*Jornal, O* — Rio;  
*Jornal do Brasil*, Rio;  
*Kolnische Volkszeitung*;  
*Legionário, O* — São Paulo;  
*Mensageiro da Fé*, Bahia;  
*Nação, A* — Porto Alegre;  
*Nordeste, O* — Fortaleza;  
*País, O* — Rio;  
*Revista da Semana*, Rio;  
*União, A* — Rio;  
*Westfaelisches Volksblatt*, Muenster.  
 etc. etc.

### Composições musicais

Opus 1 — *Benedicite*, Manual de cânticos sacros; 2.<sup>a</sup> ed., Herder, Frib.  
 Opus 2 — *Sursum Corda!* cânticos sacros p. 3 vozes a seco, Pustet.  
 Opus 3 — *Missa a S. Pedro*, p. 2 vozes com órgão; L. Schwann, Duesseldorf; várias edições;  
 Opus 4 — *Missa a S. Antônio*, idem, idem;  
 Opus 5 — *Cancioneiro de Modinhas Populares*, Herder, Friburgo Br.  
 Opus 6 — *Litaniae SS. Cordis Jesu*, ad. 2 vozes e aquales cum organo; Schwann, Duesseldorf;  
 Opus 7 — *Missa in hon. S. Joseph* ad 3 vozes aequales, Fr. Pustet, Ratisbona;  
 Opus 8 — *Crux Ave*; 6 cantica ad 3 vozes e aquales. Vozes de Petrópolis;  
 Opus 9 — *Moteta Mariana*, ad. 2 vozes e aquales cum organo; L. Schwann; Duesseldorf;  
 Opus 10 — *Os Jovens Músicos*; 4 fantasias sobre modinhas brasileiras para violino e piano; Vozes de Petrópolis;  
 Opus 11 — *Missa brevis "Vide humilitatem"* ad 2 vozes e aquales cum organo; L. Schwann, Duesseldorf;  
 Opus 12 — *Missa "Jubilare"* idem, idem;  
 Opus 13 — *Missa "Exsultemus!"* idem, idem;  
 Opus 14 — *Sob o Cruzeiro do Sul*; 4 fantasias sobre canções brasileiras para violino e piano; Vozes de Petrópolis;  
 Opus 15 — *Joãozinho e Margaridinha*; opereta infantil; Vozes de Petrópolis;  
 Opus 16 — *Salve Episcopo!* Ecce Sacerdos, e Hino Católico. Vozes de Petrópolis;  
 Opus 17 — *Maria Santíssima*. Oratório para coro e solo com acomp. de piano, quadros vivos e declamações; Vozes de Pet.

Opus 18 — *Estrelas e Flores*; 4 fantasias sobre modinhas populares para violino e piano; Vozes de Petrópolis;  
 Opus 19 — *Cinco Hinos Eucharísticos* p. 3 vozes a seco; Vozes de Pet.  
 Opus 20 — *Quatro Marchas de Procissão*, para banda de 6 a 10 instrumentos de sopro. Feuchtinger & Gleichauf, Ratisbona;  
 Opus 21 — *Missa de Requiem* ad 2 vozes e aquales organo comitante; L. Schwann, Duesseldorf;  
 Opus 22 — *Santa Cecilia*, Cantata para coro mixto, solo e piano; Vozes de Petrópolis (outra edição para vozes iguais);  
 Opus 23 — *Branca de Neve*, opereta infantil; Vozes de Petrópolis;  
 Opus 24 — *Cecilia*, Manual de Cânticos Sacros (juntamente com Frei Basílio Roewer), 7. edição.  
 Opus 25 — *São Francisco Serafico*. Oratório para coro de 3 vozes, solo e piano, declamações e quadros vivos. Schwann Duesseldorf.  
 Opus 26 — *Laudes in organo*, 100 prelúdios; Vozes de Petrópolis.  
 Opus 27 *Litaniae ad S. Joseph* ad 2 vozes solo cum 2 vocinus chori, organo concomitante. Schwann, Duesseldorf.  
 Opus 28 — *Minha Terra*; 4 fantasias sobre  
 Opus 31 — *Modinhas Brasileiras*; Vozes de Petrópolis;  
 Opus 29 — *Litaniae Lauretanae* ad 4 vozes e aquales; Vozes de Petrópolis;  
 Opus 30 — *Salve, Brasil!* 4 fantasias sobre canções populares, para piano, Vozes de Petrópolis;  
 Opus 31 — *Modinha Brasileiras*; Vozes de Petrópolis;  
 Opus 32 — *Acompanhamento de órgão para a "Cecilia"* (com Fr. Basílio Roewer), Vozes de Petrópolis; 4 edição, (a 5.<sup>a</sup> edição no prélo).  
 Opus 33 — *Ofício da Imaculada Conceição* para 2 vozes eguaes com acco de órgão; Vozes de Petrópolis;  
 Opus 34 — *In Sono Tubae*, 4 marchas de procissão, para pequena banda música; Vozes de Petrópolis;  
 Opus 35 — *Três Cânticos*, com acomp. de piano; Vozes de Petrópolis;  
 Opus 36 — *Litaniae SS. Cordis Jesus* ad 3 vozes e aquales organo comitante; L. Schwann, Duesseldorf;  
 Opus 37 — *Chloris, a Cega*, com acomp. de piano; Vozes de Petrópolis;  
 Opus 38 — *Natal! Natal!* Oratório para solo e coro de 2 ou 3 vozes, com acomp. de piano, declamações e quadros vivos, Vozes de Petrópolis;



Opus 39 — *As Três Rosas*, canto com accomp de piano; Vozes de Petrópolis;

Opus 40 — *Siegessied*, para canto e piano; Vozes de Petrópolis;

Opus 41 — *Dois Cânticos* ("Heil, Wilhelm Heil!") e *Es stand der Knabe am Rosenstrauche*"), com accomp. de piano; Vozes de Petrópolis;

Opus 42 — *Três Cânticos escolares*; Vozes de Petrópolis;

Opus 43 — *O Salutaris e Cântico Nupcial*, com accomp. de órgão; Vozes de Petrópolis;

Opus 44 — *Te Deum, Te Deum Laudamos!* Texto em português e alemão, para câro misto de 4 vozes e piano; Vozes de Petrópolis;

Opus 45 — *Os Segredos da Harmonia*; Vozes de Petrópolis (vide supra);

Opus 46 — "*Sei comperi!*" idem idem;

Opus 47 — *Nova Cruzada*, cânticos, com accomp. de piano, para festas da Boa Imprensa; Vozes de Petrópolis;

48 — *Elegia*, pequeno poema sinfônico (manuscrito) para orquestra;

Opus 49 — *Litaniae Louretanae* ad 3 vozes aequales cum organo; Vozes de Petrópolis;

Opus 50 — *Litaniae Lauretanae* ad 2 vozes aequales cum organo; Vozes de Petrópolis;

Opus 51 — *Deutschland, o Deutschland!* para 1 voz e piano; Pustet, Regensburg;

Opus 52 — *Missa Festiva "Laus Regi plena gaudio"* só em manuscrito, por ter passada, com premiada no concurso da Arquidiocese de São Paulo, para propriedade da Mitra;

Opus 53 — *Peças F v spaitseFaarFy2ifN*.

Opus 53 — *Peças Festivas para Harmonium ou Orgão* (com vários Confrades); Vozes de Petrópolis;

Opus 54 — *Catecismo em Cânticos* (pseudônimo: João Brasil), Sociedade Editora S. Francisco das Chagas, Fortaleza;

Opus 55 — *Rapsódia Brasileira* para piano; Vozes de Petrópolis;

Opus 56 — *O Organista*, tratado, teórico—prático, de aprender hamonium e órgão; Butzon & Bercker, Kevelaer;

Opus 57 — *Missa Festiva S. Francisci Seraphici*, ad 2 vozes inaequales comitante organo; L. Schwann, Deusseldorf; (instrumentação para grande orquestra em manuscrito);

Opus 58 — *Te Deus Laudamus*, ad 2 vozes aequales cum organo; L. Schwann, Deusseldorf;

Opus 59 — *O Presépio de São Francisco*, para solo e câro de 2 vozes, com accomp. de piano; Vozes de Petrópolis

Opus 60 — *A Jóia do Catochão*; L. Schwann, Deusseldorf;

Opus 61 — *Rapsódia Mariana*, para piano; Vozes de Petrópolis;

Opus 62 — *Sons Festivos*, para banda de música: "Queremos Deus — O salutaris Hostia — Tantum ergo — Bendito sejas!"; Vozes de Petrópolis;

Opus 63 — *Ladainha de S. Antônio*, para 1 2 ou 3 vozes iguais ou mistas, com accomp. de órgão; Vozes de Petrópolis;

Opus 64 — *Missa da Divina Providência*, para 2 vozes femininas e barítono ad lib. Vozes de Petrópolis;

Opus 65 *Trovador e Santo*, fantasia franciscana para piano (inédita);

Opus 66 — *O Brasil Cantando*. Canções, modinhas e outras cântares para 1 ou 2 vozes orfeônicas ou com accomp. de piano. Vozes de Petrópolis;

Opus 67 — *Pelos Falecidos*; cantos sacros a 1 voz com accomp. de órgão; Vozes de Petrópolis;

## II. CLEVEN (Nels Andrew Nelson)

Nascido em Lake Mills, Iowa, Estados Unidos da América. Educado na Universidade de Minuesota, Chicago, Columbia, Califórnia, Berlin, Paris, Grenoble, e Munich. Bacharel em Filosofia e bacharel em Educação (Ph. B. e Ed. B.) pela Universidade de Chicago em 1906 e graduado doutor em Filosofia (Ph. D.) pela Universidade de Munich, Bavaria, Alemanha em 1913. Viajou muito pela Europa, Africa, e América, tendo percorrido todos os países Latinos Americanos exceto a Venezuela.

Compareceu como delegado oficial da Universidade de Pittsburgh às seguintes Assembléias internacionais: Congresso Internacional de História da América, Rio de Janeiro, Brasil, 1922; Congresso Boliviano, Paraná, 1926; Congresso Internacional de Ciências Históricas. Oslo, Noruega, 1928; O Sétimo Congresso científico Panamericano, México, 1935, e segunda Assembléia Panamericana do Instituto de Geografia e História, Washington, B. C. 1935.

Foi Procurador assistente do Bureau de Pesquisas e de Estatística do Conselho dos Negócios da Guerra, Washington, D. C. 1918-1919.

Foi sócio procurador em História no Instituto Carnegie de Washington, 1930-1931. Colhendo dados para seu trabalho sobre — A organização Política da Bolívia.

Trabalhou mais de quarenta anos em assuntos de educação.

Foi Professor de História na Universidade de Pittsburgh a partir de 1921, e Professor Inspetor da Universidade de West Virginia (1929).

E' membro correspondente da Sociedade Espanhola da América, — da Academia de História de Cuba, — da Academia de História da Venezuela, — da Real Academia de Artes e Ciências de Cadiz, Espanha.

Membro da Associação Americana de História — da Associação Histórica da Pennsylvania — de Hundry Club de Pittsburgh — do Clube da Faculdade da Universidade de Pittsburgh — da Conferência de História Latino Americana da Associação Americana de História. — do *Semmar* de Ciência Social da Universidade de Pittsburgh, — da Confraria Maçônica. — da Phi. A Alpha Theta, (da qual é o fundador e Presidente honorário perpetuo. Esta confraria é uma sociedade de História, e foi fundada, em 1921) — da

Delta sigma Pi — da Esquadro e Compasso, e da Pr. Gama Mu

E' escritor e professor.

E' outor dos seguintes trabalhos:

*Bolívar: An Introduction to His Political Philosophy;*

*The Dictators of Peru, Bolivia, and Ecuador in South American Dictators;*

*The Political Heritage of Spanish America in Modern Latin America;*

*The Political Organization of Bolivia; and many articles for magazines.*

*History of Bolivia;*

*History of Latin America for High Schools,*

*Maximilian of Mexico: A study in National Imperialism;*

*Political Constitutions of Spain.*

## LIVROS RECEBIDOS

Em julho de 1946

*Un incidente diplomatico en la Epoca de Rosas* — Contribución a la Historia de las Relaciones entre el Reino de Cerdeña y la Confederación Argentina, por Ignacio Weiss — Peuser, S. A. Buenos Aires, 1946.

*Inventário de Lisboa* — fascículo 3 — Norberto Araújo — Composto e Impresso nas Oficinas da C. M. L. Lisboa — 1946.

*Programas do Ensino Comercial* — I e II Es-tenografia e Mercologia dos Cursos de Comércio e Propaganda e de Contabilidade — folheto 33 e 36 — Serviço do Ministério da Educação e Saúde — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1946.

*Apostolado de um Missionário do Preciosis-simo Sangue* — Padre Carlos Borromeu — Oficiny gráficas da Revista Veterinária — Belém — Pará.

*Cura de Almas e Saneamento* — Padre Carlos Borromeu — Escola Industrial Dom Bosco — Niterói — 1946.

*Redivisão Territorial do Brasil* — Sugestão aos Constituintes de 1946. J. G. Fonseca — Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1946.

*A atual decadência da Língua Literária* — Glastone Chaves de Melo — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1946.

*O aperfeiçoamento da Cultura Musical* — Atividades de Madalena Tagliaferro no Brasil — Publicação do Ministério da Educação — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1946.

*Diplomas de Especialização nas Faculdades de Filosofia* — Serviço de Documentação folhetos nos. 37 — Ministério de Educação e Saúde Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1946.

*Universidade da Baía* — (Decreto-lei n.º 9.155 de 8 de abril de 1940) Publicação do Ministério da Educação e Saúde — Imprensa Nacional Rio de Janeiro — 1946.

*Cursos e Conferências* — Serviço de Documen-tação do Ministério da Educação e Saúde — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1946.

*Antecedentes históricos y solucion de la cuestion de límites entre las Repúblicas de Paraguay y Argentina en el Río Pilcomayo* (prepa-rado pelo Capitão de Corbeta A. Gon-çalez Merzario — Imprensa Nacional — Assuncion — 1946.

*Júlio Ribeiro e Maximino Maciel* — Coleção Brasileira de Divulgação — Serie III — Filologia — n.º 1 — Ministério da Edu-cação e Saúde — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1946.

*Chaves para a determinação de Gêneros In-dígenas e Exóticos das dicotiledôneas no Brasil* — 1.º volume — Boletim n.º 1 do Serviço Florestal Seção de Botânica — Ministério da Agricultura — Liberato Joaquim Barroso — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1946.

*Encomiendas* — tomo III — Archivo General de la Nacional — Tipografía Americana — Caracas — Venezuela — 1945.

*Exemplo e Inspiração por João Daudt d'Oli-veira* — Maia — Rio de Janeiro — 1945.

*El Trabajo Argentino al Servicio de las Américas* — Comision Argentina de Fo-mento Interamericano — Buenos Aires — 1945.

*Histórico Genealógico de Familias Cororeñas* — tomo I e II — Doctor Ambrosio Pe-reirad — Tip. Arte — Caracas — Vene-zuela — 1933.

*Trechos da Imprensa* (Referentes a Salvador de Moya) — São Paulo — 1937.

*Cidade de Fortaleza* (Filmagem Histórica) Raimundo Girão — Dep. Est. de Impren-sa e Propaganda — Fortaleza-Ceará — 1945.

*Central Elétrica do Fêcho do Fúnil* — vol. I Ante-projeto pelos Engenheiros Lucas Lo-pes e Decio Vasconcelos — Imprensa

Oficial do Estado — Belo Horizonte — 1946.



- Documentos dos Arquivos Portugêses que importam ao Brasil* ns. 9 e 10 — Seção de Intercâmbio Luso-Brasileiro do S. N. seu de Entre Rios) — Marcos A. Freiberg — Predassi Impresor — Paraná — Argentina.
- Enumeracion sistematica del so Reptiles de Entre Rios* (Memorias del Museu de Entre Rios por M. A. Freiberg — Impresora — Argentina Paraná — Argentina — 1942.
- Prospecto de Un establecimiento de Educacion para señoritas* — Primer escrito de Sarmiento — (Memorias del Museu de Entre Rios) Introducion de Victor M. Badano — Impresora Argentina — Paraná — Argentina — 1942.
- Contribucion al canocimiento de los Tettigonioides* (Orthoptera — Tettigoniioidea) de la Mesopotania Argentina — Memoria del Museu de Entre Rios n.º 17) Augusto A. Pirán — Impresora Argentina — 1942.
- Una Nueva Especie de Tortura para la Fauna Argentina* (Memorias del Museu le Entre Rios) M. A. Freiberg — Predasi-Impremiu — Paraná — República Argentina — 1940.
- Enumeracion sistematica de los Lepidppterios de Entre Rios* — Familia Hesperidae — Kenneth J. Hayward — Paraná — República Argentina — 1940.
- Fisica e Filosofia Natural* (Coleção Brasileira de Divulgação) — Serviço do Ministério de Educação e Saúde — P. Francisco Roser — 1946.
- Temas Lusíadas* — Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho — Aureliano Leite — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1944.
- Comemoração do Centenário do Nascimento do Sr. Dom Pedro II* — Discurso proferido na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — pelo Dr. Simoes da Silva — Tip. Pimenta de Melo e Cia. Rio de Janeiro — 1925.
- Guerra em Sertões Brasileiro I* por J. O. Pinto Soares — Papelaria Velho — Rio de Janeiro — 1931.
- Pieza Enteras de Alfarenia del Litoral existentes em el Museo de Entre Rios* por Vitor M. Badano — Casa Predassi — Parqná — Argentina — 1940.
- Primeiras observasiones Biologicas sobre Marcellia Uvarov* (Museu de Entre Rios) por Adalberto M. Rosallo — Casa Predas — is — Praaná — Argentina — 1940.
- Sôbre dos Especies de Argulidos* (Crustacea, Branchiura) em las Coleciones del Museu de Entre Rios por Rau Ringuet — Impresora Argentina — Paraná — Argentina — 1942.
- Catdlogo sistemático u descriptivo de las Tortugas Argentinas* (Memória n.º 9 del Mu de Janeiro — pelo Dr. Somoens da Silva — Tip. Pimenta de Melo e Cia. Rio de Janeiro — 1925.
- Em agosto de 1946**
- Velhas Imagens* (Poesias) José Caetano Alves Neves — Livraria Editora Z. Valverde — Rio — 1940.
- Lanterna Verde* (Poesia) Obras Completas de Felipe d'Oliveira — S. F. O — Rio de Janeiro — 1943.
- Genealogia Paranaense* — volume 5.º Francisco Negrão — Impresora Paranaense A Curitiba — 1946.
- Mis Primerps Trinta Años* — tercera Edicion — General Manuel Piedra Martel — Editorial Minerva — La Habana — 1945.
- A Arte da Guerra* — Frederico, o Grande — tradução em verso de M. Tibério Pedegacho — introdução do Coronel J. B. Magalhães — Editorial Peixoto S. A. — Rio de Janeiro — 1945.
- Legislação Portuária organizada pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais* — Rio de Janeiro — 1946.
- Atividades do Ministério no Período de Janeiro* — Março de 1946 — Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas Borsoi-Imprimiu — Rio de Janeiro — 1946.
- Atas Capitulares de Corrientes* — tomo IV — 1662-1676 — Publicação da Academia Nacional de la História — Guillermo Kraft Ltda — Buenos Aires — 1946.
- Canadá* — Manual Oficial das Condições Atuais e dos Progressos Recentes publicado por determinação do Ministério do Comércio e Indústria por Hon. James Mac Kinnon — Bureau de Estatística do D. do Canadá — Ottawa, Canadá.

*Informe* — Tercera Asamblea del Instituto Panamericano de Geografia e História Buenaventura Caviglia — “La Industrial Grafica Uruguay” Montevideo — 1946.

*Inventário de Lisboa* — fascículo — Norberto de Araújo — C. M. L. Imprimiu — 1946.

*Carolina Chronicle* — The Tapers of Commissary Gideon Johnston 1707-1716.

*Pôrto do Ceará* — Conferência pronunciada pelo Engenheiro Augusto Hor-Neyll — Borsoi imprimiu — Rio de Janeiro — 1946.

*Remuneração da Advocacia* — Rui de Azevedo Sodré — Imp. Graf. da Rev. dos Tribunaes — São Paulo — 1946.

*Discurso pronunciado por S. Excia. o Chefe de Estado nas Côrtes Espanholas, na abertura da sua segunda fase legislativa* (maio — 1946) Publicado pela Emb. Espanhola — Rio de Janeiro — 1946.

*Energia e Combustíveis* — Nossa situação — Nossas Perspectivas — João Luís Meiller — Composto e Impresso na Escola Salesianas Profissionais — São Paulo — 1945.

*A Batalha do Monte das Tabocas* (Domínio Holandês no Brasil) Coronel J. Battista Magalhães — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1946.

### Em setembro de 1946

*Depoimento (Exposição feita à Comissão de Constituintes)* — João Daudt d'Oliveira — Rio de Janeiro — 1946.

*A Companhia de Jesus no Brasil e Restauração de Portugal* — Serafim — Lisboa — 1942.

*Livro de Marinharia de Bernardo Fernandes* — Prefácio e Notas de A. Fontoura da Costa — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1940.

*Eliseu Visconti e seu tempo* — Frederico Barata — Zélio Valverde — Rio de Janeiro

*Sociologia* — 1 Introdução dos seus princípios Limites e Posição da Sociologia. (2 volumes) — Gilberto Freyre — Livraria José Olímpio Editora — Rio de Janeiro — 1945.

*A Cultura Brasileira* — Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil — Segunda edição por Fernando de Azevedo — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1944.

*A Marinharia dos descobridores por A. Fontoura Costa* — Agência geral das Colônias — Lisboa — 1939.

*Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrada* — Introdução de José Ger-vásio Leite — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1940.

*Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes* — 1506-1508 — A. Fontoura da Costa — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1939.

*Prática da Arte de Navegar* (prefácio de A. Fontoura da Costa) — Luís Serrão Pimentel — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1940.

*Roteiro da Navegação e Carreira da Índia com seus caminhos etc.* tirado do que escreveu Vicente Rodrigues e Diogo Afonso (Prefácio de Gaspar Ferreira Reimão — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1940.

*Tratado da Sphoera da Geografia* — Notação famosa sobre informação sobre Nabuco de D. João de Castro — prefácio e notas por A. Fontoura da Costa — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1940.

*Arte de Navegar* (1628) — Prefácio de A. Fontoura da Costa) — Cristóvão Bruno — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1940.

*Bibliografia Náutica Portuguesa até 1700* por A. Fontoura da Costa — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1940.

*Roteiros Portugueses inéditos da Carreira da Índia do Século XVI* — Agência eral das Colônias — Lisboa — 1939.

*Roteiro da Africa do Sul e Sueste, desde o cabo da Boa Esperança até ao das correntes* (1576) — Anotado por A. Fontoura da Costa Manuel de Mesquita Perestrelo — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1939.

*Relação Verdadeira dos trabalhos que o Governador D. Fernando de Sousa e certos fidalgos portugueses passaram no Gdesco-brimento da provincia da Flórida;* agora novamente escrita por um fidalgo de Elvas. 3.<sup>a</sup> anotada por F. Gavazzo Perry Vidal — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1940.

*Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama* (1497-1499) — Álvaro Velho — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1940.

*Relação Diária do Cêrco da Bahia em 1638*, por Pedro Cadena de Villasanti (Prefácio de Serafim Leite, notas de Manuel Murias. Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1941.

*Angola* — Apontamentos sôbre a Colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola (3 volumes) por Alfredo de Albuquerque Felner Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1940.

*Roteiros de D. João de Castro* — Roteiro de Lisboa a Goa — Roteiro de Goa a Diu (1538-1539) Roteiro de Goa a Suez ou do Mar Roxo 1541 — Roteiro da Goa a Diu (1538-1539) — Agência Geral das Colônias Lisboa — 1940.

*Nuno Alvares Botelho* — Capitão Geral das Armadas de Alto Bordo e Governador da Índia — Introdução por A. Botelho de Sousa — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1940.

*História Geral das Guerras Angolanas* — por Antônio de Oliveira Cardonega — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1940.

## OUTRAS PUBLICAÇÕES

### Em julho de 1946

*El nacimiento del o Bispo Trejo y Sanabria* — serie historica n.º XI. Córdoba — Argentina.

*Boletín de la Academia Nacional de Historia*, vol. XVIII, Buenos Aires.

*Boletín de Arqueologia*, volumen 1, número 5. septiembre e octubre, 1945. — Colombia.

*Boletín de Historia y Antigüedades*, column XXXII, nos. 371 e 374, septiembre, octubre e noviembre — diciembre de 1945. — Colombia.

*A Defesa Nacional* — maio de 1946, n.º 384, ano XXXIII. — Rio de Janeiro.

*Revista do Arquivo Municipal* — ano X, vol. XCIX, novembro-dezembro de 1944 — São Paulo.

*Revista del Banco de la Republica* — abril de 1946, n.º 222, vol. XIX — Bogotá.

*News Bulletin* — may 1, 1946, n.º 8 New York.

*Sphan* — Publicação ns. 13 e 14 — 1945 — Rio de Janeiro.

*Anales de la Universidad de Chile* — ns. 53 e 54, 4.ª serie, año XII, primeiro y segundo trimestre de 1944 — Chile.

*Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — dezembro de 1944, n.º 21 ano V, — Rio de Janeiro.

*Engenharia* — outubro de 1945, n.º 38, ano IV vol. IV — São Paulo.

*Boletín de la Sociedad Geografica de la Paz*, — diciembre de 1945, n.º 68, año LVI — Bolívia.

*Revista do Arquivo Municipal* — n.º XCVI, bis., Índice dos volumes: LXXXV a XCVI — São Paulo.

*Brasilidade* — ns. 103, 104, 106, 107, 108, ano X, março, abril, maio, junho de 1946 — Rio de Janeiro.

*A Fatima Brasileira* — julho de 1946 — Rio de Janeiro.

*Boletín de Informacion* — ns. 16 e 14 de junio 1946 — Embajada de España — Rio de Janeiro.

*Borda do Campo*, 23 de junho de 1946, n.º 661, ano XV, São Paulo.

*Nova História da Literatura Brasileira* — vol. IV 1946 — Rio de Janeiro.

*Boletín do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, — n.º 3, 1945 Lisboa.

*Revista do Instituto Genealógico da Bahia* — ano 1, n.º 1, 1945 Bahia.

*Correio de Uberlândia* — 13 de junho de 1946, n.º 1939, ano IX — Minas Gerais.

*Anuario Hidrográfico* — ano VI, 1945. Paraguai.

*Revista de la Sección Arqueológica de la Universidad Nacional del Curzco* — n.º 2, 1946 — Peru.

*Biblos* — segundo bimestre de 1946, ano IV, n.º 19 e 20 — Buenos Aires.

*Boletín do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*, — ano de 1945. janeiro a junho — Rio de Janeiro.

*Bolívar* — n.º 20, volumen 5, febrero-julio de 1945, Colombia.

*Universidad Católica Bolivariana* — agosto-septiembre de 1945, n.º 42, vol. XI — Colombia.

*Informação* — n.º 96, julho de 1946, ano IX — Rio de Janeiro.

*Boletín de Informacion* — n.º 18, 6 de julho de 1946 — Embajada de España. — Rio de Janeiro.



- Revista do Serviço Público* — ano IX. vol. II n.º 3, junho de 1946 — Rio de Janeiro
- A Lampada* — n.º 51 junho de 1946, ano XVI.
- Tradição* — ano X, vol. abril de 1946, fascículo IV, n.º 56. Recife.
- Boletín Informativo del Ministerio das Relaciones Exteriores*, — febrero de 1946 — Buenos Aires.
- Books News*, U. S. A. vol. 1, number 4, may 1946 — New York.
- Boletim Geográfico* — ano III, fevereiro de 1946, n.º 35 — Rio de Janeiro.
- Almanaque do Pessoal* — Quadro 1, 1945 — Rio de Janeiro.
- Revista de Imigração e Colonização* ano VI, n.º 1, março de 1945, e ns. 2 e 3 de maio setembro.
- Boletín del Centro Histórico Larense*, n.º XVII, año V, primer trimestre, jenero febrero, marzo 1946. — Venezuela.
- Revista das Academias de Letras* — n.º 60, novembro e dezembro de 1945, ano IX — Rio de Janeiro.
- Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, tomo 43, fascículo 2, ano 1945 — Rio de Janeiro.
- Boletín Informativo*, ano 1, enero-abril de 1946, n.º 7 — Universidade do Chile.
- Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística* — mavo-junio de 1946 — tomo LXI, n.º 3, — México.
- Relatório do Observatório Campos Rodrigues em Lourenço Marques*, ano 1944, vol. XXXVI.
- Letras del Ecuador* — ano I, enero-febrero-marzo de 1946, ns. 10 e 11. Quito.
- Boletín Informativo del Ministerio de Relaciones Exteriores*, marzo de 1946 — Quito.
- Boletim do Instituto Brasil Estados Unidos* — julho de 1946, n.º 37, ano IV — Rio de Janeiro.
- Boletim Trimestral de Estatística*, n.º 3, ano XXI, 3.º trimestre de 1945.
- Anuário Hidrográfico* — ano VI 1945 — Paraguai.
- Boletín Informativo* — enero-abril de 1946, n.º 7, ano 1. Universidade de Chile.
- Arquitectura* — abril de 1946, n.º 153, año XIV La Habana Cuba.
- Ocidente* — junho de 1946, n.º 98, vol. XXIX — Lisboa.
- Belgique Amerique Latine* — 20 de maio de 1946, n.º 6 Bruxelles.
- La Semana Internacional* — 31 de mayo de 1946, n.º 1265, ano XXV. Chile.
- Argentina Brasil* — Mayo de 1946 (Folheto).
- Anuário Academico de 1946* — Lisboa.
- Boletim da União Panamericana* — março e junho de 1946, vol. XLVIII, nos. 3 e 6 — Washington.
- Africana* — Catalogue n.º 679 — 1946 — London.
- O Livro Americano* — vol. IX, n.º 6, junho de 1946. Washington.
- Endeavour* — volumen V, número 17 — 1946 — London.
- Boletim do Circulo de Técnicos Militares*, março de 1946, n.º 26, ano 8, — Rio de Janeiro.
- A Defesa Nacional* — n.º 385, junho 1946, ano XXXIII. — Rio de Janeiro.
- Anais do Ministério da Educação e Saúde* — julho de 1945, — Rio de Janeiro.
- Books News* — U. S. A. — vol. 1, number 4, may 1946, New York.
- O Puritano* — 25 de julho de 1946, n.º 1.879, ano 48 — Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 10 de julho de 1946, n.º 1955, ano IX, Minas.
- Boletim do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, dezembro de 1945 e número especial (Volume XX, n.º II) — Rio de Janeiro.
- Rodovia* — n.º 77, ano IX, junho de 1946 — Rio de Janeiro.
- Revista Nacional* — septiembre e octubre de 1945, ns. 93 e 94 ano VIII — Uruguai.
- The Inter American* — june 1946, vol. V, n.º 6, New York.
- Digesto Econômico* — n.º 20, julho de 1946, ano II — S. Paulo.
- Vozes de Petrópolis* — maio e junho de 1946, vol. 4, fascículo 3 — Petrópolis.
- Revista del Museu Nacional de Guatemala* — n.º 3, época III, julio-agosto de 1945 — Guatemala.
- International Conciliation* — may 1946, n.º 421 — New York.

- America Indigena* — n.º 2, vol. VI, abril, 1946 — México.
- Belgique Amerique Latine* — Nouvelle serie n.º 9, 20 juin 1946, — Bruxelles.
- Boletim de Informacion* — n.º 19, 16 de julio, n.º 20 e 22 de julio, n.º 17 e 28 de junio e boletim extraordinario. — Embajada de España 1946 — Rio de Janeiro.
- Boletin de la Sociedad Mexicana de Geografia y Estadística*, maio-junho de 1946, tomo LXI, n.º 3, México.
- Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio* — janeiro de 1946, n.º 137, ano XII.
- Lista Diplomática* — julho de 1946.
- Agronomia* — janeiro, março, abril, maio e junho de 1946, ano V, ns. 1 e 2, vol. 5, — Rio de Janeiro.
- Revista do Serviço Público* — ano IX, vol. III, n.º 1, julho 1946 — Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliografico Mexicano*, 28 de febrero de 1946, n.º 74, ano VII — México.
- The Geographical Journal* — vol. CVI, ns. 5 e 6, novembro e dezembro de 1945.
- Bulletin of New York Public Library*, — june 1946, vol. 50, number 6 — New York.
- Liga Marítima Brasileira* — dezembro de 1945, n.º 462, ano XXXIII — Rio de Janeiro.
- Engenharia* — julho de 1946, n.º 47, ano IV, vol. IV — São Paulo.
- Educacion* — febrero-março de 1946, n.º 41, ano 6 — Venezuela.
- Revista do Clube de Engenharia* — maio e junho de 1946, ns. 117 e 118, vol. XIV — Rio de Janeiro.
- Science Digest* — july 1946, vol 20 number 1 — Chicago.
- Think* — june 1946, vol. XII, n.º 6. — New York.
- Em Agosto de 1946**
- Correio de Uberlândia* — 3 e 6 de agosto de 1946, ano IX, ns. 1971 e 1973.
- Universidad Catolica Bolivariana* — n.º 43, octubre-noviembre de 1945, vol. XIII.
- Anais do Arquivo Público da Bahia* — vol. XXIX, 1943 — Bahia.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — tomo XXVIII, octubre-diciembre de 1945, n.º 112 — Venezuela.
- A Palavra* — 9 de agosto de 1946, n.º 593, ano IX — Niterói.
- Noticias do México* — 15 de abril de 1946, n.º 10 ano VI, n.º 1. — México.
- Science Digest* — july de 1946 vol. 20 number 1 — Chicago.
- U. S. A. — Book News* — july 1946, vol. I, number 6.
- Biblioteca de Clássicos Argentinos* — junio de 1946 — Buenos Aires.
- O Livro Americano* — julho de 1946 n.º 7, tomo IX — Washington.
- Correio de Uberlândia* — 23 e 25 de julho de 1946 — ns. 1964 e 1966 ano IX — Minas Gerais.
- The Geographical Review*, — july 1946 number 3, vol. XXXIV — New York.
- Revista da Academia Matogrossense de Letras* — 1944-1945, tomo XXIII e XXIV, anos XII e XIII — Cuiabá.
- Anales de la Academia Nacional de Ares y Letras*, ano XXX, tomo XXV, enero-diciembre 1944.
- A Grã Bretanha de Hoje* — ns. 98 e 99, janeiro e fevereiro de 1946 — Rio.
- Revista Florestal* — setembro e dezembro de 1945, ns. 1 e 2, ano IV — Rio.
- Quarterly Journal*, — n.º 3, vol. 3, may 1946 — Washington.
- Boletim Geográfico* ns. 31, 32, 33 e 34, — outubro, novembro e dezembro de 1945 e janeiro de 1946, ano III — Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Geografia* — julho-setembro de 1945, n.º 3, ano VII — Rio
- Boletim informativo* — fevereiro de 1946, n.º 34, ano VI, — Rio de Janeiro.
- Engenharia* — agosto de 1946, n.º 48 ano IV, vol. IV — S. Paulo.
- Ocidente* — julho de 1946 n.º 99, vol. XXIX — Lisboa.
- U. S. A. Book News* — July 1946, vol. I, number 6.
- Voyages and Travels*, vol. 4 part. I, catalogue n. 765 — London.
- Estudio* — ns. 158 a 163, ano 1945, julio.

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* — vol. 1. (1943-1944) — Belo Horizonte.

*Britania* — março de 1946, n.º 9, vol. II — Rio de Janeiro.

*Boletim da União Panamericana*, — julho de 1946, n.º 7, vol. XLVIII — Washington.

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* — IV trimestre de 1946, n.º 101, ano XXV.

*Correio de Uberlândia* — 31 de julho de 1946, n.º 1.969, ano IX — Minas Gerais.

*News Horizons* — july-august-september 1945 n.º 13, vol. XIV — New York.

*Bulletin of the New York Public Library* — july 1946, number 7, vol. 50 — New York.

*Think* — july 1946, n.º 7, vol. XII — New York.

*Informaciones Argentinas* — n.º 104, ano 1946, enero-febrero-marzo — Buenos Aires.

*Boletín de Informacion* — n.º 21, 27 de julio de 1946 — Embajada de España.

*Joaquim Pinto Madeira* — n.º 5 ano 1946.

*Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — tomo XXVII, octubre-diciembre de 1945, n.º 112 — Caracas.

*Boletín de Informacion* — n.º 22, 8 de agosto de 1946 — Embajada de España — Rio.

*Boletim mensal das observações meteorológicas feitas nos postos da colônia* — ano XII, julho e setembro de 1945, ns. 7 a 9. Colônia de Moçambique.

*The United States Quarterly Book List* — june 1946.

*Correio de Uberlândia* — ns. 1958, 1960 e 1970 respectivamente de 15 e 17 de julho e 1 de agosto de 1946, ano IX — Minas Gerais.

*O Puritano* — n.º 1880, 10 de agosto de 1946 ano 48 — Rio de Janeiro.

*Boletín Informativo* — n.º 23, 21 de agosto de 1946, Embajada de España.

*Boletín del Archivo General del Gobierno*, — tomo X, n.º 3, septiembre de 1945. — Guatemala C. A.

*Revista do Instituto Brasil* — Estados Unidos, vol. III, n.º 9 setembro de 1945.

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina* — 2.º semestre de 1944 vol. XIII.

*The Geographical Magazine* — march 1946, 1 e 3.

*Britania* — vol. II, n.º 10, abril de 1946 — Rio de Janeiro.

*The Library of Congress Quarterly Journal* — may 1946, n.º 3, vol. 3 — Washington.

*Revista Brasileira de Estatística* — abril-junho n.º 22 e julho-setembro n.º 23 1946, ano VI — Rio de Janeiro.

*Revista de Jurisprudência Brasileira*, — abril-maio-junho de 1946, fasc. 211, 212 e 213, vol. LXXI.

*A Fatima Brasileira* — n.º 58, agosto e setembro de 1946 ano VII — Rio de Janeiro.

*Boletim Municipal* — vol. IX, ano VIII, janeiro e março de 1946, n.º 23 — Porto Alegre.

*The United States Quarterly Book List* — vol. 2, number 2, june 1946.

### Em Setembro de 1946

*A Rolovia* — julho de 1946, n.º 78, ano IX — Rio de Janeiro.

*Voluntad* — marzo-abril de 1946, n.º 50, segunda época — Bogotá.

*Boletim da União Panamericana* — agosto de 1946, n.º 8, vol. XLVIII.

*Anales de la Sociedad de Geografia e Historia de Guatemala*, tomo XX, diciembre de 1945, n.º 4.

*Salubridad y Asistencia*, — enero y febrero de 1946, n.º 13, tomo V, — México.

*Boletim da Superintendência dos Serviços do Café*, ano XXI, janeiro de 1946 n.º 227. — São Paulo.

*Lista Diplomática* — agosto de 1946.

*Educacion* — n.º 42, abril-mayo de 1946, ano 6. — Caracas.

*O I. G. G.* — Revista do Instituto Geográfico e Geológico — vvol. 2, n.º 4, outubro e dezembro de 1944 — S. Paulo.

*Boletín del Archivo General de la Nación* — ns. 1 e 2, tomo XVII, enero-febrero-marzo-abril-mayo de 1946 — México.

*Revista Nacional* — noviembre de 1945, n.º 95 ano VIII — Montevideo.

*Correio de Uberlândia* — 8 de agosto de 1946, n.º 1975, ano IX — Minas Gerais.

*Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — n.º 39, setembro de 1946, ano IV — Rio de Janeiro.



- Boletim de Informacion*, n.º 25, 6 de septiembre de 1946. Embajada de Española.
- Boletín Informativo del Ministerio de Relaciones Exteriores* — abril de 1946. — Quito.
- Boletín de Historia y Antigüedades* — volumen XXXIII, ns. 375 e 376, enero-febrero de 1946, — Bogotá.
- Carta do México* — 15 de junio e 1 de julio de 1946, ns. 4 e 5 — México.
- Belgique Amerique Latine* — nouvelle serie n.º 901, 20 juillet 1946.
- Report of Investigations* — ns. 111, 112, 113, 114 e 115 — State Geological Survey. M. M. Leighton — Urbana. 21 U. S. Of A.
- Correio de Uberlândia* — 4 de setembro de 1946, n.º 19992, ano IX — Minas Gerais.
- Superintendência dos Serviços do Café* (boletim) — fevereiro de 1946, n.º 228, ano XXI — São Paulo.
- Bibliografía* — n.º 4, julio 1946 — Rep. Argentina.
- Boletim do Departamento de Indústria e Comércio* — ano I, n.º 3, abril, maio, junho e julho de 1946 — Bahia.
- Boletim Indigenista* — vol. VI, n.º 2 junio 1946.
- La Cooperation Intellectuelle Internationale* — 3 e 4 avril-juin 1946.
- Hillel* — n.º 1, juillet-août 1946.
- Boletim (A. E. C.)* — ano II, julho de 1946, n.º 26 — Rio de Janeiro.
- Lista Diplomática* — março e setembro de 1946 — Rio de Janeiro.
- O Momento* — agosto de 1946, ano 22, n.º 230 — Rio de Janeiro.
- Letras del Ecuador* — ano II, mayo de 1946, n.º 13 — Quito.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — tomo XVIII, 30 de junho de 1946, n.º 2 — Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo* — mayo-junio de 1946, n.º 8 año 1. — Universidade de Chile.
- O Puritano* — 10 de setembro de 1946, n.º 1882, ano 48 — Rio de Janeiro.
- Douro Litoral* — segunda série, V. 1946.
- Revista do Serviço Público* — ano IX, vol. III, nos. 2 e 3, agosto e setembro de 1946.
- Biblos* — año IV, n.º 21 tercer bimestre de 1946 — Buenos Aires.
- Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio* — n.º 138, fevereiro de 1946, ano XII, — Rio de Janeiro.
- Carta de México* — 27 de julio de 1946, n.º 6.
- Science Digest* — september 1946, vol. 20, number 3. — Chicago.
- Tradição* — maio de 1946, n.º 57, fasc. V, ano X, vol. IX.
- State Geological Survey* — Report of Investigations, ns. 109 e 110 — Urbana.
- Rodriguezia* — ano IX, n.º 19, setembro e dezembro de 1945.
- Report of the United States National Museum* 1945 — Washington D. C. (June 30).
- Engenharia* — ano V, vol. V, n.º 49, setembro 1946 — S. Paulo.
- Boletim Bibliográfico Mexicano* — 30 de abril de 1946, ano VII, n.º 76 — México.
- The National Geographic Magazine* — september 1946, vol. XC, n.º 3 — Washington.
- Think* — august 1946, n.º 8, vol. XII — New York.
- Report of The United States National Museum* 1944 — june 30 — Washington.
- Vozes de Petrópolis* — julho agosto de 1946, vol 4, fascículo 4, — Petrópolis.
- Notícias do México* — n.º 2 año VI, 1.º de maio de 1946 — México.
- Digesto Econômico* — n.º 22, ano II, setembro de 1946.
- America Indígena* — n.º 3, volume VI julio de 1946 — México.
- Quarterly Review of Surgery* — vol. 3, n.º 2, february 1946 — Washington.

## SOCIOS FALECIDOS

I. Embaixador D. Ramon Carcano. O Instituto Histórico perdeu, com o falecimento de D. Ramon Carcano, ocorrido em 2 de junho, em Buenos Aires — uma das figuras mais expressivas da sua galeria de sócios benemeritos.

Nascido em Córdoba, a 18 de abril de 1860, o embaixador Carcano extinguiu-se pois aos 86 anos de sua idade, não sem ter antes publicado, em 1943 um vivo e colorido livro de memórias políticas e diplomáticas: "*Mis primeros 80 anos*". Bacharel em direito, foi professor, foi político, foi administrador, foi diplomata e foi historiador, desempenhando todas as funções da sua carreira civil e os encargos da sua vida intelectual, com o brilho peculiar da sua inteligência, a que aliava um sedutor acolhimento, que lhe dava, à personalidade singular, a marca de uma fidalguia genuína.

D. Ramon Carcano foi proposto para sócio correspondente do Instituto, em..... 28-9-1909, em requerimento assinado pelo Conde de Afonso Celso, Max Fleuiss e Pereira Rego Filho — fundamentado em 2 trabalhos impressos: "Perfiles Contemporâneos", (1885) e "Historia de los medicos de comunicacion y transporte en la Republica Argentina" (Paris — 1893 — 2 vols.).

Essa proposta foi à Comissão de História que, em 26 de julho de 1910, pelo parecer de que foi relator o Sr. Antônio Jansen do Paço, subscrito pelos Drs. B. J. de M. Leite Velho e Ramiz Galvão manifestou-se favorável ao ingresso — anexando-se ainda a ela a bibliografia então conhecida de Dom Ramon Carcano, que era a seguinte: "El general Quiroga y la expedicion al desierto — (Buenos Aires — 1882); "De los hijos naturales, incestuosos y adulterinos (Estudio de derecho civil — (Buenos Aires — 1883); "Memoria del Ministerio de Gobierno, Culto e Instruccion Publica de Córdoba" (Córdoba — 1896); "Memoria de la Direccion de Correos y Telegrafos" (Buenos Aires — 1887); "Boletin de Correos y Telegrafos" — en colaboracion — (Buenos Aires) 5 vols. 1887-1890); "La Universidad de Cordoba" (Paris — 1892); "Estudios coloniales" (Buenos Aires — 1895); "Proyecto de organizacion de la enseñanza agricola nacional" (Buenos Aires — 1907); "La Raza Polled — Durhan — Shorthon. Su origen y

desarrollo" (Buenos Aires — 1905) "Juan Facundo Quiroga" (1931); "Volando sobre siglos" (1927); "Urquiza y Alberdi. Intimidades de una política" (1938). Assinalava ainda, em preparação, uma "Historia de la Diplomacia de la Triple-Alianza" que se converteu afinal na grande: "Guerra del Paraguay" (ed. em 3 volumes) — Buenos Aires — 1934-1942).

Publicou a seguir o distinto historiador, mais os seguintes ensaios: "La enseñanza agricola nacional" (1907); "La misson de Mitre en el Brasil" (1913); "Questiones y juicios" (1910); otras questiones y juicios" (1914); "Mensajes del Gobernador de Cordoba" (1914-15-16, 26, 27); Los tratados de Lamas" (1917); "Los tratados de Paraná, Derqui y Paranhos" (1918); "De Caseros al 11 de septiembre" (1918); Francisco Lecocq (1920); "Del sitio de Buenos Aires, al Campo de Cepeda" (1921); "En el camino"; (1926); "Paginas errantes" (1927); "La question de Chaco. Reyes Cardona" (1915); "Diplomacia americana. Manuel Quintana y el baron de Cotegeipe".

A comissão de admissão de socios em parecer de 1 de agosto de 1910, assinado pelos Srs. Miguel de Carvalho, Xavier da Silveira e Barão de Alencar, concordou com o parecer anterior, sendo na sessão especial dessa data aprovado por unanimidade e assim proclamado D. Ramon Carcano desde logo sócio correspondente do Instituto Histórico.

Em 1 de fevereiro de 1935 o embaixador Ramon Carcano, então representante de seu país junto ao governo brasileiro — foi indicado para sócio benemerito do Instituto Histórico, em moção justificada, como "figura eminente da política, diplomacia e letras argentinas, grande amigo do Brasil, cuja confraternidade com a sua nobre Pátria procura sempre firmar". Essa prosta vinha assinada pelos Srs. Afonso Celso, Max Fleuiss, Vieira Souto, Sousa Docca, Manuel Cicero, Virgílio Correa Filho, Leão Teixeira, Oliveira Viana, Lucas Boiteux, Alfredo Lage, Radler de Aquino, Wanderley Pinho, Basílio Magalhães e Alexandre Sommier. Teve parecer favorável da Comissão de Admissão de Sócios, assinado em 12 de abril de 1935, redigido pelo Sr. Epitácio Pessoa e subscrito pelos Srs. Manuel Cicero, Miguel J. Ribeiro de Carvalho, Ramiz Galvão e A. Tavares de Lyra; submetidos a prosta e o parecer à assembleia geral de 15-4-35 foram ambos aprovados por

unanimidade, sendo nessa mesma data o Embaixador D. Ramon J. Carcano proclamado e elevado a sócio benemerito do Instituto Histórico.

## II. D. Daniel Garcia de Acevedo —

Foi o outro sócio estrangeiro, que o Instituto Histórico perdeu, neste trimestre, em data de 3 de agosto e que pertencia à classe dos sócios honorários.

Nascido em Montevideo, em 28-XI de 1868, faleceu na capital uruguaia. Era advogado, pela Universidade de Montevideo desde 1894. Exercendo ali a profissão, dedicou-se aos estudos históricos e aos temas rurais. Foi secretário da Comissão revisora do Código de Processo Penal; membro do II Congresso Científico Latino-Americano, de cuja Seção Jurídica e de Ciências Sociais, foi secretário; delegado oficial ao III Congresso Científico Latino Americano, de cuja seção jurídica e de Ciências Sociais foi o Presidente (Rio, 1905); Juiz dos Tribunais de Apelações; Juiz da Alta Corte de Justiça do Uruguai, logo após à sua criação; membro dos Conselhos diretores da Faculdade de Direito e da Faculdade de Agronomia de Montevideo; presidente honorário da Associação de Agricultores do Uruguai; presidente da Comissão designada pelo Poder Executivo, para informar sobre a legislação de florestas; presidente da Comissão Central de Arrendamentos rurais; presidente da Sociedade de Amigos da Educação popular; catedrático de História Americana e Nacional na Universidade de Montevideo (8 anos); presidente da comissão popular do Centenário de Larrañaga; membro da comissão de nomenclatura das ruas, designada pela junta administrativa de Montevideo; membro da comissão honorária encarregada do desenvolvimento do Museu Histórico; membro da Comissão encarregada da direção da Revista Histórica da Universidade; diretor da "Revista de Derecho, Jurisprudencia y Administracion" (20 anos); membro do primeiro Diretorio do Colégio de Advogados do Uruguai; membro neutral da Corte Eleitoral.

Foi ainda o ilustrado juris-perito, por designação do Poder Executivo, autor do atual "Código Rural do Uruguai". Era membro correspondente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros; membros correspondente da Sociedade de Direito Comparado e Economia Política, de Berlim; membro da Sociedade Uruguaia de Direito Internacional; acadêmico honorário da Real Academia de Jurisprudência de Madrid; membro corres-

pondente da Junta de História e Numismática Americana; membro de número e a seguir, honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai; sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo; membro correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa; sócio correspondente do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas; sócio correspondente da Academia Nacional de História, da Colombia; acadêmico da Academia de História, de Havana.

A longa enumeração desses títulos vale por um acreditado testemunho dos seus altos méritos intelectuais.

Essas qualidades e virtudes provocaram a proposta, datada de 7-7-1905, indicando-o para sócio correspondente do Instituto Histórico — assinada por H. Raffard, Rocha Pombo, Artur Guimarães e José Américo dos Santos. Fundamentava-a o seu erudito ensaio "*Contribucion al estudio de la cartografia de los paises del Rio de la Plata*" (ed. Montevideo, 1905 — 34 págs.) em que compara o mapa inédito de Rui Díaz de Gusman e a relacion cartografica do padre R. R. Schuller.

Esse trabalho foi ao exame da Comissão de História, a qual, em parecer, datado de 25 de junho de 1906 — de que foi relator o Sr. Conselheiro Cândido de Oliveira e foi subscrito pelos Srs. Visconde de Ouro Preto, Leite Velho e Rocha Pombo manifestou-se favorável à indicação. Nessa mesma data transitou para a comissão de admissão de sócios, sendo relator o Sr. Barão de Alencar, que, por igual deu parecer favorável, datado de 6-8-1906, subscrito ainda pelos Srs. Manuel Barata e Manuel Cicero. Proposta e pareceres foram aprovados, por maioria de votos, na sessão de 3-9-1906 — sendo nesta data o Dr. Daniel Garcia de Acevedo proclamado Sócio correspondente do Instituto Histórico. Transferido posteriormente para a classe dos "sócios honorários".

A bibliografia especializada de D. Daniel Garcia de Acevedo, além do que já foi indicado, consta de: "El credito agricola y sa organizacion en la Repuplica" (tese de doutorado); "Informe sobre las directorios para el mejoramiento de la situacion de la gente pobre de campaña"; "El maestro José Doderá"; "El doctor José Manuel Perez Castellano"; "Un plano inédito. La baía de Montevideo, em 1721"; "El processo Salas. Intervencion de los jesuitas en la Guerra Guarantica"; "Documentos para la Historia de Montevideo"; "Documentos inéditos de Lozano" (1908).

Na "Revista de Direito" de que foi por tantos anos diretor, encontram-se ainda ou-



tras valiosas contribuições da sua capacidade profissional, entre os quais destacaremos: "Rematadores"; "Subrogacion"; "Una consulta sobre instrumentos publicos"; "Division del Condominio en que tienen interes menores"; "Los congresos rurales"; "Capitalaciones matrimoniales y legitimas"; "Sobre pensiones"; "Como debe calcular-se el derecho de extraccion del 18%"; "Validez o nulidad del testamento abierto".

## CENTENÁRIO DE D. ISABEL

Comemorando o centenário de nascimento da Princesa D. Isabel, a 29 de julho, dia que o Governo federal mandou considerar feriado, em homenagem a ex-Regente e Redentora dos escravos — o Presidente do Instituto Histórico resolveu tomar a iniciativa da sua celebração cultural.

Assim, ao correr do mês de julho, realizaram-se no salão nobre do Instituto — 4 esplêndidas conferências — as das Sras. Maria Eugênia Celso, a 8/7 e Sta. Carolina Nabuco, a 22/7; e as dos consócios Srs. Aureliano Leite, a 15/7 e Pedro Calmon, a 29/7 — ocorrendo para ouvi-las, numeroso e seletto auditório. Todas essas belas conferências, assim como outros trabalhos congêneres, são publicados no presente número desta "Revista".

## MEDALHA COMEMORATIVA

Ainda celebrando o Centenário de nascimento da Princesa Isabel — resolveu o Presidente do Instituto — embaixador J. C. de Macedo Soares, encomendar ao professor A. Girardet, uma medalha comemorativa.

Desse trabalho se desincumbiu com a maestria de sempre o grande medalhista patricio, numa esplêndida execução artística. No anverso aparece o busto da Redentora circundado, no exergo, ao alto, pela inscrição: "1.º Centenário do Nascimento de Dona Isabel" e, ladeando o busto, à esquerda: "A Princesa Redentora" e, à direita: 1846 — 29-VII-1946.

No reverso: ao centro — está representada alegoricamente a Princesa, no trono, depois de assinar o decreto de alforria dos cativos, circundada pelos libertos tendo as seguintes inscrições, ao alto: "Libertação dos escravos" (à esquerda) e "Lei — aurea — 13 de maio de 1888 (à direita) em baixo: Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Brasil — 1846 — 29 de julho — 1846".

Da bela medalha que tem, de diâmetro 66 milímetros, foram cunhados exemplares em prata, e em bronze.

Damos um *fac-simile* fotográfico desse artístico trabalho.

Foram distribuídas às de prata por altas autoridades e associações culturais e, as de bronze, pelos sócios do Instituto, colecionadores e pessoas gradas. O trabalho da abertura dos cunhos está autenticado pela assinatura de A. G. Gerardet e a gravação, na orla, de Montini (conhecida casa especializada de São Paulo).

## PALESTRA

Realizou-se, a 17 de julho, a convite do Instituto, no Salão Varnhagen, a interessante palestra do Sr. Alberto Silva, sócio efetivo do Instituto Histórico da Bahia sobre "Inscrições Lapidarias das Igrejas da Bahia" que vai publicada no presente número.

## TERTULIAS

Publicamos no presente número a palestra do consócio Sr. Pedro Calmon, realizada na Sala Varnhagen a 3 de setembro, sobre "Arquivos portugueses e história brasileira" e transcrevemos a erudita contribuição do sócio benemerito Sr. Rodolfo Garcia sobre "As Órfãos", proferida no Instituto, mas editada antes, oficialmente, pelo Ministério da Educação.

## COLABORAÇÃO

Tomamos a iniciativa de editar, no presente número, trabalhos das Sras. Luiza da Fonseca, alta funcionária do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, tão superiormente dirigido pelo Sr. Manuel Murias; Anyda Marchant, da Biblioteca do Congresso, em Washington; de Monsenhor Frederico Lunardi nosso sócio correspondente, atual nuncio apostólico na América Central; do Sr. R. Antônio Ramos, culto investigador paraguaio, que aqui permaneceu cerca de 1 ano em aturadas pesquisas; do Sr. J. Antônio Soares de Sousa, já nosso colaborador e autor da notável biografia do Visconde do Uruguai, seu ilustre bis-avô; do Sr. Walter Alexander de Azevedo, dos maiores conhecedores da história platina, possuidor da mais rica biblioteca e arquivo desses assuntos, com meritória contribuição sobre a missão secreta do Gal. Curado ao Rio da Prata.

Não deixaremos ainda de assinalar, além de outros estudos de consócios os trabalhos das Sras. Lygia Lemos Torres e do Sr. Luis Norton atual encarregado de negócios da Embaixada de Portugal, no Brasil tão lisonjeiro aos foros deste Instituto.

### ORTOGRAFIA

A “Revista” não tem ortografia própria, nem adota, a dos seus ilustres colaboradores. Editada, por lei na “Imprensa Nacional” a repartição official, limita-se a aceitar aquella que lhe impõe, em virtude dos acordos acadê-

micos, adotados no país, e obriga a todos os brasileiros.

### EXPEDIENTE

Os originaes de trabalhos destinados à publicação na “Revista” devem vir datilografados; e toda a correspondência relativa à colaboração, bem como à referente ao serviço de assinaturas, deve ser dirigida à sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o seguinte endereço: “Revista — Avenida Augusto Severo, n.º 4 — 1.º andar — Lapa — Rio de Janeiro”.

### ESTATÍSTICA DO INSTITUTO

<i>Trimestre:</i>	<i>Julho</i>	<i>Agosto</i>	<i>Setembro</i>	<i>Total</i>
— Obras oferecidas . . . . .	36	17	24	77
— Revistas nacionais e estrangeiras. . . . .	88	53	52	193
— Catalogos recebidos . . . . .	1	1	0	2

#### *Arquivo*

— Documentos consultados . . . . .	631	621	1.824	3.076
— Museu — visitantes. . . . .	64	86	47	197

#### *Sala pública de leitura*

— Consultas . . . . .	621	532	1.102	2.255
— Jornais e revistas . . . . .	455	467	325	1.247
— Mapas consultados. . . . .	45	43	120	208

#### *Secretaria*

— Offícios, cartas e telegramas recebidos . .	210	137	89	436
— Offícios, cartas e telegramas expedidos. . .	1.500	250	370	2.120







# ÍNDICE DA REVISTA N.º 192

Julho a Setembro, 1946.

Págs.

## I — TRABALHOS ORIGINAIS

1	<i>A 1.ª Capela de Minas Gerais</i> — por Mor. Frederico Lunardi.....	3
2	<i>Dois brasileiros em África</i> — por Luiza da Fonseca .....	22
3	<i>O "Paraguai Independente"</i> — por R. Antonio Ramos .....	38
4	<i>A Sorte não o permitio</i> — por Anyda Marchant .....	46
5	<i>Como se adquiriu a livreria de P. de Angelis</i> — por J. Antonio Soares de Souza .....	60

## II — CONFERÊNCIAS

6	<i>Síntese biográfica da Princesa Isabel</i> — por Maria Eugenia Celso.....	64
7	<i>A Redentora e os abolicionistas</i> — por Carolina Nabuco .....	85
8	<i>Vida e Glória da Princesa Isabel</i> — por Pedro Calmon .....	96
9	<i>A Princesa Isabel e as 3 Regências</i> — por Aureliano Leite .....	110
10	<i>A Princesa Isabel</i> — por Rodrigo Otávio Filho .....	119

## III — PALESTRAS

11	<i>Arquivos portugueses e história brasileira</i> — por Pedro Calmon.....	134
12	<i>As Orfãs</i> — por Rodolfo Garcia .....	137
13	<i>Lápide histórica da Igreja de Vera Cruz</i> — por Alberto Silva.....	144

## IV — TRANSCRIÇÕES

14	<i>Viagem a Caracas</i> — por Virgílio Corrêa Filho .....	153
15	<i>A missão secreta do Marechal Curado</i> — por Walter A. Azevedo.....	173
16	<i>Conselheiro Antonio Prado</i> — por E. Pereira de Souza .....	207
17	<i>Isabel a Redentora, e a Rosa de Ouro</i> — por Alcindo Sodré .....	223
18	<i>A margem do Centenário</i> — por Noronha Santos .....	226
19	<i>Homenagem da Assembléa Constituinte à Princesa Isabel</i> — por Aureliano Leite .....	229
20	<i>A Princesa e a Rosa de Ouro</i> — por Pedro Calmon .....	231
21	<i>A Rosa de Ouro</i> — por E. Vilhena de Moraes .....	233
22	<i>O Instituto Histórico e a Princesa Regente</i> — por Virgílio Corrêa Filho.	235
23	<i>A Rosa de Ouro</i> — por Lygia Lemos Torres .....	241
24	<i>O Instituto Histórico</i> — por Luiz Norton .....	243

## V — CRÍTICA DE LIVROS

25	Notas (3) de A. C. Ferreira Reis .....	246
26	Notas (2) de Feijó Bittencourt .....	249
27	Notas (3) de Helio Vianna .....	251

## VI — BIO-BIBLIOGRAFIA

28	<i>Os sócios do Instituto</i> — por Maria C. Max Fleiuss .....	253
	a) <i>Frei Pedro Sinzig</i>	
	b) <i>Nels Andrew Claven</i>	

## VII — PUBLICAÇÕES

29	Livros recebidos	
30	Outras publicações	

## VIII — NOTICIÁRIO

266



**1948**  
**IMPrensa NACIONAL**  
**RIO DE JANEIRO — BRASIL**